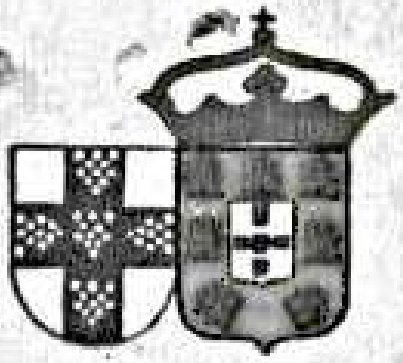
JOÃO AMEAL

HISTÓRIA DE PORTUGAL



Ano Áureo — 1940

LIVRARIA TAVARES MARTINS — PÔRTO

João Ameal
DA ACADEMIA DAS CIENCIAS DE LISBOA
DA ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTORIA

História de PORTUGAL

DAS ORIGENS ATÊ 1940

SEXTA EDIÇÃO

Livraria Tavares Martins
PORTO / 1968

Generated on 2024-10-11 03:44 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

1

Que é a História ? Uma ciência ? Uma arte ? Uma ética ? Para uns, a função exclusiva do historiador consiste em pesquisar arquivos, analisar documentos, apurar, com paciência e método, a certeza de uma data, a identidade de uma figura, a veracidade de uma testemunha, a minúcia de um acontecimento, formular mesmo certas leis, derivadas da análise efectuada : é a História-ciência. Para outros, consiste em traçar belos quadros num estilo sugestivo e eloquente, com descrições coloridas de cenários e de atmosferas, largos movimentos de turbas, lances culminantes de tragédias, de apoteoses e de batalhas : é a História-arte. Para outros, consiste em apresentar uma galeria de modelos na qual se possa distinguir o bem e o mal, o exemplo a seguir e o erro a evitar e portanto donde resulte uma série de normas úteis para a orientação dos contemporâneos : é a História-ética. Dentro destes três conceitos há numerosas variantes ; todas se integram, mais ou menos, num deles, ou representam uma combinação em que algum deles prepondera.

Quanto a nós, a História não é apenas ciência, arte ou ética ; é, ao mesmo tempo, as três coisas — e ainda qualquer coisa mais.

Generated on 2024-10-11 03:44 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Evidentemente, será indispensável que os estudos históricos possuam firme e honesto carácter científico: o primeiro objectivo a visar é saber o que se passou, quando se passou e como se passou. Os grandes trabalhos eruditos subordinados a tal objectivo são os mais sólidos alicerces — indispensáveis, mesmo — sobre os quais tem de ser construída qualquer obra séria de História. Ninguém, por outro lado, deixa de apreciar os grandes painéis descritivos e evocadores, em que se apreenda, como num luminoso espectáculo de ressurreição, a beleza, o drama, a grandiosidade ou o horror de determinadas épocas ou determinados factos. E de que serviria a História se não fosse como essas galerias de retratos que se vêem nas salas nobres das grandes casas — e das quais resultam sempre estímulos, avisos e lições?

Tudo isto a História é, sem dúvida. Parece-nos que é ainda qualquer coisa mais. Desde que se queira formar uma ideia do que sucedeu outrora — imperfeita que seja, precária e relativa que seja, e só essa nos é permitida — temos de colocar-nos diante da vida em pleno curso. A História é vida — tal o axioma inicial a propor. E não apenas vida dos outros — de outros tempos, de outros seres — mas a nossa vida, antes de nós. *Longe está de abraçar o próprio destino quem julgue que a sua história terrena começa no nascimento e acaba na morte. A nossa história é toda a História. A história dos homens é a História do Homem — e a história de cada homem. Em cada homem, está, por isso, a História inteira — que colaborou na sua formação e veio até ele como impulso que nele se resolve e condensa. A História nos fez; agora, somos nós que a fazemos. Escrever a História é buscar-nos, compreender-nos, definir-nos, sentir-nos solidários de um imenso movimento que nos inclui e nos leva. Nada mais vivo, sem dúvida, visto ser aquilo que em nós é anterior a nós e que nos sobreviverá.*

Uma ciência? Uma arte? Uma ética? Tudo isso, e mais que tudo isso. Se nos pedissem que arriscássemos uma definição, sugeriríamos esta: a História constitui, para o verdadeiro historiador, — um exame de consciência.

Generated on 2024-10-11 03:44 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

2

Assim procurámos escrever a História de Portugal — não como relato frio de excursão entre coisas mortas, mas como novo contacto com personagens, acções, coisas vivas. Acompanhámos a existência secular dos Portugueses, desde a nebulosa indistinta das origens até o momento em que alvorece o Estado autónomo, separado, fibra a fibra, do tronco hispânico pela diligente pertinácia de Dom Henrique de Borgonha e de Dona Teresa, decididamente afirmado na sua vigorosa soberania pelo valor e pela espada de Dom Afonso I. Passo a passo, seguimos-lhe a trajectória no decorrer dos anos e das centúrias. Sentimos como nossos as suas agruras e os seus triunfos, os seus desastres e as suas conquistas. Tivemos a ilusão de participar das batalhas com que primeiro impôs na Península, e depois alargou pelo Mundo, o seu prestígio e a sua epopeia. Embarcámos nas caravelas do Infante — a tactear com ansiedade, temor e dúvida as ameaças palpitantes dos largos oceanos ; experimentámos, com os navegadores de Dom João II e de Dom Manuel I, o júbilo espantoso dos descobrimentos das longínquas terras ; e fomos atrás dos missionários, Cruz ao alto e verbo ardentíssimo, que abriam sulcos de amor e de verdade entre os gentios. Um a um, observámos os grandes Reis que fizeram a Pátria : vimo-los na sua função de supremos responsáveis, a guiar através dos escolhos a jornada aventurosa e imperial da Nação, depois de lhe ter dado, gradualmente, a unidade, a força, a arquitectura orgânica, a consciência moral que a tornaria apta aos maiores cometimentos. Mais tarde, quando as circunstâncias e os costumes mudaram e às seis décadas de eclipse parcial sucedeu a alvorada plena da Restauração — percorremos, com a nossa gente, as chancelarias e os campos de batalha da Europa, admirámos as qualidades da raça evidenciadas em ambientes e empresas tão diversos dos antigos. Dolorosamente assistimos ao desabar dos

Generated on 2024-10-11 03:44 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

edifícios tradicionais — defendidos aqui, até à última, por Monarcas previdentes — ao sopro das ideologias de revolta e destruição. O mal caminhou, infiltrou-se, acabou por conduzir à sombria decadência em que parecia ter-se perdido a linha soberana dos nossos destinos. Mas subiu-se de novo a encosta, regressou-se às directrizes salvadoras: e foi sobre uma clara profissão de fé que pudemos acabar, não a História de Portugal, que não acaba, mas este livro — reflexo, apenas, de uma pequena parte dela.

Tudo narrámos e vivemos *como se de nós se tratasse. De facto, tratava-se de nós, já que tão flagrantemente nos reconhecíamos, nos encontrávamos, em todas as imagens do Povo Português. Se nos acusarem de em algum momento nos termos pronunciado com certa veemência, responderemos que nos era impossível ficar indiferente à nossa própria História. Responderemos ainda que sempre tomámos partido pelo Portugal forte, grande e livre — contra aquilo ou aqueles que lhe minavam a força, lhe comprometiam a grandeza, lhe diminuíam a liberdade. Como criticar — historiar é julgar. Em referência a um ponto de vista pessoal? Não, em função dos princípios, superiores a quem escreve como a tudo sobre que escreve; das verdades universais e eternas de que os Portugueses souberam ser apóstolos insuperáveis; e, também, das leis de equilíbrio político, de harmonia social, de estabilidade e felicidade colectivas que a experiência de uma longa vida em comum peremptòriamente concretizou.*

Nem por isso nos afastámos do rigor objectivo, da veracidade substancial que devem caracterizar os trabalhos históricos. Nas últimas décadas, tem-se efectuado entre nós esforço notável de revisão da História — apoiado no exame das fontes, na rebusca de elementos inéditos e clarificadores, no conhecimento de tudo quanto habilite a formar seguras conclusões. Dentro do possível, sem nos pouparmos a canseiras e sem fugirmos aos obstáculos, procurámos integrar, nesta obra de síntese, muitas dessas aquisições preciosas. Mas não nos privámos, uma vez colhidos os informes, pesadas na balança as várias peças do processo — de concluir com nitidez, ainda no

Generated on 2024-10-11 03:44 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

intuito de servir Portugal ao clarão das altas verdades que Portugal serviu e serve. Algumas vezes nos exaltou, é certo, essa paixão de cioso portuguesismo. Será um mal? Cremos antes que será um bem. Porque se impõe ao historiador a obrigação de fechar-se numa impassibilidade absoluta? O historiador é homem — homem que estuda, pondera, evoca, reflecte, acaba por ver e viver o passado. No momento em que vê e vive, exerce, como é natural, a sua função intelectual de crítico: julga as figuras e os acontecimentos. Exprime depois o seu juízo. Se o faz com honestidade, com escrúpulo, decerto quem o ler gostará de encontrar na sua frente um depoimento franco e límpido. Diz algures Bergson que deseja nos seus livros dar ao público a alegria «de prendre contact avec une âme vivante». A obra escrita ganha assim outro poder de comunicação e de sugestão. Longe de se prejudicar com isso, a verdade — filosófica ou histórica — adquire maior projecção humana. Eis o que levou decerto José Maria Pemán a gravar, na abertura de uma Historia de España destinada às escolas do seu país, esta bela afirmação: — «El apasionamento no es enemigo, sino aliado de la verdad, como el calor lo es de la luz».

3

Tanto mais que, durante muito tempo, escreveu-se com paixão — no sentido contrário. Com paixão e sem escrúpulos — mais: com uma espécie de sadismo negativista e demolidor. Nesse período negro, não se fez — desfez-se a História de Portugal. Repudiaram-se ou contestaram-se as fundas razões da nossa jornada de Povo crente e guerreiro. A obra de apostolado foi convertida em obra de cobiça e de rapina. As figuras dos Reis foram amesquinhadas com rancorosa sanha. A vida duma Nação que deveria explicar-se à luz dos Evangelhos, dos Roteiros e das Crónicas — foi escrita à luz da

Generated on 2024-10-11 03:44 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Declaração dos Direitos do Homem ou da teoria do materialismo histórico. Assim se falsificou, se corrompeu o passado português: e tal a influência do passado que, uma vez corrompido e falsificado ele, muitos portugueses se falsificaram e corromperam. O declínio nacional acelerou-se — resultante das interpretações pessimistas, dos ferozes sarcasmos, das absurdas diatribes com que se nos estancava a maior fonte de energia: a confiança em nós próprios. Como represália e desafronta, basta-nos restabelecer a verdade ofendida; logo a confiança voltará.

Sabemos bem que estamos na linha da justiça. No momento em que escrevemos, apesar de tantas vicissitudes e de tantas crises, a História de Portugal, vista hoje, em 1940, no seu conjunto, apresenta, sem dúvida, um saldo positivo. *Cometeram-se erros; atravessaram-se fases de declínio; fomos maiores, porventura, do que somos. Todavia, se muito se perdeu, muito se conservou — entre tantos inimigos de sempre e tantos poderes novos que se ergueram. A par de um Império ultramarino que ainda é dos maiores do Mundo, alguma coisa mantivemos, íntegra e clara: a irradiação espiritual da dignidade, dos belos exemplos, dos altíssimos troféus que enchem o nome português de esplendor através das eras e ainda agora nos impõem ao respeito universal.*

Falta-nos dizer que supomos haver conseguido, pelo menos, segurar nas mãos o fio condutor, *aquela linha de permanência que comanda a marcha da Nação de reinado em reinado e de século em século. Lembram-se da frase de Bainville:* — « Pourquoi juger la vie d'un pays d'après d'autres règles que celle d'une famille ? ». *Da família portuguesa falámos sempre — dos Portugueses na medida em que foram, são e serão uma grande família. Nunca esquecemos que, para além das contingências e flutuações ocasionais, existe uma solidariedade viva no espaço e no tempo, uma consciência revelada e desenvolvida através das épocas, uma cadeia de gerações aliadas para a obra comum, ligadas a um destino que, simultâneamente, as resume e as transcende. Esta, a concepção fundamental que orientou o nosso esforço.*

Generated on 2024-10-11 03:44 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

4

Valerá a pena sublinhar quanto reconhecemos as inumeráveis deficiências deste livro? Tal como o sonhámos, devia ser um panorama sumário, sim, mas tão denso que parecesse completo, da actividade portuguesa em todos os domínios. Nele se conjugariam harmoniosamente — sob a égide daquilo que é a primeira verdade histórica de Portugal: a fé em Cristo e o serviço da Sua Doutrina — um inventário da nossa acção política, militar, marítima, diplomática, literária, artística, científica, económica e um quadro fiel das instituições e dos costumes. Esse panorama revelaria a sequência lógica dos passos que demos ao longo das idades. Seria como larga estrada, cheia de sol — em que se visse Portugal nascer na distância, surgir, avançar, ganhar vulto e altura.

Reduziu-se o sonho a muito pouco: um mero esboço de história política; o resto — aflorado apenas, em breves incursões, em alusões apressadas, em resumos insuficientes. Como atenuantes, citaremos algumas das maiores dificuldades que defrontámos. Antes de nenhuma, a vastidão da bibliografia, tanto nacional como estrangeira, nos últimos tempos enriquecida com mil e um trabalhos valiosos, que fizemos o possível por consultar e assimilar na sua melhor parte e de que damos uma lista, incompleta aliás, nas páginas finais. Depois a concepção da obra, de maneira a tentar observar as justas proporções entre os vários períodos e as várias figuras. Depois a exiguidade do espaço — um só volume para oito séculos da vida opulenta e multímoda de um dos Povos-chefes que o Mundo tem conhecido. Depois a brevidade do tempo — já que obedecíamos ao intuito de dar o livro a público antes que terminasse o ano áureo *dos grandes Centenários. Depois o estilo — que desejaríamos não fosse indigno do tema, sem deixar de ser, ao mesmo tempo, acessível à numerosa camada que se pretendia elucidar e atrair. Nenhuma*

Generated on 2024-10-11 03:44 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

destas dificuldades foi vencida, bem o vemos. Saibam ao menos quantos nos lerem a consciência que tivemos delas.

Em conclusão: a empresa a que nos votámos (e prouvera a Deus que outro, mais competente e mais dotado, a executasse, ou venha a executá-la) é uma empresa que se impunha. De tempos a tempos, torna-se necessário que, após alguns anos ou alguns decénios de labor e de combate, durante os quais os eruditos investigam e acumulam materiais novos e os doutrinadores revêem as ideias e fazem triunfar novos pontos de vista (muitas vezes, velhos pontos de vista remoçados) — torna-se necessário que alguém se abalance a uma tentativa de cristalização, graças à qual os materiais dos eruditos e as ideias dos doutrinadores ultrapassem os limites relativamente estreitos em que se confinam, entrem na circulação ampla de maior número de atenções, de curiosidades e de inteligências. Foi o que fez Oliveira Martins há sessenta anos, com o êxito sabido, mas infelizmente com péssimo espírito de negação e deformação que a magia da sua prosa envolveu em roupagens de fulgurante beleza. O clima que reflectia era o de uma época de desespero, de ironia colérica e de inversão de valores. A nossa tentativa de cristalização é do mesmo tipo — embora contraste em tudo com a de Oliveira Martins: no espírito que a anima, e esse é, ao invés do seu, afirmativo e construtivo; na prosa em que se molda, e essa é, ao invés da sua, pobre e monótona. Tenhamos a esperança de que apareça um dia — o mais cedo possível! — o autor capaz de fornecer o antídoto decisivo para o Oliveira Martins do Portugal decadente, isto é: o Oliveira Martins do Portugal ressurgido!

E não terminaremos sem mencionar dois nomes de precursores, a quem nos cumpre deixar aqui homenagem iniludível. O primeiro, é o de António Sardinha, que sonhou antes de nós a História de Portugal que tanto ambicionaríamos ter escrito — «história de síntese, traçado arquitectónico completo, em que a proporção e a lógica do conjunto nos desvendem as razões eternas da Pátria, na química incessante da sua renovação e vitalidade ...» — e chegou mesmo a

Generated on 2024-10-11 03:44 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

compor o plano dessa História. Bastam os títulos dos capítulos para nos fazer adivinhar o desenho geral da obra e lamentar que a Providência não consentisse a sua execução. O segundo nome é o de Alfredo Pimenta. Esse, felizmente, escreveu a sua História — *foi o primeiro a integrar numa obra de conjunto, a par das melhores fontes de sempre, as grandes rectificações do último meio século. Elaborada para o ensino, a* História *de Alfredo Pimenta ficou a meio caminho entre a erudição e a vulgarização, como ele mesmo acentua no preâmbulo. Decerto acabará por nos dar a grande* História *erudita do nosso tempo, coroa de uma actividade multiforme em todos os altos domínios da cultura.*

5

A nossa tentativa aí fica. Achá-la-ão talvez demasiado superficial os doutos e os especialistas, em quem tanto pensámos para tentar não os decepcionar inteiramente. Que não a achem demasiado pesada todos os outros, em quem pensámos ainda mais, para tentar satisfazer-lhes as exigências, captar-lhes e prender-lhes o interesse.

Valerá a pena sublinhar de novo as inumeráveis deficiências que reconhecemos? Salve-nos a intenção primordial de servir Deus e a Pátria. Salve-nos a certeza (já antecipadamente a tínhamos ao começar, e reforçou-se até à última linha) de que a História de Portugal não cabe num livro, de que a essência perene de Portugal não cabe sequer em quantas Histórias *de Portugal se escrevam. Salve-nos ainda o desassombro e a boa fé com que nos sujeitámos à triste e honrosa lei da condição humana: o hábito incurável que todos temos de lançar ombros a tarefas maiores que nós ...*

Dezembro de 1940

JOÃO AMEAL

Generated on 2024-10-11 03:44 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

introdução

MISTÉRIO DAS NASCENTES

Generated on 2024-10-11 03:45 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

O Extremo do Mundo

Do espesso e misterioso fundo das idades, avulta, pouco a pouco, talhado em sombra, o contorno estranho da Península — fortemente unida, pela cordilheira pirenaica, à massa do Velho Continente, e a apontar com seus cabos temerários os grandes rumos atlânticos.

Por muito tempo, esse vasto território guarda bem o seu segredo. Mal será possível entrever nebulosas perspectivas. Quase apetece acreditar naquela ingénua lenda de Túbal, neto de Noé, que chega com os seus à praia ocidental século e meio após o Dilúvio, funda *Sethubalo* na embocadura do Sado e dá a seu filho Ibero o governo de certo núcleo de famílias fugidas ao tirano Nemrod da Babilónia. Setecentos anos adiante, diz outra lenda, Baco, filho de Júpiter e de Semele, desembarca também na Península e convence os habitantes a aceitar como Rei o grego Lysias. Mais tarde, Ulysses, Soberano de Ítaca, numa viagem após a destruição de Tróia, dá o nome de *Ulissipo* ou *Olisipo* à povoação erguida sob os seus auspícios nas margens do Tejo. Decorrido ainda largo período, uma grande seca alastra sobre a região, obriga os povos a refugiar-se além dos Pirenéus ; quando as chuvas restabelecem condições favoráveis, esses povos voltam e trazem consigo muitos naturais do país em que se refugiaram : os Galos ou Celtas. Entretanto corre a fama de existirem aqui riquezas inexploradas — e os navegadores fenícios vêm de longe, atraídos pelas maravilhas prometidas.

Sem abandonar ainda o puro domínio das conjecturas ou das fábulas — tem-se agora a impressão de entrar numa fase um tanto

Generated on 2024-10-11 03:45 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

mais clara. Iberos, Celtas ou Lígures (será este, porventura, o povo-base, ao qual Martins Sarmento atribui identidade com o primitivo «povo dos dólmens»), é incerta a origem étnica das populações anteriores às primeiras viagens dos navegadores de Tiro — audazes, insaciáveis comerciantes que pelas costas do mundo conhecido fundam prósperos entrepostos. E continua o mistério. A esta parte do Continente, de que os seus barcos apenas tocam, aqui e além, a orla exterior, sem tentar sequer forçar-lhe a intimidade defendida por altos montes — resolvem chamar *Spania*. Na sua língua, *span* tem o duplo significado de «oculto» e de «coelho». Se se trata do segundo caso, o nome quererá exprimir a enorme abundância de coelhos verificada nestas paragens. Se se trata do primeiro, o intuito consistirá em rodear a nova terra de prestígio e de incerteza. Simples astúcia, em tal hipótese. Como insinua Deodoro da Sicília, encontram os Fenícios opulentas minas de oiro, cujo valor os Peninsulares ignoram. E, visto quererem reservar só para si o tesoiro descoberto, cercam-lhe o acesso de enigmáticos temores. *Spania* — terra oculta. Oculta, para os outros; aberta para os que, afastada toda a concorrência, se propõem extrair-lhe as riquezas em que deve ser pródiga ...

No dizer de Estrabão, antes da época de Homero estão os Fenícios de posse dos melhores empórios da Península. *Gades* (Cadiz) data possìvelmente do Século XII antes de Cristo, e constitui centro animado de lucrativo tráfico. Quer no litoral do Mediterrâneo quer no do Atlântico, erguem-se feitorias e mercados tírios: *Malaca* (Málaga), *Hispalis* (Sevilha), *Melcarteia* (Algeciras), *Abdera* (Adra), quantos mais!

Trazidos pela fama ou pelo acaso, que teria atirado um navio de Samos, entre os ventos soltos do temporal, para aquém das Colunas de Hércules (estreito de Gibraltar) e o conduziria a procurar ancoradoiro em *Tartesso* — a cidade do *Tartessos* (Guadalquivir), mencionada no Velho Testamento, famosa pelas suas minas de prata — aparecem, cerca do Século VII antes de Cristo, os mareantes gregos. Seguem ràpidamente o contorno do litoral peninsular.

Generated on 2024-10-11 03:45 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Fundam *Rhodes* (Rosas) na costa da Catalunha; *Sagunto*, mais abaixo; *Dianium* (Denia) — e várias outras cidades.

Pela mesma época, regista-se uma afluência de Celtas. Descem da Gália e vêm somar-se aos já existentes no norte, se é que não surgem então pela primeira vez na Península. *Conímbriga*, *Caetobriga*, *Lacobriga* (*briga*, altura ou castelo) — são localidades que ficam a atestar a sua progressiva instalação.

E outros nomes são dados pelos geógrafos helénicos à escondida *Spania* dos Fenícios: *Hesperia* (de *hesper*, o Ocidente) lhe chamam os Jónios; *Iberia* (talvez do rio Iberis ou Ebro), por analogia com a Ibéria do Cáucaso; *Ophiusa*, a Ophiusa de Avieno na *Ora maritima* — terra das serpentes, ou dos povos *Saefes* (palavra idêntica a serpentes) que habitam a sua região ocidental.

O mistério descerra-se um pouco. O Ocidente, o Ebro, o país dos *Saefes* ... A Península começa a ser descrita na sua situação geográfica, na sua hidrografia, na sua população. Mas não deixa de ser o fim do universo conhecido, a terra extrema onde, como julga Sílio Itálico, os homens acabam. *Extremum mundi* — segundo a legenda expressiva de Lucano ...

Até aqui, a remota e poética obscuridade dos primitivos relatos pré-históricos e proto-históricos. Através de todos eles formula-se a hipótese da existência, na Península, de um povo inicial, que ninguém localiza ou caracteriza ao certo — pois todas as gentes que chegam encontram núcleos autóctones com seus costumes e usos próprios, seu esboço de civilização, sua escrita simbólica, suas edificações guerreiras ou religiosas, seus monumentos aos mortos da grei. Lígures, Celtas, Iberos? À pergunta dão-se muitas respostas — e afinal nenhuma resposta segura. Mistério da *Spania*, segredo que os séculos guardam ...

*

E atinge-se outra fase menos imprecisa, mais iluminada por documentos e narrativas, marcada por datas.

Generated on 2024-10-11 03:45 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Em 573 antes de Cristo o Rei da Caldeia Nabucodonosor submete e destrói a cidade de Tiro — orgulhosa metrópole fenícia. Passa a hegemonia para Cartago que, fundada cerca de duzentos e quarenta anos antes na costa africana do norte, se tornou grande potência marítima. Os fenícios da Península, atacados pelos Tartéssios e outros grupos indígenas, pedem-lhe auxílio; enviam os Cartagineses expedições à Ibéria, assenhoreiam-se da sua zona do sul e de parte da sua zona oriental. Penetram no interior, fortificam os pontos estratégicos. Até o fim do Século VI antes de Cristo consolidam-se na costa do Mediterrâneo e em certas áreas da costa atlântica. A situação vem a modificar-se, três centúrias corridas, pela primeira guerra púnica. Vencida, Cartago tem de ceder a Sicília e outras ilhas que tomou aos Gregos. As gentes ibéricas revoltam-se, desejosas de aproveitar o momento propício. Mas os Cartagineses empreendem nova campanha sob o comando de Amílcar Barca e dominam amplos territórios. Amílcar sucumbe na luta e seu genro Asdrúbal prefere organizar as regiões adquiridas a buscar conquistas novas. Estabelece a capital em *Nova Cartago* (Cartagena), celebra alianças, estimula a fusão entre Cartagineses e Peninsulares. O seu governo, moderado e construtivo, dura pouco: oito anos apenas. Cai então assassinado e sucede-lhe Aníbal, filho de Amílcar. Alarga mais a influência cartaginesa e funda, entre outras, a povoação a que dá o seu nome: *Portus Hannibalis* (Portimão, para uns; Alvor, para outros). Já antes, no tempo de Asdrúbal, Roma, alarmada por tão rápidos progressos da temida rival, enviou delegados ao Cartaginês (228 a.C.) e fixou-se a linha do Ebro como limite da sua soberania.

Pouco tempo suporta Aníbal tal barreira. Ao estalar um conflito entre Sagunto e os seus vizinhos, aliados de Cartago, não hesita em intervir a favor destes, para além do famoso rio. Inquietam-se de novo os Romanos e repetidamente protestam contra a violação cometida. A defesa de Sagunto (219 a.C.) ilustra-se por espantosos actos de bravura — e culmina no epílogo teatral da cidade incendiada, com milhares de habitantes a morrer voluntàriamente nas chamas. Aníbal, então, desmascara o seu intento. À frente do

Generated on 2024-10-11 03:45 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

exército, avança sobre a Itália e assim precipita a segunda guerra púnica.

Lançam-se as legiões de Roma ao encontro do invasor — que por mais de uma vez está prestes a abalar-lhe o poderio. Mas, depois das vitórias de Ticino, de Trébia, do Lago Trasimeno, de Canas, o chefe cartaginês, chegado às portas da capital, hesita em atacá-la, e, sem forças suficientes, à espera de reforços, deixa-se amolecer nas doçuras de Cápua. Os Romanos passam à África, aliam-se aos Númidas e Aníbal tem de acudir por sua vez a Cartago, que a coligação de Cipião e Massinista põe em risco. A batalha de Zama (202 a.C.) abate o genial caudilho. O vencedor dita severas condições : entrega das esquadras, pesado tributo ao Rei da Numídia. Meio século mais tarde, a terceira guerra púnica termina pela destruição de Cartago que se converte em província romana do norte de África.

O campo está aberto às empresas dos novos conquistadores. Vai encher-se a Península de legiões que desfilam, marciais — e erguem nos pendões as soberbas águias de Roma.

Generated on 2024-10-11 03:45 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Troféus de Viriato

Já o domínio cartaginês encontra forte resistência — sobretudo entre os Celtiberos de noroeste, cujo lendário chefe, Indortés, lhes cria dificuldades consideráveis. Não tarda, porém, a estabelecer-se entendimento e durante as primeiras guerras púnicas os Peninsulares dão grande auxílio a Cartago contra Roma. Nos exércitos de Aníbal distinguem-se a infantaria celtibera, os fundibulários baleares, a cavalaria tartéssica. E aparecem na História, a propósito dessa campanha, as primeiras alusões elogiosas aos guerreiros lusitanos.

Quem são os Lusitanos? As opiniões dividem-se, as sugestões cruzam-se — e não é para aqui o atrevido propósito de as discutir. Quer se trate de descendentes directos dos Lígures, quer se trate de Iberos *celtizados* — o mais provável é serem um conjunto de povos muito antigamente fixados na Península e que por isso se designam de preferência pelo nome genérico de *pré-celtas*. Martins Sarmento atribui-lhes « uma das mais puras árvores genealógicas dos povos antigos ». Embora haja aqui nítido exagero — tal a mistura de raças e camadas nessas épocas obscuras — nem assim hesitam alguns dos melhores autores em afirmar e exaltar a originalidade étnica dos Lusitanos, aliás divididos em numerosas tribos e espalhados por vastas regiões. O Professor Mendes Correia escreve até que só esse fraccionamento os impede de constituir, quando das lutas entre Romanos e Cartagineses, « uma duradoira individualidade política ».

Os limites da Lusitânia pré-romana — Lusitânia, de *luz* (amêndoa) ou de *luzi* (cheio de amendoeiras), ao que sugere Brochard

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

— são minuciosamente descritos por diversos geógrafos : Estrabão, Pompónio Mela, Plínio-o-Antigo, Ptolomeu. Marcam-nos : a sul, o curso do Tejo ; a oeste e a norte, o mar ; a oriente, os territórios dos Carpetanos, dos Vetões, dos Vaceus e dos Calaicos, além de outras tribos menos importante ; ou confinam por leste com os Asturos e com a Celtibéria. Os mais avançados, na zona setentrional, serão os Artabros, instalados numa parte do Cabo Nério (Finisterra). No tempo de Augusto deslocam-se para sul e as fronteiras lusitanas definem-se a norte pelo Douro, a oeste pelo mar, a leste pelo Ana (Guadiana).

Numerosas tribos habitam esta zona. Depois dos Artabros e dos Célticos (vindo de norte para sul), encontram-se os Brácaros, ainda para cima do Douro ; abaixo deste rio, os Presúrios, os Lusitanos pròpriamente ditos e, no litoral, entre Douro e Tejo, os Túrdulos Velhos ; outras populações célticas do Tejo ao Guadiana ; enfim, os Cúneos, ou Cynetes, desde a foz deste último até ao *Promontório Sacro* (Cabo de São Vicente), — « que se levanta orgulhoso, como confim da Velha Europa », voltado para « o oceano cheio de monstros », na poética imagem de Avieno.

Chama Estrabão aos Lusitanos « a mais poderosa das nações ibéricas, a que, entre todas, por mais tempo deteve as armas romanas ». De facto, a decisão com que se erguem perante as legiões itálicas e as vantagens que por largo tempo obtêm, são equiparáveis ao que nas Gálias farão Vercingetórix e os seus companheiros. Enquanto podem, ligam-se à causa de Cartago, para melhor contrariarem a penetração romana. Após a batalha de Zama a esperança da vitória cartaginesa desfaz-se. Mas, como as tropas de Roma, acantonadas na Bética sob o comando do Procônsul Cipião, constituem ameaça vizinha, resolvem os Lusitanos tomar a iniciativa contra o adversário e, depois da travessia do Guadalquivir, entregam-se à pilhagem do actual Algarve e da actual Andaluzia. Em 193 antes de Cristo vence-os Públio Cornélio Cipião. Dois anos mais tarde essa derrota é compensada pela de Paulo Emílio, a quem matam, na Bastetania, seis mil soldados. E a campanha prossegue, com sorte vária, durante três lustros. O período seguinte é de relativa calmaria.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Em 154, porém, Lusitanos e Vetões desenvolvem outra ofensiva de vulto. Comandados por Púnico e Césaro, alcançam vantagens, chegam a atravessar o Estreito e a atingir *Ocilis* (Arzila). Só aí os Romanos conseguem detê-los. Novos combates em diversos pontos da Península — até que, em 150, Sérgio Galba os ilude com promessas e os leva a dispersar e a desarmar as suas hostes. Nessa altura as legiões cercam-nos e fazem tremendo morticínio. Traiçoeiro, deslealíssimo ardil. Se garante aos Romanos um triunfo sangrento, prepara-lhes maiores dificuldades futuras.

*

De entre os raros escapados à chacina de Galba ergue-se Viriato, que vai ser a alma indómita da resistência lusitana. É uma rude e heróica figura, de quem se contam extraordinárias coisas. Se a fortuna deixasse, teria sido outro Rómulo — diz um historiador, que assim lhe reconhece estofo para fundador de um grande Império do Ocidente. Pastor serrano, homem solitário e desinteressado — como o prova quando casa com a filha do rico Astolpas e se nega a aceitar mais do que certo número de iguarias para os seus guerreiros — Viriato põe em sério risco a sorte das armas romanas na Península. As suas campanhas são inverosímeis de audácia e assinalam-se por fulminantes êxitos. O papel de primeiro plano que desempenha na história da resistência peninsular inicia-se pela exortação que dirige aos Lusitanos — cercados em 147 antes de Cristo pelo Pretor Caio Vetílio e já resignados a ceder, em troca de concessões de terras. Com palavras duras, evoca a perfídia de Galba e lança um apelo a todos para que se recusem a negociar. Erguido à chefia — e este ascendente unificador exercido sobre as tribos selvagens, ciosas dos seus mandos, é bem um sinal de superioridade inequívoca — liberta os Lusitanos do cerco por um estratagema de guerra. Pouco adiante, nos desfiladeiros da serra de Ronda, arma a cilada em que o inimigo não tarda a cair. Vetílio é preso e morto. No ano seguinte será Caio Polâncio a sua vítima, apesar de estar à frente de poderosas forças. Depois, ainda, Cláudio Unimano e Caio

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Nigídio. Fábio Máximo reduz-lhe um tanto os domínios. O Pretor Quíncio vence-o momentâneamente. Mas o caudilho regressa aos seus montes inacessíveis e de lá volta a derrotar o invasor. Assim a guerra se estende por vários anos — complicada pela insurreição celtibérica de 143-133 que remata com o aniquilamento de Numância. Os Lusitanos não se dobram, as hostilidades não cessam. O Cônsul Serviliano, da família dos Cipiões, investe numa oportunidade favorável, pois as tribos recaem na desunião e os poucos que suportam o peso da luta sentem-se esgotados, sem meios de combate. Mas ainda uma vez a estrela de Viriato fulgura sobre os campos de batalha. Graças a uma hábil manobra isola parte do exército romano, que fica à sua mercê. Então o pastor vitorioso dá provas de nobre clemência. Em vez de se comprazer na matança consente que o adversário se retire a salvo, depois de firmar um tratado com Serviliano.

Por esse tratado — ao assiná-lo mostra o Senado a admiração e o respeito que lhe merece o chefe luso — Viriato recebe o título de *amicus Populi Romanus*. Equivale a reconhê-lo como autêntico Soberano.

É o apogeu. Efémero apogeu, porque Roma não pode tolerar a situação estabelecida. Servílio Cipião, irmão de Serviliano, é autorizado a provocar os Lusitanos. O Senado, sob pretextos desleais, repudia o tratado assinado anos atrás. E de novo as legiões acometem. Agora são mais felizes. Viriato, ante a desproporção numérica, abandona a Andaluzia. Servílio penetra ao norte do Tejo, nas terras dos Calaicos e dos Vetões. Os Lusitanos começam a desfalecer, a murmurar contra o caudilho, a desejar a paz. Até ao momento crepuscular em que, a soldo de Roma, três companheiros de Viriato, Andas, Ditalco e Minuro, o assassinam à traição.

Cinquenta anos mais tarde — depois das esporádicas tentativas de Tântalo, sucessor de Viriato — a revolta de Sertório, partidário de Mário exilado de Roma, põe em cheque, durante uma década, os exércitos invasores. Ainda que mereça admiração o seu génio

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

militar, a acção de Sertório já não pode ser considerada dentro dos quadros da resistência lusitana. No fundo, consiste em manter o seu poder pessoal. Governa de maneira a contribuir quanto pode para a romanização dos povos que lhe estão submetidos. Quando o punhal de Perpena o abate, Roma verifica ter esse valoroso inimigo trabalhado, afinal, para ela.

Bem sentem os Lusitanos que a morte de Viriato representa o epílogo da luta sustentada contra as legiões. Daí por diante, nada mais haverá do que os derradeiros sobressaltos de um povo exaurido por larga e desigualíssima pugna. Viriato foi a incarnação da bravura, da obstinação de autonomia, da tensão viril e prodigiosa — « cuja fama ninguém virá que dome », segundo a estrofe camoniana. Os seus funerais revestem-se de grandeza e teatralidade simbólicas. Todo o exército desfila em torno da pira ardente onde o cadáver arde — e ergue cânticos ao herói. Defronte do seu túmulo duzentos pares de guerreiros simulam combates ; assim prestam expressiva homenagem ao gigante prostrado por mãos de vendidos.

À volta, uma floresta de troféus se levanta por largo tempo — essas mil togas multicores, esses mil *fascios* conquistados aos Romanos que o caudilho mandava pôr nos cimos dos montes como testemunhos eloquentes das suas vitórias.

*

Só algumas rápidas considerações acerca de um problema debatidíssimo : são os Lusitanos ascendentes directos dos Portugueses ? Impossível esquecer a veemência com que o nega Herculano, para quem tudo falta : « a conveniência de limites territoriais » entre a Lusitânia e Portugal, « a identidade da raça, a filiação da língua ». Sem se lhe opor categòricamente, Oliveira Martins apresenta razões em sentido contrário. Teófilo Braga aprova, como « profundamente verdadeira», a ideia de André de Resende e de outros humanistas do Renascimento que apregoam a identidade dos Lusos pré-romanos e dos Portugueses do Século XII.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Hoje, os estudos da Arqueologia, da Etnografia, da Antropologia, da Linguística tendem a resolver o debate por uma espécie de conciliação num meio termo : será excessivo dizer-se que através dos séculos Lusitanos e Portugueses se identificam — e é decerto inexacto imaginar que se soprepõem a Lusitânia (aliás variável) de antes e depois de Augusto e Portugal tal qual ficou desenhado para os séculos através dos esforços e conquistas dos Reis da primeira dinastia. No entanto, há numerosas coincidências e afinidades entre os companheiros de Viriato e os de Dom Afonso I. Uns e outros, situados no ocidente peninsular, dão mostras de raras qualidades combativas e exprimem singular vontade de independência. Além disto, desde que se admita a originalidade étnica dos Lusitanos quando da invasão de Roma, e sabido que a *Pax Romana* não transforma violentamente os povos submetidos à sua lei, é crível que muito do remoto fundo luso atravesse as eras e entre na formação do núcleo portucalense. Devem ser ponderadas as lúcidas reflexões do Professor Mendes Correia a este respeito : « Nem as glórias lusas são apócrifas » — diz — « nem nenhum outro povo da antiguidade merece mais do que os Lusitanos (entendidos *lato sensu*) ser considerado o mais importante elemento etnográfico dos Portugueses. É preciso não exagerar o papel demogénico dos Cartagineses, dos Romanos, dos Bárbaros, dos Árabes e Berberes, dos Judeus, dos piratas normandos, dos colonos e aventureiros medievos de várias nações, dos cruzados do norte, dos indígenas das colónias depois do Século XV, em suma, de imigrantes de várias épocas históricas — na formação do povo português. Negar em absoluto esse papel seria também um erro flagrante, contra o qual palpáveis documentos históricos, antropológicos, etnográficos, linguísticos, etc., protestariam. Mas convém não esquecer a persistência dessas raízes profundas de que falava Oliveira Martins, as quais reverdecem nos campos talados pelas maiores calamidades ».

Há que salientar ainda a continuidade com que se mantém o nome da Lusitânia na geografia da Península. No Século VII, Santo

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Isidoro de Sevilha menciona-a nas *Etimologias* ; assim a designa também o *mapa-mundi* manuscrito do Século XI conservado na Biblioteca de Lípsia — e nìtidamente identificada (segundo mostra o Visconde de Santarém) com o território portucalense ; noutros mapas semelhantes — do Século XII, incluso no manuscrito do *Liber Floridus* de Lamberto ; do Século XIII, anexo ao manuscrito de Mateus de Paris que se guarda no Museu Britânico ; do Século XIV, da autoria de Ranolfo — o mesmo significativo facto se repete.

Não é este o lugar próprio para demorado exame do assunto. Acrescente-se apenas que a forma como, desde o Século XV, a ascendência lusitana foi aceita e apregoada entre nós representa valioso sintoma — uma espécie de plebiscito retrospectivo. Os Portugueses adoptaram como antepassados os companheiros do caudilho dos Hermínios. E adoptaram-nos para melhor enraízarem nos tempos remotos a sua tradição de intrepidez, de reacção à adversidade, de oposição ao domínio estranho. Estas virtudes, num Povo que tantos obstáculos teve de vencer para garantir o direito a uma vida livre e que deverá conservar-se em permanente vigília de armas no meio de uma Europa cheia de grandes perigos e de grandes cobiças — não podem ser enjeitadas, hoje como ontem. Pertencem ao nosso património moral, à própria substância de energia colectiva. E como esquecer que o nosso grande poema representativo se intitula justamente *Os Lusíadas ?*

Sejam ou não os homens que Viriato tantas vezes levou à batalha e à vitória directos ascendentes dos Portugueses — o certo é que a ideia se tornou *ideia-força* na consciência nacional. Ainda há poucos anos adoptaram o nome de *Viriatos* esses combatentes nossos que deram, uma vez mais, o seu sangue pela liberdade e salvação da Península ...

Afigura-se, porventura, lícito arriscar um paradoxo, muito no gosto dos de Chesterton : se os Portugueses não descendem dos Lusitanos, dir-se-á que aos Lusitanos ascendem por adopção espontânea, efectuada do Renascimento para cá ...

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Das «citânias» às «vilas»

Na primeira metade do Século I antes de Cristo, vem à Hispânia, em missão pacificadora, Caio Júlio César. Ainda sustenta embates com os Lusitanos e outros povos rebeldes do norte — enquanto no sul estabelece relações cordiais com algumas cidades e lhes dá, para selar o bom entendimento, o privilégio de juntarem o seu nome à designação oficial : assim, *Praesidium Julium* (Santarém) ; *Felicitas Julia* (Olisipo) ; *Liberalitas Julia* (Évora).

Pouco depois, na evolução da política romana, trava-se luta entre dois grandes rivais : Júlio César e Pompeu. Os Lusitanos alinham sob o comando do último, dos seus filhos Cneu e Sexto ou dos seus lugares-tenentes. Os guerreiros destemidos e indomáveis de outrora seguem já apenas as vicissitudes das contendas entre os invasores. E acabam por se diluir as teimosas reivindicações autonomistas. Quando, após variados lances, Júlio César decide pela batalha de Munda o triunfo completo da sua causa — a submissão da Península está quase terminada.

No ano seguinte, o mesmo César, primeiro ditador vitalício, tende a uma autoridade absoluta, porventura à restauração do poder monárquico. Caio Cássio e Marco Júnio Bruto, à testa de um grupo de democratas intransigentes, assassinam-no no Senado. Novas agitações, novas rivalidades, novas campanhas — e a coroa imperial acaba por se pousar na cabeça de um homem : Octávio, que toma a designação de Augusto.

Logo o Imperador, que traz como base essencial do seu programa de governo a pacificação de todos os territórios que Roma

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

domina, visita por sua vez a Península. Atinge ràpidamente, secundado por Agripa e por Mecenas, aquele objectivo. Entra-se num período de calma, de organização, de prosperidade.

À semelhança do sucedido com Júlio César, também Augusto concede a várias cidades a distinção honorífica do próprio nome: Bracara torna-se *Bracara Augusta*; Emerita (Mérida), *Augusta Emerita*; Saragoça, *Caesarea Augusta*. Ao mesmo tempo, à velha divisão da Hispânia em citerior e ulterior — marcada pelo curso do Ebro — substitui a divisão em três grandes províncias: Tarraconense, que apanha grande parte do leste peninsular e a zona do noroeste até o Douro; Bética, a sul, até à linha do Guadiana; Lusitânia, que compreende as terras entre Guadiana e Douro.

Segue-se a romanização progressiva da Península. Roma é centro irradiante da mais forte civilização, de modelo imperial, jurídico e militar. Através das numerosas *colónias*, enviadas para exploração do domínio hispânico, o seu espírito alarga-se a estas paragens, desabrocha em diversos e brilhantes frutos. Os Romanos abrem maravilhosas via de pedra, erguem monumentos, promovem o desenvolvimento das ciências e das artes, estimulam poderosamente o comércio, reproduzem na política e na administração a orgânica perfeitíssima da metrópole. Ainda hoje abundantes vestígios mostram a grandeza e a opulência a que a Península chega durante o seu governo. Toda ela se cobre de templos consagrados aos deuses pagãos, de arcos triunfais, de teatros, de circos, de banhos, de aquedutos, de estátuas, de medalhas comemorativas, de inscrições, de pinturas murais. A civilização peninsular torna-se «romana dos pés à cabeça» — como escreve Menéndez y Pelayo. Os povos ibéricos, que até aí conheceram apenas uma existência semibárbara, pobre, difícil, de pequenas tribos sempre envoltas em guerras sem fim — deslumbram-se ante a unidade, a riqueza, o alto nível de poderio e organização dos conquistadores, deixam-se modelar, fascinados, pelo génio sugestivo e multímodo dos extraordinários construtores da *Pax Romana*.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Quanto à Lusitânia — que entra, após as lutas dos primeiros tempos, no movimento geral da romanização — deve-se sublinhar, todavia, que nem assim perde a sua forte individualidade. O ascendente dos novos senhores encontra núcleo irredutível de crenças, de costumes, de instituições, que são enquadrados e adaptados, não suprimidos. Essa persistência de firmes características resiste às sucessivas idades e mudanças.

Durante longo tempo os Lusitanos mantêm-se sobretudo pela coesão e pelo apego à terra. Ciosos da independência, bravos e obstinados, construíram nas alturas os seus *castros*, junto aos quais se estendem as *citânias* ou *cividades* em que predomina o colectivismo agrário. Aí, as populações laboriosas, entregues às fainas dos campos, marcam fundas tendências ruralistas. Quando as tropas de Augusto as submetem e procuram trazê-las às planícies, aos centros urbanos, a formas de maior convívio e melhor disciplina administrativa — têm de conquistar pouco a pouco a sua confiança e de converter, num vagaroso processo assimilador, essas comunidades rudimentares em verdadeiros organismos. Nas *citânias* há um embrião de governo, localizado no *oppidum* — zona onde se erguem os castelos ou fortalezas — que preside às aglomerações cintadas de muralhas. Há também uma esquemática divisão em classes : o chefe, os seus companheiros e iguais, os *famuli* ou serventes. Em cada *citânia* se esboça assim um microcosmo relativamente homogéneo, apto a ser, junto a outros da mesma espécie, integrado em mais vastos conjuntos.

Ao colectivismo inorgânico das *citânias* ou *cividades* sobrepõe Roma o molde diverso — sobretudo fiscal e agrário — das *villas*, tais como já florescem no distante Lácio. De cada propriedade indivisa, atribuída a determinado grupo, faz uma *villa*, cujo contorno é desenhado por padrões. Dirige-a o antigo chefe da *citânia*, agora transformado em *dominus* ou *possessor* — responsável pelo imposto ante os funcionários romanos. E o aparecimento do censo provoca uma divisão nova — em *possessores*, *ingenui* e *servi*, correspondente

*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

à velha distinção entre chefes, companheiros e fâmulos. Ao centro da propriedade que o *dominus* cultiva por conta própria levanta-se a sua residência, o *palatium;* perto, acumulam-se celeiros, arrecadações, estábulos ; em torno, disseminadas, as *casae* ou *casalae,* onde habitam os *casarii,* que têm a seu cargo uma porção de terreno e por ele pagam ao *dominus* certo tributo. Já por aqui se vê que a reforma administrativa dá como consequência o fraccionamento na pequena lavoura, génese da pequena propriedade.

Importante transformação, sensível benefício. Mas é bom recordar que as *villas,* ao multiplicar-se e desenvolver-se, o fazem sobre os alicerces nortenhos das *citânias* — e que se Roma institui novas fórmulas, novas relações, novos métodos, nova arquitectura, nem por isso deixam de permanecer, inabaláveis, na base de tudo, o amor à terra, o ruralismo substancial, as evidentes singularidades do povo que desde as mais recuadas épocas ali se fixou, ali entranhou as suas raízes, ali definiu a sua original e típica maneira de ser.

*

No que se refere ao município romano — demasiado espaço seria necessário para descrevê-lo com minúcia.

Limitemo-nos, pois, à definição de Paulo Willems : « no direito romano denomina-se *municipium* uma cidade *aliada* ou *submetida,* cujos habitantes receberam colectivamente do Povo Romano a *civitas romana.* Os munícipes dividem-se em duas categorias : os que possuem a *civitas* sem sufrágio, equiparados aos *aerari,* isto é, os que têm direitos privados, e não direitos públicos, de cidadãos romanos ; e os que possuem sufrágio *jure bonorum* e administração própria, e gozam do direito integral de cidade em Roma ». Nos municípios funciona uma espécie de senado, a *ordem dos decuriões,* depois chamada *cúria* — e entre os que nela podem figurar contam-se os *munícipes* (indígenas) e os *incolae* (estrangeiros que se vieram instalar no município), desde que uns e outros possuam de seu um mínimo de vinte e cinco geiras (*jugera*). O povo elege os magistrados e, para certos casos, é consultado por meio de referendo. Gradual-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

mente, porém, dá-se uma concentração do poder e a feição democrática entra em declínio. Eleitos de entre os decuriões (*creati*) ou nomeados (*nominati*), diversos grupos de magistrados exercem o mando : assim, os *duúnviros* ou *quatórviros* (conforme sejam dois ou quatro), equivalentes aos cônsules de Roma, com poderes judiciais ; os *curadores* e *questores,* que superintendem nas finanças e recolhem impostos ; os *edis,* que mantêm a ordem e policiam os mercados. Todas estas magistraturas variam de região para região, até de cidade para cidade — e desdobram-se em submagistraturas especiais, dentro da rede complexa da mecânica política e administrativa. No fundo, a grande característica do município é dar relativa autonomia à administração local e a sua nítida finalidade é valorizar ao máximo as regiões dominadas — que tanto mais renderão quanto mais prósperas se tornem. Trata-se de um processo evidente, já que introduz entre as dispersas tribos de outrora hábitos de sociabilidade, regras jurídicas, normas de divisão de trabalho e de aproveitamento de esforços, enfim, consciência cívica de agregado e interesse mais eficiente pela coisa pública. Um passo a mais — largo passo — para a formação estrutural dos futuros concelhos.

Mas registe-se que o município não modifica radicalmente o que existia : ordena, metodiza, aperfeiçoa, desenvolve, impõe o figurino uniforme da armadura fiscal e policial de Roma — sem destruir os alicerces subjacentes. Como nas *villas,* debaixo da fachada municipalista que se generaliza, ficam sempre, na Lusitânia profunda, os núcleos rústicos e primitivos das *citânias.*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

O Verbo de Cristo

Um contemporâneo de Tibério que deste canto do Ocidente contemple, através da fama, as grandezas de Roma e à sua volta encontre a sociedade mudada em puro e servil reflexo do modelo universal da *Urbs* — tem a impressão de se encontrar perante sólido e majestoso edifício, apoteose de uma civilização que se prolongará e desenvolverá pelos séculos sem fim.

Ei-lo em frente de nós, esse peninsular romanizado, confundido entre a multidão que acorre ao *forum*, se sente pequena junto dos templos aparatosos dos deuses do Lácio, escuta os poemas sensuais ou panteístas e as máximas estóicas, cépticas, eróticas ou cínicas dos sofistas e dos filósofos, admira o desfile cadenciado das legiões pelas maciças estradas de pedra. *Roma vitrix* deve parecer-lhe gloriosa, dominadora — e inabalável.

Surge, porém, naquele tempo, a um canto da Galileia, um homem estranho, que fala uma linguagem nova e cria à sua volta um movimento singular. Ouvido por alguns discípulos, cercado de humildes que se inflamam ao contacto do seu Verbo — exprime-se por imagens e parábolas, castiga em termos duros os vícios dos poderosos, dos ricos e dos devassos, bate a chamada das almas, abre os olhos a mundos ignorados de sacrifício, de renúncia, de aperfeiçoamento interior. Quem é ? Um poeta ? Um profeta ? Um rebelde ? O povo chama-lhe Rabi, saúda-o como o esperado e desejado Messias ; e muitos hebreus o veneram como Rei — um Rei que lhes diz não ser o seu Reino deste mundo.

Roma, a Roma cesárea, orgulhosa e omnipotente, nem dá quase por ele. Quando a sua prédica alastra, a efervescência que provoca

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

se torna inquietante e já se acumulam reacções e oposições — Pôncio Pilatos, Governador da Judeia, resolve o assunto como simples caso de polícia. Depois de receber da turba enlouquecida voto favorável à execução do agitador que prendeu, lava espectaculosamente as mãos para marcar a sua nenhuma responsabilidade no crime — e deixa morrer numa cruz o estranho Rabi que se oferece em holocausto pela redenção dos homens.

Epílogo ? Não. Começo. O começo da nossa era. O começo da verdadeira Civilização humana.

In principio erat Verbum. O Verbo é o início de tudo. Pelo Verbo, Cristo traz a cada um a sua própria descoberta, a súbita e total compreensão dos destinos, a luz sobre os mistérios do ser e de não-ser, as promessas definitivas e esplendorosas de Vida Eterna. Depois de morto pelos soldados de Roma — pobres soldados de couraças e gládios fulgurantes mas de olhos cerrados ao clarão da Verdade, que julgam prender num madeiro a força invencível do Espírito — Cristo ressuscita e confia aos Apóstolos a sementeira da palavra divina. O Verbo exalta esses pescadores galileus, transfigura-os, enche-os de fervores sobre-humanos, lança-os à conquista do Universo.

In principio erat Verbum. Levado por eles, pregado por eles a todos os lugares e a todas as gentes, o Verbo, descido do Céu, vai inundar a Terra.

*

À Península depressa chegam os apóstolos do Cristianismo. Será o primeiro Santo Iago Maior, cujo túmulo se venera, hoje ainda, em Compostela ? Embora incerto e controvertido, é atestado o facto por muitos autores : São Jerónimo, Santo Isidoro, São Julião de Todelo, Beda-o-Venerável — e antes de todos Dídimo de Alexandria. Na Epístola aos Romanos também São Paulo anuncia a sua vinda às Espanhas. Se há quem a ponha em dúvida confirmam-na, entre outros, o Papa São Clemente, Santo Atanásio, São Cirilo de Jerusalém, Santo Epifânio, São João Crisóstomo.

Nos anos de 64 e 65, em pleno reinado de Nero, há notícia do aparecimento dos sete Varões Apostólicos, enviados por São

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Pedro à Bética: Torcato funda a Igreja de *Accitana* (Guadix); Indalécio, a de *Urci*; Tesifonte, a de *Bergium* (Verga); Eufrásio, a de *Iliturji* (Andújar); Cecílio, a de *Iliberis* (Elvira, próximo de Granada); Hesichio, a de *Carteya*; Segundo, a de *Ábula*.

Tudo isto ainda difuso — no alvorecer hesitante dos primórdios. Mas fala bem claro a perseguição já ampliada a terras hispânicas pelo sádico incendiário de Roma, que faz tantas vítimas inocentes. Bem claro falam as grandes matanças ordenadas por Domiciano no Século I; por Décio, Diocleciano e Maximiano nos Séculos III e IV — para extermínio dos cristãos peninsulares. E o martírio do Bispo de Tarragona São Frutuoso e dos seus diáconos Augúrio e Eulógio; dos Santos Lucano e Marciano e das Santas Justa e Rufina; do Centurião Marcelo e dos seus filhos infantes. De Barcelona a Saragoça, de Valência a Alcalá, de Ávila a Mérida, a Évora, a Lisboa, a Braga, estendem-se, em rios de sangue, a fúria dos Césares e a glória dos Mártires.

Tem razão Santo Ireneu quando, em fins do Século II, alude às diversas Igrejas estabelecidas em Espanha; tem razão Tertuliano, quando, na mesma época, celebra o triunfo luminoso de Cristo em todas as regiões e por todos os limites da Península; e Lactâncio, um século depois, ao asseverar que a lei divina é conhecida e recebida do Oriente ao Ocidente; e Arnóbio, ao dizer que os fiéis hispânicos são «inumeráveis». O Verbo propaga-se aqui como incêndio estimulado pelo vento. O santo Bispo e mártir de África Cipriano já em 254 responde a uma consulta das Igrejas de Leão, Astorga e Mérida. E por volta do ano 300 celebra-se importante concílio em Iliberis com a assistência de dezanove bispos, vinte e quatro presbíteros, muitos diáconos e grande massa de cristãos. Até que o próprio Imperador romano Constantino — que tem junto de si, a aconselhá-lo e a catequizá-lo, o grande Ósio, Bispo de Córdova — se converte por sua vez. A *insania crucis*, a loucura da Cruz — insulto de poeta ímpio transformado em apologia involuntária — abrasa a Terra de lado a lado. *In hoc signo vinces*. O Verbo vence. Vencidas, a magnificência dos patrícios, a beleza corporal das apoteoses atléticas, a soberba dos legionários, a dureza dos cônsules, todas as

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

potestades da Matéria, da Luxúria e da Força. Vencidos — a par dos velhos cultos lusitanos de Atégina e de Endovélico — os ídolos que enxameiam pela mitologia latina, aos quais se ergueram estátuas, inscrições e lápides em toda a Península ; Júpiter Olímpico, *Optimus, Maximus, Conservator, Depulsor* (como se lê na velha legenda dumiense) ; Juno, maciça como uma torre ; Minerva, a guerreira e sábia ; Vesta, patrona do lar ; Ceres, protectora das colheitas ; Diana, caçadora esbelta ; Vénus, cúmplice dos amantes ; Marte, que assiste aos combatentes ; Mercúrio, subtil e equívoco amigo dos pegureiros, dos ladrões e dos mercadores ; Neptuno, a pairar sobre as águas no seu trono de sereias ; Vulcano, forjador infatigável ; o fúlgido Apolo, irmão do Sol ; e divindades secundárias, como Plutão, Proserpina, Baco ; até os Césares divinizados, com Augusto à cabeça, a quem, em vida, a Tarraconense oferece um altar. É uma floresta de símbolos, de poéticas invenções antropomórficas, de crendices populares. Cada elemento, cada estação do ano, cada sentimento, cada família, cada grupo tem o seu delegado no Olimpo. Essa multidão queda-se atónita, ante o Deus único e verdadeiro que aparece — Criador e Senhor de tudo. As estátuas gelam de súbito, reduzem-se a meros blocos inertes. Passa o sopro do alto. O Verbo vence. O Verbo feito carne : Deus feito homem, divino como nenhum deus, humano como homem nenhum. *Et lux in tenebris lucet.* E as trevas rasgam-se ante o clarão soberano !

*

No princípio do Século v a Espanha tem, nas suas fronteiras com as Gálias, a ameaça próxima dos bárbaros germânicos que, depois de vencidos em 404, perto de Florença, pelos guerreiros do Imperador Honório, se refizeram e batem às portas do Ocidente. São autênticas nações em marcha, emigradas de zonas inóspitas, à busca das terras férteis de aquém-Pirenéus.

Favorecidos pela revolta de Gerôncio, atravessam os Germanos em 409 a cordilheira pirenaica e espalham-se, irresistível maré, pela Península. Visto Gerôncio e Máximo os solicitarem e lhes chamarem

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

aliados — não vêm como inimigos, mas como auxiliares. Lutam, porém, contra os exércitos fiéis a Honório. E volta a Hispânia, nesta outra guerra, a ser campo de batalha, saqueado, devastado, coberto de ruínas e cadáveres. Até que Honório ganha vantagem. Gerôncio suicida-se. O Imperador, na impossibilidade de expulsar os bárbaros, decide negociar, e partilha entre as suas tribos os territórios cobiçados — sob a égide de Roma. Vândalos e Suevos instalam-se na Galécia ; Alanos na Lusitânia e na Cartaginense ; Vândalos Silingos na Bética.

Tal distribuição só se mantém por alguns anos. Em 416 Honório faz atacar pelos seus generais os Alanos e Vândalos Silingos que, batidos se retiram. Ficam só os Vândalos e Suevos na Galécia, prontos, — segundo dizem, — a submeter-se. Mas em 492 estala entre os dois povos um conflito, pouco antes da ida dos Vândalos para África. Os Suevos já não têm concorrentes. Durante mais de uma centúria sustenta-se o seu Reino na parte noroeste da Península. Alarga-se até o Tejo com a capital em Braga (já sede de um bispado desde Diocleciano) e chama-se *Reino de Portu-Cale* — do nome de dois castros fronteiros nas margens do Douro.

Por este tempo, penetram na Espanha os Visigodos, também aliados de Roma — que, em pleno estertor, só consegue viver graças aos auxílios sucessivos dos bárbaros. Derrotados pelos Francos nas Gálias, os Visigodos retiram para sudoeste — e após vicissitudes diversas chegam a apoderar-se (no reinado de Eurico, uma vez consumada a queda do Império Romano do Ocidente) da maior parte da Península, com excepção da Galécia.

Suevos e Visigodos coexistem pelo espaço de século e meio. Os primeiros são, na generalidade, pagãos — e pouco a pouco as crenças do povo hispano-romano, entre o qual se encontram, contagiam-nos. Se Requiário, Rei suevo dos meados do Quinto Século, recebe em 448, por influência do Bispo Balcónio de Braga, o baptismo católico, sucumbe oito anos depois às mãos do Rei visigodo Teodorico II, fervoroso adepto do Arianismo. E ao Arianismo aderem os Suevos sob o reinado de Remismundo (463-464), devido às prédicas do Bispo ariano Ajax. Só muito mais tarde, por 560, Teodemiro

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

e o seu povo se convertem à religião verdadeira — graças a São Martinho de Dume, «apóstolo da nação sueva», autor da *Formula Honestae Vitae,* que não tarda a receber a mitra bracarense. Torna-se então a capital o centro religioso e cultural do Reino. Paulo Orósio, os três Avitos, o monge Baquiário, e outros, são nomes que, em diferentes épocas, a ilustram e a enobrecem. A heresia de Prisciliano, que tantos perigos oferece e ameaça alastrar, é vitoriosamente combatida por São Martinho. Em Braga se celebra (561) um concílio para festejar a conversão. Cria-se o rito bracarense — e a metrópole sueva torna-se, como então lhe chamam, a Roma das Espanhas.

Os Visigodos, porém, crescem em poderio. O seu grande Monarca Leovigildo trava afortunadas campanhas com os mais diversos inimigos. Casou Leovigildo, no primeiro matrimónio, com a católica Teodósia, tia do futuro São Leandro; um dos filhos, Hermenegildo, casa por sua vez com a católica Ingunda, filha de Sigisberto. E ateia-se a guerra de religiões. A partir de 576 Leovigildo resolve perseguir os católicos, incitado por Gosvinta, sua segunda mulher, e pelo seu fanatismo de ariano. Dentro de pouco, Hermenegildo, nomeado Governador da Bética e convertido ao Catolicismo, alia-se com os Suevos, entra em rebelião declarada. O pai, irritado, cerca o insubmisso em Sevilha, vence-o, aprisiona-o em Córdova, manda-o cativo para Toledo, daí para Valência e depois para Tarragona, onde é executado.

Logo a seguir, por 585, Leovigildo aproveita os dissentimentos entre os Suevos, consegue abolir-lhes a independência, incorpora-os na Monarquia visigótica.

Como se viu, já o fermento cristão se manifesta entre os novos senhores da Hispânia. Será ou não verdade que Leovigildo, ao morrer no ano seguinte, se converte também? De qualquer modo, Recaredo, seu outro filho, que lhe sucede, talvez sob a decisiva influência de São Leandro, Bispo de Sevilha, ou convencido de que a estabilidade e a coesão dos seus domínios não podem suportar

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

mais as lutas religiosas e de que a população hispano-romana é quase totalmente católica — abraça a fé da mãe e do irmão. No III Concílio de Toledo, de 589, para o qual são convocados todos os prelados e clérigos da Hispânia, Recaredo e a Rainha fazem solene profissão de fé. Os oito bispos arianos presentes, assim como presbíteros, diáconos, membros da nobreza — abjuram a heresia. Torna-se um facto, em toda a extensão dos domínios da coroa visigótica, a unidade religiosa. Durante os cento e tantos anos que dura ainda o governo dos sucessores de Recaredo efectuam-se, com intervalos variáveis, numerosos concílios nacionais em que se regula, se organiza e se orienta a vida social da Península, se promove a fusão definitiva de hispano-romanos e godos, se tende a estabelecer crescente igualdade perante a lei das antigas classes, tão demarcadas pelo direito romano.

*

A Península invadida pelos bárbaros ? Será legítimo perguntar qual o verdadeiro invasor. E a resposta acode, imperiosa : o verdadeiro, supremo invasor — é Cristo. As massas germânicas ocupam, sem dúvida, o território — empresa superficial e precária. Cristo vai ao fundo : ocupa as almas. Tocado pela Graça, Teodemiro, Rei suevo, confessa o Deus verdadeiro em 560. Tocado pela Graça, certo de não poder garantir a vida e a duração do seu Império desde que continue a professar a heresia ariana, Recaredo confessa o Deus verdadeiro menos de três décadas passadas.

Qual o supremo invasor, decerto invisível mas vitorioso, aquele diante de quem todas as cabeças poderosas se inclinam, o triunfador de tantas batalhas espirituais feridas nesta época ? Só Cristo. A Sua Lei domina, em 589, a sociedade peninsular, rege-lhe os destinos, comanda-lhe os pensamentos e os actos.

O Verbo vence. Toda a Hispânia o proclama de joelhos, nessa alvorada ocidental do Século VI !

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Gesta da Reconquista

Um grande frémito agita o Islão a partir da morte de Maomet, no primeiro terço do Século VII. Com o intuito de propagar o seu credo e também de alargar o seu domínio através da *gihâd* (guerra santa) — abalam-se as massas brancas dos cavaleiros árabes.

De leste para oeste, passam da Arábia à Síria, à Palestina, ao Egipto, que sucessivamente anexam. Depois, galgam mais longe: todo o litoral mediterrânico da África do Norte cai-lhes nas mãos. Do Indo ao Atlântico, o Império do Crescente torna-se extensa mancha avassaladora. E quando enxerga o Mar ocidental, conta-se que o famoso Ocba Ibn Nafé, conquistador da Mauritânia, mete, num desafio, o seu cavalo pela água dentro e exclama: «— Por Deus, se mais terra houvera mais tomara!»

Há, sem dúvida, mais terra. Aquém do Estreito, a Monarquia visigótica decompõe-se em querelas incessantes. As dissidências religiosas, as agitações e conspirações dos Judeus, a instabilidade causada pelo regime incerto da chefia electiva — minam o edifício. Apesar dos benefícios resultantes da unificação cristã e da obra moralizadora e organizadora dos concílios, apesar de uma cultura já brilhante — em que os nomes de Isidoro de Sevilha, de Bráulio de Saragoça, de Frutuoso de Braga, dos historiadores Idácio e João Biclarense, de Aprígio de Beja esplendem prestigiosos — a sociedade visigoda não se sustenta. Os restos do partido ariano, os pequenos chefes locais, sobretudo a gente hebraica, em parte expulsa, em parte escravizada, constituem poderosas toxinas que bastam para lhe corroer o organismo e lhe apressar o fim. Quantos desconten-

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

tes emigram justamente para a Mauritânia e incitam os islamitas a atravessar o Estreito !

Por morte do Rei Vitiza sobe ao trono Rodrigo, que o concílio designa (710). Não se conformam os filhos do Monarca falecido e pedem auxílio ao Conde Julião, Governador de Ceuta. Aliado dos Muçulmanos, Julião acompanha-os num desembarque em Algeciras. O bando mais impetuoso lança-se imediatamente ao ataque — e com os lucros da pilhagem regressa a Tânger. O episódio permite aos Árabes avaliar a fraquíssima resistência dos Visigodos.

No ano seguinte, à testa de numeroso exército em que os berberes abundam, o general Tarik chega a Espanha ; fortifica-se no monte que ficará conhecido por Geb-al-Tarik (Gibraltar) e segue logo a ocupar territórios. Vai ao seu encontro Rodrigo, então a braços com uma revolta dos Bascos. As duas forças defrontam-se na foz do Rio Barbate ou Guadibeca, junto ao lago de Janda, perto de Medina Sidónia. O desbarato dos Visigodos é total. Rodrigo foge para longe — e o invasor compreende ter o caminho desimpedido. Pouco tempo passa sem que, em 712, Muça, governador de África, ciumento de Tarik ou apenas com a cobiça despertada ao saber-lhe dos triunfos, traga o seu exército à Ibéria. Sevilha, Mérida são subjugadas ; depois Córdova e Toledo. Já reunidos, mais ao norte, Muça e Tarik entram em Saragoça. Chama-os o Califa Ualide ; é o filho de Muça, Abdelaziz (casado com a viúva de Rodrigo), quem prossegue a conquista, e o governador Alhorre quem a conclui. O Islão está senhor da quase totalidade da Península.

Mas repete-se o episódio de Viriato. Escapado à matança de Galba, o caudilho lusitano estimulou e chefiou a resistência do seu Povo. À matança do Barbate sobrevive o guerreiro cantabro Pelágio que se retira para a região inacessível das Astúrias e assegura a manutenção de um minúsculo Estado neogodo na extrema orla setentrional da Espanha. Pequeno foco de luz cristã — que não deixará mais de arder e alastrar.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Em 718, quando os sarracenos se propõem destruir essa rebeldia incipiente, a vitória de Cangas de Onis — ou Covadonga — sagra o alvorecer da Reconquista. Desde então, a cada passo engrossam as forças de Pelágio, aclamado Rei pelos cavaleiros que o acompanham. De todos os lados vêm alistar-se combatentes sob a bandeira da Cruz. O seu domínio cresce pouco a pouco.

Insaciáveis, porém, os generais árabes tentam invadir a Gália próxima. Um deles, em 732, marcha, decidido e impulsivo, entre sucessivos êxitos, até Poitiers. Aí, Carlos Martel, chefe dos Francos, sai-lhe ao caminho e numa dura jornada tira-lhe a vida e põe-lhe as tropas em fuga. A Europa está salva da onda islâmica. O ardor dos asturianos recebe do facto novo estímulo.

E a Reconquista avança. Há qualquer aspecto providencial na dolorosa crise sofrida pelos Godos decadentes. Súbito, os chefes corruptos, a incessante guerra civil, as emulações e as rivalidades desaparecem ante o imperativo da luta contra o Infiel. Virtudes ignoradas geram-se na têmpera dos combates. Para levar ao triunfo a lei divina tem de vencer cada um os seus demónios. Esses guerreiros cristãos que seguem Pelágio e os outros Reis das Astúrias enchem o Ocidente das puras glórias de uma primeira Cavalaria.

Favila, Afonso I, Fruela, Aurélio e os seus sucessores libertam a Galiza, restauram as cidades de Astorga, Leão, Zamora, Ledesma, Segóvia, Ávila, muitas mais. Descem abaixo do Douro, marcam limites em Coimbra, Cória, Talavera, Toledo, Guadalajara, Pamplona. Batalham sempre, arremetem, recuam ante algumas fortes investidas — para voltarem a progredir logo que as circunstâncias lho permitem. É a Gesta da Reconquista — a que correspondem, entre os Árabes, desavenças constantes, lutas sem fim. Os Omíadas, na pessoa de Abderramão I, instalam a capital da sua Monarquia em Córdova. As facções multiplicam-se, as conflagrações também. Nem é possível resumi-las — tantas são, tão confusas, no labirinto de raças, de dinastias, de ambições de simples aventureiros locais que entre si disputam a parte da Península sujeita ao Crescente. Nos Reinos cristãos, à medida que os seus territórios se alargam, também apa-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

recem dissidências e mesmo choques sangrentos. Mas continuam sempre a avançar.

*

Por tudo isto a Península torna-se uma espécie de xadrez movediço — cujos fragmentos mudam instantâneamente de senhores, de costumes, de bandeiras. Os Muçulmanos vêm em ondas, em rajadas. Saqueiam, matam, violam, destroem. Logo uma reacção contrária lhes faz largar a presa — até o próximo refluxo que os traga de novo. Entre a sucessão de surpresas e contingências guerreiras, os povos, todavia, acabam por estabelecer um *modus vivendi*. Embora sejam bárbaros os seus processos de guerra, os invasores, logo de começo, pelo tratado de 713, de Abelaziz com o valoroso Conde Teodemiro, comprometem-se a respeitar a honra, a fazenda e a religião dos vencidos, mediante determinado tributo. Se em muitos pontos a bruteza dos combatentes e as oportunidades das *razias* os levam a desmentir as suas promessas, em muitos outros revelam-se brandos no domínio e tolerantes nas relações. Dá-se mesmo uma interpenetração de Sarracenos e Hispano-romanos. O município mantém-se. Dioceses e mosteiros continuam a assegurar quanto possível — no meio de lances tão diversos — a disciplina e o fervor dos crentes. Coexistem ambos os cultos, ambas as civilizações. Pouco a pouco, formam-se tipos híbridos: os *mosárabes*, cristãos sob o domínio islamita; os *mudéjares*, islamitas sob o domínio cristão; os *muladis*, cristãos renegados convertidos a Mafoma — em que se fundem conquistadores e conquistados; sofrem estes a influência daqueles, mas reconhecem os primeiros numerosas liberdades aos segundos. Os núcleos mosárabes, em determinados pontos, chegam a adquirir transitória ou prolongada autonomia — e formam centros característicos, desligados do conjunto. Assim, Coimbra, reforçada pelo mosteiro vizinho de Lorvão — «*acaso el foco más potente de mozarabismo en el país ocidental*», ao que assevera o professor espanhol Gomes Moreno; assim, Beja, governada então pelo caudilho Alalá-ben-Moguit, que tanto custa a submeter; assim, Évora, Santarém, Lisboa,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

vários núcleos algarvios. *Mosárabes, mudéjares* e *muladis* são valiosos elementos de elasticidade popular, acomodados a todas as hipóteses e a todas as metamorfoses. Afins de uns e de outros, a meio caminho entre dois inimigos e entre duas crenças — amortecem choques, adoçam arestas, atenuam oposições. A sua existência explica a facilidade com que a Reconquista pode espraiar-se, ser acolhida e aceita pelas povoações em que tanto subsiste ainda das tradições e da orgânica político-administrativa da sociedade goda — e também a rápida adaptação que se opera na volta dos Árabes, quando estes retomam o terreno perdido. Através da agitação constante da vida peninsular durante cerca de cinco séculos, a força estável que pode garantir em certa medida o labor dos agricultores, a administração dos centros municipais, a continuação da vida em comum — provém justamente dessas massas de gente passiva, acolhedoras para todos, habituadas a sujeitar-se, conformadas com eventuais soluções temporárias.

Isto não significa, evidentemente, que a passagem dos islamitas seja coisa superficial e inofensiva. O facto da própria aparição dos mosárabes é uma prova de que os invasores deixam a sua marca na Península — onde, aliás, encontram afinidades raciais, visto persistirem no sangue ibérico remotas infiltrações líbio-fenícias. Mas se é importante o que trazem, não o é menos o que conservam e respeitam.

E as cruentas perseguições do tempo de Abderramão II — que levam ao suplício tantos cristãos inocentes ? E o martírio do metropolita toledano Eulógio e de tantos dos seus companheiros de fé, no tempo do implacável Mohámed I de Córdova, que destrói igrejas e faz assassinar milhares de crianças e mulheres ? E as violências desenfreadas do sinistro Hostegesis de Málaga ? Páginas de horror e de impiedade, sem dúvida — que bem justificam e impõem a acção vigorosa dos libertadores cristãos. Repita-se, no entanto : Árabes e Godos convivem por vezes em melhores termos. Ligam-se por laços de família : já se viu Abdelaziz casar com a viúva de D. Rodrigo ; ver-se-á Afonso de Leão apregoar os seus amores com Zaida, filha do Rei mouro de Sevilha. Caudilhos cristãos servem Príncipes muçul-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

manos : o Cid, por exemplo. Chefes sarracenos, por sua vez, combatem sob as ordens de Monarcas neogodos.

Tudo lógico, natural, humano. Cinco séculos não podem decorrer apenas em prélios, morticínios e saques. Um mínimo de fraterno comércio terá de estabelecer-se e perdurar entre habitantes das mesmas regiões por tão largo prazo. As reflexões que acabam de ser feitas apenas visam a favorecer uma interpretação realista do período — sem em nada afectarem a substancial necessidade da restituição da Península aos seus destinos interrompidos.

*

Agora, a sumaríssima enumeração de alguns acontecimentos marcantes.

Em 762 Carlos Magno cria o Condado de Barcelona, sob a sua suserania, e em 778 as tropas francas alcançam o Ebro. Vinte e tantos anos passados, já os feudos hispânicos — Navarra e Barcelona — se desligam da obediência carolíngia. Nos meados do Século IX piratas normandos assaltam a Corunha, Lisboa, Sevilha — e são rechaçados, quer pelos Leoneses, quer pelos Árabes. Oviedo e a Galiza separam-se do Reino das Astúrias nos começos da centúria seguinte ; mas voltam depressa a pertencer-lhe. Abderramão III pacifica e unifica as províncias árabes por algum tempo — enquanto se funda o Reino de Leão-Oviedo. Navarra e Leão sofrem vicissitudes inúmeras, assoladas e tomadas pelos dois partidos. Em 933 os Leoneses derrotam os Muçulmanos em Osma ; em 939 Leão e Navarra aliados vencem em Simancas e Alhândega ; em 950 obtêm grande triunfo em Talavera. Três décadas mais tarde — depois de novos saques dos Normandos na Galiza — o terrível e afortunado Almançor lança a ofensiva contra os cristãos, toma Zamora e quatro anos adiante Barcelona ; logo, Coimbra, Leão, Osma, Alcoba, Astorga. Nos fins do Século invade mesmo a Galiza — passa o Minho, destrói o santuário de Compostela. A estrela de Pelágio apaga-se ? Vai o Islão ser dono da Península ?

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Não. Revoltas sucessivas assolam Córdova : uma, em 1005, de Hicham contra Modhaffar ; outra, em 1009, contra os Amirides. A anarquia reina entre os Sarracenos. Em 1023 os Berberes predominam. Pouco tardará que Omeya faça, em 1031, abolir o Califado e se efectue, com a república oligárquica, a fragmentação dos Estados muçulmanos. A cada canto surgem esses pequenos principados independentes, sob a chefia ocasional de aventureiros ambiciosos, que terão o curioso título de « reinos de *taifas* » — isto é : de partidos.

Os Príncipes neogodos aproveitam as circunstâncias : em 1027 já Afonso V aparece ao sul do Douro e cerca Viseu. Mais trinta anos e Fernando Magno conquista Badajoz, Viseu, Lamego ; mais alguns e conquista Coimbra. À sua morte os Estados são partilhados entre os filhos ; Sancho herda Castela ; Garcia, a Galiza ; Afonso, Leão. Sancho tenta esbulhar o Rei leonês, que se refugia em Toledo — mas é assassinado no cerco de Zamora e Afonso vê-se restituído ao seu trono e anexa o Reino do irmão. Pouco depois, também se apossa da Galiza, uma vez deposto Garcia. Nas mãos de Afonso VI a unidade dos domínios de Fernando Magno reconstitui-se. E em 1085, depois de atrevida campanha no sul durante a qual chega a cercar Sevilha, põe o Soberano todo o empenho na recuperação de Toledo, a velha capital goda dos Concílios.

Já então se proclama, com orgulho, Imperador — *Dei Gratias Legionensis Imperii Rex.* Conta-se ainda que, durante a algara por terras andaluzas, Afonso VI toca o extremo litoral peninsular, na região de Tarifa. O seu cavalo entra no oceano aberto e azul. E o triunfador exclama, deslumbrado : « — Esta terra, último limite da Espanha, pisei-a eu ! »

Eco cristão ao desafio islamita de Ocba. Entre ambos, medeiam quatro séculos. Mas o invasor árabe tem resposta condigna do herói da Reconquista !

*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

A sombra de Cluny

A Igreja atravessa neste tempo grave crise. Pela Europa cheia de guerras, de invasões, de convulsões, o feudalismo implanta-se, com carácter acentuadamente militar. No cimo da pirâmide está o Rei, mas em numerosos lugares os senhores feudais exercem poderio desmedido e usurpam a cada passo as funções da autoridade religiosa. Como essas funções se traduzem por honras e proveitos consideráveis, nelas investem com frequência os seus amigos e companheiros de luta. Assim improvisado, ao sabor do capricho e do acaso, o clero torna-se uma classe em que, a par de algumas nobres figuras espirituais e morais, são vulgares os tristes exemplos de corrupção e relaxamento. Tal estado de coisas reflecte-se quer no prestígio externo da Igreja, quer na sua disciplina interna.

E Roma assiste no Século X, depois de vários incidentes anormais, ao advento de três Papas (João X, João XI, João XII) cuja intronização se deve a influências preponderantes na oligarquia senatorial. O último deles vê-se constrangido a aceitar a protecção comprometedora de Otão-o-Grande, Imperador da Alemanha, que não tarda a exigir o direito de aprovar a eleição dos futuros Pontífices.

Tudo isto leva a situação intolerável e perigosíssima. Sente-se a urgência de um movimento restaurador na Igreja — mas restaurador *por dentro,* capaz de lhe comunicar novos alentos e novas forças, de lhe garantir novos quadros à altura da sua missão.

Com o intuito de criar núcleos de pura formação beneditina, ao alvorecer da décima centúria, sob a protecção de Guilherme,

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Duque da Aquitânia — Bernon, jovem aristocrata borgonhês, funda um mosteiro em Cluny, pouco ao norte de Mâcon (Saône-et-Loire), do qual é o primeiro Abade. Mas o seu sucessor, Odão, já abriga desígnios mais vastos. Ainda moço, viu os bárbaros normandos incendiar a basílica de São Martinho, onde vivia. E convence-se da necessidade inadiável de intenso esforço dos servidores de Deus para salvar a Igreja dos crimes e ambições dos homens. Movido por ardente proselitismo consegue encher a França de mosteiros da sua Ordem. Mas enquanto, até aí, os Beneditinos se agrupavam em casas autónomas, sem ligação alguma, Odão, com a expressa sanção pontifícia, coloca todas as suas fundações sob dependência e autoridade de Cluny : assim dá origem a uma Congregação largamente armificada. Aynard, Mayolo, Odilão, que lhe sucedem, continuam e ampliam desveladamente a obra.

Graças à organização excelente, à austeridade e rigor da sua vida monástica, ao raro mérito dos seus Abades, Cluny passa a exercer grande influência em todos os negócios romanos. Os Papas aconselham-se frequentemente com os directores da Congregação. A Igreja confia-se aos monges solitários, imersos no serviço divino, cuja visão paira acima dos efémeros sobressaltos do mundo. Na luta com os Imperadores feudais — que chega ao auge na célebre *Questão das Investiduras*, entre Gregório VII e Henrique IV — Cluny dá tudo a Roma : força de ânimo, aliança e apoio de fidelidades inumeráveis, alguns dos melhores sustentáculos do Papa.

A reforma salvadora está em marcha. Cluny é o seu mais eficiente e prestigioso centro de comando.

*

A histórica frase de Afonso VI nas praias extremas da Espanha meridional tem apenas valor simbólico. De facto, o Soberano leonês ainda não pisa com segurança as terras de Tarifa. Primeiro há que resolver o problema de Toledo, obter a sua entrega pelo Rei mouro Al-Cadir, em troca de Valência. Com felizes negociações primeiro,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

felizes operações de guerra depois, ambas as cidades lhe caem nas mãos. Afonso VI entra em Toledo a 25 de Maio de 1085. Pouco depois Al-Cadir é colocado no trono valenciano, mas os soldados de Castela instalam-se nas vizinhanças. A vitoriosa campanha alcança mesmo o Reino de Granada. Mais tarde, toma por objectivo Saragoça, a que o Imperador põe cerco.

Se do lado árabe nenhuma reacção surge é o sinal da derrocada sem remédio. Al-Mutamide, senhor de Sevilha; Al-Mutavaquil, de Badajoz; Temin-ben-Badis, de Málaga e Granada; Al-Motasin, de Almeria, lançam de comum acordo apelo desesperado ao poderoso Emir Iuçufe ibne Texufine, da dinastia dos Almorávidas (isto é: «consagrados a Deus»). Os seus rogos são ouvidos: Iuçufe levanta bem alto, nos pulsos enérgicos, o estandarte do Crescente. À testa de considerável exército passa o Estreito, desembarca em Algeciras, dirige-se, já reforçado pelas tropas dos mouros peninsulares, para o norte. Rumo a Toledo? Não. O seu propósito é ir ao coração do adversário: a Leão e à Galiza.

Conhecedor do facto, Afonso VI abandona a empresa de Saragoça — e corre sobre os Muçulmanos. Perto de Badajoz, em Zalaka (segundo os Árabes) ou Sacrálias (segundo os Cristãos), encontram-se a 23 de Outubro de 1086. «Os dois exércitos que se achavam frente a frente», diz Herculano, «eram, talvez, os maiores que desde a entrada dos Sarracenos a Espanha tinha visto. Ainda dando algum desconto à exageração ordinária dos antigos historiadores árabes e cristãos, os quais unânimemente afirmam que só Deus poderia contar o número de muçulmanos e que as tropas do Rei de Leão e Castela subiam a oitenta mil cavaleiros e a duzentos mil peões, é todavia certo que ali se encontravam todas as forças das duas raças que disputavam o solo da Espanha, ajudadas uma pelos guerreiros francos e a outra pelos almorávidas conquistadores da Mauritânia». Neste duelo gigantesco, uma nota estranha: entre a gente de Iuçufe há grupos vários de cavaleiros godos e trinta mil mouros se acham nas fileiras imperiais. Clara imagem da confusão que é, ao tempo, a política peninsular!

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Fere-se a batalha e, se dá a princípio grandes esperanças aos cristãos, acaba — depois da intervenção dos temíveis lantunitas — pelo seu inteiro desbarato. O próprio Afonso VI, ao fim de proezas sem conta mercê das quais tenta conjurar o inevitável, tem de recorrer à fuga, com umas derradeiras centenas de homens, sob a protecção da noite que desce.

Momento, sem dúvida, angustioso. Iuçufe faz hedionda matança : a Mauritânia, durante largo período, vai receber milhares de cabeças de cristãos, a atestar o triunfo bárbaro do Emir. O terreno abre-se propício à invasão, que se afigura iminente e irresistível.

Mais uma vez, dir-se-á velar Cristo pelos seus. Ainda na noite de Sacrálias recebe o Almorávida um mensageiro com a nova tremenda de ter morrido em Ceuta o seu primogénito, Abi Bekr. Sem poder conter a dor paterna, incapaz de explorar o êxito, volve-se a África, renuncia a perseguir o inimigo. Providencial desfecho ! Sem Iuçufe as coisas vão seguir caminho muito menos trágico do que seria para temer. Nessa tenebrosa jornada estremenha o Islão pareceu ter ganho a partida. Afinal só adiou um pouco a sua definitiva expulsão da Península.

*

Afonso VI procura fazer frente às circunstâncias difíceis. Uma das primeiras iniciativas que toma após o desastre de Sacrálias é enviar emissários a França, a pedir socorros urgentes.

O seu grito de alarme deve soar especialmente em Cluny. Governa agora a Abadia outro homem notável : Hugo, o confidente de Gregório VII, cujo ascendente é enorme em toda a Cristandade. Há muito se estabeleceram afectuosos laços entre ele e o Monarca espanhol, que até casou em 1079 com sua sobrinha por afinidade Dona Constança, filha de Roberto, Duque de Borgonha. Hugo secunda o apelo de Afonso VI e o seu valimento junto de Filipe I ajuda a pôr em marcha um valoroso troço de cavaleiros franceses, entre os quais Eudo, Duque de Borgonha e Raimundo, Conde de

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Amous. Esses aliados desenvolvem no vale do Ebro, sob a égide do Rei Sancho Ramires de Aragão, em 1087, uma breve campanha. Mas a ameaça dilui-se com a ausência de Iuçufe e o próprio Afonso VI lhes dispensa os serviços. Os gauleses regressam à pátria, sem quase haverem tido oportunidade de se ilustrar desta vez na Península.

Em 1090, depois de uma visita do próprio « Abade dos abades » à Península, e como Dom Afonso VI, pelo falecimento de seu irmão Garcia, se acha sem herdeiro varão, ajusta-se o casamento da Infanta Dona Urraca e de Dom Raimundo de Borgonha — que no mesmo ano se efectua. O sogro logo lhe confia o governo da Província da Galiza. Já poucos anos adiante, em 1094, se intitula, numa doação, *totus Galeciae Princeps*.

Chega então — chamado pelo Conde Raimundo, que necessita de valorosos combatentes para o ajudar — seu primo Dom Henrique de Borgonha, com a promessa de desposar outra filha de Afonso VI, Dona Teresa, havida em tempos pelo Soberano de Dona Ximena Nunes de Gusmão, e bastarda segundo uns, legítima segundo outros (se casaram de facto e o casamento foi dissolvido por Bula de Gregório VII). Este matrimónio de Dom Henrique e Dona Teresa não demora também a efectuar-se.

É vasta a região entregue a Raimundo, já que compreende, além da Galiza, os territórios de entre Douro e Minho. Aumenta ainda quando Afonso VI obtém do Rei de Badajoz (ameaçado por nova investida dos Almorávidas) a cedência de Santarém, Lisboa e Sintra. Institui com estas novas terras um Condado e dá o seu governo a Soeiro Mendes, sob a autoridade de Raimundo. Um general de Iuçufe, Sir, reconquista, porém, talvez Santarém e certamente Lisboa. Raimundo para lá se dirige, de Coimbra, onde juntou luzida coorte. E assenta arraiais perto da cidade. Os Mouros, ajudados por alguns reforços que Sir enviou, apanham-no de surpresa, cercam-no, fazem-lhe muitos mortos e prisioneiros. Por este tempo Afonso VI decide estabelecer outro governo em benefício do Conde Dom Henrique, delimitado aproximadamente pelo Minho a norte e pelo Tejo a sul. Em 1095, num documento conhecido, usa Dom Henrique o título

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

de «Senhor de Coimbra». Dois anos mais tarde, este, mais amplo e expressivo: *Comes portucalensis* — «Conde portucalense».

Assim Afonso VI descentraliza o poder militar nos vastos domínios imperiais — utilíssima providência numa época em que os Mouros acometem de surpresa nos lugares mais diversos e é preciso que encontrem diante de si chefes investidos de autoridade bastante para lhes repelir os assaltos. Assim também — sem decerto o querer — Afonso VI prepara o desmembramento, já próximo, do seu Império.

*

Quem estude com alguma atenção os anos de governo do Conde Dom Henrique tem de verificar o claro intuito, prosseguido sistemática e tenazmente, de enfraquecer e mesmo destruir, pouco a pouco, os laços de vassalagem a Castela. Embora se mantenha nos documentos o formulário que, na aparência, torna essa vassalagem explícita — *Regnante Rex Alfonsus, et sub eo principe nostro Comite Dominus Anricus,* lê-se numa doação de 1107; embora o marido de Dona Teresa se julgue no dever de ir por várias vezes à Corte do sogro como vassalo que vai prestar contas da sua gerência ao suserano e de o acompanhar mesmo em certas campanhas — a verdade é que os largos poderes de que desfruta, a dificuldade das comunicações, o estado de permanente guerra em que se encontram mouros e cristãos, fazem com que se sinta muitas vezes senhor da plenitude do mando nos territórios à sua guarda e procure, como é natural, reforçar cada vez mais a autonomia. Além disso, parecem ligar-se a projectos de larga envergadura a vinda dos Borgonhas à Península e os seus casamentos com as filhas do Monarca. Até aí, Afonso VI não tem herdeiro varão e será lógico prever que à sua morte os domínios se repartam. O mesmo sucedeu em 1035 com Sancho de Navarra, cujos Estados foram divididos por seus filhos Garcia, Fernando, Gonzalez e Ramiro; e em 1065 com Fernando Magno. Porque não esperará o Abade de Cluny, uma vez falecido o Imperador, nova fragmentação da herança — desta vez em proveito dos seus dois parentes Hen-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

rique e Raimundo, ambos de sangue real, ambos ligados pelo matrimónio às Infantas leonesas?

A melhor demonstração de que assim terá sido colhe-se no famoso *pacto sucessório,* celebrado entre os dois Condes, pelo qual estabelecem a partilha dos domínios de Afonso VI. Nesse pacto, juram-se Raimundo e Henrique recíproca e perpétua amizade; promete o Conde portucalense ajudar o primo a adquirir, contra todos os opositores, os Estados do sogro e se for o primeiro a apossar-se do tesouro de Toledo atribuir-lhe duas terças partes e guardar a restante; por sua vez, promete o Conde da Galiza ceder a Henrique, após a morte do Imperador, a cidade de Toledo e todas as terras que lhe estão anexas, desde que fiquem na sua posse a título de feudo. Também jura, caso se adiante na aquisição dos tesouros toledanos, deixar-lhe um terço e reservar para si os outros dois. Em artigo adicional esclarece-se que na hipótese de Toledo e suas dependências não poderem ser dadas a Henrique receberá este a Galiza como compensação. E note-se que o pacto, datado do primeiro semestre de 1094, segundo d'Achery, é oficialmente comunicado ao «Abade dos abades», depois de feito perante o seu legado Dalmácio Geret ou Gevet, antigo monge de Cluny, eleito no mesmo ano Bispo de Compostela. Nada mais claro — e mais significativo.

Há que frisar ainda outra espécie de diligências de Dom Henrique, no sentido de bem definir e organizar a unidade eclesiástica do seu Condado. Principia — de acordo com o Arcebispo Bernardo de Toledo, nomeado Legado Pontifício e também pessoa da confiança de Hugo — por trazer dois monges franceses para o governo das duas principais dioceses portucalenses: Geraldo de Moissac para Braga, Maurício Burdino para Coimbra. Conquistadas assim as boas graças não só de Cluny, mas do Pontífice — que aprecia o facto de ambos os prelados restaurarem o rito romano e abolirem o mosárabe — trata-se de fazer reconhecer os direitos metropolitanos de Braga sobre todas as autoridades religiosas de entre Minho e Tejo. Em 1099 ou 1100, obtém Geraldo sentença favorável do Papa

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Pascoal II, pela qual se convidam os bispos que pertencem, segundo a antiga jurisdição, à província eclesiástica de Braga, a submeterem-se-lhe de novo. Não lhe é, porém, atribuída a qualidade de metrópole — e continua a depender de Toledo. Diogo Gelmirez, metropolita galego com sede em Compostela, acha o momento azado para entravar as pretensões bracarenses e vem em 1102 à capital minhota afirmar a sua autoridade sobre as Igrejas de São Vítor e São Frutuoso. Cordialmente o recebe Geraldo, mas Gelmirez aproveita o ensejo para levar consigo importantes relíquias daquelas duas igrejas. Este abuso provoca em Braga a maior indignação — e o Arcebispo resolve ir a Roma expor ao Santo Padre as suas queixas

*

Agita-se então por todo o Ocidente a efervescência espiritual e militar das Cruzadas. Poucos anos atrás, no Concílio de Clemont-Ferrand (1095), o Papa Urbano II — que também foi Prior de Cluny — exortou os fiéis a organizar uma expedição para libertar o túmulo de Cristo, em poder dos Turcos que se haviam assenhoreado de Jerusalém. Ao grito de *Deus lo volt!* (Deus o quer!) legiões de cavaleiros prenderam ao ombro a cruz de pano simbólica — e abalaram a caminho da Terra Santa. Malogradas as primeiras expedições populares, a cuja frente vão o eloquente Pedro-o-Eremita e os aventureiros Gauthier-sans-Avoir, Gotescalco e Eurico de Leiningen — a Cruzada senhorial, após as vitórias de Niceia e Dorileia, consegue libertar a cidade em Julho de 1099; e funda-se o Reino Latino de Jerusalém, com Godofredo de Bulhão por chefe.

A Cruzada, todavia, não se detém. Inúmeras peregrinações se dirigem à Palestina. Em 1103, visto a guerra com os Sarracenos marcar, a oeste, relativa trégua e andar mais acesa do lado de Valência e das Baleares, torna público Dom Henrique o propósito de se encaminhar também para Jerusalém. Tanto Urbano II como Pascoal II repetidas vezes declararam não aprovar que os combatentes peninsulares entrem nas expedições, por ser necessária a sua acção contra os infiéis na Península. De facto, já em 1104 o Conde portucalense

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

aparece de novo nas suas terras. Todas as presunções convergem para se dever supor que, em lugar de ir à Palestina, acompanhou a Roma Geraldo de Braga (1103) e juntos advogaram a causa deste perante o Sumo Pontífice. O certo é que Pascoal II, desta vez, dá melhor solução ao caso em litígio. Reconhece Braga como metrópole da Galiza e na enumeração dos bispados sufragâneos, além de Astorga, Lugo, Tui, Mondoñedo, Orense e Porto, menciona Coimbra, com as dioceses de Viseu e Lamego. A única reserva é não ser designado Geraldo pelo título de Arcebispo, e apenas pelo de «Bispo da metrópole de Braga» — o que decerto representa uma satisfação dada a Bernardo de Toledo, erguido em 1093 a Legado Pontifício. Mas a vitória é nítida: Braga tem agora direitos sobre toda a região portucalense.

*

Quer o *pacto sucessório* date de 1094, como parece mais provável, quer de 1107, como alguns sugerem e seja causado pelo alarme dos dois Borgonhas ante o nascimento (por 1097) do pequeno Sancho, que Afonso VI teve de Zaida, filha do Rei mouro de Sevilha Ibn-Abad e ao qual logo mostrou considerar seu herdeiro e deu o principado de Toledo — a morte de Dom Raimundo em 1107 torna-o sùbitamente caduco. Mas estimula Dom Henrique a ambicionar só para si o que estava disposto a repartir com o primo. Tanto mais que em 1108, no desgraçado recontro de Uclés, o pequeno Sancho perde a vida. Assim se frustram todas as esperanças que seu pai nele eventualmente pôs.

O Conde portucalense parece fazer então pressão sobre o sogro — já no último período da existência e em visível declínio — para dispor as coisas a seu favor. Visto não o conseguir (a dar crédito ao Cronista Romualdo de Escalona, na *História del Real Monasterio de Sahagún*), resolve passar a França e tentar interessar um poderoso núcleo de forças na defesa do plano que formou.

Se tal tentativa chega a efectuar-se, coroa-a total malogro. Nem por isso Dom Henrique renuncia ao que pode chamar-se o programa

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

mínimo: autonomia, sob a sua égide, do Condado portucalense. Apesar das vastas aspirações que alimenta e de algumas discórdias com o sogro, durante a vida deste conserva-se na posição de vassalo respeitoso. Mal Dom Afonso VI desaparece (1109) a posição muda por completo. Talvez se deva até marcar como início da nossa independência esse dia em que fecha os olhos o grande batalhador que nas suas mãos segurou, quase por quarenta anos, o Império das Espanhas.

A maneira como Dom Henrique se comporta daí por diante leva-nos a afirmar que, desde então (embora ainda venha a sofrer vicissitudes contrárias), se começa a sentir que Portugal vai nascer.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Nacionalidade «em potência»

CLARO que a acção de D. Henrique deve ser considerada, ao mesmo tempo, como *causa* e como *efeito*. A sua legítima ambição pessoal; o plano, concebido porventura em Cluny, de que se faz dedicado agente; a habilidade, a energia postas ao serviço dos seus desígnios — tudo o impõe ao respeito e à gratidão dos Portugueses. Mas há que observar também quanto, nesta época, o ideal colectivo de *nação* ainda está longe de formar-se e se reduz, em cada chefe, à ideia mais concreta e restrita de *senhorio*. Vindo de um país onde o feudalismo existe e onde a tendência é mais para fraccionar a terra em domínios separados do que para uni-la em vastos organismos susceptíveis de longa vida histórica — até que ponto se desprende o genro de Afonso VI do objectivo limitado de aumentar ou consolidar o *seu* poderio, e atinge a concepção superior de dar origem a uma nacionalidade nova? Difícil e arriscado responder. No entanto, a nova nacionalidade acabará por surgir e o Conde portucalense tem na sua génese papel preponderante. Porque surgirá ela? Porque certos factores a chamam, imperativamente, à existência.

Esses factores são numerosos e, em parte, muito discutidos. Antes de nada, a geografia. Constitui Portugal uma *individualidade geográfica,* bem caracterizada e diferenciada do resto da Península? Sustentam-no alguns. Para citar apenas os mais recentes, lembrem-se os nomes de Teófilo Braga, de Silva Teles, de Ricardo Severo, de António Sardinha, de Pequito Rebelo, de Jaime Cortesão — e, entre

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

os estrangeiros, de Eliseu Reclus, de Lautensach, dos irmãos espanhóis Izquierdo y Coselles, de António Garcia del Real, este último apoiado sobretudo no carácter de fortaleza natural que o nosso país oferece. Negam-no outros — como Amorim Girão, Ferraz de Carvalho, Gonçalves Pereira, Damião Peres, Oliveira Boléo. Impossível resumir sequer a forte argumentação em que uns e outros se estribam, cuja resultante parece ter sido bem formulada pelo último, ao propor, em vez de *individualidade, entidade geográfica,* na qual se subentendem qualidades bastantes para explicar e sustentar a separação de Portugal — sem no entanto se lhes reconhecer a força definida e irresistível de circunstâncias determinantes. Essa *entidade geográfica* terá como feições salientes o contorno marítimo extenso, a uniformidade e doçura do clima, a navegabilidade propícia dos estuários. Trata-se, pois, de uma zona disposta naturalmente ao comércio e às amplas viagens pela distância — e todo o nosso destino aparece dominado pela constante fundamental que Mendes Corrêa encerra no belo e expressivo termo de *oceanicidade.*

Quanto às raízes étnicas, também as opiniões se dividem. Para uns são remotas e contínuas — dentro de uma linha que, através dos Mosárabes, dos Suevos, dos Lusitanos, dos Lígures, entronca, possìvelmente, no primitivo «povo dos dólmens». Para outros, apenas se esboçam vagas hipóteses, sem alicerces nem consistência; quando muito, admitem que haja nas gentes do ocidente peninsular determinadas singularidades psíquicas e somáticas, mas não de modo a provocar, *só por si,* a separação decisiva.

A tese da unidade linguística da zona portucalense, dentro do que Jaime Cortesão chama *romance românico do ocidente,* também tem os seus defensores e os seus objectores, mas não se acha satisfatòriamente firmada; antes a impugna com razões de peso a crítica de filólogos eminentes.

É fora de dúvida, por outro lado, que a nossa situação geográfica, o nosso litoral aberto, em larga extensão, aos que nele vêem a natural ponte de passagem entre o norte europeu e as regiões mediterrânicas — se traduzem numa série de contactos e de

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

alianças. Fora de dúvida, também, a importância fundamental da política da Igreja que, apesar de preferir uma formação unitária da Península para dar combate aos Muçulmanos, nem por isso deixa de ceder, a certa altura, à conveniência de ajudar a constituição de um pequeno Estado coeso e estável que não afecta o equilíbrio do conjunto, em vez de manter um colosso inconsistente, minado por impulsos centrífugos. Ligada à política da Igreja, a poderosa acção da França, que tem em Cluny o maior foco de irradiação e orientação e, pelos elos das combinações matrimoniais como pelo valor militar dos seus grandes fidalgos guerreiros, tanto colabora no êxito final da nossa causa.

Há, porém, acima de tudo, como fermento invencível e dinamizador, a vontade declarada, profunda, da gente de entre Douro e Minho, representada pelos Barões que, herdeiros pelo menos da valorosa tenacidade lusitana, impõem o seu *querer* obstinado, a sua viril decisão de viver entre si e sobre si. «Somos independentes porque o queremos ser», acentua Herculano, «eis a razão absoluta, cabal, incontestável da nossa individualidade nacional». Assim o pensamento de Dom Henrique, prosseguido pelos que lhe sucedem, é «comum ao chefe do Estado e aos membros dele, sendo talvez os actos dos príncipes ainda mais o resultado da influência do espírito público que a manifestação espontânea da própria ambição». Não será exactamente isto — já que a educação feudal recebida em França pelo Conde borgonhês deve estimular ao máximo a «própria ambição» a que se refere o historiador. Afigura-se todavia indiscutível que tal sentimento encontra não só o maior eco na latente consciência colectiva dos Barões minhotos e durienses, mas é até ampliado por ela — arrastado, nessa corrente forte, ao desejado epílogo. Recorde-se a sintomática revolta, em 1071, do Conde portuense Nuno Mendes — *vir illustris et magnae potentiae in toto Portugale* — contra Garcia, Rei da Galiza, logo após a morte de Fernando Magno. Haverá nela — como bem diz o Professor Damião Peres — «um vislumbre de aspiração autárquica, acentuadamente portuguesa»? Excepto as de Coimbra — governada então pelo mosárabe Sesnando e, portanto, alheia às aspirações comuns — parece

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

que quase todas as forças da região portucalense alinham sob o estandarte do Conde. E se Nuno Mendes sucumbe no prélio, o seu acto — à luz dos acontecimentos das décadas seguintes — toma o nobre relevo de prematuro mas heróico testemunho.

Em conclusão: todos os factores cujo esquemático panorama acaba de ser corrido — hipotéticas diferenciações geográficas, étnicas e linguísticas, singularidade de um destino marcadamente oceânico, intenso convívio marítimo com as populações nórdicas, superiores desígnios pontifícios para a ordenação e arrumação da Península, ascendente benéfico de Cluny, justificáveis ambições pessoais de Dom Henrique, antiga e persistente aspiração dos Senhores de entre Douro e Minho à autonomia — se conjugam para apresentar aqui, nos inícios do século XII, o que será justo chamar: uma nacionalidade *em potência.*

*

A morte de Dom Afonso VI em 1109 dá pretexto ao Conde portucalense para melhor afirmar, mesmo com certa ostentação, a sua soberania nos territórios que governa. Mal passa um mês sobre o facto, vemo-lo intitular-se « por graça de Deus, Conde e Senhor de todo Portugal » — *Dei gratia, Comes et totius Portugalis Dominus.* Dois anos mais tarde concede novo foral a Coimbra, rodeado de grande solenidade e aparato — sem no documento fazer menção do que já lhe fora concedido em 1093 por Afonso VI. Tudo isto é bem sintomático e leva a supor que a partir de 1109 a nossa independência sai do limbo das meras ambições dos Barões de entre Douro e Minho, tende a projectar-se nas realidades políticas.

Tanto mais que se lhe depara favorável condicionalismo nas dissidências manifestadas entre Leão, Castela e Galiza. Declarada única herdeira por seu pai, Dona Urraca assume o poder. E persuadida de se tratar de fardo pesado demais para os seus ombros ou dócil aos rogos com que a assediam certos familiares da Corte

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

— resolve-se a casar com Afonso de Aragão, o Lidador, um dos paladinos mais ardorosos da Reconquista. Logo estala a insurreição na Galiza, sob a chefia de Pedro Froilaz, Conde de Trava, que pretende aclamar Rei daquela província o jovem Afonso Raimundes, filho de Raimundo de Borgonha. Contra os rebeldes marcha o Soberano aragonês. Apesar das vantagens que inicialmente obtém, Froilaz e os seus conseguem repeli-lo, depois de lutas prolongadas.

Por essa altura tenta Dom Henrique fazer frente a uma grave ameaça: a das incursões sarracenas, que retomam vigor apenas em Marrocos soa a notícia do falecimento do Imperador espanhol. Um levantamento em Sintra é dominado pelo Conde borgonhês. Mas o sucessor de Iuçufe, Ali, atravessa o estreito, coloca o Emir Sir à testa de novas hostes almorávidas. Caem diversas terras da região de Badajoz e a linha do Tejo cede à investida. Évora, Lisboa, Santarém voltam em 1111 ao domínio do Crescente — depois de destroçado em Vatalandi um núcleo de reforço à última destas praças.

Entre os Espanhóis prossegue a guerra civil. No espírito de Dom Henrique prevalece a ideia de se aproveitar dela para melhor firmar a sua autoridade e mesmo — quem o porá em dúvida? — para realizar os vastos projectos de unir todo o Império do sogro nas suas mãos. Por isso o vemos intervir a cada passo nas contendas dos vizinhos e ganhar sempre alguma coisa com essas intervenções sucessivas.

Dona Urraca entra em discórdia com o marido. Decidida a reconhecer seu filho como Rei, chama a Leão os seguidores de Afonso Raimundes. Já estes se dirigem para a capital quando sabem que a volúvel Rainha se reconciliou com o Monarca de Aragão. Indecisos, vacilam — mas são encorajados na rebeldia pelo Conde portucalense a quem só convém o fermentar da divisão estabelecida. Pouco depois reacende-se o conflito entre Dona Urraca e o Lidador. Desfaz-se o matrimónio por sentença pontifícia, baseada nos laços de parentesco dos cônjuges. E o nosso Dom Henrique, sem hesitar, junta-se ao Aragonês e com ele derrota os castelhano-leoneses em

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Campo de Espina. Alarmada, Dona Urraca decide comprar a aliança do cunhado e promete-lhe os distritos de Zamora e Astorga. As discórdias e reconciliações dos dois esposos multiplicam-se. Num rasgo de audácia, Dom Henrique chega a cercá-los em Carrion. Pensará depô-los a ambos e colocar sobre a cabeça a coroa imperial das Espanhas ? Vê-se, porém, forçado a levantar o assédio — e a miragem desmedida esvai-se ... Pouco depois, na Catedral de Santiago, de acordo com Dona Urraca, novamente separada do marido, Diogo Gelmirez procede à sagração solene de Afonso Raimundes como Rei da Galiza.

A história das desavenças conjugais dos Senhores espanhóis continua. Acaba a de Dom Henrique de Borgonha que, em 1112 ou 1114, sucumbe, numa avançada idade. Deixa o Condado maior — e quase consagrada a independência. Tirou partido da guerra civil e levou os dois campos a desejar e a retribuir o auxílio que lhes prestou. Não concluiu a sua obra. Quem, neste mundo, conclui a sua obra ? ... Mas os resultados da acção que desenvolveu breve se traduzirão em factos decisivos. E o seu nome é o primeiro a gravar nos anais da conquista da independência portuguesa.

*

Não é fácil ter uma opinião categórica acerca do governo de Dona Teresa. Período confuso de anarquia no norte da Península, onde quatro partidos diversos se digladiam : o de Dona Urraca, o de Dom Afonso de Aragão, o do jovem Soberano galego Afonso Raimundes — e o da Condessa portucalense que, logo após a morte do marido, começa a intitular-se *Regina Tarasia de Portugal*. Como Dom Henrique, a sua táctica invariável é aproveitar os dissídios de Leão-Castela, Aragão e Galiza para dar alternadamente apoio a cada partido e de todos obter substanciais vantagens. A sua primeira iniciativa consiste em promover nova separação do Lidador e de Dona Urraca — reunidos em Astorga — pela desconfiança, insinuada àquele, de que a mulher projecta envenená-lo. A Rainha castelhana é expulsa e de momento Dona Teresa alia-se ao cunhado. Este,

*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

porém, afasta-se para Aragão, ante as reacções e mostras de fidelidade a Dona Urraca dos Barões leoneses. As duas irmãs ficam frente a frente. Vai a herdeira de Afonso VI vingar-se ? Poderá fazê-lo. Mas, astuta e maelável, Dona Teresa cede transitòriamente e comparace na Cúria Régia de Oviedo (1115), em cujas actas a sua assinatura figura entre as da nobreza e do clero que reconhecem a autoridade de Dona Urraca.

É pouco de presumir que haja sinceridade em tal acto. Apenas se trata de ultrapassar uma fase melindrosa. Os Senhores de entre Douro e Minho — núcleo autonomista irredutível — não assinam com a sua Rainha as actas da assembleia de Oviedo ...

No ano seguinte já Dona Teresa, aliada a Pedro Froilaz, aproveita o reacender da guerra civil na Galiza e participa no cerco a sua irmã, refugiada no Castelo de Suberoso. Mas as investidas sarracenas fazem-se mais atrevidas agora, sob o comando de Ibne Taxefin, Vali de Córdova. E o próprio Califa Ali vai atacar Coimbra, que se ilustra pela defesa heróica do seu castelo, onde se encontram a viúva de Dom Henrique, o Bispo e um escol de combatentes indomáveis. A campanha da Galiza rende a Dona Teresa os distritos de Tui e Orense. Desde então o entendimento com o notável Gelmirez e com Pedro Froilaz passa a ser pedra angular da sua política.

Durante alguns anos as relações com Dona Urraca mantêm-se num pé de reserva aparentemente cordial. Os cavaleiros portucalenses isolam-se do conjunto das forças castelo-leonesas e não entram nas expedições contra o Aragonês ; Dona Urraca exerce todavia direitos soberanos em relação à terra portucalense. Em 1121, devido ao litígio erguido em torno do senhorio de Tui e Orense, a Rainha castelhana invade o nosso território, acompanhada então de Gelmirez e cerca a irmã no castelo de Lanhoso. Novas questões entre Dona Urraca e o Arcebispo de Santiago vêm salvar oportunamente Dona Teresa e o acordo que se estabelece conserva-lhe domínios em Zamora, Toro, Salamanca, Ávila, Valhadolide, Toledo — ao mesmo tempo que as tenências de Tui e Orense. Imprevisto resultado de

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

uma acção que poderia abalar por muito tempo a causa da independência ; só se explica pelas necessidades de contemporização e de equilíbrio derivadas da confusa distribuição de forças na parte cristã da Península.

*

Há dois pontos fracos — de extrema gravidade — na gerência de Dona Teresa, aliás digna sob outros aspectos de inquestionáveis homenagens.

O primeiro é o seu alheamento dos fundamentais assuntos da organização eclesiástica. Sabe-se em que plano Dom Henrique os colocou — e a bela vitória que obteve em Roma, coadjuvado pelo Arcebispo de Braga, quando Pascoal II restabeleceu a antiga metrópole e, na sua dependência, a unidade das dioceses portucalenses. O Conde borgonhês, talvez sob o império das ambições que lhe provoca a morte de Afonso VI, comete um erro : deixar que o Primaz de Toledo reivindique e afirme direitos sobre Coimbra, antiga sufragânea de Mérida, a cuja frente põe um Bispo de sua confiança que lhe será fiel até o fim. Dona Teresa, desinteressa-se deste e de todos os casos semelhantes. O esboço de unidade criado em 1103 fragmenta-se desastradamente. Em grande parte a causa disto reside nos procedimentos de Maurício Burdino que, senhor da mitra bracarense por morte de Geraldo, começa por alcançar vantagens mas, ante a aliança dos dois poderosos rivais, Bernardo de Toledo e o famoso Gelmirez de Compostela (que, a princípio, se aliou com ele e o levou a sagrar Bispo do Porto o seu protegido Hugo), se vê em difícil e melindrosa posição. Pouco depois, entendido com o Imperador da Alemanha Henrique V, Maurício Burdino coroa-o na Igreja de São Pedro de Roma e sobe, como antipapa, sob o nome de Gregório VIII, ao sólio pontifício. Gelmirez aproveita o ensejo propício e tenta deslocar para Santiago o arquiepiscopado de Braga. Embora o não consiga, Coimbra e Porto desligam-se da obediência à metrópole portucalense, Calisto II tergiversa, decide por vezes contra Braga, outras a favor — e a verdade é não se encon-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

trar a intervenção de Dona Teresa em todas as querelas eclesiásticas da época e até se conhecer, da Rainha, um acto imprudente e infeliz : a prisão do Arcebispo Paio Mendes em 1122, que demonstra as suas más relações com os dignitários superiores da Igreja.

Outro ponto fraco : a excessiva ligação com os elementos preponderantes na Galiza — que termina por ser quase subordinação. De começo tal recurso é sem dúvida utilíssimo contra as veleidades e arremetidas de Dona Urraca. Sempre que esta se reconcilia com a irmã e lhe concede mesmo novos domínios fá-lo um pouco pela urgência de se defender de Afonso de Aragão ou dos ataques dos Árabes — mas ainda mais pelo receio das efervescências galegas e dos perigos da constituição de um bloco hostil, a Ocidente, que alinhe os Barões durienses e minhotos junto aos partidários de Afonso Raimundes, Pedro Froilaz e Diogo Gelmirez. Com o tempo, porém, a influência adquirida pelos galegos avoluma-se demais. Sobretudo desde que o jovem Conde Fernão Peres de Trava, filho de Pedro Froilaz, aparece em 1125 a exercer o governo de Coimbra e Porto e depois, a par de Dona Teresa, todo o poder sobre o território portucalense. Situação intolerável para o orgulho já vivo de quantos se fundem na vontade de sacudir de vez qualquer tutela estranha.

*

É neste limiar da História verdadeiramente nacional que se ergue a figura moça, viril, enérgica, intimorata do Infante Dom Afonso. Nele cristalizam ràpidamente as aspirações e esperanças de todos, que o vêem como instrumento disposto pela Providência na hora crucial do resolver dos destinos. Os fidalgos portucalenses, sòzinhos, nada podem que não seja persistir nos seus votos e oferecer a força dos seus pulsos. Precisam de alguém a comandá-los — de uma cabeça sobre que pousar a coroa real. Desde o princípio se vê como o Infante cumpre a sua missão, corresponde ao que dele

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

esperam. Quando, aos catorze anos, adolescente vigoroso e predestinado, em plena festa do Pentecostes de 1125, vai, na catedral de Zamora, tirar as armas do altar de São Salvador, vestir a loriga e cingir o cinto de cavaleiro, à maneira dos Reis — o acto visa dois objectivos : dar a resposta ao primo Afonso Raimundes que o mesmo fez um ano antes, em Compostela, perante Gelmirez ; erguer um exemplo de varonilidade consciente e resoluta ante a decomposição política da Corte, ofuscada pela omnipotência de Fernão Peres e de seu irmão Bermudo.

Em 1126, o desaparecimento de Dona Urraca provoca a subida ao poder do moço Afonso VII. Depois de breve luta com o padrasto aragonês, o novo Soberano, cioso de patentear a firmeza da sua autoridade, resolve constranger Dona Teresa e reconhecê-la expressamente. Invade a terra portucalense no Outono de 1127, subjuga em seis semanas as resistências opostas. Mas à volta do Infante o núcleo autonomista não desarma ; antes se prepara para definir pouco a pouco decisão inabalável. Necessita, porém, de colocar uma a uma as pedras do seu jogo. E gradualmente nos castelos do Norte são postos homens de confiança. Assim se conquistam posições úteis — sem aspectos ostensivos de « revolução » ou de « guerra civil », como determinados historiadores supuseram, mas de acordo com um plano hábil e sistemático. Acompanham-no, aliás, muitos dos melhores vultos da nobreza ; D. Paio Mendes, Arcebispo de Braga ; Soeiro Mendes, Ermígio Moniz, Sancho Nunes, Garcia Soares, Gonçalo Mendes da Maia. O inimigo comum é o *estrangeiro*, incarnado nos Travas, ameaça constante para a sorte da causa portucalense. Tanto mais que, com eles, numerosos fidalgos galegos adquiriram influência dominante.

Engrossa o partido de Dom Afonso, que já dá ordens em grande porção do território nortenho. Dona Teresa e Fernão Peres vêem-se obrigados a reunir forças e a avançar do sul para lhe dar combate.

Os dois exércitos encontram-se a 24 de Junho de 1128, nos campos de São Mamede, junto a Guimarães. Após algumas alternativas, é o Infante o vencedor. Nem pode deixar de o ser : tem

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

por si os melhores cavaleiros, o justo pensamento de expulsar o estrangeiro — o próprio mandato, imperativo e irresistível, da História.

À tarde, a ardente mocidade de entre Douro e Minho, sobre o campo da vitória, dá largas ao júbilo que lhe enche a alma clara, — e, entre ovações, ergue Dom Afonso por Soberano, à frente de um povo livre.

A autonomia passa da *potência* ao *acto*. Portugal nasce, nessa hora. Os seus destinos estão bem entregues — nas mãos poderosas e juvenis do herói que lhe deu vida !

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

livro I

PORTUGAL TALHADO À ESPADA

Digitized by Google

Original from INDIANA UNIVERSITY

O FUNDADOR ABRE O SULCO

O entusiasmo dos vencedores de São Mamede corresponde a uma hora de legítima embriaguez — mas é ainda prematuro. Sacudiu-se a tirania dos Travas ; tirou-se o mando a Dona Teresa, cujas fraquezas inspiravam justificados receios. Mas quando, nos finais de 1128, os Condes galegos, à frente da expedição punitiva ordenada pelo Rei de Leão, cercam Guimarães, Egas Moniz e Soeiro Mendes, para os convencer a retirar-se, prometem que seu amo prestará vassalagem ao primo. A tal se nega, porém, Dom Afonso. E Egas Moniz vai oferecr-se, com os seus, num rasgo de abnegação, para expiar o não cumprimento da promessa ...

Bem claro é ser o Infante, na plenitude da sua varonil energia, o condutor e fiador da independência. No entanto, a situação apresenta-se dramática. Até agora o Condado portucalense fazia parte do conjunto da Espanha e contava com a sua solidariedade militar ante as arremetidas dos Sarracenos. Desde este momento torna-se para Leão um foco de rebeldia e em vez de encontrar a seu lado as tropas de Afonso VII tem-nas pela frente como inimigas. A ameaça muçulmana nem por isso persiste com menos intensi-

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

dade nas fronteiras meridionais. E a oeste, o mar — sulcado de corsários mouriscos, larga e terrível barreira. De facto, há aqui um povo livre — mas livre dentro de estreitos limites, e cercado de perigos.

Dom Afonso começa a dar a medida da sua capacidade de chefe. Parece medir de um só golpe o inquietante panorama e também os meios a escolher para levar por diante a sua empresa. Os grandes caracteres revelam-se nas grandes ocasiões. Quanto maiores os obstáculos, quanto mais problemático o desfecho — maior a sua força de ânimo.

Manter-se na defensiva ? Aceitar a posição do prisioneiro atrás das grades ? De modo algum ! Há que tomar a iniciativa, dar novas provas de audácia — já que pela audácia se impôs, desde o princípio, o moço comandante dos autonomistas de entre Douro e Minho !

Audaciosamente, pois, ao ver em 1130 o Soberano leonês em luta com o Rei de Aragão e com vários próceres insubmissos, invade a Galiza. Pretexto : os velhos direitos adquiridos por Dona Teresa nas convenções com Dona Urraca. No fundo, deve ter por móbil afirmar o poderio e o espírito ofensivo do Estado nascente.

Alguns anos se arrasta a guerra, com alternativas. Dom Afonso, depois do revés que lhe infligem os Condes Fernando Peres e Rodrigo Velaz, desforra-se em jornadas mais felizes e ergue mesmo na terra limiana o castelo de Celmes, pouco depois destruído pelo Monarca de Leão.

Nova ofensiva, de género bem diverso, é lançada pelo filho de Dom Henrique. À semelhança do pai, comprende a necessidade absoluta de promover a unidade da Igreja portuguesa — primacial complemento da nossa autonomia política. E quando, por morte do Bispo D. Gonçalo, a diocese de Coimbra fica vaga, em lugar de permitir que lhe suceda o Arcebispo D. Telo — inclinado ao Primaz toledano — faz eleger o francês Bernardo, antigo monge beneditino de Floisac, que recebe a sagração das mãos do Prelado bracarense Ora Coimbra, tradicional sufragânea de Mérida, encontra-se sob a

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

dependência metropolitana de Santiago de Compostela. Diogo Gelmirez protesta vivamente perante Roma contra a usurpação. Dá Inocêncio II razão ao Compostelano — e expede várias ordens no sentido de lhe favorecer os desejos. D. Paio de Braga, contudo — em pleno acordo com o nosso Príncipe — adia indefinidamente o cumprimento de tais ordens ; e o bispado coimbrão permanece nas mãos de D. Bernardo.

Ao mesmo tempo, funda-se o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, sob o patrocínio do próprio Dom Afonso — cujo Prior vem a ser o admirável São Teotónio. O principal instigador do acto, além de D. Telo, é D. João Peculiar, cónego e *magister scholarum* da catedral conimbricense, antigo Abade de São Cristóvão de Lafões, lucidíssimo animador do estreitamento de relações entre Portugal e a Santa Sé. Mal se funda o Mosteiro de Santa Cruz, D. João Peculiar coloca-o sob a protecção de Roma, como tributário. E, em companhia de D. Telo e do diácono Domingos, dirige-se a Pisa, onde então se encontra o Pontífice. É do maior interesse para o Papado adquirir influência directa sobre os conventos portugueses e fruir-lhes o censo. Bem o vê Inocêncio II e não só concede o privilégio solicitado como, em carta a Dom Afonso, lhe participa o facto e lhe pede especial solicitude para Santa Cruz. Logo depois fica sanado o conflito relativo ao Bispo de Coimbra.

No ano seguinte, por morte de D. Hugo, substitui D. João Peculiar o Prelado portuense : outra diocese entra na obediência eclesiástica de Braga, Enfim, dá-se o falecimento de D. Paio em 1138. É ainda D. João Peculiar quem lhe sucede ; bem o merece pela obra realizada em tão poucos anos. Como Arcebispo Primaz vai poder ainda melhor defender e consolidar a sua obra.

Mas a acção militar de Dom Afonso não se interrompe. Quando a morte do Rei de Aragão (1134) provoca o desmembramento dos seus domínios, aumenta a zona peninsular governada pelo filho de Dona Urraca. Em 1135 as Cortes de Leão aclamam-no Imperador

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

— como o avô. Atemorizado, Garcia de Navarra vê-se forçado a reconhecer-lhe a suserania.

Tal estado de coisas não dura muito. Gomes Nunes e Rodrigo Peres, Condes galegos, oferecem aliança ao Soberano português, que se entende também com o Monarca navarro, desejoso de se livrar da tutela imposta. Outra vez o nosso Príncipe invade a Galiza, entra em Tui e, depois de curto regresso a Portugal para buscar novas forças, vence Fernando Peres e Rodrigo Velaz, fiéis ao Leonês, em Cerneja.

No sul, porém, os Árabes agitam-se. O castelo de Leiria, construído pouco antes, é cercado e cai em seu poder. Perto de Tomar, os Portugueses sofrem uma derrota. Urge acudir eficazmente, suspender a onda muçulmana.

Alguns Bispos castelhanos e galegos, reunidos com o Prelado bracarense e D. João Peculiar, redigem um documento que impròpriamente se chama paz ou tratado de Tui. O certo é que Afonso VII se contenta com ele e embora o nosso Infante nunca lhe dê o seu acordo deixa-lhe os pulsos livres.

Logo trata o nosso Príncipe de preparar a acção contra os infiéis. O desmoronar do prestígio dos Almorávidas e as lutas com os Almóadas, seus rivais, trazem favorável oportunidade à campanha.

No lugar de Ourique (situado quer no Baixo Alentejo, quer no Cartaxo, cerca de Santarém, quer junto às nascentes do Liz, próximo a Leiria, quer mesmo em Espanha, ao pé de Aurélia, segundo a hipótese sugerida por Monsenhor Miguel de Oliveira — a discussão é larga a tal respeito e pouco interessa aqui entrar nela) fere-se a batalha que uns consideram do maior vulto, outros de reduzida importância. Ao seu nome liga-se a fama da miraculosa aparição de Cristo crucificado a Dom Afonso, das divinas palavras de incitamento e da resolução de colocar na bandeira de Portugal as Cinco Chagas.

Produto da fantasia, o milagre de Ourique ? Se o documento da *Chronica de Cister*, que o narra, é falso — isso não impede que o milagre possa ter existido. Apenas o negarão aqueles que repudiam

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

ou desconhecem sistemàticamente as intervenções de poderes transcendentes na história dos homens — erro tão crasso como o de explicar pelos poderes transcendentes o que nem os exija nem os implique.

Seja como for, a vitória de Ourique tem consequências de monta. Sobretudo, consequências morais. À semelhança do filho de Dona Urraca, anos antes coroado Imperador após os seus triunfos contra os Almorávidas (como sublinha Erdmann, apoiado em Stengel), também o nosso Dom Afonso parece ter-se atribuído a seguir a esta batalha o título de Rei — título que muitos lhe dão, aliás, desde 1128, tanto aqui como além-fronteiras. É de 1139 ou de 1140 (as dúvidas subsistem) o primeiro documento em que a si próprio concede tal designação. Após longo debate, inclinam-se de novo alguns dos melhores críticos deste período a justificar o facto pelo prestígio de que se sente nimbado o vencedor de Ourique.

Tempos depois (em 1140 ?, em 1141 ?), o Imperador penetra em Portugal e, na Portela do Vez, ou na veiga de Val de Vez, estão de novo frente a frente os dois chefes e os dois exércitos. Grupos de cavaleiros de ambos os lados envolvem-se em animoso *bufúrdio* ou torneio e a vantagem dos Portugueses é manifesta. Ponce de Cabrera, Bermudo Peres, entre outros, caem prisioneiros. Volta-se a tratar da paz, na qual serve de mediador o Arcebispo de Braga — solicitado provàvelmente pelo próprio Afonso VII.

Os fados cumprem-se. Já o orgulhoso Monarca vizinho fraqueja e trata com o primo de potência a potência. Soa na verdade a hora de se levantar em plena luz, diante do Imperador leonês, a clara e positiva figura do Rei de Portugal.

*

A inteligente política religiosa de Dom Afonso, ajudado por D. João Peculiar, continua. Ambos sentem vivamente que o pequeno Reino ocidental, confinado entre o Leonês, o Sarraceno e o mar, deve ter um sólido ponto de apoio externo. Esse ponto de apoio será Roma, cabeça da Cristandade, sede indiscutida do governo espiri-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

tual dos povos, fonte donde emana, para todo o Ocidente, a legitimidade dos Príncipes.

Nas suas diversas idas à Cúria, o Arcebispo de Braga alcança sempre mais vantagens e privilégios. Vai invariàvelmente acolitado pelos representantes dos conventos tributários da Santa Sé, que entre nós se multiplicam e lhe servem de excelentes argumentos junto do Papa. Como contrapartida, diversos Legados Pontifícios são enviados em missão a Portugal. Dom Afonso aproveita a visita de Guido de Vico para atar mais estreitas relações e prestar juramento de vassalagem a Inocêncio II. Quando em Outubro de 1143, na conferência de Zamora, o Imperador, sem lhe reconhecer porventura expressamente a dignidade régia, como Rei o trata, afinal, na presença de Guido — é de supor que o Cardeal-legado, seguro já das suas boas disposições para com a Igreja, tenha influído no acto. Mas Afonso VII conserva certo ascendente sobre o Monarca português, a quem faz doação do senhorio de Astorga como último simbólico laço de suserania. Há que acentuar ainda a ligação com Roma. No solene diploma conhecido, embora sem verdadeiramente o ser, por « carta » *Clavis regni caelestis* (13 de Dezembro de 1143), Dom Afonso documenta e afirma o seu enfeudamento à Santa Sé e promete um censo anual de quatro onças de ouro. Já antes de Zamora alguns dos mais categorizados Bispos portugueses se esquivaram a comparecer no Concílio de Valhadolide — e assim vincaram o seu afastamento dos Prelados espanhóis.

D. João Peculiar é o portador da *Clavis regni,* pois se prevêem dificuldades suscitadas pela lógica reacção de Afonso VII. Também será natural que o Papa receie contribuir para desmembrar e enfraquecer a Espanha cristã — mais forte enquanto unida frente ao Mouro — com o auxílio dado à separação completa de Portugal. Tal receio inspira a cuidadosa e diplomática resposta de Lúcio II, que sucede a Inocêncio II e a Celestino II, morto poucos meses depois de elevado ao sólio pontifício. Na carta *Devotionem tuam,* de 1 de Maio de 1144, Lúcio II agradece efusivamente a Dom Afonso, cujos propósitos louva, mas chama-lhe, em vez de *rex,* apenas *dux.* Por outro lado, ordena ao Arcebispo de Braga que se subordine ao

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Primaz de Toledo — o que equivale a conservar a Igreja portuguesa na órbita disciplinar da castelhana.

Malogro absoluto ? Não. Contratempo, apenas. Alguma coisa se conseguiu. Depressa se conseguirá o que falta — graças à espada do Fundador.

É preciso não perder de vista que a espada de Dom Afonso constitui efectivamente a melhor garantia da existência e dos destinos de Portugal — essa espada que nos combates gira como turbilhão de morte e de glória, erguida ao alto dos seus braços de gigante. Destemido, temerário mesmo — o vulto do Rei domina o panorama das incessantes lutas. Trabalha a diplomacia em Roma : ele, bravo, enorme, infatigável, possuído do ardor do seu temperamento guerreiro, corre a terra de norte a sul, está presente onde haja golpes a receber e a dar, converte-se para a imaginação crédula e espavorida dos Árabes numa espécie de anjo de extermínio, quase inverosímil : Ibn Errik.

Os lances dramáticos e fulminantes dos ataques aos castelos mouros avolumam-lhe a lenda — como o assalto ao de Santarém, em Março de 1147, na indecisão sonâmbula do romper de alva, quando sobre as ameias surgem, terríveis, inesperados, Mem Ramires e os seus homens. Acima de tudo, soa a voz possante do Rei : « — Eis-me aqui ! Eis-me aqui ! Metei-os à espada ! » Mortas as sentinelas, vencidas as resistências, abre-se a maciça porta de ferro aos cavaleiros portugueses. E há um momento de beleza profunda : no meio da torrente que se precipita para o interior do castelo, Dom Afonso, aureolado pelo clarão puro do sol nascente, reza de joelhos, dá graças a Deus que lhe protegeu a empresa ...

Nesse mesmo ano de 1147, com a ajuda decisiva de uma grande frota de cruzados alemães, franceses, ingleses e flamengos, efectua-se, de Julho a Outubro, a laboriosa conquista de Lisboa — cujos vários episódios são conhecidos através das narrativas de Osberno, de Arnulfo, de Dodechino, testemunhas presenciais. Assédio longo e sangrento, com incidentes inúmeros, terrenos disputados palmo a

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

palmo, mortíferos engenhos bélicos. Sintra, Almada, Palmela, ante a queda de Lisboa, entregam-se. Anos depois, em 1158, cai Alcácer do Sal, praça que defende importante zona entre o Sado e o Tejo. Em 1159, Évora, logo perdida ; Beja, perdida também e, em 1162, reconquistada. Geraldo Sem-Pavor, enigmático aventureiro, retoma Évora, apossa-se de Trujillo (1165), de Cáceres, de Serpa, de Juromenha (1166). Portugal alarga-se, talhado à espada sobre a decomposição do velho Império almorávida. O prestígio de Dom Afonso cresce, tanto na Península como além dela.

E que assim é bem o demonstram os sucessivos êxitos de D. João Peculiar nas repetidas viagens a Roma. Se em 1150 se dobra, por transitória prudência, às instâncias do Papa Eugénio III e presta obediência a D. Raimundo, Primaz de Toledo, já não renova o acto quanto ao seu sucessor. Em 1157, Adriano IV concede-lhe apreciáveis regalias. Coimbra, Viseu, Lamego continuam sufragâneas de Braga. A unidade e a independência da Igreja portuguesa estão asseguradas.

Para isto contribui a morte de Afonso VII, que tem como resultado outra fragmentação dos domínios imperiais entre os seus filhos : — Leão para Fernando ; Castela para Sancho. Esfarrapa-se a unidade espanhola ; mais avulta, no concerto dos Estados peninsulares, o valor do núcleo português.

Registam-se diversos atritos entre os Reis de Portugal e de Leão — embora Fernando II se tenha tornado genro do primeiro, pelo casamento com sua filha Dona Urraca. Um dos primeiros episódios da luta é a derrota de Arganal, infligida pelo Leonês ao nosso Infante Dom Sancho. Não tarda Dom Afonso a invadir a Galiza e, depois de conquistar Tui e os distritos de Toronho e Límia, vem à Estremadura reforçar Geraldo Sem-Pavor que, por surpresa, investe Badajoz. Esta cidade faz parte da zona reservada a Leão e Fernando II, aliado dos Almóadas, acode a socorrê-la. Aí se dá o famoso desastre do *Conquistador*, que choca num cavalo à desfilada com o pesado ferrolho de uma das portas da cidade, fractura a perna

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

direita e fica prisioneiro do genro. Este só lhe exige, porém, a restituição das terras galegas e concede-lhe a liberdade.

Desde então Dom Afonso quase não passa de uma sombra. Nas guerras suscitadas por Abu Iacube, que acomete no Algarve desejoso de readquirir alguma coisa do perdido, a sua intervenção dilui-se. Em 1171, quando do cerco de Santarém pelos Muçulmanos, está mesmo prestes a sucumbir. Vale-lhe o Monarca leonês que, magnânimo, vem libertar o sogro. Sete anos mais tarde já um novo chefe se afirma : o Infante Dom Sancho comanda a brilhante campanha da Andaluzia e atreve-se a saquear Triana, arrabalde de Sevilha.

Dom Afonso pouco mais viverá. Na Bula *Manifestis probatum*, de 1179, o Papa Alexandre III reconhece-lhe finalmente o título de Rei. Justíssima homenagem a quem tão « vastos domínios » conquistou para « as searas da Igreja » e fundou, entre gloriosos prélios, uma nação que será das primeiras no serviço de Cristo.

Extingue-se o Rei de Portugal em 1185, nos começos de Dezembro. Desde São Mamede, cinquenta e sete anos decorreram. Meio século de grandes esforços, de vitórias consecutivas, de actividade incrível. A espada heróica do Fundador pode descansar ; já deixou na memória dos homens luminoso sulco.

Tão dilatada vida permitiu-lhe levar a cabo um esforço ingente. E louvem-se a isenção e a previdência com que, ao sentir-se em declínio, associa Dom Sancho ao governo, se apaga a fim de melhor encher de prestígio a sua juventude. Lega assim aos Portugueses, não apenas um Estado livre, fundido na têmpera de tantos combates, não apenas um Reino, mas um Rei — que levará esse Reino acabado de nascer pelos caminhos da História.

*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

PRESENÇA DA REALEZA

SIM, Dom Afonso deixa um Reino afirmado e definido. A sua espada o traçou em riscos de sangue, no desenho mais estável das linhas nortenhas, no flutuante contorno das fronteiras com a mourama — que não cessa de arremeter e de buscar a desforra. Mas se o Reino é um facto *político*, as intérminas guerras, os saques e as devastações miseràvelmente o descarnaram. Por todo o território, casais destruídos, campos talados, uma agricultura pobre, tímida, receosa, que se limita às zonas onde conta com a protecção vizinha dos castelos. O Fundador mal tem tempo ou sossego para outros empreendimentos que não sejam os das armas — tal o círculo de ferro em que se acha envolto. Ainda tenta, com a doação de largos domínios estremenhos à Ordem Cisterciense — instalada desde 1153 no Mosteiro de Alcobaça — promover a sua colonização e valorização sob o influxo dos monges de São Bernardo. Aí mesmo, porém, não tarda a reaparecer o espectro das algaras sarracenas. Por toda a parte, com raras excepções, o panorama é desolador, os meios de vida tristemente escassos. Talhado à espada, pode-se dizer que Por-

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

tugal se encontra em carne viva, exaurido por mil feridas, dessorado nas melhores energias.

Assim o recebe Dom Sancho. Logo, cônscio do papel tutelar da Realeza, se entrega à diligente enfermagem do corpo exangue que lhe é confiado. A sua actividade exerce-se na restauração de fortalezas em ruínas, no repovoamento de lugares ermados pela guerra, no estímulo a todos os núcleos que mostrem tendências de fixidez e desenvolvimento, nas doações numerosas feitas às Ordens Militares. Os trabalhos agrícolas são igualmente incitados com medidas propícias — para que a terra portuguesa acuda às necessidades dos seus habitantes.

Nem por isso no filho de Afonso I esmorece a chama guerreira que tão alta ardeu quando da incursão pela Andaluzia. É incerto que chegue a formar, como se disse, o projecto de entrar na Terceira Cruzada, destinada a vingar a derrota infligida por Saladino a Guido de Lusignan e a queda de Jerusalém. Não quer então afastar-se do Reino, tanto mais que o novo Emir Iacube Almançor lança fugaz tentativa de reconquista no sul e, embora já voltasse para África, pode tornar à carga. Dom Sancho resolve, pois, quedar-se nos seus territórios e concebe o projecto de ampliá-los graças aos auxílios das armadas de cruzados postas a caminho, algumas das quais devem passar por Lisboa.

Na Primavera de 1189 permitem-lhe esses auxílios externos apossar-se do Castelo de Alvor e em Setembro do mesmo ano da importante cidade de Silves, que resiste mais de um mês e só à custa de duros esforços acaba por se render aos sitiantes. É de notar que em ambas as acções colaboram esquadras portuguesas — primeiros assomos da nossa vocação marítima, com suas raízes nas remotas *póvoas* do Norte e sempre encorajada pela acção previdente dos Monarcas.

Depois de Silves, Albufeira e diversos castelos sucumbem ràpidamente. Dom Sancho muda o seu título de Rei de Portugal neste outro, prematuro mas profético : *Rei de Portugal e do Algarve.*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Não está, porém, fadado para grandes conquistas guerreiras. No ano seguinte, Iacube Almaçor ataca outra vez e, depois de subjugar Torres Novas, marcha sobre Santarém. Impossibilitado de lhe sair ao encontro, Dom Sancho limita-se a preparar a defesa. O invasor, contudo, retira-se, talvez para juntar mais tropas àquelas de que dispõe. Em 1191 retoma Silves e, numa avançada triunfal, Alcácer, Palmela, Almada. Não só o Algarve escapa ao Rei português — mas apertam-se bastante os seus domínios na região do Tejo.

Por morte de Fernando II de Leão, sucede-lhe Afonso IX — que breve entra em dissidência com Afonso VIII de Castela. Este procura a aliança de Aragão, primeiro e, logo, a de Portugal. Por sua vez o Monarca leonês liga-se a Sancho VII de Navarra e ao próprio Almançor. Em 1195 sofrem os Castelhanos grave revés na sangrenta batalha de Alarcos. Um ano mais tarde entra o nosso Rei na Galiza, reocupa a cidade de Tui, que restitui após negociações de paz. A discórdia reacende-se dentro de pouco e só termina pela intervenção do Papa — ao qual, entre diversos incidentes, por vezes bastante vivos, Dom Sancho tem de pagar nessa mesma época parte do censo em atraso, prometido por seu pai. Não se esqueçam, a este propósito, os conflitos com o Bispo do Porto D. Martinho Rodrigues e com o de Coimbra D. Pedro Soares. Deixa-se o Soberano arrastar a violências desmedidas, sem dúvida — mas encontra sintomático apoio na burguesia e na gente humilde, revoltadas contra certos abusos dos Prelados. Inocêncio III, nas Bulas de 1210 e 1211, repreende-o àsperamente. Dom Sancho vem a falecer em Março desse último ano, reconciliado e contrito.

Inúmeras calamidades desabam sobre o país durante o governo do filho de Afonso I. Na crédula ignorância do povo causa grande impressão e susto o eclipse de 1199. Ao ver o Sol desaparecer sob o disco negro e em pleno dia trevas densas cobrirem a terra, muitos fogem para as ruas aflitos, ou se refugiam nas igrejas a implorar a misericórdia divina. Em 1202 uma terrível fome acumula vítimas sobre vítimas. Os anos seguintes, de 1203, 1205, 1207, 1209, são

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

tràgicamente assinalados por tremores de terra, chuvas sem fim, cheias do Tejo, que destroem as colheitas e apavoram as gentes.

Tantos infortúnios, tantos golpes não abatem o ânimo do Rei. Prossegue sempre na sua tarefa de construtor, de organizador — de *Povoador*, cognome honroso com que fica na galeria dos Afonsinos. Outro cognome ainda lhe dão os contemporâneos : o de *Pai da Pátria*. Sem dúvida o merece quem, nessa era difícil, atormentada, em que tem de defender dos maiores perigos a herança recebida, compreende as exigências da situação, faz frente aos vários problemas derivados das privações e misérias do Reino e com tal escrúpulo administra os bens públicos que lega um capital de perto de um milhão de morabitinos em oiro — « soma a bem dizer incrível », sublinha Herculano, « se atendermos à raridade dos metais preciosos naquela época ».

Depois da virtude da Força, poderosamente incarnada no Fundador, apresenta-nos Dom Sancho exemplo edificante da virtude da Prudência — uma das mais raras e fecundas em homens investidos no « duro ofício de reinar ».

*

Ante a personalidade de Dom Afonso II, certos historiadores urdem uma espécie de conjura deformadora. Pintam-no duro, avaro, insensível aos afectos familiares, sombriamente absorvido no único fito de reforçar e impor o poder real. Em tudo isto há certa verdade — mas é indispensável reflectir se as necesidades da época reclamam um Soberano com tais características. Bem vistas as coisas, parece que sim.

De facto, os dois primeiros reinados correspondem ao período árduo da formação. Com Dom Afonso I, a Realeza é antes de tudo comando militar : o vulto do Conquistador perfila-se sempre nas linhas extremas das pugnas fronteiriças, a dirigir e a garantir o êxito das campanhas contra o Leonês ou contra o Infiel. Com Dom Sancho a Realeza desempenha uma função restauradora, entretém-se em providências benéficas. Um e outro se vêem obrigados, nas difíceis emergências criadas pela guerra incessante, não só a ceder grande

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

parte do poder ao clero e aos nobres que os ajudam e às vezes tomam sobre si a defesa de consideráveis porções de território — mas também a deslocar-se com frequência para os pontos nevrálgicos da luta. Resultado lógico : a autoridade régia, que deve ser o fulcro de toda a vida do país, dilui-se, afasta-se, constantemente peca por ausência. Outras autoridades, improvisadas e ocasionais, a substituem ; ambicionam mesmo, aqui e além, sobrepor-se-lhe. Urge promover radical transformação — desde que se não queira resvalar para um feudalismo anárquico.

Afonso II é o chefe de um Estado que chega à maturidade, vencidas as flutuações e deficiências da juventude tormentosa. Já o Chanceler Julião, ao lado de Dom Sancho, com a sua formação de romanista (provàvelmente antigo discípulo da escola de Bolonha) se fez o paladino da supremacia da Realeza. Junto do filho, o sucessor de Julião, Gonçalo Mendes, prossegue no mesmo empenho e não só o Rei lhe presta maior audiência como as circunstâncias se revelam mais propícias.

Assim se vai fortalecer a unidade de governo ; o interesse do Monarca visìvelmente coincide com o Interesse Nacional.

O primeiro acto de Dom Afonso II, elevado ao trono, é reunir Cortes em Coimbra (1211). Aí estabelece um *modus vivendi* com o clero, sem esquecer a justiceira limitação quanto aos bens de raiz que este possa adquirir.

Por outro lado, o *Povoador,* no seu testamento, atribuiu o senhorio de Montemor-o-Velho e de Esgueira a sua filha Dona Teresa ; o de Alenquer, a Dona Sancha ; os mosteiros de Bouça e Arouca e a herdade de Seia, a Dona Mafalda. Apoiadas e aconselhadas por alguns fidalgos que desejam opor-se ao absorvente predomínio do Rei, as Infantas interpretam com excessiva latitude tal legado. E quando o irmão lhes reclama, lògicamente, uma clara subordinação à Coroa e o pagamento dos tributos devidos ao fisco régio, fortificam-se nos seus domínios e negam-se a obedecer. O Papa confirma-lhes os direitos pelas Bulas *Is qui tangit* e *Olim*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

ad petitionem ; Afonso IX de Leão abraça-lhes a causa, invade o norte do país. Que faz o Rei ? Ceder será abdicar. Insiste no seu propósito, marcha contra as irmãs que submete a assédio e acaba, após uma guerra de alguns anos, por obter o que pretende. O próprio Inocêncio III, na Bula *Cum olim*, vem decidir a contenda, especificar que às Infantas apenas cabe o rendimento das terras ; mas cumpre-lhes reconhecer a jurisdição real.

Por esse tempo, ante o apelo de Afonso VIII de Castela, vários Príncipes europeus e peninsulares concorrem para a formação de um grande exército destinado a opor-se aos Mouros que, às ordens do sucessor de Iacube, Anácir, reaparecem ameaçadores. Um forte contingente de tropas portuguesas engrossa esse exército e toma parte honrosíssima na vitória das Navas de Tolosa (16 de Julho de 1212), que vinga e anula por completo o desastre de Alarcos. Golpe mortal nas ambições do Islão em Espanha — de que mal poderá refazer-se.

Tem sido censurado Afonso II por não ir pessoalmente comandar os seus soldados e ilustrar-se com eles na memorável refrega das Navas. Efectivamente não mostra acentuado temperamento guerreiro o filho de Dom Sancho. Dedica-se a uma tarefa principal e exclusiva, que lhe impõe, além de cuidadosa persistência nos actos, incessante vigilância no centro do governo. A legenda que melhor resume o seu papel histórico, como, sob outro aspecto, o de seu pai, é esta : *presença da Realeza.* Em Dom Sancho manifesta-se a presença da Realeza onde quer que a solicitem os males e as deficiências de que sofre o povo. Em Dom Afonso II manifesta-se a presença da Realeza no esforço para abater excessivas pretensões de clérigos e nobres e para unificar a estrutura política e administrativa do Estado. Bem faz o Rei em confiar determinadas empresas guerreiras aos seus capitães (como a notável conquista de Alcácer do Sal em 1217, por iniciativa de Dom Soeiro, Bispo de Lisboa) — e em reservar para si aquela empresa que só a ele, sem dúvida, compete : a do prestígio e integridade do mando.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Os antigos reguengos e a maioria dos bens nacionais acham-se em parte incluídos entre as vastas possessões da nobreza e do clero, que as constituem ao sabor dos acasos e oportunidades, favorecidos pelas confusões dos tempos guerreiros, autorizados pelo regime arbitrário das *presúrias*. Como na questão com suas irmãs, Afonso II reivindica severamente tudo que pertence à Coroa. Daí, as *confirmações*, indispensável formalidade que atesta a posse legítima. Não basta, porém, esta medida e o Rei lança mão de outra mais radical e eficaz : as *inquirições gerais*. Algumas inquirições parciais datavam dos seus antecessores — como as de 1127, no tempo de Dona Teresa, em Viseu ; ou as da Vila de Luzedo, em Bragança, ordenadas por Sancho I. Desta vez, porém, são gerais : a alçada enviada pelo Soberano indaga, uma a uma, das condições jurídicas das terras, dos direitos senhoriais, dos padroados e mosteiros com os quais andam abusivamente misturadas as propriedades de foro real. A alçada ouve em cada lugar os mais antigos habitantes e segundo as suas idóneas declarações ajuíza e procede com a severidade necessária.

Levanta-se alarido por todo o Reino. As inquirições trazem em si ousado fermento de revolução na ordem — cujo chefe é o próprio Monarca. Privilégios, grandes fortunas, benesses que de longe vêm e a que se habituaram quantos já as conheceram em seus pais e avós — estão sob a ameaça. Por um sobressalto natural, todos os prejudicados se juntam em frente única diante da iniciativa régia. É bem presumível que os conflitos com os Prelados poderosos — desde Dom Soeiro de Lisboa, promotor da tomada de Alcácer, até Dom Estêvão Soares da Silva, Arcebispo bracarense e fidalgo de linhagem — tenham também aí a sua origem. Em tudo que se refira ao clero, há a distinguir o legítimo poder espiritual, adstrito à missão superior dos pastores de almas — e a avidez de bens temporais que excita vários dos seus membros. Quanto ao primeiro, decerto aos Reis cumpre acatá-lo e respeitá-lo. Quanto à segunda, assiste-lhes muitas vezes a obrigação de a atacar e reprimir,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

em serviço do bem comum. Não descura essa obrigação Afonso II — cujo secretário, Gonçalo Mendes, insistentemente o aconselha a seguir tal rumo com energia. Tanto mais que principiam a crescer o valor e a influência burguesa e plebeia dos concelhos. Nas Navas de Tolosa essa gente ganhou altos loiros com a sua peonagem heróica e dá agora à Coroa toda a força na reacção oposta às prepotências de nobres e de bispos.

Atacado de lepra, afligido por excessiva obesidade, Dom Afonso II aproxima-se prematuramente do fim — na plena mocidade dos seus trinta e sete anos. Ao vê-lo quase à beira do túmulo os inimigos propõem tréguas e, na aparência, desarmam. Abrem-se negociações entre o Rei e Dom Estêvão Soares da Silva. A morte vem interrompê-las — e é bastante de supor que a tenacidade conhecida do Soberano se recuse àquelas concessões *in extremis* que seu pai fez e lhe querem seguramente arrancar os que espiam a fraqueza renunciadora do espírito a despedir-se do mundo.

Ao contrário do sucedido com o larguíssimo reinado de Dom Afonso I, doze anos apenas se conserva Dom Afonso II à testa dos destinos portugueses, de 1211 a 1223. Pouco, muito pouco — para os vastos intuitos que o movem. Apesar disto, a sua obra, na brevidade forçada que a caracteriza, é das maiores. Afirma sòlidamente a presença da Realeza — e o povo bem o sente, bem o agradece no apoio que nunca deixa de prestar-lhe.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

O HÁBITO SOB A ARMADURA

Nos empreendimentos e conquistas dos nossos primeiros Reis tomam grande parte as Ordens Militares. É o momento de abrir um parêntesis e dedicar algum espaço a essas legiões bem representativas da espiritualidade que domina, sobretudo neste período, a vida medieval.

Pelos meados do Século XI edifica-se em Jerusalém um hospital destinado aos peregrinos e nele passa a existir, mais tarde, a Congregação de São João Baptista, aprovada em 1113 pelo Papa Pascoal I. O seu fundador tem o nome de Gerardo. Raimundo de Puy, sucessor de Gerardo, alarga-lhe o âmbito com a imposição de serviços de carácter militar. Assim nasce e se desenvolve a Ordem dos Hospitalários ou Cavaleiros de São João de Jerusalém, confirmada em 1184 pelo Pontífice Lúcio III.

Pela mesma época, em 1119, Hugo de Payens, Godofredo de Saint-Omer e mais sete cavaleiros franceses criam outra Congregação, em que se fazem os três votos habituais, de pobreza, castidade e obediência mas se lhes acrescenta o de proteger os peregrinos que a Jerusalém se dirijam. Instalados no local do antigo templo de Salomão que lhes cede o Rei Balduíno II, não tardam a

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

ser geralmente conhecidos por *equites templi* — Cavaleiros do Templo, ou Cavaleiros Templários.

Igual origem tem a Ordem dos Cavaleiros Teutónicos — cujos inicadores são combatentes alemães então reunidos na Terra Santa, com expresso apoio de Frederico de Suábia, filho do Imperador Frederico Barbarruiva — aprovada pelo Santo Padre Clemente III em 1191.

Qual a finalidade desse religiosos combatentes ? Uma finalidade que, por assim dizer, prolonga a das Cruzadas : depois de reconquistado o túmulo de Cristo, querem formar as milícias de Cristo, para defendê-lo contra quaisquer tentativas do Infiel. Trata-se, em resumo, da Cruzada permanente — votada às supremas causas da fé e do bom combate. Almas mobilizadas e corpos mobilizados. O hábito do monge coberto pela armadura do guerreiro. A vida inteira absorvida no empenho da guerra santa.

As Ordens Militares alastram, avolumam-se com adesões inúmeras. Dentro de curto período são já focos poderosos, influentes, donde irradiam auxílios a empresas alheias e iniciativas de empresas próprias. A sua acção na Península — frente de luta intensa contra o Islamita — é considerável. Desde o início se depara entre os factores primordiais da Reconquista espanhola e do alargamento de Portugal para sul.

Dos Templários, embora se admita a sua anterior existência no território português, sabe-se que em 1128 Dona Teresa lhes doa a vila de Soure e as terras entre Coimbra e Leiria. Em 1147 concede-lhes Dom Afonso I as rendas eclesiásticas de Santarém e em 1159, por estas haverem revertido ao Bispo da diocese, o terreno de Cêra ou Cêras. Ali fundam o Castelo e o Mosteiro de Tomar, sob a direcção de Gualdim Pais ; próspera vila se desenvolve ao seu abrigo. Passados anos, doa-lhes o Rei Fundador Idanha-a-Velha, Monsanto e, como oportuno incentivo, a terça parte do que no Alentejo possam ganhar pelar armas. Dom Sancho I faz-lhes a larga doação de Açafa em 1197.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Os Hospitalários têm remoto estabelecimento em Portugal. Dizem uns que sob o Conde Dom Henrique ; outros sob Dona Teresa ; outros sob o filho de ambos. Em 1149 Dom Sancho I instala-os na terra de Guidimtesta, onde erguem o castelo de Belver. Dom Sancho II, mais generoso ainda, dá-lhes os vastos domínios conhecidos pelo nome de Crato (Ucrate).

Por 1166 instalam-se em Évora, conquistada há pouco, alguns membros da Ordem castelhana de Calatrava — fundada anos atrás e aprovada em 1164 pelo Papa Alexandre III — que, designados por *freires de Évora,* chegam a possuir importantes bens em numerosos lugares. A partir de Dom Afonso II, é Avis o seu centro ; passam a chamar-lhes *freires de Avis.*

Há ainda a registar o incremento tomado entre nós pela Ordem de Santiago da Espada, fundada em 1161 para defender e proteger os peregrinos de Compostela, — à qual Dom Afonso I entrega a vila de Arruda em 1172 e Dom Sancho I os castelos de Alcácer, Palmela e Almada em 1186 ; a torre e a alcáçova de Santarém em 1193 ; o edifício de Santos-o-Velho em 1194. Os Espatários, geralmente intitulados *freires de Palmela,* são muito contemplados por Dom Sancho II, a quem prestam valiosa ajuda nas campanhas alentejanas e algarvias.

Todas estas Ordens exercem amplamente a beneficiência a favor das populações, tantas vezes reduzidas à miséria pela tormentosa passagem dos Sarracenos. Além disso, as suas casas religiosas tornam-se centros de civilização nos quais se encontram, a par das lições de cultura e de orientação moral, conselhos e estímulos para tudo que interesse o desenvolvimento das tarefas agrícolas. Quanto aos castelos, formam-se à sua sombra e confiados à sua guarda núcleos densos de habitantes ; e muitos terrenos ermos se cobrem de casais, de campos cultivados, embriões progressivos das vilas e cidades futuras.

O papel das Ordens Militares não se limita, pois, a oportuno reforço das hostes que lutam pela libertação da terra, arrancada

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

palmo a palmo ao senhorio árabe. Vai mais longe: representa utilíssima colaboração dada ao esforço dos Monarcas afonsinos para criar e valorizar um Pátria que ensaia os primeiros passos.

*

Às Ordens Militares se confiam os grandes postos de vanguarda — baluartes extremos onde vêm bater as ondas bravas da mourama. Ali se levantam fortalezas dentro das quais oram e aguardam os monges cavaleiros, em perpétua vigília de armas. Todo o seu destino consiste em apurar a alma para a oferecer, íntegra, limpa de pecados, à hora festiva da batalha.

De facto, esses homens que vivem em religiosa exaltação partem para a batalha como para uma festa. Festa de sacrifício e de resgate, que lhes permite dar provas do seu místico entusiasmo, do seu desprendimento dos bens terrenos, da sua obediência ao apelo divino. Festa de sangue? O sangue do Infiel purifica o mundo! Com tal segurança é que os freires acometem — missionários da espada, certos de servirem uma verdade mais alta e de abrirem, nos redemoinhos dos montantes, os claros trilhos da futura redenção humana.

É a morte, para eles, o melhor prémio. Consagram-se inteiramente a Cristo, à meditação e prédica da Sua doutrina, à imitação do Seu exemplo, ao triunfo completo da Sua causa. Desde que lhes seja dada a recompensa de sucumbir no serviço de Deus, às mãos dos que O blasfemam e injuriam, é porque o seu voto foi aceito, o sentido da sua trajectória terrena foi cumprido. Varados de cutiladas, a esvair-se por mil feridas — abre-lhes a morte um sorriso sobre-humano na face deslumbrada. Sabem que, no mesmo instante em que os olhos perdem a visão do mundo, das suas lutas e das suas misérias — no mesmo instante se lhes descerram, em beatífico alvor, os horizontes da Vida Eterna e da Luz Eterna!

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Insensíveis, portanto, às agruras e aos perigos do combate. Privações, sofrimentos, temores do adversário traiçoeiro deixam-nos indiferentes, porque apenas representam meios propícios de atingir o desejado objectivo. Quanto mais dor — mais amor. Cada qual ambiciona pesado lote de amargas provas, visto assim lhe caber glória maior nas alturas. A coroa de espinhos na Terra equivale, no Céu, à promessa de radiosa coroa de loiros. Entre os lances tumultuários e ferozes das pugnas à arma branca, entre os gritos ululantes dos mouros enfurecidos — avançam inundados de imensa alegria por se verem convertidos em irmãos do Crucificado e terem a certeza profunda de merecer, à custa de males transitórios, a bem-aventurança sem fim.

Assim transfigurados, assim predestinados, colaboram, na primeira fila, em toda a epopeia da nossa Reconquista. Quando do famoso assalto nocturno a Santarém, ei-los junto de Dom Afonso I, a saltar às muralhas, a despedir golpes sobre a turba agarena. Nas campanhas árduas do Alentejo e do Algarve, em que vilas e castelos passam de um a outro campo e sucessivos fluxos e refluxos marcam o desesperado duelo de duas crenças e duas raças — suportam quase só por si o peso dos choques bélicos e os progressos do nosso domínio assinalam-se pelas doações que lhes são feitas em reconhecimento das suas proezas. Entre os primeiros Reis e as Ordens Militares a união é estreita, íntima, total — porque os liga o espírito de Cruzada e os exorta em conjunto a voz distante dos Pontífices de Roma.

*

A jornada culminante dos monges batalhadores é porventura a da conquista de Alcácer do Sal, no tempo de Dom Afonso II. Empresa de grande vulto — para ela são convocados os freires das três principais Ordens : Templários, Hospitalários, Espatários. Sublime rivalidade os excita : a ânsia de morrer ou vencer tão nobremente uns como os outros. Reunidos no acampamento antes do embate, levantam para Deus os olhos e as almas e vêem fulgurar

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

no azul enorme cruz de luz vivíssima. É o anúncio da vitória. Se a multidão de gente moura inunda, a perder de vista, as planícies fronteiras, nada importa : a vitória será maior.

Esplende o sol alto. As hostes cristãs precipitam-se contra a massa densa dos islamitas. Uma chuva de oiro cai sobre o pequeno troço dos nossos cavaleiros. Reflexos acordam nas lanças e nos escudos. De tal violência a torrente de fogo, tão vibrante e lúcido o ar, que os freires em galopada julgam-se desdobrados por esquadrões de anjos : no espaço, acima deles, também galopa aérea e maravilhosa Cavalaria ...

O triunfo obtido é completo ; a matança prolonga-se durante três dias. E nunca será possível distinguir a quem tal se deve — tão confundidos andam, nesse remoto painel de espiritualidade medieval, os Cavaleiros da Terra, corações erguidos ao Céu, e os Cavaleiros do Céu descidos, por mandado de Cristo, a auxiliar e a secundar os Cavaleiros da Terra.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

AL-GHARB — OCIDENTE

QUANDO Dom Sancho II sobe ao trono em 1223, o panorama que o cerca é cheio de sombras e obstáculos. Pesa sobre o Reino a interdição pontifícia. O conflito com o alto clero mantém-se no mesmo pé. E o inexorável Dom Estêvão Soares da Silva não consente sequer que o Soberano falecido — adversário que só a morte abateu — receba sepultura eclesiástica. Entre a nobreza persiste a apaixonada resistência contra a política das inquirições. Até as irmãs de Dom Afonso II, apesar do entendimento que apaziguou velhas discórdias, insistem nas suas queixas e Afonso IX de Leão retém o Castelo de Chaves como penhor de que as Infantas receberão todas as satisfações e indemnizações a que pensam ter direito.

Quem vai fazer frente a tantas dificuldades? Uma criança de treze anos, à qual sua mãe um dia vestiu, para satisfação de certa promessa, o hábito de franciscano e inculcou sentimentos de férvida piedade, «mais de feição de religioso, que de Rei, nem Cavaleiro», diz o Cronista, «Príncipe que do começo da sua vida até que acabou deu em servir mais a Deus que haver respeito às coisas e pompas do mundo»... Se Dom Afonso II tivesse tido tempo, é natural que

*

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

o seu pulso firme criasse outra ordem, outra disciplina, na confusa vida pública de então; e que o seu exemplo contribuísse para temperar melhor o carácter do filho, destinado a herdar-lhe o ceptro e as responsabilidades. Assim, Dom Sancho, o *Capelo* (como se chama à espécie de capuz que, em complemento do hábito, lhe cobre, além do crânio, a parte posterior do pescoço) — terá de ser vítima expiatória, desfeita pela tormenta.

No entanto, não são desacertados os primeiros passos. Logo no terceiro mês do seu advento reúne em Coimbra uma assembleia de clérigos e seculares e estabelece com eles base de composição satisfatória. Pagará a Coroa ao Arcebispo de Braga e a quantos se considerem prejudicados indemnizações convenientes. Compromete-se também a castigar todos os culpados das hostilidades contra o Metropolita e a perdoar quaisquer ofensas recebidas do partido clerical. Ao mesmo tempo garante, por diversos meios e em diversos casos, imunidades e privilégios eclesiásticos postos em causa no tempo de Dom Afonso II. E soluciona o já antigo litígio relativo às Infantas herdeiras do *Povoador*.

Tomadas estas medidas pacificadoras, volta-se Dom Sancho II para as empresas guerreiras que fortemente o atraem. Envolvem-se em novas discórdias vários chefes muçulmanos. Os Príncipes vizinhos — Afonso IX de Leão e Fernando III de Castela — aproveitam-nas para invadir os territórios meridionais em que o domínio do Crescente se exerce ainda. De Roma — na Carta dirigida em 1225 aos Hospitalários — o Papa Honório III incita à guerra santa, envia mesmo um Legado seu especialmente encarregado de a estimular na Península. Talvez o jovem Monarca português compreenda também que prestigiará o seu nome se trouxer ao Reino outra colheita de loiros em pelejas libertadoras. Assim fizeram seu avô e seu bisavô — cujas armas, além de fundar e dilatar Portugal, deram à Realeza vivo esplendor popular e heróico. Seu pai votou-se a uma tarefa oportuna, de consolidação. Mas, se assim fortaleceu o Poder e organizou mais vigorosamente o Estado, deixou esmorecer um tanto aquele glorioso nimbo que iluminava — cavaleiros épicos à frente das hostes — os vultos possantes do conquistador de Lis-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

boa e do conquistador de Silves. Recuperar esse nimbo é dotar a Realeza dos melhores trunfos, na hora em que tantas emulações e más vontades a assaltam.

Parte a expedição na Primavera de 1226. O objectivo de Dom Sancho é a importante praça de Elvas — e o seu movimento de ataque desenvolve-se em conjugação com o do Rei leonês sobre Badajoz. Nas nossas fileiras vão os melhores expoentes da cavalaria e da nobreza, entre os quais sobressaem Abril Peres, Gil Vasques de Soverosa, Martim Anes, Gonçalo Mendes de Sousa, Soeiro Pais de Valadares, Pedro Peres, Fernando Fernandes de Bragança e quase todos os Prelados. Embora se atinja, porém, os arredores de Elvas e se arremeta denodadamente contra a fortaleza — num dos fossos da qual o Soberano decerto perderia a vida se não lha salva Afonso Mendes Sarracines — a cidade não chega a cair nesse ano, embora alguns historiadores precipitadamente o julguem. Apoiado no *Chronicon Mundi* de Lucas de Tuy, e após haver mostrado a fragilidade das presunções em que se firmam, neste ponto, António Brandão e Herculano — estabelece-o com segurança Luís Gonzaga de Azevedo.

Elvas cai mais tarde, em 1229, quando da derrota do caudilho árabe Ibne Hude, que provoca o abandono de Mérida, de Badajoz e de larga zona do Alentejo. Nessa zona se acham Juromenha e Elvas, de que se apossam, em nome de Dom Sancho II, grupos de Espatários.

As questões religiosas não terminam. Ao contrário : depois da breve suspensão trazida pelo convénio de Coimbra, tendem a recrudescer. O Rei é demasiado moço, demasiado brando. Os seus sonhos de piedade e reconquista alheiam-no do fermentar de ódios que sobressalta o país e indigna o clero. A série de violências entre a Nobreza, os Prelados, as Ordens Monásticas dia a dia se agrava com trágicos episódios.

O velho Bispo do Porto D. Martinho Rodrigues, que tanto bulhou com Dom Sancho I, acusa agora o neto de permitir abusos

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

e usurpações contra a jurisdição que lhe pertence. Intervém suavemente o Papa Honório III, que nutre simpatia pelo jovem animador da campanha alentejana e é, como vimos, grande propugnador do novo impulso contra os Mouros. Gregório IX, que lhe sucede, manda como Legado a Portugal o Cardeal de Santa Sabina, João de Abavila. O Cardeal-Legado usa da maior equidade e a sua prudência consegue, por algum tempo, sanar o conflito. Entrementes, a anarquia alastra e, além das agressões cometidas por agentes régios contra eclesiásticos, praticam-se sacrilégios hediondos. D. Soeiro, Bispo de Lisboa e D. Pedro Salvadores, Bispo do Porto, fazem chegar queixas redobradas a Roma. Gregório IX lança a confirmação da sentença de interdito, excomunga o jovem Rei de vinte e tantos anos — que, embora o seja só pela sua fraqueza, é tornado responsável por todos os males.

Fraqueza no governo, ânimo no campo de batalha. Estranho paradoxo, o de Dom Sancho II ! Enquanto a sociedade enferma de perturbações gravíssimas, prossegue a colonização do Alto-Alentejo e da Beira Baixa, ocupa, ou faz ocupar, Moura e Serpa, Aljustrel, Aiamonte, Tavira, Cacela, confina numa reduzida ponta algarvia os últimos núcleos árabes. Chega-se mesmo a pensar se este Príncipe combativo e incapaz, febril de grandes ideais mas débil e inferior na governação pública, terá a plena consciência do drama que se trava em seu redor, ao fundo do cenário — quando, no proscénio, se entretém com os empreendimentos de guerra e arrebata, uma a uma, terras novas ao jugo sarraceno.

O libelo do clero contra o Rei cresce, reclama da Santa Sé intervenção decisiva. As intrigas multiplicam-se : bispos coléricos, fidalgos enfurecidos. E agora, como centro propulsor da magna ofensiva, de novo uma personagem de vulto : o próprio irmão de Dom Sancho, Afonso, Conde de Bolonha, que se retirou para França anos antes — porventura depois dos desaires militares de 1226, quando alguns nobres quiseram erguê-lo ao trono em vez do fraco irmão que o exilou. Para ele convergem as esperanças de todos os inimigos confederados. O poder dos Papas alcança, aliás, a sua maior

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

afirmação de predomínio com o soberbo pontificado de Inocêncio IV : mantém a plena capacidade de fazer e desfazer Monarcas.

Em 1245, o desfecho da crise. Ao concílio de Lião acorrem o Metropolita bracarense e os Prelados do Porto e Coimbra. Vão reforçados por alguns dos mais categorizados fidalgos, adversários de Dom Sancho. Levam representações de outros, de muitos eclesiásticos, de vários concelhos ; e pintam com as tintas mais negras o estado do Reino e a incapacidade do Rei. No termo do Concílio, Inocêncio IV anuncia a resolução gravíssima de depor, por sentença, o poderoso Frederico II, Imperador da Alemanha. O caso de Portugal é julgado depois do Concílio encerrado, e o veredicto expresso numa Bula em que o Papa se dirige às diversas classes do país, se alonga acerca da temerosa desordem que este atravessa e termina pela designação, em nome da Santa Sé, da pessoa encarregada de o ordenar e restaurar : o Conde de Bolonha, sucessor no trono desde que o Rei não tenha filhos. Todos lhe devem, pois, inteira obediência e devem negá-la a Dom Sancho, embora sem se esquecerem de ver neste a superior dignidade que lhe pertence e de nada fazer contra a sua vida ou a de filho que porventura venha a ter.

Pouco depois, ainda no mesmo ano, Dom Afonso subscreve em Paris um documento pelo qual toma para com o clero todos os compromissos solicitados. Desembarca, meses mais tarde, em Lisboa. Usa os títulos de Visitador e Curador do Reino e é recebido e acatado pelos habitantes da futura capital.

*

O Bolonhês tem do seu lado as maiores vantagens. Candidato declarado da Igreja, logo saudado pelo Comendador de Mértola, Gonçalo Peres, chefe dos Espatários e por muitas figuras da aristocracia e do clero ; federador de todos os despeitados e de todos os descontentes ; hábil homem de guerra, como já provou anos atrás, em Saintes, sob as ordens de Luís IX de França — a sua causa, de início, está ganha. Muitas cidades se lhe entregam imediatamente.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

A seu favor conspiram os venenos deixados pelas dissidências prolongadas tantos anos. Portugal sofre há muito de uma doença *orgânica.* Atinge o ponto de crise. Quem quer que venha, encontrará terreno permeável e caminho aberto.

Nem por isso deixa de se travar guerra cruel, intensa, Apesar de tudo, Sancho II tem o amor e o respeito do povo — o qual difícilmente compreende que esse Príncipe valoroso, bondoso e infeliz lhe seja arrebatado por simples decreto romano. Depois, o Conde de Bolonha, ausente do país há bastante tempo, instrumento e executor da cabala contra o irmão, afigura-se-lhe quase um estrangeiro — e os Portugueses já se habituaram a não aceitar de bom grado que estrangeiros os governem.

Guerra civil de mais de um ano, durante a qual se assinalam algumas valorosas resistências: Óbidos, vencida só após demorado cerco; Guimarães, berço da independência; o Castelo de Faria, que então vive alta página da sua história, na qual haverá outras não menos belas. E o fantástico episódio, tão ingénuo e saboroso, de Fernão Rodrigues Pacheco, em Celorico: assediado e sem mantimentos, uma águia paira sobre o castelo e deixa cair das garras truta fresquíssima, acabada de apanhar no Mondego próximo. O Governador, depois de cozinhada com apuro, logo a manda de presente ao Bolonhês, chefe dos sitiantes, para lhe mostrar a abundância de que desfruta. Basta isto para Dom Afonso levantar o cerco ...

Ainda vêm tropas de Castela, com o Príncipe Real à frente, auxiliar o Soberano espoliado. O êxito, porém, não coroa a tentativa. Pertence ao *Nobiliário do Conde Dom Pedro* aquela romanesca versão segundo a qual, para cerrar todas as vias salvadoras e impedir que um filho legítimo de Dom Sancho possa mudar a face das coisas, os sequazes do Bolonhês raptam a mulher do Rei, Dona Mécia Lopes de Haro, que à fuga parece dispor-se sem grande relutância de combinação com o adversário. A falsidade é aqui manifesta, porque até perto do fim há provas de que Dona Mécia luta pela causa do marido; só dele vem a separar-se, por mandado papal, em 13 de Janeiro de 1247.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Nada a fazer senão aceitar o voluntário exílio e esperar o descanso libertador na morte. Dom Sancho encerra-se no Mosteiro de Toledo, absorvido em orações e obras pias. Na hora em que fecha os olhos (Janeiro de 1248) apenas o acompanha um último punhado de fiéis. O seu cadáver, embora reclamado pelos monges de Alcobaça, não recebe sepultura em Portugal. Trágico destino! «Na vida foi, como dizem, tão sujeito a validos que não teve acção que se pudesse chamar sua, e na morte foi tão infeliz que a não teve na Pátria» — sintetiza um velho comentador da História.

A Providência oferece, porém, estranhas e surpreendentes compensações aos homens mais feridos pelo infortúnio. Ninguém esqueceu decerto aquele rasgo admirável atribuído a Martim de Freitas, Alcaide de Coimbra, obstinado em guardar a cidade ao Rei legítimo. Mesmo depois de saber Dom Sancho morto, quer assegurar-se pessoalmente da verdade do facto e vai a Toledo. Ante o cadáver, ajoelha primeiro; a seguir enfia-lhe no braço as chaves do castelo, como sinal simbólico de restituição e homenagem ao Senhor que lhas deu; depois traz as chaves para Portugal, entrega-as a Dom Afonso, mas nada aceita do novo Monarca e retira-se à obscuridade.

Verídica ou imaginária ocorrência? Um passo do já referido *Nobiliário do Conde Dom Pedro* leva a supor que se trate apenas de lenda popular sem autêntico fundamento. Há lendas, contudo, mais reais que o real. Se Martim de Freitas não fez aquilo que se lhe atribui, o episódio torna-se ainda mais significativo, ganha relevo de alegoria. É o testemunho da fidelidade teimosa do Reino ao Rei destronado e proscrito. É o juízo sentimental do Povo sobre aquele que, morto, considera ainda como chefe. E só depois que as chaves do Reino caem do braço gelado do cadáver de Toledo pode o Bolonhês abrir com elas uma porta que lhe foi, até aí, teimosa e desesperadamente fechada.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Sente-se, desde o início, em Dom Afonso III — que só usa o título de Rei de Portugal após o falecimento do irmão (1248) — o ardente desejo de se congraçar com um país ainda ulcerado pelo seu procedimento. Possui a Coroa, de facto, desde 1246; agora cabe-lhe também de direito. Não basta possuí-la; é necessário merecê-la.

Daí, as suas numerosas e acertadas providências — sobretudo a grande empresa em que logo se lança, no prolongamento dos esforços de Dom Sancho II: a ocupação dos territórios algarvios.

Que é o *Al-gharb?* Os seus limites andam incertos nessas eras — já que se alargam pela Andaluzia e pelo norte de África. Isto explica o facto de, mais tarde, quando das expedições e vitórias africanas, os Soberanos portugueses se chamarem «de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar». De qualquer modo, *Al-gharb* significa *terra do Ocidente.*

Graças às campanhas do tempo de Dom Sancho apoderámo-nos de zona importante do Algarve, isolámos na parte sudoeste os últimos redutos mouros. São estes os visados pela iniciativa militar do seu sucessor — que assim procura obter novos factores de prestígio e popularidade.

Em 1249 põe cerco a Faro, coadjuvado por uma frota. Os sitiados, sem poderem receber socorros, negoceiam e rendem-se. Depois toma Albufeira, Loulé, Aljezur, o Castelo de Porches. valorosamente secundado pelos Espatários e pelos freires de Avis. Está reduzido o saliente deixado por Dom Sancho. Até ao Guadiana é contínuo o domínio português no sul.

Para além do Guadiana se estende ainda. Dom Afonso recomeça a ofensiva e ocupa as terras andaluzas de Aronche e Aracena, na esteira do irmão que já transpôs o rio, para a margem esquerda, quando submeteu Moura, Serpa e Aiamonte. Mas surgem então os

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

ciúmes de Castela, onde não se vê com bons olhos este crescente alastrar do nosso poderio.

Servem de pretexto à reacção do poderoso vizinho, além das convenções mais ou menos problemáticas outrora estabelecidas entre Fernando II de Leão e Afonso I de Portugal, que teriam marcado como divisória das suas conquistas algarvias a linha do Guadiana — a cedência feita pelo Rei mouro de Niebla ao Príncipe Real castelhano Dom Afonso dos direitos que pretende ter na região. Apesar dos protestos do nosso Monarca junto de Fernando III de Castela, as hostilidades estalam e o Bolonhês vê-se forçado, por inferioridade momentânea de meios de luta, a reconhecer os direitos do adversário. As tréguas, porém, depressa se rompem. O Papa Inocêncio IV intervém como medianeiro — já Fernando III morreu e o filho subiu ao trono com o nome de Afonso X. Enfim, celebra-se o acordo entre ambos os Soberanos ns princípios de 1253. Por esse acordo, Dom Afonso III, ligado por matrimónio não dissolvido à Condessa de Bolonha, nem por isso vacila em ajustar o seu casamento com Dona Beatriz, ainda criança, filha do Rei de Castela. Ao mesmo tempo cede a Afonso X o usufruto do Algarve, até que atinja sete anos o primeiro filho que venha a ter de Dona Beatriz. Habilíssimo estratagema, graças ao qual se despoja o Castelhano, em favor do neto, dos territórios em litígio — que assim, dentro de curto prazo, reverterão definitivamente a Portugal. O processo do consórcio com Dona Beatriz afigura-se bastante condenável à luz da moral cristã, mas o Bolonhês nunca prima por excesso de escrúpulos quando trata de alcançar os seus objectivos; e o certo é que deste modo resolve um grave problema em benefício do país que governa. A tal respeito, há um curioso trecho na Crónica de Rui de Pina: — « Um privado de El-Rei Dom Afonso havendo este casamento por estranho e muito contrário à sua consciência lhe disse que não fizera bem em casar com a Rainha Dona Beatriz, pois sabia que era casado com a Condessa de Bolonha, com quem já se muito contentara e honrara de casar, e que El-Rei lhe respondera que se não espantasse do que tinha feito; porque ao outro dia ainda casaria com outra mulher, se com ela lhe dessem outra tanta terra

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

porque mais acrescentasse Portugal». Acrescentar Portugal — nesta fórmula encerra todo o seu programa. E não olha aos meios, desde que chegue ao fim.

Astuto como raros, não tenciona Dom Afonso III cumprir sequer o pouco que promete em troca do muito que lhe é prometido. Pretende o Monarca de Castela exercer os seus direitos de usufrutuário do Algarve e para os tornar patentes nomeia o dominicano Roberto Bispo de Ossonoba, antiga diocese restaurada em Silves pelo Rei Dom Sancho I. Mas o Bolonhês nunca aprova tal nomeação. Este e outros incidentes mostram bem que o Algarve fica sempre, afinal, nas mãos de quem terminou a sua conquista. Não sairá mais delas.

A Condessa de Bolonha ainda levanta naturais protestos contra o ilegítimo segundo matrimónio do marido. O Pontífice Alexandre IV decreta a separação dos novos cônjuges, lança o interdito contra o bígamo real. Mas a primeira mulher de Dom Afonso morre em 1258; e os Bispos portugueses representam ao Papa sobre a conveniência de se legitimar o facto consumado — visto já haverem nascido dois filhos e exigi-lo o bem do Reino. Essas diligências são reforçadas pela ida a Roma dos Prelados de Lisboa e Coimbra e pelo apoio dos Reis Luís IX de França e Teobaldo II de Navarra, e do Duque de Anjou. Em 1263 Urbano IV, com as Bulas *Qui celestia simul* e *In nostro proposuistis* resolve a questão a favor dos impetrantes. Nesse mesmo ano Afonso de Castela reconhece ao neto primogénito Dom Dinis o senhorio do Algarve, apenas limitado por ténue laço feudal: a obrigação de lhe fornecer cinquenta lanças se em qualquer altura lhe forem pedidas. Como penhor de tal compromisso ficam uns tantos castelos algarvios na posse de João de Aboim e de Pedro Eanes Portel, cavaleiros castelhanos.

É muito — mas não é tudo. Em 1267, outro rasgo de diplomacia de Dom Afonso III: manda a Badajoz o Infante Dom Dinis, recebido pelo avô com grandes demonstrações de afecto. Por este processo arranca ao Rei de Castela um tratado segundo o qual

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

desiste das estipulações anteriores e, mediante a cedência de Aronche e Aracena, aceita que o domínio entre as duas Coroas seja delimitado pelo curso do Guadiana, a partir da confluência do Caia.

Venceu a tenacidade do Bolonhês. O Algarve é nosso! Reaparece o título efèmeramente usado por Dom Sancho I. Daqui por diante o Rei de Portugal sê-lo-á também do Algarve — sem contestação possível.

*

Só agora Portugal está completo — tal qual vai persistir na sua longa trajectória. Até aqui — nos primeiros tempos, quando Dom Henrique e Dona Teresa, depois Dom Afonso I ambicionam alargar-se para os lados de Zamora e Toledo ou para as regiões da Galiza — o seu contorno hesita, embora sempre firmado no núcleo fundamental de entre Douro e Minho: será uma espécie de cunha, voltada para nordeste da Península? Sancho I, Sancho II mostram optar pelo outro desenho: a faixa litoral, desde o Minho até à extrema ponta atlântica do sul. E o desenho em faixa suplanta o desenho em cunha. É Afonso III quem o decide, o realiza, o consolida.

Portugal, conquistado o Algarve — está completo. Completo no mapa da Europa. Completo na predestinação de país expansivo, navegador, solicitado pelas miragens da aventura e pelos apelos do largo. Completo, também, no sentido espiritual da sua missão apostólica. Al-gharb — Ocidente. Portugal vai ser na História a expressão mais pura, o baluarte mais firme do extremo-Ocidente europeu!

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

PRIMEIRO ESBOÇO DA NAÇÃO ORGÂNICA

É justo reconhecer-se : com a conquista do Algarve e a tenacidade posta em solucionar os obstáculos provindos do ciúme de Castela Dom Afonso III resgata as eventuais culpas havidas na deposição de Dom Sancho, os processos usados para substituí-lo no trono. Não fica, todavia, por aí. A sua obra, mais ampla, traz maiores benefícios ao país. O Bolonhês aprendeu em França « o duro ofício de reinar » com um grande mestre : o santo Rei Luís IX.

A par do acréscimo e consolidação do território, devem-se-lhe iniciativas notáveis de ordem administrativa, de fomento, de inteligente equilíbrio político. Promove o cultivo de terrenos extensos, dá forais a numerosas comunas e, pelo menos nas Cortes de Leiria (1254) — se é que não antes, nas de Guimarães (1250), — chama a fazerem-se ouvir, pela primeira vez, os representantes dos Concelhos. O facto reveste-se da máxima importância neste período em que, terminado, por assim dizer, o estádio da formação, se inicia a fase do desenvolvimento.

Dom Sancho I abriu o caminho. Mas, além das graves discórdias com o clero, a nossa autonomia era ainda então de fresca data

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

e o mais ardoroso e implacável inimigo — o Sarraceno — mantinha-se no Alentejo e no Algarve, donde por vezes se atrevia a lançar incursões que visavam o próprio coração do Reino. Dom Afonso II marcou enérgico impulso no sentido do reforço e do prestígio da soberania. Mas a sua curta vida e o mal-aventurado governo do primeiro filho inutilizaram-no em grande parte, Agora, com Dom Afonso III, mais feliz decerto, e também mais persistente e sensato no desenrolar da acção, mais atento à viabilidade dos planos que traça, senhor do mando durante pouco mais de três décadas — as estradas abertas por seu pai e seu avô podem ser trilhadas com decisão. Já contamos um século de livre existência. Dir-se-á que o Estado se firma no intento de preparar a *Nação orgânica,* provida dos seus elementos fundamentais, das necessárias condições de vitalidade e de progresso. Esse primeiro esboço da *Nação orgânica* — que sucede ao inorganicismo das épocas anteriores — oferece novas perspectivas à nossa maturação histórica.

Assim, no que toca à representação nacional. Desde os famosos Concílios da Monarquia visigótica até à Cúria Régia do Estado leonês — de longe vem a tradição de uma espécie de assembleia consultiva que informa, esclarece e por vezes mesmo procura sugestionar o Soberano, de acordo com as necessidades ou aspirações das diversas entidades que nela tomam parte. No começo, porém, tal assembleia — entre nós, intitulada, de preferência, Cúria ou Cortes — compõe-se exclusivamente dos membros da Família Real, Bispos, Abades de certos mosteiros, Mestres de algumas Ordens e fidalgos da maior nobreza. Tais são as primeiras Cortes, a partir das que se admite haverem sido celebradas pelo Conde Dom Henrique, entre 1095 e 1108. Da mesma espécie, as de Almacave, em Lamego, se é que na verdade se reúnem em 1143 — questão extremamente incerta, visto as actas apresentadas por António Brandão na *Monarchia Lusitana* serem apócrifas, mas determinadas alusões ao primitivo direito português em textos subsequentes levarem a supor que no tempo de Afonso I qualquer coisa se tenha disposto em Cortes

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

a tal respeito. As de Dom Afonso II em Coimbra (1211) e as de Dom Sancho na mesma cidade (1229) formam-se de iguais elementos. As de Dom Afonso III em Guimarães (1250) já deixam lugar a dúvidas por causa daquela frase significativa: *in presentia multorum episcoporum procerum et militum et aliorum.* Este *et aliorum* designará os delegados das classes até aí ausentes das Cortes? Sobre as de Leiria, celebradas quatro anos mais tarde, as incertezas desaparecem. Há um documento expresso: menciona os Bispos, os Nobres, os membros do alto clero e das Ordens e os *bonis hominibus de conciliis.* Aparecem, pela primeira vez na nossa vida pública, os representantes de um novo elemento da maior importância para a estrutura orgânica da Nação: esse *terceiro braço* que adquirirá progressivamente relevo e influência.

Que são os *concelhos* — cujos *homens bons,* seus delegados e porta-vozes, surgem nas Cortes de Leiria? As velhas comunidades agrícolas que já se prefiguravam nas remotas *citânias,* nas *villas,* nos municípios e, sob a forma de meros núcleos passivos mas persistentes de população fixada à terra, ou, na fase das invasões mouras, sob a forma militarizada das *behetrias* — pouco a pouco tendem a crescente autonomia administrativa, expressa na faculdade de escolher os magistrados locais por meio de eleição. Classifica Herculano os concelhos, como se sabe, em rudimentais, imperfeitos e completos — fundado em diversas características que vincam a maior ou menos extensão da sua autonomia. Parece avisado e prudente dizer, com Alfredo Pimenta: «não há o *Concelho* instituição geral: há *concelhos* — instituições especiais. Cada concelho tem qualquer coisa de privativo que o inibe de entrar num quadro genérico». É natural: cada concelho é, por assim dizer, de génese local e significa a ordenação e consolidação de um pequeno agregado. A semelhança das circunstâncias geradoras produzirá talvez semelhanças correspondentes no regime adoptado por cada um. Modelos uniformes, em que se integrem os novos concelhos — isso evidentemente não existe nem pode existir.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

As *cartas de foral*, ou simplesmente *forais*, são os diplomas em que se fixam e discriminam as obrigações, direitos e privilégios dos habitantes de cada concelho — sobretudo em tudo quanto se refere à vida fiscal e também à vida judicial, agrícola, etc. Concedem-nos os Reis ou, então, os Prelados, os Senhores, os graduados das Ordens, qualquer outra personalidade — e em geral confirma-os uma decisão régia. No entanto, é útil sublinhar que os *forais* não criam obrigatòriamente os concelhos. Limitam-se muitas vezes a reconhecer e a organizar os que já existem.

Se apenas agora se alude aos *forais* e aos concelhos, não quer isto dizer que uns e outros datem do reinado de Dom Afonso III. Desde o Conde Dom Henrique até Dom Sancho II vemos todos os governantes portugueses dos Séculos XII e XIII dar forais numerosos, beneficiar os centros populacionais que, de norte a sul do país, vivem e se multiplicam. O Bolonhês não faz neste sentido mais do que os seus predecessores; mas, pelos motivos já aduzidos, porque cessam as flutuações territoriais e políticas derivadas das guerras com os Mouros, porque se entra num período de mais calmas e seguras possibilidades organizadoras, porque chega o momento de colher o produto das anteriores sementeiras, o certo é que sob a sua égide principia a tomar importância na vida nacional o papel dos concelhos, transformados — segundo a frase de Herculano — «numa espécie de pequenas repúblicas unidas pelos laços da monarquia». Essas pequenas repúblicas, providas de um condicionalismo próprio, de suas magistraturas e constituições político-jurídico-administrativas (os *forais*), da consciência dos seus direitos e deveres, do seu papel dentro do conjunto da Nação, chamadas a fazer-se ouvir em Cortes, avolumam e acentuam o seu ascendente nos negócios públicos. Já Dom Sancho I e Dom Afonso II esboçam — ante os abusos e ambições dos poderosos membros do clero e da nobreza — o propósito de se apoiar no *terceiro braço* para lhes reprimir os abusos. A Realeza encontra nesses núcleos humildes, desejosos sempre de protecção contra os que os oprimem ou exploram, os mais sinceros,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

eficazes, dedicados auxiliares na sua missão coordenadora e justiceira. D. Afonso III, graças às circunstâncias favoráveis, robustece ainda a famosa « aliança dos Reis e dos Concelhos » que, durante muito tempo e com os mais fecundos resultados, será o grande alicerce moral e popular da nossa Monarquia.

*

É também o momento de procurar estimular o desenvolvimento económico do Reino. Nesse intuito, decretam-se medidas oportunas — e chega-se, pela lei de 26 de Dezembro de 1253, a uma fixação (relativa, é claro) do preço dos géneros, tentativa rudimentar daquilo que nos nossos dias se chama *economia dirigida*. Coincide isto com o acréscimo sensível do comércio externo de Portugal, que importa de França, de Inglaterra, da Flandres tecidos finos de linho e de seda, ferro, cobre, aço, latão, chumbo, estanho, armas lavradas, talhas esculpidas. Enchem-se de frotas mercantes estrangeiras os nossos portos : Lisboa e Porto sobretudo ; Faro e Setúbal no sul ; no norte a foz do Lima, onde o tráfico é intenso. As cidades do litoral prosperam e crescem sob o influxo dos negócios e das relações novas. Mais uma razão que leva o Rei a aproveitar o ensejo para sistematizar a circulação auspiciosa das riquezas.

Disto resulta lògicamente o problema da moeda — até aqui pouco abundante mas que aparece agora em maior quantidade, devido à afluência de mercadores estrangeiros. Segundo um velho costume peninsular, os Monarcas têm o direito de periòdicamente *quebrar moeda*, isto é, recolher a que anda em giro e cunhar outra vez a prata, à qual juntam mais liga : traz-lhes a operação lucros apreciáveis. Não renuncia Afonso III a esta vantajosa prerrogativa régia. Encontra, porém, vivas resistências — o que se compreende numa época em que as trocas comerciais exigem moeda tão estável quanto possível — e depois de longas negociações conclui-se um acordo pelo qual o direito de *quebrar moeda* é substituído por um tributo especial. Desta maneira se constrói gradualmente melhor

*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

organização social e económica, em que os interesses particulares são defendidos e harmonizados com o interesse comum.

Outra providência que se impõe: a de novas inquirições. As de Dom Afonso II produziram os seus frutos, mas através do infeliz reinado de Dom Sancho II abusos e fraudes renasceram com maior violência, na atmosfera de anarquia derivada da carência do poder. Agora, há de novo um chefe resolvido a sê-lo, que nem cede nem mutila nenhum dos seus direitos. Faz-se sentir outra vez a necessidade de inquirições — mais vigorosas, mais minuciosas, mais severas ainda. Ordena-as o Bolonhês — embora a experiência faça prever quantos obstáculos e reacções lhe surgirão pela frente. Inquebrantável e obstinado, nem o atemorizam sequer os conflitos suscitados pelas poderosas Ordens Militares, desde os respeitantes a certos domínios dos Espatários no Algarve até os que se registam com os Cavaleiros de Avis e do Templo. São marcas fundamentais do seu carácter a tenacidade nas acções e a metódica habilidade para as levar a bom termo, quer pela força, quer pelo ardil — de preferência pelo ardii, sem que chegue a hesitar quando só o recurso à força se apresenta.

Como no tempo de seu pai, estas claras e enérgicas manifestações de uma soberania ciosa do mando e repressora de abusivos privilégios desencadeiam a má vontade e até a hostilidade declarada das classes preponderantes. Clero e nobreza erguem-se uma vez mais contra quem assim pretende cercear-lhes as regalias e os proventos. Especialmente o clero — que julga ter em Dom Afonso um dócil servidor, já que por suas mãos lhe deu o governo, depois de o ter levado a assumir em Paris pesados compromissos. Logo ao iniciar o reinado, quando da querela com o Bispo do Porto D. Julião relativa aos direitos das mercadorias em trânsito no Douro e ao local do seu desembarque, o Rei mostra a sua têmpera: ocupa a cidade pelas armas, impõe radicalmente a solução. Ainda não se julga ser este o ensejo de o combater — tanto mais que discute com Castela a espinhosa questão do senhorio do Algarve e

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

quaisquer dificuldades internas revestem-se de imperdoável sentido antipatriótico. Repare-se : apenas o Bispo do Porto é afectado nos seus interesses ; o Bolonhês teve o cuidado de limitar e isolar a pendência.

Com o andar dos tempos, a legislação dura e niveladora do Rei e acima de tudo os efeitos das inquirições, vêm aglutinar os descontentes, incutir-lhes ânimo para retomar a ofensiva. Um grupo de Prelados portugueses, após diversas queixas desatendidas feitas ao Soberano, leva a Clemente IV extenso documento no qual se deploram as violências cometidas em desfavor das liberdades religiosas. O libelo, porventura fundado em vários pontos, ressente-se de evidente exagero. Mas o Papa não pode deixar de o tomar em consideração e dispõe-se a indagar das suas razões determinantes.

Dom Afonso III dá a este primeiro ataque a melhor resposta. Clemente IV não tarde a receber solene e eloquente declaração dos Concelhos de Portugal em que se justifica o procedimento do Monarca e se lhe rendem os máximos elogios pelo acerto e pela equanimidade do seu governo. A aliança do Rei e dos Concelhos afirma-se. É evidente a confiança do Povo no seu defensor e protector.

Não se contenta com isto Dom Afonso ; já que o Pontífice e Luís IX de França lançam um apelo para a renovação da Cruzada apressa-se a tornar pública a sua intenção de lhe corresponder e se alistar na meritória empresa. Astúcia que logra iludir a Santa Sé e leva Clemente IV a expedir Bulas nas quais suspende as severas medidas já em curso contra o Soberano português. Envia contudo o seu capelão Folquini, com o mandato de investigar sobre o verdadeiro estado do Reino e de entregar a Dom Afonso uma carta de admoestação e de aviso. Morre o Papa em 1268 e Folquini regressa sem que a situação se haja modificado.

Perante a insistência dos Prelados (sete dos quais fazem outra viagem a Roma para melhor exprimirem as suas cóleras e as suas queixas) Gregório X expede nova Bula a exortar o Bolonhês à

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

obediência. E encarrega o Prior dos Dominicanos e o Guardião dos Franciscanos de Lisboa de lhe exigirem uma resposta. Inútil. Dom Afonso III, sob pretextos mais ou menos engenhosos, nega-se a recebê-los, protela indefinidamente a resolução do caso. Por fim vê-se obrigado a simular o acatamento às ordens pontifícias. No fundo, mais um estratagema, porque o Soberano tem uma ideia para mistificar os desejos da Cúria. Reúne Cortes em Santarém (1273). Aí, declara-se arrependido, ansioso por se corrigir dos seus delitos. E constitui uma espécie de alçada, formada de personalidades eminentes. Dela participam ùnicamente pessoas da privança e da estrita obediência do Monarca: desde o Mordomo-mor e o Chanceler, seus favoritos, até o Bispo de Évora, seu partidário fiel e certo número de funcionários reais cuja conduta não deixa dúvidas. Como era de calcular, a alçada livra Dom Afonso de todas as culpas. Deste modo se burlam mais claramente do que nunca as prescrições romanas.

Gregório X não é Inocêncio IV. Impossível repetir o episódio de Dom Sancho II. Outro adversário lhe faz frente: constante, voluntarioso, inflexível. O Príncipe herdeiro Dom Dinis anda em dezasseis anos e é garantia viva da continuidade da Dinastia. Além disto, a Monarquia encontra-se muito fortalecida, quer pela terminação da guerra com os Muçulmanos, quer pelos estreitos laços de entendimento com as classes populares.

Na Bula *De regno Portugaliae* (de 4 de Setembro de 1275) Gregório X fulmina o rebelde com a sua ira. Falecido a 10 de Janeiro de 1276, o seu sucessor, Inocêncio V, envia a Portugal o dominicano Frei Nicolau, com poderes de Núncio. Dura apenas cinco meses o pontificado de Inocêncio V e menos de mês e meio o de Adriano V, eleito a seguir. A 8 de Setembro é erguido à cadeira de São Pedro o português Pedro Julião ou Pedro Hispano, Bispo de Frascati, autor célebre das *Summulae logicales* e do *Thesaurus pauperum* — sob o nome de João XXI. Entre o Rei e o seu antigo súbdito, agora cabeça da Igreja Romana, trocam-se palavras conciliadoras. A Bula *Jucunditatis* (provàvelmente de Janeiro de 1277), embora mantenha a posição integral da Santa Sé, não deixa

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

de traduzir benevolência explicável por parte de um compatriota. Brevíssima aberta, porém. João XXI (nesse período tão infeliz para diversos Papas) perece num desastre, em Maio de 1277. Frei Nicolau lança pùblicamemnte o interdito sobre o Reino, desliga o Povo de todos os juramentos de obediência ao Monarca excomungado.

Decorrem mais uns meses. Dom Afonso III, com perto de setenta anos, chega ao termo de uma vida já longa e de um longo reinado. Eis a ocasião de se submeter, de se congraçar com a Igreja. Assim o faz e declara ante o Bispo de Évora D. Durando, na presença de Dom Dinis, o seu arrependimento. Dispõe-se também a restituir aquilo de que se apossou e a indemnizar todos os lesados. Antes de morrer, traz-lhe a absolvição papal o velho Abade de Alcobaça D. Estêvão. E o Bolonhês sai tranquilo do mundo.

O pecado original da usurpação — se a houve — apagou-o com vasto e fecundo esforço, coroado de êxito em quase todos os sectores. A plena posse do Algarve, as reformas administrativas e fiscais, o estímulo dado ao comércio, a chamada às Cortes dos representantes dos Concelhos — tudo isto faz do seu reinado, como diz Herculano, « época de verdadeiro progresso social, em que se dilatou a civilização e a classe popular fez importantes conquistas ».

Além de Portugal estar completo, a Realeza completa-se também, na sua expressão de poder aglutinador — síntese e símbolo da unidade nacional.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

livro II

CONSOLIDA-SE UM REINO

Digitized by Google

Original from INDIANA UNIVERSITY

SEMENTEIRAS NA TERRA E NO ESPÍRITO

Com dezoito anos incompletos, Dom Dinis revela já uma personalidade excepcional. Os seus preceptores foram portugueses da melhor têmpera: Lourenço Gonçalves Magro, íntegro como seu bisavô Egas Moniz, e Nuno Martins de Chacim. Ambos lhe incutiram a clara noção dos altos deveres, o culto da lealdade e da justiça, o amor profundo e esclarecido da Pátria. O Bolonhês, que na capital de França ganhou afeição pelas letras e se habituou a vê-las honradas e prestigiadas, chama o ilustradíssimo clérigo francês Aiméric d'Ébrard, mais tarde Bispo de Coimbra, para cuidar da instrução do Príncipe juntamente com o erudito Domingos Anes Jardo. É também grande a influência de Afonso o Sábio — o das *Sete Partidas* — na Corte do genro. Desde muito cedo, portanto, Dom Dinis toma contacto com o mundo das ciências e das artes. Dotado de singular temperamento de intelectual e de poeta, ocupará mesmo lugar de primeiro plano entre os letrados do seu tempo.

Já isto é muito — mas Dom Dinis é mais do que isto. Seu pai não se esquece de o preparar para os difíceis lances da governação do Reino. Mal atinge os dezasseis anos, atribui-lhe um rendimento

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

anual de quarenta mil libras, constitui-lhe luzido séquito de fidalgos e de servos e nomeia-o « seu primogénito e herdeiro » — útil precaução contra futuros concorrentes, que não faltarão aliás. Dom Afonso III lembra-se de como ascendeu ao trono e quer proteger o filho dos golpes que vibrou ao irmão.

Assim educado e orientado, não admira que Dom Dinis se mostre plenamente à altura das circunstâncias. Um dos seus actos iniciais logo lhe denuncia a firmeza do carácter. Durante o primeiro ano, reparte o governo com sua mãe. Não tarda que lhe apeteça governar sem partilha. Numa clara afirmação de independência, toma o partido de seu tio Dom Sancho de Castela que guerreia Afonso X e procura tirar-lhe o poder — enquanto Dona Beatriz, fiel ao ascendente paterno, se inclina ao partido oposto. Dom Dinis leva a sua avante e quando Dom Sancho vence acorre a viúva do Bolonhês a consolar e a acompanhar o pai destronado. O Soberano português fica só em campo — depois de ter manifestado o vigor e o peso da sua vontade.

Como Dom Afonso III previu, logo após a sua morte estala a contenda entre o primogénito e o irmão segundo, pretendente à Coroa. Que alega esse irrequieto e ambicioso Infante Dom Afonso ? Que Dom Dinis nasceu antes de validado pelo Pontífice o casamento do pai com Dona Beatriz de Castela — ao passo que ele nasceu depois de tal casamento ser dado como legítimo pela Santa Sé. Argumento improcedente, visto na validação estarem compreendidos os filhos que existiam, anteriores a ela. No entanto, Dom Afonso, senhor das vilas de Portalegre, de Marvão, de Arronches e de Vide, consegue manter durante largo período agitação no país. Chega mesmo, em certa altura, a atrair as iras do Rei castelhano, que vem cercá-lo em Arronches e a quem Dom Dinis presta auxílio. Faz-se então a paz ; dez anos corridos, Don Afonso repetirá as suas turbulentas façanhas — até se apagar de vez nas perspectivas da História.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Também sustenta Dom Dinis guerras com Castela, após a morte de Sancho o Bravo, em defesa das pretensões do Infante Dom João contra o jovem Fernando IV. Guerras que, depois de lhe renderem as vilas de Moura e de Serpa e o castelo de Noudar, terminam pela paz de Alcanizes (1297) em que se ajustam os casamentos de Fernando IV com a nossa Infanta Dona Constança e de sua irmã Dona Beatriz com o nosso Príncipe Dom Afonso.

Há que resolver os conflitos, ainda provenientes do reinado anterior, com a classe eclesiástica. Conservam-se de pé a excomunhão e a interdição decretadas por Gregório X. Mas os tempos são outros. Mediante hábeis negociações estabelece-se uma concordata que o Papa Nicolau IV aprova pela Bula de 7 de Março de 1289. Algumas desavenças persistem; solucionam-se por novo acordo. Quando se verificam atritos entre Dom Dinis e o Bispo de Lisboa, ficam do lado do Rei os Prelados de Braga e de Coimbra. Longe de estimular e agravar a questão, Roma contribui para saná-la o mais depressa possível. Passou a fase culminante do poderio dos Papas; a autoridade dos Reis adquire tal vulto que já não pode ser abalada ou comprometida com a facilidade de outrora. Dom Dinis sabe aproveitar admiràvelmente as disposições romanas — e fazer prevalecer o seu ponto de vista.

O mesmo sentido das realidades, a mesma clarividência, o mesmo engenho revela o Monarca no longo e difícil problema dos Templários. Convertem-se estes numa espécie de banqueiros de Reis, de Princípes e de Nobres dos maiores centros europeus. A Ordem, poderosa e rica, alarga assim a sua influência mas atrai igualmente formidáveis inimizades, entre as quais, no primeiro plano, a de Filipe o Belo. Após sucessivos e agitados conflitos com os Papas Bonifácio VIII e Bento XI — em que desempenha papel de vulto o Chanceler Guilherme de Nogaret, à testa do influente grupo dos *legistas* — o Rei de França consegue fazer subir ao sólio pontifício Beltrão de Goth, Arcebispo de Bordéus. Sob o nome de Clemente V, mostra-se este inclinado a atender-lhe os desejos. A seu pedido dá

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

como provadas as acusações de heresia, corrupção, desonestidade, usura — e decreta em 1312, pela Bula *Vox in excelsis*, a supressão da Ordem do Templo, cujos bens revertem à Ordem do Hospital.

Não ignora Dom Dinis o que Portugal deve aos Templários. Não ignora também que por vezes cometeram abusos e os Reis se viram forçados a marcar-lhes o seu desagrado, a retirar-lhes doações e privilégios. Interessa-lhe, porém, conservar no património nacional os valores de que a Ordem é possuidora. Embora institua contra ela o processo judicial indicado pelo Papa numa Bula de 1308, avisa os seus membros para que se furtem ao castigo; e todos partem a tempo para o estrangeiro. Os procuradores da Coroa apossam-se dos bens da Ordem. Dom Dinis entende-se com seu genro Fernando de Castela para que tais bens, aqui como no vizinho Reino, não sejam transferidos a senhorios estranhos. Adere a esse entendimento Jaime II de Aragão. Tudo isto se passa antes do decreto de 1312.

Frente à aliança dos três Soberanos peninsulares, Clemente V abre excepção para os seus domínios. Os bens dos Templários, aqui, não serão dados aos Hospitalários mas seguirão destino a combinar entre os governantes e a Santa Sé. Ainda há uma tentativa, logo frustrada, de entregar ao Cardeal Bertrand a povoação e o castelo de Tomar. Até que em 1319 João XXII, sucessor de Clemente V, cria uma nova Ordem em Portugal, intitulada de Cristo — *Ordo Militiae Jesu Christi*. Ressurreição velada da Ordem do Templo. Como na Ordem do Templo, o superior espiritual é o Abade de Alcobaça. O Grão-Mestre de Cristo, nomeado pelo Papa, é Gil Martins, Mestre da Ordem de Avis. Todas as possesões da Ordem extinta são adjudicadas à Ordem nova. A Coroa apressa-se a entregar-lhe aquilo de que tomou conta. E Dom Dinis pode legìtimamente alegrar-se por ter garantido a manutenção no Reino das importantes riquezas de que esteve para ser desfalcado.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Esta a história do reinado naquilo em que se assemelha a outros reinados: guerras, negociações com Castela e com Roma, atritos com o clero... O que a época de Dom Dinis tem de característico e de superior é a singular personalidade do Monarca: a sua notável figura moral. «Nunca dele se achou que dissesse mentira nem quebra de sua verdade», marca Rui de Pina, «e favoreceu muito os lavradores, a que chamou nervos da terra». Fervoroso cultor da íntegra verdade — o seu prestígio ergue-o como árbitro respeitado e ouvido entre os Reis vizinhos. Quanto ao amor à terra, dir-se-á que toma para si a missão de lhe fazer dar todos os seus frutos — essa terra portuguesa que os avós libertaram, arrebataram em sangrentos lances, arredondaram pouco a pouco até que, no mapa, ocupa o definitivo espaço. Desde os primeiros anos de governo, Dom Dinis aplica-se a visitá-la palmo a palmo e multiplica demonstrações de carinho pelo povo. Cria e desenvolve concelhos; promove o melhor aproveitamento de largas zonas; socorre pobres; ergue fortalezas protectoras. Estimam-no os humildes, por sentirem, na sua constante solicitude, no seu interesse, nas suas benéficas medidas, cuidado genuìnamente paternal. Dão-lhe o mesmo título que já haviam dado a Dom Sancho I — o de *Pai da Pátria*. Os homens da terra dão-lhe título ainda mais expressivo: o de *Lavrador*. Desse modo sublimam no filho de Dom Afonso III o próprio destino. E acertam, em seu profundo instinto: é o Rei o primeiro Lavrador do Reino. Com prazer e orgulho o é — a avaliar por essa lei na qual estatui que «os Fidalgos e Nobres não perdessem a Nobreza e as suas honras por serem Lavradores».

Como Lavrador, Dom Dinis toma providências para impedir a acumulação desmedida de territórios nas mãos das Ordens e do clero — e assim favorece distribuição mais equitativa. Como Lavrador, dá o máximo incremento às feiras populares, tão importantes para a circulação dos géneros e a intensificação das trocas. Como

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Lavrador, promove a secagem de diversos pauis : o de Ulmar, o de Salvaterra de Magos, o de Muge, o de Valada — e faz distribuir as terras por novos colonos. Como Lavrador, enfim, alarma-se ante a *ameaça suspensa sobre os férteis campos de Leiria pelas deslocações* de grandes massas arenosas que os ventos da costa impelem — e desenvolve a plantação dos imensos pinhais que hão-de fixar aquelas terras móveis e mais tarde fornecer a madeira para os barcos em que os Portugueses se lançarão à descoberta do Universo. Ao mesmo tempo, junta novas unidades à marinha de guerra e à frota comercial, que intensifica as suas relações com a Inglaterra, o norte da França, a Flandres, outros países europeus. Morto o almirante Nuno Fernandes Cogominho, contrata para o comando supremo das esquadras o afamado genovês Manuel Pesagno, ou Peçanha, de grande experiência e competência.

O Povo exulta. Aplaude e acompanha o Rei na acção magnífica a prol do comum. E ao ver o alcance e a felicidade das suas iniciativas, a extensão das suas benfeitorias, o êxito constante dos seus esforços, resume num dístico simples a admiração que lhe vai na alma :

El-Rei D. Dinis
Fez tudo quanto quis ...

*

É certo. Porque o Lavrador desvelado, o homem da Terra, o protector do Comércio e da Marinha — é também extraordinário animador da Cultura e das Letras. Não lhe bastam as sementeiras lançadas à Terra ; outras sementeiras, as do Espírito, constantemente lhe inspiram e solicitam o ânimo. Ninguém duvida de que as segundas contribuirão para lhe ilustrar o nome tanto, pelo menos, como as primeiras.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Quando muitas das figuras mais representativas do alto clero, o Abade de Alcobaça, o Prior de Santa Cruz de Coimbra, o Prior de São Vicente de Lisboa, o Prior de Santa Maria de Guimarães, entre outros, se dirigem em representação colectiva ao Papa e lhe requerem o consentimento para se fundar um *Studium Generale* — já o Rei foi ouvido e lhes deu o seu pleno acordo. Há mesmo quem sustente ter partido a ideia do próprio Monarca. Não é provável, visto o ensino estar então quase exclusivamente nas mãos da Igreja e ser natural que daí venha o impulso para a sua ordenação e amplificação no *Studium Generale* em que se irão centralizar os cursos das Artes, das Leis, dos Cânones e da Medicina. De qualquer forma, torna-se bem patente que Rei e clero marcham de mãos dadas. A representação citada data dos fins de 1288 : 12 de Novembro. A 1 de Março de 1290, com significativa diligência, funda Dom Dinis a Universidade, antes mesmo de chegar da Santa Sé a aprovação expressa. Mais tarde, apesar do seu entranhado afecto a Lisboa — « ca hy nacera, e hy fora criado e bautizado e hy fora Rey » — transfere para Coimbra, em 1308, o novo centro de ensino, ao qual concede, no ano seguinte, assinalados privilégios. Várias vezes ainda a Universidade mudará de sede, até se fixar, por iniciativa de Dom João III, na cidade do Mondego. Através dos seus seis séculos e meio de vida, desde os primeiros anos até hoje, será o mais notável foco da Inteligência e da Cultura portuguesas : a sua fama espalhar-se-á, luminosa e prestigiosa, pelo mundo inteiro.

*

Verídico, justo, exemplar na administração, incansável no fomento do Reino — Dom Dinis, nas horas livres, ainda encontra tempo para trovar. E mostra-se, além de modelo de Monarcas, um dos melhores trovadores de Portugal. Os versos brotam-lhe espontâneos, fluentes, melodiosos. Cantares de amor, cantares de amigo, motivos de puro sabor popular — no jeito das velhas canções

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

galaico-lusitanas, cheias de graça e de frescura, como esta que pode servir de exemplo :

« Levantou-s'a louçana.
levantou-s'alva
e vai lavar delgadas
e — no alto
vai-las lavar alva.

.....

E vai lavar delgadas
levantou-s'alva ;
e — no alto
vai-las lavar alva ».

Ora se queixa Dom Dinis, sensível às reservas ou desdéns de certa dona :

« Perguntar-vos quero por Deus
Senhora fremosa, que vos fez
mesurada e de bom prez,
que pecaos forom os meus
que nunca tevestes por bem
de nunca mi fazerdes bem. »

Ora simula os alarmes de um coração feminino, mordido de saudade pelo amigo ausente ou perdido — e acorda os ecos com o canto célebre :

« Ai flores, ai flores do verde pino,
Se sabedes novas de mi amigo
Ai Deus, e u é ?

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Ai flores, ai flores do verde ramo,
Se sabedes novas de mi amado!
Ai Deus, e u é?

Se sabedes novas de mi amigo,
Aquel que mentiu no que pos commigo!
Ai Deus, e u é?

Se sabedes novas de mi amado,
Aquel que mentiu do que mh à jurado
Ai Deus, e u é?

—Vós perguntades polo voss'amigo?
E eu ben vos digo que é san e vivo,
Ai Deus, e u é?

Vós perguntades polo voss'amado?
E eu ben vos digo que é viv'e sano
Ai Deus, e u é?

E eu vos digo que é san e vivo,
e será vosc' ant' o prazo saído.
Ai Deus, e u é?

E eu ben vos digo que é viv'e sano,
e será vosc' ant' o prazo passado.
Ai Deus, e u é?

O Rei trova. Expande os seus sonhos, as suas melancolias, os seus enlevos — em acordes de estranha e delicada subtileza. De tal maneira se salienta entre os grandes escritores de uma época aliás florescente nos domínios da Cultura que merece o juízo lisonjeiro e peremptório de Aubrey Bell: «foi não só o melhor Rei, mas o melhor poeta do seu tempo, na Península».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

O Rei trova. Quer dizer que Portugal é feliz, próspero, vive em paz e unidade; que a terra produz com abundância e por mar chegam de longe mercadorias valiosas; que o dever foi cumprido e aos cuidados positivos e concretos do governo podem substituir-se os anelos difusos, as fantasias líricas, os caprichos rítmicos de uma sensibilidade atenta aos apelos misteriosos da inspiração.

Trova o Rei; a seu lado, os Infantes: Pedro, Conde de Barcelos, o bastardo Afonso Sanches — e outros, cujos nomes enchem as páginas dos *Cancioneiros:* Dom João de Aboim, Dom Afonso Lopes de Baião, Fernão Gonçalves de Seabra, João Garcia de Guilhade, Aires Peres, Gil Peres Conde, Pedro Garcia, João Soares Coelho, Aires Nunes, Afonso Mendes de Besteiros, Pedr'Anes de Solaz, João Aires, Diogo Pazelho, João Soares de Paiva, Nuno Fernandes Torneol, Aires Corpancho, Paio Soares de Taveiro, Pero Viviães, Pais Gomes Charinho, muito mais. Belo momento este, em que, sobre uma pátria venturosa, uma Corte de trovadores canta!

*

Momento efémero, porém, como todos aqueles em que parece atingir-se a harmonia das coisas perfeitas! O reinado, à entrada, foi turvado pelas agitações de Dom Afonso, irmão de Dom Dinis. Outro Dom Afonso — o filho — vai amargurar-lhe o ocaso com intempestiva rebeldia. Ciumento de Afonso Sanches, o bastardo a quem Dom Dinis tanto quer, persuadido de que o Soberano pensa em deixá-lo por herdeiro — levanta-se com a sua gente (em que figuram, por vezes, autênticos bandidos) e acende a discórdia armada. Primeiro, é Leiria, de que se apossa o Infante em 1320 e que seu pai tem de reconquistar à frente de um exército. Um ano depois, Coimbra, o Porto, o assédio a Guimarães. Enfim, o ataque do rebelde a Santarém e a marcha sobre Lisboa em 1323. Chega a haver sangrentos recontros: a cada hora pai e filho estão sujeitos a ver-se frente a frente no campo de batalha. Em 1324 ateia

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Dom Afonso nova insurreição em Santarém e voltam a ferir-se, aqui e além, combates fratricidas.

Abalado por desgostos tão amargos, ferido de morte pela ingratidão do filho, Dom Dinis não pode resistir muito tempo. Alguns meses mais, e o trono pertence a Dom Afonso — que com tal impaciência o deseja.

Uma teoria de doces mulheres aparece, no meio destas desavenças íntimas, a trazer palavras de mediação e de trégua; é a Rainha de Castela Dona Maria; é Dona Beatriz, viúva do Bolonhês; é a triste Infanta Dona Branca. Acima de todas, presente sempre onde a dor, a maldade, a crueza humanas reclamem a sua intervenção tutelar — Isabel de Aragão, mulher de Dom Dinis, cujas extraordinárias virtudes serão um dia consagradas pela Igreja. « Era em suas palavras mui mansa », escreve o Cronista, « e em suas obras mui conforme ha toda humildade, sem algum alevantamento de soberba, de maneira que a graça do Espírito Santo, de que era aceza de todo, causava em sua alma um louvado assosseguo ... ». Como aparição de mística transparência atravessa todo o reinado, a dar conforto aos míseros, auxílio aos indigentes, a beijar e a enfermar os leprosos — e também a amparar esses leprosos de alma que são os homens desavindos. A lenda das esmolas que se transformam em rosas é das mais belas e puras do Hagiológio. A maravilhosa intervenção de Alvalade — quando a Rainha, com sua clara presença, montada numa pequena mula, surge entre os combatentes e logra suspender as hostilidades, pacificar os espíritos — vem quebrar a sombria paisagem do ódio e da luta. Isabel anda como que alheia nas regiões distantes e radiosas da Fé, olhos postos em Deus, seu Senhor e seu Destino, uma palavra de perdão e caridade em cada hora — acesa por inteiro na graça do Espírito Santo. Também trava a sua guerra: a guerra da Misericórdia. A sua vitória é fazer que reine a paz sobre os homens de boa vontade.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Ao sentir-se morrer, chama Dom Dinis os filhos e alguns familiares. Na última fala, recorda os princípios que o nortearam, o amor de Deus e da Pátria a que obedeceu toda a vida. E dirige ao herdeiro da Coroa, na versão do Cronista, estas palavras de nobilíssimo sentido:

— «Encomendovos sobre tudo o grande amor que deveis ao nosso povo, pois ficais Rey da melhor & mais leal gente que tem Senhor Pagam, ou Catholico, & como tal aveis de fazer no Reino officio brando e amoroso, antes que de Rey absoluto. Tudo governareis com pouco trabalho, regendovos por homens desenteressados, & de são conselho & afastando de vos malcins, mexiriqueiros, que são traças das rendas Reaes e inquietadores do Reino pacifico. Folgae com a justiça e nam troçaes ponto dela por nenhum respeito da terra, porque a propria achareis em Deos que guardardes com vossos vassallos. A palavra que derdes seja como juramento: & não haja amor ou temor que vos obrigue a quebrala, tomando de mim esta herança que nunca em cousa que dissesse faltei a minha palavra; porque o Rei inconstante no que promete, mais honra lhe fora não ter Reyno que conheceremno por mentiroso».

Testamento de um grande Rei, de um grande homem de bem — e de um grande Poeta.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

CONTRA O INIMIGO COMUM

Se em muitas coisas Dom Afonso IV se há-de conformar com as edificantes recomendações de seu pai — os primeiros actos levam a supor que as esquece. Imediatamente reunidas as Cortes de Évora — «para me receberem por Rey, e por Senhor, e me fazerem menagem, e me reconhecerem Senhorio», declara o próprio Soberano — logo retoma as acusações acintosas contra Afonso Sanches e o condena a desterro perpétuo e ao confisco de todos os bens. Abrem-se as hostilidades, visto o Infante esbulhado querer desafrontar-se e recuperar o que lhe tiram. Acode uma vez mais a Rainha Isabel de Aragão, no seu papel constante de medianeira. Afonso Sanches obtém a restituição dos domínios de Medelin e Albuquerque. Pouco tempo depois, desaparece da cena, arrebatado pela morte à volta dos quarenta anos.

Ao trono de Castela sobe, por 1325, o moço filho de Fernando IV, Afonso XI. Em redor, agitam-se ambições tempestuosas. Dom João Manuel e Dom João o Torto — filhos, respectivamente, dos Infantes de Castela Dom Manuel e Dom João, isto é, seus

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

primos — projectam roubar-lhe o trono. E, para melhor selarem aliança, negoceiam o casamento do segundo com Dona Constança Manuel, filha do primeiro. Mas Afonso XI previne o golpe e solicita para si próprio a mão de Dona Constança Manuel. No ano seguinte, faz assassinar, em Valhadolide, Dom João o Torto. Já livre de receios, logo repudia a infeliz esposa (depois de um matrimónio não consumado) e ajusta novo casamento, com a Infanta de Portugal Dona Maria. Acede Dom Afonso IV, persuadido de assim obter seguro penhor de paz. É o contrário. As infelicidades conjugais de Dona Maria — abandonada e maltratada pelo marido, que cede aos feitiços de Leonor de Gusmão — começam a produzir mal-estar sensível entre Castela e Portugal. Além disso, contrata-se outro casamento: o da repudiada Dona Constança com o nosso Príncipe herdeiro Dom Pedro. Por absurdo sentimento de ciúme retrospectivo ou por ódio persistente a Dom João Manuel, opõe-se Afonso XI a tal enlace e recusa-se a permitir a vinda de Dona Constança para território português. A medida está cheia. E rebenta a guerra. O Conde de Barcelos invade a Galiza enquanto Dom Afonso IV cerca Badajoz. Uma esquadra nossa vai atacar os portos espanhóis junto à foz do Guadiana. Por sua vez os Castelhanos entram no país e quase alcançam o Porto. Os episódios bélicos sucedem-se até que, por intervenções do Papa e do Rei de França Carlos IV, a paz se concerta em Sevilha. Afonso XI compromete-se a modificar o seu procedimento para com Dona Maria e a consentir na saída de Dona Constança.

Pela última vez Isabel de Aragão — retirada no Mosteiro de Santa Clara de Coimbra e entregue a uma vida de benemerência e de renúncia — deixa o seu abrigo, volta ao papel de medianeira. Consegue chegar junto do filho, a Estremoz, já muito doente, sob um calor sufocante, a arder em febre — derivada de um tumor que tem no braço. Aí morre suavemente, numa breve agonia, com o rude Afonso IV a cobrir-lhe de beijos as mãos que arrefecem devagar.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Transportam-na de novo para o Mosteiro de Santa Clara. A orar junto do seu corpo afluem peregrinações de gente humilde — grata e saudosa. E há muitos prodígios nesse lugar santo: gafos que saram das feridas, paralíticos que readquirem movimento, cegos para quem a vista se descerra. Causa a todos indizível espanto o aroma extraordinário que se ergue do cadáver puríssimo, «como se o levarão», escreve, com poética devoção, Ruy de Pina, «por hũ grãnde & muy florido rosal ...».

*

As questões que duplamente se podem chamar «de família» entre os Reis cristãos de Península esmorecem e anulam-se, de súbito, perante a grande ameaça que se adensa no sul. Enfurecido pela morte do filho Abu-Melich às mãos dos cavaleiros de Fernão Peres Ponce, fronteiro espanhol de Vila de Arcos; ou movido pela desmedida aspiração de recobrar para o domínio árabe grande parte das terras hispânicas — Abul Hassan, Rei de Marrocos, prepara expedição de vulto. Depois de desbaratada a armada castelhana sob o comando do Almirante Tenório, torna-se fácil a passagem do Estreito. Esquecida das suas queixas conjugais, a Rainha Maria escreve de Sevilha a Dom Afonso IV a pedir o auxílio paterno em nome da solidariedade peninsular. Recebe favorável resposta e, de facto, uma esquadra chefiada por Manuel Pessanha dirige-se aos portos da Andaluzia a fim de assegurar a sua protecção. Entretanto, a avalanche transita de África para as costas de Espanha durante cinco meses. Associados, os Reis de Marrocos e de Granada surgem frente a Tarifa — primeiro objectivo que visam.

O espectro da invasão mauritana reaparece com toda a sua força. Compreende-se aqui estar a nossa causa intimamente ligada à de Afonso XI e ser necessário opor desde logo muralha sem fendas ao inimigo comum. O Monarca português organiza as suas hostes com a máxima brevidade. Reúne-se ao genro em Sevilha. Já não há quaisquer vestígios das desinteligências recentes. O espí-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

rito de Cruzada anima de novo, como outrora, os sucessores de Pelágio.

Junto ao rio Salado — a 30 de Outubro de 1340 — defrontam-se os dois grandes exércitos. Ficou acordado que aos de Castela competirá o ataque a Abul Hassan e aos Portugueses o ataque às tropas granadinas. Abre-se uma clara, esplendorosa manhã. Ambos os Soberanos e os seus cavaleiros, possuídos do maior fervor, convictos da gravidade do momento, confessam-se e comungam. « Não houve em algum Christão olhos tão duros que cõ lágrimas de esforço non testemunhase desejar de morrer por serviço de Deos, & salvando a Alma atalhar a perdiçam de Espanha que ante si viam » — resume expressivamente o Cronista. Os chefes dirigem falas aos combatentes, repassadas de fé e de confiança. É então que todos arremetem.

Embate duríssimo — tanto de um lado e do outro se toma consciência da sua importância. Ainda segundo Ruy de Pina, que o descreve no seu colorido estilo, « os montes & vales tremiam, & parecia que as couzas todas da terra de seus proprios lugares se moviam, & arrancavam, & sendo esta batalha tão cruamente ferida que as armas, & as ervas & pedras do cham eram já tintas em sangue ».

Castelhanos e Portugueses passam impetuosamente o rio, esmagam a furiosa resistência dos Sarracenos. Ao passo que Afonso XI, em perigo numa fase culminante da refrega, é salvo pelos seus, o nosso Dom Afonso IV, adiante de todos, mais bravo que nenhum, cobre-se de glória, revela-se factor primordial do triunfo. Simultâneamente, a guarnição heróica de Tarifa opera inesperada surtida. Colhidos de vários lados, incapazes de suster o impulso, os Mouros debandam em confusão. Sobre as massas fugitivas logo fazem os nossos enorme carnificina. Dela se consegue salvar o Rei de Granada, perseguido até Marbela ; Abul Hassan embarca em Algeciras e atinge Ceuta. As perdas cristãs são insignificantes em relação com as do inimigo. Pelo que consta mesmo dos relatos árabes a sua expedição, que faz a travessia por mar em cinco meses, à razão de

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

sessenta galeras diárias, regressa, desfeita, em cerca de duas semanas, à razão de doze galeras por dia. Números eloquentes que dão bem a ideia do volume da hecatombe.

Do largo espólio colhido no acampamento dos vencidos toma Dom Afonso IV apenas ínfima parte: alguns prisioneiros de marca, espadas cravejadas de brilhantes e uma ou outro jóia para lembrança do feito. Quanto a dinheiro, nada aceita. O Rei de Portugal foi ali movido por altas razões de solidariedade e desinteresse. Como únicas recompensas bastam-lhe a de se honrar ante a posteridade e a de saber que colaborou como ninguém na salvação da Península — onde a última grande investida muçulmana acaba de sofrer irreparável derrota.

*

Dona Constança Manuel vem para o Reino e casa com o Príncipe herdeiro Dom Pedro. Nascem três filhos. E não tarda que entre os cônjuges se cave fundo desentendimento. Traz consigo a filha de Dom João Manuel um triste destino de Princesa abandonada e infeliz — que no mundo só encontra sofrimento, crueldade, solidão e martírio.

Entre as damas que a acompanham figura Inês Pires de Castro, cuja beleza depressa fascina e absorve Dom Pedro. Ainda tenta Dona Constança erguer barreiras à paixão nascente, quando convida Inês para madrinha do Infante Dom Luís. O parentesco espiritual que resulta dos laços de compadrio irá tornar-se decisivo obstáculo? Ilusão logo desfeita. Outros laços se estreitam já, mais fortes, irresistíveis. Inês aceita com relutância o convite; o seu afilhado sucumbe após uma semana escassa de vida débil. Os amores com Dom Pedro tornam-se públicos; o desgosto de Dona Constança e um parto mal sucedido abreviam-lhe a dolorosa existência de vítima.

Morta Dona Constança, o Príncipe herdeiro recusa-se a casar segunda vez. O enredo sentimental amplia-se a negócio de Estado.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Inês é filha natural do poderoso fidalgo galego Pedro Gonçalves de Castro que a teve de D. Berenguela de Valadares, assim como um irmão, D. Álvaro Pires de Castro — e do matrimónio legítimo contraído mais tarde logrou outros dois filhos: D. Fernando Rodrigues de Castro e D. Joana de Castro. Família de grande relevo em Castela, o seu ascendente em Portugal pode e deve tornar-se perigoso — através da influência de Inês sobre o futuro Monarca.

Tanto mais que Álvaro Pires de Castro se afirma intriguista de largos voos. Falecido Afonso XI (1350), forma-se uma conjura em que se unem os irmãos bastardos do novo Rei Dom Pedro — Dom Henrique, Conde de Trastâmara e Dom Fradique, Mestre de Santiago — com o fidalgo português D. João Afonso de Albuquerque. Querem destronar o filho de Afonso XI e pensam em oferecer a Coroa a Dom Pedro de Portugal, neto legítimo de Sancho de Castela. Vem D. Álvaro Pires de Castro fazer a proposta a Dom Pedro. Este tenta-se a princípio a aceitá-la, mas responde pela negativa em obediência à vontade expressa do pai. Na verdade, Dom Afonso IV compreende quanto é arriscada e problemática a aventura. Além disso, Dom Pedro de Castela, nascido da «formosíssima Maria», é seu neto e sobrinho do nosso Príncipe Real. Repugna-lhe fazer destronar o neto pelo filho — demais, já herdeiro da Coroa portuguesa. Leva-o pois a recusar a oferta dos rebeldes castelhanos, no que prova lúcido bom senso.

Trabalha Inês junto de Dom Pedro para que reconsidere e se preste aos desejos de Álvaro Pires de Castro? Ou continuar-se-á a recear que depois de subir ao trono o Príncipe sofra demasiado, por seu intermédio, o influxo das intrigas castelhanas? O certo é que a diligência de Álvaro Pires data dos começos de 1354 e em Janeiro de 1355, durante a ausência de Dom Pedro numa caçada, Dom Afonso IV, acompanhado de Pero Coelho, Álvaro Gonçalves, Diogo Lopes Pacheco e de gente armada (entre a qual deve figurar o régio algoz), dirige-se de Montemor-o-Velho a Coimbra, onde está «nas casas do Mosteiro de Santa Clara» Inês de Castro — e fá-la degolar na sua presença.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Um crime? Assim o têm classificado numerosos literatos e poetas. A lenda tecida à volta da «linda Inês» fàcilmente se destrói com o exame objectivo da política do tempo. Há um travo de crueza, avesso ao sentimentalismo radical da nossa índole, no dramático episódio da jovem e bela amorosa condenada e executada junto dos filhos, em plena felicidade e em pleno idílio. Será a razão de Estado justificação demasiado fria para atenuar o esplendor do sangue de Inês? Nem por isso a razão de Estado pode, neste caso, deixar de prevalecer. O Rei, ao ordenar a execução da amante do Príncipe Real, visa finalidades superiores à vida de uma pobre mulher, temível instrumento (consciente ou não) da traição inimiga: visa o serviço primacial, embora cruel, do bem comum.

Engana-se Dom Afonso IV? Para responder, é indispensável calcular o que teria sido o reinado do filho com Inês de Castro viva, a seu lado, e os irmãos senhores do maior valimento no Paço. A princípio, a execução de Santa Clara ameaça pôr o Reino a ferro e a fogo. Mal o informam do ocorrido Dom Pedro junta as suas forças à de D. Álvaro e D. Fernando de Castro e abre hostilidades contra o Rei. Depois de violências exercidas em Trás-os-Montes e na região de entre Douro e Minho, desce sobre o Porto; mas a intervenção da Rainha Dona Beatriz, de D. Álvaro Gonçalves Pereira e de outras personalidades de relevo trava-lhe o ímpeto, fá-lo reconsiderar a tempo e persuade-o a concertar com Dom Afonso IV as pazes de Canaveses. Perdoam ambos: aos executores de Inês, e aos companheiros da rebelião de Dom Pedro. O Rei deve ser sincero; quanto ao Príncipe, apenas adia, de momento, a sua vingança.

*

Que juízo formar do sucessor de Dom Dinis? Tem a palavra Rui de Pina: «Amou muito seu povo, e sempre o regeo com inteira justiça, e o amparou, e defendeo com grande esforço». Numerosas reformas suas trazem proveito à Nação: reprime

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

abusos da nobreza; cria os *juízes de fora parte* que, isentos de compromissos locais, garantem maior equidade no exercício das suas funções; reforça as medidas a favor da segurança pública; promove a formação de novos concelhos a que dá forais. Enfim, não se esqueça o que faz pela Marinha portuguesa, cujos progressos sob a sua égide são tais que lhe valem a concessão de uma Bula da Cruzada passada por Bento XII e licença para cobrar durante dois anos a décima dos bens eclesiásticos. As expedições feitas então às Canárias, cujo senhorio reivindica tão insistentemente na famosa carta a Clemente VI — são prometedores ensaios da nossa futura epopeia marítima. Bastam elas para dar ao reinado de Dom Afonso IV lugar privilegiado no apreço dos comentadores da História.

O seu maior título de glória, porém, é a jornada do Salado. Aí ganha legìtimamente o cognome de *Bravo* — e reata com luminoso ardor as tradições heróicas do Fundador da Dinastia e de quantos denodados batalhadores se erguem das altas memórias da era da Reconquista.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

O JUSTICEIRO E O POVO

QUANDO se fala na *presença da Realeza* tal qual a afirmam Dom Sancho I ou Dom Afonso II — trata-se de uma presença condicionada e relativa. A Realeza está *presente,* quanto ao *Povoador,* nas providências tomadas, nos benefícios abundantes; quanto ao seu sucessor, na energia com que ciosamente mantém e defende a Autoridade unificadora. No entanto, até Dom Afonso III, isto é, até que termina, no nosso território, o período de guerras com os Mouros, a cada passo a Realeza é distraída dos cuidados da governação e da administração para assumir, bruscamente, o seu papel à cabeça das tropas. Dom Dinis, Dom Afonso IV — dois reinados em que há largos intervalos de paz — já podem consagrar-se melhor à função governativa e administrativa. O último, no fim da vida, quando assina com o filho as tréguas de Canaveses, resolve dar à Coroa mais directa intervenção nos negócios da justiça e manda que, sempre que haja apelação das sentenças proferidas pelos magistrados régios, «veja o Iffante esse facto cõ aqueles que entender que para esto som».

É sob tal signo que Dom Pedro sobe ao poder — e vai ser o culto da justiça a característica marcante de todo o seu governo.

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Há quem hesite em lhe chamar o *Cru* — ou o *Justiceiro*. Hesitação que não tem razão de ser. A sua crueza estaria ilustrada — alega-se — pelos diversos episódios que conta Fernão Lopes, nos quais vemos o Rei castigar por suas mãos os que erram, ordenar execuções, sancionar tormentos duríssimos. Isto, porém, nada mais é do que seguir os costumes da época — aplicar as leis penais em vigor. Domina então o critério de converter a pena em exemplo memorável, capaz de punir o delito na pessoa que o comete e de infundir terror às outras para evitar que cedam à tentação de imitá-la. Além disso, persiste a ideia da *vindicta* — vindicta da sociedade contra quem viole as regras estabelecidas — e essa ideia gera os máximos rigores. Se, todavia, a impressão da crueza de Dom Pedro tanto se generalizou, a culpa não cabe a Fernão Lopes — mas a quantos lêem e avaliam os seus textos segundo uma diferente mentalidade, relativa a uma fase diferente da evolução dos conceitos penais. O Cronista acentua sempre o carácter de justiceiro equânime e escrupuloso de Dom Pedro I. As suas palavras a tal respeito são inequívocas: — «Amava a justiça, e era muito amigo de a fazer com direito, e assim como quem faz correição andava pelo Reyno, ouvindo os queixosos e despachando os requerentes, e visitada huma parte não lhe esquecia de hir logo ver outra, de sorte que poucas vezes acabava hum mez em cada lugar de estada. Foi muito mantenedor de suas Leys, e grande executor de suas sentenças julgadas, cuidava muito quanto podia de as gentes não serem gastadas por azo de demandas e prolongados pleitos: e se a Escriptura affirma que por o Rey não fazer justiça veem as tempestades, e tribulaçoens sobre o povo, não se pode assim dizer deste: porque não achamos em quanto reynou que a nenhum perdoasse morte de algũa pessoa, nem que o merecesse por outra via, nem lha mudasse em tal pena, por que pudesse escapar a vida, a toda a gente era galardoador dos serviços que lhe fizessem, e não só dos que lhe fazião a elle mas dos que havião feito a seu padre, e nunca tolheo nenhuma cousa que lhe seu padre desse, mas mantinha-a e acrescentava em ella».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

É isto o retrato de um tirano cruel? Ou, pelo contrário, de um Rei justo? E fica mais completo se lhe juntarmos outro significativo trecho:

— «Este Rey Dom Pedro em quanto viveu usou muito de justiça sem afeição, ou exceição de pessoas, tendo tal igualdade em fazer direito que a ninguém perdoava os erros que fazia por criação nem bem querença (ou affeição) que com elle houvesse; e se dizem que aquelle he bemaventurado Rey que por si esquadrinha os males e forças que se fazem aos pobres, bem he este do conto dos taes, por que elle era ledo de os ouvir, e folgava de lhe fazer direito, de sorte que todos vivião em paz».

Eis a perfeita incarnação da justiça — e da justiça popular, providência dos humildes, flagelo dos abusos dos poderosos. Justiça íntegra, atenta a cada caso, diligente e eficaz. O povo sabe que tem o Rei por si. Leva-lhe as suas queixas, as suas dores, os seus temores. Como Luís IX sob o carvalho de Vincennes, Dom Pedro está sempre ao alcance dos que precisam da intervenção régia. Naturalmente generoso — para ele, «o dia em que o Rey não dava alguma coisa, não havia de ser havido por tal» — e, também, implacável. É assim a Justiça: uma das mãos espalha benesses, a outra segura o gládio. É assim Dom Pedro: dadivoso, franco, amigo da ralé, feliz ao poder divertir-se com ela — como naquela noite que nos oferece a mais bela alegoria da fraternidade entre o Monarca e a plebe, quando, sem poder conciliar o sono, faz levantar os moços da sua câmara e outras gentes do Paço, manda vir trombetas de prata e acender tochas e percorre as ruas a dançar à frente do cortejo. «As gentes, que dormião sahirão às janelas a ver que festa era aquella, ou porque se fazia; e quando virão daquella maneira a El-Rey tomárão prazer de o ver assim alegre, e andou El-Rey assim grão parte da noite, e tornou-se ao Paço em dança, e pedio vinho e frutas, e lançou-se a dormir». Cena admirável de alegria simples e de comunhão de almas!

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

É assim Dom Pedro: amante de bailar, de rir com o povo, de encher de música e de luz a cidade adormecida. Mas também amante de justiça — de «trigosa justiça». Desde que lhe chegue ao conhecimento uma prepotência de clérigo ou de homem rico, um escândalo, um sintoma de corrupção de funcionários, qualquer grave irregularidade no Reino — a sua reacção é pronta e terrível. Raro perdoa — tal o conceito em que tem o seu dever de zelar o bem público. E o povo agradece-lhe que não perdoe: antes quer ter-lhe medo e respeitá-lo do que vê-lo cair em fraquezas bondosas mas comprometedoras. Deseja o povo que o Justiceiro o seja plenamente, acima das vacilações e transigências do comum — para se sentir protegido, defendido.

Objecta-se com a execução daqueles que responsabiliza pela morte de Inês de Castro? A Pero Coelho manda arrancar o coração pelo peito e a Álvaro Gonçalves pelas espáduas. Vingança horrenda? Sim — e não. Sim, à luz dos costumes de hoje. Não, dentro do quadro violento dos hábitos do tempo.

Haverá ainda um exagero a denunciar. A maioria dos historiadores refere-se ao episódio como se, mal herda o trono, Dom Pedro em nada mais pense do que em saciar o seu ódio sobre os executores de Inês. E não é bem assim. Dom Pedro de Castela — esse sim, cruel e tarado — quer ter à sua mercê Pedro Nunes de Guzman, adiantado-mor de Leão, com quem se envolveu em contenda, além de outros fidalgos que detesta e se refugiaram em Portugal: Mem Rodrigues Tenório, Fernão Godiel, Fernão Sanchez Calderon. E a extradição faz-se, por acordo entre os dois Soberanos. Diogo Lopes Pacheco escapa, avisado a tempo por um mendigo a quem dá frequentes esmolas. Os outros são supliciados como se sabe. Em tudo isto Dom Pedro manifesta-se igual aos seus contemporâneos. Os vários episódios narrados por Fernão Lopes — o dos criados degolados por terem roubado e assassinado um judeu; o da despidura do Bispo do Porto, que o Rei pretenderia açoitar (lenda, aliás, comprometida pela crítica histórica); o da mutilação infligida ao escudeiro culpado de adultério (lenda também, segundo parece); o da mulher adúltera de Afonso André, quei-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

mada para exemplo ; o do enforcamento do escudeiro Álvaro Rodrigues de Grade, « porque cortou os arcos de uma cuba de vinho a um pobre lavrador » — são documentos flagrantes da rijeza e presteza com que o Justiceiro acode a extinguir o mal onde o haja. De tão dramática imaginaria medieva, resulta isso : a justiça servida em primeira mão, « trigosa » e rígida. O que se pode reconhecer é o temperamento de Dom Pedro, temperamento de extremos, que o atira, alta noite, num alarido de folia estrídula, a acordar Lisboa com bailados infantis — e lhe permite assistir ao fim terrível de Pero Coelho e de Álvaro Gonçalves a comer serenamente nos seus Paços.

Temperamento de extremos — justiça de extremos. O povo, no entanto, gosta dele assim. E sente-se feliz. Diz mesmo — fala de novo o Cronista — « que tais dez anos nunca houve em Portugal, como estes que reinou El-Rei Dom Pedro ».

*

Por isso mesmo, é quase um reinado sem história.

Dois acontecimentos a referir, de desigual volume : o primeiro, a declaração feita pelo Soberano em Cantanhede, por 1360, de haver casado sete anos antes com Inês de Castro e não o ter revelado em vida de seu pai por saber quanto desgosto lhe causaria. Em Coimbra, três dias mais tarde, atesta-se o facto de modo solene, com depoimentos de personagens gradas e lê-se um Breve do Papa João XXII que autoriza Dom Pedro, apesar dos graus de parentesco, a casar « com qualquer nobre mulher, devota à Santa Igreja de Roma ». Apesar de tudo, persistem as mais fundadas dúvidas acerca do referido matrimónio. Porque não é tornado público logo a seguir à morte de Dom Afonso IV e se demora três anos a fazê-lo ? Depois, a circunstância do Breve pontifício ser de 1325, quando Dom Pedro tem apenas cinco anos, o que lhe dá o aspecto de precaução para dificuldades futuras em lugar de assentimento ao enlace com Inês ; tanto mais que o documento é passado a pedido de Dom Afonso IV. Depois, a incerteza da data — ninguém se

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

recorda do mês e do dia ... Dom Pedro quer reabilitar a memória da que foi vítima dos seus desgraçados amores; nada mais. Dom Pedro de Castela reabilita de maneira idêntica a sua amante falecida, Maria de Padilha. Quanto à famosa trasladação do cadáver de Inês, «Rainha depois de morta», com honras fúnebres espectaculosas, entre alas imensas de círios, de Santa Clara até Alcobaça — é sobretudo um belo motivo decorativo para evocações lírico-romanescas.

Segundo acontecimento de vulto: a instituição do Beneplácito Régio por Dom Pedro, ainda Infante, confirmada pelas Cortes de Elvas de 1361. A Coroa reclama o direito de exame sobre todas as decisões emanadas de Roma. Já, até certo ponto, o exerceram Dom Afonso II e Dom Afonso III, ciosos defensores da integridade do Poder Real. Meros relâmpagos, porém, sem consequências — apagados ante os protestos do clero poderosíssimo. Nas Cortes de 1361 o povo reclama contra a ingerência da Santa Sé na vida interna do País, exige uma sentença régia para dar ou tirar validade aos decretos romanos. E Dom Pedro, como sempre, atende os desejos populares. Responde que venham às suas mãos as cartas apostólicas e ele dirá se devem ter efeitos legais. O Beneplácito Régio torna-se lei da Nação. Durante largo tempo a questão será debatida entre Roma e os Monarcas portugueses.

«Diziam as gentes que tais dez anos nunca houve em Portugal, como estes que reinou El-Rei Dom Pedro». Nenhuma sentença mais eloquente e mais autorizada. O povo aprova a acção do Soberano, que lhe assegura o bem-estar, a prosperidade económica, a ordem moral baseada na clara e inflexível justiça. É bem possível que essa década de paz e de harmonia em que, além da *presença da realeza,* se regista, à testa da Nação, a acompanhá-la em suas queixas como em seus folguedos, a presença fraterna e tutelar do Rei — seja, na verdade, uma das mais felizes que Portugal viveu.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

CONSTÂNCIA DO «INCONSTANTE»

A primeira imagem que oferece de Dom Fernando a larga e bela crónica de Fernão Lopes é a do próprio Soberano — com seus vinte e dois anos florentes, sua majestosa figura, seus hábitos de Príncipe galhardo e cavaleiro. «Havia bem composto corpo e de razoada altura, formoso em parecer e muito vistoso; tal que estando cerca de muitos homens, posto que conhecido não fosse, logo o julgavam por rei dos outros». A rodeá-lo, uma Corte brilhante de fidalgos, que enche de generosas dádivas. «Era cavalgante e torneador, grande justador e lançador atavolado. Era muito braceiro que não achava homem que o mais fosse; cortava muito com uma espada e remessava bem a cavallo». Seu divertimento favorito: a caça, para a qual parte seguido de variada e alegre comitiva. «Todas as maneiras de aves e cães que se cuidar podem para tal desenfadamento iam em sua companha, em guisa que nenhuma ave grande nem pequena se levantar podia, posto que fosse grou ou betarda, até o pardal e a pequena follosa, que antes que suas ligeiras pennas a podessem pôr em salvo primeiro era presa

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

do seu contrário; nem as simples pombas, que a nenhum fazer impecimento, em semelhante caso não eram isentas de seus inimigos».

Encontra-se Dom Fernando, ao subir ao trono (1367), extraordinàriamente rico. Os seus antecessores amealharam quanto puderam. E deixaram a cobrança dos tributos tão aperfeiçoada que os cofres reais andam sempre cheios. Além disso, o comércio — interno e externo — desenvolve-se, constitui fonte crescente de abundância. O porto de Lisboa torna-se um dos mais importantes da Europa ocidental: só num ano ali se carregam doze mil tonéis, «fora os que levaram os navios na segunda carregação de Março». Chegam a juntar-se no Tejo quatrocentos a quinhentos navios mercantes. Numerosos estrangeiros acorrem a oferecer e a adquirir produtos. Em tal prosperidade e tal opulência a vida portuguesa desabrocha: adivinham-se os assomos de uma era de expansão e engrandecimento.

Dom Fernando sofre de tudo isto — e do seu feitio marcadamente ambicioso. É o sucessor de quatro grandes Soberanos cuja obra, durante um século — desde a conquista do Algarve por Afonso III —, formou uma nação vigorosa, cônscia da sua unidade e do seu valor, apta a cumprir maiores destinos. Sente a impaciência de continuar e acrescentar a obra dos antepassados. Como? Para onde? O rumo a seguir, não o descortina claro — mas quer fazer alguma coisa, trazer mais grandeza ao país e à dinastia.

Serve-lhe isto de desculpa para os erros que, de facto, comete? Serve, pelo menos, de explicação e de atenuante. Menos rico, menos cercado de possibilidades tentadoras, reduzido, como os Reis precedentes, a um condicionamento que lhe impusesse cautela e prudência — talvez Dom Fernando andasse com superior acerto. Assim, lançado na embriaguez do poder com tantos trunfos na mão e tantas aspirações no íntimo — não pode deixar de ser atraído por largas empresas. Bem sucedido, o seu nome ficaria entre os maiores. Mal sucedido, nem por isso é lícito desconhecer a altura do sonho a que se deu.

Caçador apaixonado, a audaciosa caçada em que debalde gastará longos esforços vai ser a das terras de Espanha. Logo no segundo ano do seu reinado julga deparar o ensejo propício. Dom

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Pedro de Castela é assassinado em 1369, frente a Montiel, numa cilada do irmão bastardo, Henrique de Trastâmara, filho de Leonor de Gusmão, que lhe disputa o trono. Numerosas cidades se levantam contra o usurpador. E os partidários do Monarca falecido voltam-se para o Rei português, bisneto de Sancho o Bravo, saudam-no como herdeiro legítimo da Coroa. Em Carmona, Zamora, Ciudad Rodrigo, Valência de Alcântara, Tui, Corunha, Baiona, Orense, Lugo, Santiago de Compostela aclama-se Dom Fernando, solicita-se-lhe a presença a fim de receber menagem. Com seus castelos e tropas, grande quantidade de poderosos senhores se declaram por ele, o exortam a vingar o primo e a expulsar Henrique de Trastâmara.

Não tem Dom Fernando o bom senso de se furtar a estes apelos aliciantes. Nem reflecte na inteligente reserva de seu avô e de seu pai — quando, a conselho daquele, este, ainda Infante, desdenhou as propostas de Álvaro Pires de Castro, evitou imiscuir-se nas querelas internas dos vizinhos. Esquece que talvez neste propósito clarividente resida a chave do enigma doloroso da execução de Inês. E precipita-se a colher o fruto que lhe estendem. Fruto envenenado, há-de ver-se. Imperdoável, no entanto, a leviandade com que cede à tentação ?

Antes de se pôr em campo, trata Dom Fernando de se fortalecer por meio de alianças. A do Rei mouro de Granada, inimigo-nato dos Castelhanos, é fácil de conseguir. A de Dom Pedro IV de Aragão concerta-se em torno de uma promessa de casamento feita a sua filha, a Infanta Dona Leonor. E em Junho de 1369 surge o nosso Monarca na Galiza, onde festivamente o recebem. O Trastâmara, porém, marcha-lhe ao encontro. Dom Fernando, que não vai preparado para a luta mas para uma simples marcha triunfal, volta ao Reino e deixa alguns fronteiros em terras galegas. Dom Henrique entra em Braga e põe cerco a Guimarães. De Coimbra, onde se acolheu, vai acudir-lhe o Soberano português. Desta vez retira-se o Castelhano, alarmado pela queda de Algeciras em poder dos grana-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

dinos. Há ainda recontros, correrias, uma acção breve e infrutífera da nossa esquadra contra Sevilha. Dir-se-á que nenhum dos lados anseia verdadeiramente por um combate decisivo. E o Papa Gregório XI envia à Península dois medianeiros: os Bispos de Comercia e de Brixia — encarregados de promover a concórdia. Estabelece-se a paz em Alcoutim (31 de Março de 1371), condicionada pela restituição das terras adquiridas de parte a parte e pelo ajuste do casamento de Dom Fernando com a Infanta Leonor de Castela.

A outra Infanta Leonor — a de Aragão — só espera a dispensa pontifícia para se dirigir a Portugal onde se julga ainda noiva...

*

Uma terceira Leonor desponta — e será a vencedora deste torneio em volta do Rei Formoso. Encontra-a Dom Fernando entre as damas que cercam a Infanta Dona Beatriz. Vem da Beira, onde vive com o marido, João Lourenço da Cunha, de visita a Maria Teles, sua irmã, ao serviço da Infanta. O Soberano descobre-a e — conta Fernão Lopes — «entanto que deixava toda bemquerença e contentamento que d'outra mulher poderia haver, d'esta se começou a namorar maravilhosamente, e ferido assim do amor d'ella, em que seu coração de todo era posto, de dia em dia se acrescentava mais sua chaga...». Paixão fulminante, absorvente, total. Daquelas que cegam por completo e não deixam lugar a qualquer ponderação e a qualquer raciocínio.

Quando João Lourenço da Cunha reclama sua mulher, há já bastante tempo ausente na Corte, Dom Fernando não pode suportar a ideia de perdê-la. Abre-se com Maria Teles, pede-lhe que impeça a partida da irmã. Acrescenta mesmo «que sua vontade era de a haver antes por mulher que quantas filhas de reis no mundo havia». Ante as declarações do Monarca, Maria Teles, a princípio contrária aos seus desejos, acaba por ceder. É natural também que Leonor Teles se deslumbre com a probabilidade de ser Rainha. Dentro de pouco obtém-se a anulação do casamento com João Lourenço da

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Cunha, baseada num dos pretextos mais vulgares da época : os laços de parentesco entre os dois cônjuges. Dom Fernando tem o caminho aberto para a realização do seu sonho.

Aqui, um parêntesis. Dar a este Príncipe o habitual cognome de *Inconstante* afigura-se erro evidentíssimo. Se se trata de « inconstância » política, o termo não é o mais exacto, visto o seu propósito anticastelhano persistir através de mil vicissitudes e desastres. Se se trata de « inconstância » sentimental, a palavra é imprópria, pois estamos antes diante de um caso raro de firmíssima constância. Desde que conhece Leonor Teles não torna Dom Fernando a pensar noutra mulher. Até o fim da vida guarda-lhe fiel afecto, sem cuidar das mil vozes que lhe segredam as piores insinuações sobre a Rainha. Inconstante, porquê ? Porque desfaz o ajustado matrimónio com a Infanta de Aragão ? Nem sequer chega a conhecê-la — quando mais a amá-la ! Porque desfaz o ajustado matrimónio com a Infanta de Castela ? Também nunca a vê. Àquela a quem se afeiçoa e toma por esposa — a sua dedicação permanece, íntegra, durante os onze anos em que estão juntos ; só a morte o separa dela. Mais ainda : ao contrário de quase todos os nossos Reis, desde o seu casamento Dom Fernando não se desvia para amores passageiros e clandestinos. A sua única filha bastarda, Dona Isabel, nasce alguns anos antes de se unir a Leonor Teles.

Dom Fernando, o *Inconstante ?!* Antes se dirá, com justiça : — Dom Fernando, o Constante. Os que lhe censuram ter feito Rainha a mulher de João Lourenço da Cunha devem até deplorar essa constância extraordinária. Menos constante, poderia repudiá-la na hora em que parece evidente a sua conduta irregular. Não o faz. E não o faz porque se lhe entregou de alma e coração — porque deixou « toda bemquerença e contentamento que d'outra mulher poderia haver » ...

Poucas vezes na nossa História — mesmo na história dos sentimentos humanos — terá aparecido constância tão inabalável ! ...

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Mal se espalha a notícia do rompimento das combinações matrimoniais com Castela e da paixão do Rei por Leonor Teles, ferve a cólera popular. Um instinto profundo clama a esse povo depositário de longa experiência que é perigoso falhar no compromisso com o Trastâmara e entregar a Coroa a uma «má mulher», roubada ao marido. Em Lisboa rompe violento motim. Numerosa turba dirige-se ao Paço, num vozear de protestos. Improvisa-se um tribuno da plebe, o alfaiate Fernão Vasques, que fala duramente ao familiar mandado por Dom Fernando a atendê-los. Chega a declarar que a união com Leonor Teles é «cousa que lhe não haviam de consentir». Latente promessa de revolta ...

É cordata a resposta do Rei: agradece-lhes a solicitude; promete que não casará com Leonor Teles; marca-lhes outro encontro, para se estabelecer acordo, no Mosteiro de São Domingos. Fia-se o povo e dispersa. Quando, todavia, procuram Dom Fernando em São Domingos à hora combinada, já o Rei fugiu da cidade e foi casar no Mosteiro de Leça do Bailio.

Inconstância de Príncipe, certo; notável constância de homem que tudo arrisca para obedecer à paixão absorvente!

Dom Henrique II de Castela conforma-se com a anulação do contrato de matrimónio feito em Alcoutim. Mas não se pode conformar com os actos hostis praticados pelo Soberano português no ano seguinte, quando lhe apreende navios dentro do porto de Lisboa.

Que se passou? O Duque de Lencastre, casado com Dona Constança, filha de Dom Pedro de Castela e de Maria de Padilha, pretende tirar o trono ao Trastâmara. Dom Fernando vê neste facto circunstância favorável ao seu jogo e firma aliança com Eduardo III, concretizada mais tarde no Tratado de Londres (16 de Junho de 1373). Apoiado em tal aliança — que enquadra a nossa política na vasta *Guerra dos Cem Anos*, entre a França e a Inglaterra,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

pois não faltam a Dom Henrique auxílios e estímulos franceses — repele todas as propostas conciliadoras do vizinho. Decide o Rei de Castela tomar a iniciativa. Nos fins de 1372 invade Portugal. Depois de ocupar Almeida, Pinhel, Linhares, Celorico, detém-se em Viseu a aguardar reforços. Dom Fernando desloca-se de Coimbra para Santarém, com a intenção aparente de lhe suspender a marcha. Mas deixa passar o Castelhano e este entra em Lisboa no mês de Fevereiro de 1373. As galés inimigas assenhoreiam-se do porto. Combate-se na cidade. Grandes incêndios destroem os melhores bairros: a Rua Nova, as freguesias de Santa Madalena e de São Julião, a judiaria inteira.

Enviado pelo Papa como negociador, chega o Cardeal Guido de Bolonha, que já tentou em vão persuadir o Rei de Castela a depor as armas. Desta vez é mais feliz. Ambos acedem às suas sugestões: Dom Henrique, porque não abriga ideias de conquista; Dom Fernando, porque se desiludiu ante a falta do auxílio britânico. As condições postas pelo Trastâmara são severas: exige que tratemos os Ingleses como inimigos e lhes fechemos os nossos portos; exige também várias praças — Viseu, Miranda, Pinhel, Almeida, Celorico, Linhares, Segura — como garantias do cumprimento do Tratado.

Oito anos se mantém este estado de coisas. Dom Fernando nunca deixa de se entender secretamente com a Inglaterra. Quando Dom Henrique morre em 1379, persuadido de que a fortuna militar de Castela era dom especial do Monarca falecido e não acompanhará o seu sucessor, Dom João I — logo planeia nova guerra. Deve-se obter primeiro a ajuda positiva dos Ingleses. Disso se encarrega o fidalgo galego João Fernandes Andeiro, um dos negociadores do Tratado de 1373, que se retirou para a Grã-Bretanha por ser dos que tomaram voz por Dom Fernando contra Dom Henrique. E abrem-se as hostilidades na Primavera de 1381. Atacam as nossas tropas Babajoz, ao passo que o adversário cerca Elvas. Uma armada portuguesa, por incompetência do comando, é desbaratada em Saltes. Desperta grandes esperanças a chegada da expedição inglesa a Lisboa, em Julho, chefiada pelo Conde de Cambrígia,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

filho de Eduardo III. Esperanças fugazes. Os nossos aliados procedem como bárbaros conquistadores: assassinam, violam, saqueiam ferozmente. Dentro de pouco enfurecem o povo, que onde possa tirar deles vingança os suprime sem piedade. Trava-se uma espécie de guerra interna — com esses nórdicos selvagens e brutais.

Ainda parte para o Alentejo importante núcleo de forças sob o comando de Dom Fernando e do Conde de Cambrígia. Sabedores de se achar Lisboa desguarnecida, entram barcos castelhanos no Tejo e assolam as proximidades da capital — até que uma coluna de reforço vem libertá-la. Mais algum tempo se passa em marchas e pequenos recontros insusceptíveis de trazer uma decisão. A guerra esgota os contendores e não entusiasma ninguém. Recomeçam as negociações. A 9 de Agosto de 1382, sem consultar mesmo os Ingleses, assenta-se em nova fórmula de concórdia. Restituirá Castela as praças tomadas, os navios apressados em Saltes, os prisioneiros feitos; e enviará uma frota para os expedicionários britânicos voltarem à pátria — o que fazem, na verdade, queixosos e descontentes, três semanas depois.

Por outro lado, a Infanta Dona Beatriz, filha única dos Soberanos portugueses, é prometida em casamento ao filho segundo do Rei de Castela, Dom Fernando. Curioso destino, o desta Princesa! No começo do reinado o Rei Formoso oferece a sua mão às Infantas estranhas como penhor de paz ou de aliança. Assim sucede com as duas Leonores — de Aragão e de Castela. Agora, oferece a mão da filha. Em 1376 destinam-na — como quatro anos apenas! — a Dom Fradique, filho do Trastâmara; em 1380, a Dom Henrique, filho de Dom João I de Castela, sobrinho do primeiro; em 1381, a Eduardo, filho do Conde de Cambrígia, para melhor cimentar a amizade luso-britânica; no ano seguinte, como vemos, é Dom Fernando, filho também de Dom João de Castela, o seu noivo. Não será o último, porque, depois do falecimento da Rainha castelhana, acabará por se consorciar com o próprio Dom João, em 1383.

Poucos meses corridos fecha os olhos, por seu turno, o Rei português, aos trinta e oito anos, após longa e dolorosa agonia. Segundo narra o Cronista, « sentindo sua morte muito cerca, sendo

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

já memfestado, requereu que lhe dessem o Sacramento; e quando lhe foi apresentado e contaram os artigos da fé, como é costume, dizendo-lhe se cria assim tudo e aquelle Santo Sacramento que havia de receber, respondeu elle e disse: — « Tudo isso creio, como fiel cristão, e creio mais que elle me deu estes reinos para os manter com direito e justiça; e eu, por meus pecados, o fiz de tal guiza que lhe darei d'elles muito mau conto ». E ao dizer isto « chorava muito de vontade, rogando a Deus que lhe perdoasse; e choravam com piedade d'elle todos os que presentes eram ».

Assim, com este impressionante acto de contrição, se despede da vida — e do Reino.

*

Mas Dom Fernando é demasiado severo para si próprio. Cometeu erros? Sem dúvida. Impôs grandes provações ao país? Decerto. Também, no entanto, praticou muitos actos proveitosos e, pelas suas qualidades de franqueza, de generosidade, de cavalheirismo, soube (escreve Mariz) fazer-se « tão amado de seus vassalos, que todos os males que por sua causa padecião, que não foram poucos, sofrião com alegre rosto, e dos que elle padecia se compadecião todos ». Falso e injusto será, com efeito, imaginar-se que o povo quer mal ao Rei ou contra ele se rebela. Cada nova desventura sua é sentida como da Nação — à semelhança das calamidades que se abatem sobre determinadas famílias sem as ferir na sua profunda unidade afectiva.

Além disso, Portugal deve a Dom Fernando grandes e positivos benefícios.

Logo após o desastroso epílogo da segunda guerra com Castela, em que tão fàcilmente o invasor entra na capital, não descansa o Monarca no afã de se prevenir contra iguais calamidades futuras. O seu primeiro cuidado é dotar o exército de novos meios de luta e, graças a minucioso recenseamento dos jovens em idade militar, promover o aumento das forças armadas. Ao mesmo tempo deli-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

bera erguer à volta de Lisboa muralha capaz de resistir às acometidas adversas — já que a cerca velha se revelou insuficiente e ficou em parte arruinada. Tal projecto atemoriza os conselheiros; pela magnitude, parece-lhes irrealizável. O Rei, tenaz, insiste — «porque não ha cousa», acentua Fernão Lopes, «por grande e alta que seja, que a vontade do poderoso homem não traga a execução se n'ello puzer boa femença». E em dois anos a obra conclui-se — de tal sorte que as investidas castelhanas de 1380 e de 1384 esbarrarão na forte cintura protectora e não lograrão passar. Outras praças são também providas de elevados muros, propícios à defesa: desde Santarém a Óbidos, desde Coimbra ao Porto, desde Viana a Ponte do Lima, e, ainda, Almada, Torres Vedras, Leiria, Alenquer, Évora, Almeida... Em Braga e Neiva levantam-se castelos. Enfim, consegue-se dotar o Reino de sistema fortificado eficaz e deixá-lo assim bem resguardado dos perigos de campanhas vindoiras.

Isto basta para assegurar a Dom Fernando a gratidão nacional. Mas noutros domínios a sua acção benéfica se afirma. Apesar das acertadas medidas de Dom Dinis há numerosas terras não cultivadas pelos seus proprietários que se tornaram zonas mortas para a economia do país. O próprio Rei toma a iniciativa de enfrentar o problema, reúne o Conselho, expõe-lhe as medidas que projecta; logo merecem geral aprovação. E é publicada a 28 de Maio de 1375 a notável *Lei das Sesmarias* (de *sesmar*, repartir), na qual se determina a obrigação, para quem não possa cultivar todas as suas propriedades, de as fazer cultivar por outrem; se procura facultar aos lavradores o gado de que necessitem para as lides agrícolas; e se dispõe que a essas lides se consagrem quantos forem apanhados a mendigar ou vadiar, visto o Rei querer «que em seu reino ninguém vivesse ocioso». O intuito superior desta lei e o senso prático que exprime reflectem-se no magnífico incremento dado à agricultura. Fernão Lopes no-lo atesta, ao celebrar o êxito das régias providências — «por cujo azo a terra começou de ser muito aproveitada e crescer em abundância de mantimentos».

Há mais, porém: o impulso à marinha mercante — num período em que o nosso comércio externo prospera de modo tão

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

visível. Dom Fernando também nisto compreende a época — sabe adaptar às suas exigências a nação que governa. Na mira de fomentar o desenvolvimento da nossa frota comercial autoriza os construtores de barcos de mais de cem toneladas a livremente se fornecerem de madeiras nas matas reais, sem qualquer despesa ou encargo. Outras vantagens lhes concede, proporcionais às mercadorias que levem ou tragam de portos estranhos. Merece relevo a criação da companha das Naus (já esboçada no tempo de Dom Dinis), para a qual subscrevem os proprietários de navios e a cujos fundos recorrem aqueles que perdem os seus barcos em luta com inimigos ou por desastre no mar. Espécie de seguro mútuo, de benéficos efeitos, que evita a ruína de negociantes ou armadores feridos por qualquer infortúnio.

Eis um breve panorama da obra do Rei Formoso. Não tem que prestar a Deus tão « mau conto » do seu governo como proclama, humilde e dolorido, na hora da morte. Ao contrário: pode, apesar de algumas imprudências e de algumas desgraças, suportar com tranquilidade o juízo dos pósteros. Brito dirá, nos *Elogios*: — « Fez leis mui proveitosas ao bem comum ». E Mariz: — « Ainda que este Rei foi mais remisso no governo do que a necessidade do tempo pedia, todavia em algumas cousas mostrou ser filho de El-Rei Dom Pedro, seu pai, imitando-o em algumas obras em proveito dos povos do seu reino ». E o próprio Faria e Sousa, tão implacável para ele noutros passos: — « Deo leis proveitosas para o governo a imitação dos seus clarissimos progenitores ».

Não. Dom Fernando, se tem culpas, leviandades, defeitos graves — largamente os expia com as amarguras dos últimos anos, largamente os compensa pelo acerto e oportunidade de muitas iniciativas úteis. Além do mais, persegue-o o destino com verdadeira e sistemática inclemência. Todos os seus grandes planos se malogram; são-lhe desleais os aliados; mostra-se-lhe adversa a fortuna das armas. E a maior fatalidade que a Providência lhe reserva é

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

não lhe dar herdeiro varão que garanta a sucessão do trono. Daí provém a longa e funesta crise em que durante anos confusos e tumultuários o país se vai consumir.

Mais funesta e mais longa seria, contudo, essa crise — e os seus resultados mais trágicos — se Dom Fernando não houvesse dado ao Reino tantos sólidos elementos de coesão, de vigor e de resistência.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

O NOVO JUSTICEIRO

A morte do Rei Formoso deixa Portugal numa encruzilhada temível.

Pela escritura de casamento da Infanta Dona Beatriz com Dom João de Castela, assinada a 2 de Abril de 1383 em Salvaterra de Magos, ficou estabelecido o seguinte:

— Se Dom Fernando não deixar filho varão, a herança da Coroa será para Dona Beatriz;

— Se esta morrer sem filhos, herdará a Coroa outra filha que Dom Fernando deixe;

— Se nenhum descendente houver, nem de Dom Fernando nem de Dona Beatriz, o herdeiro será o Rei de Castela;

— Se, por outro lado, o Rei de Castela e sua irmã falecerem sem sucessores directos, os Reinos de Castela pertencerão ao Soberano português;

— Se à morte de Dom Fernando Dona Beatriz não tiver um filho ou, caso o tenha, até que esse filho chegue aos catorze anos, o governo de Portugal será exercido pela Rainha Dona Leonor.

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Esta, a hipótese que se verifica: Dom Fernando morre sem filhos; não os tem Dona Beatriz, que apenas conta onze anos; fica Dona Leonor a governar o Reino.

Uma solução — ainda que, por natureza transitória? Nem isso afinal.

Nunca Leonor Teles conseguiu fazer-se amar e respeitar pelas camadas populares. Para tentar impedir o seu casamento com Dom Fernando, amotinou-se a gente miúda de Lisboa e, pela boca de Fernão Vasques, exortou o Rei a não se ligar àquela «má mulher». Tais rogos foram desatendidos; a «má mulher» senta-se no trono; Fernão Vasques e alguns companheiros caíram imolados ao seu ressentimento. Satisfeitas as ambições da «Flor de Altura», procura esta consolidar-se no poder, atrair a si o maior número de partidários. Espalha mil benefícios, exercita em muitas donas e fidalgos os seus raros talentos de sedução. «Era mui grada e liberal a quaisquer que lhe pediam, em tanto nunca a ela chegou pessoa, por lhe demandar mercê, que d'ante ela partisse com vã esperança. Era ainda de muita esmola e muito caridosa a todos ...». Assim se exprime Fernão Lopes. Logo acrescenta, no entanto: «mas quanto fazia tudo damnava depois que conheceram nela que era lavrador de Venus e creada em sua côrte». O fundo são das classes humildes não transige, de facto, com a amoralidade que atribui à Rainha — «lavrador de Venus» ... Circulam as mais cruas versões acerca dos seus desregramentos e dos das suas aias, que «se fingem sempre muito amaviosas, por tanto que o manto da caridade que mostram seja cobertura de seus deshonestos feitos». E o escândalo dos amores com João Fernandes Andeiro, que eleva a Conde de Ourém e converte em favorito declarado, consuma-lhe irreparàvelmente o descrédito.

Além deste aspecto da aversão popular a Leonor Teles, há ainda outro: o de se ver nela um monstro de crueza e perfídia. A seu pedido — diz-se — sucumbiram nos tormentos Fernão Vasques e os mais ardentes porta-vozes da Nação. Manobras e intrigas suas, provocadas decerto pelo receio de uma concorrência perigosa, — diz-se também, com razão ou sem ela, — levaram o Infante Dom

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

João, filho de Dom Pedro e de Inês de Castro, a assassinar, naquela noite fatídica de Coimbra, Maria Teles, com quem se consorciara pouco antes. Leonor, sem se importar de fazer assim a desgraça da irmã, tê-lo-ia persuadido de que viria a obter a mão da Infanta Dona Beatriz (então ainda criança) e com ela a sucessão do trono. Dom João, cego pela ambição, surge no prédio de Sub-Ripas, a horas mortas, entra na câmara da esposa — que, desnudada e espavorida, quer falar, defender-se — e, com dois golpes certeiros, dá-lhe injusta morte. Quem, a principal responsável? Muitos a apontam: Leonor Teles. E cresce a onda de antipatia e de revolta.

A decisão, embora temporária, de ficar a viúva de Dom Fernando à testa dos negócios públicos, não agrada pois a ninguém. Tanto mais que, acima de tudo, o instinto nacional lobriga a ameaça de Castela — cujo empenho máximo é refazer os laços de dependência estilhaçados dois séculos e meio antes pelo braço de Dom Afonso I. Com as estipulações de Salvaterra de Magos (onde, aliás, já não pode ir, preso ao seu leito de condenado), o Rei Formoso não tem de modo algum o intuito de entregar o Reino ao genro — e, através do genro, à servidão estranha. Pelo contrário: quer, por um lado, conter as pretensões castelhanas, que satisfaz só até certo ponto e com carácter provisório — à semelhança do estratagema de Dom Afonso III quando reconhece o senhorio do Algarve ao seu adversário Afonso X com a condição de que este o ceda mais tarde ao neto; quer, por outro, prevenir e inutilizar as possíveis aspirações de Dom João e Dom Dinis, seus irmãos, filhos do Justiceiro e de Inês. O escritor espanhol Cristobal Lozano marca o sentido fictício do título de Rei de Portugal concedido, tão de fugida e com tantas restrições, ao marido de Dona Beatriz: — «*Vayase reparando y se verá, como he dicho, que al Rey de Castilla no se daba con este casamiento sino título honorifico, sin renta ni vassalos, y aun esto al quitar en teniendo hijo mayor. Conque no me espanto que los portugueses de una y otra parcialidad viniessen bien a ello, pues de cualquier modo les quedaba Rey ó Reina portuguesa que los gobernase, y el de Castilla sólo por Rey de comedia*».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Este «Rey de comedia», destina-o Dom Fernando para mero defensor da filha e guardião dos direitos de um futuro neto. Cálculo inteligente, mas bastante ingénuo. Dom João de Castela breve provará que decidiu tomar a «comedia» a sério ...

*

Leonor Teles — menos perversa, talvez, do que o fazem a imaginação ou o rancor dos inimigos, mas a quem faltam evidentemente as qualidades necessárias para enfrentar a larga e turva crise — sente a atmosfera hostil e os riscos próximos. A sua não comparência no enterro do marido ainda mais exacerba os ânimos. Abstém-se, todavia, porque receia também que a sua presença seja considerada provocação. Entre a Rainha e o país cava-se um abismo. Faça o que fizer, cada dia os torna mais incompatíveis.

Ainda há, porém, um instante — apenas um instante — em que está prestes a firmar-se acordo entre ambos. É quando os vereadores de Lisboa levam junto da viúva de Dom Fernando diversas pretensões, à cabeça das quais figura a de que a Rainha chame para o seu conselho «alguns prelados que sejam naturaes d'estes reinos» e dois «homens bons» de cada comarca; seguem-se outros alvitres oportunos para benefício e pacificação dos povos.

A tudo anui Leonor Teles, com aquelas suaves palavras e aquelas maneiras atraentes que formam a base da sua sedução pessoal. Regressam os vereadores da entrevista bem impressionados ante o acolhimento da Rainha — e esta tem porventura a esperança de lograr o apoio dos melhores elementos da Nação, de se consolidar no governo com tacto e equilíbrio. Uma frase, sobretudo, lhe deve soar aos ouvidos como admirável promessa: «ora havemos de fazer convosco vida nova» ... Disseram-lhe isto os representantes da cidade. Na expressão «vida nova» cabe um programa inteiro de esquecimento do passado, de absolvição de velhas culpas, de concórdia futura. Será possível entrar, de facto, nos caminhos abertos e límpidos de uma «vida nova» — em que se veja Rainha acatada e respeitada de todos os Portugueses a «má mulher»

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

outrora insultada por Fernão Vasques e pela populaça amotinada que o aplaudia ?

Não dura muito a miragem da « vida nova ». Mal recebe a informação da morte de Dom Fernando, o Rei de Castela encerra o Infante Dom João, filho de Dom Pedro e de Inês de Castro, no Alcáçar de Toledo — para assim ter guardado à vista o concorrente mais perigoso. Depois escreve, assim como Dona Beatriz, à Rainha viúva, a solicitar-lhe que faça aclamar sua filha em Portugal. Persuade-se Leonor Teles de que está quase só, desamparada, e precisa de conquistar as boas graças do genro ? O certo é que tem a fraqueza de aceder ao pedido e de mandar sair nas principais cidades do Reino arautos com pendões desfraldados a anunciar : « Arraial, arraial pela Rainha Dona Beatriz, nossa Senhora ! ». Recomenda mesmo aos alcaides dos castelos que prestem menagem a Dona Beatriz.

Desde então quebram-se os últimos elos entre Dona Leonor e a gente portuguesa, que passa a ver nela o instrumento da traiçoeira entrega a Castela. E entra em cena uma entidade nova, que vai ser protagonista do drama : entra em cena a vontade do povo.

De longe se pode seguir o seu aparecimento progressivo — desde os primeiros Concelhos instituídos pelos primeiros Reis e, ainda mais, desde que Afonso III chama esses Concelhos a fazerem-se representar em Cortes. Apesar disso, o povo mantém-se num secundário papel de comparsa e só por vezes ergue uma voz mais forte, formula um voto mais claro. A partir de agora, vai ser factor decisivo na evolução dos acontecimentos ; vai impor-se, marcar a sua influência na História.

Ante os brados por Dona Beatriz, levantam-se, avolumam-se os protestos. E condensam-se nesta frase que Fernão Lopes reproduz : « Agora se rende Portugal dado, que tantas cabeças e sangue custou a ganhar, quando foi pilhado aos mouros ». D. Álvaro Pires de Castro, irmão de Inês, tosse provocadoramente à passagem do arauto em Lisboa e responde-lhe : « Arraial, arraial, cujo for o

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Reino levalloa ». Pensa nos sobrinhos, Dom João e Dom Dinis, que, embora ausentes em Castela, lhe parecem aptos a cingir a Coroa. A efervescência é tanta que os cavaleiros às ordens de Dona Beatriz são aconselhados a não ir mais adiante, pois se forem « nunca de lá viriam elles nem o pendão ». Em Santarém, o mesmo ambiente pesado e hostil. Uma velha patriota faz-se intérprete do sentir geral : « E como em má hora sujeitos havemos nós de ser a castelhanos ! Nunca Deus queira ! » Em Elvas, de igual forma. Por toda a parte, acolhe-se com alarme, com fúria, com repulsa a aclamação da filha de Leonor Teles. A febre do povo sobe. Com ela, sobem no horizonte ameaças de tormenta.

Talvez de combinação com o Castelhano, ou apenas para compensar a modéstia dos funerais de Dom Fernando, celebra a Rainha exéquias solenes no trintário do seu falecimento. Para elas convoca as melhores figuras da nobreza. Logo aparece na capital o salmantino Afonso Lopes de Texeda, com cartas do seu Rei para Leonor Teles e para os fidalgos portugueses, a insistir sobre os direitos que lhe cabem, e a Dona Beatriz, à herança de Dom Fernando. Na sua maioria, são favoráveis as respostas colhidas por Texeda : numerosos nobres apenas vêem a exclusiva obrigação de seguir a letra dos textos e de ser fiéis à palavra dada. A única filha legítima de Dom Fernando é a herdeira do trono. Nada mais enxergam para além deste raciocínio simplista.

No próprio seio da nobreza, todavia, outra corrente forte se adensa, toma vulto — e procura um chefe. Tem o seu maior animador num dos mais genuínos representantes do espírito medieval da Cavalaria, tais a intensidade da sua fé e o ardor do seu heroísmo. Nuno Álvares Pereira, filho do Prior do Hospital D. Álvaro Gonçalves Pereira, desde muito novo fascinado pelos altos e puros modelos da Távola Redonda, distingue-se já nas campanhas fernandinas contra os Castelhanos, cria à sua volta prestigiosa lenda naquela inverosímil jornada dos arredores de Lisboa em que se atira, sòzinho, contra um bando de duzentos inimigos e por pouco escapa da morte.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

A situação tremenda do país, sob a fraca, equívoca gerência de Leonor Teles e a ameaçadora pressão de Castela — produz em Nuno Álvares desespero e nervosismo. Um único recurso descortina para libertar a pátria de tantos negrumes: eliminar o Andeiro, tirar o poder à Rainha e dá-lo a um Príncipe, bastardo sim, mas em quem coincidem as virtudes de que a Nação necessita para ser salva: Dom João, Mestre de Avis, filho do Justiceiro e de Teresa Lourenço.

Não sossega Nuno Álvares no seu intento. Os irmãos — Pedro Álvares, Mestre do Hospital e Diogo Álvares — optam por Dona Beatriz, o que deles irremediàvelmente o separa. Mas consegue o acordo de seu tio Rui Pereira, que abunda em idênticos pensamentos. Também D. João Afonso Telo, Conde de Barcelos, irmão da Rainha, quer matar o Andeiro, decidido a lavar a nódoa que mancha o nome da família e a dignidade da Coroa. Álvaro Pais, antigo Chanceler-mor dos Reis Dom Pedro e Dom Fernando, doutrinador político, oráculo da gente lisboeta, traz-lhes o peso da sua experiência e da sua popularidade.

Vacila a princípio o Mestre de Avis, intimidado ao observar quantos seguem o partido de Leonor Teles. E Nuno Álvares chega a retirar-se, desanimado, para as suas terras. A sementeira, porém, vai levantar colheita. Os acontecimentos amadurecem. Ante a insistência de Álvaro Pais, que lhe assegura a adesão em massa do povo de Lisboa e a legitimidade do acto a praticar, Dom João resolve-se. Resolve-se — mas adia a execução do plano. É a Rainha quem o constrange, involuntàriamente, a pôr ponto nas hesitações. O destino tem às vezes destes caprichos singulares.

*

Há muito que Leonor Teles receia o Mestre de Avis. Na sua ânsia de suprimir concorrentes, obteve em tempos de Dom Fernando a prisão do filho de Teresa Lourenço. Uma vez preso, por meio de ordens régias falsificadas, parece ter tentado fazê-lo degolar. Salvou-o a desconfiança de Vasco Martins de Melo, que se eximiu a cumprir a estranha sentença. O ódio da Rainha é todavia per-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

sistente — e só tem razões para crescer ao ver Dom João indicado por tantos para cabeça da reacção anticastelhana.

Sob o pretexto de que se afigura iminente a invasão e urge guarnecer e defender as linhas extremas do território, decide nomeá-lo fronteiro de Riba-Guadiana. Dispõe-se o Mestre a cumprir a ordem e parte a ocupar o seu posto. A três léguas da capital, reconsidera. Talvez seja apenas um ardil para o afastar de Lisboa; talvez, obtidas as provas da conjura, o mandem assassinar em qualquer ocasião propícia. Impossível hesitar mais. Arrepia caminho; faz prevenir Álvaro Pais, Rui Pereira, Lourenço Martins de Leiria, Vasco Lourenço, Lopo Vasques, Fernão Álvares, outros amigos. De surpresa, a 6 de Dezembro de 1383, ei-lo no Paço, com os seus homens de armas, ante a Rainha e o valido. A cena que se lhe depara é de calma e cínica intimidade. Leonor Teles num estrado, cercada das damas de honor, tem aos pés, a segredar madrigais, o Andeiro. Após breve e artificiosa audiência, o Mestre convida este para uma conversa a sós; leva-o a uma sala vizinha; e, num vão de janela, despede-lhe golpe brusco de cutelo. Atordoado, o Andeiro cambaleia, tenta dirigir-se para junto da Rainha; mas Rui Pereira, com uma estocada certeira, acaba-lhe a vida.

Está consumado o acto libertador — desafronta de Dom Fernando, sinal da revolta nacional.

No paço, estabelece-se pânico e as portas são mandadas fechar pelos conspiradores. Ao mesmo tempo, um pajem desce, vai alvoroçar a cidade com seus brados: « Matam o « Mestre ! Matam o Mestre nos paços da Rainha ! Acudi ao Mestre que o matam ! » Excelente estratagema, que transforma o executante em vítima. Álvaro Pais o imaginou — e agora, intérprete da comédia que urdiu, surge a cavalo pelas ruas, excita a multidão, clama-lhe que salve o Mestre. Todos atendem o apelo; de cada canto saem grupos armados; um frémito de dor e de cólera sacode Lisboa. Nesse momento culminante percebe-se quanto é querido Dom João de Avis, em quem se juntam as esperanças vivas e ardentes da Nação. Irão matá-lo assim,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

à traição, no Paço ? Irá ficar Portugal sem ninguém que o defenda ? E a onda rola, aflita, enfurecida, vibrante — numa floresta de armas e de gritos.

Dentro da fortaleza conquistada, o Mestre deve sentir que o seu destino se fixa, que a sua missão se define, nessa hora. A tempestade que vai por Lisboa, o intenso alarido que sobressalta os ecos e combina um rugir de feras com um lamento de corações magoados, é o povo de Portugal que se pôs em movimento e lhe confia o mandato de o conduzir e guardar na dura provação que atravessa.

Diante do Paço, acumula-se a turba marulhante. Quer ver o Mestre, pois já lhe dizem estar vivo. Quer vê-lo — para acreditar. Dom João aparece a uma janela. Uns reconhecem-no ; outros duvidam. Só algum tempo corrido se convencem de que é ele, são e intacto, pronto a responder ao seu afecto e aos seus clamores. É um delírio ; cobrem-no de bênçãos, de ovações, de aplausos entusiásticos. O povo sagra, nessa apoteose apaixonada, o chefe que escolheu.

Que escolheu — porque ele lhe mostrou o caminho. « A multidão segue sempre ; nunca precede », sintetizou Maquiavelo. Certíssimo. Dom João revela-se o chefe nesse dia em que, pelo seu punho, derruba, com o Andeiro, o poder de Leonor Teles, os restos da decomposição de um governo odiado. Bem o sentem quantos, no lance de dolorosa incerteza, exclamam : « Acorramos ao Mestre, ca filho é d'El-Rei Dom Pedro ! » A paixão pelo Justiceiro mantém-se vigorosa e desperta. E o Mestre procede, na verdade, como filho do grande Monarca. Outro Justiceiro triunfa, entre a fé e o amor do povo, emoldurado em sangue que é luz de promessa — à janela do Paço Real !

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Digitized by Google

Original from
INDIANA UNIVERSITY

TARDE DE ALJUBARROTA

Acima de tudo o instinto nacional receia a arremetida castelhana, que adivinha iminente. Dos preparativos bélicos além-fronteiras chegam temerosos indícios. Ninguém pode ter dúvidas acerca dos projectos dos nossos vizinhos. O que se procura no Mestre de Avis é a protecção contra esse grande perigo: é a garantia de Portugal independente.

A fugaz quimera da «vida nova» sob a égide de Leonor Teles desfaz-se de vez com a morte do Andeiro. Ferida no seu coração e no seu orgulho, a Rainha — que durante os primeiros instantes se julga também prestes a cair às mãos da gente do Mestre — aceita o repto, parte de madrugada para Alenquer. Entre os do seu séquito, há quem lance à cidade inimiga palavras de ódio: «Que mau fogo a queimasse, e que ainda a visse destruída e arada toda a bois!»... Cega pelo desejo de vingança, escreve ao genro a convidá-lo a entrar no Reino. Com tal reforço se imporá aos rebeldes, castigará as suas audácias e os seus caudilhos.

O Mestre de Avis observa as manobras da Rainha; sabe que a acompanha grande parte da nobreza — até mesmo seu irmão João

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Afonso Telo, de acordo com a execução do Andeiro mas que viu nela simples acto purificador e não o início da revolução nacional. Em Toledo, após as cerimónias fúnebres em honra de Dom Fernando, o Monarca de Castela fez-se aclamar também Rei de Portugal e pelas ruas foi passeado um estandarte sobre o qual as armas dos dois países se confundem. O palafrém caiu com o cavalo, o estandarte rasgou-se; as armas portuguesas e castelhanas ficaram separadas, no que se quis ver flagrante presságio. Mas logo o Castelhano decidiu que um exército viesse tomar conta da herança de Dona Beatriz.

Observa tudo isso o Mestre. Em seu redor uma população excitada anseia por formar barreira contra o invasor, suplica-lhe que se ponha à sua frente. Quais os meios de luta, porém? Tudo falta: gente, armas, dinheiro, recursos de qualquer espécie. Ou porque o tome passageiro desânimo ou só com a ideia de pôr à prova a consistência do movimento que o cerca — anuncia então a sua retirada para Inglaterra, à espera de melhores dias.

Corre Lisboa um frémito de angústia, mesmo de pânico. A turba que aplaude a execução do Andeiro, se ergue contra a Rainha, manifesta calorosamente o propósito de se opor ao domínio intruso, não pode dispensar o homem que levantou por chefe e a quem chamam já «o Messias de Lisboa». Irá ele deixá-la desamparada, entregue às represálias cruentas do adversário? Dom João a cada momento é rodeado de solicitações veementes em que se expandem o amor e o temor populares. «Quantas vezes o Mestre cavalgava pela villa», relata o Cronista, «era assim acompanhado do comum, como se das mãos d'elle cahissem thesouros que todos houvessem de apanhar; e seguindo-o as gentes com prazer uns lhe travavam pela redea da besta e outros das fraldas das vestiduras, e bradando todos, diziam a altas vozes que os não quizesse desamparar mas ficasse no reino por senhor d'elles, prometendo-lhe cada um das riquezas e bens que tinham, oferecendo-lhe os corpos por seu serviço». O mandato da Nação torna-se expresso, irresistível. Não pode o Mestre enjeitar a missão de que o investem, nesse lance histórico. E resolve ficar — enquanto Leonor Teles compra os tri-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

pulantes do barco que o devia levar a Inglaterra, na esperança de torná-lo seu prisioneiro.

A conselho de Álvaro Pais e de alguns outros faz-se então singular diligência. Para restabelecer a unidade entre os Portugueses imagina-se esta solução incrível : o casamento do Mestre de Avis e de Leonor Teles ! O próprio Álvaro Pais, detestado pela Rainha, dirige-se a Alenquer, acompanhado de Álvaro Gonçalves Camelo, a levar a insólita proposta.

Não se aguarda o regresso dos mensageiros. Urge tomar providências eficazes contra a ameaça castelhana. Promovido magno ajuntamento no Mosteiro de São Domingos, depois da rude e peremptória fala do tanoeiro Afonso Anes Penedo que vivamente censura as hesitações de certos burgueses endinheirados, vacilantes em aderir à arriscada empresa — o Mestre é eleito Regedor e Defensor do Reino. Investidura popular de sentido claramente patriótico, adequada às circunstâncias. Erguido a tal cargo, Dom João identifica a sua sorte com a do povo. Ultrapassa a fase da prudência cautelosa ; quebra os últimos laços com o partido da Rainha. Num gesto significativo, quando os emissários de Alenquer voltam com uma carta de Leonor Teles, rasga-a sem a ler, entre o aplauso entusiástico dos seus adeptos. Rompimento público, inexorável. É isso mesmo que dele esperam os que lhe prestam obediência e no seu vulto jovem resumem toda a hostilidade não só a Castela mas à viúva de Dom Fernando.

Os primeiros actos do Defensor do Reino aumentam-lhe o prestígio, pelo acerto na escolha dos homens para as diversas funções : o Chanceler-mor, João das Regras, « mui grande letrado », veio de Bolonha no ano anterior e é enteado de Álvaro Pais ; outros ministros e altos funcionários — D. Lourenço, Arcebispo de Braga ; João Afonso da Azambuja ; Lourenço Esteves, filho de um antigo privado do Justiceiro ; João Gil ; Martins da Maia ; Mice Persival, tesoureiro, — são nomes queridos e respeitados em toda a cidade. Além disso, organiza e valoriza a Casa dos Vinte e Quatro, espécie de conselho municipal formado por delegados das várias corporações de artes e ofícios — instituição que durará séculos e consolidará o

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

bom entendimento da Coroa e das classes trabalhadoras. Assim atrai simpatias, unifica vontades, satisfaz a consciência nacional — enquanto por outras medidas trata de obter recursos para a campanha que se anuncia.

Ao mesmo tempo recebe do Infante Dom João, preso em Toledo — para muitos, o candidato preferido ao trono — palavras de apoio e de incitamento. O filho mais velho de Inês de Castro exorta todos os seus partidários a seguir o Mestre, em quem saúda o salvador da Pátria em perigo. Logo este compreende o proveito que terá em se fazer também sustentáculo da legitimidade proscrita e manda pintar nas bandeiras a figura do irmão, carregado de algemas. A sua causa junta agora aos anelos do povo uma razão tradicional e dinástica.

*

Têm de vir os Castelhanos. E vêm. Vêm, impelidos pela sofreguidão do seu Rei. Vêm, chamados pelo despeito e pelo medo de Leonor Teles. A Guarda faz-lhes solene recepção, visto o Prelado ser do seu partido. Passam de largo à vista de Coimbra, de Tomar (ambas as cidades recusam abrir-lhes as portas) e chegam enfim a Santarém, a 12 de Janeiro de 1384. Aguarda-os a Rainha ansiosa — dia a dia mais inquieta com as notícias de Lisboa, do Alentejo, do Porto. O vendaval popular e nacionalista sacode o país de norte a sul. Plebes delirantes, possuídas de fervor prodigioso, tomam castelos outrora invulneráveis ao assalto de exércitos: assim caem Portalegre, Estremoz, Évora. Em Beja, os sublevados assassinam o Almirante Lançarote Pessanha, afecto à viúva de Dom Fernando e levantam o grito emancipador. O Porto, ràpidamente, pronuncia-se pelo Mestre. Entretanto manda este uma embaixada a Inglaterra propor aliança ao Duque de Lencastre, que não abdica das pretensões ao trono de Castela. Leonor Teles vê o solo faltar-lhe debaixo dos pés. Consigo se mantém boa parte da nobreza — obstinadamente fiel aos laços feudais de obediência. É pouco, é quase nada. Ante o vigor da tormenta plebeia sente-se frágil, só, incapaz de reagir.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

E, fora de si, com a cabeça perdida, assina a 13 de Janeiro a declaração pela qual considera findos os seus poderes de governante, que transmite aos Reis castelhanos.

Erro completo. Erro que lhe corta de vez a carreira política. Logo Dom João e Dona Beatriz interpretam a cessão da autoridade como irrevogável e de prontos efeitos. A Rainha viúva é despojada de toda a influência e guardada à vista como prisioneira. Depressa se cava a desavença. Dona Leonor conspira com o Conde Pedro de Trastâmara e com os seus parentes Gonçalo Teles e Gonçalo Mendes de Vasconcelos, que estão de posse da cidade e do castelo de Coimbra. Ao mesmo tempo, entregue a novos rancores, aconselha os fidalgos que a seguem a passar-se para as fileiras do Mestre. Tais manejos não podem deixar de provocar a franca hostilidade dos Soberanos de Castela. A conjura descobre-se. A Rainha é expulsa e encerrada no Convento de Tordesilhas, donde só poderá sair depois da morte do genro, em 1390.

Desaparecida da cena Leonor Teles, cessam as dúvidas e as ambiguidades. A princípio numerosos castelos acataram Dona Beatriz à sombra dos seus direitos legais e dos da Rainha sua mãe. Agora o dilema põe-se, duro e nítido : Portugal ou Castela ; independência ou entrega. De facto, muitos são os que mudam de campo — esclarecidos pelo dilema duro e nítido.

O Defensor fortifica-se em Lisboa, que lhe parece o melhor baluarte para suster a investida. Trata de arranjar armas e víveres. Recebe de Ricardo II de Inglaterra uma carta cheia de frases de estímulo e a autorização para contratar soldados no seu país. Hora a hora melhor firma o seu poder. Como os invasores também assomam no Alentejo, donde vêm pedidos de socorro, nomeia fronteiro de entre Tejo e Guadiana o seu mais bravo companheiro : Nuno Álvares. E Nuno Álvares marcha à testa de uma hoste reduzidíssima, de entre a qual, por vezes, as deserções se multiplicam por temor à superioridade numérica do inimigo. Enquanto pode evita um encontro de resultado incerto. Na altura em que o sente

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

inevitável (6 de Abril de 1384) escolhe o local azado — nos Atoleiros, perto de Fronteira — e aí dispõe a sua gente segundo uma nova táctica, imitada porventura dos Ingleses que, mercê dela, obtiveram a grande vitória de Crécy contra o Rei de França. Primeira aparição, nos nossos anais militares, do famoso *quadrado* — que representa o fim da Era da Cavalaria. Bem o experimentam os ginetes castelhanos: lançados contra a muralha das lanças portuguesas sofrem total desbarato. Grande quantidade de mortos juncam o terreno. No meio dos feridos está o irmão mais velho de Nuno Álvares, o Prior do Hospital. Indiferente a tudo que não seja a alegria de vencer e de servir a Pátria e o Mestre, o moço herói explora o êxito. Os Castelhanos debandam, céleres. Persegue-os sem detença. Toma Arronches e Alegrete. Faz luzir ao alto o seu estandarte já glorioso. Nesta primeira campanha alentejana assiste-se a uma cena edificante: é quando o vencedor, entre dois combates, vai a pé, descalço, em romagem a Santa Maria de Assumar e, ao encontrar o templo profanado, ajuda ele próprio os mais humildes dos seus homens a apagar os traços imundos da invasão e da guerra.

Impaciente pela inacção em que jaz e pelos reveses das suas forças no Alentejo, decide o Rei de Castela marchar sobre Lisboa. Conquistada a capital, abatida a prosápia do «Messias» popular que chefia a resistência, todo o Reino lhe cairá nas mãos.

A 6 de Maio (1384) chega ao Lumiar. A 26 posta-se no Tejo, frente à cidade, a esquadra — reforçada, três dias depois, pela chegada de novos barcos. O exército invasor estende com vagar e método o cerco, fecha-o por mar e por terra. Nem traz apetrechos de ataque — tão certo está de que bastam algum tempo e alguma persistência para que se entreguem os sitiados.

É desconhecer por completo a tensão sobre-humana da gente lisboeta. Firmemente resolutos na defesa e no sacrifício, os Portugueses constituem à volta do Mestre bloco vigoroso, inflamado de brio e de coragem. Sabem muito bem que ceder será perder tudo,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

renunciar a tudo — ficar sujeito à opressão estranha. A vontade de autonomia ganha uma força que se mostra capaz dos maiores prodígios. E acredita-se na protecção da Providência — desde o início tão favorável aos destinos da Nação.

Apenas informado da aproximação do inimigo, o Defensor manda navios ao Porto buscar reforços. Quando esses navios regressam, a armada castelhana estende barreira temerosa à entrada do Tejo. Mas graças ao arrojo de Rui Pereira, seu comandante, que perde a vida no lance depois de ter imolado sem hesitar três unidades da nossa esquadra, forçam o bloqueio e trazem à cidade os homens e mantimentos que espera.

Impossível narrar tantos belos e sombrios episódios do cerco memorável — desde a epopeia do forte de Almada até à malograda traição de Pedro de Castro, filho de Álvaro Pires de Castro e sobrinho de Inês, o qual, com um grupo de cúmplices, tenta dar entrada aos castelhanos pelo sector das muralhas que lhe foi confiado.

Têm razão os lisboetas para crer na protecção da Providência! Todos os intentos do sitiante falham. Quando a fome começa a apertar e a introduzir o desânimo na cidade essa protecção mostra-se mais eficaz, mais evidente que nunca. Uma terrível epidemia grassa no arraial de Dom João de Castela. Diàriamente faz vítimas, muitas vezes entre as personagens gradas. Ante o incremento da peste que não perdoa a ninguém e lhe dizima as hostes, o marido de Dona Beatriz vê-se obrigado a entrar em negociações. Pedro Fernandez de Velasco, seu privado, vem conferenciar com o Mestre à ponte de Santa Catarina. O Chefe português exige para si a Regência — até que a filha de Dom Fernando tenha filhos e se possa cumprir o estabelecido em Salvaterra de Magos. O Castelhano, porém, quer a Regência partilhada com um delegado seu — e esta condição é orgulhosamente repelida. Por isso as negociações se suspendem e a luta se reata, mais dura. Em Lisboa, a fome progride, sem abalar todavia o espírito magnífico dos habitantes. No entanto progride ainda mais a peste nas filas adversas, onde semeia cadáveres sem conta. Já se insiste com o Rei de Castela para desistir e levantar o cerco. Obstina-se; recusa sempre. Até que a própria

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Dona Beatriz é atingida pelo flagelo. Só então dá ordem de retirar. E o exército invasor parte, num fúnebre cortejo de ataúdes negros. Cumpre-se o presságio de Toledo. O êxodo adquire trágico aspecto de derrota inglória.

Em Lisboa, o júbilo explode. Numa procissão festiva, com o Bispo e o Mestre à frente, vai o povo ao Convento da Santíssima Trindade dar graças. A alegria que o exalta — resume Fernão Lopes — «era tão grande como é de esperar de homens que voltam da morte à vida, do temer de uma cruel servidão à esperança da liberdade».

*

Alegria natural, compreensível — mas ainda no horizonte se acumulam ameaças. Em torno permanece uma cintura de vilas e castelos onde o pendão inimigo flutua: Santarém, Sintra, Torres Vedras, Óbidos, Atouguia, outros. Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Riba-Coa obedecem ao Senhor estranho. O Castelhano afasta-se de momento — mas para voltar. Quando muito a esplêndida resistência e a calamidade da peste obrigam-no a adiar a conquista de um Reino que já considera seu. Em Lisboa, no Porto, em parte do Alentejo localizam-se os focos nacionalistas irredutíveis. É alguma coisa, decerto; nem por isso o desenlace da campanha deixa de se mostrar alarmante e problemático.

Tanto o Defensor como Nuno Álvares tentam, pois, alargar os seus domínios. De Évora, o segundo vai apossar-se de Portel. Vila Viçosa resiste-lhe; perde seu irmão Fernão na armadilha dos ocupantes do castelo. Quanto ao Mestre, submete Almada e Alenquer. Mas a Torres Vedras tem de pôr cerco; e arrisca-se a ser cortado de flanco pelos castelhanos reunidos de Óbidos, Santarém e Sintra. Ao mesmo tempo, outra conspiração de gente bandeada com Castela é afogada em sangue.

A campanha suspende-se, porém, em Março de 1385, ante a urgência de acorrer às Cortes, convocadas para Coimbra a fim de resolverem os problemas da Regência e da própria Coroa. Para lá

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

se dirigem o Mestre e Nuno Álvares. Pelas estradas, a gente dos campos saúda-os carinhosamente. Junto a Coimbra aparece um enxame de crianças jubilosas, a clamar :

— « Em boa hora venha o nosso Rei ! »

« Antes que as Cortes fizessem a eleição, fazia-a a infância » — comenta Oliveira Martins. A infância apenas ? O povo inteiro a faz — desde a hora em que ergue na sua esperança messiânica o filho do Justiceiro.

Regista-o bem expressivamente o autor da *Chronica do Condestabre :* « todo o pouoo miudo do reyno dizia e bradaua que o fezessem rey » ...

Por isso às Cortes de Coimbra os representantes do *terceiro braço* levam no fundo um mandato simplista : aclamar Rei o Defensor. Também o clero lhe é simpático — e tem à cabeça o notável Arcebispo de Braga D. Lourenço, que no cerco de Lisboa se conduziu de maneira exemplar. Quanto à nobreza, cinde-se em duas correntes : a dos partidários do Mestre e a dos legitimistas do filho mais velho de Inês de Castro, prisioneiro em Toledo, que, de facto, — se se toma como boa a declaração de Dom Pedro I em 1360 — é o herdeiro *legal* do trono. Entre eles contam-se alguns importantes fidalgos beirões da grande família dos Cunhas, com o velho Vasco Martins da Cunha e seu filho Martim Vasques por porta-vozes.

Para estes sobretudo, faz João das Regras a sua longa exposição — autêntico modelo no género. Começa por contestar o ponto de vista dos que acham inoportuna a designação de novo Soberano enquanto não aquiete o Reino. Ao contrário : para que o Reino aquiete afigura-se imprescindível saber em volta de quem cimentar a sua unidade e enfrentar o seu destino. Examine-se, portanto, a questão — e escolha-se entre os diversos candidatos à sucessão de Dom Fernando.

Antes de nenhuns, Dona Beatriz e seu marido o Rei de Castela. Primeiro : o casamento de Dom Fernando com Leonor Teles não

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

foi válido, por ela ser já casada com João Lourenço da Cunha e atentos os graus de parentesco entre este e o Rei Formoso. Além disso, tal a fama de Leonor Teles e tão pública a sua má conduta que será lícito duvidar se Dona Beatriz é filha de Dom Fernando; mas, em qualquer hipótese, filha ilegítima (visto não ser válido o casamento) — o que lhe anula a candidatura como herdeira da Coroa. Mais: Dona Beatriz consorciou-se com Dom João de Castela, seu tio e primo, e para o fazer pediu dispensa ao antipapa Clemente VII que os Portugueses não reconhecem. Mais ainda: entrou no país à frente de gente armada e fez guerra a Portugal. Quanto ao Rei castelhano, basta recordar que é herege e cismático por obedecer ao antipapa e não ao verdadeiro Pontífice Urbano VI e violou as bases do Tratado de Salvaterra de Magos com as suas incursões bélicas, os seus procedimentos para com Leonor Teles, os seus violentos atentados contra a nossa independência. Logo, nem Dona Beatriz nem Dom João de Castela podem reinar entre nós.

Até aqui, João das Regras só colhe adesões e aplausos. A assembleia está unânime contra a viúva de Dom Fernando e contra os Soberanos do país vizinho. Nesse capítulo não se suscita discussão alguma.

Passa depois o Chanceler-mor ao caso dos filhos de Dom Pedro e Inês de Castro. Estende-se sobre a inverosimilhança do matrimónio de seus pais. A declaração do Justiceiro em Cantanhede deixou cépticos os que a escutaram — quer por ser feita só três anos após a morte de Dom Afonso IV, quer pela imprecisão dos dados objectivos em que repousava. Ainda que o matrimónio se haja celebrado também o invalida o parentesco espiritual de compadrio entre ambos existente, de que não foi obtida dispensa. Dom João e Dom Dinis são, pois, bastardos. Mesmo se o não fossem, o facto de terem entrado no Reino para lhe fazer guerra — Dom Dinis, no tempo de Dom Fernando, acompanhou Henrique de Trastâmara num dos ataques a Lisboa; Dom João veio cercar Trancoso por mandado do Rei de Castela — inibe-o por completo de receber a sucessão. Con-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

clui João das Regras com esta alusão velada : — « Mui desaguisados foramos nós em eleger por Rei a quem se d'elle desnaturou e veiu contra elle pera o deservir e não o dar a quem tantos trabalhos e perigos de morte suportou pera o defender, e é prestes pera o suportar ». Desponta nestas palavras a candidatura do Mestre de Avis, sem ser, contudo, formalmente posta.

Martim Vasques da Cunha e o seu grupo não se dão por convencidos. Antigo e profundo sentimento de fidelidade os liga ao Infante exilado. Como argumento a seu favor alegam a própria atitude do Mestre nos recados que lhe mandou e na ostentação da sua efígie, como imagem soberana, sobre os pendões que o exército leva. Enerva-se Nuno Álvares com tais discordâncias. Não vê aquela gente a razão do que João das Regras disse ? Não compreende que numa hora de risco e de combate é absurdo ir buscar para chefe um Príncipe encarcerado — e justamente encarcerado nos domínios do principal inimigo ? ! Fora de si, apetece-lhe suprimir por qualquer meio o teimoso e impertinente Martim Vasques. Detém-no a prudência sensata do Mestre. Seria erro grave cavar dissidências entre os nobres presentes às Cortes. Nem é preciso : João das Regras está longe de ter esgotado as suas armas ...

Na verdade, o « gran doctor » retoma o discurso. Já que se torna necessário — declara — vai revelar à assembleia certos documentos que preferiria guardar em silêncio. E assim faz. É uma carta de Dom Afonso IV ao Arcebispo de Braga, então em Roma, a ordenar-lhe que rogue ao Pontífice o indeferimento do pedido de dispensa de parentesco do filho para casar com Inês de Castro ; outra carta de Dom Pedro I, já Rei, aos seus embaixadores na Santa Sé, a solicitar a legitimação dos filhos havidos de Inês ; e a decisão de Inocêncio VI que se nega a satisfazer as pretensões do Justiceiro.

Perante estas provas cabais a hesitação deixa de ser permitida. Martim Vasques e os seus amigos abatem bandeira. Não têm os Infantes proscritos mais direitos que o Mestre — e este encontra-se

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

ali, já consagrado pelos feitos na guerra e na defesa de Lisboa, já erguido pela vibrante e espontânea vontade popular. Aclamam-no, portanto, Rei (6 de Abril de 1385) — e logo, entre novas providências que acentuam a sua aliança com o povo, faz várias nomeações para os principais cargos do Estado. A Nuno Álvares escolhe-o para chefe do exército — Condestável — dignidade aqui existente desde Dom Fernando, que a copiou dos Ingleses.

Portugal tem um Rei: Dom João I; um Condestável: Nuno Álvares; um Estado organizado, com raízes profundas no consenso da Nação. Falta-lhe o último trunfo: a vitória militar. Só depois dela a crise estará vencida.

*

Mal terminam as Cortes, Nuno Álvares, que prefere a guerra às discussões, parte a submeter o Minho. Segundo o seu costume, fá-lo num ritmo fulminante: o Castelo de Neiva, Viana com o seu porto, Guimarães, Braga, Ponte do Lima sucessivamente caem. Mais a sul, uma incursão castelhana sob o comando de João Rodrigues de Castanheda é dispersa e chacinada em princípios de Junho, na veiga de Trancoso, pelas forças conjuntas de Gonçalo Vasques Coutinho e de Martim Vasques da Cunha. Larga repercussão terá, nos dois campos, essa batalha de Trancoso, afortunada para nós.

Trata-se de preliminares ao choque maior que se prepara. Não desiste o Rei de Castela da conquista de Portugal. Em Maio de 1385 cerca Elvas, mas retira sem conseguir tomá-la. Nos começos de Julho atravessa a fronteira com avultado exército e, depois de passar por Almeirim e Trancoso (onde destrói, como desforra, a ermida de São Marcos), consegue apoderar-se de Celorico. Está escrito que os ares de Portugal lhe são nefastos. Enfermo já ao partir, em Celorico o mal agrava-se, a tal ponto que faz testamento e julga chegado o fim. Rebate falso. A 7 de Agosto ei-lo em Coimbra. A 10 atinge Pombal; a 11, Leiria. Define-se o projecto de surpreender Lisboa — que continua a considerar seu objectivo máximo.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Nuno Álvares, do Alentejo, acorre a encontrar-se com Dom João I em Abrantes. Aí reúne-se o Conselho. A maioria preconiza uma diversão na Andaluzia que leve o Castelhano a recuar para defesa do seu próprio território. Mas o Condestável protesta, indignado. Querem então descobrir Lisboa, entregá-la ao invasor? Se Lisboa sucumbe tudo está perdido! Acaba por declarar que, mesmo só, marcha a opor-se à passagem do inimigo. E larga, indiferente a avisos e a censuras, caminho de Tomar, direito ao exército intruso.

João das Regras desaprova o rasgo de perigosa audácia. Murmuram outros contra a rebeldia de Nuno Álvares. Nesse lance, compreende-o, porém, o seu companheiro de sempre, rapaz, como ele, de vinte e tantos anos: o Rei.

Ainda envia recado ao Condestável para voltar atrás. Já sabe qual a resposta... A 8 de Agosto, vai por sua vez, com todo o exército, depois de avisar Nuno Álvares que o espere em Tomar.

Ambos fazem prevalecer a decisão rápida, a bravura resoluta, o espírito de iniciativa — sobre a inércia ou o receio dos hesitantes. As palavras acabaram; agora, só os factos contam.

De Tomar, os nossos avançam. A 12 de Agosto alcançam Porto de Mós. A 14 dispõem-se em formação de batalha perto de Aljubarrota, com a frente virada à estrada de Leiria — em lugar particularmente favorável. Na vanguarda, o Condestável e seis centenas de lanças; na ala esquerda, a dos Namorados, comanda Mem Rodrigues uma juventude que, pelos juramentos feitos, se compromete a não abandonar o seu posto, haja o que houver; na direita, Antão Vasques distingue-se, jovial; entre os auxiliares estrangeiros, está João de Monferrato, veterano de mil lutas, que tomou parte na jornada famosa de Maupertuis, quase trinta anos atrás. Dom João I chefia a retaguarda: setecentas lanças e basta peonagem. Ao todo, não chegarão os portugueses a sete mil homens. Os adversários são mais de vinte mil.

Nasce o dia cedo. Um sol pesado, quente, alumia os preparativos bélicos, acende reflexos nas lâminas, aviva as cores estrídulas dos pendões e bandeiras. Nuno Álvares reza com fervor, ausente.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

O Arcebispo de Braga — roquete episcopal sobre a cota de armas, uma imagem da Virgem a substituir, no elmo, a vulgar pluma — corre o campo, anima as tropas, exorta-as a combater com a certeza da absolvição do verdadeiro Pontífice Urbano VI contra os sequazes do antipapa Clemente VII. Há em todos expectativa febril, decisão inabalável — embora se saiba quanto é desconforme o poder de Castela.

Pelo meio-dia — sol a prumo, calor sufocante a esmagar a larga perspectiva soturna — esse poder revela-se, súbito, aos olhos dos portugueses. O exército inimigo desponta, cresce, alastra, imenso e colorido — acaba por inundar, como num espraiar de maré densa, a várzea fronteira. Um rio de gente a fulgir, inumerável sob o esplendor solar. À frente vem a cavalaria aparatosa, com armaduras que parecem espelhos, sob uma floresta de plumas e de estandartes. Depois a infantaria sem fim, em que se acumulam contingentes de muitas terras e raças — desde os bèsteiros de Castela aos francos do Béarn e da Gasconha e ao milhar de portugueses que um destino sombrio liga à invasão da Pátria. Na cauda, uma confusa massa heterogénea : carros, animais de carga, rebanhos espessos de gado — cortejo impressionante que acaba de dar a tudo aquilo aspecto de enorme avalanche.

Em frente da nossa pequena hoste fortificada no alto da colina, o monstro pára. « Os portugueses », condensa, numa expressiva imagem, Fernão Lopes, « não pareciam mais ante eles que o lume duma pobre estrela ante a claridade da lua em seus perfeitos dias ». É, no entanto, a estrela de Afonso I e de Nuno Álvares — a estrela de Cerneja, de Val-de-Vez, do cerco de Lisboa, dos Atoleiros. Nessa hora crucial, resolve-se o pleito que de longe vem. Um diante do outro, postam-se os dois rivais peninsulares : a chusma castelhana, num alarde orgulhoso, numa soberba de gigante — e o pequeno baluarte inexpugnável de Portugal que sempre lhe resistiu e a venceu. Golias e David. É David o mais forte — apesar das aparências contrárias.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Tanto assim que do lado castelhano vacilam em acometer — pois observam a excelência da posição portuguesa «en una plaça fuerte entre dos arroyos, de fondo cada uno diez o doce braças», como dirá mais tarde o próprio Soberano invasor, numa carta dirigida ao Município de Múrcia. À pressa, agrupa-se um Conselho — e há quem sugira que se evite o combate e se marche para Lisboa. Não se segue o alvitre. Manobra-se de modo a contornar as forças portuguesas, que logo invertem o seu dispositivo para defrontar o novo sistema de ataque. Ainda conversam parlamentários. Dos dois irmãos do Condestável que se acham nas fileiras inimigas — Pedro Álvares, feito Grão-mestre de Calatrava e Diogo Álvares — quer o último fazer ao irmão derradeiro apelo: que desista da luta, simples loucura, atenta a desproporção de forças. Nuno Álvares responde com negativa brusca. O Rei de Castela, doente, numas andas, a arder em febre, mal percebe o que se passa. Alguns dos seus lugares-tenentes, fanfarrões — entre eles João Afonso Telo, irmão de Leonor Teles, — impacientam-se, seguros de um triunfo rápido. O sol desce, na tarde amornecida e loira. Dentro de pouco não se poderá já combater.

E o ímpeto dos mais ousados prevalece. Quase ao assomar do crepúsculo, o grito da avançada — *a ellos! a ellos!* — reboa sobre a gente castelhana. Ao encontro da vanguarda inimiga, que se adianta, logo se atira a nossa vanguarda, em destemido corpo-a-corpo. Ao mesmo tempo, os *trons* — peças de artilharia que constituem novidade temerosa — despedem os seus projécteis sem causar grandes danos, mas alvoroçam o espaço com estampidos de trovões secos.

O sol na agonia pousa sobre o exíguo quadrado português, enche-o de relâmpagos de oiro. Aguarda o assalto, impávido, sereníssimo, todos a pé como nos Atoleiros, muralha coesa sem fendas nem temores.

Ao atacarem, porém, os de Castela deparam grave e desconcertante surpresa. Talvez a conselho dos auxiliares britânicos — entre

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

os quais o processo se tornou usual e rendeu, por exemplo sete décadas antes, em 1314, memorável êxito aos escoceses de Roberto Bruce no recontro de Bannockburn, onde ficou desbaratado o numeroso exército de Eduardo II — fez Nuno Álvares cavar, diante das primeiras linhas, um sistema de valas e « covas de lobo » disfarçadas. Nelas se despenha uma parte considerável dos agressores impetuosos. No entanto, o aríete brutal abre, por momentos, passagem. Logo as duas alas acodem a tapar a brecha e Dom João I, com os seus, acorre. Embate medonho, confuso, cheio de dardos, de setas, de cutiladas, de turbilhões donde saem gritos de dor, de cólera, de entusiasmo feroz. Encurralados, feridos de todos os lados pela energia indómita dos nossos, tombam os melhores cavaleiros de Castela : Guevara, Velasquez, Sanchez de Toledo, Galvez-o-sem-medo, Hilário, Manrique, o Conde de Vilhalpandos. Também caem portugueses ao serviço do Estrangeiro : João Afonso Telo, Pedro Álvares, outros mais. A imagem da Virgem é varrida por uma espada castelhana — e o Arcebispo de Braga, com a orelha cortada, a cara riscada por um gilvaz, esvai-se em sangue. Mem Rodrigues anda igualmente no meio da refrega, marca a vermelho a sua passagem. O Condestável, esse, incólume, salienta-se onde é maior o perigo, dá a morte sem descanso, com olhos ausentes em visões místicas de além-vida. Dom João I, desarmado pelo Sandoval, cai de joelhos no terreno. Ergue-se imediatamente, num impulso, — já o Sandoval foi estendido pela estocada certeira de Macedo.

Em nota à Crónica de Ayala, alude o erudito espanhol Eugénio Laguno y Amírola « al terreno ventajoso que como habil caudillo supo elegir el Condestable Nuño Alvarez Pereyra, de que le resultó acaso mayor gloria que del vencimiento ». De facto, o génio do chefe magnífico não menos se afirma nas estocadas que vibra do que na clarividência com que trata de anular, graças à táctica adoptada e às fortificações engenhosamente estabelecidas, a flagrante desproporção numérica das duas forças invocada por seu irmão Diogo ...

A certa altura, vê-se oscilar, inclinar-se o pendão real de Castela. Os moços portugueses, delirantes, num alarido de festa, bradam

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

em clamores roucos : « já fogem, já fogem ! » É verdade. « Os castellãos », como descreve o Cronista, « por não fazer delles mentirosos, começaram cada vez de fugir mais ». A onda recua, esfarela-se no refluxo amplo da debandada. O Rei castelhano, por sua vez, ao ver tudo perdido, desce da mula em que assistiu à batalha, monta num cavalo veloz e larga à desfilada, rumo a Santarém, entre um reduzido pelotão de fiéis. Vasco Martins de Melo, que jurou prendê-lo, ainda o persegue, louco, isolado no meio da escolta — e desaparece, vítima de tão inverosímil atrevimento ...

Dom João e Nuno Álvares, deslumbrados, enquanto à volta a noite suave desce sobre o campo da luta, saboreiam a extraordinária vitória. Estão em jejum desde manhã, como todos os seus homens, por ser véspera de Nossa Senhora de Agosto. Agradecem a Deus o milagre com que quis sustentar e consolidar a independência portuguesa. Olhares fixos na várzea larga animada pela fuga dos castelhanos, a perder de vista — compreendem certamente como a jornada que finda traz a definitiva garantia do direito de Portugal a ser livre e grande.

Talvez ambos, em clarão profético, adivinhem até, na euforia do momento, o impulso de um Povo que não tardará a singrar para glórias novas ...

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

livro III

A IDADE DE OIRO

Digitized by Google

Original from INDIANA UNIVERSITY

Digitized by Google

Original from
INDIANA UNIVERSITY

SERVIÇO DE DEUS

Tão decisiva considera o Rei de Castela a batalha de Aljubarrota que, apesar do esgotamento que o toma, da febre que o queima, do desespero que o esmaga — o pânico não lhe consente deter-se. Embarca, segue Tejo abaixo até Lisboa e de lá numa galé para Sevilha. Flagrante confissão do desastre.

Mantém-se o nosso Dom João I no campo da refrega, conforme as leis da guerra então em uso, durante três dias e três noites. Os castelhanos fugitivos são dizimados pelo povo das cercanias. Segundo a lenda, a padeira Brites de Almeida, com a pá do forno, mata sete apenas à sua conta ...

Nuno Álvares não está ainda satisfeito. Mal passa um mês sobre Aljubarrota já reúne tropas em Évora para invadir as terras do adversário. Nos começos do Outono entra por Badajoz e segue Estremadura fora, sem quase encontrar resistência. Vigia-o de perto o Mestre de Alcântara à frente de alguns centos de homens. Em Vila Garcia recebe por fim um arauto, portador das varas simbólicas em que se exprime o desafio de vários chefes estremenhos: os Mestres de Santiago e Calatrava; o Conde de Niebla, D. João

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Afonso de Gusmão; o Conde de Medina Coeli, D. Gastão de La Cerda; os Senhores de Marchena e de Aguilar — quantos mais! Sorri o Condestável, aceita todos os reptos, alegra-se ante a proximidade de novo combate. Poucos dias mais e os dois exércitos defrontam-se em Valverde, entre Medelin e Mérida.

Como se tornou seu hábito, Nuno Álvares dispõe as forças em quadrado e ordena o avanço. De todos os lados surgem nuvens de castelhanos; os nossos vêem-se literalmente cercados. Mas, em vez de ficarem imóveis a aguardar o ataque, tomam a iniciativa: o quadrado desloca-se ao encontro do inimigo, empurra-o com energia. A luta intensifica-se, dura, desigualíssima, na luz fria da manhã que vai alta.

Súbito, uma seta fere no pé o Condestável. Os castelhanos investem. As nossas fileiras, ante o assalto vigoroso, ameaçam ceder. Indiferente à dor, corre Nuno Álvares a animar as hostes e pela sua presença dá a todos coragem para fazer frente à cavalaria adversa. É tal, porém, o número dos atacantes que o quadrado português estaca. Uma aragem de incerteza, talvez de desânimo, paira. Onde está agora o Condestável? Chamam-no, procuram-no; não aparece. Morto? prisioneiro? Sem ele, privados do comando inigualável, interrogam-se aflitos. Estreita-se no entretanto o cerco — e tudo parece perdido.

Então, Rui Gonçalves, que saíra do quadrado e em torno, na charneca adusta, buscava o chefe — descobre-o num recanto. Emoldurado entre duas rochas, de joelhos, olhar perdido no alto, ora fervorosamente. Ao pescoço tem o relicário de Dom João de Castela, tomado em Aljubarrota, onde se guardam um espinho da coroa que fez sangrar a fronte de Cristo, ossos de mártires, um dos trinta dinheiros com que foi premiada a traição de Judas. Pede decerto a Deus que não permita a perda de tal tesouro e, nesse lance quase sem esperança, solicita-lhe inflamado de fé o milagre da vitória. Dir-se-á — afirma depois Rui Gonçalves — que Nuno Álvares fala para o Céu, escuta longínqua resposta. E promete à Virgem um grande templo em Lisboa se lhe proteger a empresa.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

O silêncio ali é estranho, completo — enquanto, perto, a batalha recrudesce. Não pode conter-se mais Rui Gonçalves ; grita ao Condestável :

— « Estamos perdidos ! »

— « Ainda não é tempo. Aguardai um pouco e acabarei de orar ».

— « Nada de rezas ... que morremos todos ! » — exclama, angustiado, Gonçalo Anes que, com outro grupo, chega também.

Outra vez Nuno Álvares, alheio e dominador, responde :

— « Ainda não é tempo ... ».

Põe de novo o olhar no espaço, entrega-se à oração. Todos o observam, fascinados — mas convencidos da derrota inevitável.

Eis o momento em que se ergue, diferente, restituído à Terra. A vista sonda o horizonte : fronteira, num cimo, ergue-se a bandeira do Mestre de Santiago, com orgulho, entre uma chusma de estandartes coloridos. Aponta-a ao alferes Diogo Gil :

— « Vês aquelas bandeiras ? A mais alta deve ser a do Mestre de Santiago ... Andai com essa minha e iremos junto dela, amigos. Avante ; cada um seja para quatro ! »

Abalam sem medo, contagiados pelo impulso sobre-humano do chefe. Atrás deles o quadrado português acomete, num rolar de tempestade. A linha castelhana não pode resistir. Atingido em cheio, o Mestre de Santiago cai e uma cutilada certeira degola-o. Ainda o Mestre de Alcântara tenta uma diversão inútil. Nada contém a bravura ofensiva dos nossos. Os cavaleiros do Conde de Niebla, das três Ordens, dos núcleos estremenhos espalham-se, numa debandada franca, pela campina — a todo o galope. Levam na cauda, dispersos, em confusão, os peões espavoridos. Só param em Mérida, onde o vistoso exército castelhano chega estropiado, fragmentado, desfeito. Nuno Álvares, com os seus, desce o Guadiana até Elvas, depois de concluída a incursão triunfal.

Deus ouviu-o. Deus ouve-o sempre. Vem radiante de júbilo, de confiança redobrada, de luminoso prestígio. O seu heroísmo de

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

guerreiro aparece hora a hora consagrado por um nimbo de espiritualidade mais alta.

*

Depois de Aljubarrota e de Valverde, a sorte da guerra não oferece dúvidas. As hostilidades continuam, porém, durante bastantes anos, por dois motivos sobretudo: as aspirações do Duque de Lencastre à Coroa de Castela, que Portugal acompanha e auxilia; a teimosia do marido de Dona Beatriz e dos seus descendentes em não renunciar à pretensa herança de Dom Fernando.

Dom João I, convencido da utilidade de estreitar os laços de amizade com o governo de Londres, ordena aos embaixadores na capital inglesa que ali renovem as suas propostas. Têm elas o melhor acolhimento, tanto mais que incluem a promessa da ajuda portuguesa às pretensões do Duque de Lencastre.

Ricardo II de Inglaterra autoriza a partida do Duque à frente de um corpo expedicionário — e a 9 de Maio de 1386 assina um Tratado de paz e aliança, em Windsor, com o Soberano português.

Ao mesmo tempo pede que enviemos algumas naus e galés para o transporte das tropas — porque somos nós então, relativamente à Grã-Bretanha, a grande potência naval.

Dois meses e meio corridos, em fins de Julho, desembarcam na Corunha o Duque de Lencastre, Dona Constança, os filhos de ambos, muita gente armada. Depressa se apoderam de toda a Galiza. Dom João I, à testa de exército considerável, entra igualmente em acção. Antes de se iniciar a campanha há uma entrevista na ponte de Mouro, perto de Melgaço; firma-se novo Tratado e ajusta-se o consórcio do nosso Rei com Dona Filipa, filha do Duque de Lencastre — que se efectua a 2 de Fevereiro de 1387.

As operações começam na Primavera seguinte. Ràpidamente as forças inglesas diminuem, reduzidas por epidemia e outras causas. Além disto, as populações acolhem mal os invasores, mostram-se refractárias à candidatura britânica. Breve se entra em negociações de paz. O Príncipe herdeiro de Castela casará com Dona Catarina

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

de Lencastre. O Duque receberá indemnização avultada. Satisfeito com tais resultados, visto deixar uma filha no trono de Portugal e outra prometida ao trono de Castela, reembarca para Londres.

Não tarda que, por iniciativa castelhana, se concertem tréguas entre os dois Reinos pelo prazo de três anos. Em 1390 morre Dom João de Castela e sucede-lhe Henrique III. Novas tréguas se estabelecem em 1393. Irritado pelo não cumprimento de certas cláusulas, o nosso Monarca apodera-se de Badajoz nesse mesmo ano. A guerra ateia-se. Em 1398 Dom João I ocupa Tui. Mais negociações em 1399, em 1400, em 1407 — cortadas por incidentes e atritos. Até que a 31 de Outubro de 1411 se firma o Tratado de paz e aliança perpétua. O Rei de Castela já é então Dom João II.

Acabam assim as prolongadas lutas pela independência portuguesa. Durante elas, sempre mantivemos superioridade. Nunca a estrela de Aljubarrota nos abandonou — pelo espaço de um quarto de século.

Liberto das querelas peninsulares, assente o seu direito em sólidas bases militares e históricas, Portugal vai alargar a projecção do nome e do génio nacionais numa das mais vastas empresas a que os homens têm metido ombros.

*

A Corte de Dom João I claramente indica o abrir de nova era. Oferece, como primeira característica, ampla renovação de nobreza — parte da qual, fiel à observância das regras estritas da feudalidade, emigrou ao serviço de Dona Beatriz, perdeu vidas e fortunas na defesa das suas pretensões à Coroa. Outra nobreza — constituída pelos melhores auxiliares e companheiros de luta do Mestre de Avis — lhe toma os lugares, forma poderoso e numeroso conjunto. É a « nova geração de gentes » a que se refere Fernão Lopes. Entre ela desponta um elemento até aí quase imperceptível, que adquire gradualmente relevo e preponderância : o grupo dos homens de leis, dos *legistas*, porta-vozes do movimento jurídico e cultural que avulta pela Europa, factores da tendência crescente para a organização do

*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Estado e a centralização progressiva do Poder. Durante a longa fase da conquista e da formação, quando tudo se decidia nas jornadas tumultuárias das batalhas, o comando pertenceu aos homens da espada. Agora, atingida a maioridade da Nação após o triunfo magnífico de Aljubarrota, voltados os espíritos para outros objectivos, firmada a independência, desenvolvida a sociedade em moldes diversos e mais estáveis — o comando transfere-se para os intérpretes dos textos que, através do conhecimento e da aplicação dos grandes monumentos filosóficos e doutrinários, codificam o Direito e cimentam a sólida estrutura do Estado, maduro já para a consolidação.

Se Nuno Álvares é porventura o maior, o heróico obreiro da subida ao trono do Mestre de Avis — João das Regras, nas Cortes de Coimbra, dá ao acto de força a sanção da legitimidade legal. O primeiro começa a empresa, a golpes de bravura ; é o segundo quem a conclui e estabiliza, a golpes de dialéctica.

Além de João das Regras, Chanceler-mor, reformador eminente, uma série de notáveis doutores surge a tomar posições na Corte : desde Martim Afonso, João Afonso da Azambuja, Afonso Anes, Fernando da Silveira, Gil Martins, Vasco Peres — até Gil e Martim de Ocem (o último será Chanceler de Dom Duarte), o famoso Diogo Afonso Manga Ancha, Vasco Gil de Pedroso, o ministro da fazenda João Gil, Álvaro Pires, João Mendes, Rui e Vasco Fernandes. A par dos elementos influentes, Clero e Nobreza, representam um terceiro poder, de largo futuro, sobre o qual a Realeza se apoiará de preferência, à medida que se definam melhor as doutrinas absolutistas.

Por enquanto ainda vigora o espírito demófilo da Monarquia de Sancho I, de Afonso II, de Afonso III, de Dom Dinis, do Justiceiro. Grato à solidariedade e ao afecto das classes populares, Dom João garante-lhes extensos direitos, apreciáveis regalias. Aludiu-se já ao incremento dado à Casa dos Vinte e Quatro que, se não criada neste tempo, é pelo menos reforçada e ampliada nas suas atribuições. O presidente eleito dos Vinte e Quatro, com o título de Juiz do Povo, torna-se importante personagem a quem o Monarca dispensa particular audiência e em quem vê autorizado mandatário

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

dos interesses das corporações dos mesteres. Nunca será mais evidente a intimidade entre o supremo Chefe dos Portugueses e o povo, que logo de entrada o amou e o aclamou como seu « Messias ».

Outra característica primacial da Corte de Dom João I : a modificação dos costumes num sentido de firme austeridade. O exemplo vem de cima : da Família Real, a que preside a virtuosa Rainha Dona Filipa de Lencastre, cujo lar é perfeito modelo de amorável e disciplinada harmonia. A seu lado, Dom João manifesta raras qualidades de equilíbrio e de bom senso unidas a devoção fervorosa : traduz as *Horas Marianas,* escreve o apreciado *Livro de Monteria,* faz-se respeitar pela séria conduta moral. Ambos educam os filhos à sombra das altas noções da justiça, do serviço do bem comum, das pesadas responsabilidades que impendem sobre os governantes. A ética da Realeza enriquece-se, atinge a plenitude. Segundo contará depois Dom Duarte no *Leal Conselheiro,* seu pai resume-a nesta composição alegórica que faz bordar numa roupa : a imagem do camelo (escolhido por seu um dos animais que transportam maiores fardos) com quatro sacos, sobre os quais aparecem as frases « temor de mal reger » ; « justiça com amor e temperança » ; « contentar corações desvairados » ; « acabar grandes feitos com pouca riqueza ». Assim se condensam a discreta humildade, a equidade solícita, a moderação tutelar, a sensata economia. O conjunto forma síntese profunda, integral do «duro ofício» do Rei — primeiro de todos, sim, mas por isso mesmo aquele sobre quem, no dizer do Evangelista, « se exerce o mais severo julgamento » ...

No mais alto plano — coroação do edifício — o propósito de viver conforme a Lei Divina, de nunca perder de vista as normas essenciais que garantam o bom rumo em direcção à vida eterna. Porque o tem dentro de si, a família real serve de exemplo a todo o Reino — converte-se na *Família-tipo,* em cujo espelho se revê, para a imitar, toda a vasta família portuguesa.

A « ínclita geração » sai deste foco de luz pura e forte. O tronco que afunda raízes nas virtudes conjugadas de Dom João e de Dona Filipa produz os mais belos frutos de místico espírito de sacrifício (em Dom Fernando), de bondoso estoicismo (em Dom Duarte),

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

de inteligência e coragem (em Dom Pedro), de génio organizador e empreendedor (em Dom Henrique). Cada um dos «altos Infantes» desenvolve um dos grandes temas ideais hauridos no lar paterno. Cabe a este a radiosa glória do martírio, que o fará Santo em terra de infiéis e lhe dará sobre-humanas energias para se oferecer em holocausto à Pátria. Cabe àquele um destino infeliz de Rei atormentado por desgostos e calamidades, que deixará na memória dos contemporâneos a lembrança de nobre perfil de asceta e de filósofo. Cabe àqueloutro a sina aventurosa do viajante, do guerreiro, do Regente que numa hora efémera o povo amará — e numa hora fatal o sobrinho abaterá em combate sangrento. Cabe ao último a espantosa missão de lançar a grei à descoberta dos mundos, de ser o iniciador do Universalismo Português.

Em conjunto, os Príncipes de Avis — com suas sombras e seus clarões, suas desditas e seus triunfos — constituem a mais bela eflorescência de um dos Povos modeladores da civilização humana, no instante solene em que se abrem diante dele as amplas rotas da grandeza histórica.

*

Como nasce a ideia da expedição a Ceuta? Ou melhor: *em quem nasce?* A versão corrente é o projecto formado por Dom João I de efectuar em Lisboa vistoso torneio, no qual os três filhos mais velhos — Dom Duarte, Dom Pedro e Dom Henrique — tenham ensejo de evidenciar qualidades para serem armados cavaleiros. Aos Infantes, porém, não sorri essa espécie de guerra a fingir — guerra de luxo, simulada e estéril; querem entrar na Cavalaria por feitos reais, numa guerra a sério que traga honra e proveito à Nação. Então, João Afonso da Azambuja, conselheiro da Coroa, propõe-lhes a tomada de Ceuta, já que levantará atritos com Castela qualquer tentativa contra o Reino mouro de Granada. Ceuta — base donde partiu, graças à traição do Conde Julião, sete séculos atrás, a invasão de Tarik... Restituí-la ao domínio cristão, esplêndida desafronta, de valor simbólico! Além disto, Ceuta é a porta da África do Norte, provertura do ignoto e sumptuoso Oriente,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

onde se diz existirem o lendário Preste João e riquezas sem conta : oiro, especiarias, sedas que os mercadores, em caravanas, trazem das longínquas terras. Ceuta, baluarte e empório, posição estratégica e centro de comércio — eis uma presa à altura dos jovens Infantes-cavaleiros e de seu pai o Rei de Portugal.

Tantas razões tornam essa conquista preferível a qualquer outra que se chega a duvidar se a ideia parte apenas de João Afonso da Azambuja ou se parte do próprio Soberano, quando não seja do génio vidente e prático de Dom Henrique. Logo se ponderam as dificuldades, entre Dom João e os Príncipes ; falta de meios financeiros, de navios, de soldados ; receios do exacerbamento dos potentados marroquinos ou da rápida queda de Granada em poder de Castela ... Para tudo se encontra resposta. Ter nas mãos Ceuta, significa, antes de nada, fazer recuar o Islão ; depois, assegurar « uma base naval de primeira ordem » (como assinala o Professor David Lopes) à nossa navegação no Estreito. Dupla vantagem : protecção contra arremetidas eventuais ; ponto de apoio para eventuais empreendimentos.

No entanto, o Rei ainda hesita. A empresa a que vai lançar-se estará de acordo com a vontade divina ? « Ca todo seu principal movimento foy per serviço de Deus e grande desejo que tinha de emendar alguũa cousa se a contra vontade de Deos fezera no tempo de guerra passada » — sublinha Zurara. Pesa-lhe o sangue que se viu forçado a derramar para subir ao poder e para nos livrar da garra de Castela : o sangue do Andeiro, do Bispo D. Martinho, de tantos mais. Vai derramar sangue, outra vez ... Será legítimo ? Será, com certeza, serviço de Deus ? Garantem-lhe os filhos que sim — « por quanto vos por vossa jnleicam propria sem constrangimento de nenhuũa pessoa vos ofereceis a este perigo e trabalho nam por outra neçesiidade senão por serviço de Deos e por acresçentamento de vossa honra ». Hesita, contudo. Insiste sempre : « quero primeiro saber se esto he serviço de Deos de se fazer, ca por muy grande honrra nem proueito que se me delle possa seguir se nom achar

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

que he serviço de Deos nom entendo de o fazer, porque somente aquella cousa he boôa e onesta na qual Deos jnteiramente he seruido ». Reúne um Conselho de teólogos e letrados, expõe-lhe as suas dúvidas, volta a afirmar-lhes, tenaz : « ainda que entendesse de cobrar todo o mundo por meu, como eu sentisse que em alguũa parte nam era seruiço de Deos, eu o nam teria por vitoria nem o faria por nenhuũa guisa ». O Conselho dá o seu parecer dias mais tarde. Começa por acentuar que não lhe foi difícil resolver o problema. E cita os grandes modelos da batalha contra o Infiel : Fernando Magno, que tomou Coimbra aos Mouros ; Dom Afonso, seu filho, que tomou Toledo ; Diaz de Bivar, o Campeador glorioso ; o « muy notauell e fiell catholico christaao el Rey Dom Affonso Anrriquez ». Recorda que o dever dos Reis é combater sem tréguas os inimigos de Cristo — e conclui que não precisa de « acrescentar mais soma de palavras » para lavrar a sentença final : « vossa merçee pode mouer guerra contra quaesquer infiees assy mouros como gemtios, ou quaesquer outros que per alguũ modo negarem alguũ dos artygos da santa ffe catholica, per cujo trabalho mereçerees gramde gallardom do nosso Senhor Deos pera a uossa alma ». Já seguro nos seus passos, terminadas as vacilações, chama o Rei o Infante Dom Henrique, com quem tem última conversa sobre o magno projecto. Também consulta Dona Filipa, que aplaude a intenção do feito mas lhe opõe receios prudentes. Por fim quer ouvir o companheiro e amigo de toda a vida : o Condestável. Nuno Álvares, olhos fitos em longínquas perspectivas, responde, na versão do Cronista : — « O que a mim parece, he que este feito nem foy achado por uos nem por outra nenhuũa pessoa deste mundo, somente que foy reuelado por Deos querendouos abrir aazo e caminho per que lhe fezessees este tam espiçiall seruiço, por que uossa alma ante elle possa rreceber grande merecimento ».

Está decidido. Ir-se-á a Ceuta. É serviço de Deus !

Fazem-se preparativos em segredo. O Reino torna-se vasta oficina de guerra. Não se sabe ao certo contra quem ; mas todos se aprestam, numa azáfama, confiantes no Rei e na sua estrela.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Uma semana antes da partida (18 de Julho de 1415) morre Dona Filipa. Agonia doce, entre as bênçãos e os carinhos dos seus. Antes de acabar, dirige palavras de incitamento ao marido e aos filhos, exige-lhes que o plano não seja alterado por sua causa. Choram-na o Rei, os Infantes, o povo. E a 25, como se fixou, larga a armada do Tejo.

Só a 20 de Agosto, devido aos incidentes da viagem, fundeia perante Ceuta. No dia seguinte, após breve assalto, penetram os nossos na cidade. À frente de todos, o estandarte de Dom Henrique tremula. Durante a noite os Mouros abandonam a fortaleza, ocupada de manhã e onde há apenas cadáveres.

Os tesoiros encontrados são inumeráveis : jóias, ouro, prata, especiarias em abundância. Vagueiam pelas ruas os soldados atónitos, deslumbrados pelas maravilhas que tocam.

Dom João I não esquece, porém, as altas finalidades que o moveram. Na mesquita principal de Ceuta transformada em templo de Cristo arma os três Infantes cavaleiros, a 25 de Agosto — um mês certo após a saída de Lisboa. Regressa a Portugal na semana seguinte. Deixa o Conde de Viana, D. Pedro de Menezes, a governar a cidade arrebatada ao Islão.

Deus foi « inteiramente servido ». A Cruz paira no grande porto da África do Norte.

*

Serviço de Deus : toda a Idade Média nesta legenda sucinta e completa. Não são os homens mais perfeitos que os de hoje — os homens e as sociedades. Possuem, todavia, noção mais verdadeira do seu dever e do seu destino. Concebem-se como seres criados, em permanente dependência e obediência ante o Criador. Uma luz de apocalipse e de êxtase místico banha todo o painel medieval. Aqui, Deus é justiça inflexível e as multidões pedem-lhe clemência, batem nos peitos contritos. Além, Deus é prodigiosa misericórdia e recebe, no seu trono de claridade, as homenagens da gratidão universal.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Presente sempre, no entanto: guia, chave, comando — centro do mundo.

O homem da Idade Média compreende que a sua plenitude reside, de facto, no *serviço de Deus*. Por isso grava algumas imagens que não esquecem — pela nobreza, pela inigualável densidade espiritual. São os cruzados que partem em massa, frementes de impulso heróico, ao grito de *Deus o quer!*, a libertar a Terra Santa e o túmulo de Cristo. São os Reis que surgem no meio do seu povo como pastores, o levam atrás de si às batalhas, o governam com vigor e dureza, mas folgam com ele nas horas de alegria fraterna e morrem de olhos no Céu, com medo de não poderem prestar boas contas do mando exercido «a prol do comum». São os monges-combatentes que marcham para a luta de almas perdidas em religiosos anelos e espalham a morte na esperança de conquistar as recompensas eternas — os monges-combatentes que acham pouco as cutiladas dos sarracenos e dilaceram a carne com as pontas aceradas dos cilícios sob a couraça. São os humildes mesteirais que fazem do seu ofício jubilosa oferenda e se juntam para rezar em coro antes e depois do trabalho de cada dia. São os moços cavaleiros que, fiéis aos seus votos, entregam a vida em flor ao holocausto pelas belas causas — protectores dos pobres, dos fracos, dos enfermos, das mulheres indefesas, das crianças abandonadas. São os teólogos e filósofos que, nas celas, nos claustros ou nos Estudos Gerais, meditam sobre temas transcendentes, erguem a sua razão até junto dos remotos esplendores do Acto Puro — e vêem na filosofia a *ancila fidei*, a serva da Fé, que só procura conduzir à Fé o pensamento vacilante e trôpego, sequioso de absoluto. Idade Média dos cavaleiros ascéticos e das imensas peregrinações, dos votos e das penitências, das *Summas* e das catedrais! Toda ela vive à sombra desse grande lema que Santo Agostinho lhe propôs: *servire liberaliter Deo* — certa de que a mais alta expressão de liberdade é cada qual dedicar-se por aquilo que o ultrapassa. Servir, sim, mas servir Deus — porque *solus Deus voluntatem hominis implere potest*, «só Deus pode encher a vontade do homem», na síntese luminosa de São Tomás de Aquino.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Exaltada, transfigurada por tão superiores objectivos, a humanidade medieva atinge as paragens da máxima elevação moral. Cheia de sombras, decerto — quem as não conhece ? quem as não recorda ? Sombras tanto mais salientes quanto, junto delas, num contraste total, se descortina o alvor do Eterno Dia. O humano íntegro, sem máscara, espontâneo, com todos os seus vícios, cobiças, delírios de ambição ou de crueza, orgias de ódio e de sangue — o humano demasiado humano... Ao alto, porém, numa apoteose de ígnea magnificência, dominante e excelso — o Divino, com sua perfeição radiosa, sua ilimitada caridade, sua indulgência infinita, sua inundação de graça resgatadora sobre as misérias e as tormentas da Terra.

Não se idealize a Idade Média — porque a Idade Média, longe de ser uma era de idealismo, é uma era de realismo flagrante. Heróis, mártires e santos — mais do que noutro tempo qualquer. Pecadores, também, numa legião tormentosa e crispada de gárgulas... Mas todos têm a plena consciência da sua efemeridade — e se prostram, rasteiros, aos pés do Supremo Senhor e Julgador.

Um pensador moderno, Chesterton, saúda na Idade Média « a única época de progresso de toda a História ». Talvez — por se consagrar ao *serviço de Deus.* Enquanto, no faustoso Renascimento, o homem se dedicará ao culto da própria razão, do próprio poder, da própria curiosidade, numa egolatria narcisista e ávida — durante a patética jornada medieval nunca deixa de aspirar, do fundo do seu obscuro abismo, à contemplação da inefável imagem do Deus soberano e perfeito que acima de todas as coisas teme, adora e serve !

*

A Idade Média portuguesa está cheia de esplêndidas figuras representativas. Desde os grandes Reis da Fundação, da Reconquista, do Povoamento, do Descobrimento : Afonso I, com sua espada criadora do Reino Novo ; Sancho I, que o engrandece e restaura : Afonso II, que lhe dá o inapreciável benefício de uma autoridade firme ; o desventurado *Capelo,* conquistador de tantas terras no sul ; Afonso III, que marca à Nação o definitivo contorno ;

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

o Lavrador da Terra e do Espírito, Dom Dinis; Afonso IV, cavaleiro intrépido da salvação peninsular, no Salado; Pedro, justiceiro terrível e jovial; Fernando, perdido de amores fatais mais verdadeiro iniciador do nosso poderio marítimo; João I, chefe exemplar de um Povo desperto e de uma Família extraordinária — desde os grandes Reis, aos heróis da Sabedoria ou da Guerra. Um nome apenas entre os primeiros: esse maravilhoso Santo António de Lisboa, flor franciscana da superior cultura da sua época, Doutor e pregador de fama, aceso em sagradas cóleras contra os albigenses heréticos, glosador eloquentíssimo dos Evangelhos, generoso dispensador de milagres. Entre os segundos, um nome apenas: o de Nuno Álvares, que vimos coberto de loiros no bravo tumulto das batalhas e agora encontramos, neste primeiro quartel do Século XV, a esplender na pura atmosfera do claustro.

É o mais valoroso cavaleiro do tempo. Alcança triunfos inverosímeis: Atoleiros, Aljubarrota, Valverde, quantos! Revela sempre um sentido prático, infalível da táctica militar — quando escolhe e fortifica a posição que os nossos ocupam no dia de Aljubarrota; quando adopta o famoso dispositivo do *quadrado*; quando dirige e comanda os mais denodados ataques, indiferente ao risco e ao número de inimigos, primeiro de todos na arrancada e na temeridade. De súbito, porém, solicitado por enigmático e longínquo apelo, detém-se a murmurar orações, ausenta-se do campo da luta, escuta, surdo ao estrépito dos choques de armas e de exércitos, as vozes ocultas que lhe falam de além-mundo. Compreende-lhes a estranha linguagem, dialoga com elas, entra, extasiado, no seu convívio sobrenatural.

Ganha as maiores honras e a maior fortuna. Condestável desde 1385; *Conde de Ourém a seguir a Aljubarrota*; *Conde de* Barcelos após Valverde — a gratidão régia enche-o de títulos e de domínios; pertence-lhe a terça parte do território. Dom João I escolhe sua filha Beatriz para mulher do Infante Dom Afonso; o novo casal, dotado com avultadíssimos bens, será o tronco da poderosa Casa de Bragança: dela sairá no futuro larga série de Monarcas portugueses.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Primeiro fidalgo do Reino, pelo prestígio, pela opulência, pelo valimento no Paço — tudo abandona quando vê segura a independência pátria e se considera dispensado de combater mais por ela. Distribui os bens terrenos pelos companheiros de armas e absorve-se na vocação fundamental.

Ainda vai a Ceuta — para deixar também vestígios da sua passagem nesse baptismo dos novos rumos da expansão. Ao regressar despede-se para sempre do mundo das coisas contingentes — e empenha-se na consagração total à vida devota. Fazem-se hora a hora mais alto o seu fervor e mais completa a sua isenção. Ambiciona a felicidade espiritual da criatura desnuda pedante o Criador — oferecida à inteira e deslumbrante claridade da Graça. Só as instâncias do Infante Dom Duarte o persuadem a não esmolar pelas ruas de Lisboa. Envolto na estamenha do monge, alma pura a demandar celestes paragens, senhor da vitória maior : a conquista perfeita da humildade — frei Nuno de Santa Maria, que o povo, antes de Roma, beatifica, é, neste crepúsculo da Idade Média, a sua imagem íntegra, fulgurante : imagem do homem que, depois de ter dado a vida ao serviço da Pátria, a converte em oferenda perene ao *serviço de Deus !*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

«SACRUM PROMONTORIUM»

A conquista de Ceuta — porventura sugerida e decerto impulsionada pelo Infante Dom Henrique — é apenas o passo inicial na execução de um plano vastíssimo. Incluem-se nesse plano dois objectivos diversos mas convergentes: por um lado, a ideia, já assinalada, de adquirir bases militares e navais na África do Norte, que não só façam recuar o Islão mas sirvam de ponto de partida à penetração futura para o interior do Continente Negro, onde se centralizam as comunicações e o tráfico com o Oriente; por outro, o desejo de reconhecer gradualmente as costas ocidentais africanas, na esperança de as contornar e atingir por fim os mares da Índia, terra de misteriosas, de fabulosas riquezas que excita a imaginação e a curiosidade do Infante.

Ambas estas directrizes se ligam ao intuito de chegar até o lendário Preste João, de quem se fala há muito na Europa — desde que, segundo narra o Cronista germânico Otão de Freisinga, no meado do Século XII um prelado arménio, o Bispo Hugo de Gabala da Síria, vindo a Roma para dar conta da queda de Edessa nas mãos do chefe turco Zengi, informou o Papa Eugénio III da sua

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

existência, para além da Arménia e da Pérsia, senhor de vastos territórios, paladino da fé cristã. Uns localizam o seu Reino em plena Ásia Central. Outros, mais próximos da realidade, no oriente de África, junto ao Sudão.

Seja como for, a busca do Preste João constitui mito de grande eficácia. Nos remotos confins da terra conhecida há um Soberano que ergue contra o Islão a bandeira da Cruz. É necessário alcançá-lo, procurar a sua aliança, levar-lhe auxílio. A um dos navegadores declara o Infante em termos bem expressivos « que nom soomente daquella terra (África ocidental) desejava daver sabedorya, mas ainda das Indyas, e da terra do preste Joham, se seer podese » — como relata, na *Chronica dos feitos de Guinee*, Gomes Eanes de Zurara.

À larga empresa em esboço — preside, ainda e sempre, o nobre propósito do *serviço de Deus*. O espírito de Cruzada anima fundamentalmente Dom Henrique. Antes de nada quer « dilatar a fé cattolica » (assevera D. Francisco Manuel de Melo), levar às novas terras e novas gentes a sementeira do Evangelho. Acessòriamente, visa decertos outras finalidades : o engrandecimento de Portugal através dos amplos domínios que possa adquirir ; o alargamento do nosso comércio pela colheita das preciosidades de que sabe estar cheio o Oriente e pela instalação em novos mercados, centros futuros de imensa vida económica. O *serviço de Deus* está, contudo, em primeiro lugar. Virá o resto por acréscimo — prémio devido aos propagadores da religião verdadeira.

Animado por tão amplos desígnios, trata o Infante de executá-los com método, tenacidade e segurança. Notável, para a época, a sua cultura científica, sobretudo no respeitante à Geografia e à Cosmografia. A par da exaltação do crente possui um critério meticuloso, esclarecido e inexcedível força de vontade. Firma-se no estudo consciencioso dos geógrafos, historiógrafos e filósofos das eras clássicas : Heródoto, Homero, Hesíodo, Aristóteles, César, Tito Lívio, Cícero, Salústio, Valério Máximo, Plínio, Lucano, Séneca,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Vegésio, Ovídio, Flávio Josefo, Ptolomeu. Dos autores medievais, são-lhe familiares Pedro Alíaco, Alberto Magno, São Tomás de Aquino. Também os relatos dos viajantes do século precedente lhe servem de informação e de estímulo — como o do veneziano Marco Polo (traduzido pelo Infante Dom Pedro, a quem o ofereceu o doge Francisco Foscari na capital do Adriático), onde se descrevem a Mongólia, a Tartária, a Índia, a Pérsia, a Arménia. Orientam-no os mapas de Valseca, as obras de João de Muller e de Jorge Purbach, os roteiros dos pilotos, as cartas marítimas. Assim radica os alicerces do edifício, se mune de conhecimentos e de instrumentos para dar curso aos seus gigantescos projectos. Pedro Nunes sublinhará, na centúria seguinte, a sólida preparação posta ao serviço da iniciativa do Infante : « Manifesto é que estes descobrimentos de costas, ilhas e terras firmes não se fizeram indo a acertar ; mas partião os nossos mareantes mui ensinados e providos de instrumentos e regras de astrologia e geografia, que são as cousas de que os cosmógrafos hão-de andar apercebidos. Levavam cartas muito particularmente rumadas, e não já as que os antigos usavam, que não tinham mais figurados que doze ventos, e navegavam sem agulha ».

Fala-se muito do génio aventuroso dos Portugueses. Embora esse génio se manifeste, de facto, na nossa raça — é indispensável salientar que Dom Henrique não se confia aos meros azares da aventura mas ao comando superior da inteligência.

*

Assegura Faria e Sousa que já em 1412 navios mandados pelo Infante dobram o Cabo Não, limite das expedições anteriores — e o ultrapassam em mais de sessenta léguas. Diversas tentativas são feitas nos anos seguintes para chegar ao Cabo Bojador, mais abaixo — em torno do qual se teceu lenda temerosa. « Ali paravam todos » — conta João de Barros na primeira *Década.* Param ali porque o seu recorte é tão acentuado e tão brusco (« boja para aloeste perto de quarẽta legoas »), que se torna « para elles cousa mui noua

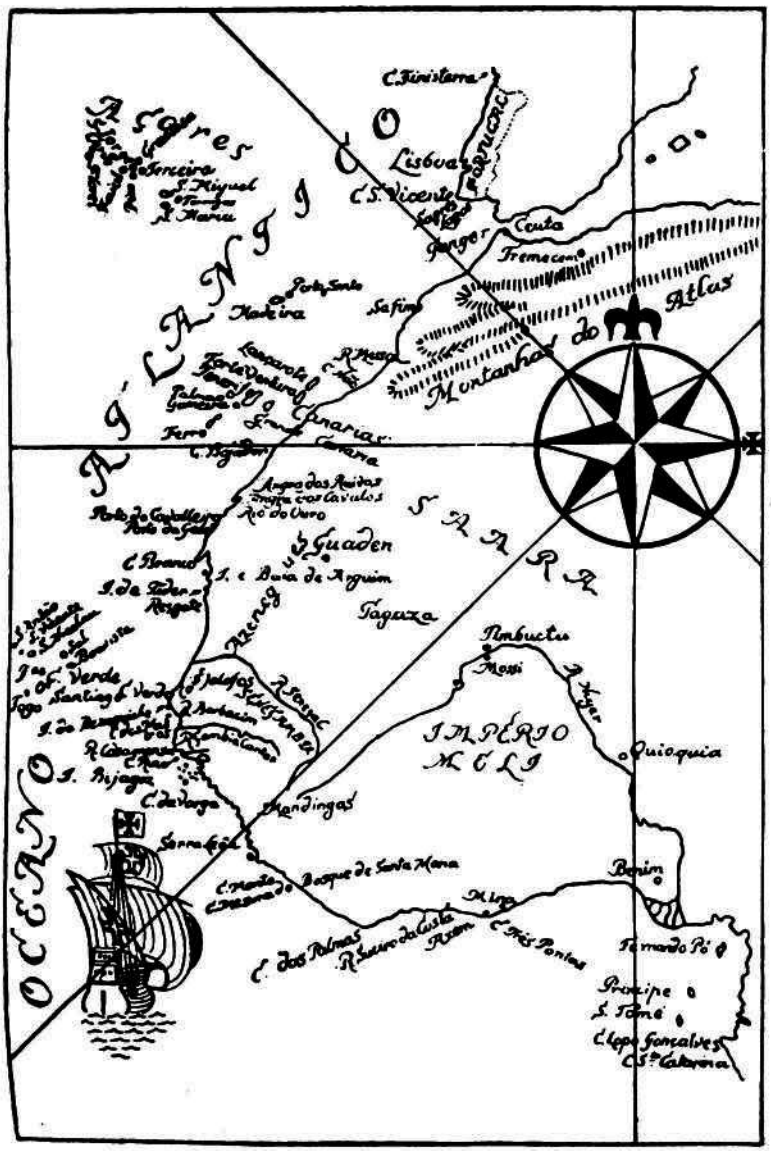
Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

apartar-se do rumo que levauão & seguir outro pera aloeste de tantas legoas». Além disto, as águas, no turbilhão da ressaca, dir-se-iam agitadas em fervura ameaçadora — e supõe-se que nenhum barco resistirá a tais sobressaltos. Quanto tempo ergue o Bojador sinistra muralha, que veda aos nautas a marcha para diante!

Entre 1415 e 1418 as campanhas de Ceuta solicitam os cuidados do Infante: primeiro a ocupação da praça; depois uma expedição de auxílio contra os Mouros que, desejosos de a recuperar, lhe vêm pôr cerco. Nesse último ano de 1418 o Papa Martinho V concede a Dom João I, pela bula *Sane charissimus*, o privilégio da Cruzada para a empresa marroquina.

Então, Dom Henrique, instalado de novo na Pátria, investido, pelo falecimento do Grão-Mestre Lopo Dias de Sousa, na administração da poderosa e opulentíssima Ordem de Cristo, de cujos imensos recursos passa a dispor — ocupa-se em estabelecer o centro propulsor das navegações. Fixa residência em Sagres e faz construir a Vila do Infante, junto ao Cabo de São Vicente. O lugar é o mais adequado e o mais sugestivo: o *Sacrum Promontorium* dos antigos, que lhe deram tal designação por se afirmar existir ali outrora misterioso templo donde remotas divindades iam contemplar a imensidade oceânica. Estreita ponta rochosa parece entrar pela água dentro, com audaz arremesso. Debruçado do extremo dessa ponta abrupta, certamente Dom Henrique experimenta a sensação de se encontrar em pleno mar, à proa de alguma nau desmedida. Os seus olhos devem sondar com volúpia e febre a cortina azul-parda em que se confundem as linhas gémeas da planura marinha e do céu coberto de névoas grisalhas. Em baixo, quebram surdamente as ondas na penedia; andam ecos de tempestades e lamentos pelos recôncavos. Que haverá para além? Em determinadas horas o estranho visionário sente porventura a esperança de vencer as ciladas e as distâncias: o mundo ignoto a que aspira abre-se-lhe em promessas inverosímeis. Outras vezes é provável que sinta grande receio de não conseguir penetrar as sombras espessas em que, por sua ordem, os leves barcos oscilantes se embrenham.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY



A parte da costa ocidental africana percorrida pelos navegadores portugueses no tempo do Infante Dom Henrique.

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Que haverá para além? Momento patético este, em que o homem solitário, habitado por um sonho enorme, dialoga com as trevas sem fim, com as vagas revoltas, com o monstro que a sua vontade quer submeter — Édipo frente à Esfinge, seguro já de que a Esfinge acabará por ter de revelar o seu segredo, senão a ele próprio (demasiado curta uma vida!), ao Povo obstinado, indomável, de quem nessa hora histórica é o intérprete maior, o poderoso símbolo de desafio e de certeza!

*

A partir de 1418 as expedições marítimas desenrolam-se com notável continuidade e incessantes progressos. Em data mal fixada dois jovens escudeiros do Infante — João Gonçalves, o Zarco, e Tristão Vaz Teixeira — largam em busca da Guiné e atingem por acaso a Ilha de Porto Santo. Vêm comunicar a ocorrência; meses depois, com Bartolomeu Perestrelo, tornam a Porto Santo e daí passam à Madeira, onde se planeia iniciar a obra de colonização. Dividida a Madeira em duas capitanias, é dada uma ao Zarco e a Tristão Vaz a outra. Por seu turno Bartolomeu Perestrelo recebe a capitania de Porto Santo. A exploração comercial e industrial não tarda a desenvolver-se — sobretudo no que respeita ao açúcar de cana, à criação de gado, à exportação de sangue de drago.

Por 1424 — e sem falar já na expedição de 1415, chefiada (segundo Diogo Gomes) pelo capitão «D. João de Crasto» — resolve Dom Henrique enviar navios às Canárias com tropas para sua conquista. Dá o comando a D. Fernando de Castro, que depara resistência e desiste da empresa. De longe vêm as nossas pretensões sobre as Canárias — objecto da famosa carta de Dom Afonso IV ao Pontífice Clemente VI, a combater a sua atribuição a Dom Luís de La Cerda. Alarmado, o Rei de Castela mandou nessa altura a Portugal uma embaixada, com o Bispo de Burgos à frente, para insistir na afirmação dos seus direitos. Não renuncia, porém, o Infante e já em 1427 envia outra expedição, sob o comando de António Gonçalves da Câmara — aliás também sem êxito. A ques-

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

tão prolongar-se-á por mais de meio século e só virá a solucionar-se no tempo do nosso Dom Afonso V e de Henrique IV de Castela, a favor deste mas a troco de compensações substanciais.

Quanto aos Açores, a data da descoberta parece esclarecida pelo exame do planisfério do maiorquino Gabriel de Valseca : será obra do piloto Diogo de Silves (segundo a leitura do Professor Damião Peres). E Gonçalo Velho Cabral, Comendador de Almourol, considerado vulgarmente seu descobridor em 1432, vem antes a ser o ocupante e colonizador do Arquipélago.

Apesar do valor e interesse de tais descobertas, o caso das ilhas é episódio secundário no imenso empreendimento em curso. Acima de tudo visa Dom Henrique a passagem do Bojador, pórtico terrífico, intransponível que faz empalidecer de susto os nautas mais bravos e para baixo do qual se diz principiar o Mar Tenebroso, cheio de tempestades e abismos, onde quem se aventura perde inglòriamente a vida. Julga-se que depois dele a costa seja um deserto de areia, estéril, intérmino. Os geógrafos árabes vulgarizaram boatos fantásticos acerca dessa região sáfara e tórrida — em que os homens brancos se tornam pretos ... Firme na sua obstinação, debruçado sobre os mapas que lhe fornecem dados científicos opostos às crendices paralisadoras, Dom Henrique não tem descanso ; concentra-se no propósito fundamental de vencer a estranha barreira — mais resultante das imaginações ignaras que dos verdadeiros perigos.

Desde 1421 ordena à sua gente a passagem do cabo famoso, sem a conseguir. Em 1433 quer acabar, enfim, com as hesitações : o escudeiro Gil Eanes parte em demanda das terras de além do Bojador. Regressa tristemente, pois não logrou dominar os receios que já tolheram a tantos. O pesadelo continua, a porta mantém-se cerrada. Nem por isso o Infante desanima ; é daqueles que nunca desanimam. Exorta viva e enèrgicamente Gil Eanes, faz-lhe ver a infantilidade absurda das lendas que circulam. De novo o despacha para o mar, em direcção ao misterioso cabo. Dedicado a seu amo, excitado nos seus brios, desta vez Gil Eanes deve ir com a disposição absoluta de vencer ou morrer. Como terá coragem de confessar, uma vez

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

mais, o medo que o toma ? E não recua já perante os espectros do Mar Tenebroso. A tenacidade de Dom Henrique fez o milagre de transformar o escudeiro : inspira-lhe forças sobre-humanas. Espantosa alegria o invade, por certo, quando, dobrado enfim o Bojador, avista novas terras, terras onde não há gente, nem casas, nem sinais de vida, mas onde há flores — que sorriem numa anunciação de aleluia.

Colhe braçadas dessas flores anunciadoras e vem trazê-las ao Infante que em Sagres se consome na febril expectativa. Rosas de Santa Maria — chama-lhes Gil Eanes. No seu aroma bravio chega o hálito da lonjura africana — promessa de um vasto e belo mundo aberto agora aos Portugueses !

*

Mas o fito de Dom Henrique não se limita à vitória do Bojador — simples obstáculo a remover do caminho. É preciso aproveitar o êxito, explorá-lo, tirar dele todos os frutos.

Desde então, intensifica-se a ofensiva descobridora e navegadora. A cada passo o Infante lança novas armadas ao mar — com o largo gesto envolvente e ritual do lavrador a atirar sementes à terra. Mal refeito ainda, Gil Eanes, acompanhado por Afonso Gonçalves Baldaia, outra vez parte, singra ao longo da costa — e andam ambos cinquenta léguas para a frente, até à baía que intitulam Angra dos Ruivos pela abundância destes peixes que a enxameiam. Continuam a não aparecer casas ; só vestígios de pegadas humanas e de patas de camelos. Pelo menos, ali passam caravanas ... Sabedor do facto, Dom Henrique estimula Baldaia a avançar no trilho encetado. Mais setenta léguas, até Angra dos Cavalos. Depara-se-lhes um braço de mar dentro do qual dois moços companheiros seus desembarcam ; internam-se na região e vêem-se atacados por indígenas armados de azagaias. Tornam aos navios e prosseguem. Cinquenta léguas ao sul do Rio do Ouro (assim designado por estar próximo de jazigos auríferos) — ei-los ante grande rochedo que recorda uma proa agu-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

çada : a Pedra da Galé. Voltam então a Portugal, fazer o relato do que se passou.

Em 1441 — após quatro anos de relativa inércia, devido à campanha de Tânger, — Antão Gonçalves, guarda-roupa do Infante, vai por sua vez ao Rio do Ouro, desce a terra de noite e consegue fazer alguns prisioneiros entre os habitantes, graças a um hábil golpe de mão. Entusiasmados, querem os seus amigos que receba as armas de cavaleiro das mãos de Nuno Tristão : daí o local ficar conhecido por Porto do Cavaleiro. Nuno Tristão permanece algum tempo mais naquelas paragens e segue ainda até o Cabo Branco.

Alegra-se Dom Henrique por lhe trazerem as cativos e depois de interrogar o chefe negro Adaú compreende ser terreno favorável à propagação da fé cristã. Obtém, pois, do Papa Eugénio IV uma Bula em que se concede indulgência plenária a quem venha a morrer na empresa africana — enquanto Dom Pedro, então Regente, lhe dá para ajuda das crescentes despesas (ao custeio das quais já não chegam os rendimentos, avultados aliás, da Ordem de Cristo), o quinto e a dízima dos lucros reais e o privilégio de ninguém poder sem licença sua ultrapassar o Bojador.

Não é possível expor aqui todas as minúcias das expedições sucessivas que ampliam o conhecimento do litoral da África do ocidente e completam as informações que de lá possuímos. Apenas uma rápida enumeração : Nuno Tristão, em 1443, passa o Cabo Branco e alcança a Ilha de Arguim, onde mais tarde, por 1448, se erguerá o forte da baía do mesmo nome e virá a concentrar-se importante tráfico ; em 1444 Lançarote investe a Ilha de Tider e de lá traz numerosos cativos ; depois Gonçalo de Sintra pretende fazer o mesmo na Ilha de Naar mas, surpreendido por avultado número de indígenas, encontra a morte com cinco companheiros ; depois Nuno Tristão volta e consegue ir mais para a frente, à região dos palmares, onde aparece gente disposta a tomar contacto com os nossos marítimos ; depois Dinis Dias (ou Dinis Fernandes,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

segundo João de Barros) passa o Rio Senegal, segue pela costa da Guiné, atinge vasta ponta de arvoredo que intitula Cabo Verde.

Em 1445 Antão Gonçalves visita Arguim — e ambos colhem informes preciosos sobre os povos e costumes do interior, assim como sobre as mercadorias susceptíveis de interessar ao nosso comércio. Uma lamentável ocorrência : Gonçalo Pacheco e alguns amigos são mortos nas ilhas entre o Cabo Branco e o Cabo Tira. Há ainda a registar a expedição contra a Ilha de Tider nesse mesmo ano ; conquistada a Ilha em combate, andam os expedicionários pelo Senegal e pela Guiné até Cabo Verde. Ao mesmo ponto não tardam a chegar Dinis Dias e Rodrigueanes de Travassos. Em 1446 Nuno Tristão ganha sessenta léguas para sul, mas cai vítima das setas envenenadas dos indígenas, parece que no Rio Nuno ; entrementes, Álvaro Fernandes, sobrinho do Zarco, navega até o Cabo dos Mastros e até o Rio Tabite, o que representa, para além do Cabo Verde, cento e dez léguas. A correr, mencionem-se episódios de menos monta : as expedições, sobretudo comerciais, de Tristão Teixeira e Garcia Homem, de Gomes Pires, de Diogo Gil, de Antão Gonçalves — e a fatal aventura do dinamarquês Vallarte, que perde a vida numa cilada de selvagens de Cabo Verde. Outra importância possuem as longas e conscienciosas viagens do italiano Ca da Mosto, em 1455 e 1456, sob o patrocínio de Dom Henrique — pela multiplicidade de pormenores que ficam arquivados nos seus relatos e pelo interesse das observações e sugestões feitas. Das demoradas estadias em terras de negros, das relações estabelecidas com os naturais, dos estudos acerca das crenças, dos costumes, da vida mercantil — resultam consideráveis progressos para o desenvolvimento futuro do Império. E repare-se : Ca da Mosto avança alguma coisa — ultrapassa o Rio Casamansa e o Cabo Roxo.

As últimas expedições do tempo de Dom Henrique são as de Diogo Gomes (em 1458 ?), que se insinua com habilidade no espírito do chefe Batimansa, do Gambia e prepara a conversão dos gentios daquela zona — e em 1460, quando parece ter descoberto algumas ilhas de Cabo Verde. O comerciante italiano António da Nola, que anda nas mesmas paragens por essa altura, atribui-se o

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

mérito da descoberta, assim como o próprio Ca da Mosto. A incerteza persiste. Os documentos mostram que a 18 de Setembro de 1460 Dom Henrique doa à Ordem de Cristo o domínio espiritual das cinco ilhas e ao Rei o domínio temporal.

É o seu derradeiro acto de relevo. A 13 de Novembro, morre. Deixa consternada toda a numerosa coorte dos servidores e companheiros, associados por ele ao início de um dos mais extraordinários empreendimentos que avultam na memória dos homens.

Morto, Dom Henrique continua a comandar as armadas de navegadores que saem para a epopeia incessante dos oceanos ignotos. Morto ? Nunca cessarão de o ver os que partem de velas cheias ao encontro do desconhecido — em pé, negro e taciturno, portador de um sonho espantoso, figura de proa erguida no *Sacrum Promontorium*, sobranceiro às cóleras das ondas e dos ventos !

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

QUINAS EM ÁFRICA

PARA Dom Duarte — que sucede em 1433 a Dom João I — a subida ao trono deve ser objecto de reflexões profundas, à luz de excepcional consciência das responsabilidades a assumir. Num período de grandes cometimentos, de forte iniciativa, de acção — o seu feitio é sobretudo de intelectual puro, amante da rigorosa lógica dos escolásticos, das porfiadas especulações, da calma e reflexiva pesquisa da verdade. Príncipe de bondade rara, escrupulosíssimo no cumprimento dos deveres — aplica-se desde muito novo ao diligente exercício dos encargos que lhe confiam. Quando da preparação da conquista de Ceuta investem-no dos cuidados da administração interna do Reino e neles põe um rigor, um método, uma pontualidade característicos da sua ascendência inglesa. Em Ceuta bate-se como cavaleiro brioso e esforçado. Mas o seu prazer e vocação concentram-se principalmente no amor das letras, na meditação dos problemas metafísicos e éticos. Acima de tudo, moralista — desejoso de fornecer aos contemporâneos directrizes orientadoras e regras de conduta. O *Leal Conselheiro*, sua obra-prima, consagrado à esposa, — « abastado de muitas e singulares doutrinas, especialmente para

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

os bens d'alma », diz Rui de Pina — é um livro integralmente representativo, perfeito auto-retrato. Constitui o nobre depoimento do homem que nos descreve o Cronista — « sesudo e de claro intendimento, amador de sciencia de que teve grande conhecimento, e não por discurso d'escolas, mas por continuar d'estudar e ler por bons livros ». A cultura revelada nesse belo tratado de filosofia e de moral cristã é de facto vastíssima. O Velho e o Novo Testamento são citados com abundância. Máximas de Platão, de Aristóteles, de Cícero, de Séneca, de Valério Máximo surgem a cada passo. Da literatura cavaleiresca, os romances de Tristão, de Galaaz, o *Conde Lucanor*. E as *Ordenações* de Bártolo. E o *De Regno* de São Tomás de Aquino e Pedro de Alvernia. A informação científica vai desde as obras de Avicena às narrativas de Marco Polo. No campo da Teologia e da Moral, salientam-se as *Collationes* de São João Cassiano, as obras de Santo Agostinho. Também é evidente a familiaridade com numerosos expositores e comentadores medievais : Boécio, Gil de Roma, Honorato Bonet, Hugo de São Vítor, Vicente de Beauvais, Raimundo Lulio, João de Lignano, outros. Tão opulenta ilustração dá-lhe autoridade geralmente reconhecida. Muitas pessoas submetem à sua crítica trabalhos que trazem entre mãos ; assim, por exemplo, Diogo Afonso Manga Ancha, o doutor afamado.

Pensador, erudito, estilista — nem por isso Dom Duarte deixa de ser o Rei que Portugal exige nessa encruzilhada histórica. Dom João I, Dom Henrique lançaram o país em duas formidáveis empresas : a da guerra de Marrocos e a das Navegações. Podem ambas deter-se em pleno começo ? Ao contrário : é necessário prossegui-las com decisão e audácia, através de todos os sacrifícios, obstáculos, contratempos. Abortadas à nascença, ambas se traduziriam no desprestígio e no abatimento da Nação. Por duro que seja, o dever de ir para diante ergue-se imperativo na consciência dos melhores — e em primeiro lugar na do próprio Soberano.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

O reinado principia bem — com a proeza de Gil Eanes, que passa o Bojador em 1434. A 8 de Abril desse ano promulga Dom Duarte a famosa *Lei Mental*, assim designada por se saber que Dom João I a trouxe no espírito e a aplicou mesmo em mais de uma circunstância — pela qual se restringe ao filho varão legítimo e mais velho (excluídos as mulheres, os ascendentes e os colaterais) o direito de sucessão nos bens da Coroa. Tal providência visa a compensar as excessivas liberalidades do Mestre de Avis quando, na fase em que necessitava de adeptos, espalhou larguíssimas doações e empobreceu consequentemente o tesouro real. Cuida-se assim de útil restauração administrativa. Por outro lado, no seu tempo de Infante associado ao governo Dom Duarte promoveu diversas medidas importantes destinadas a minar a organização judaica (Estado dentro do Estado) e a integrar os semitas residentes entre nós na sociedade nacional. Toma já vulto a ideia de um código único, que substitua e unifique as disposições parcelares, às vezes contrárias ou contraditórias. É o germe das *Ordenações* — que só dará fruto em vida do filho, mas cuja origem deve ser atribuída à clarividência do *Eloquente*.

Tudo isto mostra as qualidades do governante — a par das virtudes do homem e do príncipe. Governante que daria toda a sua medida numa época de paz, de sereno labor, de lenta e harmoniosa construção. O momento agudo, exigente, reclama outro rasgo, outro impulso, outros dons. Fiel à herança paterna, bem o sabe Dom Duarte.

Não tarda a ouvir-se a voz dos insofridos, que compreendem a significação da tomada de Ceuta e das explorações marítimas — e numa como noutras vêem prólogo de esforço que tem de ser continuado, não meros episódios sem sequência e sem horizonte.

Um dia, em Almeirim, o Infante Dom Fernando, excitado por sonhos de grandeza, mordido de ciúmes pela glória dos irmãos na campanha de África, aborda Dom Duarte e confidencia-lhe os seus

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

sentimentos. Rui de Pina reproduz uma linda frase que é bem a legenda da juventude sequiosa de heroísmo : — « Senhor, nosso reino foi assaz grande berço em que nos criassemos de pequenos, agora é mui pequeno para nos criar em grandes ». E pede-lhe « licença para me ir fora destes reinos, onde Deus e minha ventura me guiarem ». Febre da grandeza e da expansão — alto signo dos Príncipes de Avis ! Dom Fernando arde nessa febre extraordinária. Mal supõe até que ponto ela vai ser satisfeita, pelos mais agros e sublimes caminhos ...

Encontram eco no ânimo de Dom Duarte as solicitações do irmão. Durante largo tempo a leitura da Crónica de Rui de Pina generalizou uma versão extremamente discutível : a de ser o Rei constrangido pelos Infantes, e até pela Rainha, a consentir na expedição a Tânger. Mas novos documentos exumados pelos investigadores e relacionados entre si fazem antes supor inteira conjugação de vistas, não qualquer divergência. O Monarca — segundo acentua nos magistrais estudos dedicados ao assunto o Doutor Domingos Maurício Gomes dos Santos — « não só deixou trabalhar os Infantes na organização dos preparativos, mas interveio por si activìssimamente para que as forças se apetrechassem, espiritual e materialmente, em condições de êxito não só provável mas seguro ». Do empenho tenaz que põe na nova empresa africana — com que prossegue as de Dom João I — falam diversas provas irrecusáveis, nomeadamente a alusão do Papa Eugénio IV, na Bula *Dudum Cum*, à Bula da Cruzada *Rex Regnum* de 3 de Setembro de 1436, concedida a Dom Duarte e por este pedida « para conservação e defesa de Ceuta assim como de outras terras ». Não se satisfaz pois o *Eloquente* com a posse de Ceuta : quer « outras terras ». Tânger será, na sua aspiração, a primeira ...

Quanto à intervenção de Dom Henrique, é hoje conhecida a carta admirável em que aprova a expedição — sobretudo por altas razões apostólicas — ao responder à consulta que lhe dirige o Soberano, a quem pertence claramente a iniciativa ...

E quanto à intervenção da Rainha (para melhor a aliciar e persuadir, o Infante Navegador prometeu-lhe escolher para herdeiro

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

o seu segundo filho, Dom Fernando), também se deve ponderar a mensagem que envia em 31 de Janeiro de 1437, já próxima a saída dos expedicionários, ao Bispo de Lérida, D. Garcia Admarez — na qual mostra o receio de ver Dom Duarte ir pessoalmente a bordo de um dos navios da armada. Pode ser mais nítida a solidariedade do Rei com os que desejam a campanha de África? Tem razão o Doutor Domingos Maurício ao dizer que o sucessor de Dom João I é «tudo menos abúlico». Só podem persistir em julgá-lo assim os que não atentarem na lógica sucessão dos factos.

Nem por isso se contestará que, mais do que em ninguém, o sonho da conquista de Tânger viva em Dom Henrique e o encha de ardorosa impaciência. Quando vê as coisas em marcha para o fim que advoga com o maior calor, imenso júbilo o inunda. «Sempre seu coração foi guerreado do desejo de tornar em África», salienta Rui de Pina, «e ainda por este proposito que elle atou em sua alma com firmes nós de muita fé afirmou que mudaria seu acostumado sinal em tres letras que diziam I. D. A.; porque, por parte significassem seu nome, a saber, Infante Dom Anrique, e todas juntas declarassem a ida em Africa que sempre desejava».

I. D. A. — de facto, acima do famoso *Talant de bien faire*, eis o lema fundamental do Infante Navegador. Nele se resumem, com poderosa simplicidade, os apelos do largo, que tantas vezes escutou durante as febris meditações no Sacro Promontório!

*

Resolvida a expedição a Tânger, o Rei quer ouvir ainda seus irmãos Dom Pedro e Dom João e o bastardo Dom Afonso, Conde de Barcelos, com os quais tem por costume aconselhar-se. Reúne o Conselho, — a bem dizer, conselho de família, — em Leiria. Aí, começa por expor a decisão que tomou e o seu interesse em conhecer a tal respeito os juízos dos presentes.

O primeiro a falar é o Infante Dom João. Longo discurso, elegante e bem ordenado, no qual se balançam modelarmente os prós e os contras, dentro das regras da mais consumada retórica.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

De um lado coloca a *honra* — do outro o *siso*. A *honra* gera e impulsiona acções grandiosas mas imprudentes ; o *siso* atende às possibilidades, às conveniências, aos riscos, mede o volume do esforço a despender, apresenta as hipóteses desfavoráveis. A *honra* é afirmação positiva, espontânea, optimista — o *siso*, pessimismo cauteloso e ponderador. Em nome do *siso*, examinadas as condições e deficiências do Reino, condena e desaconselha a expedição. No entanto — logo nota — « os que com tais razões este propósito contrariassem, não creio que dos grandes e semelhantes feitos que no mundo passaram houvessem conhecimento e notícia ». Efectivamente, Alexandre, ao lançar-se nas suas vastas conquistas, esqueceu as prudências inibitivas do *siso* — e triunfou. Roma, que seria senhora do mundo, com poucos elementos se abalançou a dar os primeiros passos — e triunfou também. Para quê aduzir exemplos alheios ? « Certo é que El-Rei nosso senhor e padre, se, com a cidade de Lisboa e com a ajuda de outros poucos bons servidores, todo o outro poder de Espanha por batalha não cometera, porventura hoje não possuiríeis os reinos que possuis ». E acrescenta : — « Senhor, menos deveis d'esta empreza desistir por sermos pobres : ca os abastados nas necessidades e contentes da vida que teem não buscam com suor e trabalho os haveres estranhos ». Concluí : — « Pelo qual parece que a honra por estas razões aconselha e aprova esta guerra, para a haverdes de prosseguir, e além da fortuna, achando-vos ousado, vos ajudará ainda quem tal feito com boa esperança e limpa vontade cometer ».

A seguir pronunciam-se dois representantes da tese do *siso* : Dom Afonso, Conde de Barcelos e o Infante Dom Pedro. Este, sobretudo, marca nìtidamente as razões que se opõem à expedição projectada e a fonte de encargos e de responsabilidades incomportáveis que será para nós esse prolongar do domínio pátrio em territórios tão longínquos, no centro do poder inimigo. O que não o impedirá de, chegada a hora, exercer grande actividade no Norte para organizar forças do Porto, de Entre-Douro-e-Minho, de Trás-os-Montes — segundo conta D. Gomes numa carta a João Lourenço Godinho.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Não tarda que se dêem por findos os preparativos — e tudo esteja finalmente a postos para a abalada.

Comanda Dom Henrique — fascinado sempre pelo estimulante sonho do engrandecimento português. A seu lado Dom Fernando vibra de impaciências guerreiras, ansioso por se ilustrar no combate aos infiéis. A armada de Lisboa larga do Restelo a 23 de Agosto de 1437 e junta-se cinco dias depois, em Ceuta, à do Porto, capitaneada pelo Conde de Arraiolos, outro dos paladinos esforçados da campanha. Passa Dom Henrique revista às tropas — e verifica que são em número bastante inferior ao que contava : menos de sete mil homens em lugar dos catorze mil prometidos. As falhas evidentes na expedição mostram o pouco entusiasmo com que o país acode à chamada. O Navegador pertence todavia a essa espécie de caracteres que a oposição endurece e enerva. Já havia risco na campanha tal qual a planeara. Risco maior haverá desde que não disponha de todos os meios previstos. Como os antigos cruzados, decerto murmura em si próprio — *Deus o quer !* — e atira-se para a frente.

Excessiva demora em Ceuta — até 9 de Setembro. Só nesse dia se dirigem para Tânger, diante da qual, no dia 13, acampam. A guarnição da praça teve tempo para se preparar e fortificar. O factor da surpresa não joga desta vez, como na primeira guerra de África.

Durante um mês se malogram todas as investidas, que os Árabes repelem, engrossados por avultados reforços. Dos confins da Mauritânia vem gente desejosa de vingar a afronta de Ceuta e de castigar severamente o invasor. Tanta gente vem que os nossos de sitiantes passam a sitiados. O arraial português está emoldurado por uma chusma feroz, inflamada de bélica sanha. E nem sequer há mantimentos para tentar resistir e ganhar tempo. Propõem então os mouros o embarque livre dos portugueses — contra a entrega de Ceuta. Basta-lhes expulsar da sua terra, para além do Estreito, a prosápia dos cristãos. Após negociações prolongadas entre dolorosos

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

sofrimentos — torna-se forçoso aceitar tudo. O pior é exigirem os muçulmanos que fique um Infante em reféns, até que Ceuta volte ao Islão. Quer Dom Henrique imolar-se: prova isto a altura do seu desinteresse e do seu ardor espiritual, bem diversos das finalidades exclusivamente mercantis que lhe atribuem os positivistas da História. Mas não o consente Dom Fernando: o irmão é indispensável no Reino para o prosseguimento das navegações, para que não esmoreça a bela chama acesa em Sagres. Ficará ele. Oferece-se, sem uma vacilação — com a luminosa singeleza dos heróis verdadeiros. Acreditará no resgate, um dia, pela restituição de Ceuta? Não o pode presumir quem recorde as palavras que disse ao Rei, o fervor com que se quis distinguir na tomada de novas cidades africanas, a compreensão que revelou do sentido na nossa cruzada pelos «Algarves de além-mar». É de crer que se entregue com a alegria dos mártires bem seguros na sua fé. E sofre martírio tremendo durante mais de dez anos, até acabar em Fez, pobre esqueleto torturado e escarnecido.

Serviço de Deus, ainda. Cumpre o seu voto: ninguém melhor serviu!

O desastre de Tânger abala fortemente o ânimo e a saúde de Dom Duarte. Uma sombra de luto e de infortúnio vela o glorioso Portugal de Avis — cobre de negro os heróis de Ceuta. E lá fica o irmão, cativo de selvagens impiedosos, a expiar a orgulhosa imprudência cometida.

Reúne-se o Conselho para deliberar sobre o resgate de Dom Fernando, em Janeiro de 1438. Não se chega, porém, a acordo. Enquanto o Infante Dom Pedro e alguns procuradores das vilas e concelhos votam a cedência de Ceuta, com o pretexto do cumprimento do tratado assinado em Tânger (pretexto, aliás, pouco de atender, visto os Mouros terem sido os primeiros a violá-lo quando atacaram os nossos que embarcavam depois de lhes garantirem livre passagem) — o Infante Dom João, os Condes de Barcelos e de Arraiolos e os procuradores de Lisboa, do Porto, de certas zonas

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

algarvias opõem-se a tal abdicação, pois asseguram que o próprio Dom Fernando decerto não quererá ser causa de uma diminuição do território nacional. Os representantes da Igreja, com o Arcebispo de Braga à frente, opinam que depois de colocada sob a égide cristã e erguidos na cidade templos e altares só com licença pontifícia poderá cair de novo Ceuta sob o jugo islamita. Este último critério é o do frio e duro Dom Henrique, de quem se conta que, à pergunta de um príncipe mouro : — « Porque me não dás Ceuta ? », responde : — « Porque é de Deus e não minha ! » Uma vez ainda o *serviço de Deus* a condicionar e a ultrapassar o destino dos homens. Morra Dom Fernando — mas conserve-se, na África ímpia, aquele baluarte de Cristo !

E Dom Duarte, que decide ? « Que lhes disessem que prazendo a Deus elle per outro modo entenderia de tirar seu irmaao de prison sem dar Cepta nem sem fazer muyto agravamento a seu poboo ». As razões alegadas parecem-lhe poderosas ; e o dever do Rei consiste em fazer calar a voz do coração.

Este conflito agudo e trágico acaba de lhe consumir as forças. Ainda vem outro rude golpe : abate-se sobre o Reino uma vaga de peste. Contagiado talvez pela epidemia, ou minado pela amargura da derrota de Tânger e do cativeiro do irmão, extingue-se a 9 de Setembro, depois de um breve governo de cinco anos funestos, aquele que, « pela sua cordura, tino administrativo e vasta cultura, parecia fadado para luzeiro brilhante da grande alvorada nacional da dinastia de Avis ».

*

No seu testamento, entrega a Regência a Dona Leonor, enquanto o filho, com seis anos apenas, não atingir a maioridade. Logo se desenha um movimento de protesto, condensado em torno do Infante Dom Pedro, o mais velho que resta da « ínclita geração », a quem muitos desejam ver confiar o mando.

Figura estranha, curiosa, quase lendária, a desse Príncipe que correu as « sete partidas » e chegou a pensar em quedar-se ao serviço

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

do Imperador Segismundo da Alemanha na guerra contra os Turcos ! De tantas terras que visitou, de tão diversas gentes que conheceu, a sua notável inteligência extraiu largos tesouros de experiência e saber. O seu *Trauctado da Uirtuosa Benfeyturia* afirma-o como homem de rara cultura e de excepcional engenho. Atrai portanto numerosas dedicações e o seu prestígio avulta em numerosos espíritos. Além disso, o facto de se ter manifestado nìtidamente desfavorável à política de expansão e de aventura — política de sacrifício, que a eterna maioria dos prudentes olha com repulsa e medo — granjeia-lhe viva popularidade, torna-o uma espécie de bandeira dos partidários da *tese do siso.*

Sugere-se uma plataforma : nas mãos da Rainha manter-se-ão o governo, a administração pública, a educação dos Príncipes ; nas de Dom Pedro os negócios da justiça e o título de Defensor do Reino. Ao mesmo tempo concerta-se o casamento do jovem Soberano com Dona Isabel, filha de Dom Pedro. Mas a Rainha, irritada pelas provocações dos adeptos do Infante, mostra-se pouco disposta a concordar com tudo isto. Então acusam-na de « estrangeira », renovam até certo ponto o ambiente hostil da gente miúda contra Leonor Teles ; e o povo começa a excitar-se. Estalam tumultos. As Cortes reúnem-se ; o Doutor Diogo Afonso Manga Ancha (que repete também João das Regras) lê um discurso habilidoso a defender a eleição de Dom Pedro como Regente. De facto, é eleito a 10 de Janeiro de 1440.

Senhor do poder, Dom Pedro faz votar que os Príncipes sejam tirados a Dona Leonor. Chegam a suspeitá-lo de intuitos de usurpação do trono. O partido da Rainha agita-se. Surgem graves desavenças com o Prior do Crato e o Conde de Barcelos — que está prestes a atacar as forças de Dom Pedro. Entendem-se por fim : cessam as oposições ao casamento de Dona Isabel e o Conde de Barcelos é feito Duque de Bragança. Mas pretende também o título de Condestável para seu filho Conde de Ourém — e o Regente nega-lho, porque a seu próprio filho o deu. As desavenças renascem e acen-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

tuam-se, ajudadas pela acção constante, venenosa de numerosos intriguistas de ambos os lados.

Em 1446, já próximo o Rei dos catorze anos, Dom Pedro convoca as Cortes e entrega-lhe o governo do Reino. Dias mais tarde Dom Afonso V declara precisar de um conselheiro ou tutor permanente ; escolhe Dom Pedro para tal função. Dois anos dura este estado de coisas. Em 1448 o Monarca, com o desejo compreensível de sair da penumbra em que se sente confinado, sacode a tutela, assume a autoridade plena.

Prolonga-se o mal-estar algum tempo mais. Movido — justamente ou não — contra o sogro, Dom Afonso V apoia-se nos seus inimigos, ouve-lhes as insinuações, demite e afasta os partidários de Dom Pedro. Tenta este reagir, quer explicar-se perante o sobrinho e genro — mas entre ambos a densa rede de intrigas não permite o menor vislumbre de concórdia.

Até que chega, brusco, o desenlace. O Rei manda vir a Lisboa o Duque de Bragança que, para o fazer, tem de atravessar as terras de Dom Pedro. Receoso de qualquer cilada, vem acompanhado de volumosa escolta. O antigo Regente resolve opor-se formalmente a esta passagem de gente armada, que considera provocação e vexame. O choque vai-se dar — quando, à última hora, o Duque o evita.

Fica o Rei, todavia, irritadíssimo com o procedimento do Infante. Considera-o em franca rebeldia. Para o subjugar dirige-se aos seus domínios com tropas consideráveis. Dom Pedro também reúne forças e marcha-lhe ao encontro. Em Alfarrobeira (20 de Maio de 1449) se decide o pleito. Embora lute com denodo — secundado pelo seu inseparável D. Álvaro Vaz de Almada, Conde de Avranches, cuja valentia lhe granjeou larga fama, — o Infante sucumbe na refrega. Vaz de Almada, num lance épico e desesperado, cai também, varado de golpes. Dom Pedro e ele juraram morrer juntos, como juntos haviam vivido. E o Conde de Avranches fecha por autêntico suicídio a sua existência agitada e cavalheiresca de heróico aventureiro.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Desaparece com Dom Pedro — depois de Dom João, de Dom Duarte, do mártir de Tânger falecido no ano anterior — o penúltimo dos « altos Infantes ». Só um fica : Dom Henrique, sempre absorvido no seu enorme sonho, sempre debruçado da ponta de Sagres, frente ao mar e à distância. Para além da cerração, sem que nada o desvie desse sonho, persiste em visionar infalíveis promessas de Império !

*

Obtidos grandes triunfos na região dos Balcãs — sobretudo o de Kossovo (1389), de Amurate I contra os Sérvios do Imperador Lázaro, e o de Nicopolis (1396), de Bajazeto I contra os cavaleiros franceses chefiados pelo condestável Filipe d'Artois e por João Sem-Medo, Duque de Borgonha, — os Turcos, em 1453, sob a chefia do Sultão Maomet II, visam directamente Constantinopla. Depois de um cerco de quase dois meses — duzentos mil otomanos contra dez mil bravos soldados do Imperador Constantino Dragasces — cai a velha capital bizantina. Facto histórico de primeira grandeza, que servirá a alguns para marcar o fim da Meia-Idade.

Roma alarma-se com a ameaça temerosa. O Papa Nicolau V lança o apelo aos Reis cristãos para nova Cruzada contra o infiel, outra vez em plena arremetida. O sucessor, Calisto III, manda a Dom Afonso o Bispo de Silves como seu Legado, a trazer a exortação da guerra santa. Dispõe-se o Monarca português a atendê-lo e esboçam-se preparativos destinados a organizar um exército de doze mil homens. A morte do Pontífice e a escusa da maioria dos Soberanos do Ocidente liquidam o projecto à nascença.

Mas os preparativos não resultam inúteis. Dom Afonso V — cioso das grandes tradições de seu avô — pensa sempre na África do Norte. Há que resgatar Ceuta, reparar a injúria de Tânger. Contra Tânger inicialmente planeia dirigir o ataque. Reflecte melhor e prefere dirigi-lo contra Alcácer-Seguer (o pequeno Alcácer, lhe chamam os mouros, *Cacer el seguir* — por oposição ao Alcácer grande, *Cacer el quebir*), visto saber que a praça tem modestas condições de resistência. São de pouca monta as reservas que surgem em torno

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

da expedição. Já não existe Dom Pedro, o paladino do *siso*. Prevalece de novo a tese da *honra* — e decerto contribuirá para isso o Infante Dom Henrique, feliz com a iniciativa régia, outra vez lançado nos rumos predilectos.

A 30 de Setembro de 1458 larga Dom Afonso V de Setúbal. Três dias corridos desembarca em Sagres. A 17 de Outubro uma imponente armada de mais de duzentas naus faz-se ao mar, em demanda do sul.

Com efeito, a jornada de Ceuta repete-se: desembarque, assalto imediato, entrada dos nossos na cidade, refúgio dos derradeiros defensores na fortaleza e, durante a noite, proposta de rendição dos sitiados. Cheios de pavor antes as bombardas portuguesas, suplicam os mouros compaixão a Dom Henrique e ouvem esta resposta, em que volta a aparecer o lema admirável do Cristianismo medievo: «O Rei veio aqui em serviço de Deus e não por causa dos vossos haveres e resgates. Por isso é sua vontade que vos retireis, com vossas mulheres e filhos e com vossos bens, e que lhe abandoneis a cidade com todos os cristãos prisioneiros». Assim se faz. A 23 de Outubro um cortejo bem significativo desfila pelas ruas de Alcácer-Seguer: Dom Afonso V, a pé, acompanhado da sua escolta de fidalgos, a caminho da mesquita já transformada em Igreja de Santa Maria da Misericórdia. Rezam perante o altar e dão graças.

Um segundo baluarte de Cristo foi erguido em terra mauritana. Grande alegria para Dom Henrique. A visão define-se, o alargamento da Fé e do Império acentua-se. Quando morre, dois anos passados, em Lagos — a 13 de Novembro — parte contente para a sua maior viagem.

Dom Afonso V não desiste de levar avante a empresa: «Por ser Príncipe de mui alto e esforçado coração, foi sempre zelador de empreender coisas árduas e prossegui-las por armas como cavaleiro, mais que de entender como Rei no regimento civel e político do reino». A seguir ao Rei-Filósofo, eis o Rei-Cavaleiro. Demasiado intelectual e meditativo, aquele; porventura este impulsivo em

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

excesso — embora também seja «o primeiro Rei que ajuntou bons livros, e fez livraria em seus paços». Impele-o o seu temperamento às iniciativas guerreiras, nas quais se comporta com extraordinária bravura. Não descansa, pois, até organizar outras expedições a Tânger — que em 1463 e 1464 dão lugar a várias tentativas infelizes. A última, sobretudo, acaba mal ; ficam duzentos dos nossos presos ou mortos. Dir-se-á fatídica para os Portugueses a campanha de Tânger.

A teimosia do Rei acaba por vencer. Trata de aumentar a esquadra, que já conta perto de quinhentas unidades ; junta um exército de trinta mil homens ; leva consigo o Príncipe herdeiro Dom João ; deixa a substituí-lo o Duque Fernando I de Bragança ; e novamente embarca, em Agosto de 1471. Como sempre, o objectivo é Tânger — a fatídica. Muda-o após melhor reflexão, para Arzila. Como em Ceuta, como em Alcácer-Seguer, o ataque desenrola-se brusco e violento, num ímpeto irresistível. Desta vez, os mouros resistem mais, quer na mesquita, quer no castelo e alguns valentes fidalgos — os Condes de Marialva e de Monsanto, entre outros, — perecem no embate. Dois mil mortos árabes compensam tais perdas, e para cima de cinco mil cativos. Vitória assinalada, que infunde na mourama temores imensos e leva Tânger, a inexpugnável Tânger, com medo de sofrer igual escalada, a render-se espontâneamente ao Rei de Portugal. Ainda em Agosto — a 29 — ocupa-a o filho do Duque de Bragança, D. João.

São assim as guerras de África : êxitos rotundos, quando nelas jogam a surpresa e a heróica energia ofensiva dos Portugueses ; dolorosos malogros, quando se prolongam os assédios, no clima inóspito, longe dos centros de abastecimento, contra a defesa encarniçada dos Árabes.

Agora, o nosso domínio no norte de África assenta em quatro sólidos pilares : as praças fortes de Ceuta, Alcácer-Seguer, Tânger, Arzila — e no prestígio de mais algumas belas jornadas triunfais.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Ao título de *Rei de Portugal e do Algarve*, juntou primeiro Dom Afonso V o de *Senhor de Ceuta e Alcácer em África*. Terminada a campanha de 1471 a fórmula torna-se mais expressiva: *Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África*. O filho de Dom Duarte terá sem dúvida pleno direito de ostentar na galeria dos Monarcas de Avis o cognome de *Africano*. Graças à sua persistência e ao seu génio belicoso existe, para além do Estreito, vasto domínio cristão sobre o qual a bandeira das quinas ondula.

Para mais longe foi arremessado o Islamita. O Portugal das Navegações, cuja epopeia apenas se esboça, é também o Portugal das Conquistas — sempre sob a protecção da Cruz!

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

«POLLA LEY E POLLA GREY»

A valentia e a audácia de Dom Afonso V rendem-lhe êxitos em África — onde os melhores trunfos são as qualidades guerreiras. Menos afortunado se verá o *Africano* nas lutas em que se envolve a propósito da sucessão de Castela.

Reina ali Henrique IV, Príncipe de vida escandalosa e índole perdulária. Do seu casamento com Dona Joana, filha do nosso Dom Duarte (irmã, portanto, de Dom Afonso V), nasce uma Princesa — Dona Joana também — que na Corte as más línguas apontam como fruto dos amores da Rainha com o valido Beltrão de la Cueva e a quem por isso atribuem o afrontoso nome de *Beltraneja*. No entanto, Henrique IV impõe-na como herdeira e fá-la jurar em Madrid (1462). Um poderoso grupo de nobres e prelados, à frente dos quais estão o Marquês de Vilhena e o Arcebispo de Toledo, revolta-se contra o Monarca, censura-lhe a indignidade de reconhecer uma filha adulterina da mulher e exige-lhe que tome por sucessor seu irmão o Infante Dom Afonso. Chega este a ser aclamado Rei, apenas com onze anos. As suas forças e as de Dom Henrique medem-se na batalha de Olmedo (26 de Agosto de 1467), com

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

resultado indeciso. No ano seguinte morre Dom Afonso repentinamente — ao que se diz, envenenado. Logo os inimigos do Soberano pensam em erguer ao trono a irmã de Henrique IV, Dona Isabel. Recusa-se a Princesa a tal aventura — e depois de várias negociações é reconhecida pelo próprio irmão como herdeira da Coroa a 19 de Setembro de 1468. Henrique IV desce à humilhação suprema de dar como provada a desonra da esposa e de se comprometer a repudiá-la.

Tudo isto por fraqueza ante a conjura poderosa dos fidalgos. Arrependido, retoma um velho projecto : casar Dona Isabel com o Rei de Portugal e a *Beltraneja* com o Príncipe Dom João, filho de Afonso V. Dona Isabel não se presta à combinação. Inteligente, enérgica, tenaz, possui no maior grau o culto da independência nacional — e compreende que assim Castela se entrega ao domínio português. No ano seguinte, aconselhada pelo Arcebispo de Toledo, casa com Dom Fernando, Príncipe herdeiro de Aragão e só depois do enlace manda comunicar o facto a Henrique IV, que, como represália, imediatamente lhe retira o título concedido em 1468. Ajusta o casamento da *Beltraneja* com Carlos de França, Duque de Berry e Guiena, irmão do Rei Luís XI ; e de novo a faz jurar como legítima sucessora. Também o Duque de Berry se extingue misteriosamente em 1472 — também sob a acção do veneno, segundo parece. Então regressa Henrique IV ao plano primitivo — com a diferença de que Dona Joana se unirá ao próprio tio. Ainda há um encontro de ambos os Soberanos em 1473 para debaterem as condições do ajuste, mas não se fecha o acordo. À morte do Rei de Castela (Dezembro de 1474) nada definitivo ficou assente.

Mal sabe do falecimento de Dom Henrique proclama-se Dona Isabel Rainha, em Segóvia. Algumas personalidades gradas — o Cardeal de Castela, o Duque de Arevalo, o Marquês de Vilhena, o Conde de Benavente, — dirigem-se a Dom Afonso V, afirmam haver o Monarca indicado no seu testamento Dona Joana como herdeira, convidam-no a entrar em terra castelhana e a casar com a sobrinha, após o que será o Rei por todos reconhecido.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

O convite é logo aceito. Apesar das oposições e das maledicências, Dona Joana não deixa de ser a sucessora legal. Destemido, impulsivo, ambicioso, cavaleiro medieval puro — nada se afigura impossível ao *Africano*. Mais homem de guerra que diplomata ou político, lança-se bravamente para diante, confiado no seu direito e na sua espada. Ao mesmo tempo entende-se com Luís XI que, desejoso de reaver o Russilhão arrebatado pelos Aragoneses, se presta a ajudá-lo e a invadir a Biscaia.

Dom Afonso entrega o governo do Reino ao Príncipe Real e em Maio de 1475 penetra em Castela ; encontra-se em Placência com Dona Joana que recebe por esposa ; ambos tomam o título de Reis de Castela, Leão e Portugal. Toro e Zamora são-lhes abertas pelos governadores. Fernando de Aragão, à testa de numeroso exército, vem oferecer batalha. Afonso V recusa-a — e o Aragonês não ousa atacá-lo nos seus baluartes. Chega a esboçar-se um entendimento : o nosso Rei desistirá da Coroa castelhana e contentar-se-á com a Galiza, Toro, Zamora e suas dependências. Avulta nesse momento a varonil negativa de Dona Isabel, que tudo consente menos a perda de qualquer parcela do território pátrio. E as coisas ficam na mesma. Só virão a resolver-se pelo juízo das armas.

O *Africano* pede ao filho que lhe leve reforços. Convocados na Guarda os Três Estados, aprovada por eles a anuência ao pedido, entra o Príncipe Dom João em Castela e junta-se a seu pai. Dirigem-se ao encontro de Dom Fernando. Após diversas marchas e contra-marchas, vem a dar-se o choque nos campos de Toro, em 1 de Março de 1476.

Não é para aqui a descrição minuciosa dessa lamentável jornada. A acção principia com a enérgica investida do Príncipe Dom João e das suas tropas, no anoitecer chuvoso e nevoento, contra as divisões castelhanas que lhes ficam fronteiras. Duro embate — tão duro que o inimigo, quebrada a primeira resistência, cede e principia a debandar. Dom Afonso V é menos feliz no ataque à ala real de Castela. A braços com forças muito superiores, embora se bata como um leão, em contraste com Dom Fernando que ninguém vê tomar parte directa na refrega, não pode evitar a derrota. No auge da

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

batalha dá-se o episódio quase fantástico do alferes Duarte de Almeida, a cuja guarda foi confiado o pavilhão real português. Cercado, sob uma floresta de espadas, defende-o desesperadamente quando um golpe certeiro lhe leva a mão direita. Segura-o com a esquerda, que outro golpe lhe corta. Toma-a então nos dentes e só a larga esmagado pelo número, esvaído em sangue. Fazem-no prisioneiro e, orgulhosos, exibem a nossa bandeira assim conquistada. O escudeiro Gonçalo Pires, com um pequeno núcleo de companheiros, atira-se, aceso em cólera, para o meio dos castelhanos e consegue reaver o disputadíssimo troféu.

Proezas belas, mas inúteis para modificar o desfecho. Até o fim o Rei de Portugal será o primeiro na luta e no heroísmo. Ao ver que nada mais pode tentar, procura gloriosa morte. Dissuadem-no alguns familiares e com eles se encaminha, por entre a sombra já densa, rumo ao castelo fiel de Castronuño.

O Príncipe Dom João, vencedor por seu lado, coloca-se numa eminência e daí ordena que toquem trombetas e acendam fogueiras. Chama a si os tresmalhados, afirma virilmente o propósito de retomar a pugna. O inimigo, prudente, receoso, prefere retirar-se a coberto da treva. Quando rompe a manhã está Dom João só no campo. Todos fugiram : amigos e adversários. Quem vence ? Ele, afinal. Triunfo incerto, dúbio, visto que Dom Afonso desapareceu como se vencido fosse. E, melancólico, desapontado, retrocede o Príncipe a abrigar-se em Toro.

Perdeu-se a causa da *Beltraneja.* Isabel e Fernando têm a suprema habilidade de festejar retumbantemente a « vitória » em Toledo — celebrada como reparação de Aljubarrota.

O que triunfa, em última análise, é a tenacidade, a intransigência nacionalista de Dona Isabel — que neste lance personifica a vontade de Castela, vontade de se eximir à soberania estranha, como em 1383-85 o Mestre de Avis e Nuno Álvares personificaram idêntica vontade de Portugal. Melhor : o que triunfa é a própria natureza das coisas, oposta à unificação da Península.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Desde então o *Africano* erra como espectro de ambições malogradas, de ilusões perdidas. Porque teima na desforra e se não resigna a aceitar o triste destino, ainda vai a França, com a ingénua crença de mover Luís XI a prestar-lhe auxílio eficaz. Na entrevista de Tours, em que o seu carácter franco e bravio o torna fácil joguete nas mãos do inteligente e astuto gaulês, combinam-se diligências — do nosso Rei junto de Carlos, o Temerário, Duque de Borgonha e de ambos junto do Papa Sisto IV, cuja dispensa é necessária para se efectuar o casamento de Dona Joana. Mas o Duque de Borgonha morre pouco depois num recontro junto a Nancy (1477) e a Santa Sé nega a dispensa. Nova conferência dos dois Soberanos em Arras. Luís XI furta-se, com palavras subtis e equívocas, a qualquer compromisso. Terminam assim as quimeras de Dom Afonso V; desgostoso, sem ânimo para voltar ao Reino, decide abdicar no filho e partir incógnito para Jerusalém, consagrar-se ao serviço de Cristo. Numa carta a Dom João exorta-o a tomar conta do governo.

Esta fuga dolorosa e romântica não chega a efectivar-se. Vão-lhe no encalço, persuadem-no a abandonar os seus projectos. Regressa, pois; tão amargurado, tão combalido, que nem quer receber das mãos do Príncipe as régias funções de que se despojou. Dom João, porém, recusa-se a guardar o poder e a aceitar que o pai se contente com o Senhorio do Algarve.

Quatro anos arrasta Dom Afonso a sua mágoa, deprimido, alheio, incapaz de se interessar por alguma coisa. Em 1481 convoca os Três Estados para lavrar definitivamente a abdicação. Está escrito que terá sempre de ver desfeitos os seus planos. Antes da abertura das Cortes a morte surpreende-o em Sintra e fecha por fim os olhos a 28 de Agosto.

*

Dom João II, logo aclamado em 1 de Setembro, tem vinte e seis anos, rara energia, espantosa força de vontade. Cedo o amadureceu uma experiência precoce e variada. As suas provas de combatente e de chefe foram dadas em Arzila, onde o pai o armou cavaleiro na

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

mesquita, junto ao cadáver ainda quente do heróico Marialva — e em Toro, onde ganhou, no sector que lhe entregaram, indiscutível êxito. Vai dar agora as suas provas de Rei : essas serão ainda mais extraordinárias.

Dom Afonso V deixa-lhe pesada herança. Tanto nas campanhas africanas como nas de Castela multiplicou dádivas aos nobres para os recompensar ou atrair. Quais os resultados ? Por um lado, empobrecimento do erário público ; por outro lado, excessiva opulência e, daí, excessiva arrogância dos fidalgos privilegiados. O estado das finanças é caótico, desastroso ; sofrem as classes pobres mil privações e opressões ; entre a nobreza muitos se mostram descontentes com as cláusulas da *Lei Mental* e apresentam claras tendências de rebeldia.

Tudo isto sabe Dom João. Nos anos em que exerceu o governo teve ensejo de observar homens e factos, guardou na memória os resultados das suas observações e meditações. Erguido ao trono, nada do que viu ou experimentou será perdido. Logo se certificam disso quantos assistem às primeiras Cortes do novo Soberano — reunidas em Évora a 12 de Novembro de 1481, dois meses e meio após a morte do *Africano*.

A essas Cortes trazem os povos queixas numerosas e amargas — sobretudo no que se refere à administração da justiça em terras de certos prelados e fidalgos ; à multiplicidade excessiva dos *coutos* ; aos abusos cometidos pelos nobres que lhes exigem tributos de toda a espécie, em moeda ou em género, e cruelmente os castigam quando se negam a tais extorsões. Outra vez os reguengos e vários direitos da Coroa andam usurpados. É urgente proceder com vigor, frente a uma aristocracia demasiado poderosa e corrompida, insubmissa perante o Trono, opressora dos humildes.

Dom João II não hesita em travar o duelo a que o chama o serviço flagrante do Interesse Nacional. Aceita e aprova a maioria das reclamações populares ; ordena um inquérito à legitimidade dos privilégios e doações, outro à administração da justiça nas terras de

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

determinados fidalgos. Isto, porém, — que aliás desagrada vivamente aos alvejados — ainda constitui só o ataque indirecto. O vencedor de Toro não se pode satisfazer com tão pouco.

Ao ataque directo serve de pretexto a questão levantada em torno da fórmula de menagem exigida pelo Rei dos senhores donatários. Protestam alguns contra essa fórmula, que acham vexatória para os seus brios. Mais alto que nenhum protesta o Duque de Bragança, D. Fernando. Sem se curvar, invoca os privilégios de que desfruta e manda busca a Vila Viçosa os títulos das suas doações. Enviado para tal fim, Lopo de Figueiredo encontra no cofre diversas cartas do Rei de Castela e as minutas das respostas do Duque. Logo as traz a Dom João II. Este fá-las copiar e dá ordem para que os originais voltem ao mesmo cofre.

Que prova essa correspondência ? Os receios do Duque de Bragança, que conhece a firmeza autoritária de Dom João e procura o apoio de Isabel e Fernando. Sugere-lhes o rapto da *Beltraneja* — convertida na « Excelente Senhora » e reclusa no Mosteiro das Claristas de Santarém, mas constante ameaça, apesar de tudo, para a tranquilidade dos Soberanos espanhóis. (É o momento de mudar as designações usadas até aqui — Castela, Leão, Aragão — para a de *Espanha*. Desde 1479, por morte do pai de Fernando de Aragão, está formado o Estado unitário, que engloba os antigos três Reinos independentes). Diz-se até que sugere o destronamento do próprio Dom João II, por golpe de Estado ou mesmo por assassínio.

O Duque de Bragança é uma das primeiras figuras do Reino — e porventura o maior Senhor da Península. Dispõe de quinhentas vilas, cidades e castelos, além de inumeráveis quintas. Tem um exército seu, de milhares de homens. Os irmãos — o Marquês de Montemor, Condestável ; o Conde de Faro e D. Álvaro de Bragança — são todos donos de grandes casas, ligados a senhoras das maiores famílias. Razões a mais para que o Rei se decida a abater, nesse adversário quase à sua altura, quase tão Soberano como ele, as veleidades dos conjurados contra o poder supremo da Coroa.

Durante mais de um ano conserva em segredo o que descobriu. Cauteloso, metódico, só quer proceder com plena segurança. Recolhe

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

ainda novos dados elucidativos, entre os quais as provas da cumplicidade do Marquês de Montemor, que também escreveu aos Reis Católicos a oferecer os seus préstimos.

Enfim, a 30 de Maio de 1483 o Duque é preso por ordem do Rei. Procede-se depois ao julgamento — como em França Luís XI fez, seis anos antes, com o Duque de Nemours. Averiguada a traição, o tribunal pronuncia a condenação à morte. Vê-se então um estranho espectáculo : Dom João II a chorar quando os juízes proferem a sentença ... O Duque de Bragança acaba degolado na praça de Évora, a 20 de Junho. Nos últimos momentos demonstra coragem modelar e fervor religioso. O país inteiro enche-se de temor e de espanto ao ver abatido o potentado. Nenhum exemplo podia ser mais impressionante — porque foi derrubada a cabeça mais alta. O Condestável também sofre condenação à morte ; escapa-se a tempo para fora do país. O Conde de Faro morre antes de o condenarem como aos irmãos. As penas incidem ùnicamente sobre a sua memória.

Nem assim os conspiradores desarmam. O jovem Duque de Viseu, irmão da Rainha, estava mais ou menos implicado nas manobras de D. Fernando de Bragança. Chama-o Dom João II ao Paço — exprobra-lhe diante de Dona Leonor o seu procedimento, acrescenta que lhe perdoa mas que fica feito o aviso. Inútil precaução. Em vez de reflectir no perigo deixa-se o Duque de Viseu arrastar a novas e mais graves imprudências. Toma a sucessão do decapitado de Évora à frente da conjura de palácio. Dela fazem parte D. Fernando e D. Garcia de Menezes, D. Guterre Coutinho, D. Pedro e D. Álvaro de Ataíde, D. Pero e D. Lopo de Albuquerque, os judeus Isaque e Yoce Abravanel. Desta vez o fim é matar o Soberano e pouco depois o Príncipe herdeiro que então conta nove anos. Será Rei o próprio Duque de Viseu — cuja acção talvez se explique pela febre acesa no seu espírito ambicioso ao antever tão desmedida possibilidade.

Corre já o ano de 1484. Dom João II não tarda a ser prevenido — quer por Diogo Tinoco, cuja irmã o ouviu a D. Garcia de Menezes, quer por D. Vasco Coutinho, irmão de D. Guterre. Espe-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

ram os inimigos que, vindo de Alcácer do Sal, desembarque em Setúbal ; devem assassiná-lo na praia, à saída do batel. O Rei, ciente de tudo, vem por terra e com forte escolta.

Chegado a Setúbal, onde se instala nas casas de Nuno da Cunha, manda chamar o Duque de Viseu a Palmela no dia seguinte, 28 de Agosto — três anos certos após o falecimento de Dom Afonso V. Entrevista curta : assistem D. Pedro de Eça, Diogo da Azambuja, Lopo Mendes do Rio. Cai o Duque varado a punhaladas. Pelo próprio Dom João ? Durante muito tempo é a versão aceita. Mas nas sentenças dos judeus Isaque e Yoce Abravanel declara o Soberano não ter sido o executante, embora o cunhado fosse apunhalado na sua presença.

Quanto aos outros cúmplices, sofrem castigo memorável : D. Garcia de Menezes, Bispo de Évora, lançado no fundo de uma cisterna, dura apenas quatro dias ; o irmão deste, D. Fernando, degolado na praça de Setúbal ; D. Guterre, encerrado na Torre de Avis, onde ràpidamente sucumbe ; D. Pedro de Ataíde, esquartejado em Setúbal ; Pero de Albuquerque, degolado em Montemor-o-Novo ; Fernão da Silveira, apunhalado em Avinhão pelo Conde de Palhares. Escapa ùnicamente o Conde de Penamacor que foge para Espanha e Itália e arrasta depois o seu exílio por diversos países. Acaba o duelo terrível com a vitória total do Monarca. Os chefes rebeldes perderam a vida e a fortuna. Sobre os seus despojos sangrentos ergue-se a autoridade régia, única, absoluta, intangível — que a Nação acata, dominada e unânime.

*

Para ninguém, talvez, como para Dom João II reinar é, na verdade, « duro ofício ». O conceito que tem da sua missão encerra-se, por certo, naquela fórmula de Oliveira Martins : o Rei « chave da abóbada nacional ». Chave da abóbada, quer dizer, centro eminente de força e de equilíbrio, para o qual convergem e no qual se encon-

*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

tram todas as linhas mestras do edifício. Mas note-se bem : esta expressão « chave da abóbada » ainda é precária, inadequada ; designa apenas um ponto morto, uma resultante por assim dizer geométrica, um fulcro inerte. O Rei é mais do que isso : suprema *personificação* do interesse comum e, como *pessoa*, ser activo, dinâmico — inteligência e vontade das quais dependem os destinos da Nação. É, ele próprio, a Nação incarnada. Tem de abranger largas perspectivas, de fazer frente aos maiores problemas — de transcender-se para cumprir. Por isso se liberta das cadeias que prendem os outros homens — cadeias de qualquer espécie, relativas à moral corrente ou ao sentimento natural. No seu entender, actos vedados ao comum tornam-se virtudes quando o Rei os pratica. Perante a conjura dos fidalgos, perante as execuções dos Duques de Bragança e de Viseu — sangra o coração do homem : vimo-lo expandir a sua dor nas lágrimas choradas durante o julgamento de Évora. O responsável pelo bem de todos não vacila, porém, desde que se trata de impedir a guerra civil, as intromissões espanholas, males maiores e de mais graves consequências. E o seu braço dá a morte — em nome da vida histórica da Pátria. Tal como o pastor forçado a abater as reses atacadas de peste a fim de preservar o rebanho do contágio.

Porque Dom João compreende e executa todos os deveres que lhe impõe a sua noção de Realeza, classificá-lo-ão de Soberano-modelo, mais segundo Lope de Vega do que segundo Maquiavelo : daí o cognome de *Princípe Perfeito*, recebido da posteridade ... Perfeito, pela energia com que defronta obstáculos e ciladas, pela ordem e minúcia com que se informa da marcha dos negócios públicos, pela inflexibilidade com que afirma o seu predomínio. Assegura, na *Miscellanea*, Garcia de Rezende :

« Tinha livros em que escrevia
serviços, merecimentos,
e nunca distribuia
sem ver a quem mais devia
e os mais justos e isentos ».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

« A todos egualmente fazya justiça » — insiste, no *Cancioneiro Geral*. E Diogo Brandão, ao lamentar-lhe o falecimento, reforça :

> « *Com lysongeiros mui pouco folguava*
> *eram os seus consselhos muy sãaos*
> *mostrava-se humano aos que eram meãos*
> *a grandiosos & vãos despreçava* ».

Julgam-no rude, insensível, desapiedado, esses « vãos e grandiosos » feridos nos seus privilégios, contidos nas suas ambições, esmagados na sua soberba. O povo, todavia, ama-o, como já amou o Justiceiro — porque o sente zeloso do bem geral, capaz de proceder com intransigência e violência em sua defesa. Rezende o confirma : « e desta ysençam que elle sempre quiz ter, o tinham por seco de condiçam os grandes e principaes, que muyto valiam, que dos outros e da gente meãa e dos povos foy grandemente amado e querido ». Cada vez mais a Coroa aparece como protectora dos humildes — instituição *demófila* por excelência. O povo olha com respeito e afecto a figura superior, providencial do Rei, que o garante e sustenta contra os abusos dos pequenos tiranos e vela sobre a sua existência de cada hora, à semelhança de pai solícito, omnipotente, omnipresente.

O carácter de Dom João II marca-se fundamente pela aproximação e combinação de dois pormenores que os biógrafos revelam. O primeiro é o seu costume de jogar sempre, na sesta, o xadrez — « por não dormir ». Nos processos meticulosos de governo, na precisão, lentidão e segurança dos cálculos, no extremo cuidado com que desloca as pedras do tabuleiro político ou diplomático — é bem o jogador de xadrez, cauto, reflexivo, dotado de « memória tam profunda que lo que una vez aprendia jamas lo olvidava », atento às incidências e às consequências. Jogador de xadrez — quando, antes de levar avante a sua acção contra Fernando de Bragança, trata de saber qual será a reacção dos Reis Católicos e quando, senhor das

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

provas decisivas da culpabilidade do Duque, espera dois anos para desmascarar as suas baterias e castigá-lo. Jogador de xadrez — em todas as negociações com Castela a propósito dos nossos direitos em África, sobretudo na fase culminante de Tordesilhas. Sempre jogador de xadrez, comandado pelo raciocínio, fleumático na conduta, rigoroso nas previsões, agora hesitante e prudente, logo brusco e resoluto ao sentir aproximar-se o xeque-mate. Nos meandros complexos das relações internas e externas do tempo, o Rei jogador de xadrez deve ganhar — e ganha — numerosas partidas.

Há que ver, todavia, a outra face do díptico, nestes períodos de Garcia de Rezende: «E em hũa boceta de que elle tinha a chave se achou depois da sua morte hum confessionario, e hũas deciprinas, e hum aspero cilicio, que muytas vezes trazia sobre a carne debaixo da camiza ...». Sofre o Rei dos actos tremendos a que o constrange a missão de árbitro do bem público. Sofre amargamente — tortura a carne miserável para através dela se punir e purificar. Quantas vezes afixará hierática máscara de juiz inexorável — com o cilício por baixo, a abrir na pele riscos de sangue! O seu ricto de dureza oculta porventura o esgar aflito do penitente voluntário... Flagrante imagem a que adopta para símbolo: o pelicano a sangrar, a tirar do próprio peito o alimento dos filhos: o Rei mortificado pelas esmagadoras exigências do «ofício duro», a disfarçar numa compostura hirta as suas fraquezas, as suas angústias humaníssimas! É bela a divisa escolhida: *Polla ley e polla grey.* Compromisso formidável: *polla ley* — ao serviço da justiça integral; *polla grey* — ao serviço da comunidade portuguesa. Entre a *ley* e a *grey* o Príncipe Perfeito vive retesado, dilacerado, como num madeiro de suplício. Sob as vestiduras, junto à carne, as pontas do cilício rasgam devagar — profundamente...

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

TORDESILHAS

À morte do Infante Dom Henrique sucede uma fase de esmorecimento das navegações. Portugal não tem mais de um escasso milhão de habitantes. Faltam-lhe recursos para desenvolver tão larga empresa. E as expedições de Dom Afonso V ao norte de África bastam para absorver todos os reforços e meios de que então dispomos.

Entre 1460 e 1470 os únicos factos a mencionar são o descobrimento das restantes ilhas de Cabo Verde — por iniciativa de Dom Fernando, sobrinho e herdeiro do Navegador — e a viagem de Pedro de Sintra, que dobra os Cabos da Varga e de Sagres, passa o Rio de São Vicente, o Cabo Leão, as Ilhas Selvagens, a Serra Leoa, o Cabo Roxo, os Rios da Palmas e dos Fumos, enfim, os Cabos do Monte e Mesurado e, dezasseis milhas além, o Bosque de Santa Maria. Apreciável avanço.

Dentro de nova orientação, mais prática, arrenda em 1469 Dom Afonso V os direitos do comércio da Costa da Guiné ao opulento negociante de Lisboa Fernão Gomes pela quantia de duzentos mil réis anuais, sob a condição de todos os anos descobrir cem léguas

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

de costa a partir da Serra Leoa. Só fica excluído o comércio da zona fronteira às ilhas de Cabo Verde, doado desde 1466 aos seus habitantes — e da região de Arguim, atribuído ao Príncipe Dom João. O sistema revela-se estimulante : dentro de pouco, Soeiro da Costa aproxima-se de Axen ; João de Santarém e Pedro de Escobar chegam à Mina ; Fernando Pó depara uma ilha que será baptizada com o seu nome ; Lopo Gonçalves vence a linha do Equador ; Rui de Sequeira, mais adiante, alcança o Cabo de Santa Catarina e no regresso encontra duas ilhas, a de São Tomé e a do Príncipe — assim chamada em homenagem ao Príncipe Real.

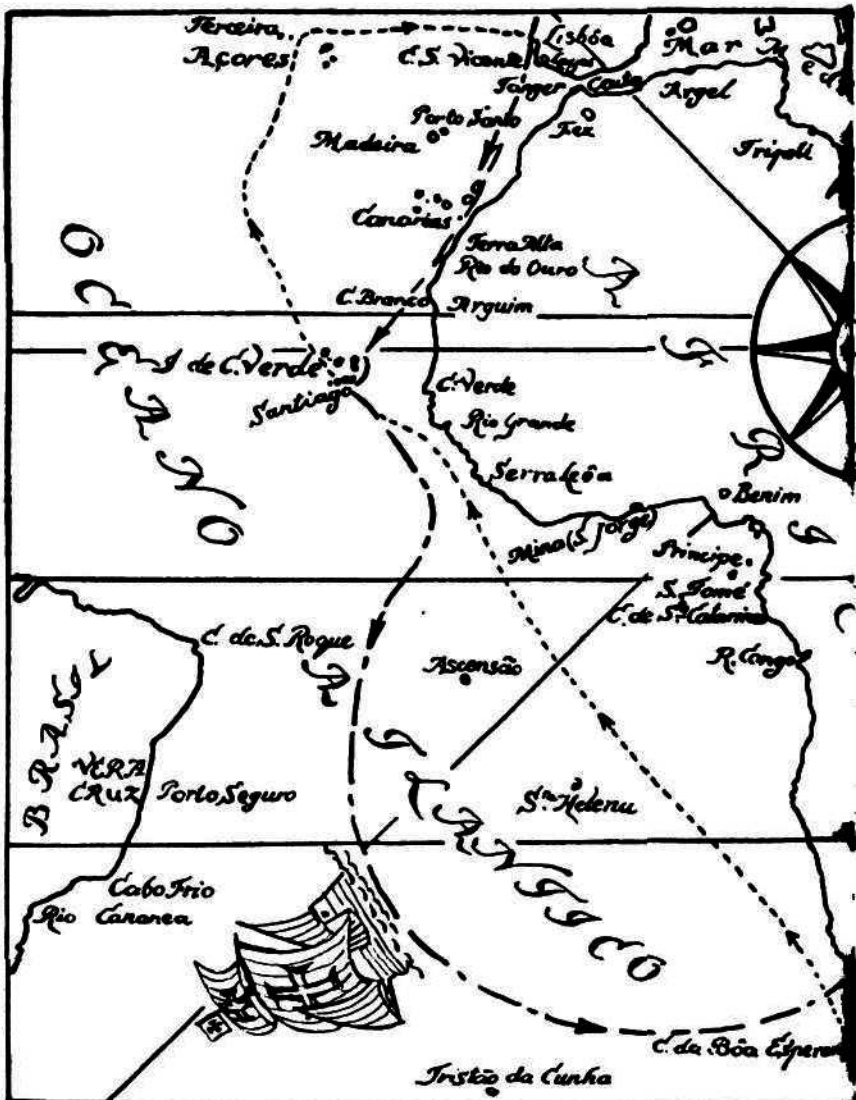
Deste modo se estende a revelação do contorno africano que hoje corresponde à Costa de Marfim, à Costa de Ouro, ao Daomé, à Nigéria, aos Camarões. Parece que na mesma época Dom Afonso V instiga Cristiano I da Dinamarca a mandar expedições às zonas árcticas ; na de Pining e Pothorst tomam parte João Vaz Corte Real e Álvaro Martins Homem — que se aventuram possìvelmente até à Gronelândia.

*

Desde o advento de Dom João II a obra ingente das navegações conhece progressos substanciais — porque de novo tem à sua frente um chefe. Há mesmo semelhanças de temperamento entre Dom Henrique e o Príncipe Perfeito : ambos voluntariosos e tenazes, metódicos, cheios de decisão, inflexíveis no desenrolar contínuo dos seus planos. Dom Afonso V, rescindido o contrato com Fernão Gomes, acaba por dar a seu filho a direcção suprema da Empresa das Navegações e do Descobrimento em 1474. Já o comércio da Guiné toma considerável incremento. O ouro, o marfim, os escravos, diversas especiarias, principiam a ser fontes de riqueza ; por isso a Coroa julga necessário tê-las na mão. É também urgente defender o nosso tráfico dos corsários espanhóis e flamengos mediante providências coordenadas sob uma direcção firme.

Com este intuito, uma vez erguido ao trono, resolve Dom João II construir uma fortaleza na Mina, centro principal de con-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY



As grandes navegações do tempo de Dom João II e de D

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

vergência de mercadorias ; servirá de baluarte do nosso domínio, de base de operações contra possíveis investidas e de sinal de prestígio que atraia as gente negras — bastante cordatas e submissas naquelas paragens. Constituir-se-á também, ao abrigo da fortaleza, um depósito de panos de seda, de lã, de linho, de outros objectos que devem ser trocados pelo ouro dos gentios.

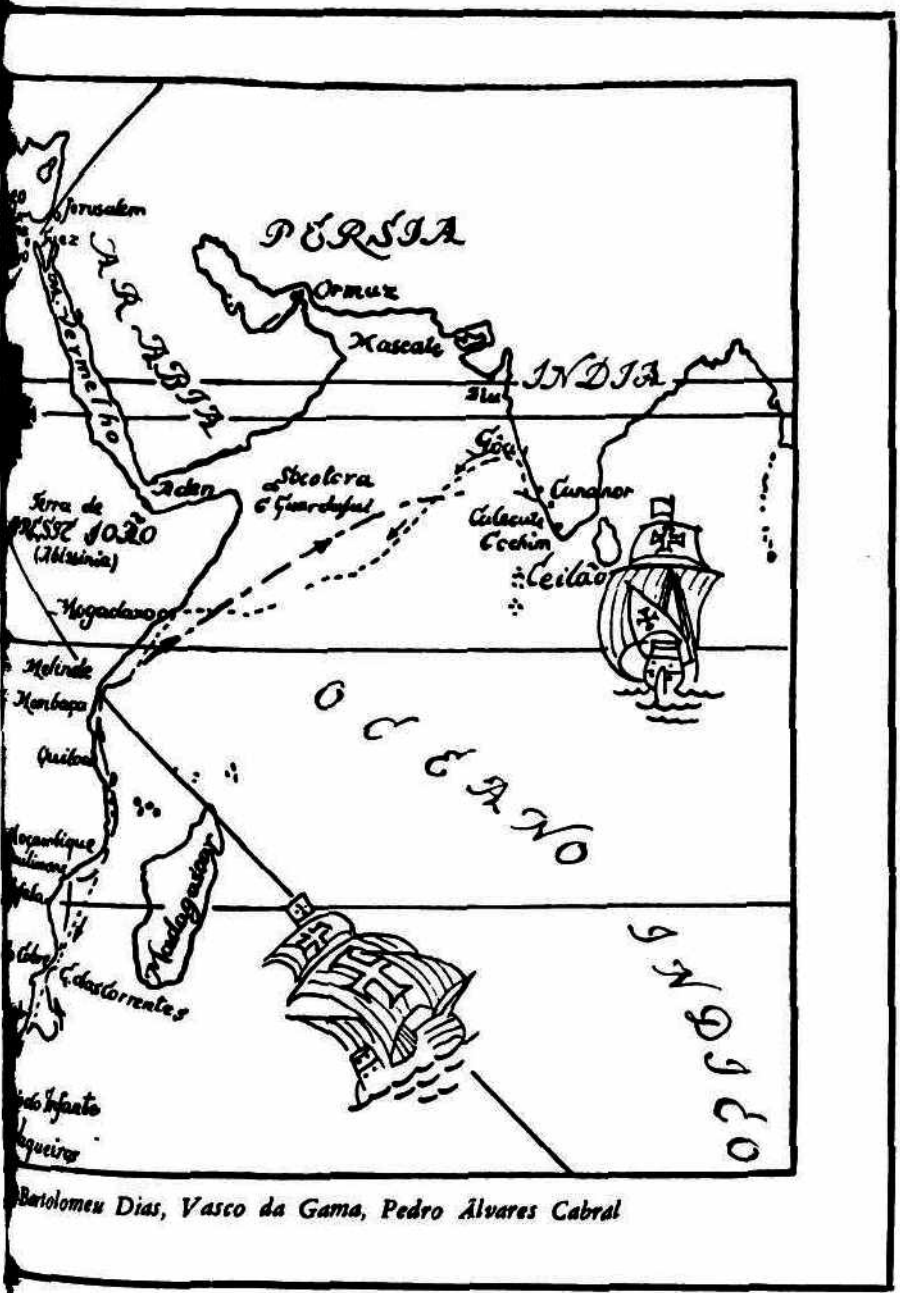
A fim de dar cumprimento a tal plano, sai com uma esquadra Diogo de Azambuja a 12 de Dezembro de 1481. Atingido o objectivo, escolhe para edificar a fortaleza uma eminência isolada e dominante. Para bem vincar o sentido espiritual que preside à viagem, faz armar o altar junto de uma grande árvore e celebra-se a 20 de Janeiro de 1482 a primeira missa.

Convence-se com presentes o Rei negro Caramança ; procede-se ao levantamento do forte que se intitulará mais tarde de São Jorge. Ao pé da árvore consagrada ergue-se uma igreja — também chamada de São Jorge — e todas as manhãs nela se oficia por alma do Infante Dom Henrique, numa significativa homenagem à memória do grande precursor.

Como salienta Rui de Pina, o Rei procura « realizar grandes e novos feitos : enquanto o corpo habitava o Reino para bem o governar, o espírito andava sempre por fora com vontade de o aumentar ». E acentua a sua excepcional competência em matéria de cosmografia e cartografia e o superior critério que revela ao constituir uma Junta de peritos da qual fazem parte, entre outros, os judeus José Vizinho e Abraão Zacuto.

Graças à poderosa conjugação de novos meios e ao génio disciplinador do Monarca vamos dar com efeito larguíssimos passos nos rumos abertos pelo grande Infante. Dom João II é ambicioso — por si e pelo Reino que quer prestigiado e engrandecido. Imensos são os projectos que alimenta. Se alguns se frustram mercê de incontestáveis azares, os que leva a termo bastam para ilustrar o seu nome entre os dos máximos obreiros da glória de Portugal, do alargamento da Fé e do Império aos remotos confins da Terra.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY



Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Parte em 1482 Diogo Cão, por mandado do Rei, a levar mais longe as descobertas. Dom João II recomenda-lhe que nos locais dignos de serem assinalados coloque, não já (como até então) simples inscrições nos troncos das árvores ou cruzes de madeira — mas autênticos, duradoiros *padrões de soberania.* Têm a forma de um cilindro sobre o qual pousa um cubo — e ao cimo deste uma cruz a atestar a fidelidade a Cristo. Nas diversas faces do cubo estão inscritas as armas de Portugal, as datas, os nomes do Rei e dos navegadores.

Diogo Cão ultrapassa o Cabo de Santa Catarina, deixa um dos seus padrões na embocadura de um largo rio que encontra — o Zaire ou Congo. Sobe rio acima e como lhe dizem haver ali um Soberano influente envia-lhe certo número de presentes destinados a captar-lhe as simpatias. A deputação não regressa no prazo combinado e Diogo Cão volta a Lisboa sem esse grupo de compatriotas. Traz a Dom João II alguns indígenas susceptíveis de prestar informações úteis ; faz-se de novo ao mar e vai em busca da deputação deixada entre os congoleses. Nenhum mal lhe sucedeu. Outros presentes, acompanhados de cordiais expressões, são remetidos ao Rei do Congo. Depois continua a sua derrota por duzentas léguas mais e erige três outros padrões : o que chama de Santo Agostinho, no Cabo de Santa Maria ; um no Cabo Negro ; um no Cabo da Serra.

Durante a viagem de retorno detém-se no Zaire, avista-se com o Rei do Congo, interna-se bastante na região. O caudilho negro dispensa-lhe afectuoso acolhimento : declara-se mesmo desejoso de estreitar o convívio com a gente portuguesa e de ser instruído nos preceitos da sua religião. Ao mesmo tempo, entrega a Diogo Cão, para seu amo, valiosa oferta de marfim e palma, assim como vários indígenas, entre eles um que veio antes a Portugal, designado por Caçuta. E faz-lhe um pedido edificante : que aos jovens africanos seja ensinada a doutrina cristã e depois os baptizem — para assim poderem levar a semente da nova fé quando restituídos à terra natal.

Desta maneira frutifica em resultados propícios à divulgação do Cristianismo a acção navegadora e descobridora dos Portugueses.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

A conquista do Oriente continua, porém, a excitar o espírito do Rei. O seu objectivo máximo é atingir essas misteriosas terras — e descobrir o Preste João.

Sucessivos emissários são enviados para o interior de África. Desenvolvem o comércio e procuram notícias sobre o caminho da Índia ; Rodrigo Reinel instala uma feitoria em Guaden ; Pedro de Évora e Gonsaleanes entram em relações com os régulos de Tucurol e Tombuctu ; despacham-se embaixadores a Mandimansa, Senhor de Mandinga e ao Rei dos Moses, que se supõe estar em contacto com o famoso Preste. Em 1486, um clarão : João Afonso Taveiro, que estabeleceu feitoria em Benim, chega a Lisboa, portador da primeira pimenta da Guiné e de novas importantes : a vinte luas de marcha para além da costa — diz — existe um potentado com o nome de Ogané que para o seu povo é, ao mesmo tempo, Monarca e Pontífice. Os delegados do Rei de Benim, que o visitaram, trouxeram dos seus domínios uma cruz ; não conseguiram vê-lo mas apenas beijar-lhe o pé que, em cerimonial estranho, lhes foi estendido detrás de um cortinado de seda. Logo corre ser Ogané o Preste João em pessoa. E a Junta dos cosmógrafos da Corte, segundo as indicações de João Afonso Taveiro, localiza-lhe os reinos na Etiópia. Já no tempo de Dom Afonso V haviam aparecido em Lisboa alguns abexins — e por eles se soubera que, se o seu Soberano se identificava com o Preste, não era muito rico nem cristão ortodoxo, mas cismático.

Animado por estas luzes que rompem de entre a névoa, Dom João II ordena que partam duas missões para onde vive Ogané. Ambas saem em 1487 : uma, chefiada por Pero da Covilhã e Afonso de Paiva, deve procurar a via mais curta, o Mediterrâneo ; outra, que tem à cabeça Bartolomeu Dias, seguirá para sul do litoral africano.

Os dois primeiros vão em Maio, por Valência, a Barcelona e ali embarcam para Itália. De Nápoles passam à Ilha de Rodes, onde

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

adquirem um carregamento de mel a fim de viajarem como mercadores. Tomada esta precaução, embarcam de novo para Alexandria. Atacam-nos as febres, chegam a correr perigo de morte e confiscam-lhes as mercadorias que levam. Depois de restabelecidos e de obtida precária indemnização, compram outros produtos com que possam comerciar e num pequeno veleiro singram até Aden. Aí se separam, de acordo com o plano traçado : Afonso de Paiva encaminha-se para a Etiópia ; Pero da Covilhã toma o navio conhecido por « nau de Meca » e um mês depois está em Cananor. Ainda nenhum português alcançou a Índia ; cabe-lhe o honroso destino de ser o primeiro — e talvez ignore então que é o arauto dos que vão dominar-lhe a vida comercial e marítima por mais de um século.

De Cananor transporta-se a Calecute, o maior centro mercantil do Oriente, onde carregam por hábito os navios de Aden e dos Estreitos que trazem para os países ocidentais valiosas especiarias : pimenta, canela, ruibarbo, cravo-da-índia, pedras preciosas. Vai em seguida Pero da Covilhã a Goa, a Ormuz — também centro importante de tráfico — e por fim a Sofala, na África Oriental. Regressa a Aden (Outubro de 1490) e atinge o Cairo, onde espera encontrar Afonso de Paiva ; ambos voltarão a Portugal com a missão cumprida. Triste notícia o aguarda : a da morte do seu companheiro. E andam à sua procura dois homens, José de Lamego e Abraão de Beja, mandados por Dom João II ; trazem-lhe ordem para tornar ao Reino, caso tenha chegado ao fim do seu percurso ; caso contrário, deverá impreterìvelmente avistar-se com o Preste João e levar Abraão a Ormuz. Escreve uma carta ao Soberano, que entrega a José de Lamego, com a narrativa de tudo quanto viu. As preciosas informações reunidas e condensadas nessa carta dão ao seu autor papel de primeiro plano — visto elucidarem, em todos os pormenores essenciais, acerca do objectivo máximo : o acesso ao Índico. Ainda, depois de confiar-lhe o notável documento, Pero da Covilhã acompanha a Ormuz Abraão — o qual, esclarecido sobre os pontos que interessam o Rei, vem directamente fazer o seu relatório a Lisboa.

Dirige-se então Covilhã a Jeda primeiro, depois a Meca, sob o aspecto de um romeiro, com alva túnica e o crânio rapado. Visita

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

baptizam « do Infante ». Voltam então para trás. E surge-lhes pela direita um cabo enorme que não tinham visto por haverem sido arrebatados pelo vento, naquelas jornadas de tempestade e incerteza. Como lembrança do muito que custou vencê-lo chama-lhe Bartolomeu Dias — Cabo das Tormentas. E aí levanta o padrão de São Filipe. Ao que sugere Ravenstein, tudo isto se passará em 1488.

No regresso — após um avanço de trezentas e cinquenta léguas e a dramática travessia da região extrema do sul de África — exulta Dom João II ante a proeza realizada. Enfim, dobrou-se a esquina do Continente Negro ! Para além, a grande meta dos seus sonhos : a desejada India.

Cabo das Tormentas ? Não. Essa é a legenda do passado. O Rei muda-lhe o nome para Cabo de Boa Esperança — legenda do futuro !

*

Outros rumos, no entanto, o solicitam — bruscamente abertos por circunstâncias propícias. Desde o estabelecimento da paz com a Espanha em 1479, pelo Tratado das Alcáçovas, entre Dom João e os Reis Católicos mantém-se um estado de desconfiança e de vigilância recíprocas. A « Excelente Senhora » continua em Portugal — ameaça permanente para Fernando e Isabel. Estes, falhadas as conjuras dos Duques de Bragança e de Viseu, vêem consolidar-se a situação do seu rival peninsular, firmada na unidade da Nação, no prestígio do Monarca, no amor dos vassalos. Pouco a pouco, a ideia da fusão das duas Coroas reaparece — por os Soberanos espanhóis terem apenas um descendente varão, de frágil saúde, que se presume não dure muito tempo. A grandiosa directriz imperialista e expansionista da política de Dom João II e da política de Fernando e Isabel postulam o fortalecimento das metrópoles. Já que a Espanha talvez não tenha um Rei para continuar a obra dos pais — resignam-se estes a vir buscá-lo a Portugal. Ajusta-se portanto o casamento do nosso Príncipe herdeiro Dom Afonso com a Infanta Isabel. Promessa da união ibérica sob o filho do Príncipe Perfeito. O vencedor de

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

ainda Medina, o Sinai, o convento cristão de Santa Catarina, onde ouve missa. Termina a sua viagem em 1493 na Abissínia, e não volta mais de lá. Muitos anos decorridos, em 1526, a Embaixada de D. Rodrigo de Lima dá notícias suas : é vivo e constituiu família. Tentou D. Rodrigo trazê-lo consigo ; debalde. Mas o Padre Francisco Álvares ouviu-lhe contar a sua aventurosa vida, de que fará um relato. E persiste a dúvida : Pero da Covilhã quedou-se entre os Etíopes como prisioneiro ou ficou de livre vontade na sua nova pátria africana ? Chega-se a admitir um fenómeno revelador daquela ânsia de evasão, de mudança de personalidade e de atmosfera que em certos lances da existência invade a alma inquieta de certos homens, os leva a cortar as próprias raízes — a recomeçar, longe delas, outro destino.

E Bartolomeu Dias ?

Não existe narrativa idónea e minuciosa da sua viagem. Supõe-se, no entanto, de acordo com algumas indicações do autor das *Décadas*, que navegue até o Zaire ; daí, para Angra do Salto e a enseada depois conhecida por Baía das Baleias. Continua, toca em Angra das Voltas e cerca de Angra Pequena coloca o padrão de São Tiago. Quer seguir sempre encostado a terra mas é arrastado pelo vento durante treze dias. Arrefece o ar, os marinheiros queixam-se. O mar vai agitado e perigoso. Quando atingem uma zona bonançosa, julgam-se ainda próximos da costa e tomam a direcção de leste. Mas os dias passam e a terra não aparece. Então Bartolomeu Dias manda singrar antes para norte. Eis que se lhes depara nova faixa de litoral e penetram numa larga baía onde muitos pastores guardam vacas, e por isso intitulam « dos Vaqueiros ». Prosseguem à vista do continente e alcançam outra enseada — a Angra da Roca. Erigem um padrão mais, no Ilhéu da Cruz. A tripulação protesta : as privações e as comoções sofridas esgotaram-lhe as forças. Murmuram os homens que já daquela viagem se colheu proveito suficiente. Pedem todos que se retroceda. Bartolomeu Dias consegue persuadi-los a avançar ainda. Chegam a um rio que

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Toro acabará por dar execução aos malogrados projectos de Dom Afonso V ?

A 23 de Novembro de 1490 celebra-se o matrimónio. Dá ensejo a festas extraordinárias em Sevilha, promovidas pelos Reis Católicos — e ainda mais faustosas em Évora, promovidas por Dom João. Para as rodear de majestade e de riqueza manda emissários comprar na Alemanha, na Inglaterra, na Flandres, tapeçarias, brocados, panos de Arrás, baixelas, faianças, sedas, pedrarias, lhamas de oiro e prata. Quer solenizar o acontecimento com inesquecível pompa.

Nesse momento deve-se julgar fadado Dom João II para cabeça do maior Império que o Mundo conheceu. Com trinta e cinco anos apenas, imagina a Península unida sob o ceptro do filho ; graças às informações combinadas de Pero da Covilhã e de Bartolomeu Dias, legìtimamente espera que, além do domínio da África, venham ter-lhe às mãos o da Índia e o de todo o Oriente. Formidáveis perspectivas ! Apogeu de uma existência excepcional — que daí por diante quase só colherá funestos e sucessivos desenganos !

O primeiro — e o maior : o estúpido acidente em que perde a vida Dom Afonso. Uma tarde, vai o Rei nadar ao Tejo, como de costume. O filho acompanha-o, mas em vez de nadar com ele põe-se a correr a cavalo, junto à margem, com D. João de Menezes. Há quem diga que uma criança passa de súbito diante do animal e o assusta. Essa criança terá sido um dos pequenos mas decisivos imponderáveis que fazem — ou desfazem — a História. Cai o cavalo desastrosamente e arrasta o cavaleiro. Inanimado, o Príncipe não volta mais a si. Antes que nasça o dia seguinte, morre. As quimeras imperiais de Dom João II assim se desvanecem, entre os muros nus da cabana de pescador onde foi conduzido, agonizante, o herdeiro das duas Coroas Peninsulares.

Toda a Família Real acorre, numa consternação, a assistir-lhe aos últimos momentos. A dor do Rei é sóbria e pungente. « Chegou ao Príncipe », descreve o Cronista, « beijouo na face, e para sempre lhe deitou sua benção, e tomou a Raynha e a Princesa pellas mãos,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

que as não podia desapegar delle, e com ellas se sahio fóra de casa, e deixou o filho em poder do confessor e doutros físicos d'alma e á porta virou El Rey atras e disse aos que na casa estavão : Aly vos fica o Príncipe meu filho : sem poder dizer mais palavra ». Avalia-se o estado de espírito do grande construtor que, além da sua normal amargura de pai, vê desmoronar-se num instante fatídico o edifício levantado com tanta persistência e engenho.

Agora — que lhe fica ? O outro Império — a África, o Oriente, todo o mundo por descobrir. É imenso ? É. E, de facto, Dom João absorve-se nesse exclusivo fito.

Novo problema lhe surge no caminho. De longe se registam tentativas de marinheiros nossos no sentido do Ocidente. Em 1484 doa o Rei ao madeirense Fernão Domingues do Arco « huma ilha que ora vay buscar ». Em 1486 faz o mesmo ao açoriano Fernão Dulmo e a João Afonso do Estreito quanto às ilhas que encontre após quarenta dias de viagem. Isto mostra como se presume a existência de territórios naquela direcção.

Bastantes anos atrás, por 1470, o genovês Cristóvão Colombo (há quem lhe atribua diversas nacionalidades, mas é a italiana a mais provável) principiou a navegar com os nossos marinheiros. Em 1474 domiciliou-se na Madeira e casou com Filipa Novais de Melo, filha do Capitão-mor de Porto Santo, Bartolomeu Perestrelo. Não só tomou conhecimento dos mapas e de diversos papéis deixados pelo sogro mas falou com outros homens do mar que de há muito se empenhavam na busca das terras ocidentais.

Em 1481 ou 1482 pede a Dom João II que lhe dê navios para ir à descoberta dessas terras. Mas exprime-se com tal prosápia e superficialidade que não inspira confiança. O Soberano aconselha-se com os seus mais competentes cartógrafos, astrónomos e cientistas ; pronunciam-se pela rejeição das propostas de Colombo. Tanto mais que o genovês põe condições inaceitáveis : quer tornar-se nobre, subir ao posto de Almirante, ser nomeado Vice-Rei das regiões que descubra, fruir um décimo dos lucros da sua exploração. Muito bem

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

se compreende que o Monarca se negue a satisfazer-lhe as exigências. Acha inadmissível conceder tais poderes e benefícios a um estrangeiro suspeito e sabe que tem ao seu serviço navegadores experimentados e audaciosos (como Duarte Pacheco e Bartolomeu Dias) para levar a bom termo igual cometimento sem cláusulas que desfalquem a soberania e o tesouro públicos. Justifica-se, pois, a recusa oposta às pretensões de Colombo — que, além disso, não apresenta fundamentos sérios para a empresa em projecto, embora exiba uma certeza prodigiosa em si próprio.

Obstinado, o aventuroso genovês desloca-se a Espanha em 1484. Também aí os Reis Católicos não lhe querem dar ouvidos. Dirige-se a Henrique VII de Inglaterra, com o mesmo inêxito. E também a Carlos VIII da França. Volta a Espanha em 1486 sem nada se resolver ainda. Dois anos passados há presunções de que tenha estado em Lisboa. De qualquer forma, como se acaba o domínio árabe na Península com a queda de Granada (a 2 de Janeiro de 1492), Fernando e Isabel, desanuviados da campanha do sul, resolvem empreender finalmente o que propõe Colombo. A sua partida efectua-se a 3 de Agosto do mesmo ano. Meses depois, a fortuna ajuda-o e toca um novo continente : a América. Julga, aliás, ter atingido a Ásia pelo ocidente.

Quando volta e pára em Lisboa, Dom João II — no fundo, por certo, desgostoso ao ver escapar-lhe, em proveito dos Monarcas espanhóis, o Novo Mundo — dissimula os seus ressentimentos e acolhe-o cordialmente. Pouco depois, convencido de que a descoberta se encontra dentro da área que nos pertence, determina que uma esquadra comandada por D. Francisco de Almeida vá reconhecer os territórios americanos e afirmar os direitos portugueses. Tal notícia alarma os Reis Católicos, que negoceiam para evitar a expedição. A tensão peninsular ameaça transformar-se em guerra aberta. Pela Bula de 3 de Maio de 1493 — expedida em Junho e antedatada, como o demonstrou Van der Linden — o Papa Alexandre VI, de origem aragonesa e devedor de grandes benefícios a Fernando o Católico, dá à Espanha todas as terras descobertas, ou a descobrir, para ocidente, em direcção à Índia. Colombo acha isto insuficiente, reclama

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

novas concessões e os Reis espanhóis obtêm, pela Bula *Inter Caetera* — também antedatada de 4 de Maio, embora expedida em Julho — consideráveis vantagens : as terras dadas não são apenas as descobertas para ocidente, mas também para sul, em qualquer direcção. E a Bula ordena que se trace uma linha de demarcação, do Pólo Árctico ao Antárctico, a oeste da qual tudo pertencerá à Espanha ; essa linha passa a cem léguas para poente e sul dos Açores e Cabo Verde. Outra Bula, a *Dudum Siquidem,* de 26 de Setembro, agrava a situação, pois suprime as doações anteriores a favor dos Portugueses (nas Bulas de Nicolau V, em 1454 ; Calisto III, em 1455 ; Sisto IV, em 1481) e assenta o princípio de que só a posse efectiva torna válido o domínio sobre os territórios.

Claro que o Rei de Portugal não pode tolerar esbulho tão claro e monstruoso. Seria anular grande parte dos esforços que há perto de um século marcam um dos aspectos fundamentais da actividade nacional. Após ter apresentado veemente protesto em Roma, prepara-se para o único recurso que as circunstâncias lhe deixam : a luta pelas armas com o país vizinho.

Não desejam, porém, travá-la os Reis Católicos. Ante a vigorosa atitude de Dom João prestam-se a negociar em bases mais razoáveis. Dessa vez a nossa embaixada a Espanha consegue resultados positivos : a linha entre os dois pólos já não passará a cem léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde — mas a trezentas e setenta léguas. Assim conservamos o verdadeiro caminho da Índia e mesmo no Continente Novo abarcamos vastíssima zona. Grande triunfo para Dom João II — que, uma vez mais incomparável jogador de xadrez, coloca as pedras tanto em Roma como em Tordesilhas e suborna até alguns dos membros do Conselho Régio de Espanha.

O Tratado de Tordesilhas (7 de Junho de 1494), assinado em Arevalo a 2 de Julho — marca um momento culminante da glória de Portugal, que reparte ao meio com a Espanha o mundo conhecido, ou a conhecer. Estranha fatalidade, no entanto, condena Dom João II a sofrer a tortura angustiosa de Tântalo. Quando a unidade peninsular lhe está quase ao alcance da mão (se ela se faz, nem a divisória de Tordesilhas será necessária !) — o desastre

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

fatal de Santarém dissipa-lhe a miragem, ao roubar-lhe o único filho. Quando as estipulações de 1494 (nunca integralmente cumpridas, mas que definem com energia a firmeza na defesa dos nossos direitos) lhe asseguram livre expansão em direcção à Índia — escapa-lhe também o Império do Oriente, porque morre em 1495, aos quarenta anos, hóspede de Álvaro de Ataíde, em Alvor, na tarde de 25 de Outubro.

A partida de xadrez suspende-se antes de chegar ao fim. Vai ganhá-la depressa o sucessor do Príncipe Perfeito — mas graças ao jogo magistral, genial, de Dom João II.

*

São edificantes os últimos momentos. Ergue-se o Rei penitente, o que traz o cilício junto à carne. Privado da companhia da Rainha Dona Leonor e do bastardo D. Jorge, que se acham longe, acaba entre alguns prelados e fidalgos seus familiares. Ao Bispo do Algarve, que sabe mau cumpridor dos deveres clericais, faz um pedido solene: — « Por amor de mim, vivei d'aqui adiante bem e a serviço de Deus, e dai-me vossa fé de o fazerdes assi ». E o Bispo lha dá e ele lhe toma a mão de o cumprir — acrescenta o Cronista.

Ensaiam os amigos palavras de conforto. O Rei, num ataque de choro, atalha: — « Não me conforteis, que eu fui tão máo bicho que nunca me acenaram que não mordesse ... ». Como o tratam por Alteza, protesta: — « Não me chameis Alteza, que não sou senão um saco de terra e de bichos ».

Na hora derradeira, o Soberano absoluto, o severo e inflexível juiz, o sonhador de impérios, refugia-se nas altas paragens da inteira humildade, contempla, já próximo, o seu radioso Senhor e Criador: ante a Divina Majestade curva a fronte dolorosa, revela a alma contrita. Enche-o a noção profunda do bem e do mal, do sentido total dos destinos e das responsabilidades, da miséria do homem — « saco de terra e de bichos » — frente ao esplendor puríssimo de Deus. Francisco da Cunha, da Ilha Terceira, pede-lhe derradeira mercê — pelas Cinco Chagas. Exânime, num sorriso, o Rei

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

concede-lha e diz: — « Já posso agora isto descobrir: nunca em minha vida me pediram cousa à honra das Cinco Chagas que a não fizesse ».

Depois quer saber em que ponto está a maré e anuncia: — « Daqui a duas horas me finarei ». Tomam-no violentos soluços; sente na boca terrível amargor, e queixa-se aflito. Do lado, observa-lhe o Bispo de Coimbra: — « Senhor, lembre-vos o vinagre azedo que deram a beber a Nosso Senhor Jesus Cristo estando na Cruz, e não vos amargará a boca ». E Dom João, num transporte beatífico: — « Oh Bispo, quanto vos agradeço isso, porque só esse passo da Paixão me esquecia! » ...

Entra logo a seguir na agonia, entre orações e expressões de fé. As palavras de despedida são de quem se entrega a Cristo por completo — se olha em Cristo como num espelho, a reviver jubiloso os passos do Gólgota. Nunca tanto como nessa hora merece Dom João ser chamado com justiça (segundo Lope de Vega, repita-se, mais do que segundo Maquiavelo) — o Príncipe Perfeito.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

NOVOS MUNDOS AO MUNDO

GERALMENTE se diz : Dom Manuel I — o Venturoso. E com razão. Porque o seu reinado marca o apogeu da grandeza de Portugal. Até então, subimos sempre — desde os alvores da nacionalidade, quando Dom Henrique de Borgonha procurava libertar-nos da suserania de Leão. Subimos sempre : na luta contra os Islamitas para chegar ao Portugal completo de Afonso III, na incessante e triunfal resistência contra as veleidades absorventes de Castela. As conquistas em África, depois as navegações ao longo do Continente Negro, deram-nos riqueza, poder de expansão, promessas de Império. Com Dom Manuel se colhem todos os frutos — magníficos frutos ! — do esforço acumulado pelos sucessivos Monarcas e pelas sucessivas gerações. E vamos ter algumas décadas — quase um século — de alto esplendor.

Dom Manuel — o Venturoso. Inicialmente é muito contestável que o seja. Ascende ao trono por uma série de coincidências impressionantes. A primeira, a morte do Príncipe Real em Santarém : fica Dom João II sem herdeiro legítimo, já que Dom Jorge, produto dos seus clandestinos amores com Dona Ana de Mendonça, não

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

passa de um bastardo. Tem de se recorrer, pois, ao ramo do Infante Dom Fernando, irmão de Dom Afonso V — que, além da Rainha Dona Leonor e das Infantas Dona Isabel e Dona Catarina, teve seis filhos. Mas Dom João, Dom Duarte, Dom Dinis e Dom Simão extinguiram-se na infância ou em plena mocidade ; Dom Diogo, o imprudente Duque de Viseu, foi executado em Setúbal ; um só fica, portanto : Dom Manuel, Duque de Beja. E compreende-se a reflexão de Damião de Góis : « Nom por certo foi sem causa premitir Deos que viesse ha herança destes Regnos a este felicissimo Rei per falecimento de oito pessoas, que legitimamente ho herdarão se viverão ... senão pera per sua mão, quomo per instrumento a elle acepto, obrar as cousas que em ho tempo do seu regnado acontecerão ... ». Efectivamente, a eliminação de tantos concorrentes ao trono dir-se-á resultado de escolha misteriosa da Providência, que decide pousar a Coroa sobre a fronte do jovem Duque de Beja pelo mais imprevisto concurso de circunstâncias.

Honrosa mas pesadíssima herança, a do Príncipe Perfeito ! Dele recebe Dom Manuel o encargo de continuar uma grande política — feita ao mesmo tempo de energia, de lucidez, de prudência quando as dificuldades a aconselhem, de rasgo audacioso sempre que oportunidades favoráveis se apresentem. Trata-se de estender a nossa acção e o nosso domínio às mais distantes paragens. O emblema que Dom João II deu ao seu sucessor equivale a um programa e a uma ordem : a esfera armilar ...

Sabe Dom Manuel tornar-se digno desse apelo. Logo após a aclamação reúne o Conselho (Dezembro de 1495) em Montemor-o-Novo — para o consultar acerca do prosseguimento da empresa de África e do Oriente. Ali reaparecem os defensores da *tese do siso*. Acham preferível que se não vá mais adiante : alegam que assim evitaremos ser demasiado invejados « de todolos Reis e respublicas da Europa, e assi do Soldam de Babylonia, e dos mesmos Reis e senhores da Índia de que se haviam de seguir grandes trabalhos e despezas a estes Regnos » ; parece-lhes bastante o senhorio do tráfico da Guiné e das outras zonas já exploradas da costa africana. Enfim : o seu voto consiste em suspender a marcha, em reduzir-nos

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

à pacífica e modesta fruição do que até à morte de Dom João II se obteve. Outros conselheiros opinam em sentido contrário. Querem alargar os descobrimentos e conquistas, dar seguimento ao plano grandioso do Príncipe Perfeito — atingir a Índia longínqua, seu alvo supremo. E Dom Manuel imediatamente se lhes põe ao lado. Intérprete clarividente do Interesse Nacional e dos vibrantes impulsos que latejam no ânimo da grei, não pode deixar em meio a jornada imperial que os seus maiores iniciaram. A continuidade de um desígnio que se esboça desde o começo da dinastia e alcança já tão belos êxitos afirma-se na consciência do Monarca.

*

Levam mais de um ano os preparativos — aliás principiados há muito. Já Dom João II — conta o autor das *Décadas* — « depois que Bartholomeu Dias veio do descobrimento do Cabo de Boa Esperança, tinha mandado cortar a madeira pera os nauios de esta viagem ». Dom Manuel « mandou ao mesmo Bartholomeu Dias que teuesse cuidado de os mandar acabar, segundo elle sabia q̃ cõuinhão pera sofrer a furia dos mares d'aquelle grão Cabo de Boa Esperança, que na opinião dos mareantes começaua a crear outra fabula de perigos, como antigamente fora a do Cabo Bojador ... ».

O comando da armada — por morte de Estêvão da Gama, a quem o destinava Dom João II — é entregue a seu filho Vasco da Gama, experimentado em acções navais e que possui a confiança do Rei. A missão será também diplomática : estabelecer contactos e relações com os Soberanos índios. Compõe-se a esquadra apenas de quatro barcos : a nau capitana *São Gabriel*, cujo comando o próprio Gama assume, leva como piloto Pero de Alenquer ; a *São Rafael*, é comandada por Paulo da Gama e pilotada por João de Coimbra ; a *Berrio* tem Nicolau Coelho por capitão e Pedro Escobar ao leme ; enfim um navio de transporte.

Vasco da Gama dispõe de cartas marítimas e tratados de navegação fornecidos pelo notável Bispo de Tânger D. Diogo Ortiz e de instrumentos náuticos que lhe deu Abraão Zacuto. Na tripula-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

ção contam-se alguns dos bravos companheiros de Bartolomeu Dias. Os efectivos não ultrapassam cento e setenta homens.

Antes de partir despede-se o Almirante do Rei, então em Montemor. Declara Dom Manuel os dois objectivos que presidem à expedição: a propagação da Fé e o comércio oriental. Ajoelhado, toma Vasco da Gama nas mãos o estandarte de seda branca onde a Cruz de Cristo sangra; jura levá-lo e honrá-lo sobre todos os perigos. Entregam-lhe depois credenciais para o Preste João (sempre o mito fecundo!) e para o Rei de Calecute. A 8 de Julho de 1497 saem os expedicionários, depois de terem passado a última noite em vigília na Capela de Nossa Senhora de Belém. Pela manhã ouvem missa e, em estado de graça, formam procissão até o Tejo, com círios acesos nas mãos, entre cânticos religiosos que o povo acompanha, em coro. À largada, vozes se erguem, da multidão comovida, a entregar a Deus as vidas dos que partem. É sob a protecção de Deus, sem dúvida, que os novos cruzados — cruzados do mar — se preparam a afrontar os enigmas e os riscos da distância.

A 15 de Julho ultrapassam as Canárias e no outro dia a Terra Alta. O nevoeiro extravia-os e só se reúnem junto das ilhas de Cabo Verde, a 26. A 3 de Agosto continuam. Uma tempestade quebra à *São Gabriel* a verga maior e isto causa ligeiro atraso. No intuito de se furtarem aos ventos contrários do Golfo da Guiné dirigem-se para sudoeste, embrenham-se no vasto oceano e descrevem ampla trajectória circular, que terminará no Cabo. Assim vão durante três meses, na monotonia da mesma paisagem de vagas e de nuvens. Finalmente, a 4 de Novembro avista-se terra. Jubilosos, envergam os trajos de festa e embandeiram os barcos. Mas ninguém os informa donde foram parar. Nova tirada — e passam uma vasta praia que chamam de Santa Helena. A 16 singram para o Cabo. Enxergam-no a 18 mas só o dobram a 22, tal a bravura do vento. A 25 lançam âncora na Baía dos Vaqueiros — onde, por encontrarem os indígenas acolhedores, se demoram quase duas semanas em trocas de presentes e em diversos folguedos; o episódio termina mal e torna-se necessário o estrondo de duas bombardas para nos impor ao respeito dos selvagens. A 8 de Dezembro fazem-se ao largo, atra-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

vessam violentas intempéries. Uma semana ainda e aparece o Rio do Infante — lugar extremo alcançado por Bartolomeu Dias. Seguem depois, em luta com correntes contrárias e a 25 apresenta-se-lhes nova zona de costa que em homenagem à data baptizam de «Natal». Mas não podem ficar: têm de avançar sempre. A 11 de Janeiro de 1498 — agora encostados ao litoral — tocam num pequeno estuário onde lhes é feita boa recepção, tão boa que à terra dão o nome expressivo de Terra da Boa Gente e ao rio, por haver muito cobre na região, o de Rio do Cobre. Vencem depois o Cabo das Correntes. A 25 estão próximos de Quelimane, no Rio dos Bons Sinais, já em plena zona da África Oriental, caracterizada por mais alto grau de civilização. Algumas trocas com os mercadores; deixam um padrão — o de São Rafael — e a 2 de Março ei-los em frente de Moçambique. Ali lhes dão notícias surpreendentes: quatro das naves vêm repletas de ouro, prata, jóias, especiarias; há perto regiões tão ricas que nem se torna necessário comprar as pedras preciosas — basta encher cabazes delas; enfim, o Preste João habita no interior, mas são suas numerosas cidades da costa. O Sultão de Moçambique visita a bordo o nosso Almirante e põe-lhe imediatamente às ordens os dois pilotos que este lhe solicita.

Outra vez tornam para o mar. A 10 de Março tocam na Ilha de São Jorge; colocam um padrão, ouvem missa, recebem alguns a Santa Eucaristia. Registam-se diversos incidentes com os indígenas que, ao reconhecê-los por cristãos, levantam dificuldades e ciladas. Um dos pilotos mouros sofre castigo e para se vingar presta informações erróneas. Apesar disto fundeiam a 7 de Abril em Mombaça. Aí, mais incidentes e tentativas hostis: de noite, um bando armado pretende assaltar a nau capitana; busca-se atrair a esquadra para junto de terra a fim de a tomar à abordagem; grupos de mouros rondam nas trevas a *Berrio*, com o intuito, felizmente gorado, de lhe cortar as amarras. Evitadas ou dominadas as armadilhas, prossegue a viagem até Melinde, atingida a 14 de Abril — Melinde, alva e alegre na sua casaria branca a pespontar a baía larga. A linda cidade ri-se para os nossos marinheiros que são excelentemente rece-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

e a *Bérrio* são arrastadas pelos fortes ventos e Nicolau Coelho, que supõe o Almirante à sua frente, vem fundear a 10 de Julho no Tejo. Mas Vasco da Gama teve de se desviar para os Açores porque seu irmão Paulo caiu gravemente doente — e acabou por falecer na Ilha Terceira, o que vem amargurar o lance final da grande viagem, tão próxima já do termo.

Só a 9 de Setembro se apresenta à vista de Lisboa e entra solenemente na capital nove dias mais tarde. O Rei dispensa-lhe recepção grandiosa e ordena que as festas se alarguem a todo o país. Ao mesmo tempo presta as maiores homenagens a Vasco da Gama e recompensa-o com uma renda anual, avultada para o tempo (trezentos mil réis), o título de Almirante da Índia e o tratamento de *Dom* que, além da citada renda, se estenderá a todos os seus descendentes.

Nada é demais. O que Vasco da Gama fez representa uma das maiores vitórias da coragem pessoal, do espírito científico, do fervor patriótico dos homens. Descoberto o caminho para a Índia através do oceano, está ameaçado de flanco o domínio do Mar Vermelho pelos Arábes. Tanto o poderio egípcio como o Império turco de Constantinopla vêem cerceadas as possibilidades expansionistas para Oriente. Veneza, centro opulento do comércio europeu, tem a hegemonia comprometida em favor dos portos flamengos de Antuérpia e Bruges — em favor sobretudo de Lisboa, já que o eixo das relações marítimas se muda do Mediterrâneo para o Atlântico. Os barcos de Vasco da Gama transportam amostras de algumas das mil pedras preciosas da Índia, assim como especiarias valiosas: pimenta, canela, gengibre, cravo, noz-moscada.

Noutro plano — o mais alto — acaba de ser dado um grande passo ao serviço de Deus. Cria-se nova frente contra o Islamita, atingido na raiz dos seus interesses e da sua prosperidade. Em Julho de 1499, após a chegada de Nicolau Coelho, escreve Dom Manuel aos Reis Católicos a informá-los jubilosamente de tudo isto — e em Agosto ao Papa, a solicitar que lhe sejam confirmadas as Bulas pelas quais a Coroa portuguesa é investida do poder sobre as terras des-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

cobertas de novo. A Santa Sé deve, com efeito, atribuir excepcionais privilégios a uma Nação que tão longe leva, nas velas dos seus barcos, o sinal de Cristo — o exemplo e a sementeira da Fé.

*

Não cessam os Portugueses, no entanto, de dar novos mundos ao Mundo. A 9 de Março de 1500 — seis meses corridos sobre a vinda do Gama — já uma importante armada constituída por treze unidades, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, segue caminho da Índia, para ali firmar e consolidar o nosso domínio. Há fortes presunções de que outro objectivo de vulto lhe foi marcado: o de se dirigir ao território do Brasil e nele fazer demonstração significativa — para assim tornar público o seu descobrimento pelos navios do Rei de Portugal.

A lenda da tempestade que por acaso impeliria Cabral até à América do Sul depois de lhe fazer perder o rumo do Cabo é, com efeito, pouco crível. Inutilizam-na dados positivos e dados negativos: o empenho manifesto e insistente de Dom João II em obter que a linha divisória do Tratado de Tordesilhas passe trezentas e setenta léguas a oeste de Cabo Verde e não cem léguas apenas — de tal sorte que essa deslocação *nos atribui em grande parte a zona brasileira* (isto coincide com a suposição do inglês Roberto Thorne, que situa o descobrimento do Brasil anteriormente a 1491); o envio de Duarte Pacheco Pereira por Dom Manuel em 1498 (segundo narra o *Esmeraldo de Situ Orbis*) na direcção do extremo ocidente, «pasando alem ha grandeza do mar oceano, onde he hachada e navegada hũa tão grande terra firme...»; o que diz Mestre João de Menelau sobre o mapamundi que possui Pero Vaz, o Bisagudo, em que a nova terra aparece já localizada; acima de tudo, os relatos objectivos e minuciosos de Pero Vaz de Caminha e do Piloto anónimo — nos quais se vê que o encontro do Brasil não produz qualquer espanto ou surpresa, antes aparece como coisa prevista. Outro tanto dão a entender Castanheda e Damião de Góis.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

bidos, pois o Sultão vê neles a esperança de se poder livrar com o seu apoio da tirânica hegemonia do de Quíloa. Vem avistar-se numa embarcação com Vasco da Gama e passa revista à armada. Retribui o nosso Almirante a visita no dia seguinte e assiste a festejos que lhe consagram. Após nove dias de amena estadia soltam as velas a 24 de Abril, conduzidos por novo piloto — o hábil e experimentado Ahmad Ibn-Madjid, que Fernão Lopes de Castanheda designa por *Canaqua* e Damião de Góis por *Malemo Canaqua*, aportuguesamento dos vocábulos árabes « mestre navegador » e « astrólogo ». Por ele guiados, seguem Índico fora, rumo a Calecute.

Demora quase um mês a travessia. A 18 de Maio os Gates apontam no horizonte. E a 20 estão diante de Calecute, soberbo empório oriental. Um júbilo profundo, extraordinário, invade o Gama e os seus companheiros. Chegaram à Índia ! A bandeira de Cristo e de Portugal flutua no remoto Oriente. Convertem-se em esplêndida realidade os sonhos formidáveis do Infante Dom Henrique, de Dom João II, do grande Povo heróico e imperial cujo glorioso mandato traziam !

*

Não são felizes as negociações com o Samorim de Calecute, que procede sempre de má fé, instigado pelos traficantes árabes do Mar Vermelho. Estes, receosos da concorrência portuguesa, chamam-nos « piratas ». Conseguem mesmo fazer prender Vasco da Gama, que só pela sua energia e autoridade se impõe e retira indemne. Inútil, porém, demorar-se com tão diminuta força. Urge voltar ao Reino e trazer a Dom Manuel as notícias do que se passou. No regresso, a adversidade das correntes prolonga e dificulta a viagem. O escorbuto faz muitas vítimas entre os tripulantes. A 3 de Janeiro de 1499 descortinam a costa africana em Mogadaxe e a 7 aportam a Melinde. Como as equipagens estão reduzidas, sacrifica-se a *São Rafael* e distribuem-se os seus marinheiros pelas outras duas naus. A 1 de Fevereiro ainda param em Moçambique. Navegam até o Cabo, que dobram a 20 de Março. Mais longe a *São Gabriel*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Eis um feixe de elementos suficientes para levar a crer que Dom João — fiel à *política de segredo* que pratica sempre e aos cálculos prudentíssimos de jogador do xadrez diplomático — guarda para si durante largo período a notícia do descobrimento do Brasil para não alvoroçar os ciúmes perigosos da Espanha, para dar tempo a que a Índia seja atingida e para obter em Tordesilhas o reconhecimento oficial, pelos Reis Católicos, do direito à futura posse *pública* dos territórios já conhecidos na América do Sul.

Como quer que seja, a esquadra de Pedro Álvares sai a 9 de Março de 1500. Na manhã de 14 detém-se ao largo das Canárias. A 22 passa perto da Ilha de São Nicolau (Cabo Verde). No dia seguinte, embora o vento não sopre com especial violência, extravia-se um barco: o de Vasco Ataíde, diz Pero Vaz de Caminha; o de Luiz Pires, dizem João de Barros, Castanheda e o Piloto anónimo. Quase um mês depois, a 21 de Abril, depois de longo percurso na imensidade do Atlântico sem ver quaisquer margens, despontam primeiros sinais de terra: ervas compridas em abundância. Algumas horas mais de jornada e a 22, ainda cedo, divisam-se pássaros a esvoaçar na lonjura. Ao fim da tarde a terra firme já cresce ante os olhos dos navegadores: um sistema de montanhas em anfiteatro emoldura praia extensa e rasa onde há basto arvoredo. À elevação maior chama Pedro Álvares Monte Pascoal; à terra chama Vera Cruz. Desaparece o sol; quedam-se a certa distância do porto. Na manhã de 23 rumam para a costa. Já perto, distinguem alguns homens e Nicolau Coelho vai num batel, em serviço de explorador. Os indígenas, inteiramente desnudos e ostentando arcos e setas, longe de se atemorizarem vêm-lhe ao encontro. O português indica-lhes com gestos que não façam uso das armas, ao que logo acedem. Tenta depois chegar até eles, mas a rebentação das ondas não o permite. Apenas trocam pitorescos presentes: três barretes oferecidos por Nicolau Coelho; um toucado de penas e umas contas brancas oferecidas pelos indígenas.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

eles o de Bartolomeu Dias, vencedor do tormentoso Cabo, que o mar engole nessa mesma zona perigosíssima, como por sinistra vingança.

Só a 16 de Julho chegam a Sofala, reduzidos a seis barcos desmantelados pela tremenda batalha contra as furiosas ventanias. Reparam os destroços pelo caminho — em Moçambique durante seis dias, na ilha de Angediva durante duas semanas, após haverem tocado em Quíloa e Melinde. Calecute é apenas alcançada a 13 de Setembro.

Aí diligencia Cabral reatar negociações — levar a bom termo o que Vasco da Gama não pôde efectivar. Mas o Samorim é o mesmo ; são os mesmos os péssimos conselheiros. Movidos por intrigas suas, os nossos cometem a imprudência de se apossar de uma nau carregada de mantimentos e fundeada no porto. Disto resultam a hostilidade do povo e o assassínio de Aires Correia e de outros portugueses que haviam desembarcado e aberto um estabelecimento para o comércio da pimenta. A reacção de Pedro Álvares não se faz esperar, constitui duro castigo para os sanguinários díscolos : quinze barcos incendiados e um severo bombardeamento da cidade, onde se amontoam destroços.

Os Reis de Cochim e Cananor recebem-no com maior cordialidade — talvez pelo seu ódio ao Samorim ou por temerem as represálias dos portugueses caso se lhes mostrem adversos. Os governadores de Coulão oferecem também os seus préstimos para o desenvolvimento de relações comerciais. Em Cananor estão mesmo a esperá-lo navios pejados de gengibre e canela. Deixa Cabral um feitor em Cochim — Gonçalo Gil Barbosa, acompanhado de alguns mais — e a 16 de Janeiro de 1501 inicia o regresso a Lisboa, onde entra a 23 de Junho. Três índios de marca vêm com ele : dois embaixadores do Rei de Cochim, outro do Rei de Cananor — a atestarem o êxito diplomático da viagem.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Regressa o batel. E como à noite se levanta o sudeste desabrido e caem densas bátegas de água resolve o Almirante erguer as âncoras e soltar as velas de novo.

Seguem junto à costa para o norte, acolhem-se a um porto largo e abrigado. Aí conseguem haver às mãos dois indígenas que trazem para bordo e não se mostram assustados ante os homens brancos. Dois dias passados — é Domingo — Pedro Álvares ordena que se diga missa. Oficia Frei Henrique de Coimbra — que será Bispo de Ceuta — num altar ràpidamente erguido, ao lado do qual está desfraldada a bandeira de Cristo. Os selvagens assistem interessados à solenidade religiosa. Dentro de pouco já fraternalmente se entendem com a nossa marinhagem. Dois carpinteiros da armada dedicam-se a construir uma grande cruz de madeira, entre a curiosidade dos habitantes que os cercam. Mais tarde, encostada a cruz a uma árvore — os portugueses ajoelham perante ela com fervor. Imitam-nos os indígenas, que também se prostram e adoram o símbolo cristão. Enfim, a 1 de Maio organiza-se uma procissão que se dirige à cruz, entre cânticos ; alçam-na, junto se arma o altar e diz-se missa. Algumas dezenas de nativos, genuflexos, seguem a cerimónia. Terminados os ofícios e o sermão, dá-se uma cena edificante : Frei Henrique distribui numerosos crucifixos, que os índios beijam e recebem de mãos postas.

Manda depois Pedro Álvares a nau de Gaspar de Lemos levar notícias a Lisboa. E faz-se de novo ao mar — em direcção ao Cabo e à Índia.

Tal o primeiro contacto — pelo menos o primeiro contacto conhecido — dos navegadores do Rei de Portugal com as terras e gentes da América do Sul. Cada passo a mais é dado à sombra da Cruz, agora cravada no Novo Mundo — a atestar que ali chegaram os incansáveis servidores de Cristo.

A travessia até à Índia corre acidentada e, para muitos, fatal. Temporais violentos provocam o naufrágio de quatro navios — entre

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Desde então, as expedições marítimas à Índia tomam carácter de regularidade que evidencia o método e a visão superior do Rei. Decide Dom Manuel enviar uma esquadra em Março de cada ano — a fim de aproveitar a monção propícia do Índico.

Em 1501, a 5 de Março, vão quatro naus sob o comando de João da Nova; logram excelente acolhimento em Cananor, onde adquirem canela e gengibre e instalam uma feitoria.

Em 1502 outra armada mais importante, de vinte unidades, parte com Vasco da Gama a dirigi-la. Quinze largam a 10 de Fevereiro; as outras cinco a 1 de Abril e é um primo do Almirante, Estêvão da Gama, quem as comanda. A 12 de Julho alcançam Quíloa, cujo Rei fica a pagar tributo. Depois fundeiam em Cananor; passam a Cochim; detêm-se em Calecute e, para castigo das velhas e novas deslealdades do Samorim, atiram metralha sobre a cidade que fica cheia de vítimas e de ruínas. Voltam ainda a Cananor e Cochim para desfazer, com sua enérgica intervenção, um projecto de liga dos Príncipes orientais contra Portugal. Estão de regresso em Setembro de 1503 a Lisboa — onde Vasco da Gama entrega a Dom Manuel as *páreas* do Rei de Quíloa: « dous mil miticaes de ouro », pormenoriza Damião de Góis. Desse ouro simbólico do nosso domínio nascente na Ásia vai-se formar a célebre custódia de Belém.

Em 1503 três expedições; uma a 6 de Abril, chefiada por Afonso de Albuquerque, com quatro navios; a segunda a 14 do mesmo mês, com Francisco de Albuquerque por Capitão-Mor; a terceira um pouco mais tarde e comanda-a um castelhano de linhagem, António de Saldanha. Nesta vai Rui Lourenço Ravasco, que não tarda a converter em tributários nossos os Reis de Zanzibar e de Mombaça.

Em 1504, a 22 de Abril, sai Lopo Soares com doze barcos e volta em Junho do ano seguinte, carregado — afirma Castanheda — « de muytas e muy grossas riquezas ».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

A própria intensificação do tráfico do Oriente, o estreitamento dos laços que unem a Portugal as feitorias e fortalezas já estabelecidas, reclamam organização mais consistente e estruturada — à sombra de autoridade eficaz. Cria por isso Dom Manuel o elevado cargo de Vice-Rei da India e nomeia para exercê-lo D. Francisco de Almeida. Tanto mais necessária se torna a sua acção quanto, no ano anterior, o Rei de Cochim se viu atacado pelo Samorim de Calecute por ser aliado dos Portugueses — e só o salvou da sua cólera o auxílio dos dois Albuquerques. Mal a esquadra retirou para Portugal fez o Samorim novos ataques — todos repelidos, aliás, por Duarte Pacheco, o « Aquiles lusitano », em sete batalhas sucessivas que serviram para consolidar o prestígio das nossas armas. Urge fixar na India um núcleo de forças permanentes e com elas defender as bases comerciais contra surpresas idênticas.

Começa D. Francisco de Almeida por levantar uma fortaleza em Quíloa, onde aporta a 22 de Junho. Arrasa de passagem Mombaça, cujo Rei apresenta veleidades de resistência. Já na India, trata de promover a construção de outra fortaleza, em Angediva ; depois bombardeia e incendeia Onor e Coulão, para castigar traições e crimes ali praticados ; ergue também fortalezas em Cananor e Cochim — centro do governo ; seu filho D. Lourenço percorre o litoral do Malabar, dispersa uma esquadra do Samorim, leva a nossa bandeira até Ceilão, rico empório que os Mouros exploram.

Venezianos e Turcos, alarmados perante o crescente poderio português, firmam aliança para nos expulsar das águas orientais e das embocaduras do Mar Vermelho. Armam numerosa frota e em Março de 1508 surpreendem a pequena esquadra de D. Lourenço de Almeida em Chaul ; após uma defesa homérica o filho do Vice-Rei perde a vida no combate. Ferido pela terrível nova, imediatamente compreende D. Francisco de Almeida que se impõe desforra exemplar, sob pena de cair no Oriente o prestígio que adquirimos. Organiza as suas forças e a 3 de Fevereiro do ano seguinte, apenas com dezanove barcos, arremete contra os cento e tantos navios dos inimigos coligados e desbarata-os em doze horas de bravura e impetuosidade inverosímeis, frente a Diu. Batalha

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

decisiva na história da Ásia, chama-lhe Edgar Prestage. Acrescenta: «deste tempo em diante o domínio do Oceano Índico permanece durante um século nas mãos dos Portugueses». A jornada de Diu cobre de glória D. Francisco de Almeida, que assim ilustra com o mais belo dos triunfos o final do seu governo no Oriente.

Já em 1506 saiu de Lisboa outra armada, com Tristão da Cunha por Capitão-Mor, a bordo da qual vai novo governador, secretamente nomeado: Afonso de Albuquerque. Mas só deve tomar posse em Dezembro de 1508, quando expire o mandato de D. Francisco de Almeida.

O primeiro objectivo consiste em impedir a navegação muçulmana entre a Índia e o Mar Vermelho. Para isso toma Tristão da Cunha a fortaleza da Ilha de Socotorá. Tem de abandoná-la ao ver que é Aden a posição dominante; e não se afigura possível conquistar Aden. Afonso de Albuquerque escolhe outro alvo: Ormuz, capital comercial da Pérsia, que centraliza o intercâmbio de todo o Oriente para o norte da Ásia. Na passagem quer submeter Curiate. Há luta encarniçada e destrói-a. Outra cidade, Mascate, ousa opor-se-lhe — e tem igual destino. Adiante, Orfação ou Orfacate sofre domínio cruento. Em Setembro de 1507 está defronte de Ormuz, opulenta, sumptuosa metrópole do prazer e dos negócios. Encontra tudo em pé de guerra e o Rei disposto à luta. Conclui Albuquerque, após vãs tentativas de bom entendimento, que o melhor será atacar. E sem mais delongas incendeia a esquadra do Rei de Ormuz. Depois, principia o bombardeamento, que espalha o pânico nas populações. Impossível resistir; Ormuz arvora bandeira branca. A 10 de Outubro outra bandeira sobe na torre mais alta do paço real: é de alva seda e ao meio a Cruz de Cristo avulta, sanguínea. Sangue de redenção. Ormuz é nossa! Promete o seu Rei quinze mil xerafins de tributo e autoriza a construção de uma fortaleza. Ao emissário do Rei de Xiraz que reclama as *páreas* devidas pelo de Ormuz responde soberbamente Albuquerque ao apresentar-lhe armas e balas: «aquela era a moeda em que El-Rei de Portugal mandava aos seus capitães que

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

lhes pagasse as páreas daquele reino, que estava debaixo do seu senhorio e mando».

A divisão, a emulação, a intriga minam, porém, a força portuguesa. Alguns murmuram, acusam Albuquerque perante o Vice-Rei. Ao saber disto o Soberano de Ormuz retoma a ofensiva, expulsa os invasores. Os nossos capitães deixam só com três barcos o seu comandante — o qual, desesperado e sem recursos, tem de afastar-se.

Não descansam os intrigantes. D. Francisco de Almeida, que lhes dá ouvidos, ordena a abertura de uma devassa. Albuquerque, errante, saqueia Calaiate, volta a rondar Ormuz, vai a Cananor, a Cochim. Como se chegou a Dezembro de 1508 quer que o Vice-Rei lhe entregue os poderes. Mas D. Francisco recusa; e larga, à frente da armada, para a batalha de Diu — a vingar o filho.

Quando regressa vitorioso, as intrigas avolumam-se; envenenado por elas, envia Albuquerque preso para Cananor. Passa-se isto em Setembro de 1509. Na segunda quinzena de Outubro chega de Lisboa uma frota de quinze navios. À frente dela vem o Marechal Fernando Coutinho, que liberta o novo Governador e lhe presta obediência. Leva-o para Cochim e aí D. Francisco de Almeida cede-lhe o lugar e embarca para o Reino.

A fim de cumprir as instruções régias a armada singra até Calecute, onde Fernando Coutinho encontra a morte, no assalto ao palácio do Samorim. Albuquerque pensa então numa conquista mais útil e importante: a de Aden. Prefere depois investir Goa — que se rende após a queda do forte de Pangim. Mas o Hidalcão, seu Soberano, que está fora da cidade, junta forças para a recuperar. Cercado, entre uma população hostil, Albuquerque desiste. Apenas por pouco tempo. Repete a investida em Novembro de 1510 e apossa-se de Goa, que elege por capital e cujo desenvolvimento estimula. Isto não lhe basta. Na Primavera do ano seguinte visa Malaca; acomete-a e subjuga-a em Julho, entre façanhas épicas. Dali remete embaixadas ao Sião, a Java, a Campar, às Molucas.

Ainda não está satisfeito. Desta vez é Aden que de novo pretende adquirir para Portugal. Tem de renunciar, porque depara maiores obstáculos. Sonha agora tomar e demolir a cidade santa de Meca

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

— para com os tesouros nela colhidos resgatar Jerusalém. Vai a Mangalor, a Diu, a Chaul. Recebe um delegado do Rei de Cambaia. Outros emissários lhe trazem a homenagem dos potentados africanos ou orientais: da Abissínia, do Sião, da Pérsia. Vencido e convencido, mesmo o Samorim se mostra simpatizante. O Rei de Ormuz, ante uma simples aparição das nossas velas no porto, ostenta nas suas torres o estandarte de Cristo.

Albuquerque atinge os cimos do poderio e da glória. Todos lhe obedecem; todos o temem; todos o respeitam. No mar, a caminho de Goa, sabe que o Rei manda já um substituto para o desapossar das suas funções: Lopo Soares de Albergaria. Magoadíssimo, com o coração ferido, expande as suas queixas na frase histórica: — « Mal com os homens por amor del-Rey, e mal com El-Rey por amor dos homens, bom he acabar ». Escreve então a Dom Manuel uma carta em que lhe recomenda o filho: « as cousas da India ellas falarám por mim e por elle: deixo a India com as principaes cabeças tomadas em vosso poder, sem nella ficar outra pendença senam cerrar-se e muito bem a porta do Estreito ... ». Sóbrio resumo de uma obra gigantesca.

Entrado o navio no porto de Goa, à vista da sua bela e opulenta capital, morre a 16 de Dezembro de 1515, de madrugada. Governador até o fim — visto não ter chegado a depor o cargo nas mãos de Lopo Soares.

Insiste-se habitualmente nas diferenças — ou mesmo oposições — dos planos imperiais de D. Francisco de Almeida e de Afonso de Albuquerque. O primeiro, sobretudo homem do mar, é partidário do sistema de feitorias, de modelo fenício. Em seu entender, interessa criar certo número de bases comerciais no Oriente e protegê-las por meio de esquadras poderosas e vigilantes. Escreve ao Rei a expor esse critério, ao qual obedece toda a acção que desenrola. O segundo tem uma visão mais ampla, mais completa. Quer assentar o nosso domínio em alicerces fundos e duradoiros. Os processos desapiedados de que lança mão — devastações, incêndios, mortan-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

dades — servem para cimentar entre as remotas gentes o temor e o respeito pelo nome português. Depois, seguir-se-á a construção sistemática, orgânica, do nosso poderio exclusivo e soberano. A eliminação total dos negociantes muçulmanos visa a assegurar-nos o monopólio do tráfico do Indico. A recusa de passaportes aos navios que demandam o Mar Vermelho representa o intuito de estrangular de vez o comércio veneziano e egípcio nessa zona. Ao mesmo tempo faz de Goa autêntica metrópole política e administrativa de um Estado que aspira a consolidar-se; até cria ali um Senado Municipal semelhante ao de Lisboa. Graças a esclarecida tolerância para com os naturais, seus costumes e seus interesses, enquadra muitos deles na engrenagem judiciária e fiscal. Promove também, por ordem do Rei, que lhes assegura os necessários dotes, casamentos numerosos entre os nossos soldados e as mulheres indígenas. Estabelece complementarmente uma rede de pactos de bom entendimento com os governantes das várias regiões vizinhas. Enfim, como resume Morse Stephens, o seu método colonizador «é único na história dos Europeus na India... O critério não difere do adoptado pelos Ingleses trezentos anos depois e representa notável concepção para um estadista dos inícios do Século XVI».

Parece mais lógico e mais justo, em vez de opor os dois primeiros dirigentes da India portuguesa — uni-los na nossa grata admiração. O ponto de vista de D. Francisco de Almeida corresponde a uma fase embrionária, restrita do Império que fundamos; o de Albuquerque, à fase do amadurecimento e do crescimento ambicioso.

Ambos, no entanto, — o vencedor de Diu como o conquistador de Goa, de Ormuz, de Malaca — são obreiros extraordinários da nossa grandeza imperial, projectada e prestigiada no Oriente longínquo. Ambos firmam, por longo período, essa grandeza — mercê dos seus heróicos feitos, da sua administração inteligente, da autoridade com que se impõem aos potentados índios, da hegemonia comercial que estabelecem. Há que juntá-los numa só consagração em que se exprima o reconhecimento da Pátria.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Acima de ambos, símbolo e incarnação de Portugal erguido à maior altura — Dom Manuel, que, se merece ser chamado Venturoso, não merece menos ser considerado criador da ventura de que desfruta. Sob o seu ceptro junta-se espantoso domínio, e o título que toma bem o atesta: além de *Rei de Portugal e dos Algarves — Senhor da Navegação e da Conquista na Etiópia, Arábia, Pérsia e India.* Chega ao mais alto grau a nossa expansão universal. Para bem demonstrar que sobre ela paira também o clarão de um princípio universalista, envia o Monarca a sua esplêndida Embaixada a Roma — preito de filial devoção ao Chefe da Cristandade, a cujo patronato se acolhe o Império do Oriente. Essa Embaixada, conduzida por Tristão da Cunha, é uma apoteose decorativa e magnificente. Saída de Lisboa nos finais de 1513, depois de tocar em Alicante, Iviça e Maiorca, desembarca em Ercole e por terra se encaminha à Cidade Eterna, entre o pasmo e a curiosidade das populações. A entrada em Roma faz-se a 12 de Março de 1514 e constitui jornada de fausto inesquecível, que marca nos anais — aliás férteis em acontecimentos desta ordem — do sumptuoso pontificado de Leão X. Portugal ostenta os seus troféus maravilhosos, o produto dos seus descobrimentos e conquistas. A Cruz ilumina-lhe os périplos audazes de um extremo ao outro do Globo. Todos os países representados na Corte Vaticana saúdam o esplendor desse povo-chefe que deu ao Mundo novos mundos e os coloca, cheio de entusiasmo e fé, aos pés de Deus.

Ingrato, Dom Manuel, para os seus grandes Capitães? Hoje a posteridade faz-lhe justiça: sabe-se como, além das recompensas guardadas para D. Francisco de Almeida, que este não chega a receber (pois cai assassinado quando volta ao Reino, em Aguada de Saldanha, na África do Sul), projecta, segundo informa Gaspar Correia, fazer de Albuquerque, após os três anos do governo de Lopo Soares, perpétuo Vice-Rei da India com o título de Duque de Goa.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Ingrato o Soberano? Não. Árbitro supremo e equitativo do bem comum, que se opõe à cedência excessivamente prolongada do poder a qualquer dos seus guerreiros, navegadores ou administradores — por maiores que sejam. A autoridade não pode ser repartida. Reserva-a Dom Manuel para si e só temporàriamente se despoja dela — em favor dos que lhe mereçam confiança e sejam úteis à Nação. Quem o censurará por desempenhar sempre, no plano superior que lhe pertence, o seu papel de Rei?

*

Num resumo como este forçoso é sacrificar outros factos dignos de registo do reinado de Dom Manuel — obscurecidos ante a constituição do Império Oriental e o descobrimento do Brasil.

Ainda no capítulo das navegações coroadas de êxito, mal fica espaço para mencionar a descoberta da Terra Nova por Gaspar Corte Real em 1500 (se é que não o foi já pelo pai, João Vaz Corte Real, no último quartel do Século XV) — e a malograda expedição de seu irmão Miguel em 1501.

No capítulo das grandes viagens de que resultam informações valiosas sobre os lugares mais distantes, há que pôr em relevo as do médico Martim Lopes à Alemanha, Esclavónia, Boémia, Hungria, Polónia, Valáquia, Turquia, Rússia e Tartária, até o Mar de Azof e o Mar Negro — depois para o norte, até o Oceano Glacial Árctico e a Escandinávia. Numerosos são os que se aventuram a ir por terra à Índia, como por exemplo Frei Gaspar de São Bernardino, o Padre Manuel Godinho, António Tenreiro — enquanto, por ordem régia, Simão da Silva se demora no Congo a colher elementos elucidativos e Gregório da Quadra tenta atravessar a África entre o Congo e o Mar Vermelho, pela Etiópia.

Ao Brasil — cuja colonização verdadeiramente se fará no tempo de Dom João III — mandam-se várias armadas: a de Gonçalo Coelho em 1501; em 1503 a de Fernão Noronha, que descobre a ilha baptizada com o seu nome; a da Nau Bretoa em 1511, ao Cabo Frio; e outras mais.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Na África do Norte — além das vitoriosas incursões dos dois Joões de Menezes, Capitães de Arzila e Tânger, a Alcácer-Quibir e Larache, são conquistadas: Safim, por Diogo da Azambuja em 1508; Azamor e Mazagão, por D. Jaime, Duque de Bragança em 1513; depois Tite e Almedina, que nos tornam senhores da província de Duecala.

Nos mares orientais, merecem registo as explorações de D. João da Silveira às ilhas de Mandiva e ao Reino de Bengala; a de Lopo Soares, com uma esquadra, a Ceilão e a Colombo, cujo Rei presta vassalagem; as de Rafael Perestrelo, Fernão Peres e Simão de Andrade à China e ao Sião. Assim se contribui para estreitar laços com os povos mais ricos e intensificar as trocas de mercadorias preciosas.

Apenas de passagem, aluda-se à viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães, português que por despeito se põe ao serviço de Castela e a quem, como a grande número de outros portugueses entre os quais se contam Pedro e Jorge Reinel, se deve esse notável empreendimento. Partem cinco barcos em Setembro de 1519 de Sanlúcar de Barrameda e — assassinado Magalhães pelos selvagens em 1521 na Ilha de Zebu (Filipinas) — apenas regressa um, a nau *Vitória,* no ano seguinte, também em Setembro, sob o comando do espanhol Sebastião de Elcano. Deram a volta ao Mundo, sulcaram os grandes oceanos, gravaram uma data primacial nos anais da História marítima.

*

Quanto à expulsão dos Judeus (questão demasiado complexa para lhe poder ser aqui feito o exame devido) recorde-se apenas que já sob Dom João II se tornara indispensável aliviar a Nação desses parasitas engenhosos, empreendedores, inteligentes mas alarmantes pela sua rapacidade — corpos estranhos no organismo português. Ao casar com Dona Isabel de Castela, de acordo com as condições postas pela noiva, Dom Manuel de novo os expulsa e decreta a conversão forçada dos que aqui permaneçam. No ano

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

seguinte (1498) são os Príncipes recém-casados jurados em Toledo por herdeiros das Coroas de Leão e Castela e, em Saragoça, da Coroa de Aragão. Poucos meses corridos a Rainha morre ao dar à luz o Infante Dom Miguel, que por sua vez não chega a durar dois anos — e o novo projecto de união ibérica desfaz-se em fumo.

Nunca deixa de se manifestar a hostilidade popular contra os *cristãos-novos* — isto é: contra os judeus convertidos à força e à pressa e cuja heterodoxia não inspira dúvidas a ninguém. Motivos religiosos, motivos económicos? De uns e de outros. Em 1506, a pretexto dos sarcasmos com que um deles comenta um milagre (ou suposto milagre) que exalta os crentes, dá-se tremendo morticínio em que uma plebe desvairada e cruel pratica hediondos excessos. Dom Manuel pune-o severamente. Mas não pode deixar de atender à vontade geral e de solicitar de Roma, em 1515, o estabelecimento de um Tribunal da Inquisição entre nós — que só virá a instalar-se na época do seu sucessor.

Para formar rápido juízo sobre este debatido problema é útil meditar o que diz um judeu ilustre, Abraão Geiger, em 1870, numa conferência feita em Berlim: — «Quando o lençol mortuário que envolvia os povos começou a ser levantado e um sopro de vida despertou em cada um a consciência nacional, o judeu apareceu-lhes elemento estranho, incapaz de se fundir inteiramente com eles e que por isso tinham de repudiar. Então surgiu o desejo violento da expulsão: em uns pelo ódio de crenças e por um cego furor contra os da outra fé, em outros por efeito da repulsa que ao instinto nacional inspirava tudo que fosse estrangeiro».

Pode-se chamar, decerto, movimento nacionalista o que leva Dom Manuel — como levara o Príncipe Perfeito — a defender da intrusão judaica a comunidade portuguesa.

*

Só uma breve referência, ainda, à publicação das Ordenações Manuelinas, que emendam e actualizam o que nas Afonsinas ficara sumariado; e aos outros dois casamentos do Rei, com sua cunhada

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Dona Maria de Castela em 1500 e em 1517 com a Infanta Dona Leonor, filha de Filipe I e irmã de Carlos V de Espanha e Áustria. Detenhamo-nos apenas um momento perante a Lisboa do Venturoso, a cidade mais bela, mais opulenta, mais visitada e mais *dinâmica* da Europa de então — centro de vida culta e mercantil em que se cruzam gentes e idiomas de todas as partes da Terra, sede radiosa e febril de um vasto Império em pleno florescimento e em plena grandeza.

A Rua dos Mercadores torna-se a artéria mais movimentada e próspera. Na casa da Índia, o dinheiro, em quantidades fabulosas, amontoa-se — converge das mais diferentes origens. O Tejo está sempre cheio de naus que descarregam mercadorias exóticas e valiosíssimas: pedrarias, especiarias, tesouros inúmeros. É o gengibre e a pimenta de Malaca, de Samatra, do Arquipélago de Sunda; o cravo das Molucas; a canela de Coulão e de Ceilão; a noz de Banda; o benjoim, também de Samatra; o aljôfar e a cânfora de Bornéo; a laca do Pegú; os diamantes de Narsinga; os rubis de Ceilão; o oiro e a prata da Etiópia e de outros lugares; o açúcar da Madeira e de São Tomé; a malagueta da Guiné; panos preciosos de Damão e Bengala; os tapetes persas; o estanho de Malaca; o almíscar, os cetins e damascos, as porcelanas da China; a cera, o mel, o sândalo de Timor. E mais, muito mais: marfim esculpido, móveis com embutidos admiráveis, peles, bronzes, corais, bordados, perfumes, animais raros, jóias, drogas, requintes fantásticos.

A Corte é uma visão das mil e uma noites. O Oriente lendário e luxuoso muda-se agora para as margens do Tejo. O incremento da vida artística, científica, intelectual e marítima acompanha a chuva das riquezas. «Todas as ambições, todos os entusiasmos, todos os ódios e todos os amores da Europa se concentram em Lisboa» — escreve com verdade Carolina Michäelis de Vasconcelos, ao falar deste período.

Mas o Venturoso — insista-se por dever de justiça — é digno da sua ventura, merece-a, estende-a a todo o país. Organiza sàbia-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

mente as expedições, os planos das viagens, todo o labor gigante da edificação do Império. « Foi mui prudente, de claro e bom juízo, o que lhe causava não ser tão sujeito ao parecer do seu conselho como o era a seu particular apetite, com tudo as mais das cousas que intentou, ou por conselho, ou por seu parecer, se sucederão bem » — eis a síntese clara e certa de Damião de Góis. Esta constância no bom êxito de todas as iniciativas mostra quanto o autêntico Venturoso é o Povo Português — por ter à sua frente, no fastígio da sua Idade de Oiro, um Rei assim.

A sorte — define um autor moderno — eis a desculpa que os medíocres inventam para não confessarem a superioridade alheia. Se Dom Manuel é um Soberano afortunado, aos seus altos dons de clarividência e de equilíbrio o deve, antes de tudo. « Deus lhe prosperou sempre todas as cousas » — termina o Cronista. É que também o Rei sabe prosperar todas as coisas de Deus — e do Reino.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

livro IV

FOGOS DE CREPÚSCULO

Digitized by Google

Original from
INDIANA UNIVERSITY

O IMPÉRIO E A FÉ

Com Dom Manuel atingimos a culminância. O Império adquire enorme amplitude: quase toda a costa africana, a costa asiática entre Ormuz e Macau, grande parte da costa americana do sul e inúmeras ilhas pelos mares longínquos estão sob o domínio da nossa bandeira, abertas à acção e ao tráfico das nossas armadas. «A sustentar todo esse Império monstruoso na posse de Portugal», observa Alfredo Pimenta, «um punhado de homens apenas, que tinham de se repartir pela Agricultura no continente europeu, pela Navegação, pela Guerra e pelo Comércio em toda a extensão do Império». Claro que a manutenção de tão desmedido esforço é pràticamente impossível. Avizinha-se o declínio — pelo inevitável jogo das forças históricas.

Tanto mais que Portugal não está evidentemente só no Mundo. As invejas, os despeitos, as cobiças avolumam-se em torno da sua grandeza e da sua fortuna. A Espanha dos Reis Católicos, envaidecida e estimulada pelo êxito da larga viagem de Fernão de Magalhães, reivindica as Molucas e viola descaradamente certas cláusulas e certos limites do Tratado de Tordesilhas; os piratas franceses

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

desenvolvem actividade escandalosa, incessante, no assalto às esquadras que vêm da Índia carregadas de tesouros e também espalham o sobressalto e a insegurança nas águas brasileiras; os mouros da África do Norte não param de atacar os nossos baluartes e só com grandes sacrifícios podem ser repelidos; estalam sublevações no Oriente à voz dos príncipes locais que buscam recuperar a independência perdida. Por toda a parte a conjura das forças adversas solda um anel de ferro e de fogo à volta do Império Português, suscita o seu desmembramento fatal.

Seria então inútil ou insensata a empresa de Dom Henrique, de Dom João II, de Dom Manuel? estavam na razão os defensores do *siso?* Assim o julgam certos intérpretes da História. O seu juízo não nos convence.

Uma hora só em que a Nação tivesse feito o que fez — seria bastante para justificar a esplêndida, a grandiosa visão do Fundador de Sagres, do Príncipe Perfeito, do Venturoso, dos capitães e marinheiros que entusiàsticamente a serviram e fecundaram: de Gil Eanes a Bartolomeu Dias, a Vasco da Gama, a Francisco de Almeida, a Duarte Pacheco, a Afonso de Albuquerque. Não foi uma hora, porém; foram algumas décadas. Durante perto de um século segurámos nas mãos as chaves de vários continentes e levámos aos recantos ignotos do Universo o nome de Portugal e a Fé em Cristo. Obra frágil, transitória, efémera? No imenso panorama das Idades, momento apenas; momento que todavia basta para afirmar a existência, a vontade, o heroísmo, a grandeza de um Povo, o seu papel extraordinário na marcha da Civilização. Em vez de criticar, de diminuir, de demolir, o nosso dever é celebrar com legítimo orgulho esse momento áureo, prestar homenagem a quantos souberam criá-lo, enchê-lo de esplendor e agora, no começo da fase crepuscular, a quantos procuram, à custa de espantosa tensão e de valor combativo, prolongá-lo ainda, entre mil dificuldades, canseiras e obstáculos. Nesse longo crepúsculo há coisas sublimes, rasgos enormes, prodigiosos clarões. À sua luz, por vezes trágica, a imagem da Pátria doira-se de novas glórias: pode-se dizer que, no fim de contas, ganha novos direitos ao respeito e à admiração universais.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Toda a acção desenvolvida por Dom João III demonstra qualidades de ponderação, de equilíbrio, de tenacidade — e de fervor religioso. Cedo as revela, como salienta Frei Luís de Sousa nos *Annays*. Aos doze anos — diz — « mostrava (o Príncipe) em tudo o que fazia tanto assento e entendimento que claramente vencia e antecipava a idade ». As lições ouvidas a mestres insignes — o latinista e matemático Diogo Ortis de Vilhena ; o civilista e helenista Luís Teixeira, discípulo de Ângelo Policiano ; o médico e astrólogo Tomás de Torres ; o grego João de Menelau — inspiram-lhe notável afeição à cultura e aos trabalhos literários, bem manifestada no seu governo, « porque vindo a reynar fez que florescessem nelle com grandes aventagens todas as boas letras ». A sua presença é realmente soberana : « nos meneyos airosos, e no andar composto e grave, não era muyto legeyro e desenvolto, mas isto era parte para lhe abater nada do ar e natural graça que tinha em todas as outras cousas », tal o descreve o cronista Francisco de Almeida.

Para se traçar um resumo panorâmico dos trinta e três anos do reinado há que pôr em foco a obra prosseguido em dois domínios complementares : a defesa dos territórios imperiais, onde nos alvejam ataques e revoltas ; a defesa da integridade religiosa da nação. Melhor do que em nenhum outro monarca se torna patente em Dom João III ter sido para dilatar a Fé que Portugal dilatou o Império. A sua metódica actividade exerce-se ao serviço de ambos : Império e Fé. Então, como sempre, estas duas palavras encerram o programa invariável, o lema permanente de qualquer governante português que tenha a plena compreensão dos seus deveres para com a Pátria e dos seus deveres para com Deus.

Que faz pelo Império Dom João III ?

Estimula e desenvolve ao máximo as ciências náuticas e a marinha nacional. É do seu tempo a publicação de importantíssimos

*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

trabalhos da especialidade, como o famoso *Tratado da Esfera* de Pedro Nunes, os Roteiros de D. João de Castro, de André Pires, de Pedro Lopes de Sousa, de Diogo Afonso, o *Tratado da agulha de marear* e o *Livro Somário e Repartidor* de João de Lisboa (ambos também com valiosos Roteiros anexos), o *Livro de Rotear* — entre muitos. Para o Oriente manda o Rei trinta e oito armadas (média superior a uma por ano) e só destinadas à Índia largam de Lisboa duzentas e trinta e oito naus. Eis algumas notas de conjunto. Vamos a pormenores.

Quando a nau *Vitória* (da expedição de Fernão de Magalhães) chega a Sanlúcar de Barrameda, traz uma carregação de cravo das Molucas — isto é, de uma região que nos pertence. Logo Dom João III lavra o seu protesto e reclama indemnização. Mas Carlos V, que sucedeu ao Rei Católico e nas suas mãos junta, como Rei de Espanha e Imperador da Alemanha, desmedido poderio, não aceita o nosso ponto de vista e envia novas esquadras às Molucas. Dá isto origem a melindrosas negociações e a conferências de peritos que discutem à sombra das cláusulas de Tordesilhas. Acaba por se resolver o pleito em 1529. Carlos V vende por trezentos e cinquenta mil ducados de ouro os seus hipotéticos direitos sobre as Molucas e define-se com rigor a exacta posição da divisória traçada de Pólo a Pólo, que separa as possessões espanholas das portuguesas.

Simultâneamente ajustam-se os casamentos de Dom João III com a Infanta Dona Catarina, irmã de Carlos V, que se celebra entre 9 e 12 de Fevereiro de 1525 (segundo a justa correcção de Alfredo Pimenta à errada indicação do dia 5 do mesmo mês por Fortunato de Almeida) — e o do Imperador com a nossa Infanta Dona Isabel, que se efectua em Sevilha a 11 de Março do ano seguinte. Assim se estabelecem úteis ligações de família entre as duas Coroas peninsulares. Depressa se manifestam as suas vantagens no apaziguamento (embora não muito favorável para Portugal, forçado a pagar aquilo que era já seu) da questão das Molucas.

Foi demasiado marcante a personalidade de Afonso de Albuquerque para que o seu desaparecimento não se faça sentir no Oriente — de maneira funesta para a soberania nacional. Libertos

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

do « Terríbil », que lhes inspirava medo e veneração — logo em vários pontos os chefes subjugados fomentam insurreições e desordens : o de Ormuz em 1521, quer na sua capital quer nas cidades de Mascate, Curiate, Soar, Baharém ; o de Malaca, na ilha de Bintão, onde se fortifica, impede a chegada dos nossos barcos ; Pacém, a fortaleza construída em Samatra, tem mesmo de ser abandonada por André Henriques ; e Martinho de Sousa deixa-se bater pelos Chineses em 1522. Por outro lado, entre os portugueses enxameiam aventureiros absorvidos pela avidez do lucro, avessos a toda a disciplina, repartidos em bandos concorrentes. Desastrosa situação — que se arrasta com maior ou menor intensidade pelos governos de Lopo Soares, de Diogo Lopes de Sequeira, de D. Duarte de Menezes. Urge tomar providências rápidas e sérias.

Toma-as Dom João III, que nomeia Vasco da Gama Vice-Rei e lhe dá uma forte esquadra para restabelecer a nossa autoridade abalada. O grande navegador — cuja energia breve revela a sua eficácia — é surpreendido pela morte três meses e meio depois de assumir o cargo.

Sucedem-lhe D. Henrique de Menezes e Lopo Vaz de Sampaio — o « Sampaio feroz » de Camões, vencedor do famoso chefe mouro Cutiale, assinalado pelos seus feitos notáveis na guerra do mar. Nuno da Cunha — partido em 1528 — leva a cabo com felicidade uma conquista projectada há muito, desde os tempos de Afonso de Albuquerque e as tentativas de Diogo Lopes de Sequeira : a da cidade de Diu, excelente base de operações na costa da Cambaia.

Depois de esmagada a desesperada resistência oposta pelos rumes na ilha de Bete, Nuno da Cunha ataca a cidade, defendida por Coje Sofar Mostafá e outros chefes turcos. Não consegue dessa vez ocupá-la. Desforra-se com várias devastações no litoral da Cambaia, edifica a fortaleza de Chale, destrói Gogá e Baçaim, promove a tomada de Damão e em 1535 firma com o Sultão Badur uma convenção pela qual se nos permite erguer em Diu uma fortaleza.

Em pouco tempo está concluída. Bem necessária é, pois não tarda que Badur, ligado a Coje Sofar, trate de desalojar-nos. O Sultão

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

cai morto em combate (1537), mas Sofar acomete nos meados do ano seguinte o nosso baluarte da Vila dos Rumes, que só se salva graças ao heróico governador de Diu, António da Silveira. Na luta violentíssima que se prolonga por alguns meses, apesar da desproporção das forças, mostra Silveira alta coragem e o valor português grava uma das suas páginas mais belas. É o primeiro cerco de Diu.

O segundo — oito anos mais tarde, em Abril de 1546 — é iniciado por Mafamude, sobrinho e sucessor de Badur, ainda coadjuvado por Coje Sofar. Dura sete meses, incessante, crudelíssimo. Os nossos são pequeno bando de homens sob o comando de um prodigioso animador: D. João de Mascarenhas. Em frente, a chusma islamita, furiosa e destemida. Sucedem-se os assaltos; abrem-se brechas nos fortes, por onde a avalanche tenta passar, mas esbarra contra a muralha de aço dos portugueses. Vêm socorros, poucos e fracos. Coje Sofar perde a vida num lance mais árduo e Rumecão, seu filho, toma o comando. Os actos de valentia e de abnegação multiplicam-se, entre lutas duras, fomes, misérias, horrores de toda a espécie, episódios fantásticos — como o daquela Isabel Fernandes que num dos momentos em que o desespero quase avassala todos surge, arcanjo selvagem no meio da batalha, com um chuço nas mãos, a gritar: — «Pelejai por vosso Deus, pelejai por vosso Rei, Cavaleiros de Cristo, porque Ele está connosco!» Destas cenas se tece, afinal, a Epopeia.

É então Vice-Rei da Índia D. João de Castro — nobre figura ascética e severa, carácter puro e inteligência recta, fascinado pelos altos modelos do estoicismo e da honradez. Desde o princípio envia auxílios a Diu; ao ver a sua queda provável, talvez iminente, decide ir em pessoa socorrê-la. Parte de Goa a 25 de Setembro; reforça-se em Baçaim com mais barcos. Nos fins de Outubro larga para a expedição punitiva que espalha o terror em toda Cambaia. A 7 de Novembro passa a barra de Diu. A 9 desembarca. A 10, «depois de ter ouvido missa com todolos capitães e soldados», lança o ataque aos sitiantes, ordena guerra sem quartel. Luta ingente, tremenda. O próprio Vice-Rei vai na vanguarda, enorme, resoluto, num sulco de extermínio vingador. Grita a certa altura: — «Vitória, fogem os

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

turcos ! » É exacto. O inimigo não pode com o ímpeto dos nossos. Desmancha-se-lhe o exército como um castelo de areia.

Dom João de Castro projecta reedificar Diu. Faltam-lhe meios financeiros. Pede-os à Câmara de Goa, sob a forma de empréstimo a pagar dentro de um ano. Em penhor, quer mandar os ossos do filho ; como não é possível, oferece simbòlicamente as suas barbas de homem de bem. Rasgo que fica célebre — e é, de facto, traço culminante deste perfil de virtuoso herói.

*

Não se esqueçam, também, os sucessivos esforços da gente portuguesa para estabelecer relações comerciais com a China e fixar-se mesmo no território do Celeste Império. Malograda a dramática embaixada de Tomé Pires ainda no tempo de Dom Manuel, é no reinado do seu sucessor que se conseguem êxitos concretos : primeiro na colónia de Liampó, cuja importância cresce até o ponto de ser considerada um dos mais ricos portos da sua zona — « Poblaciõ de más de tres mil vezinos todos Catholicos, y casi la mitad Portuguezes », como relata Faria e Sousa na *Asia Portugueza ;* depois, visto Liampó ter sido destruída após o lamentável conflito provocado pelos desmandos de Lançarote Pereira (em 1542 ou 1544), convergem os portugueses para Chincheu, a cem léguas de Cantão, onde constroem numerosas habitações e conhecem certa prosperidade ; mas também aí o procedimento incorrecto de Aires Botelho de Sousa causa a ruína dos seus compatriotas.

Só mais tarde, por 1557, os magnates de Cantão nos permitem instalar-nos na ilha de Anção e na península nela inclusa, propícia ao comércio pelo favorável porto de abrigo. Há nessa terra um pagode dentro do qual se venera o ídolo *A-ma-ngao,* donde recebe o nome de Macau, que lhe ficará pelo tempo adiante.

Na África do Norte, a manutenção das praças fortes torna-se impossível. Tenaz e perigosa, a vaga mauritana vem constantemente rugir contra as suas muralhas. A braços com as despesas incontáveis

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

que as possessões longínquas exigem, não temos recursos para sustentar outra *frente*.

Desde 1529 que D. Jaime, Duque de Bragança, preconiza o abandono de Ceuta, Arzila e Tânger e a conservação apenas de Azamor e Safim. Muito tempo vacila Dom João III — e com razão. Ainda envia socorros a Safim, investida pelos infiéis e a Santa Cruz do Cabo de Gué, que todavia sucumbe. Pede conselhos aos mais competentes. Debate-se atormentado entre o desejo de segurar tudo e a material impossibilidade de o fazer. O Império é uma glória — mas um sorvedoiro. Guerras, expedições, vidas perdidas... Só obrigado pela força das coisas abandona Safim e Azamor em 1541; Alcácer em 1549; Arzila em 1550. Dolorosa inutilização dos esforços e triunfos do *Africano*. Não há remédio! Talvez fosse preferível sacrificar outros baluartes, na Ásia ou no sul de África. Faça-se, porém, justiça ao Rei que não sabe o que deve então escolher — para perder... E saliente-se agora a sua obra no Portugal do Novo Mundo.

*

Cabe, de facto, a Dom João III a glória do início da colonização do Brasil — nome dado pelo vulgo à Terra de Santa Cruz, por lá haver (explica-nos Gaspar Correia) certo pau muito pesado «a que chamauão brasil per sua vermelhidão ser fina como brasa». E até aí as relações com a zona descoberta na América do Sul quase se limitam justamente ao comércio do pau-brasil, que os navios vão buscar para negócio.

Os corsários franceses, além dos assaltos às armadas da Índia, infestam as paragens do litoral brasileiro. A primeira providência tomada para lhes fazer frente data da era de Dom Manuel. Em 1516 uma frota sob a chefia de Cristóvão Jacques exerce acção repressiva naqueles mares. Mas Dom João III vê que tal acção foi insuficiente e em 1526 envia de novo Cristóvão Jacques, dotado de mais amplos meios. Os barcos portugueses conseguem apanhar três navios na Baía de Todos os Santos, metê-los a pique, fazer as tripulações prisioneiras. Provoca isto um protesto do Rei de França, que os seus

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

representantes formulam ante o governo de Lisboa em 1529, sem qualquer êxito.

No ano seguinte Dom João III toma iniciativa de maior envergadura : manda uma forte armada comandada por Martim Afonso de Sousa (3 de Dezembro de 1530) e investe-o de largos poderes para instalar governo no Brasil, administrar justiça, distribuir por alguns companheiros seus terras que desejem manter e povoar. Ao mesmo tempo, o Rei sente a oportunidade de organizar o povoamento de toda a costa brasileira e numa carta de 1532 a Martim Afonso de Sousa alude ao facto de diversas pessoas lhe pedirem capitanias em território americano. É a aplicação do sistema já provado nos Açores e na Madeira. Dom João resolve, como diz na referida carta, « mandar demarcar de Pernambuco até o rio de Prata cincoenta legoas de costa a cada capitania » ; reserva cem léguas para Martim Afonso de Sousa e cinquenta para seu irmão Pedro Lopes « nos melhores limites desta costa ». Assim se lançam as bases da colonização progressiva do Brasil.

Qual o regime das capitanias, quais as obrigações e privilégios dos donatários ?

O regime é o da plena independência. Guarda a metrópole para si o quinto dos valores em metais e pedras preciosas, o monopólio do pau-brasil e de várias drogas e especiarias, certos direitos alfandegários, a cunhagem da moeda, o dízimo dos produtos. Os donatários transportarão gente, gados, sementes, instrumentos de lavoura para a povoação e o cultivo ; devem portanto colonizar os domínios e guardá-los contra a eventual hostilidade dos indígenas. Gozam de amplas faculdades de governo e administração e permite-se-lhes utilizar os gentios para seu serviço. Os limites das capitanias compreendem-se entre as citadas extensões do litoral e alargam-se para oeste até à linha dos territórios espanhóis, de acordo com as estipulações de Tordesilhas.

Eis as capitanias concedidas por Dom João III : em 10 de Março de 1534 a de Pernambuco, a Duarte Coelho, que atinge grande prosperidade, funda a cidade de Olinda e repele todas as

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

investidas; em 5 de Abril de 1534 a da Baía de todos os Santos, a Francisco Pereira Coutinho, fundador da Baía, que morre assassinado pelos índios; em 27 de Junho de 1534 a de Porto Seguro, a Pedro do Campo Tourinho, administrador e organizador notável que submete os nativos e alcança copiosos lucros com a pesca e a cana de açúcar; em 1 de Julho de 1534 a do Espírito Santo, a Vasco Fernandes Coutinho, pouco afortunado no seu empreendimento, que funda Espírito Santo e Nossa Senhora da Vitória; em 1 de Setembro de 1534 a de Itamaracá, a Pedro Lopes de Sousa; em 6 de Outubro de 1534 a de São Vicente, a Martim Afonso de Sousa, o qual mais tarde volta para o Reino depois de ter fundado São Vicente e Santo André de Piratininga e é substituído por Gonçalo Monteiro, que os espanhóis não deixam tirar partido do domínio; em 8 de Março de 1535 a da Baía da Traição até o Amazonas (Maranhão), a João de Barros e Aires da Cunha, que vão com uma armada e forças importantes — mas, surpreendidos pelo mau tempo entre Pernambuco e o Ceará, perde-se a nau em que viaja o segundo, e o autor das *Décadas*, a quem as coisas correm mal, tem de regressar à Pátria sem meios, coberto de dívidas; em data incerta, embora no mesmo ano, outra, de trinta e cinco léguas, a Fernão Álvares de Andrade; também no mesmo ano, e também em data indeterminável, a dos Ilhéus, a Jorge de Figueiredo Correia, que não chega a tomar conta dela e manda em seu lugar Francisco Romero; em 19 de Novembro de 1535 a do Ceará, a António Cardoso de Barros, que nunca será colonizada; em 28 de Janeiro de 1536 a de Paraíba do Sul, a Pedro de Góis, fundador da Vila da Rainha.

As capitanias constituem, nessa fase inicial, instituições de grande actividade e utilidade, pelo interesse dos donatários na valorização dos senhorios. À medida que o tempo passa e a nossa instalação no Brasil aprofunda raízes, verifica-se serem insuficientes; a sua fraqueza principal reside na dificuldade da defesa contra os golpes de mão dos índios e os audaciosos ataques dos franceses. Há que dar unidade aos nossos territórios na América — garantia, por si mesma, de maior ordem e de maior força, — para se conseguir

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

remover obstáculos e vencer os inimigos numerosos. Dom João III decide por isso criar o governo geral que, sem abolir as capitanias, lhes dê o benefício de um comando único, delegado e representante do Poder Real.

Tomé de Sousa — o primeiro governador — desembarca a 28 de Março de 1549 na Baía de Todos os Santos. Uma das suas tarefas iniciais é a edificação da capital em São Salvador, que cerca de muralhas e onde ergue uma igreja matriz, um palácio para o Governo, uma Câmara Municipal. Também desenvolve proveitosa actividade no sentido de atrair o concurso dos indígenas e de liquidar os corsários franceses, que são, com efeito, destroçados. Faz levantar em São Vicente a fortaleza de Bertioga. E sugere ao Rei que se funde uma cidade importante no Rio de Janeiro.

O segundo governador — D. Duarte da Costa — toma posse em Julho de 1543 e, após um conflito com o Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha (morto pelos selvagens quando navega para Portugal a queixar-se ao Soberano), faz guerra enérgica aos índios do sul e aos franceses de Villegagnon.

A magnífica obra de Dom João III no Brasil é um dos títulos de glória deste Monarca tão caluniado. Muito haverá ainda a fazer, é certo, mas o principal e o mais difícil faz-se por sua ordem, sob os seus auspícios. Deixa, onde encontrara apenas vasto território inexplorado cuja orla mal pisávamos — um Estado provido de fortalezas, aberto à cultura intensiva, em grande parte conhecido e percorrido graças às proezas heróicas das *Bandeiras* do Sul e das *Jornadas* do Norte. O Brasil opulento, fecundíssimo, poderoso, que será a mais bela colónia portuguesa e se tornará depois uma das grandes nações do Mundo — tem a sua génese nas sábias, oportunas e sistemáticas medidas de Dom João III.

*

Como foi já dito, viu-se Dom Manuel forçado a solicitar de Roma em 1515 o estabelecimento no seu Reino de um Tribunal da Inquisição, idêntico ao já existente em Espanha. Inquisição do

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Estado, diversa da outra — a Inquisição eclesiástica, cujo aparecimento em Portugal data do século XIV, já que em 1376 o Bispo D. Agapito de Lisboa, autorizado por Gregório XI (Bula *Ab exordio nascentis*), nomeou o franciscano Martinho Vasques para inquirir acerca das heresias e Dom João I obteve vinte e três anos mais tarde, de Bonifácio IX (Bula *Licet ubilibet Sedis Apostolicae*), a nomeação de um Inquisidor-Geral, o dominicano Frei Vicente de Lisboa.

As prolongadas lutas com os judeus — que ainda dominavam então Granada — levaram os Reis Católicos a pedir e a conseguir que Sisto IV, em 1478, instituísse a seu favor outra Inquisição, a Inquisição do Estado, mercê da qual a perseguição aos semitas ganhou decisivo incremento e os obrigou mesmo a abandonar a Espanha. Eis a arma poderosa e eficaz que Dom João III (visto as solicitações de seu pai terem ficado desatendidas) quer agora adquirir. As razões que lho aconselham são muitas e da máxima importância.

A primeira a citar — fundamental para um governante — é o aspecto de perigos sociais e focos de agitações políticas assumido pela expansão das heresias e pela animosidade popular aos judeus. Vem esta de longe, como se sabe, entre nós. Em Espanha manifestou-se, trágica, nas matanças cruentas da Navarra (1328) e de Sevilha (1391). De Inglaterra expulsou-os Eduardo I em 1290; de França, em 1306, Filipe o Belo; na Alemanha o mesmo lhes sucedeu em Colónia, Ausgburgo, Nuremberga, Estrasburgo, Ratisbona; Fernando e Isabel decretaram igual medida em 1492. Somos os últimos a lançar mão de tão radicais providências. No entanto, o fermento do ódio ao parasitismo hebraico, persistente no nosso povo, reclama acção pronta por parte do poder, a fim de solucionar a questão.

Note-se: do lado dos semitas multiplicam-se insolências e desafios que contribuem para envenenar os ânimos. Assinala-o Fortunato de Almeida, bastante objectivo neste capítulo: — « Por mais deploráveis que sejam as violências de que por vezes foram vítimas judeus e cristãos novos, está longe da verdade reputá-los inocentes de toda a provocação; e muito mais ainda atribuir as perseguições a fanatismo religioso. As qualidades da sua raça tornavam-nos em ele-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

mento inconfundível entre os povos do Ocidente. Mais do que os cristãos, eles alimentavam ódios profundos contra aqueles que não pertenciam à sua nacionalidade, e das suas aptidões económicas faziam armas para saciar implacáveis rancores. Imaginar que as perseguições e os tumultos eram promovidos pelo clero ou pelos representantes do poder é uma leviandade que a História não justifica, quando, pelo contrário, ela nos aponta factos em que a sanha popular é excitada por agressões revoltantes praticadas pelos filhos de Israel». Poder-se-ia mencionar grande número de episódios que mostram os judeus na sua tarefa de provocadores, de insultadores das crenças e dos símbolos católicos. Resultado: em muitos casos a gente miúda, desvairada pela cólera, entrega-se a violentas represálias. Que é preferível? Deixar o povo fazer justiça — mesmo injustiça — por suas mãos (como nas horríveis jornadas de Abril de 1506) ou confiar tal missão a um tribunal idóneo, ligado à Coroa, que intervirá na escolha dos juízes?

Além disto, não se esqueça quanto as heresias em voga, a pulular por todos os cantos, além de um sentido anti-religioso, anti-romano — facto já suficientemente grave pela perturbação que traz às consciências e, por corolário inevitável, aos costumes — têm um sentido subversivo quanto à ordem social e política. O Cardeal Branda, Legado na Boémia por 1424, acusa os Neomaniqueus de preparar com as suas doutrinas a ruína da pátria e a morte das almas — *ruinam patriae et animarum interitum.* Ao terminar a sua magistral exposição dos erros e teorias perniciosas dos Cátaros, dos Valdenses, dos Espirituais, dos Begardos, dos Hussitas, escreve João Guiraud: — «*Les grandes hérésies du Moyen-Age avaient un aspect antisocial, communiste, anarchiste et l'un des objects poursuivis par l'Inquisition a été précisément de sauvegarder à la fois les intérêts sociaux et les vérités religieuses qu'elles menaçaient en même temps*». Numa palavra: a Heresia é a Revolução — nos espíritos e nas ruas. Bem se compreende que o Rei de Portugal, no cumprimento estrito da sua função de paladino do bem comum, queira opor-lhe firmíssima barreira.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Tanto mais que ambas — Revolução e Heresia, — de mãos dadas, alastram como incêndio temeroso. A necessidade de uma reforma interna da Igreja — (como a de Cluny, quatrocentos e tantos anos antes) dentro dos quadros da disciplina e da ordem — impõe-se. Santa Catarina de Sena há muito que a reclama. Nos começos do Século XVI certos humanistas de vulto, como Lefèvre d'Étaples e Erasmo, advogam-na com veemência, embora sem pensarem em desencadear um movimento de rebeldia. O agente e protagonista desse movimento vem a ser o monge agostinho alemão Martinho Lutero que em 1517 afixa na Igreja de Wittemberga as suas noventa e cinco teses contra as indulgências pontifícias, instituídas por Leão X e depois de vários escritos sediciosos é, em 1521, excomungado. O Eleitor Frederico da Saxónia, após a sentença condenatória da Dieta de Vórmia, reunida sob a presidência de Carlos V, liberta-o e leva-o para o Castelo de Wartburgo. Estes acontecimentos abrem um ciclo de guerras civis, de subversões anárquicas em toda a Alemanha. Populações desenfreadas, com um aventureiro sinistro à cabeça — Tomaz Münzer, — lançam-se numa orgia de motins, de saques, de atropelos incontáveis. Entretanto os discípulos de Lutero, sobretudo Carlstadt e Melanchton, espalham a nova heresia, que nega o livre-arbítrio, sustenta haver o homem sido integralmente corrompido pelo pecado original, proclama inúteis as obras pias, os sacramentos, o culto dos Santos, enfim coloca a suma autoridade — negada à Igreja de Roma — no texto da Bíblia submetida ao livre-exame de cada um. As lutas de religião sucedem-se e intensificam-se, ampliadas por lutas políticas. Carlos V bate em Mühlberga a liga de Smalkalde em que figuram o Duque de Saxe, o Landgrave de Hesse e outros Príncipes.

A revolta luterana surge em diversos países e em todos causa graves perturbações: Zuínglio alvoroça os cantões suíços e, embora vencido e morto na batalha de Cappel, é o arauto da feroz ditadura de Calvino em Genebra, durante um quarto de século; em Inglaterra, Henrique VIII, pelo Acto de Supremacia (1534), estabelece o anglicanismo, separa-se da obediência à Santa Sé: mesmo em

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

França já nesse ano aparecem, como sinais da audácia protestante — que desabrochará mais tarde em sangrentos frutos — manifestos e inscrições nas paredes contra a missa católica.

Consome-se a Europa numa fogueira tremenda. Mas a Espanha mantém-se preservada do contágio pela acção inquisitorial. Também Portugal quer gozar idêntico benefício. Como não há-de Dom João III fazer tudo para instalar a Inquisição no país? Contemporâneo de Lutero, assiste aos nefastos efeitos da liberdade concedida às prédicas subversivas dos seus adeptos. E bem vê que se torna questão de vida ou de morte impedi-las entre nós — para salvar a Nação e o Império.

Daí a incansável tenacidade com que insiste em Roma pela concessão da Inquisição a Portugal. Foram infrutíferas as diligências de D. Miguel da Silva, nosso Embaixador junto da Corte Romana, em 1515. Por intermédio de outro Embaixador, Braz Neto, renova as suas instâncias Dom João III em 1531. Encontra, porém, ambiente desfavorável, pois nos meios do Vaticano prevalecem as teses da complacência e da brandura perante os judeus e, de forma geral, no combate às heresias. Clemente VII não atende o pedido; as negociações embaraçam-se, prolongam-se sem resultado. Mas a insurreição de Lutero e as suas alarmantes consequências decidem o Papa eleito em 1534, Paulo III, a tomar posição diferente. Pela Bula *Cum ad nihil magis* de 23 de Maio de 1536 cria-se a Inquisição portuguesa; os Bispos de Coimbra, de Lamego e de Ceuta são inquisidores-gerais e o Soberano deve indicar o quarto membro do Tribunal. É já alguma coisa, mas a intervenção régia aparece bastante limitada. Dom João III não desiste; continua a pugnar pela Inquisição livre, apta ao cumprimento total da função purificadora que ambiciona. Apesar dos manejos suspeitíssimos do traidor Duarte da Paz e dos cristãos-novos com valimento e apoios na Cúria, o seu propósito nunca esmorece. Em 1539 substitui o Inquisidor-Mor Diogo da Silva pelo Infante Dom Henrique, seu irmão, cuja independência se lhe afigura mais completa. Prosseguem as negociações, confusas, férteis em desconcertantes incidentes, até que obtém o triunfo.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Paulo III envia a Portugal o Cavaleiro João Ugolino nos começos de 1548, portador do Breve *Romanus Pontifex* de 15 de Julho do ano anterior, que revoga as isenções concedidas aos cristãos-novos; da Bula *Meditatio Cordis nostri,* pela qual a Inquisição do Estado, livre e íntegra, é finalmente dada a Portugal; do Breve *Licet Nos,* de 15 de Novembro de 1547; e de Instruções pontifícias repletas de conselhos de moderação e benignidade. O Rei está de posse da arma com que lhe será lícito acudir à saúde moral do povo e garantir entre nós, à custa do castigo de alguns, a paz e o bem-estar de todos.

*

Tem servido a Inquisição de pretexto a uma apaixonada ofensiva dos inimigos da Fé e da Realeza. Alude-se à sua extrema severidade; elevam-se aos píncaros as suas vítimas, que se dizem inúmeras; estigmatizam-se a crueza dos seus métodos e o horror dos seus processos repressivos. A tortura e a fogueira, sobretudo, fornecem tema a coloridas e românticas descrições.

Tudo isto em nada afecta os dados reais do problema — que leva as pessoas esclarecidas a ver as coisas de outro modo. Antes de qualquer consideração há que afirmar o pleno direito da Igreja a promover a legítima defesa da ortodoxia. Guardiã dos mais altos bens, tem de os preservar com o maior desvelo de todos os assaltos da impiedade e do desatino humanos. É severa? O seu rigor mostra-se proporcional aos crimes dos heréticos — contra o Espírito, contra a Ordem, contra a Justiça, contra os bons costumes. São os réus, neste caso, — segundo a bela reflexão de Guiraud, — quem faz compreender os juízes. Mesmo assim, se se puserem a falar os números, o que nos apresentam os números é isto: em duas décadas, de 1536 a 1557 (ano da morte de Dom João III), efectuam-se vinte Autos-de-Fé que incluem quinhentas pessoas, dentre as quais trinta são entregues ao braço secular — isto é, executadas. Ouça-se o lúcido comentário de Alfredo Pimenta:

— « Aqui está a ferocidade, o fanatismo sanguinário de Dom João III! O Tribunal da Inquisição condenou à pena de morte

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

(digamos assim, em homenagem aos detractores do Grande Rei e do Grande Tribunal) — em vinte e um anos, trinta pessoas: não chega a duas pessoas por ano, numa época agitada, perturbada, escandalizada pela acção atrevida dos Judeus, e que estava muito longe de ser alimentada pelo cepticismo moral e pelo eunuchismo religioso dos nossos tempos. Trinta condenados à morte em vinte e um anos, menos do que qualquer país nosso contemporâneo que aplica a pena última apresenta».

E a tortura? ... Não se deve aos inquisidores, mas à influência, a partir do Século XIII, do Direito Romano, que provoca o seu restabelecimento na justiça secular; já isto se verifica no Código de Verona (1228) e nas constituições sicilianas de Frederico II (1231)

E a fogueira? Não a inventa a Igreja; usam-na os Imperadores romanos contra os Maniqueus; usa-a Roberto-o-Piedoso de França, contra os Neomaniqueus de Orléans; e ainda Frederico II na sua constituição de 1224.

A pena de morte é, aliás, há muito aplicada em Portugal, entre outros aos crimes de heresia, como se vê nas Ordenações Afonsinas. Os Inquisidores indagam dos delitos, julgam-nos e são os algozes seculares que dão execução à sentença prescrita nas leis civis — uma vez provados os delitos referidos. Nada mais. A lenda da Inquisição tenebrosa desfaz-se com absoluta simplicidade. Basta um pouco mais de boa fé e um pouco menos de ignorância.

Quanto aos benefícios da Inquisição, esses são evidentes e incontestáveis: livra-nos das terríveis guerras de religião que assolam o centro da Europa e as Ilhas Britânicas; sobrepõe a justiça e o prestígio do Estado às caóticas e bárbaras represálias populares; desintegra o núcleo hebraico, ameaçador para a unidade do país; zela eficazmente pela observância dos preceitos da fé e das regras da moral. Bem haja Dom João III pelo empenho que mostra em nos dar a Inquisição — e por conseguir, mercê do êxito das suas diligências, garantir à sociedade portuguesa o antídoto eficaz contra os venenos do luteranismo e contra os abusos de Israel!

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

No seio da Igreja, forma-se rápida e vasta reacção contra o alastrar da ofensiva protestante. À pretensa reforma subversiva opõe-se a verdadeira reforma que busca resolver os problemas e remediar os males existentes. Lutero quebrou a unidade espiritual; é necessário tentar a sua restauração.

A fim de compor a unidade abalada decide Paulo III, solicitado em tal sentido por muitos Soberanos católicos, promover um Concílio universal que de novo afirme os pontos fundamentais da doutrina da Igreja e tome providências capazes de assegurar o regresso à disciplina. É o Concílio de Trento — que sofre diversas vicissitudes e atravessa diversos pontificados: os de Paulo III, Júlio III, Marcelo II, Paulo IV, Pio IV, e do qual sai por fim, em 1563, uma série de definições dogmáticas e de decretos disciplinares. Numerosos e ilustres delegados representam Portugal nas sucessivas fases do Concílio: os teólogos dominicanos Frei Jorge de Santiago, Frei Jerónimo da Azambuja, Frei Gaspar dos Reis; o Bispo do Porto D. Frei Baltazar Limpo; D. João de Menezes, Embaixador de Dom João III a Bolonha em 1547; outra Embaixada a Trento em 1552, chefiada por Diogo da Silva, que compreende o professor Diogo de Gouveia, o canonista e jurista João Pais e Diogo Mendes de Vasconcelos — aos quais se junta D. João de Melo e Castro, Bispo de Silves. Já depois da morte de Dom João III, quando da Regência de Dona Catarina e Dom Henrique, reúne de novo (entre 1561 e 1562) o Concílio, suspenso desde 1552. Acorrem a Trento mais portugueses de marca: D. Frei Bartolomeu dos Mártires, o grande Arcebispo de Braga; os Bispos de Coimbra e Leiria, D. João Soares e Frei Gaspar do Casal; o futuro Bispo de Viseu, D. Jorge de Ataíde; o Padre João Pinheiro; o Embaixador D. Fernando Martins de Mascarenhas, acompanhado por Frei Luís de Souto Maior e secretariado pelo Dr. André Velho; o lente coimbrão Doutor Belchior Cornejo; o erudito Frei Francisco Foreiro; Diogo de Paiva de Andrade.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

A acção de todos no Concílio mostra-se proveitosa para os interesses superiores da Igreja e também para os interesses do país, quer no debate sobre a questão da eleição dos Bispos — que poderia ofender o nosso direito de Padroado — quer nas resoluções acerca das comendas das Ordens Militares.

Ao mesmo tempo — como esplêndido instrumento da reforma católica — surge a iniciativa providencial de Inácio de Loiola. Trata-se de um valoroso oficial espanhol, outrora ferido no cerco de Pamplona pelos franceses, que durante a convalescença se inflamou com a leitura das Vidas dos Santos e no seu retiro de solitário, em Manreza, escreveu os famosos *Exercícios Espirituais*. Soldado, agora decidido a bater-se no exército de Cristo — compreende Inácio de Loiola que o momento exige virtudes sobre-humanas e métodos novos. Das Ordens existentes, os Beneditinos cuidam sobretudo da própria santificação — na edificante vida de convento; os Franciscanos e Dominicanos, mais contemplativos os primeiros, mais especulativos os segundos, cingem-se todavia a regras de vida em comum e à celebração regular e obrigatória dos ofícios litúrgicos. Ora, num período de combate, é indispensável dar outra maleabilidade, outra independência à obra de apostolado. Para isso, viver em mobilização permanente, menos sujeito a prisões e a horários, prontos a acudir onde o reclame a batalha de cada dia. *Vivere militare est*. Concepção militar do labor apostólico, a de Inácio de Loiola — que maravilhosamente corresponde às circunstâncias da época.

Resolvido a adquirir formação adequada aos seus planos instala-se em Paris o antigo combatente da Navarra e segue os cursos da Sorbona. Aí transmite a sua chama a companheiros de nacionalidades diversas — pois de toda a parte se aflui a esse viveiro do ensino e das ciências. E forma-se um núcleo de dez inteligências e de dez vontades: à volta de Inácio de Loiola agrupam-se os espanhóis Francisco Xavier, Afonso Salmeron, Diogo Lainez, Nicolau Afonso Bobadilla, Cláudio Jayo, o Italiano Pedro Fabro, o português Simão Rodrigues de Azevedo, os franceses Pascácio Broet e

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

João Codure. Por 1538 ei-los em Roma (onde Inácio se encontra desde o ano anterior) a solicitar do Papa a sanção para os seus projectos. Intitulam-se a si mesmos *Companhia de Jesus* e propõem-se, num absoluto desapego de tudo — bens, vaidades, comodidades, mesmo quaisquer veleidades de autonomia intelectual, — pregar o Evangelho na Terra Santa e em todas as partes do Mundo. inteira renúncia: «os pés calçados, mas a alma descalça», dirá São Francisco de Sales. Em vez da santidade reclusa, absorvida em meditações silenciosas — a santidade comunicativa, exposta ao ar livre, em contacto directo com a humanidade tumultuária. Espiritualidade profunda, total, fiel ao exemplo e ao culto de Cristo; mas não, como define o Padre Plus, *espiritualidade de evasão*, antes *espiritualidade de inserção* — dirigida, como flecha ardente, ao coração das massas, num contagioso e luminoso incêndio.

Paulo III aceita-lhes a oferta. Em 1540 já a nova Ordem, aprovada por decreto pontifício, se constitui sob a forma que o seu iniciador prefere: organismo de feição militar, em que o Geral comanda como um general em chefe. A sua estrutura tem como cimento essencial a obediência perfeita — idêntica, também, à dos soldados em tempo de guerra.

A campanha lançada por Inácio de Loiola obtém êxitos fulminantes. Em três lustros — de 1540 até à morte do fundador — o seu desenvolvimento exprime-se em treze províncias, cem domicílios, mais de quatro mil membros. Diz-se, e com razão, que Deus, frente a Lutero, suscita Inácio de Loiola — seu vitorioso paladino. A Companhia preserva a Península da heresia luterana, redu-la em França, bloqueia-a na Alemanha, especialmente graças à prodigiosa acção de Canísio. Espalha os seus centros de ensino pelo mundo fora. Desempenha na imensa obra missionária papel inesquecível.

Exército de Cristo, em tudo procura Deus: *in omnibus quaerant Deum*, directriz fundamental de Santo Inácio. Por isso triunfa — contra tudo, através de tudo.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Logo em 1538 Diogo de Gouveia, Reitor em Paris do Colégio de Santa Bárbara, escreve a Dom João III para lhe falar de Inácio de Loiola e do seu grupo — com os quais estabeleceu relações — e para lhe sugerir : « se estes homens se podessem haver para irem á India seria hum bem inextimavel ». O essencial está em convencer Inácio, Simão Rodrigues e Pedro Fabro — que arrastarão os outros. O Rei decerto concorda, visto conhecer-se a carta de 23 de Novembro do mesmo ano em que Pedro Fabro responde a um convite de Diogo de Gouveia e se mostra disposto a ir à Índia ; mas declara que puseram toda a sua vontade às ordens do Papa e por isso ao Papa compete decidir.

Com a tenacidade habitual, o Soberano persiste na ideia ; a 4 de Agosto de 1539 escreve ao seu Embaixador em Roma D. Pedro de Mascarenhas, nesse sentido : afigura-se-lhe que a homens tão zelosos, com tão ardentes propósitos de evangelização, nenhum campo mais largo e propício se pode oferecer do que o nosso Império. Fala D. Pedro de Mascarenhas aos Jesuítas ; voltam a afirmar-se inteiramente dependentes do Pontífice. Paulo III consente em que venham três para Portugal : Francisco Xavier (que substitui Bobadilla, primitivamente designado), Simão Rodrigues de Azevedo e Paulo Camerte. Chegam os dois últimos a Lisboa a 17 de Abril de 1540 ; o primeiro, em Junho. Em Outubro, vêm mais três : Gonçalo de Medeiros, Francisco Mansilhas, Manuel de Santa Clara. Tal acolhimento recebem na Corte, tal ascendente logo adquirem por suas virtudes e zelo proselítico que os Portugueses não querem deixá-los partir. Inácio de Loiola, porém, determina que fique Simão Rodrigues em Lisboa mas vá Francisco Xavier para a Índia. E assim se cumpre. A 7 de Abril de 1541 o extraordinário apóstolo larga para o Oriente ; Camerte e Mansilhas partem com ele. Primeiro passo duma acção formidável a que se entregarão numerosos missionários da Companhia e da qual, neste resumo apressado, apenas se pode dar uma pobre ideia por meio de algumas datas eloquentes : 1542 — aparecimento dos Jesuítas na Índia ; 1546 — surgem nas Molucas ; 1547 — instalam-se no Congo ; 1549 — alcançam o Japão ;

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

1555 — levam à Abissínia o seu verbo de fogo ; 1560 — começam a percorrer Angola e o oriente africano ; 1575 — pregam no Mogol ; 1598 — missionam o Pegú e Bengala ; 1604 — Cabo Verde e Guiné ; 1613 — tentativa de missão em Madagáscar ; 1615 — na Cochinchina ; 1616 — no Camboja ; 1624 — atingem o âmago do Tibete ; 1626 — Sião e Tonquim ; 1642 — aportam ao Laos.

Na *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, acentua o Dr. Francisco Rodrigues : — « Este avançar contínuo para terras tão remotas e variadas supõe grande força de espírito apostólico e maravilhosa grandeza de alma ». Sem dúvida. Tanto mais que, além da evangelização, os discípulos de Loiola difundem o ensino à juventude e auxiliam brilhantemente o progresso dos conhecimentos históricos, científicos e literários. A Milícia de Cristo espalha, ao mesmo tempo, a luz da fé e a luz do saber. À custa de mil canseiras, dedicações, sacrifícios — à custa de martírios sem conta, que enchem de sangue redentor os seus caminhos apostólicos.

E na América ? « A principal cousa que me moveo a mandar povoar as ditas terras do Brazil foi pera que a gente dellas se convertese a nossa santa fee catolica » — escreve o Rei a Tomé de Sousa, antes da partida do governador. A grande executora deste elevado desígnio régio vai ser a Companhia de Jesus. Os inacianos Manuel da Nóbrega, Leonardo Nunes, João de Azpilcueta Navarro, António Pires acompanham Tomé de Sousa. Pouco depois vão também Diogo Jácome e Vicente Rodrigues. Logo constroem, por suas mãos, Nossa Senhora da Ajuda, na Baía — e se consagram ao apostolado, tanto junto dos indígenas, em cujas inteligências rudimentares abrem os sulcos do Evangelho, como junto dos donatários e colonos que exortam a maior caridade para com os escravos. Ampliam depois a sua acção à medida que recebem reforços ; o seu ascendente irradia por toda a parte, suscita conversões em massa. Manuel da Nóbrega cria um pequeno núcleo de estudo e de vida espiritual nos campos de Piratininga : ali tem a sua origem a populosa, florescente cidade que é hoje São Paulo, a cujo desenvolvimento tão notável colaboração dá outro jesuíta dos mais ilustres: José de Anchieta. E multiplicam escolas, correm o sertão, fundam povoados,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

abrem oficinas, doutrinam as gentes — de tal sorte que se pode sem exagero considerar a civilização do Brasil como obra sua.

E em Portugal ? Em Portugal é nos Jesuítas que Dom João III encontra os melhores auxiliares para as suas reformas no domínio da cultura. A Universidade, altamente beneficiada e desenvolvida por Dom Manuel nos primeiros anos do Século XVI, possui, nas Faculdades de Teologia, de Cânones, de Medicina, das Artes, professores de categoria. Mas ainda muitos preferem frequentar os estudos superiores no estrangeiro : em Salamanca, em Lovaina, em Paris. Aires Barbosa e Pedro Margalho ensinam na primeira destas cidades, e nela cursam André de Rezende, Garcia de Orta, Amato Lusitano, Pedro Nunes, Jerónimo Cardoso ; Marcial de Gouveia ensina em Poitiers ; António, André e Diogo de Gouveia também exercem a sua actividade intelectual em França, assim como Diogo de Teive e o latinista António Pinheiro. Torna-se preciso estimular a vida cultural entre nós, fazer que espíritos desta ordem aqui deparem meio adequado às suas aspirações.

Dom João III, talvez por 1536, desloca a Universidade para Coimbra, donde não mais sairá — e cede-lhe o Paço Real da Alcáçova. Assegura-lhe um corpo docente recrutado no escol nacional e estrangeiro — como, para a Faculdade de Teologia, Afonso do Prado, Francisco de Monçon (vindo de Alcalá), o dominicano João de Pedraza, Martinho de Ledesma, António de Afonseca, Marcos Romeiro, Paio Rodrigues de Vilarinho ; para a de Cânones, o célebre Martinho de Azpilcueta Navarro, Bartolomeu Filipe, Luís de Alarcão, João Peruchi Morgovejo ; para a de Leis, Gonçalo Vaz Pinto, Lopo da Corda, António Dias, Luís da Guarda, Manuel da Costa, Fábio Ascar (de Roma), Aires Pinhel ; para a de Medicina, Henrique Cuellar, Afonso Rodrigues de Guevara, Francisco Franco ; para a de Matemática, Pedro Nunes. No Colégio de Santa Cruz, onde também funcionam aulas, ensina Vicente Fabrício, helenista insigne. E ainda se tenta contratar homens como Erasmo, Alciato, Restoro, Socino o Moço, Marco de Mântua.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Funda-se mais tarde, e inaugura-se a 21 de Fevereiro de 1548 em Coimbra, o Colégio das Artes, segundo o modelo do de Santa Bárbara de Paris, onde os estudantes se preparam antes de ingressar na Universidade. À cabeça André de Gouveia (que dirigiu em Bordéus o Colégio de Guiena); a seu lado Diogo de Teive, Jorge Buchanan, Guilherme Guerente, Nicolau Gruchio, Elias Vineto.

A actividade pedagógica dos Jesuítas em Portugal é extraordinária. Os seus Colégios de Coimbra, Lisboa e Évora adquirem tal prestígio que atraem irresistìvelmente a juventude; e os progressos aceleram-se de maneira incrível. Em 1555, após a crise proveniente das tendências luteranas de alguns professores que são demitidos ou encarcerados, é entregue aos inacianos o Colégio das Artes — sob a direcção superior do Provincial Diogo Mirão, antigo Reitor do Colégio de Coimbra; em 1559, tomam conta da Universidade de Évora; depois, os Colégios alastram, de norte a sul: em Braga (primeiro Reitor: Inácio de Azevedo); em Bragança (primeiro Reitor: Leonel de Lima); no Porto (primeiro Reitor: Francisco de Borja); em Santarém (primeiro Reitor: Luís Lobo); em Setúbal (primeiro Reitor: Diogo Areda); em Portalegre (primeiro Reitor: António Vasconcelos); em Elvas (primeiro Reitor: Miguel Tinoco) — e nas Ilhas: Funchal (primeiro Reitor: Manuel Sequeira); Angra (primeiro Reitor: Luís de Vasconcelos); São Miguel (primeiro Reitor: Fernando Guerreiro); Faial (primeiro Reitor: Lourenço Rebelo).

O seu método, condensado depois na *Ratio Studiorum*, visa, mais do que a excessiva multiplicidade dos conhecimentos, uma sistematização harmoniosa — sobretudo a formação do carácter. A sua doutrina — Inácio de Loiola o prescreveu — firma-se nos alicerces inabaláveis do Tomismo.

Por tudo isto a Companhia de Jesus merece a imensa gratidão de todos os portugueses e merece-a o Rei que a acolhe, a encoraja, lhe fornece elementos para levar a cabo a sua obra ingente. É com orgulho que se registará ser o Mosteiro de Santo Antão, de que toma posse em Janeiro de 1542, «a primeira casa que em todo o mundo teve, como própria, a Companhia de Jesus».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Digna de louvor a administração de Dom João III ; digna de louvor a sua diplomacia, que lhe permite conduzir-se com magistral equilíbrio entre as desavenças de potentados como Francisco I e Carlos V, salvaguardar sempre, com a neutralidade, a paz do Reino e a integridade do território. Por ser impossível alongar indefinidamente este capítulo, contentamo-nos com insistir nos dois aspectos culminantes da acção do Soberano : no que faz pelo Império e no que faz pela Fé. A causa da Fé é, aliás, a causa do Império — na medida em que a nossa projecção e a nossa glória durarão por serem colocadas na perspectiva dos altos ideais do universalismo católico. António Caetano de Sousa descreve assim a Empresa escolhida por Dom João III : — « huma Cruz em cima de huma penha, com cinco pontas ... com esta letra : *in hoc signo vinces*, querendo mostrar que com este Sinal da nossa Redempção vencia nas suas Conquistas, porque era o motivo mayor da sua ideia a Religião que desejava dilatar ». A sua obra não participa, assim orientada, da caducidade que fere, muitas vezes, as tentativas e ilusões dos homens e dos povos !

Traça Alfredo Pimenta um belo resumo, quase a terminar a excelente monografia consagrada ao *Piedoso :*

— « O serviço de Deus foi a sua maior e mais alta finalidade. A sua vida e a de seu Povo queria-a ele para serviço de Deus. Em toda a sua correspondência ... soa um *leit-motiv* que não nos cansa, antes exalta a nossa fé e nos serve de exemplo : o *serviço de Deus* ».

Atrás se definiu o lema altíssimo — *serviço de Deus* — como o de toda a Idade Média, que caracteriza na sua profunda espiritualidade, no seu teocentrismo substancial. Como se vê, são ainda medievais o espírito e as directrizes de Dom João III — que ao *serviço de Deus* se vota e vota o seu Reino.

Este prolongamento, esta demora da Idade Média em Portugal explica a força do nosso ânimo, os prodígios efectuados nos Des-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

cobrimentos e Conquistas — a coesão moral que por largo tempo nos conserva no primeiro plano, à cabeça dos grandes Povos. Ao sentir porventura a suspeita do declínio na ordem das coisas temporais, coloca o Rei os destinos pátrios, melhor que nenhum dos seus antecessores, à protectora sombra dos valores eternos. E o Portugal de Dom João III — evangelizador, apostólico, servo de Deus — enraíza-se nas forças perenes que hoje continuam a ser os seus maiores pontos de apoio.

Resume o pensador suíço Gonzaga de Reynold, após uma visita ao Mosteiro da Batalha :

— «*Batalha, l'entrée dans la civilisation portugaise par le porche d'un monument qui est le chef-d'oeuvre d'une époque, un chef-d'oeuvre national, mais aussi européen. Batalha, le symbole de cette civilisation. D'abord par son nom et par le fait que ce nom évoque : une bataille d'où sort une nation. Ensuite, parce que Batalha est une église, c'est-à-dire une foi, et voici l'idée de mission, la mission catholique du Portugal dans le monde : de la patrie à l'empire, de la nationalité à l'universalité. Enfin, Batalha est une oeuvre médiévale, gothique flamboyant et manuélin : le caractère profond de la civilisation portugaise est d'avoir pris forme dans le Moyen Âge, de s'être unifiée, nationalisée dans le Moyen Âge, d'avoir fait jaillir l'esprit nouveau de l'esprit ancien. Ce que j'apellerais la médiévité du Portugal, médiévité encore visible aujourd'hui voilà, en effet, la constante de la civilisation portugaise, son âme, et l'origine de la ligne de force qu'elle a projetée sur le monde. Ligne de force projetée, dirigée par une volonté créatrice, une volonté de chefs, une volonté politique: Batalha fut l'oeuvre d'un roi*».

Também é obra de um Rei o Portugal de Dom João III, o Portugal do Império e da Fé, do lema medieval do *serviço de Deus* — que nunca deixa de presidir aos destinos da Nação. Enquanto Portugal viver, e viver fiel à sua essência espiritual e histórica — a Idade Média prossegue em nós, renasce em nós, na perenidade das suas forças superiores às gerações e aos tempos !

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

HOLOCAUSTO AFRICANO

Dos nove filhos que teve da irmã de Carlos V nenhum vive já quando do falecimento de Dom João III, a 11 de Junho de 1557: o primeiro, Dom Afonso, nascido em 1526, morreu antes de sair do berço; a seguir, Dona Maria, casada aos dezasseis anos com seu primo Filipe (o futuro Filipe II), finou-se também, em Valhadolide, no mês de Junho de 1545; depois, Dona Isabel e Dona Brites, mortas em crianças; Dom Manuel, nascido em 1531, jurado herdeiro em 1535, falecido dois anos mais tarde em Évora; Dom Filipe, também jurado herdeiro, não passou além dos seis anos; Dom Dinis nem chegou a durar dois; Dom João, nascido em 1537, casado em 1552 com Dona Joana, filha de Carlos V, extinguiu-se em 1554; o último, Dom António, viveu pouco mais de dez meses.

Nesta sucessão de infortúnios, uma clareira apenas: nasce em 1554, a 20 de Janeiro, um filho do Infante Dom João que, porque a nação inteira o aguarda ansiosa, terá o expressivo cognome de *Desejado*. É esse frágil Dom Sebastião — com menos de três anos e meio — a esperança única da dinastia.

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Logo após o desaparecimento de Dom João III manda reunir em Conselho a Rainha viúva algumas personalidades eminentes ; o Cardeal Infante Dom Henrique ; seu sobrinho Dom Duarte, filho do Infante do mesmo nome ; o Prior do Crato, Dom António, filho do Infante Dom Luís ; o Duque D. Teodósio de Bragança ; o Duque de Aveiro, D. João ; D. Afonso de Portugal, Conde de Vimioso ; D. Fernando de Menezes e Vasconcelos, Arcebispo de Lisboa ; D. Rodrigo Lobo, Barão de Alvito ; o Chanceler-Mor Dr. Gaspar de Carvalho ; D. João da Silva, Regedor da Casa da Suplicação ; os vereadores do Município de Lisboa : D. Henrique de Castro, Simão de Melo, o licenciado Francisco Dias. Diante de todos, Pedro de Alcáçova Carneiro, Secretário de Estado, comunica a existência de umas determinações do *Piedoso* pelas quais será entregue a Dona Catarina a Regência, até o neto — colocado sob a sua tutoria — chegar à idade de assumir o poder. Ninguém discorda ; mas os vereadores observam que se deve ouvir o Senado, cuja reunião fica para a manhã do dia seguinte.

Durante a assembleia que se efectua na Câmara Municipal — e em que participam, com os membros da Vereação, o Juiz do Povo, os Procuradores de Lisboa, os representantes dos Mesteres, os delegados da Casa dos Vinte e Quatro — há murmúrios. É a eterna questão da Rainha estrangeira senhora da Regência — a mesma que ergueu tantas más vontades contra Leonor Teles, viúva de Dom Fernando (suspeita de estar a preparar a entrega do país aos Soberanos de Castela) e contra Dona Leonor de Aragão, viúva de Dom Duarte. O respeito pela vontade de Dom João III vence hesitações e receios. Melhor ainda se consertam as coisas quando na sessão da tarde a que preside a própria Rainha esta se apressa a pôr como condição para aceitar a Regência que nela a coadjuve seu cunhado o Cardeal Dom Henrique. Solução conciliadora e sensata. Mas alguns exaltados continuam descontentes, como o corregedor Simão Gonçalves, a vaticinar nos corredores do Paço que o Rei de Espanha virá a sê-lo também de Portugal visto o jovem herdeiro — aclamado a 16 de Junho — « comer por mãos de castelhanos »...

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

As ambições espanholas não tardam, com efeito, a agitar-se. A Princesa Dona Joana, mãe de Dom Sebastião, envia logo D. Fradique Henrique de Gusmão para recordar os direitos que tem sobre o filho, relativos à escolha dos seus mestres e do pessoal da sua casa. Do Mosteiro de São Justo, Carlos V, que a irmã fez prevenir por D. Gil Eanes da Costa, manda outro emissário e de relevo: o Padre Francisco de Borja, antigo Duque de Gândia e Marquês de Lombai, cujo objectivo é mais importante — fazer reconhecer o Príncipe Dom Carlos (filho do primeiro casamento de Filipe II com a Infanta portuguesa Dona Maria) como herdeiro da Coroa, no caso de faltar Dom Sebastião. Se Dona Catarina se presta de começo a tais projectos — logo desiste, com medo da reacção nacional.

Pouco depois — convencida de ser excessiva para as suas forças a tarefa de governar Império tão vasto — tenta a Rainha viúva abrigar-se no Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança e dirige consultas nesse sentido a personagens influentes e às Câmaras do país. Recebe, porém, exortações gerais para se manter à testa dos negócios públicos — e fica. Só em 1562, nas Cortes reunidas para esse fim, se liberta do fardo esmagador. Baldados todos os esforços para dissuadi-la, elegem as Cortes o Cardeal Dom Henrique Regente, no dia 23 de Dezembro. Tem então cinquenta anos o irmão de Dom João III — mas é fraco, doente, desprovido de vontade; ao que parece, bastante contrariado aceita «ha cruz» que, na frase de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, lhe lançam sobre os ombros.

A sua Regência, prudente, circunspecta, sem nada extraordinário a assinalá-la, vai de 1562 a 1568. Quando Dom Sebastião chega aos catorze anos apressa-se a ceder-lhe o poder — como fora previsto, seis anos antes, pelas Cortes de Lisboa.

*

No entretanto, novos rasgos épicos avultam em diversos pontos do Império português.

A visível decadência do predomínio no Oriente suspende-se com a acertada nomeação de D. Constantino de Bragança para

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Vice-Rei da Índia — em Setembro de 1558. Durante o seu governo outra vez se afirma vigorosamente o nosso poderio. Como Damão, cedida a Portugal anos antes, foi arrebatada por forças abexins ao Rei de Cambaia, delibera o Vice-Rei apoderar-se da cidade. E pelo Natal do mesmo ano de 1558, à frente de numerosa frota, apresenta-se no porto. Dois mil soldados desembarcam e lançam o ataque. Cide Bofatá, defensor da fortaleza, resiste frouxamente. Damão fica sob a protecção da bandeira das quinas.

Dois anos corridos efectua D. Constantino de Bragança outra conquista : a de Jafanapatão, na ilha de Ceilão, donde expulsa um usurpador sanguinário. Trava-se aí aceso combate, mas as nossas armas ganham uma vez mais a vitória.

Na mesma época dá-se o famoso cerco de Mazagão pelo Xerife Muley Abdalá, que investe a praça em 1562 com enorme exército, avaliado por alguns (decerto com exagero) em cento e cinquenta mil homens. Rui de Sousa de Carvalho — governador em substituição de seu irmão Álvaro, ausente na metrópole — dispõe de boas fortificações (graças às providências de Dom João III, que as fez ampliar e reedificar em 1510, pois considerava Mazagão indicada para futura capital em terras marroquinas) mas de efectivos diminutos. Os mouros trazem consigo, além de bastante artilharia, gente especializada na colocação de minas, com que poderão ser dinamitados e destruídos os nossos baluartes.

Mal pressente o perigo manda Rui de Carvalho o cristão-novo Nicolau da Conceição espiar entre os adversários para lhe trazer informações seguras — e envia a Lisboa Bartolomeu Guerreiro, a avisar a Regente Dona Catarina e a solicitar reforços.

Os primeiros embates sofrem-nos os defensores de Mazagão antes que tais reforços lhes cheguem. Há jornadas do mais belo e ardente heroísmo. Toda a população colabora com os soldados ; fica até célebre o papel das mulheres, que participam na refrega e dão excepcionais provas de bravura. Às minas responde-se com contra-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

minas. E quando os mouros, com forças desmedidas, se atiram ao assalto — são, não apenas detidos, mas repelidos.

Portugal inteiro se ergue, num sobressalto patriótico, para acudir aos sitiados de Mazagão. De Lisboa, acorre Álvaro de Carvalho com numerosos companheiros. Um corpo de mil homens os segue em breve. Vários mesteres capricham em armar os seus batalhões, como os mecânicos, os moedeiros, os mareantes algarvios chefiados por Pedro Anes de Tavira. Outras tropas do sul partem : a comandá-las, o Capitão Francisco Porto Carreiro e Pedro de Goes. Preces públicas imploram o auxílio divino. Até as crianças, nas ruas, se imaginam esquadrões a desfilar para ir combater na Mauritânia.

Em Mazagão, a epopeia continua. Ao cimo das muralhas uma bandeira imensa — azul, branca e amarela com a Cruz de Avis — içada por Vasco Fernandes Homem, domina o campo da luta. A cada canto novos heróis e novos prodígios. Alguns nomes adquirem merecida fama : Fernando de Magalhães, Afonso de Torres, Álvaro Leite, Jorge da Silva, Lourenço de Cáceres, Afonso Zuzarte — quantos! Uma infinidade de combatentes anónimos dão o seu sangue com estóico desinteresse. Frades épicos, de crucifixo alçado no meio da batalha, estimulam e confortam os que defrontam a avalanche inimiga ... Mazagão é um dos mais extraordinários atestados da coragem insuperável dos portugueses no solo africano. A derrota infligida aos mouros figura entre as maiores. Um cronista avalia as perdas dos dois campos em vinte e cinco mil para a chusma de Muley Abdalá contra cento e dezassete dos nossos. Fantasia ? É difícil, com efeito, aceitar números tão desconformes. Provam eles, contudo, a importância do feito.

Destroçados, retiram os atacantes por fim a 7 de Maio. Durou o cerco dois meses. Os defensores magníficos, do alto dos muros, saúdam com júbilo as labaredas erguidas no acampamento adverso : o incêndio, denso de nuvens de fumo, a proteger o êxodo miserando.

No Concílio de Trento, Pio IV celebra o novo triunfo sobre o infiel como festivo acontecimento para toda a Cristandade.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Além dos rebeldes da Índia e dos guerreiros marroquinos, outros inimigos desafiam e experimentam os nossos golpes: os protestantes franceses, armados em corsários, que incessantemente atacam os territórios portugueses na América e as armadas que singram pelos mares ocidentais. No tempo do *Piedoso*, o governador do Brasil D. Duarte da Costa, coadjuvado fortemente por seu filho D. Álvaro, travou luta com a gente do aventureiro Nicolau Durando de Villegagnon que, sob os auspícios do Almirante Coligny e sob a égide doutrinária de Calvino, estabelecera uma colónia reformista em certa ilha da Baía de Guanabara, à qual atribuíra o pomposo rótulo de *França Antártica*. Não logrou o governador expulsar os intrusos que, além de persistirem e se fortificarem, trataram de fomentar a rebeldia contra o domínio português — e atearam uma série de focos que produziriam depois a «Confederação dos Tamoios».

O sucessor de D. Duarte da Costa, Mem de Sá, mostra-se de entrada pouco activo. Mas, estimulado pelas ordens de Lisboa e sobretudo pelas exortações do missionário jesuíta Padre Manuel da Nóbrega, resolve-se a proceder com energia. Seu sobrinho Estácio de Sá funda, entre o Pão de Açúcar e o Morro de São João, em 1566, a nova cidade de São Sebastião — depois Rio de Janeiro — da qual será primeiro governador seu outro sobrinho Salvador Correia de Sá. E com o auxílio de uma esquadra enviada por Dona Catarina, expulsa os invasores em 1560. Dissolve-se em fumo a quimera da *França Antártica*...

Não ficam por aqui os flibusteiros calvinistas. Os saques e morticínios que na Madeira cometem (Outubro de 1566) deixam na memória do povo daquela ilha tremendas, inapagáveis lembranças de horror. Em 1570 é o assassínio em massa do missionário jesuíta Padre Inácio de Azevedo e dos seus numerosos companheiros que seguiam para o Brasil a exercer benemérito apostolado. Outros doze missionários são igualmente mortos em 1571 pelos piratas de João Capdeville.

Crimes odientos, crimes de cobardia e de barbaria sem perdão — os portugueses nunca mais os esquecem. Por isso se festeja, em Agosto de 1572, a matança do dia de São Bartolomeu e um Embai-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

xador, D. Afonso de Lencastre, vai levar a Carlos IX os parabéns do nosso Rei pela maneira radical como exterminou em Paris os conjurados huguenotes.

*

Conta pois Dom Sebastião catorze anos quando é aclamado Rei no Paço dos Estaos a 20 de Janeiro de 1568. Na frase de Frei Bernardo da Cruz, « seu entendimento estava amadurado com prudência para reger seus reinos ». De facto, o amadurecimento precoce do jovem Monarca é tão evidente que nele confiado lhe entrega o Cardeal Dom Henrique tranquilamente o poder.

Os maiores cuidados presidem à sua instrução e à sua formação moral. Para aio é designado D. Aleixo de Menezes, filho do Conde de Cantanhede D. Pedro de Menezes, veterano das guerras de África (acompanhou o Duque de Bragança D. Jaime, em 1513, à conquista de Azamor) e das guerras da Índia (combateu em Zeila, em Calaiate, em Malaca), antigo conselheiro de Dom Manuel e Dom João III, Embaixador do *Piedoso* à Corte de Carlos V — homem de firme carácter e de experiência larga. Assistem-no como « sumilheres de cortina », no serviço régio, quatro fidalgos considerados : D. Fernando Álvares de Noronha, D. Pedro de Menezes, D. Duarte de Almeida e Febo Moniz. A escolha do preceptor suscita divergências. Preferem os Condes de Vimioso e da Vidigueira um secular versado em humanidades ; D. Aleixo aconselha um sacerdote que não pertença a nenhuma Ordem religiosa : o Dr. António Pinheiro, antigo pregador da Corte de Dom João III e preceptor do Infante Dom João, seu filho, é candidato de vulto. Tanto a Rainha Dona Catarina como o Cardeal-Infante inclinam-se antes para um membro das Ordens : o dominicano Frei Luís de Granada, autor famoso do *Símbolo de la Fé* ou o agostinho Frei Luís de Montoya — propõe a viúva do *Piedoso,* que assim tenta pôr um castelhano junto do neto ; jesuíta e português — reclama Dom Henrique. Custa a persuadir Dona Catarina ; conseguem-no o Provincial da Companhia de Jesus, Padre Miguel de Torres, director espiritual da Rainha e a

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

camareira-mor D. Joana de Eça, que faz vingar a candidatura do inaciano Padre Luís Gonçalves da Câmara, seu sobrinho. Este possui ampla e bem ordenada cultura ; exerce em Roma as funções de Assistente de Portugal e Reitor do Colégio Germânico. Autorizado pelo Geral da Ordem a vir a Lisboa, chega em Novembro de 1560. É seu adjunto, para a leitura e escrita, o Padre Amador Rebelo, que o Padre Gaspar Maurício substitui às vezes, em caso de doença. Dona Catarina apenas obtém que Frei Luís de Montoya fique como confessor.

Vive Dom Sebastião numa atmosfera eminentemente propícia a enchê-lo de sonhos guerreiros. Nisso concordam — embora tão diferentes — o aio e os mestres. D. Aleixo entretém-no com as longas narrativas das façanhas que cometeu ou a que assistiu em África e na Índia. Fala ao moço Príncipe em termos entusiásticos dos heróis-cavaleiros que, longe, nos territórios imperiais, ergueram ante os infiéis a nossa vitoriosa bandeira — e com ela o Evangelho de Cristo.

Aos oito anos, quando sacode Lisboa a febre do alvoroço patriótico em torno de Mazagão, vê o *Desejado,* das janelas do Paço da Ribeira, os pequenos esquadrões infantis que exprimem o belicoso ardor popular — e desfilam a saudá-lo, num aparato marcial e tocante. Do Paço, o Rei acena-lhes risonho, com os braços frágeis de criança. A sua imaginação enche-se por certo de visões de futuro heroísmo, quando todos forem grandes — ele e os minúsculos soldados a brincar que lá em baixo ensaiam as primeiras marchas...

O caso de Mazagão intensifica justamente o geral movimento da opinião contra o abandono das praças africanas por Dom João III — manifestado com eloquência nos capítulos das Cortes de Lisboa, abertas de 12 de Dezembro de 1562 a 11 de Fevereiro de 1563. No capítulo 88.° : — « Que mande (Sua Alteza) pôr em Tanger mil lanças de cavallo, e com ellas pessoas de Estado e muita calidade » ; no capítulo 91.° : — « Que os Duques e Senhores ajudem para a guerra de África conforme os seus estados e rendas ». O *Discurso Panegírico* apenso aos votos dos procuradores ainda reforça o pedido de tais votos quando, no parágrafo terceiro, diz ser « mais justa e mais conveniente a conquista de África, que a

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

da India ». Porquê ? Porque « esta estava muito longe e não rendia cousa que com ella se não tornasse a gastar, e aquella estava perto e era muito prejudicial à Espanha a sua vizinhança, e convinha domalla, e estender nella o Imperio Luzitano ».

Tal corrente deve chegar — e chega — ao Paço ; deve influir — e influi — no ânimo do Rei. Quer o Padre Luís Gonçalves da Câmara, quer o Padre João Nunes Barreto (futuro Patriarca da Etiópia) foram a Tetuão em 1548, a pedido do Capitão-mor de Ceuta D. Afonso de Noronha. De lá trouxeram forte impressão relativa às terras de África e a maior tristeza pelo abandono de algumas. É de supor que ao discípulo o primeiro comunique o seu modo de pensar e sentir — tanto mais que pode ver nele o instrumento das reparações ambicionadas.

Cedo se verificam em Dom Sebastião os efeitos do ambiente que respira desde criança. Conta no *Portugal cuidadoso e lastimado* o Padre José Pereira Baião uma cena curiosa : aquela em que D. Miguel de Menezes, Conde de Vila Real, entra na sala onde acaba de dar lição o jovem Soberano. Mostra-lhe o preceptor uma folha na qual Dom Sebastião escreveu, momentos antes, « que em sendo grande havia de ir conquistar a África ». Por sinal que Dom Miguel faz este lúcido comentário : — « A letra boa está ; mas o que nella se diz não será ... sem V. Alteza nos deixar seis ou sete filhos machos ... ». Tem razão — nem talvez saiba, nessa hora, quanta razão tem ! — o Conde de Vila Real. Mas o episódio demonstra claramente como já no espírito do herdeiro do *Piedoso* a miragem africana avulta.

Não o demonstra com menor clareza outro episódio — este narrado por Jerónimo de Mendonça, na *Jornada de África :* a conversa entre o Padre Luís da Câmara e o seu régio pupilo, em que o jesuíta disserta largamente sobre o erro que constitui o abandono de Arzila, Safim, Azamor e Alcácer-Seguer. Ouve Dom Sebastão com atenção e alheado fica por algum tempo. Súbito, levanta-se com olhar fulgurante. E dá ao mestre, que deseja saber aquilo em que estará a pensar, elucidativa resposta : — « Cuido em tornar a África, quando for de idade conveniente ».

*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Compromisso bem nítido. Elegeu Dom Sebastião um fito para a sua vida, ao qual tudo sacrificará : ser, para a reconquista africana, o Chefe dos Portugueses, o primeiro dos seus Capitães.

Capitão de Portugal em África. Ao mesmo tempo (uma e outra coisa se ligam) — Capitão de Cristo frente ao Islão. Certa manhã, na Casa Professa de São Roque, depois de tomar a comunhão, cisma, ausente, perdido em rezas fervorosas. O aio interroga-o. « Estava pedindo a Deus, que assim como a outros principes havia concedido victorias, imperios e monarchias, lhe concedesse a elle somente o ser Seu Capitão ». E repete-o em Xabregas, quando da cerimónia da profissão de D. Maria de Menezes no Mosteiro da Madre de Deus. Pergunta-lhe a freira o que poderá pedir a Deus naquele dia para o Rei. — « Pedi-lhe que me faça seu Capitão ».

É assim o neto do *Piedoso*, que em 1568, com seus catorze anos precoces e graves, toma conta do Reino : cheio de ardores guerreiros — e de transportes místicos. Alma autêntica de Cruzado, no desapego da própria vida, no culto de superiores ideais, na febre de se entregar todo a luminosa missão apostólica.

« De que cor é o medo ? » — inquire mais tarde. Nunca chega a sabê-lo. Extraordinàriamente vigoroso — atesta-o Frei Bernardo da Cruz : « Foi ElRei mui exercitado nas forças corporais e fez vantagem a todos os mancebos fidalgos do tempo em todos os exercícios », — a sua falta de temor causa geral admiração. Escreve ainda o cronista : — « Nos perigos do mar e da terra foi assás arriscado e como homem sem mêdo nenhum duvidava, antes os buscava com temeridade ... » E, depois, de lembrar quanto o Rei se compraz em andar « em galés pelo mar em tempo de tempestades mui furiosas », sintetiza : — « mostrava não temer perigo algum dos presentes, com cujas forças de corpo e grandeza de animo parecia ameaçar todos os inimigos e convidar todos os esforçados a se espertarem a grandes emprezas ».

Senhor de tão raros e belos dotes, sucessor de uma série de grandes Reis que, desde o fundador da dinastia, sempre alguma

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

coisa acrescentaram ao Reino — como não alimentará Dom Sebastião vastos projectos, como não sentirá a ambição legítima de deixar também o seu nome na história do engrandecimento português ?

Decerto já o país não é o mesmo dos princípios do Século. A antiga gente sofredora, batalhadora, sóbria, capaz de mil sacrifícios e de mil proezas — corrompeu-se em grande parte, ao contacto das riquezas orientais ; Lisboa transformou-se numa cidade onde a obcecação do negócio domina e um enxame de parasitas mercantis introduz o baixo culto materialista do bezerro de ouro. O espírito do Renascimento — voluptuoso, céptico, egotista, positivista, mais inclinado aos prazeres e à satisfação dos apetites do que ao arroubo e ao culto dos valores transcendentes — insinua-se pouco a pouco, abastarda os caracteres, perverte e adormece as vontades. Somem-se as virtudes que tão alto nos fizeram subir. E o dilema põe-se, imperioso : aceitar a descida que se acelera, deixar-se rolar nos declives de uma renúncia epicurista — ou tentar a reacção varonil, susceptível de se converter em miraculoso despertar de energias.

Dom Sebastião opta pelo segundo termo do dilema. Compreende-o e aplaude-o Herculano, no conhecido trecho : — « Era uma alma nobre e teve uma inspiração da política da Idade-Média ; quis ser descendente dos reis cavaleiros, dos reis municipais, dos reis chefes da reacção cristã, no meio de uma nação de bufarinheiros, de sobrecargas, de judeus-agiotas, de cortezãos, de tartufos ». Só exagera o historiador ao supor o *Desejado* tão solitário nos seus propósitos. A verdade é que, a par dessa gente apática ou pervertida, existe um valoroso núcleo de portugueses fiéis aos imperativos das tradições heróicas, ansiosos de reatá-las, dispostos a tudo para travar a marcha de perdição e lançar a grei nos caminhos resgatadores. Dom João III, pelas medidas excelentes em defesa da consciência e da inteligência nacionais, assegurou a persistência do Portugal medievo — entre o dissoluto ambiente renascentista.

Nesse Portugal medievo se apoia Dom Sebastião. São as suas claras vozes que ouve, os seus anelos profundos que interpreta. Anelos e vozes que se concentram em redor da nova empresa africana — « a principal guerra que os mestres mostram a El-Rei com o

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

dedo», salienta o cronista. Nos poetas da época se colhe, tanto como nos capítulos das Cortes, o anseio que invade a parte não contaminada do povo. Um versejador anónimo lamenta as desditas de Arzila:

— «Arzila d'amigos recebeu o estrago:
N'algum dia triste, mofino, aziago
Fortuna inveja foi mal ordenar
Q̃ Mouros tornassem Mafoma chamar
Onde chamavão Christãos São Tiago».

E as de Alcácer-Seguer:

— «Alcácer-Ceguer, razão he q̃ chores»...

E as apreensões de Tânger:

— «Cidade de Tanger fª d'Anteo
Mais nobre antiga das que Africa tinha
Por veres pelada a barba vizinha
A tua de molho terás com receio:
Nunca te venhas a ter Rey alheo,
Nem vas na ruina dos otros logares,
Nem influencia esquerda de mares
Asi te persiga por curso tão feo».

Outras liras mais inspiradas e poderosas soltam o apelo à própria acção do Monarca: Gil Vicente já em tempos de Dom Manuel clama, na *Exhortação da Guerra:*

— «Deveis, Senhores, esperar
Em Deos, que vos ha de dar
Toda Africa na vossa mão.
Africa foi de Christãos,
Mouros vo-la tem roubado.
.....

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

He guerra de devação,
Por honra de vossa terra,
Commettida com razão,
Formada com discrição
Contra aquella gente perra».

António Ferreira — ainda Dom Sebastião é apenas infantil promessa — vaticina:

— «*Rei bemaventurado, em que parece*
Aquela alta esperança já cumprida
De quanto o Céu e a terra te oferece;
.....
Depois virá um tam ditoso dia
Que as tuas Reais Quinas despregadas
Na multidão de toda a Barbaria...
As vitoriosas frotas carregadas
Das cativas coroas, e bandeiras,
D'outro esprito maior sejam cantadas».

E André Falcão de Resende:

— «*Do nosso novo sol, tão sem segundo,*
Sebastião primeiro,
Resplandecente ao mundo...»

E Pedro de Andrade Caminha:

— «*Dele se esperam milagrosos feitos*
Que milagres lhe está o céu prometendo...»

E Diogo de Teive, depois de o convidar a alargar os domínios da Índia, continua:

— «*A isto ajuntará com gloriosas*
Victorias a infiel terra Africana».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

E, no *Lima*, Diogo Bernardes :

— « Ah ! Soberano Rei, exemplo raro
Do mais estranho esforço que, em terra,
Té agora celebrou engenho claro !
Christo c'o vosso braço fará guerra
A todo imigo seu, e o torpe mouro
Largando vos irá o vale e a serra
.....
E mil bandeiras vossas arvoradas
E mil torres vereis, e muitas mais
A quem vos resistir vereis tomadas
.....
A victoria vos chama, que esperais ? »

Acima de todos — sonora tuba de épico transporte — Camões, o maior, brada-lhe nos *Lusíadas :*

— « E vós, ó bem nascida segurança
Da Lusitana antiga liberdade.
E não menos certissima esperança
Do augmento da pequena Christandade.
Vós, ó novo temor da Maura lança,
Maravilha fatal da nossa idade,
Dada ao mundo por Deos que todo o mande,
Para do Mundo a Deos dar parte grande ...
... Vós, que esperamos jugo e vituperio
Do torpe Ismaelita cavaleiro ».

Brada-lhe ainda, nas *Epistolas*, onde freme com ardor o sonho imperial :

— « Presagio temos, e esperança clara,
Que sereis braço forte e soberano
Contra o soberbo gladio Mauritano ».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

E promete-lhe :

— « *Dareis materia a nunca ouvido canto* » ...

Ele próprio se oferece como autor da consagração, e recorda os combates no Oriente :

— « *Para servir-vos, braço às armas feito ;*
Para cantar-vos, mente às Musas dada » ...

Este coro vibrante e os votos expressos dos Concelhos, e o aplauso do clero, e o entusiasmo da juventude fidalga — não chegarão para explicar que o forte adolescente, pelo contágio do sentimento geral, se julgue predestinado e queira corresponder ao seu destino ?

Bem se vê que obedece às mais altas finalidades : antes de nenhuma, estender o reino de Cristo. No caderno íntimo em que Dom Sebastião traça as máximas reguladoras dos seus actos, encontram-se frases como estas :

— « Trabalharei muito para dilatar a fé de Cristo e para que se convertam os infiéis ».

— « Terei a Deus por fim de todas as minhas obras e em elas me lembrarei dele ».

Numa conversa com o Embaixador espanhol D. João da Silva, reaparece o lema de Dom João I, do Infante Dom Henrique, do Africano, do Príncipe Perfeito, de Dom João III : « *el primer fin de sus acciones, que es el servicio de Dios* ... » — escreve o representante de Filipe II. *Leit-motiv* da nossa trajectória histórica, o *serviço de Deus* vai levar Dom Sebastião à Mauritânia, para impor a Cruz aos Infiéis, para — como ele mesmo escreve nas instruções a D. Luís de Ataíde — fazer « muita Christandade ». De novo o *serviço de Deus*, em plenitude activa e combativa ; de novo a Cruzada — embora tudo tenha mudado tanto. Antero de Figueiredo sugere : — « Dom Sebastião era um rei medieval vestido à moda da Renascença. Entre ele e o seu Povo havia um século de distância ». Insis-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

ta-se ; nem todo o Povo merece este amargo e severo juízo. A prova está no alvoroço que excita os pregoeiros do novo sonho. Mas, de facto, vive a maioria dos contemporâneos em pleno Renascimento gozador, humanista, cientista — e Dom Sebastião em plena gesta medieval, erguida ao alto a bandeira da Fé e da Cavalaria.

*

Ao lado do sentimento, a razão. Uma forte razão nacional — e até peninsular. Depois dos seus êxitos crescentes no oriente europeu, os Turcos esboçam o avanço no sentido do norte de África — e isto poderá entalar a Península entre uma França hostil e uma zona marroquina elevada a maior poderio ofensivo. Caso o inimigo se apodere de Larache, ali será porventura instalada uma base donde partam assaltos contra a Andaluzia e o Algarve. O Mediterrâneo ficará cerrado aos nossos barcos. E porque não se aventurarão os islamitas até às águas portuguesas, a ponto de ameaçarem as comunicações entre Lisboa e o litoral africano ? Esta, a parte negativa da argumentação. A parte positiva resume-se no intuito normal e justo de engrandecer o Reino, de nos colocar nas mãos — pela posse das costas da Berbéria — as chaves do *Mare Nostrum* e das grandes estradas marítimas do Ocidente. Dom Sebastião deve pensar na vantagem de nos impormos também, pela força e pelo prestígio que adquirirmos, na hora em que já alguns nos apontam como decadentes, à Espanha vizinha, à Espanha em que pouco antes o potentado Carlos V adoptou como divisa — *Plus ultra*. Se Filipe II é Rei de Castela, de Nápoles, da Sicília, dos Países Baixos, Senhor do Franco-Condado e Duque de Milão, Soberano do México, do Peru, de Orão, de Túnis, das Canárias, das Antilhas — o *Desejado*, a todos os imponentes títulos que já possui, quer acrescentar os de Rei de Fez e de Mequinez, Imperador de Marrocos.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Há muito quem desaconselhe a guerra de África. Os prudentes, os receosos, os cautos, os hesitantes formam numeroso partido. Frente a frente, de novo, as teses clássicas da *honra* e do *siso* — como no Conselho de Dom João I antes da ida a Ceuta (foi então a primeira que venceu, em parte graças a Nuno Álvares), como no Conselho de Dom Duarte antes da ida a Tânger (dessa vez, acertou a segunda, embora não vencesse ...). A *tese do siso!* Nuns, os que de facto representam a degenerescência da raça — apenas cobardia, comodismo, indiferença suicida; noutros, escravos do interesse material, incapazes de se votarem a qualquer ideia superior — apenas egoísmo, culto exclusivo do lucro sem riscos. Na maioria, contudo, dos que a professam, a *tese do siso* tem sólidos alicerces, é indispensável reconhecê-lo. O país está exaurido. O Infante Navegador, Dom Afonso V, Dom João II, Dom Manuel, para construir e alargar o Império; Dom João III, para o manter e fomentar a colonização sistemática do Brasil — exigiram-lhe sobre-humanos esforços, consumiram-lhe pròdigamente as energias. População exígua, recursos modestos (os tesouros orientais vão-se na mesma voragem que provocam), cansaço desculpável após século e meio de tensão criadora — tudo se junta para lhe proibir a imprudência de novos cometimentos, para lhe aconselhar o repouso merecido numa aposentação honrosa. Tão difícil, só por si, a conservação do que temos obrigou o *Piedoso* a uma redução de encargos pelo abandono dos portos da África sententrional — e eis que se aquecem outra vez as imaginações, se reacende a loucura empreendedora e expansionista! Urge travar os delirantes projectos, fazer compreender aos temerários que já vai longe a idade do arremesso, da audácia, da aventura permanente e insaciável; que se trata agora de bom senso, de equilíbrio, de economia sobretudo — economia de vidas, de meios, de responsabilidades, de perigos. A fase da ofensiva acabou; soa a hora da defensiva cautelosa — se queremos guardar o que for possível das nossas

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

gigantescas aquisições. Não atender a este condicionamento severo e moderado pode dar origem a graves desastres.

Assim fala o *siso*. Fala em nome das realidades miúdas, positivas, fáceis de ver e de medir. São justificados os seus avisos. Mas fala também em nome da resignação, da conformidade com os limites postos à tal sede do *plus ultra*, do mais além, que sempre queimou os Portugueses e deles tomou conta a partir do início da dinastia de Avis. Loucura ? Sem dúvida. Loucura que nos deu o litoral africano, nos atirou para além do Bojador « por mares nunca dantes navegados », nos levou a dobrar o cabo tormentoso do sul, nos fez aportar às praias da Índia longínqua, nos conduziu às enseadas virgens do Brasil. Loucura, sim — mas a Loucura típica, vitoriosa, grandiosa dos descobridores, dos conquistadores, dos viajantes infatigáveis de todos os oceanos e de todos os continentes, sobre minúsculos barcos de velas finas que os vendavais rasgavam. Loucura típica, vitoriosa, grandiosa do Portugal-Império !

*

Esta esplêndida e portuguesíssima Loucura empolga o Rei. Sem ela seria bem diferente o seu destino : « poderia ficar », traça-nos o quadro irònicamente Malheiro Dias, « quieto nos seus Paços da Ribeira, a ver desembarcar a pimenta das naus da Índia e os toros de ibirapitanga das naus do Brasil ... ». Não lho consente a vocação irresistível. E todo o seu curto reinado decorre sob os signos da preparação da guerra de África.

Nem vale por isso a pena insistir nas mesquinhas intrigas palacianas. Quer Dona Catarina, quando o neto é alçado ao poder, dar-lhe por ministros o antigo Governador do Brasil Tomé de Sousa, Pedro de Alcáçova Carneiro (que já o foi de Dom Henrique) e D. Julião de Alva, Bispo de Portalegre. O Rei prefere outro elenco, recomendado pelo Cardeal-Infante : D. Martinho Pereira — administração civil e fazenda ; Miguel de Moura — secretário de Estado ; e o Padre Martim Gonçalves da Câmara, irmão do preceptor régio, teólogo reputado, antigo Reitor da Universidade — escrivão da puri-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

dade, presidente da Mesa da Consciência e do Desembargo do Paço, Administrador dos Negócios da Justiça. Suscita isto magoados queixumes e censuras ásperas da viúva do *Piedoso*, que na sombra Pedro de Alcáçova Carneiro, despeitado, incita. Visto um dos Padres Câmaras ser jesuíta, aproveita-se o ensejo para acusar de todos os males presentes e hipotéticos a benemérita Companhia. As intrigas não esmorecem mais, até que em 1576 Pedro de Alcáçova Carneiro consegue provocar a desgraça de Martim Gonçalves (o irmão faleceu no ano anterior) e recuperar valimento e influência, com outro grupo de fidalgos — os moços e ardorosos *fidalgos da Cochada* — que o Monarca elege por favoritos : D. Álvaro de Castro, Cristóvão Pires de Távora, Luís da Silva, Manuel Quaresma Barreto, D. Francisco de Portugal. É justo sublinhar de passagem que o Padre Martim da Câmara, embora duro e autoritário, manifestou sempre elevado espírito patriótico e sofreu a honrosa antipatia dos agentes de Filipe II que nele reconheciam adversário inquebrantável.

Absorvido pela magnitude dos seus projectos, anda Dom Sebastião distraído, transportado, « só por entre a gente ». Poucos vivos o entendem e acompanham, nos voos febris da imaginação temerária ; busca por isso nos grandes mortos solidariedade, lição e estímulo. Simbólicas romagens em que — à semelhança de Anteu, filho de Neptuno e da Terra, a cobrar forças quando tocava o solo — parece adquirir estranhas energias ao contacto dos antepassados. Ei-lo em Ourique e em Sagres. No Mosteiro de Alcobaça faz abrir os túmulos de Dom Afonso II e Dom Afonso III — dois dos maiores Soberanos da primeira dinastia. Perante o sarcófago de Dom Pedro I profere severas palavras contra as suas fraquezas sentimentais. Em Coimbra queda-se ante as estátuas jacentes do Fundador e do Povoador, beija respeitosamente a espada que talhou em seus lineamentos iniciais o primeiro contorno da Pátria e, ao restituí-la a D. Lourenço Leite, Prior-mor, recomenda-lhe que diligentemente a guarde : — « Ainda um dia me hei-de valer dela contra os mouros, metendo Portugal pela África dentro ».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

A cena mais extraordinária, porém, desenrola-se na Batalha, ante o cadáver incorrupto do Príncipe Perfeito. Ajoelha Dom Sebastião respeitoso, comovido, a gorra de veludo preto entre os dedos. *Concentra-se numa oração demorada. E depois de ordenar ao moço* Duque de Aveiro que tem junto de si : — « Beijai com orgulho a mão de vosso bisavô », ergue-se solene, volta-se para quantos o cercam, declara com profunda convicção : — « Este foi o maior oficial que houve do nosso ofício ».

Fica ainda uns momentos de olhar fito no vulto majestoso de Dom João II. Ao sair, ouvem-no dizer, como para si : — « Este é o meu Rei, este é o meu Rei ! »

Há, em Dom Sebastião, de facto, estofo genuíno de novo Príncipe Perfeito. Bem o mostram certos aforismos em que procura cristalizar a sua ética de governante : — « Farei justiça ao grande e ao pequeno, sem aceitação de pessoas » ; — « Farei mercês aos bons e castigarei os maus » ; — « Proverei os cargos e ofícios em quem for para isso e não por outros respeitos » ; — « Serei pai dos pobres e dos que não tem quem faça por eles ». E o resumo, digno de ser igualado ao *Polla ley e polla grey* : — « Em negócios, terei primeiro conta com o bem comum, depois com o particular ».

Estas directrizes retratam um notável Soberano — prometem um grande reinado. A Loucura, no entanto, domina-o, arrasta-o na sua vertigem maravilhosa e fatal. As belas promessas ficarão por cumprir.

*

Em Julho de 1574 Dom António Prior do Crato, nomeado Governador de Tânger, larga numa esquadra em companhia de alguns cavaleiros e à frente de mais de um milhar de soldados. No mês seguinte, sem fazer caso dos sustos que enchem a Corte — e em que se irmanam todos : Dona Catarina, o Cardeal-Infante, o Padre Luís Gonçalves da Câmara — embarca Dom Sebastião para África, onde quer ir fazer uma espécie de reconhecimento. Demora-se em Ceuta até fins de Setembro ; passa depois a Tânger. Aí se defronta pela primeira vez com forças do Xerife e na refrega experimenta

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

a rijeza do seu braço e causa grandes estragos na turba mauritana. Presságio animador! Quando regressa em Novembro — acolhido com jubiloso alvoroço na capital, já alarmada pela larga ausência — vem mais decidido a levar por diante os seus planos. Pode-se dizer que desde então a única ideia é preparar a expedição definitiva. Tudo vai ser metòdicamente conjugado para ela nos quatro anos seguintes.

Os acontecimentos ocorridos então na Berbéria ajudam e favorecem os desígnios do Rei de Portugal. Envolvem-se os príncipes mouros em sanguinárias, incessantes contendas. A dinastia dos Sádidas consolidou-se por toda a extensão marroquina. Quando morre em Janeiro de 1574 Mulei Abdalah sucede-lhe Mulei Mohamede Almatauaquil, filho de uma escrava negra, designado como herdeiro por seu pai contra as regras estabelecidas na tradição da dinastia. Logo se agitam os dois irmãos de Abdalah que se supõem com legítimos direitos ao trono. Mulei Ahmede, o mais novo, pede auxílio a Mulei Abde Almelique (Mulei Maluco) — então ao serviço do Grão-Turco Selim II — para sustentar as suas reivindicações. Abde Almelique foi um dos melhores lugares-tenentes de Selim II na conquista de Túnis. Grato, o Sultão anui a tais pedidos — e Amurate III, seu sucessor, segue-lhe na esteira ... Encontram-se os exércitos de Abde Almelique e Mulei Mohamede — e este, vencido, retira para Marrocos, enquanto aquele após o triunfo se proclama Rei de Fez. Reduzido pouco a pouco nos domínios que lhe restam, solicita Mulei Mohamede os socorros de Portugal pelo emissário D. António da Cunha. A sua causa, de facto, é a nossa — já que o avanço de Abde Almelique, protegido do Sultão, ameaça alargar à Berbéria a hegemonia do Grão-Turco. Urge deter a onda temerosa da conquista islamita. Já não é só a Loucura a apontar-nos o caminho; é o Interesse Nacional — e a própria sorte da Cristandade.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Decidido a prosseguir no seu empenho, consulta Dom Sebastião alguns membros da nobreza. Respondem-lhe, de modo geral, estarem prontos a obedecer ao que lhes for ordenado. Entre os fidalgos a ideia da guerra é bem acolhida pela maioria — a mesma que depois, ao partir a expedição (como sublinha Costa Lobo), «nos aparatos festivos, na sumptuosidade dos trajos e dos jaezes... alienando ou empenhando as suas propriedades, ostentava o entusiasmo pelo ardido cometimento».

Certo disto, pensa o Rei numa diligência de maior envergadura. Parece-lhe imprescindível e lógico obter a aliança espanhola, já que se trata não só de defender as crenças comuns às duas nações mas também de impedir o inimigo comum de tomar posições inconvenientes ou perigosas para ambas. Manda pois em Junho de 1576 Pedro de Alcáçova Carneiro a Madrid, encarregado de importantes diligências: a proposta de um encontro entre Dom Sebastião e seu tio Filipe II; o pedido de tropas espanholas para colaborarem na conquista de Larache; e ainda, em nome de Dona Catarina, o da Infanta Dona Isabel Clara Eugénia para esposa do Monarca português.

É a altura de recordar as várias hipóteses anteriormente postas quanto ao casamento do jovem Soberano — cuja necessidade, geralmente sentida, foi objecto de uma petição das Cortes de 1562.

A primeira dessas hipóteses — de acordo com os votos das mesmas Cortes — é uma Princesa de França, a irmã de Carlos IX, Margarida, Duquesa de Valois. Já por 1559 — conta Dom Sebastião apenas cinco anos — se fazem sondagens em Paris e se fala na vinda a Lisboa de uma embaixada francesa para ventilar o assunto. A Espanha, todavia, mostra preferir uma filha do Imperador Maximiliano de Áustria — e assim o manifesta Dona Joana, mãe de Dom Sebastião. Arrastam-se as negociações parisienses; Catarina de Médicis hesita perante a possibilidade de ter por genro o Príncipe Carlos de Espanha — o mesmo a quem se quis assegurar a possível sucessão da Coroa portuguesa. Entretém-lhe as esperanças o governo de Madrid e continua a fazer pressão a favor de Dona Isabel de Áustria — cuja irmã destina ao Príncipe Carlos. O próprio Santo Padre Pio IV, para comprazer ao Monarca espanhol, intervém a favor

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

deste ponto de vista, com os Breves *Cum te* e *Non esse alienum*, dirigidos respectivamente a Dom Sebastião e a Dona Catarina. Mas o Cardeal Dom Henrique, velho partidário do casamento francês, procura adiar a resolução. Tanto a adia que o Rei, já então com treze anos e senhor de precoce força de vontade, comunica a Filipe II entender casar apenas quando queira e com quem queira. Parece-lhe intolerável ver tal negócio sempre dirigido por influências estranhas.

A morte da Rainha Isabel de Espanha no ano seguinte traz um factor novo a esta confusa intriga diplomática. Fascina-se Carlos IX com a ideia de colocar sua irmã no trono de Madrid. Mas Filipe não se mostra disposto a tal e recomenda em Lisboa que Margarida de Valois também aqui não seja aceita para noiva do Rei. O seu plano é casar Dona Ana de Áustria com o Soberano francês e reservar Dona Isabel de Áustria para Dom Sebastião. Quando já logrou convencer todos, muda inesperadamente de parecer : quer Dona Ana para si, sugere que Dona Isabel despose Carlos IX e torna a propor Margarida de Valois ao *Desejado !* Em Lisboa o caso provoca indignação e repulsa. Falham a intervenção pontifícia, sempre favorável a Filipe II, e a de Francisco de Borja, Geral dos Jesuítas, junto do Padre Luís Gonçalves da Câmara — que goza do maior ascendente perante o Rei mas esbarra numa negativa formal. A volúvel e escandalosa irmã de Carlos IX não tarda aliás a consorciar-se em 1572 com Henrique de Navarra, o futuro Henrique IV.

Deste modo ficam gorados os diversos projectos de casamento de Dom Sebastião. Dá isto ensejo a insinuações tendenciosas : incapacidade física do Rei, antipatia sua pelo casamento, estranhos manejos dos Jesuítas. No entanto é fácil ver que o caso se explica simplesmente por louváveis propósitos de independência e de brio nacional.

Agora Pedro de Alcáçova Carneiro pede a mão de Dona Isabel Clara Eugénia para o seu Rei. Prova flagrante de nem ser este incapaz, nem ter aversão irremovível a constituir família. Prova também de ser desejo seu, a par de descobrir a solução para um problema que há muito se arrasta, atrair as boas graças de Filipe e ganhar o ambicionado auxílio espanhol.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Depois de largas conversas entre Pedro de Alcáçova e os dois próceres encarregados de o receber e ouvir — o Duque de Alba e D. António de Toledo, Prior de Malta, — assenta-se em que os Soberanos celebrem a sua entrevista no Santuário de Guadalupe, onde o filho de Carlos V se dirigirá como romeiro, a fim de cumprir uma promessa.

Ali chega, com efeito, Dom Sebastião a 22 de Dezembro de 1576. Enche-o de atenções e de boas palavras o tio — a quem nas conferências realizadas na escola do Prior de Guadalupe logo formula os dois pedidos que o interessam : o da mão da Princesa Isabel Clara e o de um corpo de exército para a campanha de África. Filipe II, astuto, reflectido, dissimulado — é a antítese do fogoso sobrinho. Calculador meticuloso — «*obraba siempre con una minuciosidad extremada*», condensa o seu recente biógrafo Julião Maria Rubio — adiar, em sua opinião, representa decerto o melhor estratagema político. Acredita, como se diz no famoso prolóquio italiano, que *il tempo e gentilhuomo,* que o tempo tudo resolve, boleia arestas, desgasta obstáculos, facilita conciliações. Ao apelo vibrante de Dom Sebastião — que expõe os perigos da extensão do poderio turco à Berbéria — responde com serena fleuma, alega que deverá repugnar a Abde Almelique servir os interesses do Sultão, por sua vez em guerra com os Persas. Amurate III vacilará em desafiar todos os Reis cristãos com uma instalação provocadora em Larache. Enfim a campanha não se lhe afigura indispensável e urgente. Instado vivamente pelo sobrinho, acaba por lhe prometer cinquenta galés e cinco mil soldados — mas sujeita a promessa a tais condições e restrições que apenas ficará em palavras. Quanto ao casamento opina que a Infanta sua filha é demasiado jovem e embora tenha o maior gosto em que ele se efectue acha preferível retardar o anúncio público até Dona Isabel Clara ter a idade necessária.

Pouco ou nada resulta da entrevista de Guadalupe. O aspecto de Cruzada que a guerra de África assume para Dom Sebastião deixa frio o ardiloso castelhano. Outro jogador de xadrez ... Para Filipe II tudo aquilo não passa de um jogo. É tida como invenção a frase que proferiria na despedida, ao ouvido de um dos seus familiares, quando

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

se separa do sobrinho: — «*Vaya en hora buena, que si venciere buen yerno tendremos; y si fuere vencido buen reyno nos vendrá*». Invenção, porventura. Mas síntese provável dos pensamentos que lhe bailam no espírito — ocupado apenas em dispor as pedras no tabuleiro e em calcular inteligentemente os futuros lances da partida...

Há uma lenda persistente relativa à imprevidência, à leviandade do Rei na preparação da expedição africana. O certo é que aproveita com cuidado todos os elementos susceptíveis de lhe garantir o máximo poder e a máxima eficácia.

Na Santa Sé encontra a compreensão integral dos seus vastos intuitos. A 13 de Dezembro de 1574 expede Gregório XIII o Breve *Ad graves,* pelo qual lhe concede a terça parte de todas as rendas e proventos eclesiásticos — que, por acordo com o clero, se fixa em cento e cinquenta mil cruzados. Também o Papa envia a Dom Sebastião a Bula da Cruzada — tão claramente se trata de nova guerra santa. E os católicos acorrem a dar os seus óbolos com unânime generosidade.

Entre os muitos tributos destinados a enfrentar as avultadas despesas há que assinalar o de duzentos e cinquenta mil cruzados obtido dos cristãos-novos, sob condição de lhes não serem confiscados os bens pelo espaço de dez anos. Este expediente, embora sancionado por um breve pontifício, inspira comentários severos a Filipe II. Justifica-se a desaprovação do Rei de Espanha — mas como deverá ser apreciado o seu retraimento egoísta ante o apelo que lhe foi dirigido, quando está em causa a defesa da fé cristã e da integridade da Península?

O ano de 1577 é empregado em contratar nos diversos centros da Europa combatentes para engrossar o nosso exército. Assim se aliciam alguns milhares de alemães, de italianos, de holandeses, por emissários ou pelos embaixadores nas respectivas capitais. E prossegue a instrução militar intensiva em todo o país; os estaleiros trabalham febrilmente; a guerra torna-se finalidade exclusiva da nação em armas.

*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Sabedor de tudo isto Abde Almelique multiplica diligências conciliadoras. A D. Duarte de Menezes manda recados, quer pelo seu prisioneiro Abel Quaresma, quer pelo comerciante genovês André Gaspar Corso ; rejeitam-lhe as propostas. Escreve também ao próprio Dom Sebastião, a solicitar-lhe o envio de plenipotenciários para se assentar num acordo. O Rei nem responde.

Censura-se muito a obstinação do *Desejado*. Desde que se reflicta nas razões superiores que o induzem nada surpreende que não ceda a promessas e avisos da última hora. Censura-se também ao Rei a sua teima de ir pessoalmente à cabeça das tropas ; o facto só demonstra quanto desinteresse, quanto ardor apostólico o transfiguram. Há todavia um reparo fundamental a fazer, e este sem reservas : o erro maior, o erro tremendo de Dom Sebastião é partir sem deixar herdeiro, partir antes do casamento que a Nação em peso considera imprescindível. A frase de D. Miguel de Menezes não devia ter sido esquecida, quando, ante o projecto de expedição africana, observava : « não será ... sem V. Alteza nos deixar seis ou sete filhos machos ». É contudo digna de ser pesada, para juízo definitivo, a iniciativa do Rei quando pede ao tio madrileno a mão da Infanta Isabel Clara Eugénia. Se o vizinho Monarca dá ao pedido outro seguimento não se convenceria a esperar algum tempo até lhe ser possível contrair matrimónio e deixar nos filhos que tivesse da Princesa o penhor da continuidade dinástica ? Há quem atribua a Filipe II a maquiavélica intenção de provocar a perda do sobrinho — e com ela, para além dela, a perda da nossa independência. Será assim ? Sob muitos aspectos o seu procedimento tende a confirmar a suspeita.

*

A 14 de Junho de 1578 é benzido o estandarte real na Sé de Lisboa. Forma-se cortejo memorável pelo esplendor das vestes e das armas, pelo número de fidalgos que, seguidos dos seus pajens e lacaios, nele participam. À frente o Rei — cujo aprumo e juventude acordam o entusiasmo popular. Na bandeira, de damasco carme-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

sim com franja de prata, aparecem, lavrados a oiro, de um lado a imagem do Crucificado, do outro as armas portuguesas. Dom Sebastião embarca depois. Fica entregue o Reino a uma Junta Governativa constituída pelo Arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida; D. João de Mascarenhas; Pedro de Alcáçova Carneiro; Francisco de Sá; e o secretário Miguel de Moura.

A 24, enfim, larga a esquadra imensa, constelada de flâmulas como para uma festa. Vão, segundo parece, uns quinhentos navios — aos quais se juntarão em Arzila os do Prior do Crato, os do Duque de Aveiro, os do Duque de Bragança, retidos por motivos diversos. Das margens saudam-nos as ovações de um povo apreensivo mas exaltado pelo belo espectáculo e pela confiança que ostentam todos, a começar pelo Monarca — feliz ao dar o primeiro passo em direcção à cruzada que sonhou. Toda a nobreza lhe faz séquito — nessa última exibição faustosa do Portugal da Idade de Oiro.

A 7 de Julho atingem Tânger. Poucos dias depois reúne-se a armada inteira em Arzila. Na passagem por Tânger vem Mulei Mohamede ratificar a promessa de ceder ao Rei de Portugal certos pontos estratégicos do litoral marroquino. Consta mesmo — na versão de Frei Luís Nieto — que oferece como garantia seu filho Mulei Xeque, de doze anos apenas. Não será isto mais do que simples fantasia do cronista.

Em Arzila celebra-se um conselho de oficiais após o desembarque do exército — para deliberar se se seguirá por terra a tomar Alcácer-Quibir, ou por mar a tomar Larache, objectivo directo da campanha. Vasco da Silveira, Coronel do terço do Alentejo, é o porta-voz dos que preferem a segunda solução por ser menos exaustiva para as tropas. Larache, mal defendida, fàcilmente será ocupada; ali se formará uma base para as operações subsequentes. O Rei, todavia, anseia por um encontro em campo aberto e prefere marchar direito ao inimigo — tanto mais que se alimentam ilusões desmedidas sobre as possibilidades de muitos chefes mouros desertarem das fileiras do Maluco e aderirem a Mulei Mohamede. Indo por

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

terra dá-se uma impressão de força e destemor que provocará as adesões esperadas.

Muitos condenam tal ponto de vista, que Dom Sebastião faz prevalecer no conselho; e dizem só o nortear o insofrido apetite de bater-se, mesmo à custa das maiores imprudências. Carlos Malheiro Dias ataca certeiramente este falso juízo, a somar a tantos outros. Cita o relatório do General espanhol Silvestre, de 1911, no qual se mostram as dificuldades extremas de um desembarque em Larache, a excelente posição estratégica da praça, «*sin puestos intermedios y con un rio a su espalda de la importancia del Lucus* ...», e conclui por esta lúcida síntese: — «Como se está vendo, os soldados do Século XX confirmam os argumentos de Dom Sebastião. Larache não podia ser tomada por mar e a travessia do Luco dificultaria o seu assalto por terra. A única solução militar era a batalha campal, que entregaria automàticamente Larache ao vencedor, sem os perigos, quer do cerco, quer de uma situação idêntica àquela em que se encontrou o exército do Infante Dom Henrique em Tânger».

As forças põem-se em marcha a 29 de Julho. Param nos Moinhos, junto ao Rio Doce; no dia seguinte quedam-se em Almenara. Ali se lhes reúne o Capitão Francisco Aldana com quinhentos castelhanos — portador de uma carta do Duque d'Alba e do elmo usado por Carlos V em Túnis, oferta do Monarca espanhol. A 1 de Agosto acampam em Três Ribeiros. A 3, passado o Mocazim, estão os dois exércitos à vista. Entre o Mocazim e o Rur tomam posição os nossos — já na extensa planura de Alcácer.

A noite é uma vigília de armas. Sente-se o adversário, denso e inumerável, além da sombra. Há receios, alvitres, vaticínios. Só Dom Sebastião se conserva sereníssimo, alegre, absorvido em preces ardentes — a procurar talvez, no céu alto e negro, a remota luz da sua estrela.

Ainda na madrugada de 4 chegam estranhos rumores: Abde Almelique, o Maluco, está gravemente enfermo — pode-se dizer:

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

agonizante. Segreda-se que foi envenenado por qualquer traidor: uma das suas mulheres, Lella Osuña, aventam certos autores; o alcaide Dogali ou o renegado português Reduão, asseguram outros. Nesse caso vale mais esperar que, perante a morte do seu chefe, os mouros desmoralizados se passem às bandas de Mulei Mohamede ou larguem em fuga pelos areais. Convém, além disso, dar aos homens algum descanso antes do embate. E todos aconselham o adiamento, ao menos até ao dia seguinte.

Estas vozes despertam a relutância de Dom Sebastião: veio para se defrontar com o Rei de Fez e não para cair sobre os despojos do seu cadáver. Tais insistências o assediam que vai porventura ceder — quando Francisco Aldana o interpela, grita a urgência de avançar, de dar batalha, sob pena de se perder tudo. Logo o Monarca se deixa contagiar por este brado caloroso. E resolve acometer a turba islâmica — que, pela massa imponente, produz medo nas suas hostes. Demorar será aparentar vacilação e receio. A Loucura portuguesa acende furores bélicos no ânimo do *Desejado*. O caminho é para a frente!

O nosso exército adopta a formação de combate. Na vanguarda, ao meio, o valoroso terço dos Aventureiros, com Álvaro Pires de Távora à cabeça e junto dele João da Silva, Pedro Lopes, João Álvares de Azevedo, Francisco Ferreira de Valdivielso. Ali se vêem muitos dos incomparáveis Capitães da África e do Oriente: Alexandre Moreira, João da Gama, Diogo Lopes, João Gonçalves de Azevedo — e também os quatro Menezes, D. António, D. Diogo, D. João e D. Miguel, D. Manuel Rolim, D. Martinho de Castelo Branco, Bernardino Ribeiro Pacheco, Simão da Cunha, Miguel Teles de Moura, o castelhano D. Gonçalo Chacón. À direita o terço dos alemães, comandado por Martim de Borgonha. À esquerda os italianos de Tomaz Stukeley e os espanhóis de Afonso de Aguilar, de D. Luís Hernandez de Córdoba, de D. Luís de Godoy. No centro a bagagem e os não-combatentes, ladeados pelos terços de Vasco da Silveira e de Diogo Lopes de Sequeira. Na retaguarda forte muralha de arcabuzeiros e de um lado e outro os terços de Francisco de Távora e D. Miguel de Noronha.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Fora do quadrado, na esquerda extrema, os seiscentos cavaleiros que o Rei em pessoa chefia, entre os quais alinham os maiores fidalgos do Reino. Na direita os do Duque de Aveiro e do Mestre de Campo General e, a formar a direita extrema, Mulei Mohamede com os seus fiéis. É bom acentuar que a ordem das nossas forças se deve a Francisco Aldana — isto para responder a quem também a esse respeito alveje hostilmente Dom Sebastião.

O exército de Abde Almelique, segundo os hábitos, adopta outro desenho, em meia lua — para, na sequência da acção, procurar envolver o adversário. À direita a cavalaria tem por chefe Mulei Ahmede, irmão mais novo do Maluco; à esquerda Mohamede Zarco.

Mal os nossos iniciam o avanço, Abde Almelique — espantoso exemplo de autodomínio — embora moribundo, monta a cavalo e dirige uma alocução às tropas. À sua voz, a imensa chusma dos mouros avança também. A cavalaria árabe alonga as pontas da meia lua, esboça o envolvimento, como que traça, em trémulos e alvos contornos, um círculo dentro do qual os nossos progridem. « Infinita mourama ! » — comenta D. Jorge Telo de Menezes, pajem adolescente. Ouve-o Dom Sebastião e replica numa ironia : — « Deve ser menos do que vos parece ... ».

A artilharia moura lança — pelas dez horas — os primeiros tiros certeiros; provocam alguma confusão nas filas portuguesas. Após breve demora, que os impacientes estranham (rezará, alheado, como Nuno Álvares em Valverde ?) — o Rei, ao grito de *São Jorge !*, arremete, seguido da sua cavalaria. Os Aventureiros galopam também, numa carga épica, ao encontro da infantaria inimiga que já quase os toca. Dentro de pouco uns e outros abrem tal brecha, rolam com tal fragor sobre os corpos esmagados, despedem golpes de tal violência e tal rapidez que os árabes, espavoridos, debandam. Debandam os andaluzes do centro : debandam os cavaleiros de Mulei Ahmede, que é o mais célere na fuga e só parará muito longe. Ao ver tal descalabro, furioso e aflito ante a cobardia dos seus, Abde Almelique tenta derradeiro esforço. Sai da liteira onde jaz, sobe a custo para um cavalo, pretende deter os fugitivos. Uma

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

síncope brusca prostra-o, abatido sobre o animal como haste quebrada. E acaba-se-lhe a vida em minutos — no momento culminante da batalha.

Apesar de fazerem segredo os que o rodeiam, alguns dos nossos vêem sucumbir o Rei de Fez. Ao mesmo tempo, os Aventureiros apossam-se de dois pendões mauritanos. Um arrepio de triunfo sacode a gente portuguesa. Brada-se já : — « Vitória ! O Maluco é morto ! » Durante um segundo, a História hesita : o destino de Dom Sebastião oscila entre a catástrofe e a apoteose.

Logo depois, a História resolve : é a catástrofe. Os reforços mouros acodem. O Capitão dos Aventureiros, Álvaro Pires de Távora, cambaleia e tomba, atingido por uma bala. Então soa o clamor tremendo, fatídico do Sargento-Mor Pedro Lopes, desorientado pela inutilização do comandante : — « Ter ! Ter ! » O ímpeto que leva a onda homérica dos Aventureiros suspende-se de súbito. Constituem a ponta de uma cunha dirigida ao coração do inimigo. Vão isolados, numa vertigem ; o pânico que semeiam abre caminho ao grosso das forças. Assim parados, desconcertados, inertes, a realidade mostra o que são : um bando de audazes perdidos no mar dos infiéis. E rodeiam-nos ; chacinam-nos ; façam os prodígios que fizerem estão condenados sem remédio. Na ala direita o Duque de Aveiro, D. Duarte de Menezes, Mulei Mohamede, lutam magnìficamente, mas são também embrulhados, dominados pelo número avassalador.

E o Rei ? « *Era fuego del cielo, y ninguno le osaba aguardar* » — declaram os mouros, ao que relata Henrique de Castries. Como arcanjo extraordinário, vai e vem, em sucessivas investidas, numa embriaguez de sangue e de heroísmo, forte, destemido, implacável. A mocidade fidalga larga atrás dele, à desfilada, sem conhecer o perigo — endoidecida pelo valor do Chefe. Caem muitos, cada vez mais, em clareiras trágicas. Nos ataques que faz a cavalgada inverosímil, fica metade primeiro ; depois, metade dessa metade ; por fim, há apenas um grupo de centauros fantásticos, cujas espadas vermelhas giram sem parança, a rutilar ao sol de África. Dom Sebastião não dá por nada. Os cavalos morrem-lhe, uns após outros ; as armas partem-se. Muda de ginete, toma ao acaso uma lança ou

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

uma espada de um monte de destroços — e volta jubiloso, delirante, insensível, a cortar na seara dos mouros.

Já se torna certa a derrota. Começam as instâncias para que o Rei se ponha a salvo, aproveite uma distracção ou um redemoinho para escapar, com um núcleo de fiéis, ao círculo infernal. Dom Sebastião não ouve, não pensa, não admite outra coisa que não seja bater-se ainda, até ao fim. Melhor: bater-se sem fim! Muda outra vez de cavalo — cedido por Jorge de Albuquerque Coelho, sèriamente ferido. E continua numa alucinação, a atirar cutiladas no espaço como inconsciente e extasiado.

Inconsciente? As frases que os cronistas reproduzem denunciam, ao contrário, que o enche a consciência sobre-humana da sua última hora — e do alcance do sacrifício que consuma. É a célebre resposta a D. João de Portugal, que lhe pergunta: — «Que pode haver aqui que fazer, senão morrermos todos?» E o Rei, transfigurado, cavaleiro incomparável: — «Morrer, sim, mas devagar!» É outra resposta transcrita por Barbosa Machado, mais alta ainda, porque se adivinha o espírito liberto, já em ascensão exultante: «Meu senhor, que remédio teremos?» — interroga num desespero o valido Cristóvão de Távora. Logo Dom Sebastião, triunfante no meio da derrota, confiado na recompensa eterna: — «O do Céu, se as nossas obras o merecerem!»

*

O resto — pouco interessa. Tudo incerto, nebuloso. Cai o Soberano assassinado por uns árabes que entre si o disputam como cativo — segundo narram Frei Bernardo da Cruz, Luís de Oxeda e outros? Morre ainda a combater, de acordo com as versões de Jerónimo de Mendonça e de Frei Luís Nieto? Apenas se sabe que — na frase do autor da *Jornada de África* — «nunca alguém disse que vira matar a El Rey, e não é muito realmente, pois nenhum homem que ficasse vivo é razão que tal confesse». Reconhecem depois o cadáver vários fidalgos prisioneiros de Mulei Ahmede? É resgatado e trazido para Lisboa, onde jaz na Igreja

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

de Santa Maria de Belém ? Nada se apurou de maneira incontestável. As dúvidas permanecem, vivas. Já agora — para sempre.

Alcácer-Quibir é a desforra secular dos Mouros derrotados na Península — em Ourique, nas Navas de Tolosa, no Salado, em mil combates. Por fim lhes cabem, após tantos malogros, vantagens e troféus de vencedores. Por fim o Crescente se ergue outra vez no céu africano, poderoso e límpido, envolto em prestígio.

Se Dom Sebastião vence (apetece, neste caso, embrenharmo-nos pelas quiméricas paragens da *ucronia* ...) a que novos cimos subiria Portugal, ainda na posse da maior parte da Índia, com o Brasil a florescer à sombra da sua bandeira — e senhor de todo Marrocos ? ! O triunfador seria porventura considerado o maior general do Ocidente cristão. Casaria, na volta, com a filha de Filipe II. Ante o sucessor de Carlos V levantar-se-ia, moço e glorioso, como émulo fulgurante. Não o quer a Providência — que o faz tombar para sempre entre as vítimas da jornada infausta de 4 de Agosto.

Ouse-se então reconhecer que os dias do Portugal da Idade de Oiro estavam contados. Em Ceuta principiou, século e meio atrás, a Epopeia ; termina agora em Alcácer. Na África o prólogo ; na África o epílogo. Dentro de pouco a Índia vai ser-nos arrebatada em pedaços ; as nossas armadas vão fundir-se em desastres sucessivos e com elas perder-se-á o domínio do comércio africano e oriental ; quanto ao Brasil, será nosso por muito tempo ainda, até ao fim do primeiro quartel do século XIX. Valeu a pena, contudo, viver essa Epopeia — que nos tornou um dos Povos-chefes da Civilização Cristã e gravou definitivamente o nosso nome na memória do Mundo.

Alcácer-Quibir — grandioso fecho da Loucura portuguesa. Fecho genuìnamente medieval — suicídio épico da lusa Cavalaria, com o « Capitão de Deus » a comandá-la. De tudo podemos orgulhar-nos : de tantas vitórias, de tantas proezas, de tantos descobrimentos, de tantos troféus — e mesmo, no final, do esplendor lúcido e sangrento desse belo holocausto !

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

SOB O PODER DOS ÁUSTRIAS

DEPRESSA se torna conhecida entre nós a notícia da desgraça de Alcácer — comunicada aos Governadores pelo Feitor do Reino em Gibraltar, António Manso. Filipe II logo a 13 de Agosto a recebe no Escurial. Em Lisboa a impressão é tremenda : o desmoronar do sonho africano, a destruição da melhor nobreza e do exército. Em Espanha, tão alvoroçado fica o Rei que na manhã do dia seguinte ausenta-se bruscamente, corre a Madrid, reúne o Conselho de Estado para tomar as providências que o caso impõe. Bem vê o fleumático e ambicioso Áustria como a derrota e a morte provável do sobrinho, sem deixar sucessor, abrem horizontes maravilhosos ao projecto de juntar sobre a sua cabeça as duas Coroas peninsulares.

A princípio mantém-se a incerteza quanto à sorte de Dom Sebastião. Fugitivo ? Prisioneiro ? Morto ? Por isso o Cardeal Dom Henrique é primeiro declarado simplesmente Curador, Governador e Sucessor do Reino. Mas não tarda a chegar de África D. Francisco de Sousa, portador de um documento assinado por Belchior do Amaral que assegura ter ele próprio enterrado o cadáver do Monarca. E a 28 de Agosto já Dom Henrique é aclamado Rei na Igreja do Hospital de Todos os Santos.

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Solenidade necessária, sem dúvida, mas que em nada pode desvanecer, ou mesmo diminuir, as apreensões fundamentadíssimas que pungem a nação inteira. Encontrou-se a solução imediata para o problema do trono vazio: ocupa-o, como está indicado, o Cardeal. Mas quem depois do Cardeal o ocupará? A idade já avançada de Dom Henrique, a sua saúde frágil, os votos eclesiásticos que o impedem de casar — dão a esta pergunta acuidade dramática. Tanto mais que os candidatos à sucessão despontam numerosos, os seus títulos suscitam dificuldades na escolha — e o mais temível de todos é o inimigo hereditário da nossa independência: o Rei de Espanha. Aconteceu o mesmo a seguir à morte de Dom Fernando em 1383 — mas as nossas condições de resistência e de reacção eram bem diferentes. Não havíamos perdido então, como em Alcácer, os mais notáveis cavaleiros, milhares de soldados e de armas, grande parte dos recursos acumulados na febre preparatória da expedição africana; não havíamos perdido sobretudo, como em 1578, a confiança em nós próprios.

Seis pretendentes alegam direitos à sucessão do Cardeal-Rei. Primeiro, Filipe II, filho da primogénita de Dom Manuel I, a Infanta Dona Isabel, que foi mulher de Carlos V; segundo, a Duquesa de Bragança, Dona Catarina, filha do Infante Dom Duarte, também neta portanto do *Venturoso*; terceiro, Dom António, Prior do Crato, filho do Infante Dom Luís e de Violante Gomes, a «Pelicana»; quarto, o Duque de Sabóia, Dom Manuel Felisberto, filho de outra filha de Dom Manuel, a Infanta Dona Beatriz; quinto, o Príncipe Rainúncio de Parma, filho de Dona Maria, neto do Infante Dom Duarte; sexto, enfim (mas este quase nem merece ser tomado em conta), Henrique III de França, sob o pretexto de se julgar descendente — por sua mãe, Catarina de Médicis, — do nosso Dom Afonso III e da Condessa de Bolonha. Tanto Dom Manuel Felisberto como o Príncipe Rainúncio não têm forças e meios para imporem a sua causa e não encontrarão decerto apoios visto serem inteiramente desconhecidos no país. Quanto à pre-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

tensão de Catarina de Médicis, cai pela base, já que foi estéril, todos o sabem, o primeiro casamento do *Bolonhês*. Concentra-se pois a luta entre os três citados à cabeça da lista: Filipe II, a Duquesa de Bragança, Dom António Prior do Crato.

Ouça-se a este respeito o catedrático de Valhadolide, Julião Maria Rubio:

— «*Al iniciarse la actuación politica de estos tres pretensores al trono portugués, era en realidad Filipe II el que se encontraba en condiciones de inferioridad respecto a los otros dos. Sin ningún ambiente ni simpatia en el reino, su triunfo era mirado com temor, pues implicaba la pérdida de la independencia política del país. Todo, en cambio, parecía favorecer a doña Catalina de Bragança en un principio, pues tenia a su favor la fuerza de su derecho, la opinión del Cardenal-Rey, la de toda la nobleza y alto clero, y una parte del pueblo, por lo menos el que habitaba sus extensas propiedades y las numerosas villas y ciudades de cuya señorio disfrutaba. El clero bajo y la gran masa del pueblo eran favorables a la candidatura del Prior de Crato; y si bien la fuerza de esta opinión y apoyo es siempre quebradiza e inconstante, es sin duda la más bullanguera y de mayor apariencia externa.*»

O panorama está bem dado. E agrada ver como Julião Rubio reconhece à Duquesa de Bragança a «força do seu direito» e ao Prior do Crato a força da popularidade. Um reparo haverá, porém, a fazer-lhe: se o Rei Católico está numa situação inferior por não contar simpatias no país e representar ameaça temível para a nossa independência — nem por isso deixará de se mostrar o mais forte dos três, visto possuir dois trunfos: o seu oiro e o seu exército. Já se verá a importância de um e de outro no desenrolar dos acontecimentos.

A crise aberta em 1578 — que será gravíssima e prolongada — joga-se entre quatro entidades fundamentais: *a*) o Cardeal-Rei; *b*) a vontade nacional; *c*) o Prior do Crato; *d*) a Espanha.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

O Cardeal — com sessenta e seis anos, sem energia, permanentemente enfermo, homem de Igreja e não homem de Estado — tem, na expressiva frase do Conde da Ericeira logo à entrada do *Portugal Restaurado*, « a irresolução por natureza, e o receio por effeito do Habito ». Cruelmente ferido pelo desfecho trágico da expedição de África e pelas circunstâncias angustiosas em que se debate o Reino, não pode evidentemente dominá-las, pois o vigor não lhe chega para tanto. O seu primeiro cuidado, uma vez no trono — honra lhe seja ! — é atender à dolorosa sorte dos que ficaram prisioneiros dos mouros após Alcácer-Quibir. Urge, antes de mais nada, tratar do resgate desses valentes e infelizes servidores da Pátria. Dom Henrique junta para tal fim com grande dificuldade os recursos financeiros necessários e, coadjuvado por D. Rodrigo de Menezes e vários religiosos, promove o regresso de muitos deles à custa de avultadas quantias. A fim de tentar resolver o problema complexo da sucessão — inclinado, em princípio, a favorecer sua sobrinha Dona Catarina — faz diligências repetidas para obter da Santa Sé a dispensa dos votos eclesiásticos e assim poder contrair matrimónio do qual resulte um herdeiro da Coroa. É para muitos a solução ideal, capaz de se impor a todos os pretendentes e de evitar as calamidades que enegrecem o horizonte. Apontam-se possíveis esposas para Dom Henrique : a viúva de Carlos IX de França, Isabel de Áustria, que esteve para casar com o *Desejado ;* a filha primogénita dos Duques de Bragança, Dona Maria, que mal passa dos treze anos e meio — e poderia ser neta do hipotético marido ... Seja como for, a urgência do casamento é sentida e preconizada por numerosas pessoas. Menos de um mês após a sua aclamação já Dom Henrique se vê assediado pelos vereadores e procuradores de Lisboa — e lhes promete tratar a sério do caso. Segundo parece, não tarda a escrever a Filipe II, a anunciar-lhe a decisão tomada e a citar-lhe como provável escolhida Isabel de Áustria. Em fins de Outubro (por intermédio do Padre Leão Henriques, confessor do Cardeal) insistem de novo os vereadores. Quanto ao Rei Católico, apenas avisado dos propósitos do tio procura intensamente contrariá-los, quer pelo seu Embai-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

xador em Roma, D. João de Zuñiga, quer pelo teólogo Frei Fernando del Castillo, que envia à nossa capital para dissuadir o Soberano português. Mas Dom Henrique persiste em honrar a promessa feita — embora para ele constitua autêntico sacrifício. A 31 de Janeiro de 1579 participa-o ao Conselho de Estado e aos delegados do Município; a 12 do mês seguinte insiste, numa carta ao Pontífice, pela concessão da dispensa. Gregório XIII, que Zuñiga exorta a não a dar, demora-se em vacilações. E resolve mandar a Lisboa o antigo Núncio em Nápoles António Sauli, para ver se consegue abalar o Cardeal-Rei nos seus desígnios. Contrariado e não convencido, dirige-se outra vez Dom Henrique ao Papa e lùcidamente salienta: «a medicina mais eficaz contra as desgraças e perturbações que ameaçam a Nação seria alcançar de Deus misericordioso e clemente, por este meio, um herdeiro que me sucedesse tranquila e pacìficamente». Nada mais certo. Sem descansar nas suas instâncias, provoca ainda o Cardeal-Rei uma embaixada das Cortes a Gregório XIII, a pedir-lhe que anua às solicitações já feitas. São mesmo designados os dois Embaixadores: D. Duarte de Castelo Branco e o desembargador Rui Fernandes de Castanheda — mas não chegam a partir. Em Maio volta Dom Henrique a escrever para Roma. O Santo Padre, sem querer afrontar Filipe II, adia sempre; calcula que assim levará o Cardeal a desistir — tanto mais que a doença se agrava e torna inviável o projecto. Assim é, de facto. Preste-se no entanto a Dom Henrique a justiça devida pelos esforços persistentes que desenvolve — esforços que, na opinião do moderno historiógrafo espanhol Mariano Tomás, chegam a construir «*el alegato más peligroso para los derechos del Rey de España* ...»

*

Por seu lado a vontade nacional agita-se, apreensiva, no desejo de evitar a consumação do atentado contra a nossa autonomia. Exprimem-na os procuradores e vereadores lisboetas. Exprime-a, de norte a sul, o povo em alvoroço que alguns homens corajosos entretêm em constante excitação. Adivinha-se que um sobressalto colectivo

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

surgirá mal o perigo se defina. A hostilidade popular que regista Julião Rubio perante a candidatura de Filipe II vale como sintoma claro desse estado de espírito, generalizado a todo o país.

E a Espanha? A Espanha procede com hábil e sistemática tenacidade. Compreende o filho de Carlos V dever aproveitar a trégua concedida pelo destino e suspensa do fio de vida que anima ainda o Cardeal-Rei. Depois — haverá que lançar mão dos processos radicais. Para melhor preparar o terreno, dentro do seu habitual critério de manobrador astucioso, planeia Filipe II minar quanto possa a sociedade portuguesa de modo a reduzir-lhe ao mínimo, na hora própria, a consistência e a resistência. Vem a Lisboa com esse fim o português Cristóvão de Moura, antigo pajem de Dona Joana (mãe de Dom Sebastião) que há muito conquistou a plena confiança da Corte de Madrid e já serviu em outras missões importantes, como no ajuste da famosa entrevista de Guadalupe, antes da segunda ida do *Desejado* a África. Instrumento absoluto da vontade de Filipe, Cristóvão de Moura nenhum amor conserva já à terra onde nasceu. Alega razão aceitável para surgir na nossa capital: Francisco de Moura, seu irmão e dois primos direitos, Cristóvão e Francisco de Távora, contam-se entre as vítimas da hecatombe de Alcácer. Além disso transmite oferta hipócrita de seu amo para auxiliar o resgate de Dom Sebastião — se se der o caso de ter ficado cativo e não morto na Berbéria ...

Tudo meros pretextos, claro. O que traz Cristóvão de Moura a Lisboa é o encargo formal de ser o espião de Filipe II na Corte e de arrebanhar o maior número de personagens categorizadas para a sua causa. Deve-se reconhecer que magistralmente logra os dois objectivos. Torna-se dedicado, inteligentíssimo informador; e, provido de fartos recursos para executar a sua missão, consegue, tanto pela lisonja como pela promessa ou pelo suborno, aliciar para o partido dos Áustrias os ambiciosos, os venais, os degenerados, os tíbios — além de certas pessoas de boa fé dispostas a aceitar a única solução que julgam viável. Actividade intensa, eficacíssima. Em breve prazo o termita corrói profundamente o organismo português. Desde o Conselho do Rei até certos procuradores do povo

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

e a numerosos membros do clero, da nobreza, do exército — em todos os meios e classes se insinuam os agentes que espalha. Não hesita mesmo em defender junto de Dom Henrique — ciente das suas simpatias por Dona Catarina e da sua tenção de convocar as Cortes para se pronunciarem a favor da Duquesa — os direitos de Filipe II. Mistura argumentos com ameaças, para melhor sugestionar o ânimo alquebrado do velho Monarca indeciso.

Em Fevereiro de 1579 o Rei Católico reforça ainda a sua campanha com o envio de um Embaixador especial, o Duque de Ossuna. Vem exercer pressão mais viva sobre o Cardeal, reclamar-lhe de modo insistente que declare o sobrinho herdeiro.

Outro sobrinho, no entanto, — o Prior do Crato, — obtém por essa altura uma sentença de Manuel de Melo, clérigo da Ordem de São João, em que se atesta ter o Infante Dom Luís chegado a casar com Violante Gomes ; se Dom António é assim filho legítimo crescem as probabilidades a seu favor. Ao que se julga, a sentença de Manuel de Melo está longe de merecer crédito. E Dom Henrique mostra-se sempre contrário às pretensões do Prior do Crato.

Tanto que chama a si o julgamento final da causa da sucessão. Reúne os Três Estados ; juram estes aceitar a decisão dos juízes nomeados pelo Rei e prestar inteira obediência aos governadores que assumirão o poder em sua falta desde que não haja ainda sucessor designado. Esses governadores são cinco : o Arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida ; o Vedor da Fazenda D. João de Mascarenhas ; o Camareiro-Mor Francisco de Sá ; D. João Telo de Menezes e Diogo Lopes de Sousa. Apesar disto há muito quem sustente a opinião de que ao povo caberá eleger o sucessor, de acordo com os hábitos tradicionais, na falta de descendente directo.

A pedido de Dom Henrique expede o Papa um Breve pelo qual lhe confia a revisão da sentença de Manuel de Melo. Imediatamente o Cardeal, assistido de quatro prelados, a anula, nega o suposto matrimónio de Dom Luís e da « Pelicana ». Noutro Breve, porém, Gregório XIII revoga a disposição anterior, a rogo do Prior do Crato. Nem por isso Dom Henrique muda de parecer ; Dom António continua alvejado pela inimizade evidente do tio.

*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

O tempo corre sem que o problema tenda a resolver-se. Talvez com receio de qualquer iniciativa atrevida do Prior do Crato e abalado pela crescente insolência dos porta-vozes de Filipe II, começa Dom Henrique a pender para este de forma ostensiva. Depois de ter arrancado à Duquesa de Bragança e a Dom António (que logo no mesmo dia protesta junto do Núncio Alexandre Frumento e faz reserva de direitos) o juramento de se conformarem com a sua decisão, — mas o Rei Católico recusa-se com significativa petulância a tal formalidade, — ordena que ambos os pretendentes se afastem da capital e prepara nova reunião das Cortes, marcada de começo para Novembro de 1579. Cristóvão de Moura prossegue na sua acção junto do Cardeal, cuja saúde decai em ritmo acelerado. Como o sente porventura inclinado a ter em conta as justas reivindicações de Dona Catarina, imagina uma fórmula de acordo: Filipe II jurará guardar aos Portugueses — uma vez alçado ao trono — todos os privilégios e regalias que lhes garantiu o nosso Rei Dom Manuel I pela Carta Patente de 18 de Janeiro de 1499, quando seu filho Dom Miguel foi jurado herdeiro de Aragão e Castela; e uma das filhas dos Duques de Bragança casará com o Príncipe Real de Espanha, Dom Diogo.

Satisfeito com isto, Dom Henrique manda Paulo Afonso a Vila Viçosa levar os seus conselhos a Dona Catarina: manifesta o intuito de poupar a Nação às calamidades da guerra civil e da invasão espanhola; por isso quer que se estabeleça concórdia entre a sobrinha e Filipe II e aconselha-a a aceitar as bases propostas. Mas Paulo Afonso traz uma recusa categórica.

As eleições dos procuradores às Cortes decorrem com interesse por parte dos votantes. Eliminam-se arbitràriamente todos os partidários presumidos do Prior do Crato — como, em Lisboa, D. Manuel de Portugal e Diogo Salema, que o Cardeal rejeita e são substituídos por Febo Moniz e por Manuel de Sousa Pacheco. O que não impede o senado municipal de Lisboa de continuar a afirmar o direito dos Três Estados elegerem o sucessor; e alastra pelo país o desejo firme de ver a escolha recair num Príncipe português.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

A vontade nacional não desarma — conserva-se fiel à ideia fundamental da independência.

*

Abrem as Cortes de Almeirim a 11 de Janeiro de 1580. Por mais que tenham procurado arrancar a Dom Henrique um documento pelo qual seja dada preferência a Filipe II, nem o Duque de Ossuna nem Cristóvão de Moura o obtiveram. O Cardeal reserva-se — embora deseje promover acordo entre os candidatos.

Logo nos primeiros contactos com os procuradores do povo — dos quais se faz intérprete veemente Febo Moniz — vinca-se a obstinação destes em dois pontos básicos : eleição do Soberano pelos Três Estados ; exclusão do pretendente estrangeiro. A 15 de Janeiro D. António Pinheiro, Bispo de Leiria, anuncia as dúvidas que atormentam o Cardeal-Rei e o seu propósito de entrar em negociações com Filipe II para evitar males maiores ao país. Produz este recado grande celeuma. Novos clamores se levantam quando, a 18, reaparece o mesmo Prelado e desvenda as intenções de Dom Henrique. Declara agora ser o Rei Católico quem tem melhor direito à sucessão e espera a concordância das Cortes. Então Febo Moniz lança brados de desespero e de revolta. Esboça-se movimento geral de oposição — em que se aliem os três braços para defesa da Pátria. O braço da nobreza pronuncia-se a favor da proposta do Cardeal-Rei, a 21, por maioria de um voto. O braço do clero já se manifestou antes, também a favor. Nem assim os procuradores do povo modificam a sua atitude. A 22, no meio de ardoroso entusiasmo, pactuam solenemente « morrerem todos antes que obedecer ao Rei de Castela ». Outra vez desconcertado e vacilante, o Cardeal volta à primeira forma : a das muitas dúvidas que a comparação entre os direitos dos pretendentes inspira.

Não se chega, pois, a uma conclusão. Até que a 28 Dom Henrique tem um longo desmaio que alarma extraordinàriamente os seus familiares. Informados disto, tanto o Prior do Crato como Dona Catarina acorrem. A Duquesa, acompanhada de partidários seus que

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

gritam — *Viva a nossa Rainha!* — é recebida a 29 pelo tio. Insiste por uma decisão final em seu proveito? Se o faz nada alcança. A 31, depois de melhoras ilusórias, morre pelas onze da noite o Cardeal-Rei. Deixa tudo numa confusão e numa incerteza tremendas.

Sem lhe esconder as inegáveis deficiências, há que reconhecer-lhe atenuantes de vulto: além da sua idade e da sua fraqueza, as desencontradas vozes que lhe soam aos ouvidos; a divisão entre as facções; acima de tudo, o pesadelo da invasão espanhola. Dom Henrique não é, sem dúvida, um representante da Loucura portuguesa. Se o fosse teria escolhido a *tese da honra* e, como Dom João e Nuno Álvares em 1383, mesmo sem esperanças aparentemente fundadas, teria desencadeado a luta contra o poderoso vizinho. Débil, tímido, hesitante — opta, naturalmente, pela *tese do siso*. O siso naquela hora aconselha o entendimento com Filipe — a aceitação a bem de um jugo que, caso contrário, nos será imposto a mal.

Acentue-se todavia que o Cardeal-Rei não nos entrega à Espanha. Nenhum documento da sua mão implica de modo expresso a cedência às injunções repetidas e cominatórias de Madrid. Isto se deve salientar, afinal de contas, para alívio da sua memória.

*

Desaparecido Dom Henrique, prossegue a inquietação geral — agravada ainda pelo maior incremento das pressões e solicitações dos agentes espanhóis. A 21 de Março Cristóvão de Moura lê em Almeirim aos três braços nova mensagem de seu amo, cheia de promessas capciosas que visam a atrair mais gente. Mas os anticastelhanos manifestam-se com ruído. E as Cortes encerram-se sem nada terem determinado. Mantêm-se no exercício das suas funções os cinco governadores — cuja autoridade é mais do que precária.

Os pretendentes portugueses, entretanto, agitam-se. Em Paris o nosso Embaixador Francisco Geraldes pede auxílio a Henrique III para sustento dos direitos de Dona Catarina e sugere o casamento de uma das filhas dos Duques de Bragança com o Duque de Anjou. Junto da Corte inglesa fazem-se diligências idênticas. Na Grã-Bre-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

tanha como em França aparecem também os agentes do Prior do Crato. Por isso ambos os governos consideram necessário, em primeiro lugar, que Dona Catarina e Dom António conjuguem esforços em vez de os dispersarem. Receiam por outro lado indispor-se com Filipe II — e o interesse que mostram aos seus concorrentes não vai além de palavras de simpatia platónica.

O filho de Carlos V decide precipitar os acontecimentos. Escolhido para chefe do exército que deve ocupar Portugal o seu melhor homem de guerra — o Duque de Alba, — desloca-se o Rei Católico para Badajoz, onde a 13 de Junho, no Campo da Cantilhana, se efectua vistosa parada. A 18 Elvas rende-se, sem combate, à coluna dirigida por Sancho de Ávila.

É o sinal que provoca a explosão latente. Mal a notícia se conhece em Setúbal há no Conselho de Estado quem queira pôr D. Diogo de Menezes à frente da resistência ; outros votam que se implore de Filipe um adiamento — paliativo absurdo. Propõe um filho do Conde de Tentúgal que, por o Áustria haver perdido quaisquer direitos visto recorrer à violência, se levantem os Duques de Bragança por Soberanos. Os governadores — três deles são afectos à Espanha — conservam-se irresolutos, inertes ...

Então dá-se em Santarém um facto imprevisto. Encontra-se ali Dom António, acompanhado pelo Bispo da Guarda e vários amigos. No dia 19 — domingo — celebra-se festa religiosa na Ermida dos Apóstolos. O Bispo, acabada a missa, faz uma alocução patriótica, na qual, depois de aludir com mágoa à queda de Elvas, afirma que o único recurso contra a investida castelhana é erguer o Prior do Crato por Defensor do Reino. Os procuradores dos concelhos, vindos em grande número de Almeirim e os muitos populares presentes acolhem a sugestão com brados entusiásticos. Só um reduzido núcleo mostra o seu desacordo. Súbito, num rasgo, um fidalgo de Vila França, António Baracho, alça a espada, à qual prende um lenço, e clama sob o improvisado pendão : — « Real, real, por Dom António, Rei de Portugal ! » Vozes calorosas fazem-lhe eco. A turba, num delírio, julga-se porventura a reviver as grandes horas de 1383. O Prior do Crato ainda quer furtar-se à dignidade real, tomar ape-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

nas o título de Defensor. Já é tarde: as ovações estrugem, crepitantes. A temperatura sobe de tal maneira que, por querer opor-se e prender António Baracho, o alcaide Pedro Coutinho, suspeito de negociar com Cristóvão de Moura, por pouco escapa de ser linchado.

Dom António demora-se algum tempo a orar no Convento de São Domingos e presta juramento nos Paços do Concelho. No dia seguinte escreve às cidades e vilas do país a comunicar a aclamação. A 21 dirige-se à capital, entre o jubiloso acolhimento das terras por onde passa. A 23 entra em Lisboa, sem deparar qualquer resistência. O povo, por toda a parte, vitoria-o. Outro «Messias»?... Nessa hora dúbia e apática, o filho de Violante Gomes faz lembrar, pela audácia com que se apronta para a luta e incarna as aspirações anti-castelhanas, o filho de Teresa Lourenço — com duzentos anos de intervalo. No desfecho da aventura é que variarão os seus destinos.

Ao saber como Dom António se tornou senhor de Lisboa, os governadores, que se conservam em Setúbal e se sentem inteiramente isolados, evadem-se de madrugada, largam numa caravela até Aiamonte. Vão com eles outros conhecidos partidários da Espanha: D. Duarte de Castelo Branco, Vedor da Fazenda, que leva os importantes valores confiados à sua guarda; Diogo Lopes de Sequeira, D. Fernando de Noronha, D. Pedro de Menezes, D. António de Castro, etc. A 17 de Julho expedem os três governadores — D. João de Mascarenhas, Francisco de Sá e Diogo Lopes de Sousa — a vergonhosa sentença pela qual proclamam a realeza de Filipe II e atacam desenfreadamente o Prior do Crato. O preço da traição é avaliado pelo Rei Católico em sete mil ducados, que recebe cada um. Colhe igual recompensa o Vedor da Fazenda — por haver desfalcado a pátria dos meios tão necessários para sua defesa.

*

As tropas do Duque de Alba entram a 27 de Junho. Sucessivamente ocupam Estremoz, Redondo, Évora-Monte, Arraiolos, Évora, Montemor-o-Novo, Alcácer do Sal, sem oposição. Também os portos algarvios — Tavira, Faro, Portimão, — se entregam às esquadras do

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Marquês de Santa Cruz. A sementeira de Cristóvão de Moura dá os seus frutos...

O Prior do Crato — reconhecido em Setúbal e em Cascais, em Coimbra, em Bragança, em Tentúgal, em Vila Real, no Porto, em Braga — trata de se organizar para fazer frente à invasão. Mas tudo lhe falta. Embora lance mão de impostos extraordinários e conte com dedicações valiosas, até lhe falta o tempo, porque o exército espanhol avança, a passos largos, ao seu encontro.

A 18 de Julho cai Setúbal, que presta juramento a Filipe II. Mendo da Costa esboça uma digna resistência no Castelo de Outão mas vê-se obrigado a capitular a 21.

A 1 de Agosto Cascais — cujo alcaide Henrique Pereira, incitado por D. Diogo de Menezes, recusa abater armas — é dominada. E para exemplo faz o Duque de Alba cortar a cabeça ignominiosamente ao bravo D. Diogo de Menezes e enforcar o alcaide insubmisso.

Tristão Vaz da Veiga, governador da fortaleza de São Julião, vende-se por três mil ducados e o senhorio do Machico na Madeira. A 13 os barcos espanhóis penetram no Tejo de bandeiras desfraldadas.

Em Lisboa, alarmada e desmoralizada por tantas más novas, alistam-se combatentes em massa, num arranco de desespero. A princípio acampam em Belém. Depois, aconselhado pelo italiano Sforza Orsini, delibera o Prior do Crato fortificar-se em Alcântara e esperar aí o adversário.

Vários historiadores se referem com injustiça às negociações entabuladas por Dom António, anteriormente e sobretudo neste período, por intermédio do seu antigo camareiro-mor, o espanhol Diogo de Cárcamo, que se insinuou no espírito de Santoyo, valido do Rei Católico. Os mesmos historiadores acusam de venalidade o filho do Infante Dom Luís — que só resolve bater-se (dizem) por não lhe darem quanto pedia.

A verdade aparece-nos hoje muito outra. As negociações nada mais são do que um ardil de guerra. Cada dia ganho traz um acréscimo de força e de condições defensivas. Só para ganhar tempo entretém o Prior do Crato os emissários de Filipe. Este mesmo, com

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

a sua argúcia, o descobre numa carta ao Duque de Alba : — « *creo que D. António procurará de traeros en palabras y largas el negocio y a la fin no hacer nada* ». Com efeito, na hora da decisão, quando se abre o dilema cru : batalhar ou ceder, a resposta levada por Diogo de Cárcamo ao comandante dos invasores é bela e concisa, à altura das nossas melhores tradições : « *no quiere acordo sinó morir* ». A nobreza de tais palavras e do punhado de valentes que as sustentam — resgata, neste lance crepuscular, muitas abdicações, muitas perfídias e muitas vergonhas.

Fere-se a 25 de Agosto o combate de Alcântara — chamar-lhe batalha será exagero — em circunstâncias que não permitem duvidar dos resultados. De um lado, o melhor general da Espanha à testa de um exército disciplinado e bem armado, provido de experimentados lugares-tenentes ; do outro, um Príncipe-cavaleiro sem o hábito da guerra estratégica, com efectivos diminutos recrutados à pressa e um frade — o carmelita descalço Estêvão Pinheiro — por Mestre de Campo. Mesmo assim, a investida dos italianos de Próspero Colonna ainda sofre o contra-ataque destemido dos nossos, que chegam a pôr em xeque os assaltantes. Uma hábil manobra envolvente de Sancho de Ávila arrebata, porém, as trincheiras portuguesas, frágeis e mal revestidas. Na ponte, a coragem e a tenacidade dos defensores prolongam a luta o mais possível. Mas a intervenção em massa da cavalaria do Prior-Mor de Castela é decisiva. Ferido na cara e na garganta, cercado de um último grupo de fiéis, Dom António, para evitar o cativeiro, galopa rumo a Lisboa, atravessa sem parar a cidade. Perdeu a partida — e o Reino.

A sua têmpera de lutador não suporta uma renúncia definitiva. Em Santarém já não encontra quem se disponha a formar novo baluarte. Em Coimbra a fidelidade nacional mantém-se, dá-lhe alento. Vai sobre Aveiro, rendido a Castela, subjuga-o a 10 de Setembro. Aí comete o erro de consentir represálias excessivas, talvez com o intuito de atemorizar o Porto que proclamou o Rei

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

espanhol uma semana antes. Alcança de facto a capital do Norte, onde entra com facilidade. Tenta, numa obstinação honrosa, convertê-la em núcleo de mais intensa resistência. Lança novo apelo às cidades e vilas que o seguem. Sancho de Ávila já marcha com forças importantes no seu encalço. Uma a uma, as terras submetidas ao Prior do Crato são constrangidas a aceitar o senhorio estrangeiro : Montemor, Coimbra, Aveiro — enfim, o próprio Porto, que Dom António quis tornar inacessível ao chamar todas as embarcações para a margem direita do Douro, mas que o Mestre de Campo do Duque de Alba ataca mais ao norte, depois de passado o Douro em Entre-os-Rios, graças a um aviso de traidores. Hora de traidores em Portugal ! Que hão-de fazer os habitantes do burgo ? Ceder à força. E abrem as portas aos Espanhóis.

Desde então o Prior do Crato segue uma rota de fugitivo, de proscrito em sua mesma pátria. Cabeça a prémio, acossado por espiões e patrulhas inimigas, acolhe-se aos lares dos bravos portugueses e, meses inteiros, vagueia pelo país sem nunca ser denunciado ou vendido. Nobre cumplicidade — que também serve para resgatar os mil episódios sombrios deste colapso nacional !

Sancho de Ávila, numas linhas escritas ao secretário de Filipe, Gabriel de Zayas, descreve a apaixonada protecção que Dom António e os seus amigos encontram em todos os compatriotas : — « *les meterán en los corazones y se dejarán hazer pedazos antes que descubrir-los* ». Impossível lavrar mais solene e insuspeito testemunho do fervor com que o povo guarda da fúria inimiga os que, num repto inútil mas heróico, até à última são os paladinos da independência perdida !

Termina a aventura do filho de Violante Gomes. Ainda efèmeramente reviverá nos Açores, onde se torna digna de admiração a resistência da Ilha Terceira até que a derrota naval de Filipe Strozzi em 1582 lhe vibre golpe decisivo e tudo fique liquidado no ano seguinte. Some-se Dom António I, Rei apenas por uns meses ; pode aparecer Filipe II.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Enquanto o valoroso Pior do Crato conserva aceso em território português um pequeno foco autonomista, o Áustria, estacionado em Badajoz, não cruza a fronteira. Só o faz a 5 de Dezembro de 1580, quando já correram seis semanas após a tomada do Porto por Sancho de Ávila. Demora-se algum tempo em Elvas a receber cumprimentos de várias personalidades de relevo. Entre elas, D. Rodrigo de Lencastre, como procurador dos Duques de Bragança. Desde Junho que, por intermédio de outro fidalgo da sua casa, Rodrigo Rodrigues, os Duques se entendem com o Rei Católico. Agora esse entendimento torna-se público e frisante. Em data combinada aparecem a prestar homenagem a Filipe Dom João de Bragança e o seu primogénito Dom Teodósio, Conde de Barcelos. Logo no dia seguinte o Soberano espanhol vai a Vila Boim pagar a visita a sua prima direita Dona Catarina.

Convoca a seguir os Três Estados para novas Cortes, em Tomar — sem todavia se esquecer de proibir que sejam eleitos procuradores do povo homens conhecidos como afectos a Dom António. Só no meado de Abril de 1581 as Cortes abrem. A 16 Filipe II é jurado Rei de Portugal e dos seus domínios. Dadas as condições em que se elegem os representantes dos vários braços as Cortes apresentam lamentável aspecto de servilismo : vão até ao ponto de impetrar o castigo para todos os que se revoltaram contra as pretensões do Monarca espanhol. O vencedor mostra-se antes desejoso de marcar pela moderação e pela clemência. Mais : atende o pedido de estabelecer como base da nova ordem de coisas os capítulos oferecidos às Cortes de Almeirim no ano anterior — que reproduzem, como foi dito, as concessões de Dom Manuel. Nesses capítulos fica assente, em resumo, o seguinte:

— Serão guardados todos os foros, liberdades, privilégios, usos e costumes tradicionais dos Portugueses.

— Sempre as Cortes se reunirão em território português e só nelas se tratarão os assuntos relativos quer ao país quer às suas possessões no ultramar.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

— Nenhum cargo político — eclesiástico, judicial, ou outro — se dará a quem não for natural do Reino.

— O mesmo se estatui quanto às comendas e pensões das Ordens Militares e do Priorado do Crato.

— As relações marítimas e comerciais com a África e a Índia estarão reservadas a navios portugueses, tripulados por gente portuguesa.

— O ouro e a prata existentes no país servirão para cunhar moedas com as armas de Portugal e apenas essas aqui terão curso.

— As guarnições militares serão todas de portugueses.

— Só a portugueses se atribuirá o senhorio de quaisquer vilas, cidades ou outros lugares, assim como poderes de jurisdição e direitos reais.

— Na ausência do Soberano, o Vice-Rei, os Governadores e outras autoridades supremas deverão ser escolhidos entre portugueses ou membros da família real, filhos, irmãos ou sobrinhos do Rei, que será assistido em tal caso, por um Conselho permanente de Portugal ; nele figurarão um Prelado, um Vedor da Fazenda, um Secretário, um Chanceler-mor, dois Desembargadores do Paço, todos de nacionalidade portuguesa — e com esse Conselho despachará exclusivamente os negócios do Reino.

— A língua portuguesa será a única oficial.

Enfim, como resume o Professor Queirós Veloso : — « Todas as características da soberania — leis, governo, administração da justiça, moeda, língua — tudo Portugal conservou. Faltava-lhe decerto um Rei natural, que nessa época era o verdadeiro símbolo da independência. Mas a união não representava incorporação. A nossa autonomia administrativa mantinha-se absolutamente. Os dois Reinos da *Península* ficavam constituindo uma Monarquia dualista, ligados apenas pelo laço de um Monarca comum ». E Julião Rubio, que insiste muito sobre a analogia do regime instaurado em Portugal com o já antes concedido aos Países Baixos pela Coroa de Espanha, em que se lhes salvaguardavam zelosamente as reivindicações de autonomia, exprime-se em termos bastante semelhantes : « *Felipe II* », acentua, « *dió patentes pruebas de considerar a Portugal no como un país*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

conquistado sino como una Monarquia que se incorpora a la española sin confundirse con ella».

Estas as intenções proclamadas — e é de justiça reconhecer que durante o reinado de Filipe II geralmente se cumprem. Também a justiça impõe que se reconheça o propósito de acertar que anima certas medidas administrativas e legislativas, como a nova compilação — devida aos desembargadores portugueses Paulo Afonso e Pedro Barbosa e aos jurisconsultos portugueses Damião de Aguiar e Jorge de Cabêdo — que fica designada por *Ordenações Filipinas*. Muitas das concessões feitas às Cortes de Tomar revelam-se todavia, como dirá D. Luís de Menezes, « só formalidade occasionada do receyo ». O Cardeal-Arquiduque Alberto de Áustria, mandado a governar o Reino, é um estranho ; a nossa vida pública torna-se dia a dia mais dependente de Madrid.

Fenómeno inevitável. Deixamos de constituir um centro — para constituir uma parte do Império espanhol. Quaisquer que sejam as boas ou más intenções dos homens — e nas de Filipe II são mais visíveis a prudência e a astúcia habituais do que um autêntico respeito, que não pode sentir, pelas exigências do legítimo brio português — a incorporação progressiva não deixará de ser tentada ; e sempre teremos de sofrer os tristes efeitos do jugo intruso.

O Portugal verdadeiro, profundamente fiel às suas raízes históricas, nunca por isso adere com sinceridade à realeza do usurpador espanhol. Os próprios historiadores do país vizinho o confessam. Julião Rubio — que, por ser dos mais recentes, de preferência citamos — escreve sem hesitar, quando alude aos motivos que levam o filho de Carlos V a conservar no nosso país as tropas utilizadas para a conquista : « *pese a las manifestaciones de lealtad que recibia, la garantia más solida de su dominio consistia principalmente en el ejército* ». Adiante regista com nitidez : — « *Seria falsear la verdad pretender que los portugueses consideraron a Felipe II como un Rey nacional, que venia a continuar la dinastia de Avis. Aunque las apariencias asi lo acreditasen — dado el parentesco próximo de Felipe II*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

con los Reyes de Portugal, y su Corte equipada a usanza lusitana — en el fondo, Felipe II, antes que Rey de Portugal lo era de España, y en tal concepto extranjero ».

*

Ligados à Espanha, satélites da Espanha — vamos sofrer terrìvelmente das hostilidades implacáveis dos seus inimigos, tornados nossos inimigos. O pior de todos é a Inglaterra de Isabel Tudor, que tem ao seu serviço uma trindade notável de homens do mar, meio almirantes, meio corsários : Hawkins, Drake, Frobisher. São os famosos *sea dogs*, que por todos os oceanos exercem arrojadamente a pilhagem e procuram sobretudo as suas presas nas esquadras comerciais portuguesas e espanholas, carregadas com os valiosos produtos dos dois Impérios. A Holanda, país de marítimos também — que em 1581, na Abjuração da Haia, Guilherme de Orange conseguiu libertar da hegemonia madrilena, — segue o lucrativo exemplo britânico. À guerra de interesses soma-se, para a agravar e intensificar ainda, a guerra de religiões : o Catolicismo peninsular contra o Protestantismo anglo-holandês.

Depois da vitória obtida pelo Duque de Parma, Alexandre Farnésio, sobre os exércitos de Isabel nos Países Baixos, Filipe II elabora o grandioso projecto de destruir o poder naval da Inglaterra. Para isso reúne no Tejo uma frota imponente. Vêm esquadras da Andaluzia, de Castela, da Biscaia, da Guipúzcua — às quais se junta o que resta da nossa. Ao todo mais de cento e trinta navios com duas mil e quatrocentas peças de artilharia e perto de trinta mil homens. Primeiro a chefia da « Armada Invencível » — designação que não passa de uma espanholada — cabe ao Marquês de Santa Cruz, D. Álvaro de Bazan. Sucumbe este durante os preparativos ; toma o seu lugar D. Afonso Péres de Guzmão, Duque de Medina Sidónia. Entre 27 e 30 de Maio de 1588 sai a barra de Lisboa a « Armada Invencível ». Começa por ter de se abrigar na Corunha da tempestade que a apanha no caminho. A 30 de Julho está em frente das costas britânicas. Isabel concentrou para o embate decisivo todos os

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

seus elementos. Comandada por Lord Howard de Effingham, cujos lugares-tenentes são os afamados *sea dogs*, a esquadra alinha um enxame de minúsculos barcos, de perigosa mobilidade ofensiva. Detém-se a « Invencível » em Calais, para aguardar o Duque de Parma que lhe deve trazer o apreciável reforço das tropas flandrinas. Mas os atrevidos e habilíssimos capitães ingleses não se deixam ficar inertes. De noite ensaiam um estratagema que obtém êxito enorme : atirar para a frente oito pequenas unidades, a arder, carregadas de matérias inflamáveis. Invadidos de pânico, receosos do incêndio, os navios de Filipe largam em desordem para fora do porto. Por cúmulo de azar levanta-se medonho temporal. E os marinheiros de Isabel, mais destemidos no ataque e mais habituados às inclemências dos oceanos, destroçam os adversários numa série de abordagens irresistíveis. O tempo colabora com eles. Reduzida a menos de metade, numa confusão sem limites, a « Invencível » debanda, miseràvelmente ...

Entra no ocaso o poderio imperial dos Áustrias. Afirma-se e ascende no horizonte o poderio da Grã-Bretanha — que será daí por diante « a rainha dos mares ».

Desde então, submetidos à conveniência e ao egoísmo alheios, com o tesouro público exaurido, a agricultura em declínio, a marinha incapaz de assegurar e proteger o comércio — os nossos domínios tornam-se campo aberto a todas as cobiças e usurpações. Onde quer que se encontrem navios portugueses tomam-nos, saqueiam-nos, apresam-nos. Assim faz Drake, ao largo dos Açores, com o *São Filipe* em 1587 ; assim faz Burrough em 1592 com a *Madre de Deus*, que traz do Oriente uma carga no valor de cento e cinquenta mil libras. Lisboa vê o seu porto bloqueado pela frota do Conde de Cumberland — e os Holandeses aproveitam a situação. Tentaram, primeiro, alcançar a Índia pelo Norte, mas os esforços de Barens como os de Heemskerk malograram-se. Já podem agora seguir o percurso aberto pelos Portugueses, visto que os sabem privados de qualquer actividade. E depois de Cornélio Houtman, que inicia em 1597 os périplos

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

orientais, sucedem-se as expedições holandesas às Molucas, a Bantão, a Amboina, a Ternate e, pelo estreito de Magalhães, ao Japão, às Filipinas, a Bornéo, a Java. Em 1602, com o máximo desplante, criam a «Companhia das Índias Orientais», que nos esbulha do antigo monopólio. Dois anos antes tinham os Ingleses fundado outra Companhia com igual título sem desanimarem com as tentativas infelizes de Raymond e Lancaster em 1591 e de Wood em 1596. Gradualmente intensificam o tráfico para a Índia, até que em 1622, com a ajuda dos Persas, conseguem expulsar-nos de Ormuz. Golpe fatal, de que não mais o prestígio português se levantará! Os Holandeses, por sua vez, continuam a apoderar-se dos nossos empórios do Oriente. O Arquipélago Malaio, a Ilha de Ceilão, o porto de Malaca, as bases nipónicas — tudo lhes cai nas mãos e forma novo domínio com capital em Batávia.

Outros povos acorrem pressurosos, a saciar-se nos nossos restos. A França também quer ter a sua «Companhia das Índias Orientais», que data de 1604; a Dinamarca funda empresa idêntica em 1616, constrói uma fortaleza em Trangambar, instala feitorias na Arábia, no Malabar, em Macau. É a ruína crescente do poderio português. Mas note-se que ainda aparecem alguns feitos extraordinários nas possessões longínquas: sòzinhos, com recursos diminutos, muitos bravos se defendem, por vezes com vantagem. Lembrem-se as heróicas resistências de Amboina (onde André Furtado de Mendonça repele o primeiro assalto holandês) e de Malaca, atacada pela esquadra de Cornélio Metalief.

Quanto ao Brasil, desde 1583 Paraíba e Itamaracá se vêem a braços com guerrilhas indígenas ajudadas pelos Franceses; Santos consegue denodadamente vencer a expedição de Fenton; o mesmo sucede em São Salvador aos piratas de Roberto Withrington, combatidos com bravura pelos colonos sob o comando do Bispo D. António Barreiros e do inaciano Cristóvão de Gouveia. Não tarda, porém, novo desembarque em Santos dos flibusteiros de Cavendish. Os holandeses, quer em 1598 com Olivier Van Noord, quer no ano

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

seguinte com Leynssen, quer em 1604 com Van Carten, praticam actos de bandidos, queimam navios nos portos — mas não desembarcam porque o povo em armas o impede. A gesta da defesa brasileira neste período merece ficar assinalada perante a gratidão nacional.

Esfarrapa-se ao mesmo tempo o nosso Império africano. Arzila — que foi entregue em Julho de 1577 por Cid Abde Alquerime a D. Duarte de Menezes — é cedida por Filipe II ao Rei de Marrocos ; o Gabão, a Ilha de Fernando Pó, vários pedaços do litoral são ocupados por neerlandeses, que nos arrebatam o comércio de largas zonas e tentam em vão, com Guilherme Verhoeven, conquistar Moçambique. No começo do século, Angola sofreu já o saque de Estêvão de Hagen.

Assim se desmorona a obra magnífica da Dinastia de Avis, de Dom Henrique e de Dom João II, de Dom Manuel e de Dom João III, de Gama e de Albuquerque, de todos os extraordinários soberanos, navegadores e capitães que semearam os mares de vitórias portuguesas e depois de darem ao Mundo novos mundos os souberam colonizar com a mais alta compreensão do seu destino de civilizadores.

*

Como se calcula, todos estes factos, juntos a outros em que se manifesta o não cumprimento das promessas de Tomar — conservação de guarnições espanholas em praças fortes portuguesas ; violências exercidas contra os partidários do Prior do Crato, até à sua morte em 1595 ; peso dos encargos que incidem sobre a entrada e saída de mercadorias — produzem mal-estar e descontentamento no país.

A subida ao trono de Filipe III, longe de melhorar a situação, só vem piorá-la. Moço e sem vontade, entrega-se o novo Monarca nas mãos do seu favorito Marquês de Denia, D. Francisco Gomes de Sandoval y Rojas — elevado depois a Duque de Lerma. E nomeia Vice-Rei de Portugal Cristóvão de Moura, agora Marquês de Castelo Rodrigo. A criação do Conselho da Fazenda — formado por três espanhóis ; a escolha de outros cinco espanhóis para o Conselho de Portugal, com o qual o Rei Católico despacha os nossos assuntos ;

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

a fiscalização exercida sobre a Casa da Índia e as excessivas concessões feitas aos cristãos-novos, que as compram por quantias de vulto; o levantamento de soldados no Reino para as campanhas espanholas da Flandres; o desleixo na protecção dos domínios ultramarinos contra intrusões e roubos de Holandeses e Britânicos; enfim, em 1617, a escandalosa nomeação do castelhano D. Diogo da Silva e Mendonça, Conde de Salinas, a quem é dado o marquesado de Alenquer, enquanto são contemplados com outros senhorios portugueses o Duque de Lerma, o Marquês de la Fuente e vários aristocratas espanhóis — eis alguns dos principais agravos que fazem subir a efervescência e aumentar os protestos.

Ainda vem Filipe III a Portugal e reúne Cortes em Lisboa. Mas nenhuma atenção presta às reclamações dos três braços. Deixa a governar o Reino o Conde de Salinas — imperdoável afronta que marca total indiferença pelos compromissos assumidos. Como escreve Queirós Veloso, «a sua vinda ao reino cava ainda mais fundo o abismo entre Portugal e a Espanha». Esse abismo, depois do falecimento do Rei em 1621, vai-se alargar tanto que trará a quebra da efémera unidade peninsular em vida do seu sucessor.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

FANTASMAS DO «DESEJADO»

A horas mortas, na própria noite de Alcácer-Quibir, um pequeno grupo de cavaleiros sobreviventes da derrota batem a uma porta da cidade de Arzila. De dentro hesita-se em abrir, com medo de uma cilada. Certos de serem feitos prisioneiros caso não encontrem refúgio na praça, os recém-chegados lançam mão de um ardil. Ergue-se do grupo uma voz a anunciar que vem ali Dom Sebastião, escapado à matança de 4 de Agosto. É o *abre-te Sésamo*. Entram em silêncio; um vulto toma a dianteira, escoltado por outros que lhe manifestam significativo respeito. Trata-se — depois o revelará o historiógrafo espanhol António de Herrera — de Diogo de Melo, jovem fidalgo que na verdade se bateu contra a gente do Maluco e se lançou com os companheiros numa fuga salvadora quando tudo estava perdido. Embarca Diogo de Melo a bordo do Galeão *São Martinho*. Apesar do corregedor Diogo da Fonseca elucidar sobre o assunto o almirante D. Diogo de Sousa e as principais personalidades da armada — entre os marinheiros (transmitido decerto por algum dos nocturnos guardiães de Arzila) o boato de que o Rei viaja incógnito num dos navios persiste, avoluma-se; os tripulantes

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

espalham-no depois por Lisboa. Há grande incerteza quanto ao destino de Dom Sebastião. Repugna a todos a ideia do seu desaparecimento — tão nítida se conserva nas memórias a figura moça, varonil e decidida do Soberano. Acolhe-se portanto com júbilo a ideia de que se salvou e regressa à Pátria. Não aparece em público? O governo não fala nele? É que o vencido de Alcácer-Quibir fez voto de penitência; quer viver por algum tempo oculto, imerso no seu desgosto. Mas está vivo! Desta convicção e da ânsia de qualquer coisa a que prender um resto de esperança se forma o extraordinário sentimento popular que dá origem ao mito sebástico.

Nos dois anos seguintes, até à morte do Cardeal Dom Henrique e ao epílogo da tentativa do Prior do Crato, a crença mantém-se sempre. Dom Sebastião permanece escondido, cumpre o seu voto, mas aguarda a hora de surgir e reclamar a Coroa que só a ele pertence. Impávidas e seguras, no dia da entrada de Filipe II as famosas regateiras lisboetas fazem-lhe cordial recepção na Rua Nova. Uma delas, porém, avança para o autocrata espanhol e diz-lhe muito peremptòriamente que só o aceita por Soberano «enquanto não volver o Rei Dom Sebastião, pois nesse caso terá de se ir com Deus e deixar o Reino». Essa gente humilde assemelha-se a uma noiva que fielmente resista às tentações e espere a volta do homem a quem deu um coração exclusivo... Tudo que se passa nenhuma importância tem. O Rei dos Portugueses tornará, sem dúvida: encontrará a nação inteira pronta a segui-lo.

*

O mito vem, aliás, de longe. Vem do primeiro quartel do Século. Por 1520 circulam já estranhas profecias, derivadas umas — ao que se pretende — de velhos textos de Santo Isidoro de Sevilha; outras de nebulosas antevisões do feiticeiro Merlin. Nelas se alude a um ser misterioso e prodigioso — o *Encubierto* — que há-de construir enorme Império cristão. Vai-se mesmo ao ponto de anunciar o desmoronamento do poderio de Carlos V (então no apogeu):

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

«*un Infante de Portugal le hauia de vencer, y echar del Reyno y el Infante hauia de reynar en toda España*». Nas *Coplas de Frey Pedro de Frias*, dadas à estampa em Valência pela mesma época, fala-se também de «*un rey que non se descubre*». E a revolta dos *comuneros* contra o absolutismo régio, à qual se alia a das antigas *germanias* valencianas e maiorquinas — aclama Rei em 1552 («*llamandole el Encubierto*», refere o cronista Frei Prudêncio de Sandoval) um aventureiro que se diz o Príncipe Dom João, filho de Fernando e Isabel; acaba por ser preso e executado. O que não impede que continuem a aparecer numerosos *Encubiertos* ...

Entre 1530 e 1540 divulgam-se, sobretudo nos meios dos cristãos-novos, imbuídos do messianismo próprio da raça, as famosíssimas *Trovas* do sapateiro Gonçalo Anes, de Trancoso, conhecido pelo Bandarra. Constituem-nas uma série de quadras abstrusas, em que se acumulam enigmáticos vaticínios — inspirados no Velho Testamento, em Santo Isidoro, em Frei Pedro de Frias, em Frei João de Rocacelsa, autor da expressiva quintilha:

— «*Sube por el mar airado*
Un crusado prisioneiro
Encubierto aventureiro
Llegara de dia al prado
Aun que amañessa primeiro».

Contemporâneo de Dom João III, ao *Piedoso* se referirá provàvelmente o Bandarra nas suas confusas profecias imperialistas. As imaginações hebraicas em que a sementeira cai transformam o *Encoberto* num vago «Messias» redentor. Outros «Messias» despontaram já entre nós: o alfaiate Luís Dias, de Setúbal; o impenetrável Rubeni; o escrivão Diogo Pires, convertido após a circuncisão em profeta Salomão Malco, que chegou a entrar na intimidade do Papa Clemente VII ...

Nesta atmosfera de alucinação colectiva propícia a todos os delírios, as *Trovas* do Bandarra acordam extraordinários ecos. Quem

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

é o sapateiro de Trancoso, no fim de contas ? « Um místico convencido, um enganador por gosto, um burlão que vivia dos seus prognósticos ? » — interroga, no pequeno mas denso estudo *A Evolução do Sebastianismo,* João Lúcio de Azevedo. E responde logo : — « Provàvelmente de tudo um pouco. Claro que não se penetra o sentido verdadeiro das *Trovas*. A exegese dos crentes torceu-as de mil maneiras, extraiu-lhes toda a provável substância ; tudo apesar disso permanece na usual obscuridade dos oráculos. É de supor que nem ele próprio se entendesse e fosse esfinge também para si ». Lúcida síntese. Quando se lêem os versos do Bandarra tem-se a impressão de um caudal sem nexo e sem rumo, ao sabor da fantasia desordenada, indiferente a contradições, por vezes perdido na rebusca de hermetismos que nada encerram. « Entretanto um ponto sobressai nítido », prossegue João Lúcio de Azevedo, « que se não satisfazia aos cristãos-novos, à espera do seu Messias, contentava o patriotismo, ferido dos primeiros revezes no Oriente e em África : conquista de Marrocos, o Turco derrotado, Império Universal ».

*

Daí, o movimento de entusiástico, de apaixonado afecto popular à volta do Príncipe nascido em 1554, desse herdeiro *desejado* da Coroa portuguesa que parecia não ter quem a cingisse. É o Rei das profecias ! O Rei que o Bandarra anunciou :

— « *Este Rei tem tal nobreza*
Qual eu nunca vi em Rei
Este guarda bem a lei
Da justiça e da grandeza ».

E numerosos poetas seguem na esteira do visionário de Trancoso. Mais ainda à medida que Dom Sebastião, já crescido, dá mostras de se integrar no papel messiânico de restaurador das tradições pátrias — Capitão de Deus, flagelo de infiéis. Será ele quem realizará as

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

esplêndidas promessas e fundará o Quinto Império, na unidade de uma só Fé e de um só Poder :

> — « *Os outros Reis mui contentes*
> *De o verem Imperador ;*
> *Todos terão um amor*
> *Gentios como pagãos*
> .....
> *Servirão um só senhor,*
> *Jesus Cristo que nomeio*
> *Todos crerão que já veio*
> *O ungido do Senhor* ».

O malogro sangrento da expedição de África irá destruir o sonho do *Desejado ?* Pelo contrário : agora é que melhor pode — saído do real — entrar na lenda ; agora é que, invisível aos olhos do comum, se torna o verdadeiro *Encoberto.* Nas provações tristíssimas da miséria, do vexame, da ruína, da dominação estrangeira — o espírito patriótico do Povo afervora o seu culto pelo Rei-Messias, que um dia lhe restituirá, de um só golpe, a independência e a grandeza antigas.

*

E o mito incarna-se — em sucessivos, caprichosos avatares. À falta do autêntico *Desejado* — para sempre caído no campo trágico de Alcácer-Quibir — o anseio popular cristaliza-se em torno dos seus fantasmas.

A primeira aparição é de 1584. Na zona fronteiriça, perto da vila de Albuquerque, um jovem ermitão surge. Procuram-no e escutam-no muitos devotos, a quem relata episódios da guerra de África. Filho de um oleiro de Alcobaça, trazido a Lisboa por um vendedor de rosários, quis fazer-se carmelita mas, ainda noviço, foi expulso da Ordem. Recolheu-o a viúva de um soldado de Alcácer-Quibir, com alguns meios de fortuna. Baseado no que essa bondosa

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

senhora lhe conta passa a afirmar que esteve também na batalha. Sem se saber como nem porquê (visto ser moreno e Dom Sebastião loiro) suspeita-se que é o próprio Rei, obediente ao voto de penitência durante sete anos; e principia a agitação à sua volta. Estimulado por tal êxito, o aventureiro resolve dar mais verosimilhança à fábula. Dois amigos prestam-se a figurar de D. Cristóvão de Távora e de Bispo da Guarda. Uma Corte improvisada e pitoresca rodeia-o; formam-na outros exploradores da credulidade popular, tentados a arriscar uma pedra no jogo. Pelos concelhos vizinhos alastra a sua fama. Novos partidários acorrem — sob a fascinação do mito omnipotente. O governo, elucidado, ordena a sua prisão e a dos cúmplices. Baptizam-no por irrisão de *Rei de Penamacor* e exibem-no em Lisboa, a cavalo num burro, cabeça nua e pulsos ligados com cordas, a fim de tornar patente o embuste; é fácil verificar a nenhuma semelhança com o Soberano. Justiçados os dois acólitos, condenado o impostor às galés, consegue escapar-se daquela em que remava no desastre da «Armada Invencível». E perde-se-lhe o rasto.

No ano seguinte, nova aparição: a de Mateus Álvares, filho de um pedreiro açoriano da Vila da Praia, eremita na Ericeira. Loiro, trinta anos (idade que teria, se vivesse, Dom Sebastião), a imaginação popular quer também ver nele o vencido de Alcácer. Tanto mais que durante a noite ouvem-no lamentar doloridamente a triste sorte da Pátria, enquanto se castiga com ásperas disciplinas. Logo um casal de boa fé — o proprietário António Simões e a mulher — o visitam curiosos e se convertem em propagandistas da sua suposta identidade. Ganha depois outra adesão de mais vulto: a de Pedro Afonso, de Rio de Mouro, fervoroso adversário de Castela, antigo combatente de Alcântara ao lado do Prior do Crato. Valente e activo, toma Pedro Afonso o comando das reduzidas hostes — umas centenas de guerrilheiros quase sem armas — que sustentam a causa de Mateus Álvares. Este no entanto, faz-se aclamar Rei na Ericeira, casa com a filha do lavrador de Rio de Mouro, começa a distribuir títulos e mercês. O alvoroço cresce; o juiz de Torres Vedras encar-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

regado de levantar o auto cai nas mãos dos amotinados. Agrava-se ainda o caso quando os homens de Pedro Afonso se entregam a desmandos na quinta do desembargador Gabriel Pereira, conhecido amigo dos espanhóis. Vem de Lisboa um corpo de tropas dirigido pelo corregedor do crime Diogo da Fonseca. Ao sabê-lo, cometem os revoltosos deploráveis excessos : os assassínios de Gabriel Pereira e de duas pessoas de sua família, do juiz e do escrivão de Torres Vedras. Tudo fica liquidado em dois recontros, embora se registem actos de bravura por parte da gente de Mateus Álvares. O *Rei da Ericeira,* preso e condenado, sucumbe no patíbulo. Ante os juízes, revela os seus projectos que se vê terem sido nobremente audazes e patrióticos : apossar-se de Lisboa por surpresa na noite das festas de São João, dirigir-se ao povo e dizer-lhe que não é, nem foi jamais, o autêntico Dom Sebastião, mas apenas um português de boa vontade que os libertou dos castelhanos e os exorta a aclamar o Rei natural.

Terceira aparição : a de Gabriel de Espinosa, o pasteleiro de Madrigal — pequena vila cerca de Valhadolide. Desta vez o equívoco não provém espontâneamente da alma popular ; é urdido pelo frade agostinho Frei Miguel dos Santos, notável pregador que ascendeu a Provincial da sua Ordem. Amigo devotado do Prior do Crato, pensa em aproveitar a corrente sebástica para conseguir a restauração de Dom António. No mosteiro de Santa Maria de Madrigal, de que é Capelão-mor, está reclusa uma filha de Dom João de Áustria. Persuade-a Frei Miguel dos Santos de que o jovem Gabriel de Espinosa, recentemente instalado na vila como pasteleiro e cujas origens se ignoram, é Dom Sebastião. Apresenta-lho no locutório do convento, em Junho de 1594. E resolve-a a proteger-lhe a empresa. Mais tarde — insinua à crédula espanhola — obterá a dispensa pontifícia, casará com ele e a seu lado se sentará no trono. Mas o imprudente pasteleiro fala de mais, o segredo desvenda-se ; entregue à justiça com o promotor da intriga, ambos são enforcados quase na

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

mesma altura em que morre, no exílio de Paris, o Prior do Crato. Quanto à infeliz D. Ana de Áustria, fica de castigo, incomunicável por quatro anos, no Convento de Nossa Senhora da Graça, em Ávila.

A quarta aparição tem um cenário e um desenvolvimento mais amplos, chega a interessar personalidades de relevo. Dá-se nos meados de 1598 em Veneza, onde afluem muitos judeus portugueses e adeptos do falecido Dom António. O boato de que Dom Sebastião se encontra na capital do Adriático produz efervescência. Trata-se de mais um mistificador, o calabrês Marco Túlio Catizone, que é preso mas continua a corresponder-se, do cárcere, com Frei Crisóstomo da Visitação, apaixonado nacionalista. Outro frade, o dominicano Frei Estêvão de Sampaio, vai a Veneza tentar a identificação mas não lhe permitem ver Marco Túlio. Dirige-se então Frei Estêvão, para obter a liberdade do prisioneiro, a D. João de Castro, neto do Vice-Rei da Índia e filho natural de Álvaro de Castro que, em tempos aceso defensor do Prior do Crato, se transformou em pregoeiro e intérprete das profecias sebásticas, bebidas nas *Trovas* do Bandarra. Levou mesmo um fidalgo sugestionável, D. António de Menezes, a ir procurar Dom Sebastião à terra dos Jalôfos e escreveu páginas ardentes, sempre obstinado na afirmação de que o *Desejado* é vivo e regressará breve ao Reino. Em 1600, eis D. João em Veneza. Entretanto, por influência da França e da Holanda e pela intervenção de Maurício de Nassau e do filho primogénito do Prior do Crato, D. Manuel de Portugal, o pretenso Dom Sebastião sai do cárcere. Apenas liberto, apresentam-lhe um grupo de portugueses — que enfim o vêem frente a frente. A decepção não pode ser maior: Catizone é moreno, fala mal o português, em nada lembra o Rei de Alcácer. Mas D. João de Castro não quer duvidar: reconhece-o logo por seu verdadeiro Soberano. No ano seguinte contará que lhe jurou fidelidade em palavras solenes: — « Que o há Deos de saluar, que o ha de fazer seu Capitam General da Conquista do Uniuerso ». Frei Estêvão de Sampaio, embora tenha conhecido Dom Sebastião, posto diante da evidência da impostura, não hesita, para não com-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

prometer a sua causa, em prestar a Marco Túlio idênticas homenagens.

Parte o calabrês para Florença, onde novamente o prendem, por iniciativa de Fernando I de Médicis, que satisfaz os pedidos do Embaixador de Espanha. Em 1601 transferem-no para Nápoles e descobrem o seu verdadeiro nome. Em 1602, condenado às galés, ainda Frei Estêvão de Sampaio e Frei Boaventura de Santo António empregam esforços e recolhem subsídios para lhe favorecer a evasão. O próprio Catizone, numa soberba imprudência, escreve à sua « parenta » Duquesa de Medina Sidónia, a solicitar-lhe ajuda em dinheiro. A carta provoca afinal a descoberta da conjura. Os dois frades temerários e mais três agentes da falida tentativa acabam na forca. Marco Túlio é decapitado e esquartejado em Sanlúcar de Barrameda a 23 de Setembro de 1603.

E não são apenas estes quatro; são vários outros que, a cada canto do país, onde quer que pulsem corações saudosos das velhas grandezas, despertam a febril imaginação da gente simples ou a tenacidade valorosa e engenhosa dos conspiradores nacionalistas. Aqui apenas se procura dar, em esquemáticos apontamentos, a história sumária de vários fantasmas do *Desejado* — que, à semelhança de fogos-fátuos, tão depressa lançam o seu breve clarão como se afundam na sombra espessa do esquecimento.

O mito, esse, continua — para além deles.

*

E continua — porque, no fundo, a pessoa de Dom Sebastião é factor secundário da sua existência e da sua vitalidade. A não ser para a rudimentar candura dos plebeus ignorantes, que precisam de ver e tocar a imagem (ainda que infiel) do seu ídolo — o *sebastianismo* converte-se, para os portugueses conscientes da era filipina, numa ideia-força do patriotismo ansioso de desforra, do autonomismo resolvido a sacudir, logo que se torne possível, o domínio intruso.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Mesmo o sonhado regresso do Monarca desaparecido que é senão isso: pretexto de um acordar de energias, susceptível de nos incutir valor para reagir contra a situação humilhante de povo-servo? Se, de facto, Dom Sebastião voltar — a sua presença, só por si, não bastará. É indispensável que encontre uma nação capaz de o acompanhar nas jornadas de reconquista. A crença no seu regresso — significa em última análise a vontade nacional de conservar o estado de mobilização permanente, apta a obedecer ao primeiro comando que levante a bandeira emancipadora. Tanto assim se deve compreender o fenómeno que aos episódios sinceros do *Rei de Penamacor* e do *Rei da Ericeira* — nos quais prevalece a ilusão popular do autêntico ressurgimento de Dom Sebastião — sucedem os episódios claramente fictícios de Gabriel de Espinosa e do calabrês Marco Túlio. Aqui os próprios adeptos mais activos — Frei Miguel dos Santos, Frei Estêvão de Sampaio — nem sequer acreditam nesse ressurgimento, apenas tentam provocar agitação patriótica. O que interessa é a ideia-força — e as consequências que dela podem advir. O verdadeiro *Desejado* já não é mesmo o Rei desaparecido — mas Portugal Independente.

Neste sentido se pronuncia Julião Maria Rubio, ao escrever: — « *El sebastianismo en aquella época fué algo más que el piadoso deseo de que don Sebastián no hubiera muerto en los campos africanos; fué la más alta expresión de libertad e independencia política, que ardientemente deseaba el pueblo portugués* ». E António Sardinha frisa muito acertadamente, em *Ao Princípio era o Verbo*: — « Que é essa crença exasperada e ingénua senão a resistência dum povo que acredita em si com firmeza, e que renasce tantas vezes do sepulcro quantas o tentam atirar para dentro dele? »

Eis o conteúdo fundamental do *sebastianismo*: protesto de uma nação que tem no seu passado quatro séculos e meio de vida autónoma e heróica, desempenhou na história da Civilização papel de primeiro plano, foi capaz de fundar, povoar e evangelizar um dos maiores impérios que os homens recordam — e não pode aceitar o cativeiro, a obscuridade, a decadência. No livro caloroso que dedicou à memória do *Desejado* tem Antero de Figueiredo uma pequena

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

frase cheia de substância quando se refere ao culto sebástico durante a usurpação espanhola : — « Jamais nesta terra foi tão perfeito o casamento da Saudade com a Esperança ». A Saudade e a Esperança conjugam-se efectivamente para dar consistência e intensidade à lenda do *Encoberto*. Da Saudade se alimenta a Esperança — saudade de uma idade vitoriosa e criadora em que os Portugueses deram a plena medida das suas virtudes colectivas. Pode-se mesmo dizer que o fantasma evocado em tão quiméricos alvoroços não é o vencido de Alcácer, mas o Dom Sebastião *de antes de Alcácer,* inflamado de ardor cristão e de certezas de triunfo, que ainda poderia cingir sobre a jovem cabeça de paladino a coroa fechada de Imperador do Ocidente. Saudade do imenso e belo sonho extinto na torva jornada de 4 de Agosto — e conservado, latente de gigantescas promessas, no mais íntimo da alma portuguesa. A História hesitou um momento, naquela fatídica manhã, quando, sob o arremesso intrépido do terço dos Aventureiros, a mourama debandava de roldão. Foi o « Ter ! Ter ! » de Pedro Lopes que determinou a paragem no ataque, o refluxo dos islamitas, a perda da batalha. O nosso povo queda-se nesse minuto em que se entrevê o raiar do triunfo. O *sebastianismo* — como culto nacional, despojado das nebulosas escórias da mistagogia semita — é uma rectificação voluntária e obstinada, um como que repúdio colérico e unânime da derrota. É o compromisso de voltar atrás, de retomar a marcha nos trilhos gloriosos de outrora.

Por isso o *sebastianismo* não se confina em saudosismo apático ; amplia-se antes em dinamismo estimulante, reconstrutivo. Chama-lhe muito bem Manuel Múrias « um mito condutor ». Condutor — e gerador de novos esforços, de novos feitos. Sobre os alicerces do *sebastianismo* assenta a febril reivindicação da futura desafronta.

O *Desejado* acabará por vir. Não esse *Desejado* cujos fantasmas um a um se dissolvem em novelescos enredos, mas o grande *Desejado* que nunca deixa de estar vivo na alma do povo : Portugal Independente — livre e soberano !

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

livro V

PORTUGAL NASCE DE NOVO

Generated on 2024-10-12 00:06 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

MANHÃ DE RESTAURAÇÃO

Pouco depois de Filipe IV subir ao trono (1621) a longa crise já iniciada na Alemanha e que será conhecida por *Guerra dos Trinta Anos* transforma-se em conflagração europeia — através da qual lutam de novo pela supremacia no Continente dois grandes inimigos: a Casa de Áustria e a França de Richelieu.

Desde os meados do Século XVI a Germânia é teatro constante de guerras religiosas. Dividida em católicos, calvinistas e luteranos, os germes do conflito não se extinguem com a paz de Augsburgo (1555) que apenas garante a harmonia por algumas décadas. O Eleitor Palatino Frederico V toma a chefia da *União Evangélica* dos calvinistas renanos e o Duque Maximiliano da Baviera põe-se à testa da *Santa Liga* dos Príncipes católicos. Um sobrinho-neto de Carlos V, o Duque Fernando de Áustria, consegue, pelo génio dominador e pela vontade de ferro, fazer prevalecer o Catolicismo no Ducado da Estíria; e em 1618, ao ser aclamado Rei da Boémia, emprega nos novos domínios os mesmos enérgicos processos. Grande parte dos checos segue, porém, a religião luterana e quando o Soberano faz encerrar diversos templos reformistas a

Generated on 2024-10-12 00:06 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

populaça revoltada atira os Governadores pelas janelas do Palácio Real. É a chamada *defenestração de Praga.* Logo os « Defensores da Fé », eleitos pelos sequazes de Lutero, organizam governo seu. No próprio dia em que o Áustria se vê erguido a Imperador da Alemanha sob o nome de Fernando II — 26 de Agosto de 1619 — declaram-no despojado da Coroa da Boémia e aclamam em seu lugar o Eleitor Palatino. Os católicos da *Santa Liga* e os luteranos da Saxónia — inimigos de Frederico por ser calvinista e as duas seitas se guerrearem — aliam-se ao Imperador. Maximiliano da Baviera derrota o exército checo em 1620. Outra vez senhor da Boémia, exerce Fernando II cruel e severa repressão. Depois invade o Palatinado, arrebata a Frederico todos os seus títulos e bens e transfere-os para Maximiliano. Este, designado agora por Eleitor da Baviera, fica investido de considerável poderio. Tal facto alarma lògicamente todos os Protestantes — luteranos e calvinistas — que se unem no receio de serem esmagados pelo adversário comum e apelam para Cristiano IV da Dinamarca, membro do Império por nele possuir determinados territórios e Rei de um Estado independente. Intervém de facto o Monarca dinamarquês em 1625 ; ao fazê-lo converte a discórdia alemã numa guerra europeia. Além de Maximiliano, depara na sua frente o aventureiro Wallenstein, ao serviço do Imperador. Cristiano IV, vencido em Lütter e Dessau, assina em Lübeck (1629) uma paz pela qual se compromete a não intervir mais nas questões internas dos Germanos.

Excitada a ambição de Fernando II por tantos êxitos, aspira não só a liquidar o Protestantismo nos seus Estados mas a promover a unificação da Alemanha sob uma Constituição que lhe dê poderes iguais aos desfrutados pelos Reis absolutos da França e da Espanha. É quando Richelieu compreende a necessidade para a França de obstar a projectos de tal magnitude — tanto mais que aos Habsburgos de Áustria podem juntar-se os Habsburgos espanhóis e refazer-se o Império de Carlos V. Entende-se pois o ministro de Luís XIII com Gustavo-Adolfo, Rei da Suécia, também amedrontado pelo engrandecimento de Fernando. Negociada pelo Cardeal uma trégua entre a Polónia e a Suécia (então em luta), Gustavo-Adolfo entra na Ale-

Generated on 2024-10-12 00:06 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

manha, destroça no Breitenfeld (1631) as tropas da *Santa Liga*, força a passagem do rio Lech, ocupa Munique, ameaça Viena. Wallenstein reaparece em campo; o seu exército choca-se com o sueco em Lutzen (Novembro de 1632). Gustavo-Adolfo, atingido na refrega, cai morto e não assiste por isso à vitória das suas armas. Suecos e alemães protestantes são daí a dois anos vencidos em Nordlingen. Fernando II reconquista a supremacia. A hora da intervenção directa da França vai soar, imperiosa. É para ela um caso de vida ou de morte.

*

A situação europeia devia ser recordada para esclarecimento do que se passa e vai passar em Portugal.

Sob maus auspícios principia o reinado de Filipe IV, que apenas conta dezasseis anos e, como seu pai, delega num valido omnipotente — D. Gaspar Filipe de Gusmão, Conde-Duque de Olivares — todos os cuidados do governo. Nesse mesmo ano (1621) intensifica-se no Brasil a ofensiva dos Holandeses que fundam em Junho a «Companhia das Índias Ocidentais». Em fins de 1623 e começos de 1624 enviam poderosa expedição dirigida por Jacob Willekens, Pedro Heyn e João Van Dorth. Apesar dos heróicos esforços do Governador Diogo de Mendonça Furtado e do Bispo D. Marcos Teixeira tomam a Baía, onde roubam, destroem, profanam os templos, espalham o terror. Enquanto D. Marcos Teixeira mantém sob pressão as suas forças, retiradas para fora da cidade e aumentadas depois com auxílios vindos de Pernambuco sob o comando de Matias de Albuquerque — em Lisboa são tais o alarme patriótico e a vontade de desforra que se consegue armar uma esquadra dentro de curto prazo. E em 1625 reconquista-se a Baía. Mas as armadas do atrevido Pedro Heyn continuam a flagelar os nossos barcos. Em 1629 enormes forças que têm à sua frente o General Hendrik Lonck e Diederick van Waerdenburch, embora experimentem a viva e corajosa resistência de Matias de Albuquerque e dos seus, acabam por dominá-la. Pernambuco, em 1635, capitula. Conduzidos por dois

Generated on 2024-10-12 00:06 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

aventureiros audazes — o alemão Segismundo Schuppen e o polaco Artischowski — também os Neerlandeses se apossam de Garassu (1632), da Ilha Tamarica, de Paraíba, do forte do Arraial (1633 e 1634). No Oriente e em África o nosso poderio decompõe-se velozmente, assaltado por adversários implacáveis, quase sem frotas que o defendam. Daí resultam a paralisação quase total do comércio e o lógico, inevitável empobrecimento do país.

Inicia Olivares o seu governo por diversas providências tendentes a debelar a tremenda crise. O plano que desenvolve consiste em extorquir-nos tributos suficientes para custear as empresas militares e navais, quer de resistência, quer de reconquista. Simultâneamente procura fomentar a unificação política e organizar um exército em que se integrem contingentes dos vários Estados Peninsulares. Tanto mais que a França intervém directamente, com todos os seus recursos, na *Guerra dos Trinta Anos:* os soldados de Richelieu em 1635 penetram na Espanha.

Deve-se compreender, mesmo admirar, a visão política de Olivares. Canovas del Castillo, em *Estudios del reinado de Filipe IV*, faz-lhe justiça. E o historiador brasileiro Oliveira Lima, na excelente monografia sobre Pernambuco, observa: — « O Conde-Duque aparece-nos aí fascinado por um ideal, o da centralização política da Espanha, então como ainda hoje um agregado de reinos diferentes nas tradições, nos costumes e nas tendências, mal amalgamados naquele tempo pelas dificuldades de comunicações e pelas rivalidades sempre fumegantes, mas cujo espírito nacional ele queria a todo o transe criar ». Evidentemente. O Primeiro Ministro de Filipe IV faz o que deve — sob o seu ponto de vista de governante espanhol; aspira a fundir num bloco os particularismos divergentes. Só assim, na verdade, o Áustria de Madrid oporá a tantos inimigos um feixe homogéneo de energias, capaz de resistir e de vencer. Não são portanto justos nem inteligentes os insultos que é de uso entre nós dirigir ao Conde-Duque — apresentado como feroz e maléfico tirano.

Generated on 2024-10-12 00:06 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Olivares segue apenas o caminho imposto pelo interesse fundamental da Espanha.

Por sua vez os Portugueses, ao reagir, apenas seguem o caminho do interesse pátrio. O papel histórico de Olivares é esforçar-se por criar organização unitária, submetida a um poder central absorvente; o de Portugal, cônscio dos seus direitos, orgulhoso do seu passado, decidido a não se deixar subjugar nem absorver — é o da legítima rebeldia.

Antes as pressões fiscais do governo madrileno, prólogo de outra espécie de violências, a má vontade popular começa a manifestar-se. Em 1628 dá-se no Porto aquela erupção, ligeira mas sintomática, pitorescamente conhecida por « Motim das Maçarocas ». Grupo de regateiras e marujos correm a cidade numa gritaria contra os novos impostos. Ao encontrarem no Terreiro de São Domingos o Secretário do Conselho de Estado de Madrid, Francisco de Lucena, enviado à capital do Norte com o encargo de zelar pelo cumprimento das últimas medidas tributárias — agridem-no à pedrada. Só lhes abranda a fúria saber que Lucena fugiu, depois de saltar os muros da cerca do convento.

Rebentam desordens em Santarém no ano seguinte, por causa das concessões feitas aos cristãos-novos. Riposta o governo de Madrid com outros tributos — por exemplo esse que se chama da *meia anata* (pelo qual as pessoas investidas em cargos ou ofícios não eclesiásticos têm de pagar no espaço de dois anos metade do que anualmente recebam) e o monopólio do sal concedido ao Estado que o vende depois por arbitrário preço. Quer-se atingir uma renda de quinhentos mil cruzados e para isso se exige do país mais dinheiro. Tudo destinado ao sustento e à defesa do Império — afiança-se. O povo não confia, porém. De facto, o Império cai gradualmente em mãos estranhas; e para o Conselho de Portugal, que funciona em Madrid, escolhem-se pessoas conhecidas pelo seu fervor castelhanista — enquanto o novo escrivão de Fazenda, Miguel de Vasconcelos, des-

Generated on 2024-10-12 00:06 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

perta vigorosa corrente de antipatias com os métodos opressivos que usa.

Murmúrios e resistências acentuam-se. Várias Câmaras do país experimentam dificuldades crescentes na cobrança dos impostos. Às Ilhas, às Províncias africanas se alargam os protestos e os distúrbios. Os procuradores dos mesteres recusam-se a votar nas eleições dos dois delegados à comissão encarregada da administração das tenças. Para colher, apesar de tudo, os fundos solicitados propõe o Município de Lisboa em 1635 a extensão do imposto do *real de água* a todo o território e o aumento das *sisas*. Continua-se, pois, a esgotar sem limites a capacidade financeira dos Portugueses — num sistemático propósito de extorsão e abatimento que prepara o golpe decisivo contra as suas liberdades. Ao mesmo tempo Filipe IV nomeia Regente sua prima direita a Princesa Margarida, viúva do terceiro Duque de Mântua e Monferrato D. Vicêncio Gonzaga — privada, após a morte do marido, dos seus antigos domínios. O Secretário de Estado Filipe de Mesquita é substituído por Miguel de Vasconcelos que, com seu feitio autoritário e sua devoção a Olivares, se torna autêntico ditador de Portugal à sombra da Duquesa de Mântua.

O mal-estar avoluma-se. Depressa apresenta formas de mais grave carácter e ultrapassa o estádio das meras agitações localizadas para subir a proporções de revolta nacional.

*

Há que distinguir neste lance dois factores perfeitamente diversos, embora convergentes: os esforços da França para estimular ou favorecer a sublevação — e os levantamentos populares espontâneos, assim como as conjuras da nobreza. O primeiro factor situa a nossa crise dentro das perspectivas amplas da *Guerra dos Trinta Anos*; o segundo caracteriza-a como fenómeno revelador de vitalidade e de espírito patriótico. Ambos concorrem para o bom êxito final da causa da Independência.

Generated on 2024-10-12 00:06 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Em 1635, liquidada pela batalha de Nordlingen a intervenção sueca, resolve-se a França a descobrir o seu jogo contra a Casa de Áustria — e declara guerra à Espanha. Depois da vitória francesa de Avein, ainda nesse ano, as tropas de Filipe V invadem a Borgonha e a Picardia e chegam a ocupar Corbie (1636). Ràpidamente passam à contra-ofensiva os exércitos de Luís XIII. A luta vai atingir a máxima intensidade no período seguinte.

Empenhado nela, Richelieu não descura nenhuma arma que contribua para o enfraquecimento do adversário. A principal deficiência orgânica da Espanha é a sua heterogeneidade, visto aglutinar sob um único mando diversos Estados irredutíveis, sempre vibrantes de impaciências separatistas. Trata portanto o Cardeal-Ministro de dar alento a estas impaciências e de garantir auxílio positivo a quem tente fazê-las passar do campo das simples aspirações ao dos factos.

Desde 1634 começam os seus emissários a aparecer em Lisboa e estabelecem contactos com os elementos decididos a uma acção antiespanhola. Alude Camilo à estada em Portugal do conhecido poeta Voiture cuja missão seria a de sondar os ânimos e avaliar as condições propícias para tal empresa. O joalheiro Broual também vem ao nosso país com igual fim e entende-se mesmo pessoalmente com João Pinto Ribeiro que, na frase de Maugin, «*entra dans le dessein du Cardinal et promit à Broual de tout entreprendre pour le faire réussir*». No fim de Novembro de 1636 (lê-se no *Recueil des Instructions* de Saint-Aymour) o Padre Carré, agente de Richelieu, escreve ao seu governo que, ante o boato da passagem de uma esquadra francesa por Lisboa, «*tout le Portugal s'était disposé à une rébellion contre le Roy d'Espaigne croyant que le Roy de France envoyait cette flotte si puissante pour les remettre en liberté*». O mesmo se depreende da correspondência de outro agente do Cardeal, Afonso Lopez. Na Primavera de 1638, com efeito, Sourdis, Arcebispo de Bordéus, que comanda uma armada importante, recebe de Richelieu a ordem de prestar «*au besoin secours au Portugal*». Enfim, a famosa instrução dada a Saint-Pé — que foi em 1617 cônsul da França em Lisboa — prescreve-lhe que se ponha em comunicação

Generated on 2024-10-12 00:06 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

com determinadas entidades e se informe junto delas acerca da resolução dos Portugueses, de pegar em armas contra Filipe IV. Em tal caso, oferecer-lhes-á a ajuda da França sob várias modalidades à escolha: uma, a tomada de todos os fortes situados entre a embocadura do Tejo e a Torre de Belém, que serão entregues aos sublevados; outra, o envio de um exército de doze mil homens de infantaria, quinhentos de cavalaria, quinhentos equipados para montar e de uma armada de cinquenta unidades. Mais: a França promete auxílio «anual e perpétuo», com uma condição apenas: «*qu'ils se tireront pour toujours de l'obéissance du Roy d'Espaigne*». Mais ainda: caso os Portugueses se disponham a conquistar a Península inteira, a França secundá-los-á e reconhecerá a autoridade da pessoa que erguerem por Soberano.

Não é possível incitar mais calorosamente um Povo a revoltar-se. É indubitável a importância do papel de Richelieu na génese — melhor: no avolumar — da corrente antiespanhola, das legítimas esperanças que animam cada vez mais os patriotas activos e combativos. Não se ignore isto. Não se caia todavia no exagero de tudo atribuir às sugestões ou manobras do Ministro de Luís XIII. Antes de nada há uma vontade portuguesa, há um sentimento português! Esse sentimento, essa vontade — porque coincidem com os interesses e vantagens da França, comprometida a fundo no duelo com a Casa de Áustria — recebem de Richelieu apoio, protecção, encorajamento. Mas na base está o irreprimível desejo de autonomia que exalta o clero, a nobreza e o povo de Portugal.

*

O primeiro grande assomo deste geral e profundo estado de espírito revela-se em Évora no ano de 1637. Já ali andam bastante excitados os ânimos por causa dos pesados tributos quando o corregedor André Morais Sarmento vem exacerbá-los com pressões contínuas e exigências crescentes. Um dia, manda chamar o juiz do povo Sesinando Rodrigues e o escrivão João Barradas. Ambos comparecem em casa do magistrado, mas acompanhados por bastante

Generated on 2024-10-12 00:06 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

gente que se queda à porta em expectativa hostil. Dentro, trava-se discussão áspera entre Morais Sarmento e os dois representantes da cidade. A certa altura, fora de si, o corregedor ameaça-os de os mandar enforcar; acrescenta que já se encontram no seu domicílio o algoz e os oficiais de justiça para tal fim. Simples ensaio de intimidação, a forçar o acordo? Seja como for, Sesinando Rodrigues persuade-se da veracidade do projecto e joga tudo por tudo: abre a janela a grita aos que o esperam: — «Sabei que vamos morrer por vos querer livrar do trabalho que vos queriam dar os ministros de El-Rei». Tais palavras são o rastilho que faz deflagrar a explosão. Os populares arrombam as portas, libertam os prisioneiros, deitam fogo à casa. Morais Sarmento a custo se salva. Depois entregam-se os insubmissos a verdadeiros excessos: porque o Arcebispo D. João Coutinho, seguido de alguns fidalgos, pretende abrandar-lhes as iras, insultam-no e apedrejam o Paço Arcebispal. Nos religiosos — sobretudo nos da Companhia de Jesus — encontram constante incitamento. Durante largo prazo repetem-se os tumultos, alastram a outras terras do Alentejo e do Algarve; há igualmente agitação no Porto, em Santarém, em Viana. Ao mesmo tempo surgem, sem se saber donde, misteriosos decretos com a estranha assinatura de *Manuelinho de Évora.* O Manuelinho é uma espécie de gigante que erra pelas ruas e de cada esquina faz uma tribuna onde recita sermões incongruentes — um doido manso que diverte pacìficamente o burgo. Usam os chefes ignorados da insurreição esse desconcertante pseudónimo como *alibi* de irresponsabilidade completa. E nunca, de facto, os descobrem, sem que o pobre doido venha a sofrer por isso.

Exerce o Manuelinho (ou antes: quem do seu nome se serve) longa e singular ditadura. Conta nas *Epanaphoras* D. Francisco Manuel de Melo: — «Chegou a tanto a autoridade de seus mandatos que bastava para que um cidadão, fidalgo ou ministro deixasse a cidade, casa e ofício ou entregasse sua fazenda, ser-lhe assim mandado pela incerta voz de Manuel; porque já se sabia que nela era inclusa tàcticamente a vontade do povo, a que nenhum poder resistia. Assim se observou com muitos suspeitosos, dando-

Generated on 2024-10-12 00:06 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

-lhes termos de dias e desterros, que foram dos condenados inviolàvelmente obedecidos; porque depois do preceito cominavam logo as penas que se seguiam à sua inobediência, as quais não eram menos de morte e incêndio». O estilo das proclamações ou resoluções do Manuelinho assinala-se pela sua ingénua e peremptória violência: — «Morra todo o que for traidor à pátria e quiser executar tributos do rei tirano» — braveja. E a Filipe IV chama nada menos do que «tirano faraó»... Voz picaresca e fatal do ressentimento português, das queixas represadas, das fúrias contidas, de toda amargura dramática e plebeia deste momento histórico!

A ditadura do Manuelinho é a ditadura dum conjunto de protestos e sofrimentos, de humilhações e cóleras justiceiras — contra os vencidos, os apáticos, os resignados à tutela estranha, os esquecidos das tradições de Portugal grande e livre. Ditadura do segredo e do desespero, acobertada sob a firma inofensiva de um louco.

Dirige-se em vão a Duquesa de Mântua aos rebeldes de Évora, que se recusam a abater armas; tem de organizar uma expedição de vulto e pôr em acção dois corregedores tenebrosos para quem a forca e as galés são os melhores recursos contra aquela pobre gente, culpada do crime de patriotismo. Apesar de tudo, o Manuelinho — inconsciente orador de esquinas, doido manso que diverte o povo — aparece como um precursor. É cedo para dizer em voz alta o nome do chefe. Não tardará que seja possível fazê-lo.

*

Esse nome — do chefe legítimo e natural — principia a andar, aliás, em todas as bocas; é o do Duque Dom João II de Bragança. Já em torno de seu pai, Dom Teodósio, filho de Dona Catarina, houve certa efervescência. Por 1617 — conta a *Relação de tudo o que se passou na felice acclamação* — procurou-o mesmo em Vila Viçosa D. Nuno de Mascarenhas e exortou-o a aproveitar a vinda a Lisboa da esquadra da Índia, a lembrar-se «do mortal agravo que El-Rei de Castela lhe fazia em lhe usurpar o Reino de que ele era legítimo sucessor». O Duque, porém, teria declarado que «não era

Generated on 2024-10-12 00:06 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

ainda chegada a hora». Isto mostra a sua prudência, mas também que resguarda o futuro. Schaeffer escreve até (porventura sem grande fundamento) que Dom Teodósio «nunca se poude consolar da perda do throno e emprehendera diferentes tentativas malogradas, numa das quais quiz mandar prender El-Rei Dom Philipe II (em Portugal) quando este passava, com numeroso sequito, por Villa Viçosa, na sua viagem para Lisboa, pretendendo retê-lo até que elle restituísse o reino roubado. Depois de impeditivamente os seus amigos o haverem dissuadido de similhante intento quiz ao menos instigar os cidadãos de Lisboa a uma revolta contra Dom Philipe».

Dom João herda do pai a aversão à Espanha e a consciência dos seus direitos. E se dá, até quase à última hora, sinais de frieza e reserva, a ponto de aborrecer e desconsolar muitos partidários que o imaginam egoísta, epicurista, só desejoso de se conservar no gozo do bem-estar e da fortuna — a justiça histórica já hoje reconhece quanto o seu feitio cauteloso, fleumático, ponderado resulta, na frase tão citada de Ramos Coelho, «providencial». Sente-se alvo da incessante vigilância e das suspeitas sistemáticas do governo de Madrid. Duques de Bragança, de Barcelos e de Guimarães; Marqueses de Valença e de Vila Viçosa; Condes de Ourém, de Arraiolos, de Neiva, de Faro, de Faria, de Penafiel; Senhores de Monforte, de Alegrete, de Vila do Conde, de vinte e uma vilas, de inumeráveis propriedades; com cerca de cem mil vassalos sob sua dependência; representantes da legitimidade dinástica, descendentes de Nuno Álvares Pereira — os Braganças estão à cabeça da Nobreza de Portugal, pelo relevo do prestígio, o volume dos bens, a abundância e a imponência dos títulos. Concentram por isso as esperanças da nação inteira. Quando dos acontecimentos do Alentejo os amotinados chegam a aclamar em seus brados «o Rei Dom João IV»; mas o Duque — diz na *Historia da Feliz Acclamação* Roque Ferreira Lobo — «apenas em Vila Viçosa o soube, fez todos os esforços com o Arcebispo de Évora e com o Marquez de Ferreira, que então assistia naquella cidade, para calmarem as desordens daquelle povo, sem que respirasse a approvação que elle dava às

Generated on 2024-10-12 00:06 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

suas justíssimas queixas ». Nisto procede com acerto e bom senso, pois evita uma aventura sem viabilidade e ilude ao mesmo tempo a Espanha, que o supõe incapaz de algum dia se colocar à testa de qualquer iniciativa revolucionária. Dom João tem, com efeito, de se deixar julgar mal pelos amigos a fim de entreter os inimigos em maior engano. Com táctica diferente é de presumir que tudo se teria perdido.

Fiel ao seu método habitual, o Ministro de Filipe IV replica aos sucessos de Évora com medidas extremas. Instalam-se nas zonas fronteiriças duas juntas de magistrados espanhóis com instruções para usar de processos implacáveis e cominatórios : uma funciona em Badajoz, para o Alentejo ; outra em Ayamonte, para o Algarve. Compete-lhes também reforçar e ampliar as duríssimas exigências fiscais. Sempre no intuito de assestar vigorosos golpes sobre quaisquer veleidades de reacção portuguesa, toma o Conde-Duque outra resolução : convocar para Madrid, sob pretexto de uma consulta acerca da reforma da administração do Reino, numerosas personalidades da maior categoria : os Arcebispos de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, de Braga, D. Sebastião de Matos de Noronha, de Évora, D. João Coutinho ; o Bispo do Porto, D. Gaspar do Rego da Fonseca ; os Condes de Portalegre, D. Diogo da Silva, de Miranda, Diogo Lopes de Sousa, de Santa Cruz, D. Martinho Mascarenhas, de Sabugal, D. Francisco de Castelo Branco, e do Prado, D. Luís de Sousa; o Comendador-mor de Avis, D. Francisco Luís de Lencastre; o Desembargador dos Agravos, Francisco Leitão ; e três religiosos da Companhia de Jesus : Padres Sebastião do Couto, Álvaro Pires Pacheco e Gaspar Correia. Todos obedecem. Uma vez em Espanha, são recebidos separadamente por vários ministros. Lêem-lhes uma sentença que declara o Rei Filipe dispensado da obediência do juramento de seu avô nas Cortes de Tomar pela « infidelidade portuguesa » expressa nas insubordinações do ano anterior. A cada um se pede conselho quanto à melhor forma de introduzir aqui o novo regime, pelo qual em resumo Portugal deixa de ser Reino à parte e

Generated on 2024-10-12 00:06 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

se transforma numa província. Que hão-de objectar os prelados e fidalgos portugueses, assim isolados e constrangidos ? Limitam-se a alegar não possuírem autoridade para resolver a questão — e a aconselhar uma reunião dos Três Estados. Prossegue Olivares na execução do seu plano e manda que o Marquês de Portoseguro, D. Afonso de Alencastre, aqui levante mais forças destinadas à guerra contra a França, então muito acesa. Nos Açores recruta-se gente para o mesmo fim. E os nossos barcos são postos sob o comando do Almirante Tomaz Chamburum. Enfim, tudo se procura tirar a Portugal, de maneira a oferecê-lo, inerme, à integral absorção projectada.

A este propósito será oportuno recordar, mais uma vez, para desfazer um equívoco persistente : é no tempo de Filipe IV, com Olivares, que a nossa sujeição à Espanha toma carácter de absorcionismo intolerável. Até então, pesa-nos sem dúvida a falta de Rei natural e enche-nos a ânsia legítima de cobrar plena independência. Não há todavia fusão perfeita : Portugal e Espanha mantêm-se lado a lado, vinculados pelo Soberano comum mas como dois Estados inconfundíveis. Francisco Brandão, no *Discurso Gratulatório* pela aclamação de Dom João IV, bem o acentua, em períodos que merecem ser transcritos : — « ainda que unidos os Reynos de Portugal & Castella em hum herdeyro, entre sy erão distinctos, tanto que os naturaes de hum Reyno se reputavão por estrangeiros no outro ; a moeda era differente & as provisões se passavão em differentes lingoas, em forma que se não podião chamar Reynos Vnidos ». E acrescenta : — « Intentou nos dous annos passados a soberba castelhana apertar mais o ponto, & fazer que esta união de Reynos, que avia na pessoa do injusto possuidor, estivesse também entre os mesmos Reynos ... E assi, quando naquelle Reyno pretendião a vnião de ambos, executamos nós a total separação ... » Repare-se : é de 1638 que Francisco Brandão faz partir a definida tendência do governo espanhol para forçar uma « união » que não existe até essa data. Vista sob tal prisma a nossa Restauração não é, verdadeiramente, uma reconquista total da independência — mas uma reconquista da independência total, que evita a completa anulação

Generated on 2024-10-12 00:06 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

do núcleo português, cioso das suas características e regalias, no Império do Áustria de Madrid.

A *Restauração de Portugal Prodigiosa* do jesuíta Padre João de Vasconcelos (sob o pseudónimo de Gregório de Almeida) dá-nos uma página eloquente no mesmo sentido : — « O Reyno de Portugal se bem que esteve sujeito ao de Castella nunca esteve unido », afirma. Adiante cita, como Brandão, o depoimento de Frei Lucas Wadingo, historiador da Ordem de São Francisco, e expõe :

— «Nunca houve união em Portugal debaixo da sujeição e obediência dos Reis Católicos, porquanto a principal condição com que os Portugueses se entregaram ao seu domínio e Imperio foi que os Reinos de Portugal, com suas conquistas, perseverariam sempre desunidos e distintos, conservando suas leis e proeminências, como em tempo de Reis Portugueses ; e assim o prometeu e jurou El-Rei de Castela Dom Filipe II nas Cortes de Tomar, e se observou sempre, apesar da soberania castelhana.

« E, assim, perseveraram inteiras e sem mudança ou variedade alguma, as mesmas leis portuguesas, os mesmos costumes, tribunais, dignidade, ofícios eclesiásticos e seculares, e ainda os da Casa Real, batendo-se moeda com as armas de Portugal sòmente, as quais também por si foram sempre a insignia das bandeiras de armas portuguesas ; e, ainda quando se encontravam com a Real Castelhana, não se tiravam nem abatiam, salvo alguma vez que a lisonja particular quis ceder dos privilegios e isenções publicas.

« Nomearam-se os Reis Catholicos nos autos e papeis publicos só com os titulos pertencentes a Portugal e em linguagem portuguesa. Tiveram finalmente tambem, para as causas da fé, diverso Inquisidor Geral, e para todos os demais supremos tribunais diferentes Presidentes dos de Castela, o que se não vê nos Reinos de Galiza e Granada e outros mais, os quais verdadeiramente foram e estão unidos ao de Castela, e como tais guardam suas leis e costumes e são governados e dominados por Castelhanos não naturais dos mesmos Reinos que neles possuem e comem Prelazias e Dignidades e Ofícios como se nasceram e viveram sempre nêles, o que nunca foi em Portugal ; antes nêle sempre foram os Castelhanos

Generated on 2024-10-12 00:06 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

tidos por estrangeiros, e em Castela os Portugueses da mesma sorte reputados e tratados por de outra Nação e Coroa».

A pretensão de bruscamente abolir este estado de coisas — à sombra do qual se estabeleceu em Tomar o *modus-vivendi* hispano-português — é desafiar-nos a uma luta desesperada. Assim o entende Olivares, que intensifica a sua ofensiva. Assim o entendem os patriotas de Lisboa e de todo o Reino — que se preparam para vencer ou morrer.

*

Um duelo surdo se trava, a partir de 1638, entre o Conde-Duque e Dom João de Bragança. Este constitui o máximo obstáculo para os intentos do Ministro de Filipe IV. Já no final da Instrução a Saint-Pé se alude ao Duque de Bragança como ao Rei que os Portugueses elegerão provàvelmente. Os insurrectos de Évora logo o aclamam nos seus gritos espontâneos.

Tudo aconselha pois o governo espanhol a livrar-se de tão saliente adversário. Primeiro convida-o Olivares a exercer o alto cargo de Vice-Rei de Milão; a resposta é uma escusa cortês mas formal: Dom João baseia-se no seu desconhecimento da vida e das questões internas da Itália. Depois adopta outro processo: simular especial confiança no Duque, comprometê-lo assim ante os seus partidários, e ao mesmo tempo armar-lhe ciladas em que lògicamente deverá cair. Como as esquadras francesas pairam ameaçadoras junto das nossas costas, é preciso escolher uma pessoa capaz de chefiar e organizar a defesa do país contra qualquer possível desembarque. Nomeia o filho de Dom Teodósio para essa importante função, com o título de Governador das Armas do Reino. Uma imprudência, entregar-lhe assim o supremo comando do Exército? Não. Um ardil. Secretamente, ordena Olivares ao almirante espanhol Lopez Ossio que venha a Lisboa, convide o Duque a visitar o seu navio e aí se apodere dele e o leve para Espanha. O plano falha porque uma tempestade providencial dispersa a armada de Lopez Ossio, já a caminho. Então o Ministro usa novo estratagema:

Generated on 2024-10-12 00:06 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

escreve a Dom João a recomendar-lhe que passe revista a todas as fortalezas e quartéis, para verificar se estão em condições de resistir a um ataque. Em cada um destes centros militares determina que se prenda e se envie para Madrid, sob guarda, o Duque de Bragança. Também desta vez não atinge Olivares o seu objectivo: Dom João avisado dos traiçoeiros projectos, faz-se acompanhar por uma comitiva de amigos fiéis. Ninguém se atreve a tocar-lhe. O resultado é mesmo contraproducente. A sua aura aumenta. E conserva-se intangível a sua liberdade.

A forte corrente estabelecida em volta do Duque evidencia-se quando visita Almada. Toda a melhor nobreza vem prestar-lhe homenagem. Alguns fidalgos, entre os quais D. Miguel de Almeida e Pedro de Mendonça Furtado, comunicam-lhe a vontade de o levantarem por Soberano. A conjura — asseguram certos historiógrafos — está já em marcha desde o ano anterior, sob a chefia do Conde de Cantanhede, D. António Luís de Menezes. O desterro do Conde suspende-a — sem quebrar contudo nos espíritos dos seus amigos a firmeza do propósito. Dom João continua a ser modelo de bom senso e de inteligente cautela. «Não conhecendo os de que devia fiar-se, sondava os coraçoens de todos sem se declarar com algum deles» — resume o Conde da Ericeira. Afigura-se-lhe difícil e temerária a empresa; e não quer animar-lhe a execução sem ver garantidas probabilidades de êxito. As reticências e evasivas do Duque desconsolam os mais ardorosos. Chegam a fazer-lhe a injustiça de o suporem menos corajoso ou menos ciente dos seus direitos e dos males da nação. Um dia se compreenderá que tem razão; e a sua reserva será depois «celebrada como grande prudencia».

Resolve mesmo o Duque, para melhor conservar ante os espanhóis a sua aparência de neutralidade e desinteresse, ir de Almada a Lisboa render preito à Vice-Rainha. No Terreiro do Paço, ao desembarcar, a multidão vitoria-o com sintomático entusiasmo. Tais demonstrações «motivarão novo e decisivo ciume aos Hespanhoes, que as observarão». Cita-se até a curiosa frase do Marquês de la Puebla, chocado pela visível popularidade de Dom João: — «*Pera*

Generated on 2024-10-12 00:06 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

que tiran el Duque de su tapada y le muestran a los Portugueses? Deixen-le estar en su rincón ... ».

Entra Dom João no Paço. Tudo está pronto para a recepção que vai fazer-lhe a Princesa Margarida. No salão grande há um dossel sob o qual se vê a cadeira reservada à Duquesa de Mântua: outra, fora do dossel, será ocupada pelo Duque de Bragança. Então, diante de toda a nobreza ali reunida, Tomé de Sousa avança; e coloca a segunda cadeira ao lado da primeira. Gesto significativo, que não deixa dúvidas sobre a intenção que o provoca ...

Em Madrid, informado do que se passa e desejoso de forçar uma decisão, parece ter Olivares o projecto de aproveitar a vinda ao Tejo da esquadra de D. António Oquendo. Ainda dessa vez a Providência nos protege, pois os Ingleses desbaratam Oquendo em Setembro, nas costas da Holanda.

Alvoroçados pela iminência do perigo conspiram intensamente os fidalgos de Lisboa. Conferenciam várias vezes com Dom Duarte de Bragança, irmão do Duque, que parte mais tarde para a Alemanha. E insistem junto do Senhor de Vila Viçosa. À testa dos impacientes surge o monteiro-mor D. Francisco de Melo, que escreve ao Conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal e ao Marquês de Ferreira — ambos parentes dos Braganças — a pedir-lhes que convençam Dom João. Já se reúne em casa de Jorge de Melo a primeira Junta da Nobreza, de que fazem parte muitas das figuras mais altas da velha aristocracia nacional.

*

E entra-se no ano crucial de 1640.

Agrava-se a situação na Catalunha que, depois de ter colaborado na guerra contra a França e prestado socorro a Salses, sofre com desgosto a presença das guarnições castelhanas no seu território e os abusos e vexames dela resultantes. Feitas as reclamações perante o Conde-Duque, que as não atende porque o irrita há muito a orgulhosa indocilidade dos catalães — há diversas revoltas. Numa delas é morto o Vice-Rei, D. Dalman de Queralt, Conde de Santa

Generated on 2024-10-12 00:06 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Coloma. Seguem-se outras violências que suscitam brutais represálias. Como se regista em Cambriz oposição às tropas de Olivares, dois nobres catalães — Jacinto Veloso, Barão de Rocafort e Carlos Bertola — morrem na forca. Exaspera-se ainda a cólera popular. Barcelona torna-se foco de insurreição declarada e pede auxílio ao Rei de França. Também aqui se reconhece, bem nítido, o dedo de Richelieu.

Gerona, Balaguer, Lérida, Olot, outras terras, aderem ràpidamente à iniciativa da capital. Reforços franceses sob o comando de Argenson e do Conde de la Motte sitiam Tarragona. O incêndio alastra, dia a dia mais violento.

Pensa o Conde-Duque tirar duplo partido da revolução da Catalunha ; por um lado, afogá-la em sangue ; por outro, chamar os portugueses em massa a dar a sua contribuição à campanha repressiva. Será a forma de se servir do separatismo catalão contra o nosso e de, no final, a Coroa de Espanha triunfar de ambos.

O grito emancipador soa em Barcelona a 7 de Junho ; a 24 de Agosto recebe-se em Lisboa ordem de toda a Nobreza se encaminhar para a Catalunha — incluído o Duque de Bragança — e no país serem levantadas forças com o mesmo fim. Cumprir a ordem é resignar-se ao mais inglório suicídio.

Acabou o período das hesitações. Bem o descortina Dom João — que aliás, segundo parece, se corresponde com Richelieu ; e começa a dar mostras de satisfazer os votos dos fidalgos patriotas. Estes a 12 de Outubro constituem segunda Junta, na reunião havida em casa de D. Antão de Almada. Dela fazem parte D. Miguel de Almeida, D. Francisco e D. Jorge de Melo, Pedro de Mendonça, António Saldanha. Chamam também João Pinto Ribeiro, pessoa de clara inteligência e da íntima confiança de Dom João. Pedem-lhe que procure o Duque e lhe exponha a urgência de aceitar a Coroa. Pinto Ribeiro esquiva-se, atenta a sua posição junto da Casa de Bragança. Encarregado do assunto, vai Pedro de Mendonça a Vila Viçosa apresentar as solicitações da Junta. Exprime-se com vigor e insistência, exorta Dom João a anuir ao desejo de todos — diz-lhe mesmo estarem dispostos, em caso de recusa, a proclamar a República.

Generated on 2024-10-12 00:07 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

E faz-lhe lùcidamente ver « que devia considerar quanto desdouro teria para a sua opinião entre as Nações estrangeiras verem que erigiam Republica tendo nelle Principe natural ». Antes de responder, o Duque consulta sua mulher Dona Luísa de Gusmão e o secretário António Pais Viegas : a ambos ouve palavras de estímulo. Declara pois ao emissário lisboeta que, « antepondo a saude da Patria ao risco particular, se resolvia a aceitar a coroa ... ». Ficam com isto felizes os nobres da Junta. Pouco tempo corrido, vai também João Pinto Ribeiro a Vila Viçosa. Encontra o Duque ainda mais decidido e até impaciente por saber que tanto em Madrid como junto da Duquesa de Mântua se desconfia da conjura. A demora torna o risco maior. Dom João fala mesmo em tentar fortuna, sòzinho, no Alentejo — se Lisboa não puder mexer-se depressa.

Volta João Pinto Ribeiro e convoca os membros da Junta na noite de 26 de Novembro. Transmite o recado de Vila Viçosa — e combina-se o levantamento para sábado seguinte, 1 de Dezembro. Tanto mais que há notícias animadoras. Ao passo que a Espanha sofre sucessivos desastres militares (Tomás de Sabóia, defensor da causa de Filipe, capitulou em Turim perante o exército de Harcourt ; Fernando de Áustria, sitiado em Arras pelo Marechal de Meylleraie, teve igualmente de se render) — dentro do país, novas adesões afluem : o Juiz do Povo, o Escrivão, os operários dos mesteres, a Casa dos Vinte e Quatro. O Arcebispo de Lisboa, seguido por numerosos membros do clero, assegura-lhes também simpatia e apoio. Chega o momento de dar o grande passo.

Envia logo João Pinto Ribeiro o aviso respectivo para Vila Viçosa. Dois dias mais tarde — na noite de 28 para 29 — surge um incidente que por pouco altera o plano estabelecido. Alguns elementos da Junta consultam D. João da Costa, fidalgo de elevados créditos. E aparece ainda uma vez a *tese do siso*. Lembra-lhes D. João da Costa como são pouco numerosos e que imensos obstáculos irão deparar. Admite que seja fácil fazer o Duque de Bragança Rei — mas estima dificílimo sustentar-lhe a Coroa. Pergunta, céptico : — « Quaes são os Exércitos, quaes as Armadas que temos para nos oppor ao poder de Castella ? » E borda outras considera-

Generated on 2024-10-12 00:07 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

ções inegàvelmente oportunas e sensatas. O fecho do discurso — tal como o reproduz o *Portugal Restaurado* — longe de incutir desânimo ou tibieza, contém varonis incitamentos: « A minha tenção », esclarece D. João da Costa, « he mostrar que sigo o que julgo por tão difícil e arriscado, ponderando que se ha ley que indignamente me obriga a entregar a vida á disposição de qualquer amigo, que a ley natural me empenha a sacrifficalla dignamente pela liberdade da minha Patria. Confesso que se tivera esta noticia anticipada fora o meu voto que se dispuzesse esta empreza com maior segurança, porem fiando-se-me a tempo que he tão pouco o que temos do intento à execução, o que me parece he se não dilate, porque não achemos na falta do segredo o maior inimigo ». No fundo é o ponto de vista de Dom João de Bragança — que também considera fundamental executar depressa o combinado, antes que tudo seja descoberto pelo governo espanhol. A *tese do siso* encontra, porém, certo eco entre os conspiradores; procuram João Pinto Ribeiro na madrugada de 29 para que faça saber ao Duque ter-se adiado o movimento. Dura a discussão duas agitadas horas. Manifesta João Pinto Ribeiro o seu desacordo e rebate os argumentos que lhe propõem. Quando se retiram, às três da manhã, escreve todavia ao Duque, a avisar da provável dilação da empresa.

Logo no dia seguinte avista-se com D. Antão de Almada, D. Miguel de Almeida e Jorge de Melo. Juntos, resolvem levar por diante o projecto inicial. Novo mensageiro parte para Vila Viçosa a prevenir Dom João de tal facto.

Efectivamente é de supor que o adiamento comprometa ou até impeça por completo o êxito da insurreição. Como guardar segredo — quando tantas pessoas estão informadas? É já o segredo de Polichinelo. Segundo conta Roque Ferreira Lobo, nesse mesmo dia 30 em que os quatro chefes tomam a resolução de levar avante o seu propósito claros sinais dão a perceber o que está na forja. Uma criada de D. Antão de Almada, quando vai a sair um preto com um recado para a mulher de certo prisioneiro de Miguel de Vasconcelos, em alta voz lhe recomenda da janela « que dissesse àquela Senhora que se não consumisse, que amanhã havia de ir o Senhor

Generated on 2024-10-12 00:07 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

D. Antão e outros fidalgos matar o Secretário de Estado e soltar o Senhor seu marido». O mesmo D. Antão pede ao Provincial dos Frades Arrábidos que naquela noite roguem «do Ceo auxilios em hum negocio de muita importancia para o publico». D. António Luís de Menezes solicita de suas irmãs, Religiosas da Madre de Deus da Esperança, orações com idêntico fim. O Arcebispo D. Rodrigo da Cunha, acompanhado de alguns Cónegos, recita preces desde madrugada com o Sacramento exposto. D. António de Mascarenhas, que passeia com amigos seus no Adro de Xabregas, nega-se a tirar o chapéu a Miguel de Vasconcelos. E responde à estranheza dos seus companheiros: — «Eu não tiro o chapéu hoje a quem hei-de matar amanhã».

Impossível olhar para trás, reflectir, vacilar. O caminho está traçado com nitidez inexorável. «Depostos todos os inconvenientes, cerrados os olhos a todas as dificuldades, offerecidos os peitos aos maiores perigos» — resume o Conde da Ericeira — os conjurados têm de ir para diante, confiados em Deus e nos destinos da Pátria!

*

Surge enfim a manhã do dia 1 de Dezembro — aquele que Rebelo da Silva classificará para sempre de «dia puro e alegre».

Desde muito cedo, todos a postos. É nessas horas últimas que a Condessa de Atouguia, D. Filipa de Vilhena, arma cavaleiros seus dois filhos, D. Jerónimo de Ataíde e D. Francisco Coutinho e que D. Mariana de Lencastre faz o mesmo aos seus, Fernão Teles e António Teles da Silva. Duas mães que oferecem, simbòlicamente, a juventude fidalga de Portugal à causa da Nação.

Corre o tempo devagar. No instante derradeiro não irá o governo desmascará-los, prendê-los, antes de darem um passo? «Nunca o relógio lhes pareceu mais vagaroso...» — sublinha D. Luís de Menezes. Vigília de armas — e vigília de almas. À primeira badalada das nove saem os conjurados dos seus coches, onde aguardavam o momento, e irrompem no Paço. Jorge de Melo, António de Melo de Castro, Estêvão da Cunha dominam as sentinelas. O velho e

Generated on 2024-10-12 00:07 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

admirável D. Miguel de Almeida sobe à sala dos Tudescos e dispara um tiro de pistola — sinal para cada um executar a missão que lhe foi distribuída.

Enquanto um grupo chefiado pelo mesmo D. Miguel de Almeida, e formado por D. António Luís de Menezes, seu irmão D. Rodrigo, Luís de Melo, Porteiro-mor, D. Afonso de Menezes, D. António Telo de Menezes, João de Saldanha, surpreende a Guarda dos Archeiros — Gaspar de Brito Freire, Marco António de Azevedo, Paulo de Sá e Gabriel da Costa dirigem-se ao lugar onde estão as alabardas e atiram-nas ao chão. Os homens ficam assim desarmados. Dois que tentam resistir são mortos. Entrementes, Pedro de Mendonça, João Pinto Ribeiro e Tomé de Sousa ocupam o corredor que leva ao quarto de Miguel de Vasconcelos ; Luís Godinho, criado do Duque de Bragança, com alguns outros, fica junto à porta do quarto da Vice-Rainha. Em baixo acaba de ser submetida a Guarda do Paço, que esboça reacção tardia. Distinguem-se nessa breve refrega o Capitão Jordão de Barros de Sousa, o popular Francisco de Lemos — sobretudo dois valorosos sacerdotes : o Padre Bernardo da Costa da Azambuja e o Padre Nicolau da Maia. Os nomes de ambos adquirem por isso notoriedade extraordinária.

Pelas salas do Paço os fidalgos andam já em terreno conquistado. João Pinto Ribeiro (a quem se atribui a célebre frase, em resposta à pergunta sobre quais os intuitos dos sublevados : « vamos tirar um Rei e pôr outro ») — exorta-os, proclama a justiça da empresa. E D. Miguel de Almeida, numa alegria irreprimível, clama de uma janela ao povo que se aglomera ansioso no Terreiro do Paço : — « Liberdade, portugueses ! Viva El-Rei Dom João IV ! » Na vasta praça as aclamações reboam jubilosas, saúdam a boa nova.

Só agora se praticam, todavia, os actos decisivos. Numeroso bando — de que fazem parte D. António Telo de Menezes, D. Gastão Coutinho, D. João da Costa, o Conde de Atouguia, D. Álvaro de Abranches, o Camareiro-mor D. João de Sá Menezes, D. António Álvares da Cunha de Ataíde, Manuel de Childe Rolim vão aos aposentos do Secretário de Estado, cuja morte foi, desde o princípio, resolvida. Cruzam no caminho o Corregedor Francisco Soares de

Generated on 2024-10-12 00:07 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Albergaria que, ante um « Viva El-Rei Dom João IV », dá outro, a « El-Rei Dom Filipe » — mas é abatido por uma bala. Arrombam a porta, buscam debalde Miguel de Vasconcelos. Terá fugido — como lho aconselhou Manuel Marcos da Fonseca — pela Torre da Casa da Índia ? Grave contratempo, pois o enérgico Ministro decerto se irá tornar centro de resistência decidida ... Uma escrava, porém, sob as ameaças dos fidalgos, aponta o armário onde seu amo se oculta. Aires de Saldanha abre-o imediatamente : o Secretário de Estado aparece, lívido, olhos espavoridos. D. António Teles de Menezes — que recebeu o encargo de executá-lo — logo lhe dispara um tiro mortal. Miguel de Vasconcelos cambaleia, quase sem acordo. Com algumas estocadas, acabam-no ; e o corpo, lançado da janela cai no Terreiro do Paço. Nele ceva a populaça velhos ódios, delirante de contentamento por ver a seus pés o cadáver do tirano. Só na manhã seguinte o antigo escrivão da Misericórdia Gaspar de Faria Severim conseguirá que dali seja removido e D. Gaspar Coutinho o fará modestamente sepultar.

Falta dar conta do golpe de Estado à Vice-Rainha. D. Miguel de Almeida, Pedro de Mendonça, D. Antão de Almada, D. António Luís de Meneses, D. Carlos de Noronha, com outros companheiros, encontram-na rodeada das suas damas, confiada no efeito da sua simples presença. Apenas encara os recém-chegados pergunta-lhes com sobranceria : — « *Que es esto ? Donde está vuesta fidelidad ?* » Acrescenta que « o ministro culpado » — Vasconcelos — pagou os seus delitos e promete-lhes o perdão de Filipe IV. D. Sebastião de Noronha, Arcebispo de Braga, ainda tenta interpor-se a favor da Duquesa ; obrigam-no a calar-se e a retirar-se. Então os fidalgos declaram ter restituído o trono à Família de Bragança, na pessoa de Dom João ; e que Portugal já não reconhece outro Rei. Voluntariosa, obstinada, a Duquesa quer ainda aparecer à varanda, chamar o povo à obediência. Opõem-se a que o faça e até lhe significam que podem perder-lhe o respeito. « *A mi ? Y como ?* » — interroga, chocada, a Princesa. « Como, Senhora ? », replica, brusco, D. Carlos de Noronha, « obrigando Vossa Alteza a que, se não quiser entrar por aquela porta, saia por aquela janela ». Observa o Conde

Generated on 2024-10-12 00:07 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

da Ericeira : « termo indecoroso que só acha disculpa na importancia da empreza ... ».

As palavras de D. Carlos, descorteses sem dúvida, têm a virtude de domar as veleidades da Vice-Rainha. Abalado o seu ânimo, recolhe-se ao oratório, guardada à vista por alguns fidalgos. Procura D. António Luís de Menezes o Mordomo-mor Marquês de La Puebla, de quem solicita uma ordem para que D. Luís del Campo, governador do Castelo de São Jorge, o entregue sem luta. O Marquês acede e comenta filosòficamente : — « *A esta hora, no es ElRey Don Felipe señor de una chiminea en Portugal* ... ».

*

Quase não há exagero neste gracejo. As adesões convergem, sem notas discordantes. O Senado Municipal, com o seu Presidente — o Conde de Cantanhede, D. Pedro de Menezes, — aclama Dom João IV e junta-se à Procissão de Graças que sai da Sé, conduzida pelo Arcebispo de Lisboa. Ao passarem diante da Igreja de Santo António despega-se o braço direito do Cristo que um padre leva erguido. « Gritou o povo, prostrado em terra, que era milagre e todos cobrarão invencível confiança de que Deus aprovava a gloriosa deliberação dos confederados » — diz o Conde da Ericeira. Para a multidão de crentes aglomerada em torno da procissão é a certeza da sanção divina à revolta vitoriosa.

Derrubam-se as armas espanholas do cunhal do Paço. Elegem-se governadores, enquanto o Rei não chega : D. Rodrigo da Cunha, Arcebispo de Lisboa ; D. Sebastião de Noronha, Arcebispo de Braga e (por se haver escusado o Inquisidor-Geral, D. Francisco de Castro) D. Lourenço de Lima, Visconde de Vila Nova da Cerveira. Rendem-se os dois galeões espanhóis fundeados no Tejo. D. Luís del Campo — após algumas dificuldades — entrega, no outro dia, o Castelo. Logo a seguir, a Torre de Belém, a Cabeça Seca, a Torre Velha, a de Santo António da Barra, o forte de Almada. Fernando de la Cueva cede também, daí a uns dias, a Torre de São Julião.

Generated on 2024-10-12 00:07 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

A 3 de Dezembro Pedro de Mendonça e Jorge de Melo aparecem em Vila Viçosa a dar as novas ao Duque. Diz-se missa na capela. Alvoroçados, os fidalgos beijam-lhe a mão como ao seu Soberano e em rápidas frases inteiram-no do sucedido. Em torno, há grande sobressalto. Dom João, impassível, manda que se continuem o sermão e a missa — « a qual começou a ouvir Duque e acabou Rei ». Depois reza-se um *Te-Deum*. Como urge partir mete-se o novo Monarca num coche, com o Marquês de Ferreira e o Conde de Vimioso. Escoltam-no outros fidalgos a cavalo. Por toda a parte — em Arraiolos, em Montemor-o-Novo, em Aldeia Galega — acolhem-no as populações com brados entusiásticos. A 6, de manhã, desembarca em Lisboa.

Na noite de 1 de Dezembro, ao ver as iluminações da cidade, um fidalgo espanhol exclamara : — «*Es posible que se quite un Reyno a ElRey Don Felipe, con solas luminarias y vivas sin mas ejército ni poder ?* » Deve agora ver que é possível. E porquê ? Porque o povo inteiro anseia há muito por um Rei natural e não pode mais suportar o senhorio estranho.

Bem o mostra todo o Reino que, na expressiva frase de António Pais Viegas, (se reduzio á voz do mesmo Principe em menos dias do que bastavão para que hũ correo a toda diligencia o caminhasse ». De norte a sul a Independência e o Chefe são aclamados com unanimidade calorosa. Évora dá o exemplo ; o Alentejo vai atrás. Santarém, Leiria, Coimbra seguem. Depois, o Porto. Em Viana uma leve reacção é abafada pela gente da vila, com reforços de Braga, de Guimarães, das terras minhotas. Lagos pronuncia-se a 11. O resto acompanha a onda irresistível.

Quando sobre a sua cabeça solenemente se pousa a Coroa no dia 15 de Dezembro, e nas suas mãos se ergue o ceptro conquistado em Aljubarrota ao Soberano de Castela — Dom João IV é, na verdade, de direito e de facto, Rei de Portugal.

Generated on 2024-10-12 00:07 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Nessa alegre e pura manhã de 1 de Dezembro — Portugal nasce de novo. E nasce de novo quando pouco falta para sucumbir. Restitui-o à vida a firmeza inquebrantável da vontade nacional cristalizada numas dezenas de fidalgos corajosos, logo secundados pela vibrante adesão popular.

Cumprem-se as profecias. O mito do *Encoberto* vingador e restaurador incarna-se por fim num Príncipe da melhor linhagem, dotado das melhores virtudes. Triunfal confirmação das esperanças sebastianistas, nunca extintas no coração do Povo e a que muito especialmente os escritores e oradores jesuítas, cônscios do seu valor tónico, deram incremento notável. «Os textos que se aplicavam no tempo a Dom Sebastião viam-se agora, melhor interpretados, convirem a Dom João IV» — salienta João Lúcio de Azevedo. Na *Restauração de Portugal Prodigiosa* enumeram-se vaticínios, pressentimentos, incidentes enigmáticos que enchiam o país de um latejar de impaciências e de promessas. As *Trovas* do Bandarra adquirem actualidade impressionante, como aqueles versos em que se quer ver a predição da revolta de Évora:

— «*Antes que cerrem quarenta*
Erguer-se ha gran tormenta».

A esfinge de Vila Viçosa acabou por se revelar em plena luz — depois de ter mantido, durante anos, a sua reserva ponderada e inteligentíssima. Só dela saiu e se pôs à frente da Nação quando já não havia outro critério senão forçar o destino. O povo sente que o Duque fez bem em esperar a sua hora e em transformar aquilo que não passaria talvez de efémera aventura no ponto de partida de uma era nova. Por isso o ovaciona, na alegria profunda de admirar e respeitar o chefe — e de confiar nele. Por isso no dia da Aclamação de Dom João IV uma imagem do Bandarra é exposta num altar da Sé, a par dos Santos. O próprio Arcebispo não se opõe à

Generated on 2024-10-12 00:07 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

consagração póstuma do sapateiro de Trancoso — que a Inquisição condenou mas que o fervor popular venera e festeja ao julgar realizados, enfim, os seus augúrios patrióticos.

Nasce Portugal de novo. Nasce em ardente aleluia. Mas nasce frágil, cercado de ameaças, com os horizontes cobertos de sombras. D. João da Costa tinha razão : foi bastante fácil fazer Rei o Duque de Bragança ; será difícil sustentá-lo no trono. A Espanha ainda é, em frente de nós, um potentado e decerto vai lançar mão de todos os seus recursos — militares, políticos, diplomáticos — para recuperar aquilo que Filipe IV chama « *el brazo derecho de mi Imperio* ». Tão certa se afigura a desforra aos governantes de Madrid que Olivares comunica ao seu amo a notícia de revolução portuguesa naqueles termos famosos : — « *Buenas nuevas, Señor, buenas nuevas, tien Vuestra Majestad más un Gran Ducado* ». E ao inquirir Filipe, surpreendido : — « *Como ?* », o Ministro, soberbo, replica : — « *El Duque de Bragança se ha intitulado Rey. Estamos en estado de lo poder privar d'el sin ser necesário más de un dia* ». Espanholada, felizmente — espanholada que reflecte o orgulho desmedido do Conde-Duque. Melhor avalia as coisas o Marquês de Ayamonte, ao declarar, uma vez informado do estado de tensão patriótica em que se encontra Portugal : — « *Ahora verrá España los errores de su Gobierno. Tiene el Duque de Bragança Reyno para sy, Hijos, Nietos y Bisnietos* ».

De momento, porém, o futuro reduz-se a negro ponto de interrogação. A reconquista da nossa autonomia integra-se no amplo desenvolvimento da *Guerra dos Trinta Anos.* Sob esse ponto de vista depende do seu desfecho, isto é, da maneira como se decida o gigantesco duelo da Casa de Áustria e da França dos Bourbons.

Seja qual foi a veracidade da conhecida história da entrevista de Francisco Blondel com um judeu português, contada por Brienne — em que se tem querido ver a prova de uma intervenção decisiva de Richelieu no movimento restaurador, — o certo é que mal se sabe em Paris da vitória portuguesa troa o canhão da Bastilha e o Cardeal

Generated on 2024-10-12 00:07 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

ordena que na cidade se efectuem demonstrações de júbilo. Celebra assim o novo golpe vibrado no poderio do Áustria inimigo : a quebra da unidade peninsular.

Portugal nasce de novo em 1 de Dezembro de 1640. Nasce entre perigos, no meio das vastas e complexas dissidências europeias. Diante do Rei, dos seus generais, dos seus diplomatas, erguem-se problemas ingentes. O grito da Independência soou claro e forte. As campanhas da Independência, essas, vão começar — e arrastar-se-ão por mais de um quarto de século.

Generated on 2024-10-12 00:07 GMT / https://hdl.handle.net/2027/inu.30000041644687
Public Domain, Google-digitized / http://www.hathitrust.org/access_use#pd-google
Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

A FAMÍLIA E O CHEFE

Logo após a coroação e constituídos os principais organismos do novo Estado — ministros assistentes ao despacho, conselheiros, uma Junta Superior de Guerra, outra de defesa das fronteiras — convoca Dom João IV as Cortes, reunidas em Lisboa a 28 de Janeiro de 1641. O trabalho dessas Cortes incide sobre os diversos problemas que se apresentam à vida difícil do país combalido. Traça o quadro, e muito bem, Joaquim de Vasconcelos.

— « O Governo de Dom João IV teve de levantar o Reino de um estado de prostração completa ... A revolução consumara-se com a maior facilidade, tratava-se agora de a consolidar e faltava tudo ... dinheiro, soldados, cavalos, armas, artilharia, munições, navios, faltavam escolas de instrução militar, oficiais e engenheiros. Numa fronteira de cento e cinquenta léguas de extensão não havia uma só praça em estado de defesa ... Nada disso admira, lembrando-nos que os Espanhóis nos levaram daqui, pouco a pouco, 2000 peças, 300 vasos de guerra e centenas de milhões de cruzados. Só durante uma parte do governo de Filipe IV perdera a Coroa portuguesa 547 navios, entre grandes e pequenos, no valor de 6-7 milhões de

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

florins e de 1623 a 1638 perdemos só nas lutas do Brasil, segundo o testemunho dos holandeses, 28 milhões e meio de florins» ...

Para fazer frente a tão desastrosa situação formulam as Cortes diversos alvitres oportunos. Antes de mais nada, a reparação das praças fortes, castelos e muralhas fronteiriças e o seu guarnecimento por efectivos militares bem municiados. Também o extenso litoral português necessita de esquadras capazes de lhe garantir a integridade. A mobilização de todos os homens válidos torna-se indispensável. A fim de acudir a tantas despesas com o Exército e a Armada vota-se uma soma de perto de dois milhões de cruzados — que no ano seguinte se elevará a quase dois milhões e meio.

Ao mesmo tempo reclamam os Três Estados que a Nação se previna contra os perigos derivados das contingências da sucessão régia. E propõem que se estabeleçam as regras seguintes: 1.ª — O Rei nunca deixará de ser natural do Reino e obrigar-se-á a viver nele; 2.ª — Serão escolhidas três casas nobres para, no caso de faltar representante directo da dinastia, a uma das três se atribuir a Coroa; 3.ª — Sempre que Reis ou Príncipes casem com pessoas estrangeiras ficará expresso nos contratos matrimoniais que nem estas nem os seus descendentes sucederão no trono; 4.ª — Excluir-se-á do trono qualquer Príncipe estrangeiro ou filho seu, ainda que sejam os parentes mais próximos do último Soberano; 5.ª — Caso o nosso Rei suceda noutro Reino, terá de morar sempre em Portugal; 6.ª — Em tal hipótese, se tiver um ou mais filhos varões, o primogénito será posto à testa do Reino estranho e o segundo receberá a herança paterna; se tiver um filho apenas, proceder-se-á como para ele próprio e logo que apareçam dois varões na linha dinástica se apartarão ambos os Reinos; se só tiver filhas, a primogénita ocupará o trono e deverá escolher para marido um fidalgo português designado por consenso dos Três Estados; ficará privada da sucessão desde que o não faça; então, competirá às Cortes a eleição de novo Rei natural.

Como se vê domina a preocupação de evitar o reaparecimento de crises semelhantes às de 1383 e de 1580. Feliz por se ver restituído à autonomia Portugal firma-se na vontade imperiosa de con-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

servá-la e assegurá-la para os tempos futuros. Claro sintoma da força adquirida pela consciência dos nossos direitos a uma existência histórica independente — a um destino de Nação soberana, ciosa das suas prerrogativas intangíveis.

*

Outro aspecto do pensamento expresso pelas Cortes de 1641 deve ser ainda aflorado. Aflorado apenas — visto ser matéria complexa e requerer estudo à parte. Trata-se da doutrina expendida no Assento das referidas Cortes e perfilhada em diversas obras representativas — como, por exemplo, no *Manifesto do Reyno de Portugal*, publicado no mesmo ano e atribuído a António Pais Viegas, e na *Justa Acclamação* de Francisco Velasco de Gouveia. Essa doutrina — claramente oriunda das ideias filosófico-políticas então dominantes, sobretudo entre os autores da Companhia de Jesus, discípulos de Francisco Suarez, de Luís de Molina, de Azpilcueta Navarro (todos três ensinaram nas Universidades de Coimbra e Évora) — pode-se condensar nas seguintes bases: o homem necessita da sociedade para satisfazer as suas exigências vitais e encontrar auxílio, protecção e estímulo; por sua vez a sociedade necessita, para cimentar a sua unidade orgânica e atingir os seus fins próprios, de um Poder dirigente; esse Poder vem de Deus, tem em Deus a sua origem (*Omnis potestas a Deo*) já que Deus provê superiormente à satisfação total do que a natureza reclama; e de Deus a recebem os Povos, que delegam num ou mais governantes o seu exercício, em proveito do bem comum.

À sombra de tais conceitos, o Assento das Cortes de 1641 contém vários trechos expressivos: aquele em que declara que os Três Estados dos Reinos de Portugal «representão os mesmos Reynos e teem todo o Poder que nelles ha»; aquele em que declara que o poder de se eximir ao domínio de qualquer Soberano «lhe ficou quando os Povos a princípio tranferirão o seu no Rey para os governar»; etc. E, no comentário autorizado de Velasco de Gouveia, logo o parágrafo primeiro enuncia e se aplica a demonstrar a seguinte

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

tese : « que o poder Regio dos Reys está nos Povos e Republicas, e dellas o receberão immediatamente ».

É incontestável ser esta a doutrina mais adequada ao objectivo primacial dos doutores e paladinos da Restauração : o de fundamentar moral e jurìdicamente o acto de força cometido no dia 1 de Dezembro de 1640 ; não só a revolta contra o domínio espanhol, mas a deposição de Filipe IV e a entrega da Coroa ao Duque de Bragança. Por isso se avolumam os poderes da Nação e a sua faculdade de sacudir o jugo do Rei opressor.

Ao que nos parece, todavia, os doutores da Restauração exageram. Tal doutrina, se resolve dificuldades de momento, prepara outras dificuldades, e grandes, para o futuro. Nos seus postulados irá filiar-se a teoria da soberania popular — que há-de mais tarde florescer perigosamente nas Constituições dos Séculos XVIII e XIX, depois de agravada pelos filósofos naturalistas e materialistas. Na altura em que Suarez, Molina, Navarro, Gouveia formulam as suas ideias move-os o intuito de justificar a legítima insurreição nacional contra o esmagador centralismo de Madrid. Um dia servirão essas ideias para alimentar outra espécie de insurreição : a da plebe desvairada pelos demagogos contra as disciplinas tutelares da Monarquia. Quando os lógicos e engenhosos mentores da Revolução tirarem todas as conclusões inclusas nas premissas postas pelos bem intencionados mentores da Restauração — é de supor que seriam estes os primeiros a surpreender-se e a arrepender-se caso pudessem assistir às nefastas consequências da sua sementeira.

Ainda um reparo importante. Diz-se e escreve-se correntemente que os doutores da Restauração se mantêm fiéis à tradição tomista — e nada mais fazem do que repetir os ensinamentos do Anjo da Escola. Ora isto é bastante inexacto. A raiz da sua doutrina é *suarista*, em vez de *tomista* — o que está longe de ser a mesma coisa, pois o *Doctor Eximius* afastou-se em muitos pontos, e nomeadamente neste, da linha marcada pelo *Doctor Angelicus*. Não é aqui a ocasião de expor nos seus pormenores o pensamento de São Tomás de Aquino sobre a matéria. Bastará resumi-lo na síntese já uma vez apresentada por nós, de acordo com os seus textos : — « Eis a firme,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

equitativa, harmoniosa doutrina tomista do Poder Público. Origem desse Poder: Deus, autor da Natureza, Criador dos homens e das sociedades. Seu sujeito: aquele que diversas circunstâncias — entre as quais pode figurar a designação feita pelo povo e deve figurar sempre o seu consentimento — investem no direito de receber de Deus o poder de governar. Fundamento da legitimidade do Poder: as vantagens que dele advenham para o bem comum — sua finalidade intrínseca. A falta de tal fundamento converte o governante em tirano e torna-o apto a ser expulso da função que exerce mal e onde serão colocados outro ou outros, a quem Deus concederá o Poder necessário à vida social».

O sistema está completo e satisfaz todos os ditames da consciência moral, atende todas as exigências reais da comunidade, prevê e remedeia todos os perigos do abuso do Poder, sem lhe roubar a força e a dignidade indispensáveis. Dentro dele, teriam encontrado os doutores de 1641 — sem resvalarem no declive traiçoeiro da teoria da soberania popular — todos os fundamentos para alicerçar a evidente legitimidade da Restauração. Basta que o Povo tenha a faculdade de designar o governante, *sem transferência alguma de Poder;* bastam os claros malefícios do governo espanhol, nìtidamente adverso ao bem comum, portanto contrário à sua finalidade primordial e indiscutível; e basta que Dom João de Bragança, o novo Monarca, seja, como é, o representante directo e idóneo da legítima herdeira do trono à data do falecimento do Cardeal-Rei.

Esta seria a verdadeira orientação tomista na interpretação dos acontecimentos de 1640.

*

Sabe Dom João IV como lhe cumpre, antes de tudo, preparar a guerra. Nada descura para tal fim.

Uma das suas primeiras providências: o restabelecimento das «Ordenanças do Reino» do tempo de Dom Sebastião, que positivamente equivale a pôr a Nação em armas. Há que organizar um Exército de vinte mil homens de infantaria e quatro mil de cava-

*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

laria, segundo o voto das Cortes. Procede-se simultâneamente ao reparo dos baluartes fronteiriços: Elvas, Olivença, Campo Maior, Serpa, Moura, Caminha, Vila Nova da Cerveira, Valença, Monção. Em Tomar instala-se uma fábrica de ferro e em Figueiró dá-se incremento à fundição de balas de artilharia. A instrução cuidadosa ministrada aos oficiais, o desenvolvimento das coudelarias alentejanas, ribatejanas e da zona coimbrã, a militarização das Ordens Religiosas, a formação de companhias de mercenários estrangeiros, sobretudo holandeses, franceses e britânicos — são aspectos variados e complementares da acção governativa no sentido de garantir a máxima eficiência às nossas forças armadas.

Antes de defrontar o inimigo externo é preciso liquidar o inimigo interno. A corrupção e a decadência moral do período filipino deixaram vestígios graves entre a Nobreza. Alguns fidalgos que se negaram a secundar os promotores do 1.º de Dezembro continuam a supor-se diante de simples e efémera aventura cujo epílogo será o retorno à supremacia espanhola. Desejosos de não alienar as boas graças do Áustria, atravessam a fronteira e instalam-se no país vizinho. Assim, D. Duarte de Menezes e seus filhos D. Luís e D. Estêvão; o alcaide-mor de Torres Vedras, João Soares de Alarcão; Pedro e Jerónimo de Mascarenhas; dois filhos do Vice-Rei do Brasil, Marquês de Montalvão; Lopo da Cunha, Pedro Luís da Silva, Francisco de Menezes, Pedro Gomes de Abreu, etc. Tais defecções causam indignação vivíssima entre o povo. Suspeita-se de uma conjura traiçoeira — e excita especiais desconfianças a permanência da Duquesa de Mântua no convento onde se acolheu após o golpe de Estado. Consta que mantém correspondência com Filipe IV e Olivares e forma o centro da agitação destinada a restaurar o primo no trono português. Quando se hesita acerca das medidas a tomar, pede a antiga Vice-Rainha que a deixem ir para Madrid. É a melhor solução; por isso Dom João responde afirmativamente. Mas a Duquesa demora a sua partida com sucessivos pretextos. Acaba por ser intimada a retirar-se — tanto mais que a temida conjura se descobre por fim. Tem como principal animador D. Sebastião de Matos de Noronha, Arcebispo de Braga — o mesmo que se interpôs a favor

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

da Princesa Margarida no « dia puro e alegre ». Em conversas com numerosas pessoas, espalha esse prelado opiniões e vaticínios derrotistas : faz avultar o imenso poderio castelhano e as insuficiências flagrantes dos meios que temos a opor-lhe. Graças a tal propaganda fácil de produzir efeitos nos ânimos timoratos ou inclinados à Espanha — alicia certo número de elementos valiosos : desde o Marquês de Vila Real, D. Luís de Menezes, ao seu próprio sobrinho Rui de Matos de Noronha, Conde de Armamar, ao tesoureiro da Alfândega Pedro de Baeça, aos dois negociantes Diogo Rodrigo de Lisboa e Simão de Sousa, que serão os capitalistas da empresa. D. Luís de Menezes consegue arrastar seu filho D. Miguel de Noronha, Duque de Caminha — aliás muito contrariado e a levantar constantes objecções ao intento paterno.

Procura Baeça o Contador da Fazenda Luís Pereira de Barros, e tenta atraí-lo ao grupo. Este vai denunciar tudo à justiça real que prende a maioria dos implicados. O furor popular tem de ser satisfeito. A 20 de Agosto de 1641, em pleno Rossio, o Marquês de Vila Real, o Duque de Caminha, o Conde de Armamar, D. Agostinho Manuel sofrem a decapitação, ao passo que Pedro de Baeça, Melchior Correia da Fonseca, Manuel Valente, Diogo de Brito Nabo, Cristóvão Cogominho e António Correia sucumbem na forca. Quanto ao Arcebispo de Braga acaba os seus dias na Torre de Belém — devorado de remorsos, « arrependido do precipício a que tão cegamente se arrojara », escreve o Conde da Ericeira, e « com tanto conhecimento dos seus erros que mandou que o enterrassem no adro de qualquer Igreja e lhe puzessem huma campa raza, porque não ficasse memoria do que fora ».

*

Olivares, enérgico e persistente na acção política para o estrangulamento da nossa independência, não mostra, por felicidade, iguais predicados na acção guerreira contra Portugal Restaurado. Verdade seja que na Flandres e na Catalunha, assim como na fronteira do Russilhão, a Espanha dispersa então os seus esforços con-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

tra diversos inimigos. A *frente* portuguesa vê-se poupada assim por algum tempo às investidas dos famosos terços castelhanos.

Esse tempo não deixa de ser bem aproveitado. O Conde de Vimioso, Capitão-General do Alentejo, melhora as fortificações de Elvas. Matias de Albuquerque, herói das campanhas brasileiras, completa-lhe a obra, sem esquecer também Olivença e Campo Maior. D. Francisco de Sousa guarnece Moura e Serpa. Novas forças acorrem das várias terras com a viril resolução de erguer barreira à invasão que se prevê.

Só a 9 de Junho de 1641 as hostilidades são iniciadas pelos Espanhóis, sob o comando do Conde de Monte Rei. Depois de ligeira escaramuça com a ronda de Elvas, entregue nessa altura a D. Rodrigo de Castro, há um ataque sério a Olivença, tão firmemente defendida pelo Governador Francisco de Melo que o inimigo retira com perdas graves. Outra tentativa, de Dom João de Garay contra Elvas, malogra-se igualmente. Volta de novo a assediar Olivença com o mesmo infeliz resultado. Por nossa vez esboçamos uma arremetida sobre Valverde.

Em 1642 o teatro de mais viva luta é a Beira, onde D. Sancho Manuel conquista Elges, Freixeneda e Galhegos e faz a bela defesa do Vale da Mula — e onde Fernão Teles alcança junto à vila de Albuquerque merecidos loiros. D. Álvaro de Abranches, Governador da Província, desenvolve notável actividade no aperfeiçoamento das fortificações de Pinhel, Almeida, Castelo Rodrigo e Alfaiates — que, diga-se de passagem, tem por capitão Braz Garcia de Mascarenhas, antigo chefe da *Companhia dos leões* e futuro autor do *Viriato Trágico*. Também na região de Entre-Douro-e-Minho o Governador D. Gastão Coutinho toma acertadas providências.

Em 1643 os factos mais dignos de menção — além da ida de Dom João IV para Vila Viçosa, a fim de estar mais próximo das operações — são a avançada portuguesa até cerca de Badajoz e a acção de Castelo Melhor na fronteira minhota, onde chega a tomar Linhares.

Tudo isto, porém, não vai além de pequenos contactos de tropas ligeiras. Do nosso lado o critério seguido é o da sensata prudên-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

cia — não por menos valor ou coragem dos soldados, mas porque estamos perante um adversário de maiores recursos e não devemos jogar em qualquer lance mal afortunado a própria sorte do país.

Nos começos de 1644 trava-se enfim a primeira batalha. O afamado Marquês de Torrecusa, depois de juntar em Badajoz dois mil e quinhentos homens — três quintos de cavaleiros, os outros dois de infantes, — manda-os arremeter contra o castelo de Ouguela. Os seus heróicos defensores — apenas em número de quarenta e cinco, com o destemido Pascoal da Costa à frente — de tal forma se portam que repelem o ataque. Logo, como represália, D. Rodrigo de Castro recebe ordem para ir sobre Montijo e incendiá-la. Não o pode fazer o bravo comandante de Elvas. Matias de Albuquerque se encarrega do assunto. Montijo, ocupada e saqueada, rende valiosa pilhagem. Ali se conserva o nosso general, à espera das forças espanholas que se encontram em Badajoz.

O Marquês de Torrecusa é substituído pelo Barão de Mollingen e este concentra na cidade estremenha perto de dez mil homens. A 26 de Maio, atravessado o Guadiana pelos invasores, de um lado e de outro se adoptam dispositivos de combate. E o choque não tarda a efectuar-se.

Principiam os nossos por uma descarga de artilharia que faz bastantes vítimas. No entanto o Barão de Mollingen recompõe depressa as suas hostes e lança a cavalaria contra os holandeses mercenários que militam nas filas portuguesas, dirigidos pelo Capitão Piper — os quais não lhe aguentam o ímpeto. A debandada dos soldados de Piper comunica-se a alguns terços vizinhos; recuam numa tal desordem que permitem a Mollingen envolver o flanco direito. Há um frémito de pânico anunciador da derrota. E a retirada esboça-se no sentido do Rio Xévora. Mas a decisão e o génio guerreiro de Matias de Albuquerque transformam tudo. É daqueles chefes que não se resignam a perder a partida e sabem extrair das horas mais críticas as reacções mais eficazes. Num prodigioso arranco, depois de conseguir agrupar de novo os seus homens em formações improvisadas, cai sobre os Castelhanos — que se julgam senhores do campo e descuidados se entregam ao saque — retoma-lhes a artilharia

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

e, à testa dos únicos quarenta cavaleiros que ficaram a seu lado, numa extraordinária carga, desfaz magnìficamente o exército inimigo. Com tal pavor correm os soldados de Filipe IV que em grande parte sucumbem afogados nas águas do Guadiana.

« Erão tres horas da tarde quando se acabou a batalha », diz-nos D. Luís de Menezes, « mandou Matias de Albuquerque tocar a recolher, formou os terços, fez ajuntar os feridos, acomodou-os nos carros e esteve formado na campanha até cerrar a noite ; porque lhe não ficasse circunstancia alguma de vitorioso ». Mais adiante acrescenta o autor do *Portugal Restaurado* : — « Esta foy a primeira batalha que depois da Acclamação os Portuguezes ganharão aos Castelhanos : e consideradas as notaveis circunstancias della merece ser celebrada por huma das mais insignes acçoens que teem acontecido no mundo ».

À parte o ingénuo exagero, é Montijo sem dúvida uma vitória que muito contribui para nos aumentar o renascido prestígio.

*

Noutros campos de batalha se desenvolve larga e tenaz campanha de que dependerão em grande parte os nossos destinos : nas várias Cortes e centros diplomáticos europeus. Temos que obter apoios para a luta iniciada e fazer reconhecer a autonomia de Portugal contra a oposição sistemática e influente dos representantes do Áustria madrileno. Daí os mil obstáculos que deparam os emissários de Dom João IV. Encontra o país, na hora própria, admiráveis servidores que, pela sua inteligência, pelo seu tacto, pela sua firmeza, se impõem e nos impõem a toda a Europa. « Dum modo geral », escreve com justiça Edgar Prestage, « pode afirmar-se que os Embaixadores e Ministros de Dom João IV e Dom Afonso VI contribuíram tanto como os soldados para a manutenção da independência nacional ».

Os primeiros a partir — logo a 14 de Janeiro de 1641 — são os Padres jesuítas Inácio de Mascarenhas e Paulo da Costa, encarregados de levar à Catalunha a notícia da nossa libertação. Chegam a

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Barcelona a 24 do mesmo mês — quando precisamente a capital catalã se acha num momento crítico, à espera do ataque das tropas de Filipe. Produz grande efeito entre os seus habitantes o conhecimento do que se passa em Portugal e as suas esperanças renascem. Tanto assim que, por incrível prodígio, conseguem repelir no combate de Montjuich os seus adversários. O Padre Inácio de Mascarenhas vai ainda a Génova (onde providencialmente escapa aos atentados dos sicários espanhóis) e de lá pede para Marselha os socorros de que os barceloneses necessitam. Regressa depois à Catalunha — um pouco tarde, visto já ali ter sido aclamado o Rei de França como Conde de Barcelona. Só por isso — declaram os catalães — não é o nosso Dom João IV escolhido para tal dignidade, em sinal de gratidão pelos serviços que o seu Embaixador prestou aos revoltosos.

A 21 de Janeiro outra Embaixada — que leva a dirigi-la o Monteiro-mor D. Francisco de Melo, coadjuvado pelo Doutor António Coelho de Carvalho e por João Franco Barreto — segue com destino a França, onde impacientemente a aguardam. Nos planos de Richelieu Portugal desempenha papel importante: o de intensificar a guerra no extremo ocidental da Península, por meio de uma acção ofensiva. Mas o Governo de Lisboa, sem elementos suficientes para tanto, prefere conservar-se em defensiva prudente, a fim de não pôr a sua causa em risco. Daqui resulta marcada divergência entre os diplomatas de ambos os países; e não conseguimos a desejada *liga formal*. Assina-se todavia a 1 de Junho um Tratado que, apesar de não ser o que daqui se pretende, contém um artigo secreto pelo qual a França se mostra resolvida a socorrer Portugal, mesmo na eventualidade de chegar a acordo com a Espanha.

Antes do regresso desta Embaixada envia Dom João IV a França seu sobrinho D. Frei Dinis de Lencastre, por se ter sabido em Lisboa de um projecto de rebelião do Duque de Medina-Sidónia na Andaluzia, quando aportarem a Cádiz as esquadras aliadas da França, de Portugal e da Holanda. Olivares, informado do caso, chama o Duque a Madrid e assim evita a insurreição andaluza.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Dom João IV não renuncia à *liga formal*. Em 1642, a 9 de Abril, vai o seu novo Embaixador junto de Luís XIII, D. Vasco Luís da Gama, Conde da Vidigueira (mais tarde Marquês de Nisa), secretariado pelo Dr. António Moniz e Carvalho; durante quatro anos desenvolve os melhores esforços e alcança incontestável prestígio na capital francesa.

Duas novas missões, de carácter especial, são entretanto despachadas para França. A primeira, do Dr. Luís Pereira de Castro (Março de 1643), destina-se a negociar o matrimónio do Príncipe Real português Dom Teodósio com a Duquesa de Montpensier, sobrinha de Luís XIII, e a propor também o da Princesa Dona Joana com outro sobrinho do mesmo Rei, o Duque de Sabóia. As suas diligências, porém, não resultam. Preside à segunda (1644) o Marquês de Cascais, D. Álvaro Pires de Castro, com Manuel da Nóbrega por secretário. Vai apresentar à Rainha Ana de Áustria os pêsames do nosso Governo pelo falecimento de Luís XIII, a que se juntam as felicitações pela subida ao trono de Luís XIV, seu filho.

No ano seguinte volta ao Reino o Marquês de Cascais e com ele vem o primeiro Embaixador parisiense, Luís de Goth, Marquês de Rouillac; traz instruções do Cardeal Mazarino — sucessor de Richelieu e Primeiro-Ministro de Luís XIV — para exortarnos a dar maior incremento à guerra com a Espanha.

Um grande acontecimento atrai por essa altura (1644) as atenções do mundo diplomático: a reunião das conferências da paz, cujo fim é pôr termo às discórdias causadoras da *Guerra dos Trinta Anos*. As conferências efectuam-se na Vestefália, em duas distintas localidades: Munster, onde deliberam os representantes dos Estados Católicos — Áustria, França, Espanha — com o Cardeal Fábio Chigi, delegado pontifício e Contarini, delegado da República de Veneza, por mediadores; e Osnaburgo, onde se encontram os representantes dos Estados protestantes — Alemanha e Suécia — cujo mediador é o Rei da Dinamarca.

Será da maior conveniência que os nossos delegados oficiais tomem parte nas negociações em curso; assim ficará Portugal reconhecido por todos como nação soberana. Certos de poderem contar

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

com a favorável intervenção francesa, dirigem-se plenipotenciários à Vestefália: para Munster, Luís Pereira de Castro e Francisco de Andrade Leitão; para Osnaburgo, Rodrigo Botelho de Morais. Este, porém, morre logo nesse ano de 1644 e o seu substituto Cristóvão Soares de Abreu só em 1646 pode sair de Lisboa.

O representante espanhol Peñaranda contraria por todos os meios os esforços dos portugueses. D'Avaux e Servien, representantes de Luís XIV, assim como o da Suécia, auxiliam-nos. Mas nada se consegue por causa da intransigência de Madrid. Nem sequer a libertação do Infante Dom Duarte, irmão de Dom João IV, prisioneiro de Filipe na Itália. E em dada altura as negociações suspendem-se; a Espanha e a França decidiram recomeçar a guerra.

Duas vezes, em 1646 e 1647, o Padre António Vieira, extraordinário orador, glória da Companhia de Jesus e um dos paladinos eminentes da Restauração, parte em missão oficial para Paris, onde a actividade do Marquês de Nisa se renova também nesse período. Mais tarde Francisco de Sousa Coutinho insiste outra vez com Mazarino pela conclusão da *liga formal*. O astuto italiano propõe-se então negociar a *liga* a troco de importantes quantias e nos debates sobre o assunto — que provocam a vinda a Lisboa de dois agentes seus, Le Coq e Lanier — gasta-se algum tempo; até que, persuadido o governo francês de não obter o pagamento da soma estipulada, Sousa Coutinho tem de sair de Paris.

Mazarino nem por isso desiste do auxílio financeiro. Encarregado de solicitá-lo, vem a Lisboa o Cavaleiro de Jant em 1655, mas não se conduz de maneira a fazer vingar o seu desígnio. Conhecedor de propostas de paz feitas pela Espanha a Portugal, assina connosco a desejada *liga*; Mazarino, todavia, não a ratifica. Frei Domingos do Rosário, que Dom João IV manda a França para insistir em que o acordo firmado com o Cavaleiro de Jant se mantenha e para tentar uma proposta de casamento entre a Infanta Dona Catarina e Luís XIV, depara em toda a linha recusa obstinada.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Tudo isto se compreende. A braços com a grave crise interna da « Fronda », Mazarino vê-se muitas vezes forçado a contemplações e manobras ; não lhe convém exacerbar a Espanha, que mostra, na questão portuguesa, orgulhosa e agressiva intolerância.

Às outras capitais europeias acodem os defensores de Portugal Restaurado. Logo no princípio de 1641 envia-se uma Embaixada a Londres. Constituem-na D. Antão de Almada e Francisco de Andrade Leitão, secretariados por António de Sousa de Macedo. Apesar dos embaraços levantados pela influência espanhola, a valiosa intercessão do Conde de Pembroke fá-los ser recebidos por Carlos I, que lhes dirige palavras cordiais. Pensa-se num Tratado que reavive a antiga aliança anglo-portuguesa. Atravessado com grandes dificuldades e lances críticos o período da ditadura de Cromwell — (o nosso Residente Sousa de Macedo manifesta a maior dedicação ao Monarca assassinado em Whitehall ; os Príncipes Roberto e Maurício, partidários dos Stuarts, pelos seus procedimentos no Tejo, determinam o protesto solene de Carlos Vane, enviado pelo Protector e as represálias do Almirante Blake, que trava batalha com a esquadra de Jorge de Melo) — firma-se a 10 de Julho de 1654, entre o Embaixador extraordinário Conde de Penaguião e o Governo de Londres, um Tratado bastante desvantajoso para nós mas que as circunstâncias tornam inevitável. A justa e digna hesitação de Dom João IV em ratificá-lo só é vencida pelo brutal ultimato formulado, em nome de Cromwell, por Filipe Meadowe, apoiado na poderosa frota de Blake e Montagu.

Quanto à Holanda, o caso oferece aspectos diversos e contraditórios. Por um lado, na Europa, combatem os Países Baixos o mesmo inimigo que nós : Filipe IV. Por outro lado, tanto no Brasil como no Extremo Oriente, a sua luta com a Espanha levou-os a apoderar-se de parte considerável dos nossos domínios e agora não querem abandonar tão belas presas quando Portugal as reclama em nome dos seus direitos históricos.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

É Tristão de Mendonça Furtado o nosso primeiro enviado à Holanda — para onde larga em Fevereiro de 1641. Assistem-no, como secretário António de Sousa Tavares e como peritos comerciais Guilherme Rouzen e João Nunes. Chegado à Haia, apresenta Furtado as suas propostas ao governo neerlandês. Consistem principalmente no seguinte: trégua por dez anos; aliança das duas esquadras; restituição a Portugal de tudo quanto nos foi arrebatado, quer na América do Sul, quer na Costa de África e na Guiné (oferecemos como eventual compensação o assédio e a posse das Índias Espanholas); comércio franco nos nossos portos; envio de reforços holandeses de infantaria e cavalaria e de operários das indústrias de guerra.

Como era de esperar, a cláusula da restituição provoca enérgica negativa. O Tratado de 12 de Junho de 1641 estabelece apenas a trégua por dez anos.

Entre a assinatura do Tratado e a sua ratificação por Dom João IV, a 19 de Novembro, os Holandeses continuam as agressões no Brasil, onde ocupam o Maranhão e em África, onde o Almirante Jol toma conta de Angola e de São Tomé. Para exigir a restituição de ambas as possessões manda-se à Haia o Embaixador extraordinário Francisco de Andrade Leitão, secretariado por Francisco Dourado. Respondem-lhe com sofismas e evasivas. A Leitão sucede Sousa Coutinho, negociador de envergadura que, ajudado Pelo Padre António Vieira (duas vezes ali enviado em missão, por este período), consegue entreter admiràvelmente as relações diplomáticas; mas nas terras usurpadas pela Holanda as revoltas dos colonos e as iniciativas militares promovem a sua reconquista. Ao protestar contra tais actos imita o nosso Embaixador os diplomatas neerlandeses que, anos atrás, simulavam condenar a acção das suas esquadras. Hipocrisia de parte a parte. No fundo, luta de que saímos em todos os campos vencedores.

A Embaixada de António de Sousa de Macedo, secretariado por António Raposo (depois nosso Residente até 1656), decorre sob idênticos signos; a Holanda a querer conservar o que nos tirou —

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

pelo menos, uma fracção do que nos tirou; nós a argumentar em favor do nosso direito ou a oferecer compensações e plataformas, enquanto empregamos todos os meios para reentrar na posse efectiva e completa do que nos pertence. Mais adiante se falará do aspecto pròpriamente militar da reconquista brasileira e africana. A ela prestam sempre auxílio inteligente e valioso os nossos representantes na capital dos Países Baixos.

Quanto aos Estados Escandinavos, há a registar o inevitável malogro da missão de Sousa Coutinho, em 1641, à Dinamarca. Embora rodeado de todas as atenções próprias da sua categoria, não o recebe Cristiano IV — que tem de evitar qualquer atrito com a Espanha, visto já estar em projecto a conferência da paz e assumir o papel de medianeiro entre a Alemanha e a Suécia. Reconhecer a nossa independência será praticar um acto hostil a Filipe IV, cuja posição intransigente neste assunto não oferece dúvidas. Limita-se portanto o governo de Copenhague a tratar com a maior cortesia o Embaixador português que depressa se retira, como todas as circunstâncias indicam.

Mais feliz é Sousa Coutinho na Suécia, em cuja política domina Axel Oxenstiern, ministro e conselheiro omnipotente da jovem Rainha Cristina. Oxenstiern, fiel seguidor das directrizes de Gustavo-Adolfo, combate sistemàticamente a grandeza da Alemanha. Liga-se pois à França e olha com inteira simpatia o Portugal autónomo de Dom João IV. Tais facilidades encontra o enviado do nosso Rei que menos de dois meses e meio lhe bastam para assinar (a 29 de Julho de 1641) um Tratado de mútuo auxílio, de recíproca liberdade de comércio e de franca amizade. Sousa Coutinho adquire também material de guerra para o Exército, transportado em diversos barcos suecos que o escoltam no seu regresso à Pátria. Desde então mantemos plenipotenciários em Estocolmo — e tanto a Rainha Cristina como o seu sucessor, Carlos X, fazem-se representar em Lisboa, sem interrupção, pelos seus embaixadores.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Maiores contratempos suportam os nossos enviados a Roma. Dom João IV, Príncipe de sentimentos profundamente católicos, sente bem como a Nação reclama, quer pelas crenças do povo, quer pelas conveniências políticas, o melhor entendimento com a Santa-Sé. Por isso manda logo em Abril de 1641 D. Miguel de Portugal, Bispo de Lamego, como seu Embaixador à Cidade Eterna. O Prelado leva consigo Pantaleão Rodrigues Pacheco e o desembargador Rodrigo Rodrigues de Lemos. Encontra, porém, graves dificuldades. Não quer de modo algum Urbano VIII desagradar ao Rei Católico, senhor de largos domínios que confinam com os Estados Pontifícios. Além disso, o representante de Filipe IV, João Chiumazzero, insta junto da Cúria para que a « rebelião » do Duque de Bragança seja alvo de solene condenação papal e o seu chefe exortado a submeter-se. Tanto não faz o Santo Padre — mas recusa-se a receber oficialmente o enviado do « rebelde », para evitar ofender e irritar o Soberano madrileno. A intervenção do Embaixador de França Marquês de Fontenay, no sentido de apoiar a causa do Bispo de Lamego, fica sem qualquer efeito prático.

O substituto de Chiumazzero, Marquês de Velez, traz instruções categóricas para dificultar ao máximo a vida de D. Miguel de Portugal e para tentar mesmo fazê-lo expulsar de Roma. Em tal hipótese obterá valioso prémio : o vice-reinado de Nápoles. O Marquês toma bem a sério tais directivas. A 20 de Agosto de 1642 vai até o ponto de assaltar o Bispo de Lamego em plena rua. Avisado pelo Cardeal Barberino, D. Miguel de Portugal reúne quanta gente pode ; e no instante em que o Embaixador de Espanha o manda parar, a resposta pronta é que parem os espanhóis. Na breve luta que se segue obrigamos o adversário a debandar. Episódio curioso, que mostra bem como naquele tempo os diplomatas se vêem forçados a bater-se — a ser, por sua vez, soldados.

Nem assim consegue o Bispo de Lamego que o receba o Sumo Pontífice. Há agora um motivo mais a impedi-lo : a Santa-Sé entra

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

em guerra com o Duque de Parma e necessita como nunca de conservar relações amistosas com Filipe IV. E o nosso Embaixador sai de Roma em Dezembro desse ano de 1642.

O caso agrava-se ainda pelo facto de Urbano VIII se negar a confirmar os Bispos apresentados por Dom João IV — que, devido às sucessivas vacaturas de dioceses, sobem já ao número de dezassete. Isto cria mal-estar na Igreja portuguesa, com risco de a conduzir aos péssimos rumos do cisma. Ferido na sinceridade da sua fé e na sua consciência de governante de um povo católico, amargura-se o Rei perante o melindre da situação equívoca. Em 1644 um relâmpago de esperança. Segundo o Marquês de Fontenay, Sua Santidade parece resolvida a aceitar o preito filial de Dom João IV e a reconhecer-lhe a legítima realeza. Imediatamente o *Restaurador* previne o Conde da Vidigueira de que deverá estar prestes a seguir como Embaixador para junto do Vaticano. Mas a informação de Fontenay é prematura — e D. Vasco Luís da Gama permanece em Paris.

Alarmado, o clero português delibera que alguém vá a Roma expor ao Pontífice os inconvenientes da crise que se prolonga e tantos prejuízos causa ao exercício das suas funções e à vida espiritual do Reino. Designa-se para tal missão o Prior da Colegiada de Cedofeita, Nicolau Monteiro. Dom João IV também o investe na qualidade de Embaixador; e ordena-lhe que passe pela capital da França, a solicitar da Rainha e de Mazarino recomendações dirigidas aos seus representantes na Cidade Eterna.

A Embaixada de Nicolau Monteiro (1645) parece a segunda edição fiel da do Bispo de Lamego. Como este, não alcança audiência oficial do Papa — já então Inocêncio X. Como a este, assaltam-no os espanhóis em pleno dia e matam-lhe um criado da escolta. Como a este, de pouco lhe servem os bons ofícios do Embaixador de França. Só uma diferença, para melhor: Inocêncio X, horas depois do atentado, despacha-lhe um emissário encarregado de exprimir o seu desgosto. Atenção significativa, sem dúvida — mas que não avança a solução do problema. Segue outro plenipotenciário, Manuel Álvares Carrilho, em 1648. Nada de novo.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Assim se continua por largo tempo. Falham todas as tentativas partidas de Portugal; num belo exemplo de tenacidade, de sangue-frio e de respeito pelo Chefe da Igreja, o nosso governo volta, incansável, a procurar a conciliação. Solicita Dom João IV auxílio ao clero de França que, movido por Sousa Coutinho, se empenha a seu favor. O próprio Sousa Coutinho, uma das figuras prestigiosas do Corpo Diplomático, vai em missão a Roma no mês de Agosto de 1655. O Pontífice — agora Alexandre VII — acolhe-o com demonstrações de apreço; apenas lhe não concede o título de Embaixador. Toda a inteligência, todo o engenho, toda a eloquente argumentação de Sousa Coutinho esbarram ante o inabalável obstáculo. Alexandre VII ouve, sem discordar nem concordar: e o tempo escoa-se... Em 1656 o nosso Embaixador lavra solene protesto contra a demora no provimento dos bispados de Portugal. A Santa Sé vacila sempre. De Madrid continuam as pressões contrárias e a questão põe-se com tal irredutibilidade que uma resolução do Papa equivalerá a tomar partido por um dos contendores, na desavença peninsular.

Só muito mais tarde o desfecho deste longo conflito chegará: em 1668, após a conclusão da paz entre nós e a Espanha, sob a Regência de Dom Pedro II.

*

As hostilidades nas fronteiras prosseguem, depois da batalha de Montijo. Falha outro ataque do Marquês de Torrecusa a Elvas — de que resulta a sua substituição pelo Marquês de Leganés. Este consegue tomar e destruir Vila Viçosa em 1645. No ano seguinte Matias de Albuquerque arrasa o forte de Telena mas, ao passar o Guadiana, as tropas de Mollingen causam-lhe avultadas perdas. E entra-se numa larga trégua que se prolonga por dez anos.

A que se deve essa trégua? Às dificuldades da Espanha, forçada a acudir a todos os pontos ao mesmo tempo. Enquanto se encarniça a luta com os catalães, Nápoles atravessa crise tormentosa e os Países Baixos erguem outra vez o grito de guerra. Filipe vê-se

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

forçado a deixar Portugal em paz. Utilíssima paz! Dom João IV aproveita-a maravilhosamente — quer nas medidas acertadas para compensar e restaurar as mil feridas de que o país sangra, quer no estabelecimento em mais sólidas bases das nossas condições de defesa interna e das ligações externas com os países europeus. Os principais frutos dos seus esforços em ambos estes domínios serão colhidos por seus filhos Dom Afonso e Dom Pedro. Num terceiro campo alcançamos, ainda sob o governo do *Restaurador*, apreciáveis êxitos: o da conservação ou recuperação de grande parte do Império.

Como se sabe, apoderaram-se os Holandeses de extensas zonas de território brasileiro durante a usurpação filipina, com o pretexto de fazer guerra à Espanha mas na realidade porque daqui mal se podia acudir em sua defesa e porque se abriam nas terras de Santa Cruz horizontes tentadores para o comércio dos Países Baixos.

A boa nova do movimento libertador do 1.º de Dezembro desperta a maior alegria entre os portugueses do Brasil. O sentimento nacional aviva-se; surgem, também além-Atlântico, esperanças claras de escapar à tutela estrangeira. Admite-se mesmo que a Holanda espontâneamente se retire, já que sempre alegou inimizade pela Espanha e agora os nossos destinos se não encontram ligados, antes adversos, aos da pátria de Filipe IV. Tal não sucede, porém: a Holanda quer manter na sua posse o que conquistou. Mais até: quer alargar as conquistas na América do Sul. Ainda no final de 1641 os seus soldados ocupam Sergipe e o Maranhão que, segundo o costume, oprimem com os mais cruéis tratos e onde pretendem impor o culto protestante.

Desesperados, erguem-se os patriotas do Maranhão (Setembro de 1642); acaudilha-os o valoroso António Moniz Barreto. Durante ano e meio sustentam acesa luta ajudados pelos reforços do Pará e de outros lugares. Quem porfia vence. Em Fevereiro de 1644 os Holandeses vêem-se constrangidos a abandonar o Maranhão.

Um dos grandes animadores do movimento de revolta — André Vidal de Negreiros — vem a Portugal informar a Corte do estado dos ânimos e da decisão de um grupo de chefes admiráveis, em que se contam os pernambucanos João Fernandes Vieira, Amador de

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Araújo, Francisco Beranger de Andrade, outros muitos. Quer saber André Vidal de Negreiros — que nunca cessou de bater-se contra os intrusos — se as hostilidades no Brasil prejudicarão as relações portuguesas, na Europa, com o Governo da Haia. Certo de poder ir para diante, volta à Baía em Agosto de 1642 na companhia de António Teles da Silva, que vai com o título de « capitão de mar e terra ». Desde então só pensa, de acordo com os seus camaradas, em organizar as forças destinadas a expulsar por completo o invasor das terras brasileiras.

Verdadeira epopeia, que se alarga por anos sucessivos. Em 1645 rebenta a sedição de Pernambuco, dirigida por João Fernandes Vieira. Pontal da Nazaré, um dos melhores fortes da cidade, cai nas mãos dos patriotas. Santa Cruz, Porto Calvo sacodem o jugo holandês. Os revoltosos ganham suficiente audácia para ir cercar o Recife. Chega então uma esquadra de auxílio, comandada por Schuppen, com quatro mil soldados que desembarcam e fazem grande matança entre os brasileiros. Nem por isso esmorece a sua chama; e em dois combates obtêm assinalados triunfos. O primeiro, no Monte de Guararapes (1648), termina com a derrota de Schuppen, que fica ferido, e com a ocupação de Olinda pelos nossos, chefiados por Francisco Barreto. O segundo, no mesmo local, em 1649, constitui verdadeiro desastre para as armas da Holanda. O seu comandante, Coronel Brink, é morto por um tiro feliz do próprio João Fernandes Vieira e Barreto toma-lhes toda a artilharia, dizima-lhes as fileiras, faz prisioneiros aos milhares. Nos anos seguintes a campanha prossegue com tal fortuna que os holandeses abandonam, uma a uma, todas as praças. Pernambuco e o Recife capitulam em 1654. Para este magnífico desenlace, principalmente devido à bravura e persistência dos caudilhos lusitanistas no Brasil, contribui em larga medida a política habilíssima do Governo de Lisboa, que cobre diplomàticamente a campanha e não deixa de enviar importantes reforços: a armada de Pedro Jacques de Magalhães — factor decisivo da vitória.

Em África reagimos também com vigor às investidas holandesas. Quando governador de Pernambuco, Maurício de Nassau compreende a necessidade de ter à sua disposição grande número de

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

escravos para tirar o máximo rendimento da indústria da cana de açúcar. Na ideia de ser em tudo herdeiro dos Portugueses — que supõe depostos para sempre da sua categoria de povo imperial — quer também ir buscar esses escravos às possessões do ocidente africano. Para isso há que tomar Angola. De tal se incumbe uma forte esquadra com o aventuroso Jol a comandá-la. E em 1641 — apesar das tentativas de defesa do nosso governador Pedro César de Menezes — Angola cede ao poderio neerlandês. Outro tanto acontece a São Tomé no mesmo ano.

Em princípios de 1648 Salvador Correia de Sá e Benevides é mandado para o Rio de Janeiro com os títulos de governador da capital brasileira e de Capitão-General da Província de Angola — que tem de ser recuperada. Depois de conseguir da população fluminense avultada quantia, a expedição dirige-se em Maio ao litoral africano. Uma vez em Luanda, Correia de Sá participa aos holandeses que vai encarregado de construir fortalezas sem comprometer a paz existente entre os dois países, mas que os sobas aliados de Portugal se queixam de ser atacados e pedem auxílio; isto leva-o a romper por seu turno as hostilidades. Segue-se breve campanha e após alguns lances infelizes o bravo Capitão-General força o inimigo à capitulação. Depois de Luanda, Benguela, as feitorias de Pinda e Loango; a seguir, São Tomé, onde nem há luta porque o invasor retira atemorizado ao conhecer as derrotas sofridas em Angola. Assim voltam ao nosso domínio os territórios da África ocidental. E o nome de Salvador Correia de Sá e Benevides grava-se na galeria dos heróis do Império.

No Oriente os holandeses, além das fortalezas de Baticala, Triquimale, Negumbo e Gale, em Ceilão, sitiam e ocupam Malaca (1641) e estabelecem feitorias em Vingorlá, a pouca distância de Goa, em Dabul, em Rajapor, em diversos outros lugares; Surrate, Achem, Maçacá. Na Ilha de Java possuem a cidade de Jacatará, que baptizam de Nova Batávia. Instalam-se na Ilha de Amboina, no arquipélago das Molucas, nas Ilhas de Ternate, Tidore, Montel, Maquiem — e na Ilha Formosa, em pleno mar da China, centro de comércio com o Japão. Também monopolizam as relações mercantis

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

no Pegú, em Tanassarim, em Junsalão, em Taranjá, nas Ilhas da Pimenta, em Quedá, em Pera, no estreito de Singapura, na Costa de Pam, no Sião, na Cochinchina. São empórios seus os portos da Cambaia, do Tonquim, de Chincheu, da Ponta de Sumbor, da zona de Mussalapatão ou Costa de Coromandel. Por toda a parte, mercê do nosso longo colapso nos mares orientais, aparecem como usurpadores dos antigos domínios portugueses, quer no que respeita aos pontos estratégicos, navais e militares, quer no que respeita ao tráfico das riquezas.

A luta ainda atinge intensidade e grandeza em Ceilão. Apesar das tentativas das armadas da Holanda e da revolta do Rei de Caudy, resistem os portugueses com denodo. O forte de Calitoer muda de senhores mais de uma vez. Só quando os holandeses em 1655 o conquistam definitivamente lhes é possível cercar Columbo, capital da Ilha, «a praça mais importante do Estado da India» segundo Ericeira. Comanda os sitiantes Gerardo Hulft, homem excepcional sob muitos aspectos; comanda os sitiados António de Sousa Coutinho, de persistência e coragem inexcedíveis. Mau grado a superioridade numérica — reforçada até com os vinte mil singaleses do Rajá Singa, aliado de Hulft — os Holandeses são postos em cheque pela fantástica bravura dos nossos que em combates duríssimos, corpo a corpo, lhes infligem reveses dos mais sérios.

Columbo rende-se enfim — esmagada pela desigualdade de forças, em Maio de 1655. Esconde-se o nosso sol no Oriente. O seu último lampejo enche de luz o perfil de António de Sousa Coutinho.

*

Passar em revista, ainda que sumàriamente, os dezasseis anos do reinado de Dom João IV — é fazer inteira justiça ao «carácter providencial» do fundador da Dinastia de Bragança. Criou-se-lhe uma triste lenda — obra dos escribas a soldo de Olivares, para cuja vulgarização contribuiu ainda o francês Vertot. Impelidos pela sistemática fobia às mais altas e nobres figuras nacionais, seguiram-lhes no encalço alguns panfletários românticos. Deste modo se fabricou

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

um príncipe comodista e pusilânime que apenas deve o trono ao esforço alheio e uma vez senhor da Coroa se deixa mover e subjugar pelas influências da Rainha Dona Luísa e do Padre António Vieira.

Absurda imagem — que não resiste ao testemunho flagrante dos documentos. A personalidade de Dom João IV define-se dia a dia a uma luz mais exacta e reclama as homenagens gratas de todos os portugueses. É, de facto, o homem de que necessitamos ao leme do barco, nessa hora dúbia e incerta em que, restituído Portugal à independência por um golpe feliz, há que exercer acção paciente, perseverante, cuidadosa no sentido de lhe granjear forças para retomar a caminhada histórica. Dom João IV não tem as características do Rei medieval, nem são essas as que melhor podem convir ao estado do país nos meados do Século XVII. Mas tem as qualidades de um grande Soberano do seu tempo — e mercê delas serve com raro acerto e rara eficácia o bem comum. Nada mais difícil do que equilibrar-nos e singrar nas marés traiçoeiras de uma Europa dividida pelos conflitos de poderosos blocos — entre os quais a pequena nação peninsular, audaciosamente insurgida contra a hegemonia dos Áustrias, aparece como jangada minúscula, pronta a ser engolida por vaga mais alterosa. Assim acontece — lembremo-nos — à Catalunha que, após demoradas lutas e vicissitudes, acaba por estender os pulsos, de novo, às algemas. Assim nos acontecerá fatalmente a nós — se um piloto sábio, cauteloso, ao mesmo tempo maleável e tenaz, não guiar a frágil embarcação com habilidade consumada. O governo de Dom João decorre sob o signo da Prudência — sem que essa Prudência seja sinónimo de tibieza, de irresolução ou de cobardia. Algumas vezes se deve ceder — para ousar, outras vezes. Cede-se e ousa-se. A negociação suplanta quando é preciso a temeridade — mas graças à clarividente firmeza do comando não se perde nenhum ensejo de fortalecer ou reconstruir o organismo português. Entre uma França que, com Richelieu, nos favorece e ajuda, depois, com Mazarino, usa para connosco de pérfido e afrontoso egoísmo; uma Inglaterra que, com Carlos I, se nos mostra acolhedora e amiga, depois, com Cromwell, nos trata sem contemplações e nos humilha

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

em lances de brutalidade revoltante; uma Holanda com a qual nos convém juntar-nos na Europa contra o inimigo comum e à qual, por outro lado, arrebatamos pouco a pouco, em arrojados golpes, muito daquilo de que nos espoliara — Dom João IV sabe admiràvelmente orientar-se, insinuar-se, impor-se na medida do possível, fazer prevalecer a vontade e o interesse da Nação. Quanto à Espanha, combate-se sempre que é inevitável o combate — e com honra e brio — mas não nos extraviamos em imprudentes arremetidas que poderão inutilizar e comprometer tudo. Conhece-se mesmo o inteligente critério usado pelo Rei — que, embora muito económico, nunca hesita em despender avultadas somas para manter por sua conta em Madrid uma rede de agentes secretos activos e vigilantes, graças aos quais pode estar a par dos segredos da política espanhola e dessa forma defender-se a tempo, ir ao encontro de perigosas iniciativas. Enfim, como sintetiza Edgar Prestage, «a política cautelosa do Monarca, a única exequível, prova o seu bom senso...». Outra política seria porventura mais vistosa, mais decorativa, mais excitante: política arriscada e agressiva, como tanto deseja — em benefício próprio, aliás — o astuto Primeiro-Ministro de Luís XIV. Não seria, porém, exequível — e, após ter lançado alguns clarões, é de supor que o seu resultado fosse entregar-nos de novo ao jugo filipino. Já hoje se vê isto com bastante nitidez para inteiramente compreender e aplaudir a esplêndida sagacidade e o sangue-frio incomparável de que dá mostras o *Restaurador*.

Por isso lhe chamamos, em toda a extensão do termo, autêntico Restaurador de Portugal. O Reino, esgotado por mil desordens, empobrecido por mil extorsões, abatido por mil amarguras, despojado de grande parte do seu Império, quase privado de exércitos e de armadas, ferido pela sombra do domínio estranho durante mais de meio século — necessita de ser enfermado, revigorado, *restaurado*, como organismo doente. Chama a si tal missão o homem que os fidalgos do 1.º de Dezembro aclamaram. Chama-a a si, e cumpre-a — melhor do que ninguém a saberia cumprir. O reconhecimento nacional exprime-se na legenda gravada por António Sardinha, ao intitulá-lo «o segundo fundador da Pátria Portuguesa».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

O seu amor à comunidade ilustra-se por factos bem significativos. Ninguém esqueceu aquele documento que dirige às Cortes, sob o pseudónimo de « João Fernandes, Procurador dos Descaminhos do Reino », no qual se enumeram os males de que a Pátria sofre e se propõe adequada terapêutica. Modelo de lucidez e de senso prático — nele sobressaem trechos excelentes : « ... a principal defensa do Reino consiste na reforma dele, quando não possa ser em tudo, seja nas coisas mais principaes, e estas tenha V. M. por certas lhe hão-de poupar muito dinheiro e acrescentar muitos soldados e forrar grandes despezas e dar grandes acrescentamentos. E depois desta consiste a principal defensa em haver dinheiro e bom governo nele ... ». Grande Senhor, habituado a uma existência confortável, opulenta, à margem dos cuidados e responsabilidades da governação, certo dia Dom João IV desabafa : — « Para me fazer Rei, necessitou Deus de trabalhar com ambas as mãos : com uma tapou-me os olhos, com outra trouxe-me pelos cabelos ... ». Mas depois de ter aceitado o pesado encargo nunca mais se lhe nota qualquer nostalgia da tranquilidade perdida. Nem falha ao menor dever do seu ofício, nem se exime aos sacrifícios necessários — até o ponto de imolar à defesa nacional as jóias, baixelas e rendimentos da Casa de Bragança para se poder continuar a guerra nas fronteiras. E faz essa declaração lapidar, que resume o inteiro esquecimento de si próprio em homenagem ao supremo bem da Pátria : — « Me resolvi a restituir-me a esta minha coroa sem nenhum respeito particular da minha pessoa, senão por livrar os Reynos que me pertencem das miserias que lhe vi padecer em estranha sujeição e por entender era obrigado a isso em minha consciência, sujeitando-me por essa causa a vida e trabalhos podera ser differentes da minha inclinação ». A sua inclinação, efectivamente, é diversa : inteligência culta, artista notável — quem pode negar a sua admiração ao compositor magnífico da *Crux Fidelis ?*, — amador de caçadas nas matas de Vila Viçosa, renuncia a tantos dos seus melhores prazeres e vota-se ao serviço integral da nação. Com tal escrúpulo o faz que merece, um século mais tarde, os elogios rasgados de D. Luís da Cunha no *Testamento Politico*, quando o aponta ao Príncipe Real Dom José como « espelho em

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

que V. A. se visse», alto exemplo a meditar e a seguir. Pela isenção com que procede, sem obedecer a favoritismos de nenhuma espécie; pela pontualidade com que gere os negócios do Reino; pelo tino e desvelo administrativos; pelo estímulo constante a tudo quanto seja *nosso*, em detrimento de tudo quanto sugira ou insinue predomínio estranho — o *Restaurador* bem deve ser tido e apresentado como exemplo aos seus sucessores no trono.

Um dramático episódio, pouco recordado geralmente, prova de maneira flagrante o afecto e o prestígio que cercam Dom João. Em 1647 o escrivão Domingos Leite foge para Madrid e é subornado pelos agentes de Filipe IV para assassinar o nosso Rei. Volta a Lisboa e com a ajuda do seu cúmplice Manuel Roque prepara o atentado. Aluga uma casa e nela abre frestas onde dispõe espingardas carregadas, com a pontaria feita ao lugar onde deverá passar Dom João quando da procissão do *Corpus Christi*. No dia próprio, comprime-se a turba devota; e o Rei surge, mais perto ainda do que o sicário esperava: oferece-se, descoberto, aos seus tiros. Domingos Leite afirma a pontaria, e não dispara. Tenta segunda vez; segunda vez lhe soçobra a coragem. Não mostrará isto que ainda nos corações mais vis Dom João exerce uma fascinação que é a sua máxima força — e, naquela manhã de Junho, o salva do assassínio?

São impressionantes as suas últimas jornadas de vida — como se vê na Relação composta por Vicente de Gusmão Soares. Algumas frases ditas nessa despedida do mundo retratam uma alma isenta, iluminada pela fé — a alma do Príncipe que instituiu o culto nacional da Padroeira ao consagrar o seu reino à Mãe de Cristo. A derradeira entrevista com o Juiz do Povo é uma cena comovedora: «Meu Juiz do Povo» diz-lhe o Soberano moribundo, «meus homẽs bõs, bem conheço o muito que me amais, e todo este povo, e que sois muito solicitos em meu serviço e zelosos do bem commum. Eu também me alegrava muito todas as vezes que vos via, assim a vós como a vossos antecessores, e Homẽs do Povo, porque

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

tenho de vós outros grande satisfação ». E acrescenta : — « Eu estou muito conforme com a vontade de Deus neste estado ».

Entre lágrimas, o Juiz do Povo « lhe referio o sentimento que o povo tinha da doença de Sua Magestade, e o muito que o amava, e concluiu dizendo : Rey e Senhor, se Deos for servido levar para si a Vossa Magestade nós ficamos mui desamparados ... ».

Poucas vezes a missão paternal da realeza terá sido mais solenemente expressa. Poucas vezes a conversa final de um rei e de um vassalo se terá assemelhando tão profundamente a uma autêntica cena de família ...

É que, entre os nossos Reis, talvez os dois mais perfeitos Chefes de Família — da Família portuguesa — sejam os fundadores das dinastias de Avis e de Bragança : Dom João I e Dom João IV.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

DUALIDADE PENINSULAR

São as regências — isto já tem sido muitas vezes dito — o ponto fraco do sistema monárquico. A unidade do mando que a monarquia assegura, a continuidade que a hereditariedade garante — acham-se bruscamente interrompidas. Perigoso e dissolvente, o espírito de partido reaparece — e, com ele, a crise. É o que se passa entre os portugueses após a morte do *Restaurador*. Tem razão o Juiz do Povo ao anunciar que ficamos « mui desamparados ... ».

Tudo seria bem diferente se a Dom João IV sucedesse o filho primogénito, esse admirável Dom Teodósio cujas excepcionais qualidades de espírito e de energia eram a clara promessa de um grande soberano. Dom Teodósio, se fosse vivo quando do falecimento do pai, andaria nos vinte e dois anos. Evitar-se-iam os males da Regência e os que provêm das taras morais e físicas de Dom Afonso. Por desgraça, Dom Teodósio sucumbiu três anos antes do *Restaurador*; assim se frustrou uma bela esperança nacional.

Apesar dos seus graves defeitos — em pequeno teve uma « febre maligna » de que resultou ficar um tanto apoucado de espírito e leso do lado direito — é Dom Afonso aclamado Rei logo que se

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

extingue Dom João IV, a 6 de Novembro de 1656. Assume a Rainha o governo enquanto dure a sua menoridade, visto ainda contar apenas treze anos.

Pesado encargo para Dona Luísa de Gusmão, cujo ânimo varonil procura, no entanto, fazer frente às dificuldades que se acumulam. Dificuldades de toda a espécie. Antes de nenhumas, as resultantes da sujeição da Catalunha — que abateu armas em 1652 — e da paz estabelecida entre a Espanha e a Holanda. Os dirigentes madrilenos ardem em desejos de retomar a campanha de Portugal, ao verem-se livres de parte dos seus anteriores inimigos.

Substituído no comando o Marquês de Leganés pelo italiano D. Francisco de Tuttavilla, Duque de São Germano, avançam as tropas castelhanas (Abril de 1657) a assediar Olivença. Em socorro desta acode o Governador das Armas do Alentejo, Conde de São Lourenço, que tenta expugnar Badajoz a fim de criar uma diversão e levar os Espanhóis a abandonar o cerco. Mas o assalto geral à praça (15 de Maio) é repelido com grandes baixas. E a 30 Olivença tem de se render. Novo ataque a Badajoz em Junho: tomamos o forte de São Miguel. Causa isto apreensão em Madrid e o próprio D. Luís de Haro, Primeiro-Ministro, vai reunir forças para Mérida, donde se propõe atacar-nos. O comando português, ante a desigualdade numérica, retira muito sensatamente para aquém da fronteira. Estimulado pelo facto, D. Luís de Haro comete uma imprudência: resolve empreender a conquista de Elvas. D. Sancho Manuel, governador da cidade, notável homem de guerra, toma as providências necessárias: ao passo que André de Albuquerque (figura de primeiro plano, muitas vezes ingratamente esquecida) parte, com vários oficiais, a levantar um exército de auxílio, faz-se a evacuação dos doentes e inúteis e armazenam-se mantimentos para longa resistência. A 22 de Outubro de 1658 o sítio de Elvas principia. Através de tudo — bombardeamentos intensos, lutas corpo a corpo, a peste que surge e causa muitas vítimas, a falta de alimentos que por fim se torna angustiosa — os portugueses resistem admiràvelmente a um inimigo sempre mais numeroso, bem municiado e sustentado. Página honrosa da nossa história militar!

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Vigorosamente incitados pela Rainha que lhes manda todas as ajudas possíveis, André de Albuquerque e o Conde de Cantanhede concentram em Estremoz forças importantes. A 11 de Janeiro de 1659 saem com elas em direcção a Elvas. A 13 acampam frente à cidade. D. Luís de Haro não se preveniu contra a investida, talvez por julgar que ainda demoraria. Mas a 14, logo de manhã, os nossos precipitam-se ao assalto das posições espanholas e de tal maneira que depois de terem surpreendido o adversário acabam por destroçá-lo. Até à noite a luta mantém-se, com vantagem sempre crescente dos portugueses. E a coberto da treva o invasor debanda confusamente para Badajoz.

Esta vitória das linhas de Elvas dá brado dentro e fora de Portugal. Como acentua Ericeira: — «Os povos do Reyno, desmaiados com as infelicidades padecidas, cobrarão invencivel espirito e se começarão a prevenir para novas emprezas. Os Principes aliados, argumentando das circunstancias da vitoria o valor dos Portuguezes e o resoluto empenho com que determinavão defender a sua liberdade, tratarão de ajustar novas alianças; e por conclusão esta victoria foi o seguro fundamento da conservação de Portugal».

*

Bem precisamos, efectivamente, de afirmar pelas armas vontade inabalável, axiomático direito à vida livre. Qualquer desfalecimento pode comprometer a nossa causa, já que a Espanha não esmorece no intento de subjugar-nos como à Catalunha — e os nossos apoios na Europa oferecem menor segurança. Sobretudo o apoio francês. Em Abril de 1659 (depois das missões sucessivas de Frei Domingos do Rosário e do Doutor Feliciano Dourado a Paris e das negociações com o Conde de Comminges em Lisboa) vai D. João da Costa, Conde de Soure, à capital francesa, pedir socorros substanciais, propor uma liga ofensiva e defensiva contra a Espanha. *Ainda no caminho sabe que uma trégua se estabeleceu* entre esta e a França. Há bastante tempo já que trabalham para isso D. Luís de Haro e Hugo de Lionne. Removido o obstáculo do Prín-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

cipe de Condé, entra-se de um lado e do outro em francos rumos de entendimento. À Espanha enfraquecida convém cessar a guerra, tanta mais que lhe prometem o casamento de Luís XIV com a Infanta Dona Maria Teresa, primogénita de Filipe IV. Por sua vez o Rei-Sol deseja a paz. Os grandes triunfos obtidos no ano anterior pelo Marechal de Turenne em Dunquerque e em toda a campanha flandrina contra os Espanhóis dão-lhe o direito de falar como vencedor. Além disso o Príncipe Carlos, herdeiro presuntivo de Filipe, é de saúde frágil ; marido da Infanta Dona Maria Teresa, Luís XIV descortina perspectivas auspiciosas quanto à futura sucessão do trono madrileno. É certo que se compromete a renunciar a todas as pretensões à Coroa espanhola mediante a soma de quinhentos mil escudos em oiro, que constituirá o dote da Infanta. Mas bem sabem os manhosos negociantes franceses — tanto Mazarino como Lionne — que o pagamento de tal quantia é incomportável para a Espanha, desprovida de recursos ; e contam alegar mais tarde a falta desse pagamento para justificar as reivindicações do seu Rei.

No meio de tão vastos interesses em que predomina o egoísmo cínico das grandes potências, pouco ou nada pesa a sorte de Portugal. Faz o Conde de Soure o que pode — e faz muito. Depara, todavia, um propósito assente e por mais que insista para que o nosso país seja incluído no tratado em projecto nada consegue. Claro que o Governo de Madrid põe como condição básica o abandono de Portugal pela França ; e Mazarino, que nunca nos foi favorável, anui aos desejos expressos de D. Luís de Haro em nome do Rei Católico.

O Tratado dos Pirenéus assina-se a 7 de Novembro de 1659. A França recebe : ao sul, o Russilhão, a Sardenha e Conflans ; a norte e a noroeste, o Artois, algumas praças na Flandres, no Hainaut, no Luxemburgo e na Lorena. « *Avantages sérieux* » — resume o professor Edmond Rossier. A política de Mazarino obtém a sudoeste da Europa, contra os Áustrias espanhóis, o mais belo complemento daquilo que a política de Richelieu obteve dez anos atrás, nos Pactos de Vestefália, contra os Habsburgos de Viena. « *Le Portugal fut laché* » — regista ainda aquele professor. Que importa

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

isso ao Ministro de Luís XIV, pouco embaraçado por escrúpulos de qualquer ordem ?

Tanto mais que a duplicidade de Mazarino, embora nos largue em público, sempre nos dá particularmente alguma coisa. Alicia o Conde de Soure dois prestigiosos generais estrangeiros por indicação sua : o irlandês Conde de Inchiquim (que pouco se demora entre nós, pois a notícia da restauração dos Stuarts o leva a regressar a Inglaterra) e o alemão Schönberg, que o acompanha nos fins de 1660 e traz consigo um estado-maior de oficiais franceses e uma centena de soldados. É pouco ? Representa, no entanto, além de novos elementos para a defesa nacional, a persistência de um entendimento, discreto sim, mas efectivo, com a França. Por mais que nos tenha magoado a forma como somos tratados em Paris convém-nos apesar de tudo não cortar as pontes.

Ao mesmo tempo busca a Rainha Regente, muito a propósito, outras alianças que possam apoiar-nos no concerto europeu. Sua filha Dona Catarina é destinada, um momento, ao Rei-Sol ; posta de lado a hipótese, negoceia-se por intermédio de Francisco de Melo Torres, Embaixador em Londres, depois Conde da Ponte, o seu enlace com Carlos II de Inglaterra. A este casamento liga-se um Tratado de aliança entre Portugal e a Grã-Bretanha, firmado a 23 de Junho de 1661, pelo qual se nos assegura o concurso das esquadras inglesas e a manutenção de um contingente de tropas no nosso território.

Inegáveis benefícios — que pagamos caro : com a cedência de Tânger no norte de África e de todos os seus direitos ; a cedência do porto e da ilha de Bombaim na Índia e dos territórios anexos ; a concessão de privilégios comerciais iguais aos dos Portugueses em Goa, em Cochim, em Diu, na Baía, em Pernambuco, no Rio de Janeiro. Também se dispõe que pertencerão à Grã-Bretanha as praças que tome aos Holandeses mesmo que anteriormente tenham sido nossas e se estipula uma partilha de influência e dos lucros do tráfico da canela na Ilha de Ceilão caso um dos dois países venha a apossar-se dela. Pagamos caro, sem dúvida, a honra de ver uma Princesa de Portugal no trono de Inglaterra e o proveito da

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

aliança militar e naval. A crise em que nos vemos não permite, contudo, hesitar ante todos os sacrifícios — crise determinada, além dos perigos externos acrescidos, pela marcha complicada e tormentosa das intrigas internas.

*

O relato dessas intrigas torna-se dificílimo, tão contraditórias as versões que, na esteira das famosas *Catástrofe e Anticatástrofe*, autores diversos e apaixonados sobre elas acumulam. A solução preferível será narrar os factos com o mínimo de juízos que poderiam fàcilmente ser temerários — e de interpretações que fàcilmente poderiam ser erróneas ...

Depois do ataque de paralisia sofrido em criança, Dom Afonso ficou hemiplégico. A sua educação é muito descuidada (por ser filho segundo e não se prever o desaparecimento prematuro de Dom Teodósio), o que produz lamentáveis consequências. Entre outras a de lhe facilitar a camaradagem inconveniente com pessoas de baixa condição — sobretudo com um jovem mercador italiano, António Maria de Conti, que «no pateo da Capella Real dos Paços da Rib.ª de Lix.ª tinha tendas de fitas, meas e mais adornos femininos» e se insinua no ânimo do Príncipe. Conti arrasta consigo um grupo de que fazem parte seu irmão João e outros moços plebeus — em cuja companhia Dom Afonso passa grande parte do tempo. Escandalizada e contrariada, ordena a Rainha ao Duque de Cadaval que expulse os Conti e o seu bando. O Duque executa a ordem, não sem resistência dos alvejados e manda-os embarcar num navio pronto a partir para o Brasil. Então Dona Luísa, diante de Dom Afonso, de numerosos fidalgos, Tribunais, Senado da Câmara e Casa dos Vinte e Quatro, lê um documento em que exorta o jovem Monarca a empregar-se «com cuidado e disvello nos negocios publicos, gastando o tempo em ocupações dignas da sua real pessoa» e alude à gente «de inferior qualidade» que semeia dissensões entre os grandes e faz «na Corte outras perturbações prejudiciais».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Afirmam alguns que Dom Afonso nada percebe do que se passa nesta sessão de pública censura à sua conduta — o que só é de aceitar se o considerarmos mergulhado em total idiotia. Mas o que sucede logo a seguir não confirma positivamente tal versão; leva a supor que terá ficado desconcertado e surpreso, sem saber, de momento, como reagir. Daí a sua passividade e o seu silêncio.

Não tarda o Soberano a ter quem o aconselhe e o impulsione a actuar. Duas pessoas principalmente: Luís de Vasconcelos e Sousa, filho do 2.º Conde de Castelo Melhor e um velho criado do Paço, Manuel Antunes.

Ambos persuadem Dom Afonso de que o sucedido mostra à evidência haver uma conjura contra ele — à frente da qual figura a própria Rainha. O fim a atingir será desprestigiá-lo, preparar a conservação da Regência nas mãos de Dona Luísa e mais tarde a entrega do governo a seu irmão Dom Pedro, objecto da clara preferência da viúva do *Restaurador*.

Convencido de tudo isto, enche-se o Rei de grande cólera e decide vibrar um golpe que o livre da tutela materna. Para uns, procede como simples joguete manobrado pela vontade forte de Castelo Melhor; para outros, este apenas o encoraja a tomar a iniciativa.

Poucos dias depois Dom Afonso, à frente de vistoso séquito, instala-se na Quinta de Alcântara. Uma vez ali, a 21 de Junho de 1662 — sempre acompanhado e orientado por Castelo Melhor, — convoca personalidades importantes, funcionários, as suas guardas e declara solenemente a resolução de passar a exercer o governo. Escreve a Rainha ao filho a estranhar o facto e a garantir-lhe que não terá relutância alguma em se aliviar dos encargos do poder; convida-o a regressar ao Paço a fim de tudo se efectuar à boa paz. Responde D. Afonso que, atenta a situação do Reino, quer libertar sua mãe dos grandes trabalhos a que está obrigada. Ainda se trocam várias cartas que nada adiantam. Entretanto enchem-se as ruas de Alcântara com populares que aclamam o Rei. Ou porque

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

sejam meras calúnias os intuitos maquiavélicos atribuídos à Rainha pelos confidentes de Dom Afonso ou porque a isso se veja compelida — Dona Luísa de Gusmão a 23 de Junho depõe o governo nas mãos do filho.

Logo se forma um triunvirato, constituído por Castelo Melhor, o Conde de Atouguia e Sebastião César de Menezes. Simultâneamente são demitidos ou desterrados os mais categorizados vultos do partido oposto, entre os quais eminentes servidores da Nação: o Duque de Cadaval, os Condes de Soure e de Pombeiro, o Padre António Vieira, o secretário Pedro Vieira da Silva. Em substituição do Prior de Cedofeita, o novo confessor régio é um tio de Castelo Melhor, Pedro de Sousa. Tudo enfim tem o carácter de triunfo completo de uma facção. Dentro de pouco afastam-se os seus dois colegas de gabinete, «ficando o poder absoluto no Conde de Castelo Melhor», como escreve D. Luís de Menezes. A própria Rainha-mãe, desgostosa, refugia-se no Convento das Religiosas Descalças de Santo Agostinho, em Xabregas, a 17 de Março de 1663, e lá se conserva até à sua morte, que virá três anos depois, em Fevereiro de 1666.

«Nunca será demais recordar», escreve Hipólito Raposo na sua excelente monografia acerca da viúva do *Restaurador,* «que, enquanto Duquesa e depois de Rainha, sempre a vida de Dona Luísa de Gusmão fora de constante firmeza e amor ardente; nos anos da Regência, a mais viva esperança e o mais vigilante zelo conduziram o seu mando; no convento, muito rica de virtudes se mostrara a sua voluntária pobreza, sofrendo as desgraças e as dores com a maior confiança no misericordioso juízo de Deus. Depositária do destino nacional em anos de atribulado perigo, sustentou o Reino com honra e com ânimo varonil o defendeu, podendo orgulhar-se sem oprimir e sabendo humilhar-se sem degradação. Mulher prudente e enérgica nas decisões, corajosa ao defrontar o desânimo alheio, solícita e extremosa para os filhos, também por índole foi Rainha maternal para os soldados e para o povo, e generosa com os próprios inimigos». A concluir, presta homenagem a «esta

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Duquesa-Rainha, cristã fiel à lei de Deus, constante no amor da Família e da Pátria, sempre leal ao serviço do Rei e do Reino de Portugal ».

*

Ressurgem os propósitos de ofensiva espanhola contra nós. Desta vez Filipe IV está convencido de ter chegado a hora de reconquistar o que perdeu em 1640. Chama às fileiras numerosos soldados e põe a comandar a empresa seu próprio filho natural, Dom João de Áustria — que, vencido por Turenne na Flandres, anseia por obter loiros compensadores na Península.

Estreia-se Dom João de Áustria com a tomada de Ouguela e Arronches em Junho de 1661. No ano seguinte ocupa Vila Boim e Borba; depois de quase dois meses de cerco, apesar da defesa valorosa de Manuel Lobato, submete Juromenha. Ainda se demora pelo Alentejo, onde nada sucede digno de relevo e volta para Espanha sem maiores cometimentos.

Enquanto decorrem estes episódios da guerra, Lisboa vê desembarcar em 1662 um contingente de soldados britânicos — consequência do Tratado assinado no ano anterior — que vão guarnecer Évora. O Alentejo apresta-se para a defesa sob o impulso do novo Governador das Armas Conde de Vila Flor, coadjuvado pelos generais Dinis de Melo e Castro e D. Luís de Menezes. Schönberg, Mestre de Campo General, dirige as forças estrangeiras.

Em Maio de 1663 Dom João de Áustria sai de Badajoz, onde juntou importante exército e vem sitiar Évora — que se lhe entrega após uma semana, sem aguardar mesmo os socorros, já a caminho, trazidos por D. Sancho Manuel. Espera este ocasião propícia, depois de se lhe terem reunido várias tropas de reforço. E como de Madrid a ordem é para se aceitar o mais depressa possível a batalha campal e os Portugueses não desejam por seu lado outra coisa — dá-se o encontro a 8 de Junho nos campos do Ameixial.

A vitória dos nossos fica memorável. Fazem ao inimigo mais de quatro mil mortos e os prisioneiros ultrapassam seis milhares.

*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Também abandonam os Espanhóis a sua artilharia e as suas bagagens. Entre numerosos troféus menciona — talvez maliciosamente — Ericeira o próprio estandarte de Dom João de Áustria, «com as Armas Reaes de Castella, por huma parte custosamente ornadas, e da outra huma empreza que mostrava o Sol em campo celeste, dando esplendor à Lua entre Estrellas, com huma letra que dizia: Sino es Sol, será Deidad ...».

Sol ou Deidade, retira Dom João de Áustria destroçado, com o seu prestígio abaladíssimo. E escreve ao pai, amargurado e furioso: — «*quisiera antes haber muerto mil veces que verme obligado à decir a V. M. que sus armas han sido infamemente rotas de los enemigos*». Declara mais longe, com sinceridade evidente: — «*mi fija resolución es de vengar esta bofetada tan ofensiva y dolorosa* ...».

Segunda bofetada vibram os Portugueses no generalíssimo castelhano alguns dias depois: a reconquista de Évora, que capitula a 24 de Junho e assim é devolvida à soberania do nosso Rei um mês após ter sido ocupada pelo filho de Filipe IV.

Em compensação de tantos desastres — e falhada também a tentativa de Diogo Caballero sobre Elvas — quer o Duque de Ossuna distinguir-se. Em 1664, a 3 de Julho, posta-se diante de Castelo Rodrigo, praça mal fortificada e de diminuta guarnição. Acode Pedro Jacques de Magalhães, que anda pela Beira em escaramuças; de tal modo se conduz que derrota os espanhóis e lhes inflige perdas consideráveis. A prova está feita, desta vez: Dom João de Áustria não serve para generalíssimo. Significa-lho o pai numa carta — e ordena que o substitua o Marquês de Caracena.

O brio espanhol reclama desforra. Filipe IV concentra novas tropas — chamadas em grande parte da Itália, da Alemanha, da Suíça: e a 1 de Junho de 1665 marcha Caracena sobre Vila Viçosa. Aí revela-se mais um herói português: Cristóvão de Brito, que dá o exemplo à frente da resistência. Muito superiores em efectivos, os Castelhanos não cessam de atacar; só pouco a pouco os nossos cedem terreno e acabam por se acolher aos muros da cidade — onde, impávidos ante a fúria adversa, erguem ao céu as almas e rezam

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

à Padroeira, cuja imagem, num cortejo votivo, é oferecida à devoção popular.

Ao encontro do invasor adiantam-se já as tropas portuguesas — que o Marquês de Marialva e Schönberg chefiam. A 17 de Junho os movimentos dos dois exércitos convergem para o sítio de Montes-Claros, a meio caminho de Estremoz e Vila Viçosa. Quando se avistam percebe-se que é solene o momento. Ambos os comandantes supremos — Caracena e Marialva — exortam a sua gente. E a batalha trava-se. Luta esforçada e ardente que, iniciada às oito da manhã, só pelas três da tarde, com os primeiros assomos de vacilação nas fileiras espanholas, tende a decidir-se. Outra vez é nossa a vitória, uma vitória esplêndida: dez mil adversários inutilizados, entre prisioneiros e mortos; apresados três mil e quinhentos cavalos; enorme despojo de armamento; mais de cem bandeiras. Triunfante, dirige-se o Marquês de Marialva para Vila Viçosa, cuja guarnição fez por seu lado corajosa surtida. Assim comenta este facto o autor do *Portugal Restaurado*: — «Chegou o exercito a Vila-Viçosa, e não havendo em todos aquelles valles ecco donde não retumbassem as suaves consonancias da victoria ficou tão prostrada e abatida a vaidade castelhana que não só Portugal mas toda a Europa triumphou da sua disgraça. Particularizar as acçoens dos Cabos e Officiaes que tiveram parte neste glorioso sucesso fora pertender contrastar hum impossivel ...».

A batalha de Montes-Claros é a última da longa campanha que há um quarto de século sustentamos para manter a independência nacional. Daqui por diante não haverá quaisquer acções de vulto — até à assinatura da paz entre os dois Estados da Península.

*

E é tempo de voltar às intrigas da Corte, que persistem e mesmo se intensificam, enquanto nas fronteiras os soldados portugueses se batem com valor e felicidade notáveis.

Diligente sempre na busca de apoios internacionais, a nossa diplomacia, após o casamento inglês de Dona Catarina e o Tratado

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

com o Governo de Londres procura reatar o íntimo contacto de Portugal e da França graças a um casamento francês de Dom Afonso VI. Pode o Rei casar ? É corrente a fama da sua incapacidade. Castelo Melhor, sinceramente ou não, desmente-a, e até declara ao Marquês de Sande que tem em casa uma filha natural do Soberano.

Seja como for, nos meados de 1662 vem a Lisboa Hassit, secretário do Marechal de Turenne e avista-se com Dona Luísa — ainda então Regente — para conversarem acerca da hipótese de um matrimónio com Mademoiselle de Orléans, Duquesa de Montpensier. Alarma-se a Espanha ao saber do projecto e o Duque de Medina de las Torres manifesta-o ao Embaixador francês em Madrid. As diligências prosseguem todavia em 1663, por intermédio de D. Francisco Manuel de Melo, na capital francesa. À falta da *Grande Mademoiselle* pensa-se na irmã, Mademoiselle d'Alençon ou numa filha do Duque de Parma. Também o Duque de Guise propõe uma filha de Carlos Amadeu de Sabóia, Mademoiselle de Nemours. Turenne lembra Mademoiselle de Elboeuf e por outro lado sugere sua sobrinha, Mademoiselle de Bouillon, para mulher do Infante Dom Pedro, herdeiro presuntivo da Coroa. A escolha fixa-se na Duquesa de Aumale, Dona Maria Francisca Isabel de Sabóia, irmã de Mademoiselle de Nemours. Tanto Luís XIV como o Governo de Lisboa acolhem bem este nome ; e logo se discutem as condições. Enfim, a 27 de Junho de 1666, já a caminho do nosso país, casa Dona Maria Francisca Isabel de Sabóia, por procuração, com Dom Afonso, em La Rochelle ; na semana seguinte, a 4 de Julho, larga a esquadra francesa sob o comando do Marquês de Rouvigny para Lisboa, a escoltar a nova Rainha de Portugal.

Começa então uma tenebrosa história, cujos fios estão para nós ocultos e de que apenas se pode formar, por isso, confusa e precária ideia. Há quem diga vir Mademoiselle de Aumale como instrumento da « cabala francesa », apoiada aqui por Schönberg e pelos agentes Verjus e Saint Romain ; o objectivo de tal cabala será impedir a

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

todo o transe a paz peninsular, que se torna possível depois dos sucessivos desastres de Dom João de Áustria e de Caracena e da morte de Filipe IV, ocorrida em Setembro de 1665. A influência britânica favorece claramente este desenlace, mas Luís XIV vê-o com maus olhos, pois lhe convém a manutenção de um foco hostil à ilharga da Espanha. Por seu turno, Castelo Melhor — de quem se exageram mais tarde os méritos de estadista, mas que possui inegáveis qualidades de inteligência e de energia — conserva-se numa expectativa hábil, sem desaprovar as diligências inglesas nem alienar as boas graças da França. No caso de êxito de Londres acabará a guerra, o que nos traz grandes vantagens, já que os Portugueses se encontram indubitàvelmente vitoriosos; no caso da guerra continuar torna-se indispensável a ajuda de Paris. E conclui-se, a 31 de Março de 1667, um Tratado de aliança entre Dom Afonso VI e Luís XIV — embora a Inglaterra não fique inibida de prosseguir na sua acção conciliadora.

Entrementes, a vida conjugal do Rei oferece contraditórios aspectos. De início parece correr tudo o melhor possível. A 9 de Agosto de 1666 Verjus diz, num relatório para Hugo de Lionne, que Dom Afonso recebeu a Princesa a bordo, está constantemente na sua companhia e não quer ficar um momento sem ela. Num ofício datado de 9 de Dezembro do mesmo ano Saint Romain participa que a Rainha lhe confessou a sua persuasão de ter entrado no começo da gravidez; até Março de 1667 sabe-se que tal persuasão se mantém, quer no espírito da Soberana, quer no do representante da França. Recordem-se estes pormenores, pois interessam ao juízo dos acontecimentos que seguem.

O duelo entre o partido da paz com a Espanha e a «cabala francesa» intensifica-se — ou melhor: o duelo entre Castelo Melhor e Dona Maria Francisca. Ambos exercem visível ascendente sobre o Monarca, fraco de vontade, sujeito a bruscos impulsos, sempre desviado pelas más companhias e pelos seus desregrados instintos. Umas vezes a preponderância é da Rainha: até se afirma que em

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

certa ocasião recomenda Dom Afonso a Castelo Melhor que nada faça ou resolva sem conhecimento da esposa; outras vezes domina o Ministro: deve ser então que o Rei faz autênticas «cenas» a Dona Maria Francisca, lhe exprobra a sua intervenção nos negócios públicos e se mostra enfurecido contra as insistentes pressões da França, cuja intermediária a acusa de ser.

Vários incidentes ajudam a envenenar as coisas. Por exemplo, as queixas que a Rainha apresenta contra certas insolências do Secretário de Estado António de Sousa de Macedo — que tem de se afastar da Corte por uma temporada. No fundo o visado é o próprio Castelo Melhor. Para o atingir depara-se a Dona Maria Francisca valioso aliado: o Infante Dom Pedro.

Há muito que este se mostra nìtidamente hostil ao Ministro e desejoso de desempenhar papel de primeiro plano. Daí o memorial que dirige ao Rei a solicitar o comando supremo do Exército com o título de Condestável. Tal desejo não é atendido. Dom Pedro, magoado, torna-se o centro em volta do qual se juntam os descontentes. Note-se que não podem ser censurados por isso nem o Príncipe nem muitos dos que a ele se agregam. Dado o feitio mórbido de Dom Afonso, a carência de filhos seus, a dureza omnipotente de Castelo Melhor — parece natural e lógico que se ponham esperanças no Infante, último representante da dinastia e que possui incontestáveis predicados de chefe. Todas as ditaduras geram inevitàvelmente fortes oposições. As que provoca a ditadura de Castelo Melhor, juntamente com os alarmes relativos às deficiências do Soberano, cristalizam numa espécie de apelo geral a Dom Pedro. Tanto mais que representa o regresso à Monarquia tradicional, aliada do Terceiro Braço, paternal e popular, oposta à Monarquia regalista do Rei Absoluto, cujo governo se exerce, como o dos dois últimos Filipes, por intermédio de um favorito ou de um primeiro-ministro. Castelo Melhor é o nosso Duque de Lerma, ou o nosso Olivares...

Depois de alternativas de discórdia e de afecto entre os dois irmãos, a explosão dá-se. Receia o Infante que o Conde queira atentar contra a sua vida e põe cruamente o dilema: ou se afasta o ditador, ou ele próprio se exilará.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Durante alguns dias quedam-se ambos os partidos frente a frente, numa pesada expectativa. Faça-se justiça a Castelo Melhor que, declarada a crise, se oferece para a resolver com a sua imediata retirada. *Entre os familiares do Rei há quem se queira opor a isto* — por compreender que, privado do Ministro, breve chegará a vez de cair a Dom Afonso VI. Mas do outro lado está a Rainha, está Schönberg com o seu prestígio nas tropas, está o Infante com a sua popularidade. A 9 de Setembro Castelo Melhor, que vê avolumar-se a frente dos inimigos — mesmo o Conselho de Estado e a Casa dos Vinte e Quatro o abandonam — declara não querer ser motivo de guerra civil e despede-se do Rei, se é que (de acordo com outra versão) não é o Rei quem o despede. Sai do Paço em plena noite, para Torres Vedras, onde se recolhe no Mosteiro dos Arrábidos, até passar a fronteira.

O Rei fica só. Ainda tenta recuperar um apoio: chama de novo Sousa de Macedo. Protesta a Rainha com veemência; isto exaspera Dom Afonso, que torna a enfurecer-se contra o «partido francês». Perto dele sugerem-se medidas decisivas, um acto de força: a prisão de Dom Pedro. A tanto se não atreve o Monarca. E o irmão vem, à testa de numerosos fidalgos e soldados, impor-lhe a demissão de Sousa de Macedo — em quem se vê uma persistência do ascendente de Castelo Melhor.

Desde então as coisas precipitam-se. Uma esquadra francesa aparece no Tejo para reforçar a acção da Rainha. Schönberg está pronto a secundá-la. O Conselho de Estado reúne, concorda com o pedido feito pelo Município lisboeta para a convocação das Cortes, vai mais longe: aconselha o Rei a associar Dom Pedro ao governo. Aqui, Dom Afonso reage com inesperada lucidez: recapitula os benefícios do reinado, as vitórias contra os castelhanos, a melhoria da posição portuguesa na Europa. Por fim condescende em convocar as Cortes — com marcado cepticismo.

A Rainha toma agora a ofensiva: a 21 de Novembro delibera intentar um processo de anulação de matrimónio. Com pequeno séquito abandona o Paço e fecha-se no Convento da Esperança. Mal o sabe, Dom Afonso, fora de si, vai-lhe no encalço, quer falar

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

com Dona Maria Francisca. As portas não se lhe abrem. Dom Pedro acode, com muitos amigos, a dissuadi-lo do intento. No dia seguinte a petição da causa de nulidade de matrimónio é entregue ao Cabido. E a 23, quando talvez o Rei premedite ir para o Alentejo pôr-se à cabeça do Exército, enfrentar o destino — o Infante invade o Paço com gente armada, o Marquês de Cascais exorta o Soberano num pequeno discurso a abdicar no irmão e, já prisioneiro, de livre vontade ou coagido, Dom Afonso conforma-se com tudo.

Portugal muda de Rei numa noite — sem um tiro, sem uma gota de sangue.

Um bem, a entrega do poder a Dom Pedro ? Os factos subsequentes demonstram que sim. Dom Afonso VI que por curioso paradoxo recebe da História o cognome de *Vitorioso* — na verdade, durante o seu reinado desenrolaram-se as mais triunfais jornadas da campanha da Independência — toda a vida se rebaixa a uma situação de vencido, de pobre tutelado. A sua única viabilidade política de governante-símbolo dá-lha o consulado de Castelo Melhor — de facto, senhor supremo. Desaparecido Castelo Melhor, expulsa a sua sombra — António de Sousa de Macedo, — o Rei deixa de existir, mesmo como chancela. Fàcilmente lhe tiram os últimos, débeis vestígios do mando. Despojam-no a seguir da liberdade ; e ainda — após um processo cheio de escabrosos episódios — anulam-lhe o casamento. O resto dos seus dias, arrasta-os de cárcere em cárcere : cinco anos na Ilha Terceira ; nove no Paço de Sintra. Ao morrer, tomam-no estranhos assomos de arrependimento místico : quer adorar a Deus ; pede em alta voz o perdão dos pecados ; acaba a apertar vigorosamente a mão do confessor que o absolve.

Mau ? Colérico ? Demente ? Acima de tudo, infeliz. Um dos homens infelizes de que há memória. Talvez a sua desgraça, o seu ostracismo fossem necessários ao bem comum. Talvez. Espere-se que a loucura lhe tenha adoçado muitos momentos, lhe tenha velado a hora da morte — com os piedosos véus da inconsciência ...

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Reúnem-se as Cortes em Janeiro de 1668. O desejo de paz com a Espanha mostra-se unânime. O Juiz do Povo insiste junto de Saint-Romain para que a França não lhe ponha mais obstáculos. Lord Sandwich por parte da Grã-Bretanha, o Marquês del Carpio como representante de Carlos II (sucessor de Filipe IV) aplicam-se a limar as derradeiras arestas. A princípio formula-se do lado espanhol — ainda em 1666 — a exigência absurda de que a paz seja entre dois Reinos e não entre dois Reis. Não se quer ainda reconhecer este título a Dom Afonso VI ... Claro que a exigência é repelida. Mas em 1668 tude se soluciona a bem. E o Tratado de Paz assina-se finalmente — a 13 de Fevereiro. Por ele se determina a restituição de todas as conquistas feitas durante a guerra, excepto Ceuta.

Se houve «cabala francesa»; se foi esta que liquidou Castelo Melhor e depois Dom Afonso VI, a consciência nacional e a força das realidades acabam por se impor. Porventura com o duplo intuito de se compensar do malogro e de conservar posições dominantes, ou porque de longe venha o afecto entre ambos, ou apenas porque as conveniências políticas e financeiras do Reino o indicam (não podemos restituir o avultado dote de Mademoiselle de Aumale, 600 000 escudos ou 1 800 000 libras tornesas, em grande parte consumido pelas despesas da guerra) — o certo é que, obtida do Papa Clemente IX dispensa de segundo casamento a 15 de Março e publicado o decreto que anula o primeiro, firma-se o contrato antenupcial de Dona Maria Francisca Isabel de Sabóia com Dom Pedro; e o matrimónio celebra-se a 2 de Abril.

Portugal muda de Rei — mas não muda de Rainha. Em tudo toma Dom Pedro o lugar do irmão. Só não lhe usa o título: fica com o de Príncipe Regente.

A paz com a Espanha fecha o ciclo da luta pela autonomia e pelo direito de ter Rei natural. Está consolidada enfim a obra dos

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

audazes executores do golpe de 1 de Dezembro de 1640. Portugal Restaurado, depois de tanto o desejar e de tanto o merecer, segue o seu caminho para a frente, liberto das ambições dos Áustrias madrilenos. Saiu verdadeira a profecia do Marquês de Ayamonte, quando anunciava, logo nas primeiras jornadas da revolta, que o Duque de Bragança tinha Reino para si, para seus netos e para seus bisnetos.

Vinte e oito anos transcorreram. Campanha longa, em certas horas áspera e difícil, mas na qual nunca fraquejámos nem cedemos. E afinal o Rei de Espanha, sempre vencido, quem acaba por confirmar a profecia.

A dualidade peninsular está, uma vez mais, de modo bem claro, afirmada pelo texto expresso dos documentos, depois de o ter sido pela vontade inabalável dos Portugueses e pelo valor das nossas armas.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

livro VI

O FIM DE UM MUNDO

Digitized by Google

Original from INDIANA UNIVERSITY

ESPLENDOR PORTUGUÊS

No mesmo ano da morte de Dom Afonso VI (12 de Setembro de 1683), apenas com intervalo de três meses e meio, morre Dona Maria Francisca. O Príncipe Regente, que só agora toma o nome de Pedro II, é alvo de instâncias gerais para contrair novo casamento. Deve assegurar a sucessão e do enlace com a cunhada apenas lhe fica uma filha, a Infanta Dona Isabel Luísa Josefa — que aliás acabará solteira, aos vinte e um anos, quando se ventilam projectos de a unir ao Delfim de França.

A escolha da nova Rainha dá origem ao costumado duelo de influências estrangeiras. Apesar de todas as oposições dos agentes parisienses recai por fim em Dona Maria Sofia Isabel de Neuburgo, filha de Filipe Guilherme, Eleitor Palatino. Cheque para Luís XIV: uma Princesa germânica em vez de uma Princesa de França. Afastamo-nos gradualmente da órbita do Rei-Sol ...

Manuel Teles da Silva, Conde de Vilar Maior, mais tarde Marquês de Alegrete, negoceia o casamento, assina o contrato e figura como procurador do Rei em Heidelberga, ao celebrar-se a

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

cerimónia a 2 de Julho de 1687. Na semana seguinte parte Dona Maria Sofia para Lisboa, a bordo de uma esquadra inglesa.

Passado um ano nasce o primeiro filho, o Príncipe Dom João, que apenas vive alguns dias. Um segundo Príncipe Dom João vem ao mundo em Outubro de 1689. Desejoso de lhe assegurar a sucessão pacífica do trono, convoca Dom Pedro II as Cortes em 1697. A tradição das Cortes de Lamego, então dominante, estabelece que se o Rei falecer sem filhos a Coroa será dada a um irmão seu, mas que o filho deste irmão não poderá reinar sem consentimento dos Três Estados. É exactamente o caso. As Cortes revogam, porém, tal disposição: a 12 de Abril de 1698 uma lei determina que «nos casos de sucederem os irmãos aos Reis que não tiverem filhos, os seus filhos e descendentes lhes sucedam por sua ordem no Reino, como sucederiam sendo filhos e descendentes de qualquer outro Rei que não houvesse sucedido a seu irmão mas a seu pai, sem que seja necessário aprovação ou consentimento algum dos Três Estados do Reino ...». E Dom João é jurado herdeiro do trono.

Durante mais dum século não tornará a haver Cortes em Portugal.

*

Andam nuvens densas sobre a Europa. Na previsão da próxima vacatura do trono de Espanha agitam-se e opõem-se altas cobiças e formam-se dois blocos de nações que mais uma vez têm à cabeça os Bourbons de França e os Áustrias de Viena. A aparente fragilidade de Carlos II — cujos dois casamentos com as Princesas Dona Maria Luísa de Orléans e Dona Maria Ana de Neuburgo resultaram estéreis — promete ensejo propício à realização de ambiciosos planos. Tanto mais que a Espanha, exaurida militar e financeiramente pelas suas campanhas, com a agricultura e o comércio reduzidos à última penúria, oferece-se como presa fácil.

Os pretendentes de maior vulto são Luís XIV e o Imperador austríaco Leopoldo I — ambos casados com duas filhas de Filipe IV. A Rainha de França, Maria Teresa, é a mais velha, o que dá maior

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

consistência aos direitos alegados por seu marido. É certo que uma cláusula do Tratado dos Pirenéus estabelece a expressa renúncia de Maria Teresa àqueles direitos; mas Luís XIV alega que, além de tal renúncia corresponder ao pagamento de uma soma nunca recebida pela França, as disposições dum Tratado não têm força para alterar as leis espanholas da sucessão: ainda que possam modificar o caso individual de Maria Teresa permanecem intangíveis os direitos dos filhos. Por seu lado, alega Leopoldo I que se deve remontar à segunda linha varonil, já que se extinguiu a primeira; e reclama a Coroa na qualidade tetraneto de Fernando I, irmão de Carlos V. Tanto o Soberano francês como o austríaco, cientes do alarme que provocaria nos outros países da Europa a união da Espanha a qualquer dos dois Reinos, apresentam soluções capazes de dissipá-lo. O Delfim de França transfere os direitos a Filipe, Duque de Anjou, seu filho segundo; o Imperador e o seu primogénito transferem-nos ao filho segundo deste, o Arquiduque Carlos.

Entre as personalidades influentes na Corte madrilena dominam os pareceres favoráveis ao Duque de Anjou — que tem como paladino o célebre Cardeal Portocarrero. Talvez para seguir os seus conselhos e por saber que no Tratado de Londres, de Março desse ano, se combinou o desmembramento do Império Espanhol — Carlos II, convencido de que só Luís XIV terá poder bastante para evitá-lo, faz testamento a 2 de Outubro de 1700. Nele designa como primeiro herdeiro Filipe de Anjou; os outros, por ordem de preferência, são o Duque de Berri, o Arquiduque de Áustria, o Duque de Sabóia. Extingue-se o Rei Católico um mês depois, a 1 de Novembro. Soa a hora há tanto tempo esperada em Paris.

Luís XIV ainda hesita uns dias entre aceitar o testamento de Carlos II ou cumprir o estabelecido no Tratado de Londres. A segunda hipótese permite-lhe — embora reconheça a elevação do Arquiduque Carlos ao trono de Madrid — anexar à França, sem risco, a Sabóia e a Lorena. Mas a primeira hipótese é mais tentadora: conserva a Espanha na sua integridade sob um Príncipe de Bourbon; talvez se torne possível uni-la no futuro à Coroa de França. O Rei-Sol fascina-se ante a grandiosa perspectiva. E a 15 de Novembro, em

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Versalhes, aponta à Coroa solenemente o neto e diz, com orgulhosa ênfase, uma frase que ficará histórica : — « *Messieurs, voilà le Roi d'Espagne* ».

Frase que implica uma decisão arriscada. Será a paz ? Será a guerra ? De começo, julga-se que possa ser a paz. Não deu Luís XIV prova de moderação ao desistir de aumentar os seus domínios como o Tratado de Londres estipulava — para se manter fiel à vontade de Carlos II e guardar a Espanha una e intacta ? Tanto assim que, sob o nome de Filipe V, o Duque de Anjou vê-se reconhecido pela maioria dos soberanos europeus. Só Leopoldo I se reserva, hostil.

Mas o procedimento de Luís XIV não tarda a fazer renascer gerais apreensões. Atribui-se-lhe, na despedida do neto que vai tomar conta do trono, outra frase histórica : — « *Il n'y a plus de Pyrénées* ». Ao mesmo tempo assegura a Filipe V, numa declaração oficial, os eventuais direitos à Coroa de França. Algumas semanas adiante, tropas francesas ocupam diversas praças dos Países Baixos. Enfim tende-se para um estreitamento franco-espanhol que provàvelmente se encaminha à reunião de ambos os Estados num só. Esta ameaça vai dar como resultado a imediata aproximação das outras potências continentais, desejosas de a combater por todos os meios. A 7 de Setembro de 1701 forma-se na Haia a *Grande Aliança*, que inclui a Áustria, a Inglaterra e a Holanda. Leopoldo encontra em Guilherme III e no neerlandês Heinsius duas vontades decididas a opor-se aos desígnios do Rei-Sol. Este não hesita em replicar com energia semelhante : quando morre Jaime II de Inglaterra (o Stuart destronado), a 16 de Setembro, no Castelo de Saint-Germain, saúda-lhe o filho com o título de Jaime III e assim anula o reconhecimento, feito no Tratado de Ryswick, de Guilherme de Orange como Rei de Inglaterra. Mais uma provocação. Terá de seguir-se — como se segue — a guerra, que deflagra, violenta, no Verão do ano seguinte.

Qual a posição de Portugal neste vasto conflito europeu ? Inicialmente só uma coisa podemos fazer : aceitar Filipe V como sucessor de Carlos II — segundo o exemplo da maioria dos governos. Vamos mais longe : consentimos em assinar um pacto com a França a 18 de Junho de 1701, pelo qual declaramos associar-nos à defesa da causa

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

do Duque de Anjou em troca de auxílios prometidos para o caso de sofrermos invasão ou ataque dos seus adversários.

Breve se torna evidente a necessidade de arrepiar caminho. Em Madrid registam-se factos alarmantes — como, entre outros, o de aparecerem de novo confundidas as armas de Espanha e Portugal. Sente-se que Filipe V nos vê menos como aliados do que como satélites que mais tarde ou mais cedo terão de reverter à anterior situação de vassalos. A demorada luta sustentada para firmar a nossa independência indica-nos como imperativo da política externa o receio e a desconfiança da Espanha. Muito mais agora que já não está em guerra com o vizinho de leste e quase se fundem ambos num conjunto de poderio assustador. Dom Pedro II compreende tudo isto e depois de verificar que a França se escusa na Primavera de 1702 a fornecer-nos o prometido auxílio naval — razão suficiente, pelo próprio texto do acordo, para arrastar a caducidade dos compromissos do ano anterior — aproveita o ensejo que lhe proporciona o aparecimento de uma armada britânica nas costas de Portugal e denuncia o Tratado luso-francês. Possuidor de amplos litorais, não pode o nosso país manter-se inimigo das maiores potências marítimas, Inglaterra e Holanda. Convém-lhe obter antes a sua amizade.

Simultâneamente, os Estados membros da *Grande Aliança* procuram atrair-nos. A tal objectivo se dedicam os seus Ministros em Lisboa: João Methwen e seu filho Paulo, pela Grã-Bretanha; o Conde de Valdstein, pela Áustria; Francisco de Schonembergue, pela Holanda. Dom Pedro II dificulta hàbilmente o seu concurso. Ao assinar a 16 de Maio de 1703 dois Tratados de Liga defensiva e ofensiva com as três potências coligadas, recebe a promessa de que, uma vez colocado no trono de Espanha, o Arquiduque Carlos lhe entregará as cidades de Badajoz, Albuquerque e Valência de Alcântara na Estremadura espanhola e as de Tui, La Guardia, Baiona e Vigo na Galiza — e lhe cederá as terras situadas na margem setentrional do Rio da Prata, que servirá de limite aos domínios espanhóis e portugueses na América do Sul.

Sob o nome de Carlos III é o Arquiduque austríaco aclamado em Viena Rei de Espanha a 12 de Setembro de 1703. A 7 de

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Março de 1704 desembarca em Lisboa, onde o conduz a esquadra do Almirante Rook. Tem o projecto de logo entrar no país vizinho persuadido de que as populações lhe farão o melhor acolhimento.

Abrem-se as hostilidades. São-nos desfavoráveis os primeiros episódios. O exército espanhol, sob a direcção do marechal francês Duque de Berwick, penetra no nosso território, ocupa numerosas cidades e vilas: Salvaterra, Segura, Penha Garcia, Idanha, Monsanto, Castelo Branco, e — feita a junção com as tropas do Alentejo, comandadas pelo Príncipe de Tilly — Portalegre e Castelo de Vide.

Derivam tais êxitos de lhe pertencer a iniciativa e de não estarem ainda organizadas as forças de socorro. Mal estas se põem em marcha, sob a chefia do Marquês das Minas e do Conde das Galveias, a face das coisas muda. Fuente Guinaldo cai nas mãos do Marquês, que também reconquista Monsanto. Galveias invade o Condado de Niebla pelo Alentejo e toma Puebla de Guzman.

Em Setembro Dom Pedro II e Carlos de Áustria, que se juntam na Guarda, cruzam por sua vez a fronteira. Ante Ciudad Rodrigo, hesitam os generais. O Soberano português, de ânimo intemerato, partidário das resoluções enérgicas, insiste por uma operação ofensiva de vulto, destinada a romper a frente espanhola. A sua opinião não consegue abalar a prudência excessiva do Austríaco e dos seus conselheiros. E Dom Pedro II, indignado, vaticina que dessa forma nunca o Arquiduque chegará a sentar-se no trono de Madrid. Bem mostrarão os factos quanto é acertado o vaticínio. Voltam os dois Príncipes para Lisboa e Carlos de Áustria embarca em Junho de 1705, a bordo de um navio inglês, para a Catalunha.

Os nossos chefes militares abrem já nova e vitoriosa campanha. De 6 a 8 de Maio Galveias expugna e subjuga Valência de Alcântara; a 19, Albuquerque. Marcha depois sobre Badajoz, defendida pelo general francês Tessé. O Marquês das Minas recupera, por seu lado, Salvaterra. Na Primavera de 1706, a 25 de Abril — já Galveias, idoso e fatigado, foi substituído pelo Marquês das Minas e o comando das tropas da Beira passou a D. Fernando de Mascarenhas, Marquês de Fronteira — o avanço toma resolutamente o

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

rumo de Madrid. Desenrola-se o plano com admirável brio. Constantemente empurrado e vencido, o Duque de Berwick retira sempre ante o vigoroso impulso dos nossos. A 26 de Maio o Marquês das Minas, que se desviou um pouco para norte, entra em Ciudad Rodrigo. Salamanca entrega-se. A 27 de Junho o exército português acampa à vista da capital espanhola. A 2 de Julho, senhor de Madrid, o Marquês das Minas faz ali aclamar Rei o filho do Imperador Leopoldo.

Ganhou-se a partida? Não — embora se tenham coberto de glória as nossas armas. Segue-se uma série de movimentos tácticos, marcados pelo propósito franco-espanhol de se furtar ao combate. A 24 de Abril de 1707 o Marquês das Minas vai procurar o exército inimigo, estacionado em Almança. No dia seguinte trava-se a batalha, longa, dura, cheia de alternativas, em que mais de uma vez pensamos ser os vencedores — mas que termina por autêntico desastre. Pouco depois o inimigo aproveita as circunstâncias favoráveis, toma Alcântara, Serpa e Moura, que abandona dentro de meses. Os anos de 1708 e 1709 nada adiantam. A 20 de Agosto de 1710, na batalha de Saragoça, os Portugueses, conduzidos pelos Condes da Atalaia e de Assumar, obram prodígios, convertem em triunfo a iminente derrota dos aliados.

Enfim, a 17 de Abril de 1711, o falecimento de José I, Imperador da Alemanha, vem alterar por completo o xadrez da Europa. Sucede-lhe o Arquiduque Carlos, seu irmão que, inibido por isso de pretender mais a Coroa de Espanha, se vê abandonado pela Inglaterra. As potências desavindas negoceiam a paz em Utreque, concluída entre Portugal e a França a 11 de Abril de 1713 e entre Portugal e a Espanha a 6 de Fevereiro de 1715. Mencione-se de passagem a bela defesa de Campo Maior, em 1712, contra as tropas do Marquês de Bray, levada a efeito pela guarnição da vila, diligentemente socorrida por Pedro Mascarenhas, Governador das Armas do Alentejo.

Em Utreque — onde nos representam dois diplomatas ilustres: o Conde de Tarouca e D. Luís da Cunha — concerta-se a restituição recíproca das praças e a da Colónia do Sacramento, único verda-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

deiro ganho que obtemos. Como é lógico Filipe V renega as promessas do seu concorrente: as ampliações territoriais garantidas a Portugal nunca se efectuam.

*

Dom Pedro II, falecido em Dezembro de 1706, não assiste ao fim da campanha. O seu governo deixa boas recordações de energia firme e de senso prático. No labirinto complexo das discórdias europeias Portugal equilibrou-se com avisada prudência, e, quando necessário, tomou iniciativas arrojadas — como a reviravolta de 1703 no campo diplomático e no campo militar a avançada do Marquês das Minas em 1705 até Madrid. Se o desenlace não nos rende os lucros que legìtimamente esperávamos, a culpa não pertence ao Rei; sofremos da fatal coincidência da morte de José I, que inutiliza a candidatura do Arquiduque Carlos e consolida o Bourbon no trono espanhol.

Durante largo período insistiu-se em condenar Dom Pedro II por ter assinado a 27 de Dezembro de 1703 o Tratado comercial com a Inglaterra conhecido pelo nome do seu negociador britânico: João Methwen. Esse Tratado contém apenas três artigos. Diz o primeiro que Portugal se obriga, «para sempre», a admitir os panos e outras manufacturas inglesas de lã cuja importação fora proibida anteriormente pela pragmática de 1677, confirmada em 1698. Diz o segundo que a Inglaterra se compromete, «para sempre», a receber os vinhos de Portugal e a abater em seu favor um terço dos direitos alfandegários exigidos até aí e que incidam sobre os vinhos franceses. Acrescenta que se alguma vez deixar de se observar esta cláusula pode o nosso Governo impedir de novo a entrada de tecidos britânicos. Diz o terceiro que o convénio será ratificado dentro do espaço de dois meses.

Contra o Tratado têm-se erguido críticas severíssimas que o apontam como ruinoso para a indústria portuguesa de lanifícios, Também se supõe estar nele a causa do excessivo desenvolvimento da cultura da vinha, em prejuízo de outras mais necessárias à nossa

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

vida económica. Mas o estudo objectivo das suas disposições e das suas consequências inutiliza a maioria dos reparos e leva à conclusão de ser o Tratado vantajoso para ambas as partes. Nem arruína a nossa indústria de lanifícios (ao tempo longe de dar produtos famosos e que não deixa de, mais tarde, prosperar consideràvelmente); nem impede que, a par da cultura da vinha (fonte aliás de riqueza para a nação), se intensifiquem outras.

Vantagens para ambos os lados. E tanto assim que, se D. Luís da Cunha, adversário do Tratado e Embaixador em Londres, afirma ser intuito dos Ingleses estimular as suas manufacturas e destruir, à nascença, as nossas — também em Inglaterra se escreve em 1713 que o mesmo Tratado foi uma traição e se declara que o seu negociador, então já falecido, merecia que lhe houvessem cortado a cabeça. Adam Smith, autoridade clássica na matéria, não duvida traçar na conhecida obra *Wealth of Nations* este juízo peremptório: — «*This treaty is undoubtedly advantageous to Portugal, and disadvantageous to Great Britain ...*». Comenta nas *Épocas de Portugal Económico* João Lúcio de Azevedo: — «Visto à luz dos factos e racionalmente considerado o Tratado de Methwen foi, como afirma Adão Smith, certamente vantajoso para Portugal. Tanto assim que por ele se alcançou a preferencia nos vinhos desde muito ambicionada. Menos razão tinha o patriarca da ciencia economica, continuando a preposição, em o julgar desfavorável à Inglaterra». *Já agora*, mais um depoimento, o de Francisco António Correia na *História Económica de Portugal*: — «O Tratado de Methwen, estudado na sua estrutura economica, nos seus antecedentes, no seu significado politico, nas suas consequencias muito complexas, demonstra-nos que tanto a Inglaterra como Portugal tiveram vantagens imensas cujos efeitos se fizeram sentir muito depois da sua denuncia e hoje mesmo ainda podemos apreciar com um pouco de boa vontade e de espirito perscrutador».

Não é aqui, evidentemente, o lugar de uma análise aprofundada da questão. Limitemo-nos a estas conclusões de dois economistas reputados — às quais seria fácil juntar outras, recentemente expen-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

didas — para mostrar apenas que não são justos os ataques delirantes ao Acordo de Methwen e aos seus negociadores portugueses.

*

Tem pouco mais de dezassete anos o Príncipe que nos começos de 1707 ocupa o trono sob o nome de Dom João V [1]. Nos primeiros tempos o seu governo ressente-se de certas hesitações entre as influências preponderantes dos velhos conselheiros: o inaciano Luís Gonçalves, o Conde de Viana, o Marquês de Alegrete. A situação do país é então muito grave: sob o ponto de vista interno, o esgotamento do tesouro público após as campanhas prolongadas da Independência e a Guerra da Sucessão Espanhola — que se traduz mesmo pela falta de pagamento dos ordenados aos funcionários e dos soldos ao Exército e causa mal-estar nestas e em todas as classes; sob o ponto de vista externo, atravessam um período desfavorável as nossas tropas que em Abril sofrem o importante revés de Almança. Tudo isto exige pronta e eficaz acção governativa que promova enérgicas medidas restauradoras. É visível que o jovem Monarca bem o sente. De facto — ao que nota o Visconde de Santarém no *Quadro Elementar* — após os primeiros cinco anos da sua ascensão ao trono «começou El-Rei a dar mostras de quem era, ocupando-se seriamente dos negocios do Reino, e como se a timidez e a indecisão que de principio se lhe notava procedesse mais da falta de practica dos negocios e habito de mandar do que da desconfiança que tinha da sua propria capacidade, depois de ouvir os conselheiros resolvia os negocios segundo lhe parecia mais acertado,

---

[1] Neste capítulo, e nos restantes do *Livro VI*, tomou o autor como base os seus estudos publicados em *Erratas à História de Portugal — De Dom João V a Dom Miguel* — dos quais reproduziu mesmo certo número de páginas. Esses estudos foram, porém, refundidos e, aqui e além, aumentados, de maneira a integrarem-se melhor no conjunto da presente obra.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

e logo que tomava uma resolução perseverava invariavelmente nela com tanta constancia que poderia ser tachado de obstinação se nos preciosos documentos que publicamos se não encontrassem evidentes provas do contrario, e se ele mesmo nos não tivesse revelado que assim se havia pelo receio que tinha de que o tomassem por inconsiderado e leviano». A modificação na conduta do Soberano não escapa aos observadores estrangeiros. Em Novembro de 1712 comunica para Paris o agente francês Viganego que, segundo lhe parece, El-Rei é «bom de seu natural, porém teimoso». Esta «teimosia» deve-se chamar antes firmeza de carácter — como será mais tarde reconhecido pelo Embaixador do mesmo país, d'Argenson. Manifestação clara e oportuna da vontade régia, decidida a impor-se e a cumprir o seu dever natural que consiste em dirigir livremente os negócios públicos. De como são dirigidos por Dom João V — eloquentemente falam numerosos factos.

Cite-se em primeiro lugar a categoria excepcional dos colaboradores que o Rei escolhe, não só para exercerem o governo sob a sua égide mas também para representarem e defenderem o país nas relações e dificuldades com as outras potências. Entre os ministros salientem-se: o Cardeal da Mota que, longe de «não fazer nada de proveito nem para si nem para o Reino» (na injusta e venenosa síntese do *Testamento Político* de D. Luís da Cunha), merece expressivos encómios aos diplomatas então acreditados junto da nossa Corte, a ponto de Chavigny afirmar quando o sabe doente não ver em Portugal ninguém com capacidade necessária para substituí-lo; Diogo de Mendonça Corte Real, que Santarém classifica de «um dos homens de Estado mais eminentes que nessa época tivemos» e de quem, na hora da morte, o Cônsul de Montagnac (insuspeito, pois nunca o viu inclinado à influência da França) diz: «*il avait de grands talents*»; António Guedes Pereira, ao qual o Rei com verdade declara: «não fui eu que vos fiz Secretário de Estado, mas sim a Nação e a opinião pública». Quanto aos diplomatas do tempo, constituem galeria brilhante: o Conde de Tarouca, o Visconde de Ponte do Lima, António Manuel Galvão de Lacerda, Marco António de Azevedo Coutinho, Francisco Mendes de Góis — quantos!

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Em segundo lugar recorde-se o que Dom João V faz pelo Exército — que encontra num manifesto estado de inferioridade e desorganização. Depõe a tal respeito Latino Coelho, que não mostra simpatia alguma por este Monarca, na sua *História Política e Militar*: — « A antiga fórma de terços de infantaria e de tropas isoladas de cavallaria representava um atrazo mui desvantajoso em relação ao que então se costumava nos exercitos europeus. Os terços que em 1707 operavam na Catalunha sob o comando do Marquez das Minas e as tropas de cavallo n'aquelle exercito foram constituidas em regimentos, cujos commandantes receberam a denominação de coroneis. N'aquelle proprio ano se ampliou a todas as tropas de Portugal a nova organização ». Repare-se que, pelo Regimento de 15 de Novembro de 1707, inspirado nas ordenanças militares francesas, se estabelece esta organização nova — isto é, menos de onze meses após a aclamação do filho de Dom Pedro II. Ainda assinala Latino ter sido « nos principios do reinado de Dom João V que pela primeira vez se reduziu a corpo de legislação um esboço de codigo penal para o exercito ». Também se fundam no mesmo reinado os arsenais de Lisboa e de Estremoz e a fábrica de pólvora de Barcarena, inaugurada a 8 de Dezembro de 1729; e se instituem duas novas Academias militares, uma em Elvas, outra em Almeida. Para uso das aulas nessas Academias manda o Rei traduzir o célebre *Tratado da Fortificação* de Pfeffinger, que se estuda juntamente com o famoso *Engenheiro Portuguez* de Manuel de Azevedo Fortes. Chegam as nossas forças a 80 000 homens — número importante para o tempo — e as praças fronteiriças são abundantemente artilhadas e municiadas, na previsão de um conflito, admissível em dada altura, com a Espanha. « E note-se », observa muito a propósito D. Miguel Sotto Mayor, « que Dom João V nesta conjunctura não foi pedir aos estrangeiros dinheiro, nem tropas, nem officiaes para commandarem o seu exercito; o que prova que o Monarca tinha confiança nos seus proprios meios para sustentar a campanha ».

A Marinha é objecto de providências ainda mais notáveis, neste período — e pode-se afirmar até que se opera em tal sector autêntico ressurgimento. Logo de começo, desde 1710, apenas com vinte

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

anos, Dom João V projecta acudir à perigosa crise do nosso poderio naval. Ajudado por seu irmão o Infante Dom Francisco, perito na matéria e pelo Marquês de Fronteira, breve lança mãos à obra. Em 1713 possuímos, ao todo, quinze navios! Estão desarmados os barcos que comboiam as frotas do Brasil — pois em Maio de 1714, para dar combate a uma armada argelina que paira ameaçadora diante do porto de Lisboa, é preciso artilhar quatro a toda a pressa, que saem sob o comando do Vice-Almirante Conde de Rio-Grande. Bem diferentes são as coisas em 1716 — e o Soberano já pode corresponder briosamente ao apelo do Papa Clemente XI, para lhe dar auxílio contra os corsários turcos. O ambiente mostra-se favorável à expedição; quando satisfaz o pedido de Roma Dom João V vai ao encontro dos desejos nacionais. Nada mais justo, mais coerente com as fortes crenças cristãs do Rei e do Povo, que vêem alarmados os inimigos da fé investir contra os domínios pontifícios. Enchem-se de justa fama os marinheiros de Portugal na batalha de Matapão (17 de Julho de 1717) — travada entre a esquadra turca, muito superior em força, e a nossa aliada à veneziana, que na refrega desempenha papel bastante secundário. A vitória — acentua depois o próprio Clemente XI — ganha-se « principalmente pelo valor portuguez ».

Não se interrompem, no entanto, os sistemáticos esforços a favor da Marinha. Ainda em Julho de 1717 uma nau de 64 peças é lançada ao mar; em Novembro quatro navios de guerra comprados à Holanda entram no Tejo; outra fragata de 40 peças é posta a navegar em 1729; em 1734 há cinco naus nos estaleiros; em Abril do ano seguinte dois navios de 70 peças vêm somar-se à frota, enquanto se constroem mais quatro no Brasil. Tudo isto se traduz numa nova fase de potência e combatividade das armadas portuguesas. Como escreve Bernardo Branco, temos « então navios de guerra por toda a parte ». A bandeira das quinas aparece, como outrora, a flutuar sobre os grandes caminhos oceânicos.

Registe-se todavia: se o Rei atende desta maneira, com diligência e eficácia, as imperativas necessidades da defesa nacional — o seu longo governo, de quase meio século, é um dos menos san-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

grentos da nossa História. Sempre evita ao país lutas e invasões, apesar de manter pura e íntegra a dignidade do nome português.

De facto, nas suas relações com os países estrangeiros, caracteriza-se Dom João V por um grande sentido do brio nacional — sem esquecer a prudência que o leva a dominar e ultrapassar vários lances delicados. Incessantes e complexas as dificuldades que afrontamos nessa primeira metade do Século XVIII ! Não é possível dar aqui uma ideia, mesmo sumária, de todas elas. O Tratado de Utreque — em que Portugal se vê frustrado das vantagens prometidas, depois de suportar com tanto brilho os sacrifícios e responsabilidades da Campanha Peninsular — não constitui solução definitiva para o problema da Sucessão Espanhola. Filipe V e o Imperador de Áustria recusam-se a assinar a paz : o primeiro não se resigna a ficar sem os Países Baixos, o Milanês, a Sardenha e o Reino de Nápoles, dados ao sucessor de Leopoldo, Carlos VI ; este persiste em negar ao neto de Luís XIV o título de Rei de Espanha e a posse da Coroa madrilena. A segunda mulher de Filipe — a italiana Isabel Farnésio — também concorre para estabelecer o desassossego na Europa, animada do ambicioso propósito de conquistar domínios para os filhos à sombra de nova conflagração ; o seu ministro Alberoni secunda-a nestes planos. Inquietas, desejosas de manter o *statu quo* definido em Utreque, a Inglaterra e a França esquecem as velhas desavenças, aliam-se pelo Acordo de Hanovre, no intuito de servir de medianeiras entre a Espanha e a Áustria. Após diversos incidentes e negociações complicadas chega-se a nova fórmula, consignada no Tratado de Viena de 1725. Filipe V renuncia de vez aos territórios italianos ; Carlos VI consente na entrega dos Ducados de Parma e da Toscana a Dom Carlos de Bourbon, filho do Rei de Espanha e de Isabel Farnésio. A vítima deste arranjo de grandes potências é o Duque de Sabóia, que perde a Sicília, cedida ao Imperador ; em troca oferecem-lhe a Sardenha que está longe de compensá-lo. Seguem-se uns anos de calma — que em Paris o Cardeal de Fleury e em Londres Walpole fazem todo o possível por fortalecer e prolongar.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Novas tempestades se acastelam no horizonte a propósito da sucessão do trono da Polónia. Por morte do Rei electivo Augusto II surgem duas candidaturas: a do sogro de Luís XV, Estanislau Leczinski, que já reinou em Varsóvia graças a Carlos XII da Suécia e quer readquirir a Coroa perdida; e a do Eleitor de Saxe Augusto III, sobrinho por afinidade do Imperador austríaco. Efectuada a eleição, vence Estanislau Leczinski por grande maioria. O seu concorrente, longe de se conformar e apoiado por aliados de vulto — Carlos VI e a Czarina Ana da Rússia, — abre as hostilidades. Invadem a Polónia os exércitos austro-russos; Estanislau Leczinski, bloqueado em Dantzig, só pode salvar-se pela fuga. Para socorrer o sogro — e depois de ter firmado aliança, no Escurial, com Filipe V e com seu filho, senhor de Parma e da Toscana, — declara Luís XV guerra ao Imperador. Travam-se em Itália os principais combates dessa guerra que se arrasta pelo espaço de cinco anos, de 1733 a 1738 e tem o seu fecho em novo Tratado de Viena. Ao antigo Rei da Polónia apenas se oferece o reconhecimento simbólico do título e um prémio de consolação: Nancy e o Ducado de Lorena — que após a sua morte se integrarão na França. Dom Carlos ganha Nápoles e a Sicília e torna-se Rei das Duas Sicílias; assim se funda nova casa reinante, a dos Bourbons de Nápoles. Enfim, indemniza-se o Duque Francisco de Lorena da perda das suas possessões anteriores com a entrega do Ducado de Parma, cedido por Dom Carlos. Afinal a campanha — cujo pretexto foi a sucessão polaca — salda-se por substanciais benefícios a favor da expansão territorial francesa e da influência bourbónica na Europa.

Outras lutas se desencadeiam nos anos seguintes. Desta vez a causa do litígio é a Sucessão de Áustria que, por morte de Carlos VI, se disputa entre sua filha Maria Teresa, o Soberano madrileno e o Eleitor Carlos Alberto da Baviera. O conflito toma enorme amplitude pela entrada do Rei da Prússia Frederico II, da França, dos Bourbons de Madrid e de Nápoles, do Rei da Sardenha, todos contra Maria Teresa — e, ao seu lado, da Inglaterra, da Holanda e da Rússia. Após numerosos e confusos episódios assina-se a paz em Aix-la-Chapelle, a 18 de Outubro de 1748. Mas a estabilidade

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

europeia está longe de se encontrar assegurada. Dentro de poucos anos os fermentos ainda existentes hão-de produzir outras guerras e outras complicações diplomáticas. Não pertencem já, contudo, ao período que neste capítulo se examina.

Como se conduz Dom João V em tão difíceis circunstâncias? A sua política externa — reflexo da desilusão causada pelos resultados lamentáveis da Paz de Utreque — assinala-se por diligente, incansável defesa da neutralidade de Portugal: em 1719, quando resiste às solicitações britânicas para entrar na Quádrupla Aliança contra a Espanha, o que lhe rende inclusivamente os elogios do ministro francês Dubois, no seu despacho de 2 de Janeiro de 1720 para o nosso Embaixador Conde da Ribeira; em 1725, quando se furta às instâncias dos diversos Estados em conflito (Áustria, Espanha, Liga franco-britânica do Hanovre) e decide quedar-se à margem — «resolução», escreve Santarém, «que era aplaudida em geral por toda a nação, a qual receiava, não sem fundamento, que se El-Rei se declarasse em favor da Aliança da Espanha sofressem as nossas colónias algum detrimento da parte dos Inglêses»; em 1733, quando mantém igual posição no debate suscitado em volta do trono da Polónia — apesar de Carlos VI, para nele o interessar, lhe sugerir a apresentação da candidatura de seu irmão, o Infante Dom Manuel; entre 1741 e 1748, quando, no meio das desavenças generalizadas a toda a Europa, se conserva uma vez mais alheio a compromissos e a sacrifícios supérfluos e tal prestígio alcança que vem a ser convidado para mediador por alguns dos beligerantes.

Esta sistemática, inteligente reserva — fruto das experiências amargas e de uma certeira compreensão do interesse português — não se mostra incompatível com a energia, sempre que parece necessário e vantajosa. Assim, para zelar os direitos e prerrogativas que ambiciona idênticos aos das potências de primeiro plano, não hesita Dom João V em suspender relações diplomáticas com a França durante catorze anos, por ocasião do famoso incidente com o Embaixador Francisco Sanguin, Abade de Livry; não hesita igualmente em correr o risco de guerra com a Espanha ante o insólito procedimento havido em Madrid com o nosso Embaixador Pedro

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Álvares Cabral — que Isabel Farnésio manda desconsiderar, com ciúmes do seu ascendente junto da nossa Infanta Dona Maria Bárbara, casada com o Príncipe das Astúrias, herdeiro da Coroa; não hesita ainda em ordenar a prisão de certo capitão holandês que se atreve a usar de violência com o guarda-mor de Setúbal e em embargar navios daquele país então surtos no Tejo — como em castigar as repetidas insolências do capitão inglês Norris, a quem ameaça de fazer meter no fundo barcos do seu comando enquanto não cheguem do governo londrino as satisfações que acabam por vir.

Também em 1744, quando os corsários franceses capturam alguns navios nossos sob o pretexto de que levam bens pertencentes a súbditos ingleses — França e Grã-Bretanha encontram-se nessa altura em guerra, — tão vigorosa é a reacção portuguesa que Luís XV, embora aquelas presas já tenham sido sentenciadas, vê-se forçado a anular as sentenças e o incidente soluciona-se de maneira amigável e airosa para nós.

Mesmo a sua devoção e o seu respeito pela Santa-Sé — afirmados em Matapão com eloquência iniludível — não impedem Dom João V de com Roma cortar relações diplomáticas durante quatro anos para impor a concessão do cardinalato a Monsenhor Bichi; de restringir os poderes dos Núncios; de restabelecer em 1728 o Beneplácito Régio, abolido desde 1487 — medida transitória que o seu sucessor converterá em definitiva. Nem sempre merece aplauso a política regalista seguida com a Santa Sé — mas aqui só se deseja pôr em relevo a energia de que o Soberano dá provas, mesmo neste sector em que tantas manifestações existem da sua generosidade e do seu fervor religioso, graças às quais recebe do Papa Bento XIV o honroso título de Rei *Fidelíssimo,* ao lado do Rei *Cristianíssimo* da França e do Rei *Católico* da Espanha.

Energia — e audácia, nos momentos em que ela se conjuga com oportunidades favoráveis. Para citar apenas um exemplo, recorde-se aquela comunicação do Cônsul francês de Montagnac ao seu governo em 15 de Junho de 1734. O Infante Dom Carlos de Espanha acaba de ser proclamado Rei de Nápoles. O Embaixador de Filipe V em

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Lisboa é encarregado de propor ao Monarca português a sua entrada na Liga, em que figuram já a França, a Espanha e a Sardenha. Qual a resposta de Dom João V? Que as três mencionadas potências, ao aliarem-se para a guerra contra a Áustria, combinaram primeiro entre si a satisfação dos próprios interesses; também Portugal deve apresentar as suas reivindicações — e, nessa ordem de ideias, apenas entrará na Liga se lhe forem cedidas a Galiza e a Andaluzia com o porto de Cádiz. Eis como se fala em Lisboa aos potentados da Europa.

Por isso mesmo o nosso prestígio internacional alcança verdadeira culminância. Ao passo que os governos a quem pedimos satisfações se apressam a dá-las, aqueles com quem rompemos o convívio diplomático são os primeiros a esquecer agravos ou escrúpulos de amor-próprio e a tomar a iniciativa da reconciliação. De tal modo procede em 1731 o Papa Clemente XII; de tal modo procede Luís XV em 1737. Numa hora amarga para o seu orgulho, quando os poderosos Reis Católicos, feridos pela atitude do mesmo Luís XV que desmanchara o casamento com a Infanta de Espanha Dona Mariana Vitória, querem oferecer a sua filha uma posição compensadora — logo pensam em lhes dar por noivo o Príncipe do Brasil, Dom José. «Era natural que assim fosse.» — observa lùcidamente Caetano Beirão. — «Dos tronos católicos, excluído o de França e do Império, onde colocá-la mais brilhantemente do que no de Dom João V?»

Atingimos pois lugar do máximo relevo na comunidade europeia. Numa fase de grandes lutas poupa-nos o Rei, através de tudo, aos riscos, às dores, às ruínas e aos desastres sofridos, durante elas, pela maioria dos Povos. Francisco Luís Gomes traça-lhe o melhor elogio ao memorar: — «*S'il fut prodigue de l'argent de ses sujets, (il) fut du moins avare de leur sang, et sut apprécier les bienfaits de la paix*».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Será realmente justo chamar « pródigo » a Dom João V ? Nos primeiros anos do reinado, atormentados por grandes embaraços financeiros, faz uma política restauradora e económica. Descobrem-se, porém, em terras do Brasil muitas e importantes minas de oiro e a sua exploração intensiva traz-nos, não apenas alívio para as dificuldades anteriores mas aura brilhante de afortunada opulência.

De além-Atlântico chegam, sem dúvida, autênticos tesouros. É bom frisar todavia que só parte desses tesouros — a menor parte — se destina ao Rei. No período que decorre de 1714 a 1746 — segundo o quadro do Visconde de Santarém — recebe este 51 354 314 cruzados ; os particulares 79 792 515 ; e sem discriminação entram no país 137 504 231. Isto é, como resume João Lúcio de Azevedo : — « 269 milhões de cruzados em trinta e tres anos ; 8 milhões e pouco ao todo, cada ano, para particulares e para o Rei. E como teoricamente pertencia a este o quinto do ouro e diamantes, tocar-lhe-iam menos de 54 milhões, um ano por outro cerca de 655 contos ».

E é preciso ver como o Soberano gasta a magnífica fortuna que lhe cai do céu — melhor : que brota das terras fecundas da América Portuguesa.

Antes de mais nada evoquem-se as notabilíssimas construções empreendidas e acabadas por Dom João V. Em 1728 o procurador de Lisboa Cláudio Gorgel do Amaral faz-se intérprete das reclamações da gente da cidade contra a falta de água. Efectuados os convenientes estudos por ordem do Monarca, logo a 12 de Maio de 1731 um alvará determina que se iniciem as grandes obras do Aqueduto das Águas Livres, com mais de sete léguas de extensão e cento e nove arcos de cantaria, cujos benefícios à capital celebra assim no *Gabinete Histórico* Frei Cláudio da Conceição : — « Se Lisboa é grande, se é populosa, só a esta obra se deveu. Sem esta providência, Lisboa jamais passaria dos limites do bairro de Alfama, onde sòmente havia quatro chafarizes, alguns poços e cisternas ... ».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Mais, e a correr: o Hospital das Caldas; a preciosa e lindíssima capela de São João Baptista, hoje integrada na Igreja de São Roque; a Patriarcal, modelo de sumptuosidade; o belo Mosteiro das Claristas no Louriçal; a nova praça de Campo Maior, visto a primitiva ter sido arruinada por uma tempestade em 1732; enfim, o imponentíssimo Convento de Mafra, troféu de glória de um Rei extraordinário que, em tom enfático desculpável para a época, se proclama então «respeitoso pasmo de tôdas as Nações que tem vindo a admirar huma Maravilha que emmudece as que até agora tem celebrado o mundo ...». Despendem-se em Mafra, durante treze anos, uma dúzia de milhões de cruzados anuais? Bem empregados são! Ali permanece um monumento, que ainda hoje inspira legítimo orgulho, das culminâncias da nossa magnificência histórica.

Registe-se também, e isto tem contribuído para que sobre a memória de Dom João V incidam universais homenagens: Mafra constitui verdadeira escola de Arte. Lá se abre, sob a direcção de Giusti — chamado da Itália para ornamentar a imensa basílica — a primeira aula regular de Arquitectura. Entre os discípulos do mestre ilustre contam-se Joaquim Machado de Castro e Eugénio dos Santos. O filho de Dom Pedro protege os artistas, suscita mesmo diversas vocações. Bem o atesta a famosa *Academia de Portugal* edificada em Roma e dirigida por João Gerardo Rozzi, onde estudam, entre muitos, Vieira Lusitano, Pedro Alexandrino, Inácio Xavier, André Gonçalves. Também a Música lhe merece especiais cuidados e estímulos: das aulas do seminário anexo à Patriarcal saem, além de outros nomes distintos, os consagrados Marcos Portugal e António Leal Moreira. Essa Escola da Patriarcal é, na expressão do compositor e Maestro Ivo Cruz, Director do Conservatório Nacional de Música, «um monumento histórico da pedagogia musical portuguesa».

No domínio da Erudição, das Letras, das Ciências, basta a fundação em 1720 da *Academia Real da História,* cujos trabalhos o Rei acompanha e encoraja e da qual resultam, na frase de Hübner, «pela primeira vez investigações pròpriamente históricas». Além disso, manda Dom João V organizar em Roma a monumental *Symmicta*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Lusitana — colecção de documentos relativos a negócios de Portugal — cujos duzentos volumes se acham na Biblioteca da Ajuda; funda a Biblioteca de Mafra e a da Universidade de Coimbra, que leva dezasseis anos a construir, exige uma despesa superior a oitenta contos e tem como recheio uma livraria no valor de catorze mil cruzados. Ponham-se ainda em relevo a ajuda prestada a autores sem fortuna, a quem generosamente facilita meios de publicarem ou reeditarem os seus trabalhos; a intensificação dos estudos matemáticos, quer pela compra de instrumentos adequados quer pelo concurso de professores estrangeiros expressamente trazidos para tal fim — como os Padres italianos Francisco Musarra, Domingos Capacce e João Baptista Carbone; o incentivo dado às Ciências Naturais, demonstrado nas Memórias pedidas e galhardamente pagas ao francês Merveilleux; as diligências insistentes para o incremento das Ciências Médicas; o projecto de uma larga reforma dos Estudos Superiores que só a doença prolongada dos seus últimos anos não permite a Dom João V levar avante, embora tanto o deseje.

Mencionem-se também as iniciativas de fomento económico e de impulsos às indústrias: entre elas, as da metalurgia, do fabrico das sedas, da louça, do papel, da fundição de sinos, etc. «Muito deveu a Nação aos estadistas daquele tempo», escreve Fortunato de Almeida, «pelo muito que trabalharam e pela parte que conseguiram no desenvolvimento económico, apesar de contrariedades de tôda a espécie». Aos estadistas — e, antes de ninguém, ao Rei que os orienta.

Há que salientar ainda o considerável melhoramento do encanamento do Tejo que evita aos lavradores ribatejanos tantos prejuízos derivados de um curso sinuoso e caprichoso — e a repovoação florestal. E não se esqueça que é Dom João V quem institui em 1729 a *Mesa do Bem Comum*, organismo destinado à defesa dos interesses do comércio; quem promove a acentuada diminuição da dívida pública, muito volumosa no tempo de seu pai; e que durante este reinado a população do país conhece apreciável aumento.

Não se esqueça igualmente o que então é feito pela valorização do Império: o envio de degredados para as colónias, de acordo

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

com as suas aptidões, utilizadas em proveito dos territórios ultramarinos; a colonização livre, de que é evidente sintoma o transporte de casais dos Açores para o Brasil, ordenado em 31 de Agosto de 1746; as muitas disposições consagradas a favorecer o comércio colonial.

E não se esqueçam as vitórias obtidas pelas nossas armas, quer no Oriente, quer na África. Em 1717 D. Lopo de Almeida arrasa a cidade de Porpatan; em 1719 o Almirante António de Figueiredo Utra vence os rebeldes arábicos; em 1723 uma nau portuguesa conquista a fortaleza erguida pelos corsários britânicos na costa de Cabinda e limpa de holandeses a zona de São Jorge da Mina; entre 1725 e 1728 e, depois, entre 1738 e 1739 repele Mazagão os ataques das hordas marroquinas; em 1726 o Vice-Rei João de Saldanha subjuga o atrevido Régulo de Cudale e mais tarde conquista Bicholim; em 1740 é enviada à Índia uma expedição sob o comando do Marquês do Louriçal que submete os Maratas e se apodera no ano seguinte de Bardez e Salcete; em 1746 o Governador Marquês de Castelo Novo toma Alorna, Avara, Tiracol e Bary; em 1748 apoderamo-nos dos fortes de Neutim e Carlim, garantias da protecção de Goa. D. João Manuel de Noronha, em Angola, obriga o Príncipe de Caconda, sublevado, a pedir a paz. E em Moçambique o tenente-coronel Rafael Álvares da Silva desbarata, numa série de três batalhas, as forças do Príncipe Changamira.

*

Eis alguns dos frutos do governo inteligente e sensato de Dom João V. E pode-se bem atribuir-lhe o mérito e a glória de tudo isto já que se trata de um Rei *que reina e governa.* Ninguém consegue sugestioná-lo ou manejá-lo — reconhece-o o insuspeito Alexandre de Gusmão; sublinham-no os diplomatas estrangeiros, como Chavigny que, nos ofícios para o Marquês de Puissieux, fornece curiosos pormenores acerca da maneira firme como Dom João se impõe aos seus inimigos. « Depois de ouvir os Conselheiros », — recorde-se a frase de Santarém, — « resolvia os negocios segundo lhe parecia mais

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

acertado » ; assim conduzia « com mão segura o leme do governo ». Insensível à fadiga, capaz de presidir durante seis horas seguidas aos Conselhos de Estado ; animado dum nobre espírito de justiça e de lealdade que todos admiram (« nunca violou a palavra que tinha dado a alguém ... nunca revogou o que prometera » — assevera Luís António Verney, observador desapaixonado e independente) ; familiarizado com as mais diversas línguas, o inglês, o espanhol, o francês, o latim ; ansioso sempre por engrandecer e dignificar a Nação e a Coroa — inspira ao Embaixador francês estas palavras expressivas : « *aucun Prince n'a plus de talent, plus d'esprit et peut-être plus de connaissance des affaires que lui* ». Eis o juízo de um contemporâneo e de um contemporâneo de peso ...

Há muito que se procura deprimir, ofender, encher de traços caricaturais a memória de Dom João V. O seu perfil é desenhado em linhas falsíssimas. Faz-se todo o possível por gravar nos espíritos a imagem de um rei devasso e místico, a repartir o tempo entre cerimónias religiosas celebradas com pompa e hipocrisia — e orgias escandalosas na corrupta atmosfera dos conventos de freiras. Os detractores do Monarca bebem tais enormidades nas obras suspeitas e odientas do « Cavalheiro de Oliveira », do ambicioso Alexandre de Gusmão, do azedo D. Luís da Cunha, do rabugento Lord Tirawley. Bem diferente é a conclusão que resulta do exame objectivo dos factos. Verifica-se com a maior nitidez que a sua vida privada nunca e nada influi na sua vida pública nem o desvia dos cuidados escrupulosos do governo. Também não pode ser acusado de futilidade excessiva que o leve a dar a primazia aos divertimentos ou às comodidades. Temos disto um exemplo digno de nota : aquela jornada de Outubro de 1714 em que Dom João se prepara para sair a passeio quando um correio despachado de Estremoz por D. Pedro Mascarenhas lhe traz a notícia da rendição de Barcelona às tropas de Filipe V. Logo o Soberano manda recolher os coches e, depois de demorada conferência com o Secretário de Estado, convoca o Conselho para o dia seguinte e dá ordem aos oficiais para se encaminharem a assegurar a defesa das fronteiras. Eis-nos perante um Príncipe imerso em vícios, gozador e frívolo —

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

ou perante um chefe que nos momentos de perigo ou de simples receio chama a si todas as responsabilidades e cuida em primeiro lugar do Interesse Nacional ?

Os testemunhos da História convergem no sentido de fazer de Dom João V autêntico modelo no que respeita ao « duro ofício de reinar ». Se se permite uma ou outra fraqueza sentimental — no que é, deve ser lembrado, muito da sua época — as qualidades pessoais, além das políticas, amplamente as compensam e excedem. Já se citaram algumas. Há que referir ainda a sobriedade de que dá numerosas provas ; a caridade com que tantas vezes ampara e protege os humildes ; a coragem que demonstra em graves lances (quando se incendeia o Palácio do Marquês de Valença acode, cercado da Corte e toda a noite dirige os trabalhos de salvamento e de combate às chamas) ; o seu amor pelas pessoas de família — atestado em episódios como os que conta a dama de companhia D. Maria Teresa Rojano ; a sua sincera e militante defesa da fé católica que, segundo narra Fortunato de Almeida, o leva a publicar decretos repressivos contra as primeiras « lojas » maçónicas que tentam, entre 1733 e 1735, instalar-se em Lisboa. E não se passe em silêncio o directo contacto que, apesar da afirmação bem visível da dignidade régia, sempre mantém com as classes populares. Uma Memória francesa de 1723, *Relation de l'état présent de la Cour de Portugal,* assim no-lo descreve, através da versão do Visconde de Santarém : — « Todos os negocios do Reino lhe eram apresentados, e nada se fazia senão conforme as suas ordens. Era naturalmente cioso da sua autoridade ; ia toda a parte sem guardas nem pagens ; dava audiencia publica ao povo duas vezes por semana ... Todas as representações e requerimentos eram logo remetidos para as repartições respectivas, e pelas listas que se afixavam na sala dos Archeiros toda a gente sabia o destino que o seu havia tido. Aquelas audiencias inspiravam grandissimo temor, por isso que todos podiam queixar-se a El-Rei, o qual sabia e via quanto se passava

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

na capital e até nas outras partes do Reino, donde vinha muita gente informá-lo de quanto se fazia ».

Quem nos saberá fornecer algum exemplo de tão estreito convívio entre o Chefe de Estado de uma das « grandes democracias » de hoje e o povo intitulado « soberano » ? É que os nossos Reis não foram democratas — mas demófilos. A distância entre os dois termos equivale à que separa a cínica mistificação do genuíno amor da justiça para todos.

*

Pródigo, perdulário — insiste-se em chamar a Dom João V. Os contemporâneos, mais próximos e mais justos, dão-lhe outro nome com que fica designado na galeria brigantina : o de *Magnânimo*. Ajusta-se na verdade à sua grandeza de alma e à sua rasgada generosidade. De uma e de outra numerosas manifestações são bem conhecidas. Apontem-se de relance as seguintes. Quando os Cardeais portugueses Pereira e da Cunha partem em 1721 para o Conclave, envia-lhes o Rei dois caixotes com oiro em barras e uma sumptuosa baixela ; quando em 1726 o Marquês de Abrantes vai a Madrid para as negociações relativas ao casamento do Príncipe do Brasil com a Infanta Dona Maria Vitória, além dos sessenta mil cruzados destinados às despesas de representação confia-lhe muitos diamantes que deverão ser oferecidos a personalidades de relevo da Corte espanhola ; aos Marqueses de Balbazes presenteia em 1728 com um retrato seu emoldurado por diamantes avaliados em cinquenta mil cruzados e com uns brincos avaliados em sessenta mil ; à Princesa das Astúrias, sua filha, que lhe comunica em 1730 o boato, corrente em Madrid, da pobreza do nosso erário, manda uma série de barras de oiro no valor de sessenta mil cruzados, com o pedido de que as exibia à guisa de desmentido a tal boato ; a Monsenhor Bichi, quando em 1732 é feito cardeal, envia uma dádiva de vinte e cinco mil cruzados. Além deste género de bizarrias, outras são consagradas a galardoar serviços e a prestar assistência a necessitados. Exemplos: quando entra no Tejo em 1723 um barco de guerra

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

português acompanhado de um navio argelino que apresou após um combate de oito horas, o capitão é gratificado pelo Monarca com doze mil cruzados; ao saber o Conde de Tarouca, diplomata a quem o País muito deve, embaraçado por dívidas contraídas durante as suas missões, concede-lhe oito mil cruzados para o aliviar dos referidos encargos; quando uma epidemia assola Lisboa em 1723 faz distribuir pelas famílias das vítimas quantias avultadas para compra de alimentos e remédios; por ocasião da terrível esterilidade de 1735, que empobrece os lavradores alentejanos, envia-lhes sete mil moios de trigo e importantes socorros em dinheiro. Poder-se-ia continuar indefinidamente. O que fica dito chega para se compreender o legítimo sonho de grandeza de Dom João V, que tanto proveito traz a Portugal.

Tudo o que o Soberano faz é dominado pelo desígnio de prestigiar-se — e, consigo, a Nação. «*La cour de Portugal est magnifique*» — escreve de Montagnac num ofício para Paris, a 31 de Janeiro de 1728; e no ano seguinte, ao contar a festa que ofereceu para celebrar o nascimento do Delfim, orgulha-se de que ela tenha obtido êxito «*dans une cour aussi magnifique que l'est celle du Roi de Portugal, où il fallait nécessairement quelque chose de grand*». A impressão que damos à Europa e tais palavras reflectem constitui oportuno, utilíssimo factor de proeminência internacional. O fausto da Corte de Dom João V — vincam os mais insuspeitos comentadores do tempo — não representa um caso isolado, um acesso de megalomania. Ao contrário: representa indispensável elemento de força e de poder entre as Cortes vizinhas ou remotas. Hoje ainda, não poderemos considerar grandiosas imagens do plano elevadíssimo atingido pelo nosso país o espectáculo inesquecível dado à Espanha nas jornadas da «troca das Infantas» junto ao Caia, e a deslumbrante embaixada do Conde de Vilar Maior a Viena quando do pedido oficial de Dona Maria Ana de Áustria? Na Corte imperial produz o facto verdadeira sensação. E Dom João V deseja solenizar o acontecimento não por mera vaidade, mas para dar maior prestígio à posição de Portugal no seio da Grande Aliança.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Independentemente dessas intenções políticas e diplomáticas será inútil que a fama do Monarca português se estenda pela Terra além — e com ela a do país que governa? Nos lugares mais distantes os padrões do génio e do valor nacionais excitam a admiração de todos. Bernardes Branco relembra vários casos significativos. Em Malta ainda se encontram peças de artilharia para lá remetidas pelo filho de Dom Pedro II. Na Cidade Eterna, como se regista no livro de Frascarelli *Iscrizioni portoghesi che esistono in diversi luoghi di Roma,* abundam vestígios da sua galhardia e da sua protecção aos artistas. Inúmeros trabalhos literários publicados no estrangeiro atestam, nas dedicatórias, a gratidão pelo seu providencial mecenato.

Assim Dom João V impõe ao Mundo, na hora em que se torna possível e oportuno fazê-lo graças às riquezas vindas do Brasil, a clara, majestosa afirmação do *esplendor português*. Sob a sua égide volta a Europa a respeitar no nosso Rei o sucessor do opulento Dom Manuel I, a curvar-se ante a sua grandeza — que então se mede, de preferência, pela liberalidade reveladora de poderio e de fortuna. E para isso nada de essencial sacrifica o *Magnânimo:* nem as regras do bom governo, nem a vida do espírito, nem a paz pública, nem a unidade de crenças; antes converte o *esplendor português* em base e troféu da felicidade do Reino.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

MONARQUIA DA TÁBUA RASA

É hábito de historiadores confundirem o reinado de Dom José com o governo do Marquês de Pombal. Cronològicamente está certo. Morre Dom João V a 31 de Julho de 1750. O primeiro acto do novo Monarca é mudar de ministro: a 3 de Agosto já Sebastião José de Carvalho e Melo aparece nomeado, sem se saber ainda que pasta lhe será entregue. Dois dias depois confiam-se-lhe as Secretarias dos Estrangeiros e da Guerra. A sua influência desenvolve-se em ritmo crescente e só cessa com a vida do Rei.

Cronològicamente, é portanto de admitir a confusão. Mas não se perca de vista que no ponto de partida se encontra, antes de nada, a vontade de Dom José — da qual o Ministro é executante inflexível.

A última década da vida do *Magnânimo* não se mantém ao nível das anteriores. Deve-se principalmente o facto aos ataques de paralisia que determinam progressiva diminuição das faculdades do Soberano. Ao mesmo tempo faltam-lhe os melhores colaboradores: o Cardeal da Mota, D. Luís da Cunha, o Padre Carbone, Marco António de Azevedo Coutinho sucumbem todos, com intervalos relativamente curtos. Ante a saúde abalada de Dom João e o desapare-

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

cimento de tantas personalidades de primeiro plano, os diversos grupos da Corte procuram insinuar-se no espírito do herdeiro do trono: eterna adulação do sol nascente. Pedro da Mota, irmão do Cardeal, e Frei Gaspar da Encarnação, feito Primeiro-Ministro, chefiam porventura um deles. Outro engloba os partidários de uma renovação de gente e de processos; talvez não lhes seja desfavorável a própria Rainha. Dom José observa — e bem vê quanto os negócios públicos são prejudicados pelas intrigas e rivalidades dos dois partidos. Efectivamente, como Dom João V se acha quase sem forças e atravessa largos períodos de incapacidade intelectual e física, e como Frei Gaspar e Pedro da Mota não parecem dotados de méritos excepcionais, a decadência nacional estende-se a todos os sectores. Caso se não intervenha com energia o declive pode acentuar-se, tornar-se cada vez mais perigoso. Quer Dom João acudir às necessidades do momento graças à escolha de um homem decidido, independente das facções, animado de propósitos reformadores, susceptível de abrir caminho a direito por entre os obstáculos acumulados. «A resolução que tomou assumindo a coroa», escreve João Lúcio de Azevedo, «de tirar o governo aos potentados da véspera, de chamar a si questões importantes, de outorgar o poder a um homem superior, denota... previdência atilada». Será depois «um autómato que o Ministro maneja»? Difícil responder com segurança. O exame cuidadoso dos acontecimentos leva a não aceitar imagem tão simplista. De início, longe de se impor ao Rei, o novo Secretário de Estado serve-lhe de fiel instrumento. A vontade de Dom José preside à sua ascensão, impele-o no rumo a seguir. Segue com vigor e dureza esse rumo o tenaz, implacável recém-chegado.

Eis as causas fundamentais da entrega quase total do poder a uma pessoa até aí confinada em missões secundárias que, apesar de andar pelos cinquenta anos, nunca recebeu de Dom João V grandes provas de estima. Diga-se agora sumàriamente quem é Sebastião José de Carvalho e Melo e como o escolhe Dom José para a realização dos objectivos que visa.

A sua carreira começa pela diplomacia. Enviado em 1738 como Embaixador à capital britânica, lá se demora uns quatro anos. Ape-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

sar de laboriosas diligências pouco obtém Carvalho no termo da sua missão ao Reino Unido. Promessas, algumas promessas ilusórias. Os navios ingleses não deixam de proceder arbitrária e insolentemente nas costas de Portugal — e os nossos marinheiros de sofrer maus tratos nos portos de Inglaterra. Não chega a ser prestado o socorro pedido para Salsete e a ser reconhecido o nosso domínio nas margens do Rio da Prata. A igualdade comercial estabelecida pelo Tratado de Methwen fica no papel. Continua Portugal entre os países sobre que incide a proibição da saída dos trigos ingleses. Em troca de todas estas desvantagens concede-nos o governo londrino pequenos favores: a isenção do imposto de paróquia aos nacionais ali residentes (que não passam de dois!) e a restituição dos bens penhorados, por falta de pagamento do mesmo imposto, ao médico judeu Castro Sarmento. Conclui João Lúcio de Azevedo: — «São estas as vitórias diplomáticas que os admiradores incondicionais do futuro estadista lhe atribuem, para exaltar o valor dos seus serviços em Lisboa. Ele próprio não soube alegar jamais outras e estas, como se vê, não são enormes». Acrescenta no entanto que a estadia de Carvalho na cidade do Tamisa tem importância para a formação, no seu espírito, de intensa hostilidade aos Ingleses, que o acompanhará pela vida fora e lhe granjeará mesmo certo prestígio popular. Será isto incontestável? O prestígio de que fala João Lúcio de Azevedo deriva em grande parte das famosas cartas apócrifas do nosso Ministro a Lord Chatam, cheias de veementes e supérfluas impertinências. A moleza perante o caso de Lagos — quando a esquadra do Almirante britânico Boscawen persegue, incendeia e captura vários barcos franceses junto ao porto algarvio — não comprova brilhantemente a sua energia ante os abusos da «velha aliada». Os resultados nulos da embaixada especial de Lord Kinnoul, que vem na aparência para nos dar satisfações e no fundo para nos pedir novas concessões comerciais — ainda menos... E não se esqueça aquela Memória de Clermont d'Amboise na qual se dá Carvalho como «idolatrado dos Ingleses». Um autor moderno, André Parreaux, ao tratar de Portugal na obra de Guilherme Beckford, assinala no mesmo sentido: — «*De son vivant, d'ailleurs,*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Pombal, bien loin de passer pour anglophobe, était publiquement accusé d'être anglais, á la fois en religion et en politique ».

Mais propícia do que nas Ilhas Britânicas se lhe mostra a sorte ao ser enviado em missão a Viena por 1745. Vai servir de mediador entre a Rainha Maria Teresa e o Pontífice Bento XIV. Após longas e difíceis negociações consegue levar a bom fim a empresa — menos todavia pelo engenho pessoal do que pelo brusco falecimento de Filipe V de Espanha que provoca a subida ao trono de Fernando VI, casado com a Princesa de Portugal Dona Maria Bárbara e melhora extraordinàriamente a posição do nosso país ante a Corte austríaca.

Mas a vantagem máxima obtida por Carvalho em Viena é o casamento — segundo casamento, visto D. Teresa de Noronha, sua primeira mulher, ter morrido durante a ausência do marido em Londres — com D. Leonor Daun, de uma grande família da aristocracia vienense. Encontra dificuldades, porque os Dauns hesitam em se ligar a um estrangeiro sem referências seguras. Só depois de vir de Lisboa informação favorável, dada pela Rainha Dona Maria Ana, o casamento se efectua. Sem talvez mesmo o saber Carvalho adquiriu para o seu jogo um precioso trunfo.

Como diplomata não é portanto uma grande figura — e os êxitos de chancelaria parecem insuficientes para explicar a sua subida ao poder. A que será devida, pois, tão repentina e surpreendente fortuna ? Para uns à recomendação de D. Luís da Cunha no *Testamento Político* — hipótese sem grande base, já que o velho estadista acompanha essa recomendação de prudentes conselhos restritivos. Para outros, como Rateau, aos bons ofícios do oratoriano Padre António José de Cruz junto do Padre Domingos de Oliveira, valido régio. Para o Padre José Ritter, citado pelo Padre José Caeiro, à intervenção do Cardeal da Cunha. Para a maioria, enfim, aos esforços conjugados da Rainha-Mãe, Dona Maria Ana de Áustria — que, além de simpatizar muito com Carvalho, dedica especial afecto à sua patrícia D. Leonor Daun — e de alguns jesuítas com valimento no Paço : acima de todos, o Padre João Baptista Carbone, antigo conselheiro privado do *Magnânimo* e o confessor de Dom José,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Padre José Moreira. Junto deste desenvolve insistente campanha de sedução e consegue atrair-lhe o agrado. Enquanto a sua influência se mantém periclitante frequentes vezes recorre ao bondoso confessor que o atende e apoia.

Na elevação de Carvalho é fácil ver, em última análise, uma série de coincidências felizes. Tem poderosos aliados: a Rainha, animada de natural inclinação para com uma senhora sua compatriota e dois jesuítas que não pensam decerto entregar o governo a um dos mais obstinados inimigos da Companhia de Loiola. Mais do que nada — sublinhemo-lo ainda — o desejo vivíssimo que enche Dom José, de descobrir um « testa de ferro » susceptível de lhe realizar os planos sem ligações com os grupos formados na Corte, que tudo lhe deva e em tudo esteja disposto a servi-lo. Carvalho corresponde a este ideal. Não hesita o Rei em utilizá-lo para os seus fins.

*

Depressa o novo ministro revela a sua têmpera de dominador. Os colegas de Gabinete pouca sombra lhe fazem: Pedro da Mota, velho apagado e pacífico; Diogo de Mendonça — « o homem mais amável de Portugal » chama-lhe o Conde de Baschi, — astuto comparsa apenas, que nunca ousa opor-se-lhe com franqueza e um dia, por um golpe brusco, Sebastião José elimina da cena. Embora, durante os primeiros anos, o Monarca ainda consulte algumas pessoas mais — a Rainha Dona Maria Ana de Áustria e os antigos conselheiros de Dom João V: em especial Alexandre de Gusmão, ouvido no que respeita às questões com Roma e à execução na América do Tratado de Limites — deve ser exacta a informação de Duvernay para o seu governo em 1751, quando diz ser Carvalho o principal Ministro e lhe atribui o total arbítrio dos negócios públicos.

Tal situação consolida-se em 1755 — após o terramoto de 1 de Novembro. Não se irá descrever mais uma vez (tantos o fizeram já com eloquência!) essa manhã fatal: os abalos seguidos do solo; os terríficos desmoronamentos; as longas fendas abertas na terra,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

donde se erguem exalações sulfúricas; as grandes fúrias do mar, levantado em ondas alterosas; os mil incêndios ateados aqui e além, num vasto braseiro que parece consumir Lisboa; os gritos das vítimas e das famílias enlouquecidas pelo pânico — enfim, o largo quadro de espantosa tragédia.

As providências rápidas, e em parte eficazes, tomadas nessa altura por Sebastião José formam um dos mais consistentes pilares do monumento que lhe elevaram.

O certo é que imediatamente se congregam inúmeras boas vontades para remediar, até onde seja possível, os males do terramoto — e de todas as classes parte o exemplo que as circunstâncias impõem. O Rei manda distribuir abundantes esmolas e se mais não faz é porque o não deixam — ao que se depreende de certa página do *Quadro Elementar*. Os Infantes de Palhavã dão asilo e comida, meses seguidos, a mais de um milhar de pessoas. D. João de Bragança, irmão do Duque de Lafões, arrisca a vida para socorrer feridos e enterrar cadáveres; o mesmo fazem, entre muitos outros, o Marquês de Tarouca moço, o Conde Barão de Alvito, D. João de Paiva, D. João de Faro, D. Diogo de Melo. O Duque de Lafões põe o Hospital de Todos os Santos em condições de alojar muitos doentes; o Marquês de Castelo Melhor converte os seus amplos celeiros em enfermarias. Isto pelo que toca à Nobreza e para citar apenas alguns nomes. Pelo que toca ao Clero temos o caso modelar de Monsenhor Sampaio, Cónego da Patriarcal que, ajudado por gente sua conhecida, chega a sepultar à volta de duzentas pessoas; os Cónegos Regrantes e os Padres Oratorianos facilitam a imensas famílias as cercas de São Vicente e das Necessidades; uma nuvem de sacerdotes paira sobre as ruínas ainda fumegantes, a levar aos feridos e moribundos auxílios materiais ou confortos espirituais; o Padre Malagrida, que confessa na Igreja de Santo Antão desde madrugada, socorre primeiro os infelizes soterrados nos escombros — sai depois do templo meio abatido, crucifixo ao alto, para exercer a sua missão entre os maiores perigos. «Sepultar os mortos, cuidar dos vivos e fechar os portos» — legenda falsamente atribuída a Carvalho, em que o Marquês de Alorna sintetiza o cami-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

nho a seguir. Não há notícia de que o Ministro mande distribuir donativos pelos pobres nem ande envolvido na faina de sepultar os mortos. Essas tarefas, a outros as deixa, que as cumprem como se acaba de ver.

Mas várias medidas oportunas lhe são incontestàvelmente devidas: requisição de mantimentos das Províncias; proibição do aumento do preço dos géneros na capital; vistoria aos barcos ancorados no Tejo, a fim de virem para terra os víveres lá existentes; imposto de quatro por cento sobre as mercadorias entradas em Lisboa (o que permitirá a construção do Arsenal da Marinha e das Secretarias da Praça do Comércio); batida geral aos malfeitores que infestam a cidade em ruínas e seu vigoroso castigo.

Tudo isto, embora digno de elogio, não suscita admiração. Ambicioso, desejoso de possuir a integridade do mando, tem Sebastião José de aproveitar o ensejo para se valorizar e impor — ou de renunciar a todo o seu futuro. Lùcidamente o acentua, no *Perfil,* Camilo Castelo Branco.

E a reedificação de Lisboa? O plano deve-se, como é sabido, a Eugénio dos Santos, arquitecto formado na Escola de Mafra; depois a Carlos Mardel e a Reinaldo Manuel. Carvalho mostra-se diligente executor. Quem lhe regateará as homenagens merecidas?

Note-se, a propósito da reedificação, que passados quinze anos o viajante italiano Alfieri se espantará de haver ainda tantas ruas com casas por construir; que em 1773 o inglês Twiss achará Lisboa quase no mesmo estado ruinoso em que ficara no dia seguinte ao do terramoto; e que em 1774 Dalrymple fará reparos semelhantes.

Ninguém contesta ao Ministro de Dom José o merecimento dos seus esforços para erguer dos escombros uma capital nova. Reduza-se apenas o caso às justas proporções. A moderna Lisboa é um pouco obra sua — mas também de uma legião de colaboradores e de continuadores.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Discípulo de Sully e de Colbert, tem Carvalho grandes intuitos reformadores em matéria económica. A sua estada em Londres inspirou-lhe o projecto de fomentar entre nós a criação de vastos organismos que em larga escala estimulem o nosso Comércio e a nossa Indústria. Daqui resulta a instituição da Companhia do Grão-Pará e Maranhão a 6 de Junho de 1755, provida do monopólio da navegação e administração de imensos territórios, e da privilegiada Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro a 16 de Setembro de 1756. De ambas se esperam fabulosos lucros, que atraem muitos capitalistas. Em ambas figura o nome de Sebastião José de Carvalho e Melo à cabeça do grupo de directores para os primeiros três anos. Vem a propósito recordar que o Ministro será abundantemente acusado de se servir da sua alta situação em proveito próprio. Jácome Ratton, autor que aliás não lhe é hostil, alude nas *Recordações* ao famoso negócio da compra por bom preço das vinhas da Quinta de Oeiras pela Companhia das Vinhas do Alto Douro e a outros abusos. Um apologista, Latino Coelho, exclama sem se conter: — « Faz dó o contemplar o grande homem amesquinhando as suas publicas emprezas com o trafico indecoroso das suas grangearias. É triste que, enquanto lutava heroicamente por levantar a Patria, a si proprio se abotoasse fazendo do poder um rendoso capital e de agradecidos mercadores os instrumentos da sua riqueza e prosperidade ». Carvalho e os seus defensores protestam contra estas acusações, dão-nas por caluniosas. Como apurar a verdade ? De qualquer forma as grandes Companhias não atingem os almejados fins. Contra o privilégio da venda a miúdo no Porto e arredores, atribuído à do Alto Douro, estalam mesmo, na quarta-feira de cinzas de 1757, graves motins na capital do Norte que o desembargador João Pacheco Pereira de Vasconcelos e seu filho, o escrivão da alçada José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, ferozmente punem.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

As iniciativas de fomento postas em marcha por Carvalho ressentem-se de desumanidade essencial. « Não se pode duvidar de que ele ambicionasse a sua própria glória querendo fazer o bem do seu país ; mas raras vezes empregou bons meios para o conseguir » — resume o alemão Link. Procura desenvolver as indústrias sem cuidar de melhorar o nível de vida dos trabalhadores. Erro denunciado eloquentemente por Vandelli : — « *Point de manufactures sans subsistances pour nourrir les artistes et les ouvriers. Avant d'avoir les dorures if faut du pain pour nourrir les doreurs* ». O resultado aponta-o D. Miguel Sotto Mayor : — « Não a animava (a industria), impunha-a à força ; não criava industriais voluntários, impulsionados pelo convencimento de que o trabalho bem dirigido seria a fonte da riqueza particular e publica, fazia, sim, autómatos, que eram amarrados ao tear, à bigorna e ao forno, sem aspirações, sem emulações, sem iniciativa própria, e só como escravos da vontade omnipotente do Ministro ». Doloroso quadro que parece uma antecipação do tecnicismo dos nossos dias — tal qual o apresentam na América do Norte o método inumano de Taylor e na Rússia Soviética a produção frenética do stakhanovismo ...

A acção económica e financeira de Carvalho tem de ser julgada pelos efeitos. Quais são eles ? « Em geral não presidia à administração pombalina o critério nem a justa doutrina de que dependem as boas finanças » declara João Lúcio de Azevedo, que noutro lugar escreve : — « Sem embargo da fama em contrário, a gestão económica de Pombal foi quase sempre infeliz ». Diz-se que deixa em cofre setenta e oito milhões de cruzados ; apenas quatro milhões de cruzados se encontram, e cinco a seis milhões em diamantes. E há muito que não se pagam o pré aos soldados, os salários nas oficinas, as remunerações aos funcionários do Paço. O Estado deve perto de dezoito milhões de cruzados. Oferece o Exército mísero espectáculo : militares sujos, pèssimamente equipados que ainda por cima se não envergonham de pedir esmola. A renascente Marinha de Dom João V reduz-se a « doze navios que apodrecião no porto de Lisboa », segundo a cruel imagem do Embaixador de França Clermont d'Amboise. Se Carvalho tem a louvável ambição de elevar a

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

riqueza do país, de lhe criar novas fontes de prosperidade, de lhe aumentar os recursos, todos os seus planos acabam em falência completa. Bem o atesta o insuspeito testemunho do enviado austríaco Lebzeltern, amigo e admirador do estadista, traçado em 1776, no ocaso já da sua longa ditadura:

— «Este Povo, que Dom João V, apesar dos seus gastos desmedidos, de sua liberalidade excessiva, deixou, ao morrer, abastado, contente e feliz, oferece, à primeira vista, a imagem da indigência e da escravidão».

*

Os amplos desígnios do Ministro não se limitam, porém, aos campos da Economia, das Finanças, da Indústria e do Comércio. No fundo move-o a aspiração de estabelecer plenamente o absolutismo régio. Para isso há que derrubar tudo quanto possa embaraçar, comprometer ou reduzir a omnipotência da Coroa. Os acontecimentos de 1758 — verídicos ou inventados? — vão oferecer-lhe as circunstâncias propícias ao cumprimento do seu programa. Segundo a versão oficial, a 3 de Setembro desse ano, quando Dom José recolhe, altas horas, ao Palácio da Ajuda, depois de uma entrevista amorosa, acompanhado de Pedro Teixeira, seu inseparável confidente, a sege real é alvejada a tiro. No intuito de escapar aos assaltantes o cocheiro lança os cavalos a galope; e durante a corrida veloz ainda soam novos tiros, que ferem o Soberano. Este, ao ver-se atingido, ordena imediata ida à Junqueira, onde mora o cirurgião-mor do Paço. Luz Soriano, porém, informa ser a casa do Marquês de Angeja que Dom José se dirige e onde recebe o primeiro curativo.

Na manhã de 4 começa a circular em Lisboa o boato de ter havido um atentado contra o Monarca. No Paço ninguém é admitido a ver Sua Majestade senão o médico António Soares e o inevitável Pedro Teixeira. Os habitantes da zona onde se teria dado o estranho episódio nada ouviram, nada perceberam. E, todavia, o rumor corre, ganha consistência, espalha na cidade ao mesmo tempo

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

o alarme, a inquietação e o pavor pelos castigos que decerto irão ferir os culpados — mal se descubram ...

Por algumas semanas a densa atmosfera mantém-se — e também a incerteza quanto ao desfecho. Entre os membros da Nobreza que se apressam a indagar da saúde de Dom José figura o velho Marquês de Távora, que procura Carvalho, lhe exprime os seus sentimentos de fidelidade e oferece a sua espada como penhor dela. Replica-lhe Sebastião José nada haver sucedido : apenas El-Rei deu uma queda, necessita de uma sangria ...

Finalmente, no dia 13 de Dezembro torna-se pública a notícia do atentado, por edital com data de 9. De madrugada foram presos alguns membros conhecidos da Nobreza e familiares ou criados seus ; o Marquês de Távora moço, Luís Bernardo ; D. Jerónimo de Ataíde, Conde de Atouguia e D. João de Almeida Portugal, Marquês de Alorna — seus cunhados ; Manuel de Távora ; os Condes de Óbidos e da Ribeira Grande ; alguns homens do povo. Ao mesmo tempo, é o Duque de Aveiro preso em Azeitão. O Marquês de Távora pai, que passou a noite num baile, vai entregar-se à prisão, de manhã. A Marquesa de Távora nova, de quem se diz ter amores adulterinos com o Rei, é mandada para o Convento de Santos — enquanto se recolhem a outros conventos as senhoras das famílias incriminadas.

Pode calcular-se a impressão causada por estes factos. Uns segredam ser tudo invenção de Carvalho para ferir a aristocracia nas suas figuras mais salientes. Outros discutem sobre quais os culpados : o Duque de Aveiro ? os Távoras ? Fala-se em ambições do primeiro ao trono e há quem suponha que os Jesuítas as estimulam. Quanto aos segundos, poderá tratar-se de um desagravo — já que a honra do seu nome é manchada pelas notórias relações de Dom José e da Marquesa nova. Uma hipótese a que muitos aderem : quis o Duque vingar-se de ofensas recebidas de Pedro Teixeira e julgou que na sege apenas este se encontrava. Tal opinião predomina entre o Corpo Diplomático. Nas suas *Memórias Autobiográficas* a Condessa de Atouguia conta que o escudeiro António Caldeira lhe diz no dia

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

seguinte ao do atentado: — «Sabe V. Ex.ª que hontem á noite deram um tiro em Pedro Teixeira e que se foi curar a casa do Marquez de Angeja?»

Seja como for, o processo, organizado à pressa e cheio de arbitrariedades de toda a espécie, desenrola-se sob o signo da mais impiedosa repressão. Centenas de pessoas são encarceradas. Os delatores recebem estímulos imorais, os réus sofrem torturas, assim como — caso nunca visto — as próprias testemunhas; a sentença é dada sem que a defesa chegue a fazer-se ouvir; enfim, as penas aplicadas saem do estabelecido nas Ordenações, descem a extremos de crueza. A 13 de Janeiro de 1759 efectua-se em Belém a horrível execução dos condenados, mortos entre suplícios hediondos, na desonra do cadafalso. Ao Duque de Aveiro partem os ossos das pernas e dos braços; acaba por ser queimado vivo, após sofrimentos espantosos. A Marquesa de Távora mãe é degolada. Com pequenas variantes, os outros condenados sucumbem em lento e cruciante martírio: os Marqueses de Távora, pai e filho; o jovem irmão deste, José Maria de Távora; o Conde de Atouguia; António e Manuel Alves Freitas; Brás José Romeiro; e João Miguel.

Como recompensa, Carvalho é erguido pelo Rei a Conde de Oeiras em 6 de Junho do mesmo ano.

Extremamente difícil — muito mais numa síntese como esta — formar e definir um juízo acerca do trágico episódio. Tudo é nele sombrio e misterioso. A incerteza em que se fica deriva de motivos diversos.

Primeiro: quem pode assegurar que na célebre noite de 3 de Setembro sejam disparados tiros *contra o Monarca?* Mesmo quando se não queira aceitar a versão que dá o atentado como inexistente, puramente inventado — a hipótese da agressão ser dirigida contra Pedro Teixeira parece muito de atender.

Segundo: qual o autêntico papel do Duque de Aveiro? quais os seus entendimentos (se os tem) com Jesuítas? As confissões que faz, aliás manifestamente contraditórias, arrancadas entre tormentos, pecam por excesso. Quanto aos Padres da Companhia, o Conde de Merle — em ofício a Choiseul, de 22 de Maio de 1759 — assevera

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

não haver indício algum de que estejam envolvidos na conjura. Falam, comentam, censuram determinados actos governativos: eis tudo. E acrescenta (no resumo do Visconde de Santarém): — «Segundo a opinião de pessoas que pareciam bem informadas, fôra o crédito e grande influência que eles tinham no Paraguay que dera ocasião á sua ruina». No *Diário* do Padre Eckart esclarece-se que a acusação de cumplicidade entre o Duque e os Jesuítas se funda, por exemplo, em certa visita por ele feita ao Colégio de Santo Antão, onde teria ido combinar pormenores do golpe projectado... Afinal o Duque foi ao referido Colégio assistir, muito simplesmente, à defesa de uma tese de filosofia por um estudante da família Marialva. Grande parte do libelo sofre de igual inconsistência.

Terceiro: a inocência dos Távoras parece estabelecida. O exame do processo e de todas as circunstâncias que o rodeiam leva a essa persuasão a maioria dos observadores. Há, porém, quem ainda se abalance a discuti-la e é incontestável que uma larga margem se oferece às dúvidas e às hipóteses.

Enfim: que percentagens nas responsabilidades devem ser atribuídas ao Rei e ao Conde de Oeiras? Contra Sebastião José aduz-se principalmente a maneira escandalosa como decorre o processo (que faz supor ordens dadas em tal sentido pelo Ministro) e a obstinação com que se opõe — «*quanto há potuto*», diz Nicolau Pagliarini — à clemência tardia do Soberano; a seu favor alega-se a famosa carta de Nuno de Távora citada por Júlio de Castilho, em que um membro da família atingida pelo horrível castigo se declara grato aos esforços de Carvalho no sentido de lhe minorar a sorte tão amarga (mas não será isto cândida ilusão do prisioneiro da Junqueira?) e aponta-se o facto de, mais tarde, ter procurado firmar alianças entre os do seu sangue e os descendentes dos justiçados de Belém (mas deve ver-se aqui uma intenção reparadora ou o propósito de, na frase de Ferraz Gramosa, levar os filhos a participar «das honras provenientes daqueles Brazoens»?). A favor de Dom José assinala-se o que é referido na sentença de revisão acerca das suas disposições para assegurar aos réus ampla defesa — disposições que

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

não teriam sido respeitadas ; contra, registam-se não só a crueza das execuções que o seu poder supremo não quer misericordiosamente impedir ou ao menos atenuar, mas também, e sobretudo, os « torturantes remorsos » à hora da morte de que fala Lebzeltern, quando, devorado de escrúpulos, receoso pela salvação da sua alma, se decide *in-extremis* a libertar os presos já que não pode restituir a vida aos mortos ...

Impossível chegar a uma conclusão nítida — tal a diversidade e a exuberância de conjecturas que se neutralizam. Provas em qualquer sentido, claras, seguras, objectivas — não aparecem e já agora é pouco de esperar que cheguem a vir a lume. Uma coisa apenas se afigura indubitável : o atentado de 3 de Setembro favorece extraordinàriamente os planos do ditador. Quer abater a Nobreza e os Inacianos. Após o suplício horrendo do Duque de Aveiro e dos Távoras, a Nobreza, ferida nas suas principais cabeças, queda-se humilhada, transida de susto, sem forças.

A vez dos Jesuítas não demorará.

*

Desde o princípio, mostra-se Carvalho adverso à Igreja Católica — e à influência do Clero nos negócios públicos. Nada mais natural. Em Londres, ao abrir da sua carreira, o enviado de Dom João V impregnou-se da atmosfera e dos métodos anglicanos. Depois, na Holanda, deixou-se seduzir pelo Jansenismo e consta mesmo que chegou a filiar-se na « igreja » de Utreque. O médico Gerardo Van Swieten, com quem manteve assíduo convívio na capital austríaca, reforçou-lhe tais crenças, a que se juntaram as teorias do Josefismo, dominante nas esferas vienenses. De um modo geral, todas as ideias dos protestantes dos vários matizes convergem para incitar o poder régio a uma hipertrofia orgulhosa e utilizá-lo assim como elemento preponderante na ofensiva desencadeada contra Roma. Por toda a parte surgem estadistas que se tornam instrumentos e pregoeiros dessa vasta ofensiva : o elegante e céptico Choiseul em França ; Tanucci nas Duas-Sicílias ; José Moñino, depois Conde de Florida-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

blanca, em Madrid. Em Lisboa o Conde de Oeiras representa o exemplar acabado desse figurino político — no qual se aliam aos impulsos anti-romanos do protestantismo as teses laicas e racionalistas da *filosofia das luzes* e o culto cego do absolutismo de modelo setecentista, divinizador da Realeza. Por essa causa lutará até ao ponto de converter a Inquisição em tribunal político e de o colocar sob sua dependência directa.

Qual o obstáculo máximo a tal empresa? A Companhia de Jesus, poderosa pelo ardor da mística, pela força de penetração nos espíritos, pelo absoluto desprendimento a que ergue os seus membros, pela galeria de valores notáveis que conta, pelos extraordinários serviços prestados ao país. Aos homens que renegam a Divina Soberania e lhe querem substituir a soberania despótica do Estado — opõe-se espontâneamente a Milícia de Cristo, à qual o Fundador deu como lema procurar Deus em tudo: *in omnibus quaerant Deum*. O duelo tem de travar-se.

Encontra Oeiras os Jesuítas no seu caminho, a ocupar lògicamente as posições de comando. Encontra-os no Paraguai, organizadores e protectores inigualáveis dos indígenas, aos quais inspiram amor e respeito (diga-se entre parêntesis que utilizarão o seu prestígio na tentativa, aliás inútil, de os dissuadir da resistência em que se obstinam, quando os comissários régios Gomes Freire de Andrade em nome de Portugal, e Marquês de Valdelirios em nome da Espanha, vão impor à força a cruel execução do Tratado de Limites de 1750). Encontra-os na vanguarda dos que protestam contra os abusos da Companhia do Grão-Pará e Maranhão — como esse Padre Ballester que num sermão da Patriarcal, por meio de alegorias transparentes, verbera o espírito materialista e explorador do novo organismo. Encontra-os a exercer enorme ascendente sobre as consciências e as inteligências, visto há muito lhes estar entregue a direcção de grandes Institutos educativos ou culturais, como a Universidade de Évora e o Colégio das Artes.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Depressa o Conde de Oeiras manifesta a sua fobia; chega a tornar-se caricatural. Clermont d'Amboise escreve ao Duque de Choiseul que se não pode ter uma entrevista com o Ministro sem este logo aludir à sua ideia fixa. Saint Priest chama ao antijesuitismo de Carvalho — «mania»... E em ofício ao seu governo (na altura dos tumultos madrilenos de 1766) não vacila em admitir que para ver os Jesuítas expulsos da Espanha o ditador seja «capaz de dar uma província de Portugal»...

Apenas liberto de Pedro da Mota, cujos sentimentos bem diversos se condensavam nesta afirmação: «Quem dera que houvesse um jesuíta em cada ângulo dos muros porque eles só dizem a verdade» — lança-se numa luta sem tréguas contra os discípulos de Loiola. As acusações fabulosas que sobre eles dispara na *Relação abreviada*, mais tarde anexa à *Dedução Cronológica*; a maneira bárbara como os trata no Brasil e em Lisboa; as pressões diplomáticas com que, depois de ter determinado a sua expulsão do Reino, colabora junto da Santa Sé para obter a extinção da Companhia por decreto pontifício — ilustram e documentam essa luta. Denuncia em termos empolados a voracidade gananciosa dos Jesuítas sem tomar em conta a legalidade dos actos administrativos necessários ao sustento das missões — e sem reconhecer que, na frase de um probo historiador, a sua obra junto dos índios da América Latina «foi de tal ordem que bem pode dizer-se ser a história da Companhia, por si só, uma história completa da civilização». Censura-lhes a férrea disciplina a que se sujeitam no serviço de Cristo — e esquece a disciplina, mais férrea ainda, que esmaga quantos vivem sob o seu jugo. Inventa que os Jesuítas pretendem criar um tal poderio que lhes permita fazer frente «a tôdas as fôrças reunidas da Europa» — e afinal nem tentam resistir às iníquas violências que os ferem! É que, no fundo, mais do que razões válidas há uma ofensiva impiedosa. Tudo se reduz a um objectivo simples, como alguém disse: imolar os Jesuítas aos Enciclopedistas...

Eis, muito de corrida, algumas das principais medidas aplicadas contra os Inacianos durante o consulado pombalino: na noite de 19 para 20 de Setembro de 1757 — os confessores do Rei, das Prin-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

cesas e do Infante Dom Pedro são expulsos do Paço e levados, uns, como os Padres José Moreira e Timóteo de Oliveira, para a Casa Professa de São Roque, outros, como o Padre Jacinto da Costa, para o Colégio de Santo Antão, enquanto se proíbe a entrada no Palácio Real a todos os religiosos da Ordem; 1 de Abril de 1758 — a pedido do Ministro e graças à valiosa interferência do Cardeal Passionei, expede Bento XIV o Breve *In specula supremae dignitatis,* pelo qual ordena a visita e reforma da Ordem, tanto em Portugal como nos seus dominios; o inquérito que a visita tem por fim realizar e que nem chega a ser mero simulacro de inquérito, confiado ao Cardeal Saldanha, afecto a Carvalho, opera-se com extrema e suspeitíssima velocidade; 7 de Junho de 1758 — os Jesuítas são proibidos de pregar e confessar no Patriarcado, por um edital; 13 de Dezembro de 1758 — cercam-lhes as casas e poucos dias passados fazem-lhes buscas nas residências; a seguir, sequestram-lhes os bens, dissolvem-lhes as comunidades, encerram-lhes as escolas, não apenas na Metrópole e nas Ilhas Adjacentes mas também nos maiores centros do Império: Angola, India, Brasil, Malabar, China; na noite de 11 para 12 de Janeiro de 1759 — são presos, entre outros, os Padres João Henriques, Provincial, Gabriel Malagrida, João Alexandre, Jacinto da Costa, José Perdigão, Inácio Soares, José Moreira, João de Matos, Timóteo de Oliveira, Francisco Eduardo e metidos primeiro em cárceres feitos nas cavalariças da Quinta do Meio, depois nas casamatas subterrâneas do Castelo de São Julião (« à profundidade de cinquenta ou sessenta pés » — escreve Guilherme Wraxall com certo exagero), onde a luz do dia não chega sequer; 19 de Janeiro do mesmo ano — uma Carta Régia ordena o sequestro dos bens dos Jesuítas nas três províncias do distrito da Relação do Porto e a reclusão dos Padres, que ficam incomunicáveis; 29 de Janeiro — excluem-se os Jesuítas do ensino em todas as escolas do Reino; 3 de Setembro, primeiro aniversário do atentado — uma lei declara os Inacianos rebeldes, traidores, adversários e agressores da pessoa do Soberano e seus Estados, como tais desnaturalizados, banidos e *exterminados,* promove a sua expulsão do território nacional e dos domínios e proíbe toda a comunicação com eles por palavra ou escrito

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

sem imediata e especial licença régia; enfim, a 21 de Setembro de 1761, assiste Lisboa ao famoso espectáculo do auto-de-fé no qual é queimado o Padre Malagrida, missionário de vida santa que no Terramoto desempenhou papel nobilíssimo e em cujos braços expirou Dom João V. Este crime provoca indignada repulsa. O povo murmura, com certeiro instinto de justiça: — «Atribuiram-lhe muitos crimes, mas não provaram nenhum». Ele próprio, apodado de louco e já com mais de setenta anos, pronuncia ante os juízes palavras admiráveis que recordam, pela fulgurante lucidez, as de Joana d'Arc ao tribunal iníquo presidido pelo Arcebispo de Beauvais Pedro Cauchon: — «Se procuram um réu, aqui estou; mas se querem um criminoso, não o encontram em mim».

A política anticatólica do ditador avulta em muitos outros factos: por exemplo, na perseguição contra D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra; na hostilidade ao Núncio Acciajuoli, que se exprime por violências sucessivas e culmina na sua expulsão em 1760 e na consequente ruptura das relações com a Santa Sé. Esta situação dura nove anos, apesar das diligências feitas para lhe pôr cobro. E Carvalho aproveita o ensejo para urdir vasta cabala — de acordo com a França e a Espanha — contra Clemente XIII, que considera excessivamente benigno para a Companhia de Jesus. O conflito arrasta-se até à morte do Pontífice. Empenham-se as potências contrárias à Ordem de Santo Inácio em fazer eleger o Cardeal Ganganelli — que de facto sobe ao sólio de São Pedro sob o nome de Clemente XIV, em Maio de 1769. Três meses depois iniciam-se negociações para o reatamento com Portugal. Depois de mil hesitações e amarguras o novo Papa extingue a Companhia de Jesus pelo breve *Dominus ac Redemptor noster,* de 21 de Julho de 1773. Chama Carvalho a si indevidamente a «glória» de tal feito — que pertence sobretudo a José Moñino, Primeiro-Ministro de Carlos III de Espanha. E é fácil imaginar quanto a sua fobia terá ficado satisfeita ao julgar por terra, de maneira definitiva e inapelável, o inimigo poderoso que jurou abater. Afinal, triunfo ilusório, efémero triunfo. Dissolvida em 1773 — menos de meio século corrido, a 7 de Agosto de 1814, Pio VII restabelece a Companhia de Jesus pela Encíclica

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Sollicitudo omnium Ecclesiarum. A benemérita obra de Loiola vai prosseguir livremente.

Vingam-se os Jesuítas mais tarde: quando, chamados por Dom Miguel I, entram certo dia em Portugal e um deles corre ao Convento dos Capuchos a celebrar missa pelo descanso eterno de Sebastião José de Carvalho e Melo.

Vingança cristianíssima. Santo Inácio dissera: *Omnia in Christo*.

*

Continuam as graves perturbações da vida europeia. Agora surge novo factor: as rivalidades coloniais da França e da Inglaterra — quer na Índia, quer na América. Nenhuma das duas Nações teve, como Portugal e a Espanha, o papel de forçar o mistério dos grandes mares desconhecidos e de, pelo descobrimento, pela conquista e pela evangelização, levar aos povos longínquos a sementeira civilizadora. Mas aproveitam o declínio dos Estados peninsulares e talham impérios sobre as suas ruínas.

A França, todavia, está demasiado embrenhada nas dificuldades e responsabilidades do xadrez continental para conseguir impor-se com vantagem fora da Europa. Pretende abater Frederico II da Prússia e anexar a Polónia. A Rússia estimula-a, também alarmada com o engrandecimento prussiano. Hàbilmente, a Grã-Bretanha compreende qual o seu interesse. E a 16 de Janeiro de 1756 firma em Westminster um tratado com Frederico. Entretanto perdem os exércitos franceses terreno no Ultramar, apesar das valorosas proezas de Dupleix na Índia e de Montcalm no Canadá.

Tenta Luís XV desviar-nos da neutralidade que proclamáramos. O incidente de Lagos, provocado pela armada britânica do Almirante Boscawen, oferece-lhe excelente pretexto para intensificar as suas diligências através do novo Embaixador Conde de Merle. O nosso Governo refugia-se numa duplicidade prudente: entretém os Franceses, por um lado; simula, por outro, exigir da Inglaterra satisfações — que primeiro apresenta o Embaixador Hay, depois o enviado especial Lorde Kinnoul, mas que deixam as coisas no mesmo estado ...

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

A guerra prossegue, com episódios vários. O génio militar de Frederico manifesta-se nas vitórias contra a França em Rossbach (5 de Novembro de 1757) e um mês depois contra os Austríacos, em Lissa-Leuthen. Três anos passados, em Liegnitz e Torgau, obtém novos êxitos. A morte da Czarina Isabel e a subida ao trono de Pedro III modificam a posição russa, que deixa de ser contrária ao Prussiano. A paz assina-se em Hubertsburgo a 15 de Fevereiro de 1763. Enquanto isto se dá, a supremacia britânica acentua-se nos remotos campos de batalha. Substituído Dupleix pelo incapaz Godeheu, o domínio francês na Índia vai de mal a pior, até que o bravo mas truculento Lally-Tollendal tem de capitular em Pondichéry. No Canadá, as gloriosas campanhas de Montcalm não conseguem impedir o fatal desenlace de Quebeque onde, no decurso de uma luta desesperada, os chefes dos dois exércitos perdem a vida — pois o general inglês Wolfe não sobrevive ao triunfo.

Nesse mesmo ano o falecimento de Fernando VI, ao qual sucede no trono de Madrid o Rei de Nápoles, seu irmão, sob o nome de Carlos III, vem fornecer ensejo à França para buscar na aliança espanhola uma tentativa de compensação dos desastres sofridos. E firma-se na capital de Espanha em 15 de Agosto de 1761 o chamado *Pacto da Família* — por serem Bourbons todos os soberanos contratantes. Note-se que o primeiro efeito é privar a França da sua última possessão americana, já que cede a Carlos III a Luisiânia como indemnização da perda da Florida, caída também nas mãos dos Ingleses.

O *Pacto de Família,* longe de representar perigo considerável, proporciona à Grã-Bretanha novas conquistas. Já que Madrid enfileira com decisão no campo adverso, eis o pretexto ideal para ocupar outros domínios espanhóis na América: a Havana, o Panamá, a Martinica, as Filipinas. Por sua vez a Espanha comprometeu-se com a França a fazer guerra ao Reino Unido a partir de 1 de Maio de 1762. Como é lógico, os nossos aliados pretendem arrastar Portugal à contenda. A 11 de Fevereiro desse ano vem a Lisboa o plenipotenciário O'Dunne, encarregado de fazer pressão em tal sentido. E logo a 15 de Março é por ele entregue uma *Memória* franco-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

-espanhola que exige a vinda de tropas castelhanas para os nossos portos a fim de os defenderem contra o eventual ataque britânico. Marca-se para a resposta um prazo de quatro dias. Trata-se claramente de um ultimato.

Ante a iminência da guerra — e conhecidos os preparativos feitos em Espanha para a invasão do nosso território — a política do Governo Português é digna, inteligente e previdente. Recusa entrar no jogo dos Bourbons e abrir hostilidades contra a Inglaterra aliada; à saída dos representantes diplomáticos dos dois Estados responde o pedido de passaportes dos nossos Ministros em Paris, Pedro da Costa de Almeida Salema, e em Madrid, D. José da Silva Pessanha. Ao mesmo tempo contrata-se para comandante-chefe das nossas forças o Conde Guilherme, Príncipe Reinante de Schaumburgo-Lippe; o auxílio inglês a Portugal traduz-se no envio de seis regimentos de infantaria e um de cavalaria, além de bastante armamento e munições. Nenhum pormenor se descuida para fazer frente à crise que se anuncia com aspecto alarmante. Algumas naus de linha chegam a concentrar-se na enseada de Paço d'Arcos (ao que narra, nas *Memórias da Academia,* Manuel José Maria da Costa e Sá) a fim de transportar para o Brasil, caso se torne necessário, a Família Real e a Corte. Merece o Conde de Oeiras, por isto, franco elogio.

E começa a «guerra fantástica» a 30 de Abril. Num manifesto, o Marquês de Sárria, comandante do exército bourbónico da fronteira de Trás-os-Montes, proclama as intenções pacíficas que o animam, às vésperas de entrar em Portugal. Poucos dias depois o Coronel O'Reiley inicia a invasão e a 9 de Maio, graças a uma explosão no paiol da praça, apossa-se de Miranda. Cai Bragança logo a seguir. Outro obstáculo, a Torre de Moncorvo, cede — por causa de uma explosão idêntica à de Miranda, tão suspeita como a primeira. Ante a firme resistência oposta cerca de Vila Nova de Fozcoa, detém-se O'Reiley. Não tarda a regressar a Espanha, sem deixar sequer guarnecidas as praças conquistadas. Só em Chaves — caso único — ficam tropas de ocupação.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

O Conde de Lippe chega entrementes a Lisboa, com o Duque de Meclemburgo e um estado-maior de oficiais germânicos. Sob a sua direcção competente e esclarecida organiza-se melhor a defesa e quando os espanhóis nos fins de Julho passam o Coa, se apossam de Castelo Rodrigo e marcham sobre Almeida — prólogo de nova acção importante que visa Lisboa — as hábeis manobras ordenadas por Lippe frustram-lhes os intentos.

A 30 de Novembro estabelece-se um armistício — pois já se negoceia a paz desde os primeiros dias do mês, entre a Grã-Bretanha e os signatários do *Pacto de Família.* Em Fevereiro de 1763 conclui-se em Paris o Tratado — pelo qual a França perde o Canadá e os terrenos da margem esquerda do Mississípi, além da maioria das Antilhas e da Costa do Senegal; na Índia conserva apenas cinco entrepostos. Desastre completo, de que tem sido responsabilizado Luís XV, mas que se deve sobretudo — no claro juízo de Pedro Gaxotte — ao desabamento do princípio de autoridade. O autor de *Le siècle de Louis XV* acrescenta: — « *La discussion était partout. la subordination nulle part* ». Primeiros assomos do mal que daí a um quarto de século deflagrará com toda a sua tremenda pujança.

Em contraste, o poderio inglês avoluma-se, consolida-se. Apesar de derrubado dois anos antes, é Lorde Chatam o vencedor, com a sua política imperialista e guerreira.

Quanto a nós, atravessamos incólumes, quase sem prejuízos, mais esta tormenta internacional.

*

Das reformas pedagógicas de Carvalho pouco haverá que dizer. Exaltam-nas os seus apologistas. Infelizmente, porém, enfermam de leviana improvisação e reflectem péssimo espírito orientador.

A eliminação da Companhia de Jesus deixa um vazio imenso no campo da inteligência e do ensino. Pretende-se substituí-la dentro de um critério diametralmente oposto. Sempre o mesmo lema: imolar os Jesuítas aos Enciclopedistas. Os novos professores divulgam a *filosofia das luzes,* usam os seus métodos simplistas e ambi-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

ciosos. Se alguma coisa útil se faz para o desenvolvimento dos estudos, a maior parte das iniciativas ressente-se do vício de origem.

A correr, mencionem-se as principais fundações devidas ao Ministro de Dom José. Em 1751 encarrega a Junta do Comércio de organizar e manter a *Aula de Comércio* obrigatória para todos os guarda-livros, caixeiros e escriturários dos barcos utilizados nas relações comerciais com a Ásia ou nas grandes Companhias. Em 1761 cria o Real Colégio dos Nobres, de acordo com a sugestão feita nas *Cartas sobre a Educação da Mocidade* de Ribeiro Sanches — consagrado à preparação intelectual, física e militar dos filhos de famílias fidalgas. Em 1763 começam a funcionar as escolas anexas aos regimentos de artilharia, conforme o plano estabelecido pelo Conde de Lippe. De 1770 — ano em que Sebastião José é elevado a Marquês de Pombal — data a criação da Junta de Providência Literária, cujos objectivos consistem no exame das razões da crise atravessada pelos estudos superiores e dos remédios a pôr em prática para a sua reorganização. No ano seguinte publica a Junta as conclusões a que chegou sob a forma do famoso *Compêndio Histórico*. E já em 1772 os novos estatutos da Universidade são promulgados. Por eles se criam as Faculdades de Filosofia e de Matemática. A de Medicina amplia-se para cinco anos de curso. Outras Faculdades sofrem importantes remodelações. O Reitor Francisco de Lemos promove a fundação do Museu de História Natural, do Observatório Astronómico, da Oficina Tipográfica, do Gabinete de Física dirigido pelo italiano Domingos Vandelli. Na mesma época se dá começo ao Jardim Botânico de Coimbra, ao Museu da Academia das Ciências e ao Gabinete da Ajuda. Resolve o Marquês, também em 1772, para fazer frente a tão avultadas despesas, recorrer ao *subsídio literário* — imposto cobrado sobre vários produtos, quer no país, quer nas possessões do Ultramar.

Em tudo isto há o inegável propósito de rasgar novos caminhos e fornecer novos instrumentos ao ensino. Mas a base da empresa é errada, por tendenciosa. O *Compêndio Histórico,* de que se atribui

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

a principal autoria ao desembargador João Pereira Ramos de Azeredo, resume-se num libelo descabelado contra os métodos educativos dos Jesuítas. A Reforma Universitária deve-se também sobretudo ao mesmo desembargador — o que basta para lhe caracterizar as directrizes. Persegue-se implacàvelmente tudo quanto exprima permanência dos vestígios da Companhia de Jesus na vida intelectual e escolar, entre os professores como entre os estudantes. Queimam-se, onde se encontrem, os livros preferidos outrora pelos mestres inacianos — na ânsia de apagar tudo quanto lhes recorde ou pretenda manter algum resto de influência.

Assim conduzidas, assim alimentadas de rancor, a maioria das reformas pedagógicas estão condenadas a rápida caducidade. Apenas o Marquês desaparece vê-se quanto é frágil o monumento que pensou erguer. António Ribeiro dos Santos formula o seu juízo nesta sentença breve mas terrível : — « Que havia de fazer agora, se fez pouco no princípio, se edificou um edifício ruinoso, como havia agora de ter-se em pé ? ... ».

E o Rei ? Qual o seu papel em tudo isto ? Manda Dom José — ou Carvalho em seu nome ?

O retrato do filho de Dom João V é extremamente difícil de gravar em traços fortes e coerentes. Muitos autores se aplicam a desenhá-lo ; dir-se-á que, por fatalidade ou por divergência funda de visão, só conseguem alinhar uma série de esboços inconciliáveis. Assim, para Francisco Luís Gomes são invulgares a sua penetração e o seu discernimento ; um raro poder de autodomínio permite-lhe dissimular o que sente ; é um modelo de independência de inteligência e de rectas intenções. Este o perfil mais favorecido ... Para outro escritor — Francisco Lobo Correia de Barros — a sua ignorância dos assuntos políticos é total e escandalosa. Wraxall diz que assina tudo que lhe seja apresentado pelo Marquês. Chagas também o mostra sob a tutela de Pombal. Latino, de igual opinião, define o reinado : « ditadura exercida pelo Marquês de Pombal, encoberto

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

na purpura do Rei ». Em 1751 Stahremberg informa para Viena que Sebastião José « tudo governa qual um déspota ao sabor do seu capricho ». Em 1756 assevera, numa carta ao Padre Eckart, o Padre Malagrida : — « Pombal ... é aqui o senhor do Reino e do Rei ». Inúmeros os depoimentos no mesmo sentido, das mais variadas origens. Até já depois da morte de Dom José a Rainha viúva Dona Mariana Vitória o dá a entender em conversa com o Embaixador de Espanha, Marquês de Almodovar. Lamenta mesmo « *que obscureciese la memoria que merecian las buenas qualidades del Rey su marido el haverse fiado tanto del Marques de Pombal, cuio arte de persuadir era tal que aun a S. M. misma la hizo titubear à veces en el tiempo que governó* ». Teria pois razão Almeida Silvano ao classificar Dom José de « Real nulidade » ? Tal juízo peca por demasiado severo. Quando Sebastião José ascende ao Poder, o Soberano escolhe-o para lhe servir os intentos. Embora haja entre ambos alguns ligeiros choques — nunca lhe retira a confiança : é porque os seus intentos são bem servidos. Por isso João Lúcio de Azevedo chama a Dom José « enigmática figura de Rei, acerca de quem não pôde a História ainda assegurar se foi realmente um tirano consciente e sanguinário, como deu a entender o seu valido, ou apenas maleável intriguista nas mãos dele ».

As presunções acumulam-se para nos descobrir a imagem de uma pessoa que forma e leva por diante um desígnio tenaz. Se o não efectiva por si, constantemente apoia e fortalece o homem que se revela capaz de efectivá-lo contra tudo, contra todos, sem hesitar frente a quaisquer escrúpulos ou obstáculos. « Cair Sebastião José ? Só quando o Rei morrer ! » — exclama Dona Maria Ana de Áustria. Significa isto afinal que Dom José não cede na execução do programa traçado. Sustentar Pombal é persistir numa orientação bem expressa, vigorosa, porventura desumana — mas que não varia até o fim.

Na introdução ao tomo oitavo do *Quadro Elementar* fala peremptòriamente o Visconde de Santarém : — « Era este Soberano muito cioso da sua autoridade, e negócio algum importante se decidia sem o seu consentimento ». Mais de uma vez se registam

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

intervenções suas a contrariar os pontos de vista do Ministro: em 1769, por exemplo, quando, no Conselho, repele as insinuações do Cardeal da Cunha (então dócil agente de Carvalho) e defende o Infante Dom Pedro, seu irmão, acusado por aquele pérfido estadista de mandante da estranha agressão de Vila Viçosa; em 1776, quando impõe contra a vontade de Pombal que o Cardeal Saldanha, Patriarca de Lisboa, tenha, na frase de Soriano, «um funeral pomposo». Estas e outras observações levam a admitir que, embora não possa o Marquês ser tido como simples e passivo executante, haverá certos visos de verdade na desculpa tão insistentemente repetida por ele, ao serem-lhe pedidas contas da sua acção governativa, de que nada fez senão obedecer às régias ordens. «El-Rei mandou» — usa como estribilho. Chega a insinuar ter tentado pesar no ânimo do Soberano, incliná-lo à benignidade e à moderação — sem coragem suficiente, contudo, para se opor ao arbítrio de Dom José, numa fiel observância daquela máxima rígida que, já afastado do poder, repete em carta para o Morgado de Oliveira, seu genro: — «Nem toca ao criado pedir a seu amo a razão do que lhe ordena».

Haverá aqui exagero? Pombal exerce incontestàvelmente o mando — com ardor, com volúpia, com férrea e desapiedada energia. Para aumentar o seu valimento junto do Monarca isola-o quanto possível, afasta os mais sinceros e ponderados servidores, faz sentir uma pressão tirânica.

Mas o Rei consente. Está longe de ser o dócil autómato que tantos imaginam. Sabe-se da sua aversão à Companhia de Jesus — que, segundo afirma a Rainha-mãe em 1754, «não vê com bons olhos». Logo, decerto aprova a campanha persistente do Ministro contra a Ordem de Loiola. A sua aversão aos Távoras não é menos conhecida. Um autor liberal, Pinheiro Chagas, assegura que existem ordens terminantes de Dom José a Carvalho a recomendar-lhe a máxima severidade para com aquela família — «e na escolha dos condenados aos ultimos suplicios reconhecem-se principalmente as antipatias pessoais do Soberano». No final, como sinal de pública

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

aprovação, premeia com o título de Conde de Oeiras o fiel executor dos seus desejos. Pombal, na realidade, só cai *virtualmente* quando o Rei, já no derradeiro período da doença, fraco, atormentado, se nega a si próprio, se arrepende, esboça o *mea-culpa ;* e só cai *de facto* quando Dom José cessa de existir.

Onde levam estes raciocínios ? A uma conclusão dupla : Dom José é em parte mandante, e sempre co-responsável, do Ministro ; com isto fica um tanto aliviado Sebastião José dos seus delitos, mas fica também reduzido na grandiosa estatura que os seus fanáticos teimam em atribuir-lhe.

*

Que julgamento pronunciar hoje — quase dois séculos depois — sobre o papel histórico do Rei e do Ditador ?

Em primeiro lugar, faça-se a ambos a justiça de reconhecer que ambicionam elevar à maior altitude o poder monárquico. O modelo que, à semelhança do de Colbert no domínio da economia, mais fascina Pombal no domínio da política, é o de Richelieu. Bem o descortina Francisco Luís Gomes : — « *Il voulait faire en Portugal ce que Richelieu avait fait en France, ce que Thomas Wentworth avait tenté en Angleterre. Il pensait à rendre le pouvoir royal ferme, fort, unique et absolu en l'émancipant de toutes les tutelles et de toutes les influences, en l'affranchissant de tous les contrôles et en l'isolant de tous les entourages. Il ne souffrait l'aristocratie que comme un moyen de donner de l'éclat et de la force à la royauté et pour la servir loyalement ; il ne voulait le clergé que pour remplir ses fonctions divines, sans jamais se mêler des affaires mondaines. Son système se résumait en ceci : l'État, c'est le roi ; le roi, c'est l'État* ». Daí os golpes dirigidos contra a Nobreza e contra a Companhia de Jesus. Daí a preocupação de erguer o nível de instrução e de aptidão da burguesia, não por amor dela mas para a elevar ao mesmo plano das outras classes (até então privilegiadas) — e as colocar todas à mesma distância, incomensurável, da Realeza proeminente. Tendência geral dos Reis-filósofos ou déspotas esclarecidos : hipertrofiar a régia função, por um lado ; por outro, alargar certas regalias a zonas

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

sociais quase ignoradas ou desprezadas, sem todavia as libertar da servidão essencial.

Isto significa o desconhecimento ou o repúdio do verdadeiro papel do chefe de um Estado Monárquico, tal qual a boa tradição portuguesa o define e consolida numa feliz harmonia de séculos. O Rei é então figura tutelar, paternal, *arbitral* — que, em vez de oprimir os súbditos, lhes assegura o benefício de uma autoridade suave, distribuidora de liberdades e de justiça. Assim o apresenta a Monarquia medieva — orgânica e temperada — através da sua jerarquia. Como frisa Chesterton, tem tão pouca importância chamar *servos* aos cidadãos dessa época — como chamar *cidadãos* aos servos de hoje ...

Mas a Monarquia medieva é informada pelo espírito cristão. Consagra-se ao *serviço de Deus*. Essa alta finalidade comanda a sua estrutura e o seu funcionamento, ordena e escala, na mira de objectivos transcendentes, as relações entre os grupos e os homens. À medida que os modelos neo-romanos do Renascimento e as teses dos protestantes germânicos abrem caminho e adquirem preponderância, perde-se de vista a autêntica fisionomia do soberano medievo e apenas se considera o aspecto formal, a omnipotência rígida, do tirano moderno. Na *Dedução Chronologica*, publicada sob a autoria fictícia de José de Seabra da Silva mas que há muitas razões para supor do próprio punho do Ministro, condensa-se em fórmulas duras este conceito: os Reis, «juízes soberanos da riqueza e da fortuna dos seus vassalos», são os detentores do «supremo poder» e fazem as leis e derrogam-nas «quando bem lhes parece». Contra eles, não há «mais recurso que o do sofrimento». A representação dos organismos sociais perante a Coroa atenua-se — até praticamente desaparecer. E fica um poder total, absorvente, despótico — sobre a vaga massa de seres oprimidos e genuflexos. É o que se pode intitular *Monarquia da tábua rasa*.

Com Dom João V, o Absolutismo do tipo do Século XVIII — que chega a incluir a divinização do Monarca — afirma-se, mas

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

ainda mitigado por vários freios. O *Magnânimo*, que atende e escuta directamente o povo, mantém a feição paternalista da realeza medieval, alicerçada no amor dos vassalos. Dom José e Pombal transformam tudo. Privado já do apoio de uma nobreza decapitada e da assistência e do conselho de um clero diminuído, o soberano toma um contorno distante e cruel de faraó, deixa de ter em redor a viva e sincera popularidade de outrora. Acabam aqueles diálogos tocantes, íntimos e afectuosos, entre o chefe e a grei de que já houve ocasião de referir diversos exemplos.

No seu estilo retórico, Latino Coelho descreve exactamente o fenómeno, ao mostrar-nos a Monarquia desprendida « de todos os laços populares » e ao prosseguir : — « o poder absoluto, esquecidas as tradições da sua idade mais florente, oprimia a liberdade sem que resgatasse pela glória a audácia das suas usurpações ». Tanto o *Reformador* como o seu Ministro parece só conhecerem e admirarem a *Monarquia da tábua rasa*. Ignoram a arquitectura natural das sociedades — constituídas por uma sucessão de organismos em escala ascendente. Vêem apenas este díptico : numa face, o Rei, senhor do mando supremo, abstracto, longínquo, frio como um símbolo — na outra face, a poeira dos indivíduos equivalentes, indiferenciados, a igual distância, como extensa planura de zeros. Por isso o Marquês, suposto paladino do Absolutismo, se transforma — segundo a vigorosa legenda de António Sardinha — no *batedor da Revolução* individualista.

Espanta-se João Lúcio de Azevedo por ver metamorfoseado « o torvo déspota em corifeu da liberdade ». Ingénuo espanto, o seu ! Nada surpreende o coro entusiástico que dos arraiais da liberal-democracia saúda e consagra a obra de Pombal. A sua Monarquia, a *Monarquia da tábua rasa*, é o primeiro passo no imenso desvio histórico mais tarde levado às consequências extremas durante o Século XIX e o primeiro quartel deste Século. Quando destrói os fundamentos do Estado Português à maneira da foice evocada por Faguet — que corta as hastes mais altas — o ditador prepara o

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

terreno aos revolucionários de cinquenta anos depois. O reedificador de Lisboa — honroso título só merecido em parte — é um dos maiores demolidores do Portugal histórico. Embora erga alguns belos edifícios e trace algumas artérias citadinas — na substância viva da Nação o seu terramoto resulta não menos catastrófico que o de 1755.

Sebastião José tem todo o direito a ser celebrado pelos mais representativos porta-vozes das ideologias contrárias à Tradição portuguesa. Latino Coelho compara-o, num curioso paralelo, não tanto a Richelieu, como ele desejaria, mas a Danton, a Robespierre, a Fouquier-Tinville, às vedetas mais salientes da Revolução Francesa. Nas festas do centenário pombalino, em 1882, os membros da suspeita comissão de estudantes promotora das homenagens apelidam-no de « precursor da revolução moderna ». Pinheiro Chagas descobre nele um melhor arauto de 89 do que, em França, Turgot e Malesherbes ; e acentua : — « Mousinho da Silveira não fez mais do que continuar a sua obra ... A revolução de 1820 e os fundadores da Carta Constitucional não tinham senão que desenvolver os gérmens lançados à terra pelo Marquez de Pombal ». Camilo resume, em termos claros e ácidos : — « a palavra sintética *Jesuíta* e o símbolo da queda da teocracia, individualizado no Marquês de Pombal, são o vitalismo das três gerações que se tem sucedido nas avançadas militantes da liberdade ». E Pedro de Azevedo observa, no prefácio ao *Processo dos Távoras :* — « ainda hoje a glorificação do Marquês é um credo político, em alguns pontos justificado ».

O mais justificado possível. Todos quantos vêm depois, a implantar entre nós ideias e instituições estrangeiras e a liquidar as últimas resistências do Portugal tradicional — têm para com Dom José e Carvalho uma dívida enorme. De comum acordo, ambos efectuaram o divórcio da realeza e da nação. Ambos impuseram ao liberalismo nascente o selo de impiedade, de ódio religioso, de insurreição *satânica* — para empregar a palavra-estigma de José de Maistre — que o marcará depois, na centúria funesta.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Os inimigos do *Reformador* e de Pombal estendem-se habitualmente sobre a *lenda negra* do reinado — demoram-se a descrever-nos as bárbaras execuções dos Távoras, do Padre Malagrida, de João Baptista Peele e o desumano incêndio em que sucumbem os desgraçados marítimos da Trafaria. É certo ser a crueldade uma das facetas salientes do carácter do Ministro de Dom José. É certo nada ter feito o Rei para a limitar. É certo que Latino pôde escrever, com indignação: — « Não sabe a critica ás vezes decidir se a vingança ou a razão de Estado tiveram a maior parte nas suas inexoráveis decisões ». Ao que parece, uma e outra presidem às violências cometidas neste período. Mas há que reflectir em que, se « o carrasco foi sempre o grande meio de governo do enérgico mas terrivel ministro » (reconhece-o o seu apologista Pinheiro Chagas), — numerosos governantes da época, investidos de um poder discricionário, vivem dentro da mesma engrenagem tríplice: a razão de Estado como pretexto, a vingança como secreto móbil, o carrasco como executor. Dom José e Pombal fazem o que os outros fazem à sua volta; nada mais. Prescinda-se, pois, da *lenda negra.* Para julgar os dois protagonistas deste dramático e sombrio lance da nossa História esqueçam-se os atropelos episódicos e olhe-se ùnicamente à obra essencial: a destruição da Monarquia tradicional portuguesa e o estabelecimento, em seu lugar, da pré-revolucionária *Monarquia da tábua rasa.*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

MAUS VENTOS SOPRAM DE FRANÇA

SEGUNDO testemunham os contemporâneos, apenas informado da morte de Dom José — que implica a morte política de Pombal — expande-se o povo português em inequívocas demonstrações de júbilo. Duas décadas de tensão e despotismo acumularam grandes cóleras e ressentimentos; compreende-se a urgência de seguir por caminhos opostos. A isto chama o vulgo, num termo pitoresco, a *viradeira*. Reacção natural de um organismo que seis séculos modelaram, afinaram, consolidaram — e não pode respirar dentro da brutal rasoira das opressivas reformas pombalinas. As instituições tradicionais querem ser chamadas de novo à vida; só assim será respeitada e estimulada a própria vida da Nação.

A Rainha Dona Maria I, que sucede a seu pai, falecido a 24 de Fevereiro de 1777, reúne todas as qualidades — mais: todas as virtudes — para do alto do trono presidir à vasta e melindrosa obra necessária. Que fica do longo consulado de Sebastião José? Um monte de ruínas. Porque as suas ideias condutoras eram nocivas e falsas; porque os processos que usou eram frequentemente iníquos — quase nada daquilo que fez possui condições de duração, de esta-

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

bilidade, de viabilidade. Contra os efeitos da sua ideologia abstracta e da sua vontade tirânica — revolta-se a natureza das coisas. Um rumo se oferece: arrepiar caminho e, dentro do possível, sob outros signos mais certos e mais justos, demolir o muito que tem de ser demolido, conservar alguma coisa do que mereça ser conservado. Trabalho dificílimo. Trabalho de prudência e de inteligência. A ele se consagra a filha de Dom José — auxiliada por seu marido e tio Dom Pedro III (irmão do *Reformador*) e por um grupo de colaboradores dedicados e honestos.

Dona Maria I, pelo seu feitio, impõe-se ao respeito geral. « Foi sempre melancólica, pensativa, reservada. » — escreve o seu mais competente e minucioso biógrafo, Caetano Beirão. « Porventura pressentia o peso do espinhoso encargo que havia de vir a herdar. Como aliava ao seu ar tímido uma expressão de bondade, e a revelação espontânea do seu claro entendimento, fazia-se respeitada e amada de quantos a conheciam ». Semelhantemente a descreve Fortunato de Almeida: — « Dona Maria I, senhora de nobre e magestosa figura, conciliava admiràvelmenae a distinção e a bondade. Parecia nascida para mandar — diz Beckord — mas ao mesmo tempo para fazer aquela autoridade mais querida do que temida. A gentileza era temperada pela afabilidade; e a mesma delicadeza que a fazia tão dedicada a Dom Pedro, para em tudo lhe ser agradável, e à Rainha-Mãe, para lhe seguir os conselhos, a tornava benevolente para todos os que dela se acercavam. Era inteligente e circunspecta, por vezes tímida e incapaz de fazer pesar demasiadamente a sua autoridade na balança das discussões. Muito piedosa, muito dada às práticas da religião, respeitava no clero o oráculo da vontade divina ».

Este último traço — em que aliás Dona Maria se assemelha a todas as senhoras da melhor estirpe da sua época — tem sido o único explorado por escritores positivistas e liberais, ansiosos por lhe deprimir a excelsa figura. Uns dos mais representativos da primeira espécie, Oliveira Martins, chama-lhe, com a desenvoltura habitual, « mulher virtuosa, sim, mas também a maior beata que a educação jesuíta creara no decurso de três séculos ». Flagrante amostra da lamentável

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

obcecação jesuitófoba do poderoso estilista e evocador. A « piedade sólida » a que muito justamente alude José Agostinho de Macedo parece-lhe apenas cerrada e fanática *beatice !* Mais verídico se mostra Frei João da Expectação, autor de um *Elogio Fúnebre* de D. Maria, ao pintar a Rainha « piedosa sem hipocrisia, caritativa sem vanglória ; verdadeiramente devota » ... e ao reconhecer-lhe « exactamente as virtudes que são o ornamento de uma Monarcha Christã ». Mas uma perfeita « Monarcha Christã » representa para a irreverência do Século XIX fenómeno inconcebível, inadmissível. Responde muito bem Caetano Beirão, quando se refere a certos estrangeiros contemporâneos de Dona Maria que enfermam do mesmo espírito acatólico ou anticatólico : — « A verdade é que, de toda a sua biografia até à loucura, não se conhece um só traço pelo qual se possa apodar o seu religiosismo de superstição, e em toda a história do seu reinado não se nos depara um acto sequer que nos habilite a aceitar a afirmativa de que a felicidade do povo português tivesse sido prejudicada pela excessiva devoção da Soberana. A sua fé viva, servida por uma inteligência ilustrada, antes foi estímulo de belos empreendimentos. Parecendo ir ao encontro de tais acusações, afirmou um seu panegirista : — « Respeita Vossa Magestade a Igreja, mas sem perder os direitos de Soberania ; porq. V. Magestade não confunde o que se deve a Deus com o que Deus quis que se devesse a V. Magestade ». De facto, no governo da *Piedosa* nunca pesa desfavoràvelmente o ardor da sua fé. E é fácil dar já um impressionante exemplo.

Mais de uma vez Dona Maria depara no seu caminho a inimizade, mesmo a hostilidade, de Pombal. E mais de uma vez tem a coragem de se manifestar contrária ao omnipotente Ministro. Com vinte e três anos apenas, quando das crudelíssimas execuções do Duque de Aveiro e dos Távoras, não vacila em lamentar-lhes, segundo Wraxall, « a sorte não merecida ». Por ocasião da tentativa de Carvalho para fazer desterrar o Infante Dom Pedro — ao que assevera Gramosa — é a intervenção de Dona Mariana Vitória e das filhas, entre as quais Dona Maria ocupa o primeiro lugar, que determina o seu malogro. Além disto o Marquês acumula obstáculos

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

para impedir os casamentos projectados da Princesa: quer com o Infante Dom Luís de Espanha, irmão de Carlos III, que Diogo de Mendonça Corte Real favorece até ver por isso consumada a sua desgraça; quer com o Duque de Cumberland, filho de Jorge II, hipótese que chega a provocar ameaças graves por parte da Espanha; quer com D. João Carlos de Bragança, depois Duque de Lafões, castigado de tal delito com o exílio em Viena de Áustria durante vinte anos; quer com seu tio o Infante Dom Pedro, que o ditador procura impedir até à última, sob todos os pretextos e a que só se resigna quando não lhe é já possível manter a oposição. Afirma o Conde de Merle ter Sebastião João como candidato um dos filhos naturais de Dom João V conhecidos por «Meninos da Palhavã», Dom António, que o adula e promete ser-lhe nas mãos fácil joguete. Enfim, caso se dê por certo haver o ditador pensado mais tarde em excluir a Princesa do Brasil da sucessão do trono, para a atribuir ao Príncipe Dom José, filho da *Piedosa,* — visto supô-lo, com razão ou sem ela, dócil à sua influência — é a própria vítima da conjura quem, moderada mas eficazmente, faz ver ao pai os direitos que lhe assistem e o demove de tão escandaloso e arbitrário propósito.

Não há portanto dúvidas acerca dos sentimentos, bem explicáveis, de antipatia e discordância alimentados por Dona Maria em relação ao Marquês. No entanto, quando chega a altura da *viradeira,* quando, do trono a que legìtimamente sobe, pode fulminar com a sua cólera o tirano derrubado — prefere dar edificante prova de misericórdia. Carvalho, que já antes diligenciou retirar-se, pede a demissão de todos os cargos mal Dona Maria cinge a Coroa. Aceita-lhe o pedido mas conserva-lhe os honorários de ministro e consente-lhe que fixe residência na sua quinta de Pombal. Forçada pelas reclamações dos inimigos faz-lhe mover um processo cujo epílogo se formula no decreto de 16 de Agosto de 1781: o réu é considerado «merecedor de um exemplar castigo». Condenação meramente simbólica, pois a Soberana dispensa as penas corporais e ordena apenas que o Marquês se conserve a vinte léguas da Corte. Deste modo o protege e defende de odientas represálias. Mercê da indulgência

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

régia morre em paz na sua casa, cercado da família — alguns membros da qual nem sequer perdem as altas posições e funções no Paço.

Acção bem própria da perfeita «Monarcha Christã» celebrada por Frei João da Expectação. Aqui a surpreendemos tal qual é: «piedosa sem hipocrisia, caritativa sem vanglória». Se a fé religiosa lhe não desse forças para perdoar ao maior, talvez, dos seus inimigos, é lícito perguntar: que trágico fim teria sido o do Marquês de Pombal?

*

Em todos os domínios as providências do novo governo se revelam prontas e acertadas.

Primeiro, na reparação das violências e abusos do despotismo pombalino. Abertas as prisões, delas saem centenas e centenas de figuras patéticas, reduzidas por sofrimentos, privações, humilhações sem conta à condição de espectros de si mesmas. Toda essa gente vem testemunhar a desumanidade dos tratos recebidos e gritar por vingança. Há que atender de algum modo tão eloquentes brados. Os nobres ainda encarcerados como pretensos cúmplices do atentado contra o *Reformador* negam-se a voltar à vida normal sem o público reconhecimento da sua inocência. Faculta-se pois ao Marquês de Alorna, a Nuno Gaspar de Távora, a Miguel de Távora, a José de Távora a revisão do processo — que os iliba de todas as culpas. São libertados também os «Meninos de Palhavã», reclusos no Buçaco desde 1760. D. João Carlos de Bragança, Duque de Lafões, regressa à pátria.

Reverso da medalha: certas pessoas que foram distinguidas pelo favor de Carvalho sofrem várias punições. Assim sucede ao Abade de Alcobaça, Frei Manuel de Mendonça, homem de péssima conduta, alcoviteiro de amores freiráticos, saqueador de conventos entregues à sua jurisdição — encarcerado por ordem do Núncio em Lisboa; a Soror Madalena de Mendonça, Prioresa do Convento de Santa Joana de Aveiro e irmã de Pombal — alvo de idêntica pena;

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

a Frei José de Mansilha, criatura de muitos negócios e poucos escrúpulos — igualmente colocado sob boa guarda.

Mencione-se ainda, dentro dos quadros da obra reparadora de Dona Maria, a reabilitação das memórias do Visconde de Vila Nova da Cerveira e dos Távoras justiçados em Belém. O Conde de São Lourenço também retoma lugar na Corte e o Rei fá-lo gentil-homem da sua Câmara. Data ainda dos primórdios do reinado a nova Concordata assinada com a Santa Sé a 20 de Julho de 1778, que suprime as características regalistas da época anterior. « O Estado português », assinala Caetano Beirão, « reconciliava-se com Deus. Havia também que reconciliá-lo com a Nação. Encerrado o período do despotismo, urgia reconduzir o trono às suas normas tradicionais ». Essas normas podem reduzir-se a um lema simples, que é sem dúvida o da *Piedosa* e dos seus colaboradores : *serviço do bem comum.*

*

Os ministros de Dona Maria — que os apologistas de Pombal habitualmente deprimem para estabelecer contraste favorável ao seu ídolo — dão excelentes provas de zelo e de equilíbrio. D. Pedro José de Noronha, Conde de Vila Verde e Marquês de Angeja, inteligente e culto, é feito Ministro assistente ao despacho, Presidente do Real Erário e Capitão General dos galeões de alto bordo. A sua administração, muito censurada e até caluniada, revela-se fecunda em benefícios. Encontra um estado de coisas desastroso — fruto da incúria e da prodigalidade pombalinas. Dentro do possível, melhora a balança do nosso comércio, faz reafluir capitais à Bolsa de Lisboa, consegue aumentar as disponibilidades do Tesouro Público.

O Visconde de Vila Nova da Cerveira, D. Tomás Xavier Teles da Silva e Vasconcelos, Primeiro-Ministro do Reino, depois sucessor do Marquês de Angeja nos seus elevados cargos, é pessoa de apreciáveis qualidades morais e erudito reputado.

Quanto a Martinho de Melo e Castro, que fez parte do último Gabinete de Dom José e a cada passo exerceu a sua livre crítica em franca discordância com as iniciativas do Marquês, mantém-se

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

como Ministro e Secretário de Estado da Marinha e dos Negócios do Ultramar. Notabilíssima a acção que desenvolve em ambos os domínios; à sua energia como à sua persistência se deve o aumento considerável das nossas forças militares e navais — então reduzidas a triste mediocridade.

Outro ministro que transita: Aires de Sá e Melo, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Vulto sem relevo, apenas conhecido pela extrema devoção e pela incontestável probidade, pouca lembrança deixa de si. Martinho de Melo intervém com frequência nos seus domínios e neles deixa luminoso rastro.

Exterior ao elenco governativo, há que citar o régio confessor Frei Inácio de São Caetano, depois Arcebispo titular de Tessalonica, muito escutado por Dona Maria. Na Corte preciosa e mesureira da época vinca pitoresca, original imagem de plebeu rude, sincero, jovial, refractário a hipocrisias cortesãs, ao mesmo tempo cheio de rectidão e de largos conhecimentos. Tudo isto faz com que a Soberana o nomeie Inquisidor-Geral e quase o force depois a assumir as funções de Ministro assistente ao despacho. « *Honest hearted, kind old man* » chama-lhe Beckford, um dos autores que melhor o conheceram e por isso vivamente o elogiaram.

Sob a direcção atenta e suave da Rainha este grupo de homens realiza obra valiosa, de que basta enumerar a correr alguns aspectos salientes.

No campo da Economia, do Fomento, da Indústria, do Comércio, depois de extintas as Companhias privilegiadas do Grão Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba e de cerceados os privilégios da Companhia das Vinhas do Alto Douro, são tomadas importantes medidas. Acelera-se a reconstrução de Lisboa; avoluma-se a exportação de algodão; firma-se o Tratado Comercial com a Rússia, de grande alcance para a saída de numerosos produtos; cria-se a Junta de Administração de todas as Fábricas deste Reino e Águas Livres, para favorecer o aperfeiçoamento das manufacturas; isentam-se de direitos de entrada no país várias matérias-primas; estimulam-se diversas indústrias, como as de chapéus, cambraias, pentes de marfim, estampagem de tecidos, lacre, papéis pintados, resina, vernizes,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

lanifícios; reorganiza-se a Real Fábrica das Sedas; constroem-se novas estradas e abrem-se novos canais; assinala-se a costa com numerosos faróis; alargam-se as atribuições da Junta do Comércio, transformada em Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. E isto é pequena amostra da imensa e multiforme actividade desenvolvida em tantos sectores.

No que toca à defesa nacional, efectua-se a larga reforma do Exército, sobretudo devida ao Duque de Lafões: amplia-se para dez anos o serviço militar obrigatório; cria-se a Academia Real de Fortificações, Artilharia e Desenho, donde nascerão a Escola Militar e o Colégio da Luz. A Marinha tem também a sua Real Academia; institui-se a Companhia dos Guardas Marinhas com um esboço de escola privativa; armam-se melhor os barcos de guerra; constroem-se no Arsenal de Lisboa novas e óptimas unidades navais, semelhantes às mais perfeitas existentes no estrangeiro.

No campo legislativo, promove-se a codificação de diplomas dispersos por meio da Junta de Revisão do Novo Código; restabelece-se o Tribunal da Relação de Goa; acaba-se com o sinistro Tribunal da Inconfidência; reduz-se o «segredo» para os delinquentes a um máximo de cinco dias — humanitária inovação.

No campo da cultura, os esforços conjugados do Duque de Lafões e do Abade José Correia da Serra objectivam-se no aparecimento de uma agremiação intelectual de primeiro plano, a Academia Real das Ciências, que logo produz trabalhos de valor; espalham-se escolas por todo o país; actualizam-se e estimulam-se o ensino universitário e o das artes plásticas; enviam-se importantes missões científicas ao Ultramar — como as de Alexandre Rodrigues ao Brasil; de Galvão da Silva e Ângelo Donati a Moçambique e Angola; de João da Silva Feijó a Cabo Verde; de Frei João de Sousa a Argel. Enfim, o Intendente Diogo Inácio de Pina Manique, a par de outros actos que o tornam credor, no mais alto grau, do reconhecimento nacional, funda esse admirável organismo de assistência e de instrução: a Casa Pia de Lisboa. Acarinhada pela bondosa protecção da Rainha e vivificada pela actividade organizadora de Pina Manique, o incremento tomado pela Casa Pia quase

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

faz pensar numa espécie de Universidade Popular (com seus cursos de ofícios, de primeira letras, de gramática latina, das principais línguas vivas, de matemática, de farmácia, de anatomia especulativa); ao mesmo tempo, é recolhimento de crianças e de órfãos, casa de correcção para ambos os sexos, centro de caridade. E mantém no estrangeiro vários colégios — em Edimburgo, um para Obstetrícia, Medicina e Cirurgia; em Roma, um para as Belas Artes; na Dinamarca, um para a Obstetrícia. Pina Manique também toma úteis providências em matéria de agricultura e policiamento e dota a capital com uma iluminação ainda modesta, mas saudada então como progresso marcante.

E tudo isto — recorda oportunamente Alfredo Pimenta — « sem ter que violentar a Nação, e levantar forcas e armar cadafalsos, e encher enxóvias, e expulsar os jesuítas, e perseguir a nobreza, e chacinar a plebe ». Tudo isto com brandura e equidade modelares. Nota-se sobretudo o propósito sincero de voltar aos antigos rumos da demofilia medieval, caracterizada pela defesa e protecção das classes populares — que vêem outra vez elevado o nível da vida, diminuído o peso dos impostos, garantidos os legítimos direitos.

A *Monarquia da tábua rasa* usurpou o lugar do harmonioso Estado tradicional. No desenrolar da sua actividade governativa Dona Maria procura reerguer o secular edifício da nação organizada, abatido pelo Marquês. Descreve um Memorial francês contemporâneo as audiências populares de Dom João V. Fácil é recompor o quadro: o *Magnânimo*, apesar da pompa que habitualmente o cerca, escuta as vozes francas e os directos apelos da gente humilde de Portugal. Atende-a. Acarinha-a. À semelhança dos primeiros soberanos, dispensa-lhe amorável justiça. No tempo de Dom José, metamorfose completa. Doente de receios e desconfianças, o Rei afasta-se cada vez mais do povo até receber pouquíssimas pessoas, filtradas pelos esbirros de Sebastião José, sob a protecção de uma grade tão ridícula como supérflua. Dona Maria reata o costume das audiências populares. Primeiro, são às terças de manhã; depois, às terças e quintas. « Toda a gente era admitida a elas, estabelecendo-se assim um grande contacto entre a Monarca e a gente

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

popular», conta José Bonifácio, «e quanto mais humildes e desvalidos eram os que pediam audiência, com tanto mais gosto a Rainha ouvia as suas petições e respondia aos seus queixumes».

Eis como nos aparece o reinado de Dona Maria I: sem deixar de ter em conta as legítimas exigências do progresso normal — uma bela tentativa de *restauração tradicionalista*. O que equivale a dizer que procura devolver ao país as suas velhas e autênticas liberdades, condicionadas por uma autoridade benigna, embora firme. Depois do parêntesis arbitrário e estrangeirado do reformismo pombalino — avesso à índole profunda da nação — dá-nos outra vez um governo equânime, apto a curar as feridas abertas no período antecedente. E é de supor que, se a decomposição do mundo antigo se não acelerasse já por toda a parte, num ritmo tal que terá de arrastar o pequeno Portugal europeu — a virtuosa e digníssima Soberana, em quem uma fé viva só representa factor a mais de compreensão e de simpatia para com a genuína massa portuguesa, conseguisse restituir-nos aos caminhos da saúde e do equilíbrio.

*

O combate é, porém, contra forças desmedidas. Chega-se à fase crítica de uma evolução que há muito se arrasta, com sua origem nas revoltas individualistas do Renascimento (de feição política, literária, estética) e do Protestantismo (de feição religiosa), já sensível no empirismo de Bacon e no racionalismo de Descartes, acentuada ainda pela «filosofia das luzes» e pela crescente propaganda liberal-democrática, da qual a Maçonaria é o mais activo agente. De Voltaire a Montesquieu, de Diderot a Rousseau — para citar apenas alguns nomes bem conhecidos — os autores predominantes aplicam-se a minar os fundamentos em que repousam as consciências e as sociedades. Entre 1751 e 1772 publica-se a famosa *Enciclopédia*, colaborada por d'Alembert, Voltaire, Montesquieu, Duclos, Marmontel, Helvétius, Raynal, Turgot, Necker, muitos mais — sem falar dos filósofos deterministas e materialistas: d'Holbach, Condillac, Mably, Condorcet. Na expressão de Lanson, é a

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Summa da Filosofia Racionalista — que procura vulgarizar e conduzir aos mais diferentes meios. Reúne contra o inimigo comum todas as ideias e aspirações em voga, enumeradas pelo historiador Pedro Gaxotte: crítica da Monarquia e dos seus sustentáculos intelectuais; ateísmo e sensualismo; elogio do Século XVIII considerado como Século das «luzes» e do progresso; liberalismo económico; desprezo da civilização; apologia de um presumido estado de natureza dentro de cuja idílica harmonia os homens seriam iguais em direitos e em fortunas; estudo minucioso e abundante das máquinas e dos ofícios técnicos. Nem sempre se entendem entre si os utopistas e corifeus da filosofia revolucionária. Rousseau, por exemplo, tem polémicas frequentes com os Enciclopedistas. Mas todos se aliam na empresa destrutiva a que lançaram ombros.

A sementeira não tarda a dar frutos. Um dos mais evidentes é a multiplicação das «lojas» maçónicas. Pouco tarda que a Franco-Maçonaria — «formidável engenho de destruição social» — esteja perfeitamente organizada. Os vários ritos fundem-se sob a hegemonia do Grande-Oriente; o Grão-Mestrado passa do Conde de Clermont, Luís de Bourbon-Condé, ao Duque de Chartres, mais tarde Duque de Orléans — futuro *Philippe-Égalité*. À volta de quinhentas «lojas» funcionam em 1771; doze anos corridos já sobem ao número de oitocentas e a décima parte nos regimentos...

Gasc-Desfossés, que fornece estes pormenores, resume assim a magna ofensiva: — «*Le mouvement philosophique du XVIII ème siècle n'a été que la manifestation la plus aigüe et la plus active de la conjuration conte le Christianisme et la Société, qui chemine par des voies différentes, l'une cachée dans les Loges, l'autre apparente et même affichée dans les salons; en 1789 les deux courants se réunissent en un confluent, où se forme un torrent irrésistible qui va tout emporter sur son passage*».

Um dos grandes títulos de Dona Maria I e dos seus Ministros à gratidão do país é justamente o que mais intensa hostilidade lhes rende por parte dos panfletários liberais: a barreira que pro-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

curam erguer ao contágio das ideias ímpias e subversivas. Nesse momento avulta a figura de Diogo Inácio de Pina Manique, cuja personalidade se ergue a um plano quase heróico na luta incessante contra os mil agentes e propagandistas do credo revolucionário — a alastrar de Paris sobre a Europa inteira. À invasão das toxinas opõe o Intendente vontade tenaz e coragem inexcedível. Acusam-no por vezes de excessiva dureza repressiva. Esquecem o atrevimento a que chegam os franceses residentes em Portugal. «Discorriam alguns deles pelas praças», informa o liberalíssimo Latino Coelho, «e clamavam nos cafés e lugares públicos, anunciando e predizendo — o que havia de tornar-se verdadeiro — que a França, já liberta da antiga servidão, seria quem havia de reintegrar os outros povos nos seus foros de homens livres, rompendo os grilhões em que os prendia a realeza absoluta». Descontada a ênfase literária deste apologista das doutrinas de 89, vê-se bem a que desenfreados abusos responde a vigilância atenta de Pina Manique. Como usar processos tímidos e moderados quando na sua frente depara os primeiros arautos da feroz anarquia popular, ansiosa pelo saque e pela matança, de que Paris lhes oferece já exemplos excitantes e promissores? Um dia — para mencionar, entre muitos, certo episódio elucidativo — os marujos de um barco francês retido no Tejo desfilam nas ruas de Belém e lançam gritos provocadores, ao som do hino dos *sans-culottes*. Isto nos domínios da Rainha Fidelíssima, como insulto flagrante à soberania nacional e aos princípios católicos e monárquicos porque nos regemos.

De um lado, Manique, firme intrépido, obstinado no desempenho de funções dia a dia mais árduas; do outro, as sociedades secretas e os emissários clandestinos — Gilles, Origny, José Bálsamo, — a tecer uma rede insidiosa, a perverter os ânimos, a espalhar fermentos de rebeldia. Também aqui, ainda no dizer de Latino Coelho, as «oficinas de pedreiros livres» pululam, enxameiam pelo país. E o autor da *Historia Politica e Militar* deixa escapar esta frase nítida: — «É a Maçonaria por índole expansiva e conquistadora» ...

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Bem o sabe o Intendente — bem sabe que atrás da conjura maçónica está a perdição de Portugal, das suas liberdades, das suas características tradicionais, da sua alma de Povo crente e ordeiro. Por isso lhe faz guerra sem tréguas — em defesa do Interesse Nacional, que neste lance dramático plenamente incarna.

Principia apenas a tragédia. O prólogo é a reunião dos Estados Gerais a 5 de Maio de 1789, em Versalhes. A 14 de Julho estala o motim, sangrento e ignóbil. Em Agosto a «Declaração dos Direitos do Homem», votada entre clamores entusiásticos, consagra a adopção oficial das teorias de Diderot, de Rousseau, dos porta-vozes do individualismo estreme. A 1 de Outubro de 1791, depois de promulgada no ano anterior uma Constituição alicerçada nas mesmas teorias, a Assembleia Legislativa inicia as suas sessões tumultuárias.

A tragédia, contudo, principia apenas. Ainda então Luís XVI, já prisioneiro da Constituição *rousseauista* e da Assembleia delirante, pode ser salvo por um milagre de reacção francesa ou por uma decisiva intervenção das potências monárquicas. Ainda se ignora até onde irão agravar-se a loucura e a crueza da população desencadeada — que nasceu para a omnipotência na abjecta manhã do assalto à Bastilha. Ainda se mantêm alguns simulacros e algumas esperanças. Mas nas turvas perspectivas da História próxima adivinham-se os pesadelos do Terror, a sórdida ferocidade de Marat, o hierático cinismo de Robespierre — e, para além, as esporas de Bonaparte, avatar de Gengis-Cã, a assolar países à frente das suas hordas consteladas de plumas. No primeiro plano, em tintas de crepúsculo e de sangue, perfila-se sobre a Praça de Luís XV o cadafalso onde vão ser decapitados o Rei de França e a mais inocente das vítimas: Maria Antonieta.

... É então que Dona Maria I endoidece. Dir-se-á último protesto da Tradição na agonia contra os crimes hediondos que se preparam. Fecha-se o entendimento da *Piedosa* às monstruosas rea-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

lidades — entre as quais se gera o Século XIX, logo de começo predestinado, marcado com selo de infâmia!

*

Depois de vir a Lisboa o considerado alienista inglês Willis, que verifica a incurabilidade da loucura de Dona Maria I, tem de se procurar uma solução. A mais natural, a mais lógica é o herdeiro do trono assumir a Regência. Parte dos próprios Ministros a iniciativa de se lhe dirigirem e lho solicitarem. O Príncipe Real anui à proposta que, de facto, como se lê no seu decreto, corresponde «a uma necessidade pública». Escusa-se porém a tomar qualquer título e até 15 de Julho de 1799 pratica todos os actos de governo em nome da Rainha sua mãe. Só nessa data passa a intitular-se Regente.

Se era difícil e desfavorável a situação internacional do nosso país tal como a recebeu do governo josefo-pombalino Dona Maria I — o que nos obrigou a firmar com a Espanha os Tratados de Santo Ildefonso e do Pardo (pelo qual perdemos de vez a Colónia do Sacramento e as Ilhas de Fernando Pó e Ano Bom) — muito mais o é agora a que se apresenta diante de Dom João. Apesar de não ter sido educado para Rei — e só vir a sê-lo pela morte inopinada e prematura do irmão mais velho, Dom José, em quem os sequazes das «ideias novas» punham tantas esperanças — logo enfrenta o pesadíssimo encargo com inteligência, sagacidade e ponderação raras.

Torna-se a França um foco de sobressaltos e complicações para toda a Europa. As potências tradicionalistas vêem com alarme o desenvolvimento da crise aberta em Paris. Quando, abolido pela Convenção o regime monárquico (1792), os exércitos revolucionários invadem a Bélgica — logo se compreende na Grã-Bretanha ser inevitável a guerra. No ano seguinte, a hedionda execução de Luís XVI acaba de unir contra os seus carrascos os sentimentos gerais. Há que lançar a cruzada e abafar o tenebroso vulcão, ameaçador para todo o mundo civilizado.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Portugal — assustado também ante os incríveis projectos anunciados pelo convencional Kersaint, em que se inclui a conquista de Lisboa e do Brasil — sugere a Londres e a Madrid uma tríplice aliança contra a República Francesa. Mas a Inglaterra e a Espanha entendem-se sem fazer caso de nós — como resulta do conhecido ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros Luís Pinto de Sousa Coutinho para o seu representante na cidade do Tamisa, D. João de Almeida. Manda-nos a Convenção António Darbault, com a missão de reatar o contacto diplomático entre os dois Estados. Não obtém êxito essa missão e Darbault acaba por ser expulso pela polícia do Intendente. Entretanto chegam a acordo os negociadores britânicos e madrilenos — depois que o moderado Conde de Aranda é substituído por Manuel de Godoy no Ministério de Carlos IV. Enfim, assina-se a 15 de Julho de 1793 a Convenção luso-espanhola de mútuo auxílio contra a França e a 26 de Setembro um Tratado semelhante com a Grã-Bretanha. Evolucionam durante alguns meses as nossas esquadras, a que se juntam navios ingleses. Um núcleo de tropas começa a adestrar-se para a campanha que se prevê, primeiro sob a direcção do Marquês das Minas, depois — por este adoecer — sob o comando do Marechal de Campo João Forbes Skellater, escocês ao serviço de Portugal desde 1762. E as forças dos dois aliados peninsulares concentram-se no porto catalão de Rosas.

Inicia-se a chamada *Guerra do Rossilhão*. Encontramos os espanhóis, chefiados pelo general Ricardos, em situação crítica na região de Céret, mas contribuímos para modificá-la e obrigar os franceses à retirada. Skellater leva a secundá-lo D. António de Noronha, D. Francisco Xavier de Noronha e D. João Correia de Sá. Distinguem-se em Céret as tropas do coronel Gomes Freire de Andrade.

A ofensiva continua em direcção a Saint-Luc e Villelongue. Esta importante posição é brilhantemente investida e conquistada; saliente-se na acção o Regimento do Porto, com José Narciso à frente. Banyuls, atacada a seguir, apesar da sua defesa natural, cai nas mãos do exército de Ricardos. Novos êxitos se obtêm ainda, com as tomadas de Port-Vendres, Saint-Elme e Collioure. Os nossos

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

chefes queixam-se dos comandantes espanhóis fazerem todo o possível para calar ou obscurecer as proezas notáveis dos portugueses. Além disso a incompetência, a ausência de método, a péssima organização militar não tardam a pôr em más circunstâncias os aliados vitoriosos. De Madrid pede Manuel de Godoy, uns após outros, mais sacrifícios ao Governo de Lisboa. Impossível atender-lhe as exigências. Assim se decompõe no marasmo, na falta de recursos, na desmoralização progressiva o exército peninsular.

Afortunadamente do lado inimigo os males são idênticos. À França, absorvida por outros teatros de luta, convém pôr termo às hostilidades. E a 22 de Julho de 1795 — sem prevenir sequer o nosso governo, num acto de ingratidão manifesta — a Espanha assina a paz em Basileia com os delegados da Convenção parisiense. Ficamos na mais equívoca posição, visto a Inglaterra nos recusar quaisquer auxílios, a Espanha ter abandonado o combate e se manter o estado de guerra com a França. Só um recurso se apresenta: entendermo-nos, e ràpidamente, com esta última potência — já que sòzinhos não podemos sustentar o conflito. Tal a acertada orientação seguida pelo Príncipe Regente e pelos seus colaboradores.

A empresa não tarda a mostrar-se inviável. Manuel de Godoy é uma sombria personagem. Ambicioso e corrupto, faz em Madrid o jogo do Directório, sucessor da Convenção na cinematografia trágica do Paris revolucionário — que em dois anos se fartou do Terror, assassinou o déspota Robespierre na jornada célebre do 9 Thermidor e agora segue uma política de captação em Espanha. Godoy torna-se junto de Carlos IV agente dessa política (« *le Directoire tenait le favori et par lui le gouvernement du Roi* », escreve peremptòriamente Albert Sorel) — e a 27 de Junho de 1796 lançam-se em Aranjuez as bases do Tratado franco-espanhol, firmado em Agosto. Menos de dois meses volvidos declara o país vizinho guerra à Grã-Bretanha. Por essa altura empenha-se António de Araújo e Azevedo, nosso Ministro na Haia, em diligências junto dos membros do Directório. Expulsam-se contudo de Paris, onde se estabeleceu um acordo secreto com a Espanha para a divisão de Portugal.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Os Ingleses enviam um pequeno contingente de seis mil homens para nos auxiliar na defesa. António de Araújo, outra vez na capital de França, ainda esboça um convénio, a 10 de Agosto de 1797, aliás desvantajoso para nós. Londres protesta, Araújo é desautorado, o convénio fica sem efeito.

Em Janeiro de 1801 Carlos IV manda para Lisboa uma espécie de ultimato de que resulta o seguinte dilema: ou nos comprometemos a abandonar a aliança britânica, a fechar os portos às esquadras de Jorge III e a outras cláusulas extremamente vexatórias — ou a Espanha nos declara guerra. Ultimato feito para provocar a recusa. Assim sucede. E as hostilidades começam.

Começam muito mal para nós. A 20 de Maio, os Espanhóis surgem ao mesmo tempo diante de Olivença, de Juromenha, de Elvas e de Campo Maior. Em Olivença Júlio de Chermont logo se rende; o mesmo faz em Juromenha o governador Veríssimo António da Gama Lobo. Em Elvas D. Francisco Xavier de Noronha manifesta tal vontade de resistência que o inimigo desiste do ataque. Em Campo Maior José Dias Azedo defende-se valorosamente até se ver obrigado a capitular. Por outro lado, Arronches é dominada, Portalegre e Castelo de Vide sucumbem.

Dir-se-á que os combatentes não se entregam de alma e coração à luta. Sabem — como se regista na conhecida frase do nosso Duque de Lafões ao espanhol Solano — que apenas dão o seu sangue por conta de outrem, que são meros instrumentos secundários do duelo anglo-francês. E vem a paz, negociada em Badajoz, concluída a 6 de Junho de 1801. Desamparado pela Inglaterra, Portugal cede em toda a linha, dobra-se às humilhantes exigências do ultimato de Janeiro. Godoy faz inserir no Tratado o atropelo da retenção de Olivença. Apesar de todos os esforços feitos depois, a indignidade desta usurpação ainda hoje perdura.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Em França, ao Directório segue-se o Consulado, após o golpe de 18 de Brumário que impõe a ditadura do general Bonaparte, prestigiado pelas campanhas de Itália e do Egipto. O vencedor de Brumário torna-se, pouco depois, Primeiro Cônsul e nas suas mãos se concentra a plenitude do poder. Assim a Revolução adquire maior virulência, representa perigo maior — confiada a sua causa à espada de um singular homem de guerra.

Que há-de fazer Portugal ? Entre o poderoso aliado britânico, senhor dos caminhos marítimos e a força temível da França — força militar e força de expansão ideológica — debatemo-nos, angustiados. Pouco a pouco as suas vitórias nos campos de batalha e os maléficos sortilégios das doutrinas pseudo-emancipadoras de que se faz vistoso paladino avolumam as ambições do Corso ; e o seu duelo com a Inglaterra intensifica-se. Portugal representa, nesse embate de gigantes, uma pedra de valor, pelo seu extenso litoral, cheio de portos de abrigo, virado ao Atlântico. Daí as pressões insistentes que de Paris nos assediam — ao passo que Londres nos mantém sob o jugo da tradicional aliança.

Em 1802 tréguas aparentes no grande duelo : a Paz de Amiens. Mas no ano seguinte os Ingleses recusam-se a evacuar Malta, o conflito reacende-se e Bonaparte acarinha audacioso projecto de desembarque na Grã-Bretanha, para o que chega a concentrar em Bolonha uma esquadra imponente.

Em 1804, lance teatral, que os acontecimentos anteriores anunciavam : o Consulado desaparece para dar lugar ao Império. Bonaparte coloca sobre a sua cabeça a Coroa de Carlos Magno — e ascende ao trono sob o nome de Napoleão I. No ano seguinte força os Austríacos a capitular em Ulm e de novo os derrota, com os Russos e os Prussianos, em Austerlitz ; é coroado em Milão Rei da Lombardia e anexa Nápoles. Mas em Trafalgar Nelson destrói a esquadra francesa. A Inglaterra continua a mandar nos oceanos. O drama simplifica-se, define-se em linhas mestras : é a luta do mar e da terra. Quase toda a Europa continental se curva ao domínio napoleónico. Nela, porém, o conquistador agita-se como num cár-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

cere. Em torno, as águas infinitas sobre as quais o pavilhão britânico se ergue, soberano.

Napoleão ousa nesta altura o seu recurso desesperado: decreta a 21 de Novembro de 1806, em resposta ao efectivo bloqueio marítimo dos Ingleses, o *bloqueio continental*. Quer estrangular o potentado adverso, isolá-lo, política, diplomática e comercialmente, do mundo europeu. Novos triunfos militares — Iéna, Auerstaedt, Eylau, Friedland — permitem-lhe entrar em Berlim, depois em Varsóvia, talhar uma Alemanha fraca e dócil, constituir o Grão-Ducado polaco. Mas o bloqueio continental obriga-o a agitação sem fim. Constantemente acorre a desfazer coalizões, a sufocar revoltas, a impor-se aos recalcitrantes. Nas suas costas, levantam-se obstáculos, protestos, sublevações — quer provocados pelos nacionalismos represados, quer pela intriga e pelo oiro dos agentes britânicos.

Portugal é agora indispensável ao vasto jogo do Corso. Mais pressões são feitas em Lisboa pelo seu Embaixador João Lannes, grosseiro e impetuoso, que um incidente leva a retirar-se mas regressa para exigir a demissão do Intendente Pina Manique, do Ministro dos Negócios Estrangeiros João de Almeida e do Presidente do Real Erário Rodrigo de Sousa Coutinho — todos acusados de excessivamente anglófilos. Que há-de fazer Dom João? O próprio Oliveira Martins reconhece: «fez o que pôde». Simula acatar os desejos de Napoleão: encerra os portos aos barcos ingleses; confisca determinados haveres aos súbditos de Jorge III; introduz no Governo o Conde de Vila Verde, António de Araújo, Luís de Vasconcelos e Sousa, indigitados como pertencentes ao «partido francês». Debaixo de capa, assegura o nosso representante em Londres a fidelidade à velha aliança e D. Lourenço de Lima pergunta a Lorde Hawsbury que ajuda nos dará o seu governo caso tenhamos de resistir à França. O estadista inglês responde com evasivas, o que ainda nos confirma no desejo — e na necessidade — de permanecer neutrais até à última. Cede-se mais, pois não há outro remédio. O Príncipe

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Regente desenvolve estratégia hábil e activa — de acordo com as tristes circunstâncias em que nos achamos.

Dura bastante este difícil equilíbrio — dura quanto pode durar. A intimativa napoleónica faz-se hora a hora mais enérgica, mais brutal. Godoy, cujas vistas ambiciosas se alargam na direcção dos nossos territórios, envenena o ânimo do Imperador e dos seus Ministros para que não hesitem em recorrer às últimas violências. Nada tão absurdo como dar-se a esse homem funesto e cruel o título de « Príncipe da Paz » ...

A 12 de Agosto de 1807 todo o trabalho de Godoy, ligado às exigências crescentes do bloqueio antibritânico, dá os seus frutos decisivos. O nosso Governo recebe do Encarregado de Negócios da França uma nota em que se nos reclama apenas isto : encerramento dos portos aos navios ingleses ; colaboração das nossas esquadras com as franco-espanholas ; sequestro de todas as propriedades e prisão de todos os ingleses aqui residentes. E o cúmulo dos cúmulos : declaração de guerra à Grã-Bretanha até ao primeiro dia de Setembro seguinte.

Ainda se tentam derradeiros paliativos : fechar os portos com o acordo de Londres, mas sob condição de não entrarem tropas da Espanha ou da França no país. Quanto à detenção dos britânicos domiciliados em Portugal, recusa categórica. Arrastam-se assim as conversas diplomáticas até fins de Setembro. Nessa altura, saem de Lisboa o Embaixador de Carlos IV e o representante do Imperador dos Franceses.

A 27 de Outubro seguinte firma-se o monstruoso Tratado de Fontainebleau, cujas estipulações podem resumir-se nos pontos seguintes : a Província de Entre-Douro-e-Minho, com a capital no Porto, passará a ter o nome de « Lusitânia setentrional » e o seu Soberano será o Rei da Etrúria (desapossado no mesmo ano por Napoleão) ; sob a designação de « Principado dos Algarves », o Alentejo e o Algarve serão dados a Manuel de Godoy ; às outras Províncias — Beira, Trás-os-Montes, Estremadura — marcar-se-á o destino por

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

ocasião da futura paz. Tanto o «Reino da Lusitânia setentrional» como o «Principado dos Algarves» ficarão sob o protectorado do Monarca espanhol. Caso as restantes Províncias voltem aos Príncipes de Bragança nem por isso deixarão de constituir protectorado do mesmo Monarca. O nosso país será ocupado por um exército composto de vinte e oito mil soldados franceses e onze mil espanhóis, além de outros contingentes que do Estado vizinho nos investirão pelo norte e pelo sul. Se da Inglaterra forem mandados reforços a França promete mais quarenta mil homens. Dez dias antes da assinatura do Pacto de Fontainebleau, ao general Junot é dada ordem para entrar em Espanha com o exército que desde Agosto se concentra em Baiona. E a 18 de Outubro o primeiro troço francês passa o Bidassoa.

Abre-se um dos capítulos mais trágicos da nossa vida histórica. Contra a Espanha já lutámos muito — e com vantagem. Desta vez, porém, a seu lado, um poderoso aliado ameaça a integridade de Portugal.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

O REI DO BRASIL

O panorama da Europa é então o seguinte: as tropas napoleónicas ocupam a capital da Prússia, cujo Soberano fugiu; o Stathouder da Holanda recolheu-se a Londres; o Rei das Duas Sicílias perdeu Nápoles, a sua bela capital; andam errantes os Príncipes de Parma e da Toscana; o Rei do Piemonte foi confinado na Corte irrisória de Cagliari; o Doge de Veneza e o Conselho dos Dez, pràticamente destituídos, acham-se no exílio; a Escandinávia presta-se a solicitar de Napoleão um Rei, que será Bernadotte; a Santa Sé, a Áustria, a Rússia, trémulas, vacilam, quase servis, ante o vencedor de Austerlitz, de Iéna, de Friedland... Como escapar a esta razia dos tronos legítimos? Porque não sofrerão os Braganças igual destino — igual eclipse? Tanto mais que o ascendente francês é considerável nos meios políticos e militares — onde se forma aquilo que se chama hoje «a quinta coluna». Essa «quinta coluna» maçónica, jacobina, revolucionária prepara terreno à invasão, abre-lhe acolhimento franco.

Atravessam os soldados de Junot a Espanha no espaço de um mês; e depois de operada a junção, em Alcântara, com as forças

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

do general espanhol Caraffa, dirigem-se a marchas forçadas sobre Portugal, onde entram a 19 de Novembro. Saqueiam Castelo Branco. Vêm desesperados, famintos, porque lhes falta tudo. Cercam-nos populações hostis, que lhes armam emboscadas ou fogem e deixam tudo vazio e deserto.

No entanto, Junot avança sempre — de acordo com as terminantes ordens recebidas. A 24 de Novembro, cinco dias após ter atravessado a fronteira, atinge Abrantes. Parece que só no dia seguinte a notícia chega a Lisboa, trazida pelo tenente-coronel Lecor, que se lança a cavalo, num galope doido, para comunicar a chegada iminente dos invasores.

Que deve fazer o Príncipe Regente? Até aí, enquanto pôde, negociou e cedeu. Perante o atentado da partilha de Fontainebleau, que o general de Napoleão trata de efectivar, em marcha veloz pelo país fora — convoca o Conselho de Estado e unânimemente se resolve transferir a Corte para o Rio de Janeiro, capital do Portugal americano. É a melhor decisão — já que a resistência militar, por todos os motivos, se revela impossível. Muito bem descreve a situação, num folheto pouco conhecido mas interessantíssimo, uma testemunha ocular: o Visconde de Rio Seco: — «Estava-se na crise do perigo: já não era tempo de lançar mão das armas, para se oppôr a força á força, porque o exército deslocado e removido dos pontos militares não podia contrahir-se para ao menos suspender a rapidez das marchas forçadas do inimigo. Baldadas experiencias tinhão desenganado de que o recurso das negociações era então não menos infrutuoso do que o das armas. Junot entrara em Abrantes e passara o Zézere, ao mesmo tempo que Caraffa e Solano se dirigiam hum ao Porto, outro a ocupar a provincia do Alentejo e Algarve: não havia já alternativa em que escolher: ou se havia de abandonar El-Rei e a sua Real Familia á discrição do inimigo, para subir hum jugo que não aliviaria a Nação e que no sombrio silencio do infame tratado fora decretado com pennas de ferro e tintas de sangue, ou aproveitar a Esquadra para transportar estes preciosos restos da Gloria Portuguesa para alguma das suas vastas possessões ultramarinas».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

A ideia vem, aliás, de longe. Faz parte do nosso património histórico e é trazida a lume nas ocasiões graves e melindrosas. Há quem a sugira a Dom António, Prior do Crato, em 1580, para se subtrair à invasão espanhola do Duque de Alba e transportar além-Atlântico o fogo sagrado da independência pátria; dá o Padre António Vieira a Dom João IV o mesmo conselho num lance dúbio da Guerra da Restauração; com temor da Espanha, pensam Pombal e D. Luís da Cunha na ida de Dom José para o Rio em 1762. Mais perto, em 1801, escreve o Marquês de Alorna ao Príncipe Regente: — «V. A. R. tem hum grande Imperio no Brazil, e o mesmo inimigo que ataca agora com tanta vantagem talvez que trema e mude de projecto se V. A. R. o ameaçar de que se dispõe a hir ser Imperador n'aquelle vasto territorio adonde pode facilmente conquistar as colonias hespanholas e aterrar em pouco tempo as de todas as potencias da Europa». Em 1803 advoga calorosamente igual solução D. Rodrigo de Sousa Coutinho — e Silvestre Pinheiro Ferreira é de parecer que «á lusitana monarchia nenhum outro recurso resta senão o de procurar quanto antes nas suas colonias um asilo contra a hidra então crescente, que jurara a inteira destruição das antigas dinastias da Europa». Enfim, já em 1807, o Conde da Ega, nosso Embaixador em Madrid, refere-se directamente à possibilidade de tal medida e Tomás António de Vila Nova Portugal quer que pelo menos Dom Pedro, ainda Príncipe Real, parta para o Brasil: — «fulminado o tronco em Lisboa, a arvore da pátria reflorescería no seu ramo do Rio de Janeiro ...».

Por seu lado, a Inglaterra não descansa na faina insistente de persuadir Dom João. Dois factos que bem o comprovam são a vinda de Lorde Rosslyn e do Almirante Jervis. Sobre este último, elucida, num curioso opúsculo de 1808, o professor de Medicina Francisco Soares Franco: — «Quando Lauderdale e Talleyrand negociavão a paz entre as duas Nações, o segundo em huma das suas ultimas Conferencias fallou da Conquista de Portugal; querendo-se já fazer então o mesmo que se fez em Novembro de 1807. Os Ingleses se aterrarão, com razão, pela nossa sorte. Jervis appareceu em Lisboa para avisar a nossa Corte do perigo imminente,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

e para sustentar a retirada de S. A. R. para o Brasil, único recurso que lhe restava contra a maldade e perfidia dos seus inimigos». Lorde Rosslyn vem a Portugal, em missão especial, no ano de 1806, acompanhado de Lorde Saint-Vincent e do general Simcoe, estimular a resistência à França. «Caso Portugal não quizesse decidir-se por uma vitoriosa e eficiente resistencia», informa Oliveira Lima, «deveria sugerir a mudança para o Brasil, prometendo a Grã-Bretanha ajudar o projecto». Na altura da avançada francesa, quando a Família Real está em risco de cair nas mãos de Junot — os despachos do Governo de Londres, mandados de bordo da sua esquadra por Sidney Smith, a 22 de Novembro, dissipam as últimas dúvidas. Desce a terra Strangford e, recebido por Dom João, põe-lhe o dilema: ou a nossa armada é entregue à Inglaterra ou utilizada para comboiar a Corte até o Rio de Janeiro. No dia 26 firma o Príncipe Regente um decreto em que torna pública a sua decisão; depois de aconselhar o povo a não se obstinar numa defesa improfícua, nomeia uma Junta de Governadores de que fazem parte o Marquês de Abrantes, o Tenente-General Francisco da Cunha de Menezes, o Principal Castro, Pedro de Melo Breyner, o Tenente-General D. Francisco de Noronha e vários outros. Os preparativos efectuam-se a 26 e 27, dia em que para bordo segue a Família Real. Embora vulgarmente se imagine que tudo isto decorre com grande precipitação e confusão, é de ponderar o que afirma a tal propósito Max Fleuiss: o embarque faz-se — diz — «em boa ordem; antes de embarcar, o Príncipe Regente deu tranquilamente a mão a beijar no cais de Belém».

Durante as horas febris dos preparativos vê-se que Dom João não retira apenas em frente dos soldados de Junot, mas do incremento adquirido pela traição interna, manobrada e financiada pela Maçonaria — aliada fiel da conquista napoleónica por ver nela a expansão militar da Revolução Francesa. Como que se assiste a uma corrida de velocidade entre esses — e os que, com o próprio Regente, querem escapar às suas malhas pérfidas.

Na *Exposição* do Visconde do Rio Seco apanha-se bem o fio da conjura. Quando Rio Seco dá os passos necessários à saída

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

da Corte, fá-lo vir Dom João à sua presença e confidencia-lhe: — « Mandei-te chamar para te prevenir que não estejas por ordens de pessoa alguma ainda que sejam em meu nome; faze o que entenderes e adverte que ordem minha só a que eu te der de viva voz ». Por aqui se adivinha como o Príncipe Regente desconfia mesmo dos seus colaboradores mais próximos. Quanta razão tem, verifica-se ao ler que o mesmo Rio Seco é chamado ante o Governo da Regência e aí lhe declaram ter sido escolhido para quarteleiro do general Junot. Desse modo pretendem desviá-lo da sua acção, porventura captá-lo para o outro lado. « Agradeceo o Visconde, porem não se esqueceo do que Sua Magestade lhe havia dito » — conclui Rio Seco.

Conhecem-se também os manejos do enigmático Hermann, agente de Junot, enviado a Lisboa para sustar as coisas e que — relata depois a Napoleão o próprio general — « *ne pût voir ni le Prince ni M^r d'Araujo; celui-ci seulement lui fit dire que tout était perdu ...* ».

Tudo está perdido — porque a rápida decisão do Príncipe inutiliza os torvos desígnios do invasor. A 27 dorme a bordo a Família Real. A 29 os navios saem a barra — enquanto os franceses entram em Lisboa e vêem com fúria desaparecer no horizonte a esquadra que lhes arrebata a desejada presa ...

O povo de Lisboa amargura-se ao sentir-se privado da Corte e na iminência da ocupação pelas tropas de Junot. Mas o seu instinto profundo mostra-lhe a evidente urgência da partida. Bem se depreende isto da comovida página escrita por um contemporâneo, em que se dá conta do estado de espírito dos habitantes da capital. « O que se passou em Lisboa desde o dia vinte e quatro de Novembro até vinte e nove, em que S. A. R. mandou levantar ferro, e sahio barra fora », conta o autor anónimo da *Relação breve, e verdadeira da entrada do Exercito Francez*, etc., « apenas se pode referir; pareceo desfazer-se esta grande cidade; não he mais dolorosa a huma pobre familia a repentina morte de hum amado pai: o Povo correu em chusma a todas as montanhas de onde se avista a barra deste Porto; e eu fui testemunha de o ver banhado em lagrimas de alegria por ver, contando já em nada a sua propria des-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

graça, os seus Augustissimos Soberanos livres da traição e perfida aleivosia dos nossos inimigos... Tanto que as Naos, em que hião os Senhores, passarão a barra, o Povo voltava hum para o outro, e repetia com uma alegria que lhe nascia no fundo do coração: já estão salvos, já não tem perigo». Admirável quadro da superior intuição popular, à qual aparece na sua verdadeira luz o alcance do drama que se joga nesses dias!

Quis-se intitular *fuga* a «inteligente e feliz manobra política» exalçada por Oliveira Lima. Hoje o assunto está esclarecido — e as homenagens afluem. Condensa expressivamente Pedro Calmon: — «O golpe foi magistral. Nenhum dos parceiros que jogaram com Napoleão os destinos do mundo vibrara tão inesperada cartada. Pela segunda vez, depois de Trafalgar, o oceano venceu o Imperador». Há muito que Bonaparte teme esse desfecho e se esforça por que Dom João não execute «o fatal projecto da viagem para a América». Do malogro dos seus esforços resultarão para ele incalculáveis desastres. O que sucede nos começos de 1808 em Espanha traz fulgurante confirmação ao acerto do acto do nosso Príncipe Regente — e desmascara inteiramente os planos do Corso. Na noite de 17 para 18 de Março os tumultos de Aranjuez contra Godoy forçam Carlos IV a demitir o omnipotente valido. Logo no dia seguinte, a 19, o próprio Rei tem de abdicar no filho, Fernando VII. Ouve, porém, os conselhos maquiavélicos de Murat — enviado por Napoleão — e pede a protecção deste, sob o pretexto de estar coagido. Entrementes Murat convence Fernando a dirigir-se ao encontro do mesmo Napoleão — então em Baiona — para obter o reconhecimento da sua subida ao trono. Carlos IV acode também a defender ali a sua causa. Mestre na intimidação, o Imperador brinca com os dois — como o gato com os ratos. Fernando restitui a Coroa a seu pai; mas Carlos, imerso em terror, recusa-se a voltar para Espanha e acaba por abdicar, no próprio nome e no dos filhos, a favor «do seu amigo o grande Napoleão». A gratidão imperial reduz-se a hospedá-lo no Castelo de Compienha — ao passo que Fernando fica, meio prisioneiro, no de Valençay. E José Bonaparte

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

é brindado pelo irmão com a Coroa de Espanha. Murat recebe prémio de vulto: o trono de Nápoles, que José abandona.

Este exemplo elucida bem acerca do que sucederia ao nosso Dom João se caísse nas mãos de Junot. Quer a França reunir em Baiona os três Reis peninsulares e atirá-los juntos para o desterro. O nosso escapou a tempo — e escapou sem sair dos seus domínios. Não será exagero asseverar que a ida da Corte portuguesa para o Rio anuncia o declínio da estrela napoleónica. Quem duvidar leia estes períodos ofuscantes do próprio Bonaparte, no *Mémorial*, escrito em Santa Helena: — «*Elle (l'Angleterre) a pu dès lors continuer la guerre; les débouchés de l'Amérique méridionale lui ont été ouverts; elle s'est fait une armée dans la Péninsule, et de là elle est devenue l'agent victorieux, le noeud redoutable de toutes les intrigues qui ont pu se former sur le Continent... C'est ce qui m'a perdu!*».

É importante sublinhar ainda — para avaliar melhor o alcance do golpe vibrado por Dom João — que, se concorre decisivamente para o triunfo britânico, nem por isso deixa de nos garantir o Brasil, graças à sua presença no Rio, contra todas as cobiças. É conhecido o projecto francês de ocupação do Brasil, após a sujeição do território português na Europa. Sabe-se que chegam a ser dadas aos generais Kellerman, Delaborde e Loyson patentes de governadores do Rio de Janeiro, Baía e Maranhão. São as tradições de Villegagnon e dos outros corsários gauleses — de que Napoleão se faz continuador arrojado. A Grã-Bretanha não tenciona presenciar de braços cruzados o alargamento do domínio napoleónico à América do Sul. Caso Junot conseguisse aprisionar a régia família e Portugal ficasse assim decapitado, as esquadras inglesas tomariam o Brasil sob sua protecção, com o pretexto de não consentirem na empresa dos lugares-tenentes do Imperador. Por isso de Pradt afiança com justos motivos: — «*Si le passage du Roi n'avait eu lieu, le Portugal perdait le Brèsil de deux manières*».

Mas — conclui o autor da *Relação breve* e, com ele, as pessoas de bom entendimento — «todas estas torres aéreas se frustraram pela heróica e feliz Resolução do nosso Augustíssimo Príncipe

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Regente». De facto, Dom João salva, nessa jornada tão caluniada de Novembro de 1807, a integridade da Soberania Nacional e a do próprio Portugal americano.

*

Enquanto a Realeza se afasta, Junot, que prossegue a sua marcha, recebe em Sacavém os cumprimentos dos representantes dos Governadores: o Tenente-General Martinho de Sousa Albuquerque e Alte e o Brigadeiro Francisco de Borja Gorjão Stokler — e os delegados da Maçonaria: Luís de Sampaio Melo e Castro, Diogo José Vito de Abreu, José Joaquim de Sampaio Melo e Castro e o Desembargador F. Veloso. Pedem-lhe até protecção para a Sociedade — depois de terem recordado (como conta Fonseca Benevides) «que era aos bons ofícios da maçonaria portuguesa que se devia o acolhimento feito pelo País, e a nenhuma resistência à entrada do exército francês em Portugal». *Habemus confitentem reum!* Os «filhos da Viúva» mostram claramente os seus sentimentos de simpatia para com o invasor...

Entra Junot na capital à testa de uma horda de maltrapilhos famintos — mais semelhantes a bandidos do que a soldados. E instala-se no palácio do Barão de Quintela. São transformados em quartéis para as tropas os conventos de São Francisco, dos Paulistas, de Jesus e outros. Procede depois o Duque de Abrantes a autêntico e miserável saque de tudo quanto é nosso. Levanta pesados tributos: só o Senado Municipal tem de lhe pagar doze mil cruzados por mês; coloca o suspeitíssimo Hermann junto ao Conselho dos Governadores; permite que se roubem igrejas e palácios, se exerçam mil violências sobre os habitantes, se una, por toda a parte, o sacrilégio ao vandalismo e ao roubo.

Os Portugueses sofrem — mas reagem. Ainda não durou duas semanas a ocupação francesa e já há tumultos e sangrentos incidentes pelo país fora. Quando a 13 de Dezembro vê desaparecer do Castelo de São Jorge a bandeira das quinas e subir a tricolor, que a soldadesca de Junot ovaciona — a população lisboeta rompe

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

em « morras » à França. Os mesmos « morras » acolhem a audácia do general que no Teatro de São Carlos exibe também o estandarte napoleónico. Chama a isto o categorizado mação e liberal Mousinho da Silveira « a vil canalha » a querer « perturbar a bela ordem em que tudo se acha e comprometer a liberdade pública ». Frase bem demonstrativa da incompreensão da seita ante as reacções espontâneas da consciência nacional ofendida.

Alarmado com tais sintomas e desejoso de inutilizar qualquer veleidade de resistência, Junot acentua o seu despotismo. Dissolve a Junta dos Governadores e nomeia outra a que ele mesmo preside. Os decretos passam a ser expedidos em nome de Napoleão. Sequestram-se os bens da Família Real e dos membros da Nobreza ausentes do país e sob a forma de « contribuição de guerra » exige-se uma quantia de cem milhões de francos. Ao mesmo tempo, para desviar alguns combatentes dos melhores, constitui-se a Legião Portuguesa, sob o comando do Marquês de Alorna, de Gomes Freire de Andrade e de Manuel Martins Pamplona, com o efectivo de nove mil homens, que se mandam para França. Dois terços desertam para não servir o Imperador. Os outros correm mil aventuras, algumas heróicas, em todos os campos de batalha da Europa devastada pelo Corso irrequieto. Pouco depois organiza o Duque de Abrantes a famosa deputação a Baiona, sob o pretexto de solicitar de Napoleão um abatimento na contribuição de guerra e a liberdade dos nossos prisioneiros. O que todavia se procura é privar-nos de certo número de figuras proeminentes que ficarão como reféns. Na deputação participam : o Bispo de Coimbra D. Francisco de Lemos ; o Inquisidor-mor D. José Maria de Melo ; os Marqueses de Penalva, de Valença, de Marialva e de Abrantes ; D. Nuno Álvares Pereira de Melo ; os Condes de Sabugal e de Barbacena ; D. Lourenço de Lima ; os Desembargadores Joaquim Alberto Jorge e António Tomás da Silva Leitão. Mais ainda : inventa-se uma fantástica Junta dos Três Estados, destinada a pedir a Bonaparte um Rei para os Portugueses ! Tudo isto, longe de iludir ou submeter o país tiranizado, serve para acender mais viva a cólera e multiplicar fermentos de revolta. Tanto mais que abusos, atentados e pilhagens continuam, incessan-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

tes, de norte a sul. O mesmo sucede na Espanha — que anseia por sacudir o jugo dos Bonapartes. Em Março de 1808 Aranjuez agita-se; Toledo segue no mês seguinte; o 2 de Maio, em Madrid, sujeita o furor intrépido dos mártires da independência à repressão mais sanguinária. A Junta levantada em Sevilha contra os franceses lança-nos um apelo para que secundemos a causa comum. Ao mesmo tempo as forças de Caraffa e Solano retiram do nosso país, para acudirem ao incêndio que no seu lavra.

Ensejo propício. A 6 de Junho o Porto iça a bandeira portuguesa — acompanhado por grandes zonas nortenhas. Braga insurge-se a 8. A tentativa é abafada — mas reacende-se a 11 em Bragança, alastra a Miranda e Vila Real. O Porto retoma a cabeça do movimento e lá se ergue, a 19, a Junta Provincial do Supremo Governo do Reino, com o Bispo D. António de São José e Castro por presidente. Logo o novo organismo, centro da efervescência autonomista, pede socorro a Londres.

Nos primeiros dias de Agosto desembarca a expedição britânica em Lavos. Aos contingentes vindos do Reino Unido sob a chefia de Artur Wellesley juntam-se os do general Cotton, que chegam de Cádiz. Portugal arde numa guerra geral, em numerosos pontos do território. Aqui batem-se tropas regulares; além meras formações ocasionais, simples guerrilhas de paisanos sublevados. Junot e os seus companheiros Loyson e Delaborde tentam fazer frente aos acontecimentos e por vezes logram êxitos, exercem bárbaras represálias. Já não é possível deter a tempestade que o fervor patriótico inflama. Quantos mais atropelos e horrores os franceses acumulam mais se encarniçam contra eles o ódio e o valor populares. Nos combates travados, os portugueses dirigidos pelo general Bernardim Freire e os ingleses de Wellesley e Cotton obtêm vitórias: assim em Roliça, a 17 de Agosto; assim, a 21, no Vimeiro, que se converte em desastre considerável para o invasor. No dia seguinte assina-se o armistício (Wellesley já foi substituído por Burrard primeiro, depois por Hew Dalrymple) — e a 30 firma-se a Convenção de Sintra: Junot compromete-se a abandonar o território português, mas não deixa de lhe ser inconcebìvelmente reconhecido o

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Mapa das principais batalhas travadas em território português

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

direito de transportar, como bagagem, o espólio dos inumeráveis roubos cometidos.

Tão iníqua decisão provoca gerais protestos, como se calcula. Acordo entre estrangeiros — a vítima, no fundo, tinha de ser Portugal.

Restaurados os Governadores — com exclusão do Principal Castro, de D. Pedro de Melo Breyner e do Marquês de Abrantes, prisioneiro em França — torna-se necessário precaver-nos contra a probabilidade de nova arremetida. Do Brasil pede Dom João ao aliado britânico um general capaz de orientar a reorganização das nossas forças armadas. No impedimento de Artur Wellesley, vem a 7 de Março de 1809 Guilherme Beresford, cujas qualidades de valentia e decisão se juntam a real competência militar.

Nessa mesma altura, à testa de importante troço do exército inglês, invade o general Moore o país vizinho. Tal operação redunda no franco desastre da Corunha, que lhe custa a vida. Logo o marechal Soult, vencedor de Moore, invade por sua vez Portugal, ocupa Chaves, avança sobre Braga. Bernardim Freire abandona a capital minhota e tenta dirigir-se ao Porto. No caminho, a plebe, alucinada, prende-o e assassina-o. Com estas crises de epilepsia patriótica só tem a ganhar Soult; efectivamente, pouco tarda a surgir diante do Porto, onde reinam também a confusão e a dissidência. Convidada a render-se, a cidade parece resolvida à luta, mas um assalto dos franceses na manhã de 29 de Março rompe as linhas de defesa e os invasores penetram pela brecha. Há pânico medonho entre a população — que, numa louca fuga, se atira à ponte de barcas sobre o Douro. Parte dela abate e afoga-se muita gente no rio. Milhares de vítimas assinalam essa trágica debandada — enquanto as hordas vencedoras se entregam aos seus excessos habituais.

Senhor do Porto, Soult guarnece com cuidado os arredores e trata de captar quanto possível a boa vontade dos habitantes. Consegue restabelecer a ordem, não exorbita nos tributos, promove até

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

a restituição de objectos arrebatados pelas suas tropas. Faz mais ainda : chama a si alguns portuenses de categoria e, pouco a pouco, insinua-lhes nos espíritos a necessidade urgente de uma autoridade protectora e unificadora, susceptível de garantir algum sossego ao país imerso em desordem. Gradualmente, atrai simpatias. Já há quem sugira a sua candidatura ao trono da « Lusitânia Setentrional ». Um órgão local, o *Diário do Porto,* começa a defender-lhe a política. Soult leva mais longe a campanha de sedução : chega a ir, com o Estado-Maior, prestar homenagem devota ao Bom Jesus de Matosinhos — e com isto edifica o pároco e os crentes ...

Os frutos de tão hábil táctica principiam a ver-se : uma deputação das Três Ordens, vinda de Braga, declara pùblicamente a Casa de Bragança destituída, a vacatura da Coroa — e o desejo de que Napoleão mande um príncipe seu parente, ou outro de sua escolha, para a cingir. Enquanto se aguarda — acrescentam os amigos do marechal, para aproveitar a boa maré, — Soult deve assumir o poder supremo ...

Os seus camaradas é que não se deixam arrastar pelo audacioso conquistador : Loyson, Merle, Delaborde, Quesnel, acompanhados por muitos oficiais franceses, formam núcleo de oposição activa e resoluta. Há mesmo conversas entre o capitão Argenton, seu delegado, e os altos comandos britânicos — tal a acuidade atingida pela discórdia entre os invasores.

Já o Norte, porém, acorda sob a direcção admirável de Francisco da Silveira Pinto da Fonseca — e as suas forças reconquistam Chaves, batem-se esplêndidamente na defesa da ponte de Amarante e dos vaus do Tâmega. Também o coronel inglês Trant, governador de Coimbra, marcha em direcção ao Porto e atinge Vila da Feira. Ao mesmo tempo a Grã-Bretanha manda reforços e Wellesley reaparece a comandar superiormente o exército.

As operações iniciam-se ; o movimento envolvente sobre a capital do Norte executa-se, inexorável. A 19 de Maio Soult, assustado, sai do Porto, vai até Penafiel, inflecte para Braga ao encontro de Loyson, segue sem parar até à fronteira, que transpõe. Apesar de abandonar prisioneiros e material a sua retirada é um êxito, visto

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

ter escapado às tenazes que procuravam estrangulá-lo. A trajectória dos franceses — nomeadamente em Amarante e Mesão Frio — caracteriza-se por novos horrores. Dir-se-á que, no seu termo, a segunda invasão capricha em deixar tão negras recordações como a primeira.

Wellesley, depois de garantir a defesa da zona alentejana contra quaisquer tentativas do general francês Victor que paira na linha fronteiriça, faz também uma incursão nos domínios de José Bonaparte e alcança vitória de peso em Talavera da Rainha (27 e 28 de Julho). É nessas jornadas que merece o título de Lorde Visconde de Wellington com que Jorge III o agracia. Até ao final de 1808 dedica-se, na previsão de outro ataque, a criar o notável dispositivo de cobertura de Lisboa que ficará conhecido por Linhas de Torres Vedras — sistema de fortificação adequado às elevações do terreno e com fogos cruzados. Ao que parece, embora modificado, aperfeiçoado e concluído por Wellington, o projecto inicial das Linhas de Torres deve-se a um oficial português, o Major José Maria das Neves Costa.

Napoleão não desiste de se apoderar de Portugal. Em 1810 a mais volumosa das três invasões põe-se a caminho. O comando foi dado a um dos célebres generais da França do tempo — Masséna, que pelos muitos triunfos o Imperador chama «*l'enfant chéri de la victoire*». À cabeça dos vários corpos de exército vêm Junot, Ney e Reynier. O Duque de Abrantes sente viva contrariedade em voltar como subalterno onde já apareceu como chefe; Ney, pelo seu grande prestígio, também se sente ofuscado por ter de obedecer em vez de mandar. E esta corrente de azedumes e despeitos está longe de fortalecer a unidade moral das forças de Masséna.

Resolvido a atingir por fim os seus objectivos e a desforrar-se dos malogros anteriores, traça o próprio Napoleão o plano da campanha. O primeiro acto é a ocupação de Cidade Rodrigo em Espanha, e de Almeida já em Portugal. Em 15 de Julho Cidade Rodrigo cai. Almeida aguenta-se mercê de corajosa resistência até

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

28 de Agosto. Ainda na véspera, no meio do pânico derivado de formidável explosão nos paióis da praça, o governador Guilherme Cox dá provas de valentia e fleuma dignas de todo o elogio. Mas tem de ceder. E os franceses avançam. A 18 de Setembro, ei-los em Mangualde. A 19, em Viseu. A marcha faz-se como em pleno deserto. Wellington pede às populações que nada abandonem ao inimigo. É fielmente obedecido. Masséna e a sua gente caminham num país hostil, vazio, em que tudo quanto pode ser destruído o foi. E os luso-britânicos recuam sempre. Recuam para dar batalha apenas onde o seu chefe determinou.

Golpe de mestre do *Iron Duke*: chamar o adversário ao terreno por ele escolhido. Pressente-o Ney e no conselho de Estado-Maior efectuado em Viseu aconselha que se evite cair na armadilha. Masséna, porém, não o ouve: supõe-no invejoso e mal intencionado; sobretudo crê em absoluto na sua estrela. Sem hesitar vai para diante. Wellington espera-o nos montes do Buçaco, que dominam os vales e planuras dos arredores. Os seus soldados têm, além disso, o abrigo natural da mata densa, a escondê-los e a protegê-los. A 23 e 24 de Setembro há já tiroteio aceso em Mortágua. Os incêndios ilumina a serra. Depois adiantam-se os franceses até Moura e espalham-se, a 25 e 26, pelos pinhais próximos. Na madrugada de 27 principiam os seus ataques furiosos contra os flancos das tropas de Wellington. Um desses ataques leva-os ao cimo da montanha, mas surgem dois regimentos britânicos e um português — o 8 de Infantaria — que num choque tremendo, à baioneta, os forçam a descer de novo. O mesmo se repete pelo dia fora em vários pontos. Há que prestar homenagem aos combatentes de ambos os lados: é um duelo de leões. Extraordinários os franceses nas suas escaladas desesperadas; magníficos os nossos soldados e os britânicos na barreira intransponível que lhes opõem e depois na violência com que os arremessam aos pontos de partida. Resultado: severíssimo desastre para o invasor, que perde mais de dois mil mortos e quatro mil feridos, entre os quais os generais Merle, Graindorge e Maucune. Fica prisioneiro o general Simon. Tanto Wellington como Beresford, nos seus relatórios, sublinham a bra-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

vura exemplar dos portugueses. Desde essa bela jornada a causa de Napoleão em Portugal está perdida

No entanto, Masséna ainda não renuncia. Dirige-se para Coimbra — e aí, embora de início proíba o saque, cometem os franceses delitos sem conta. A narrativa colorida de Fernando Costa nas *Memórias de um Ajudante de Campo* traça-nos um quadro flagrante, acusador: — « Em toda a parte roubam, quebram, devastam, incendeiam. Matam quem lhes resiste; não esperam mesmo a resistência, matam por matar. Arrombam à machadada as portas das igrejas e das capelas; penetram nos conventos; saqueiam os altares, derrubando as imagens para lhes arrancarem o oiro e a prata dos seus adornos; abatem no chão as lâmpadas de valor e arrastam-nas para fora quando o seu peso é demasiado para serem transportadas a braços; quebram os sacrários, espalhando sacrìlegamente as partículas no solo; sobraçam doidos de júbilo os cálix de prata e de oiro, os vasos sagrados que logram encontrar; arrancam as aplicações e as franjas de oiro dos paramentos riquìssimamente bordados; fazem saltar, ao impulso de alavancas, as pedras tumulares para despojarem os cadáveres das jóias com que por acaso fossem sepultados ... ». Tarefa de bandidos e de vândalos. Ainda hoje se conserva em Coimbra a memória das selvajarias dos franceses.

Masséna quer continuar sobre Lisboa. Mas depara as inabaláveis Linhas de Torres. Alguns meses fica diante delas e se entretém na pilhagem das circunvizinhanças, sem qualquer acção militar. Nos fins de Outubro manda o general Foy pedir socorros a Paris. Promete-os o Imperador e ordena que Soult avance de Sevilha para Santarém. Chega 1811. Em Fevereiro volta Foy; nada de reforços. Soult queda-se em operações à roda de Badajoz e Olivença. A pilhagem arrasta-se por uma semana ainda. Depois o conselho de generais decide a retirada. Em começos de Março os franceses iniciam-na, perseguidos de perto pelo exército de Wellington. A derrota apossa-se do « filho querido da vitória ». Para além da fronteira, em Espanha, Wellington inflige-lhe reveses sobre reveses.

Na última batalha, já em 1814, é Soult o vencido. A 12 de Abril os aliados ocupam Tolosa. Em França, os marechais, cansa-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

dos da guerra, levam à abdicação o Imperador — que outros aliados perseguem também, até Paris. E o Senado aclama Luís XVIII. Acaba o pesadelo. Apaga-se o sol de Austerlitz. O seu crepúsculo principiou na Península.

*

Dom João e a Corte, depois de uma viagem tormentosa, alcançam as costas de Santa Cruz a 21 de Janeiro de 1808, já ao anoitecer. Na manhã seguinte abre-se-lhes uma apoteose tropical: o panorama colorido e fresco da Baía, com seu castelo sobranceiro, suas torres airosas, o golfo amplo e verde, suaves colinas forradas de arvoredo, o mosaico irregular da casaria, as embarcações pitorescas fundeadas no porto. Um deslumbramento. E os sinos de conventos e igrejas cantam no ar límpido as boas-vindas aos príncipes que chegam de tão longe.

Depois o Rio — que lhes faz também recepção aparatosa, posta em cena pelo Vice-Rei Conde dos Arcos. A cidade é bela. Bela, mas ainda pobre, modesta, por desenvolver, sem ruas largas, sem palácios, sem teatros, casas baixas envoltas no mistério virgem das matas. Não está ali uma grande capital — ou antes: essa grande capital ainda não nasceu. Há que criá-la! É de supor que Dom João logo acalente, a tal respeito, vastos projectos.

O Brasil encontra-se de facto em estado dormente — cheio de aspirações e energias promissoras, mas confinado numa vida acanhada e reclusa. O Príncipe Regente vê de entrada o problema — enfrenta-o com decisão e extraordinário espírito realizador. Ainda na Baía, pratica um acto de grande transcendência, depois de ter ouvido a minuciosa exposição do advogado José da Silva Lisboa: a abertura dos portos ao comércio externo. Entra ar novo, a largos haustos, no organismo jovem e ardente do Brasil. Uma fase de desenvolvimento intenso, de riqueza progressiva, de comunicações com o mundo, de fecunda expansibilidade inaugura-se nessa hora.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

E Dom João, ajudado pelos seus colaboradores, lança-se à viril tarefa. O governo — como diz um escritor fluminense — tem de « criar tudo : tribunais, escolas, estradas, fábricas, liberdade civil, bancos, moeda, comércio, povoamento, rendas, imprensa, bibliotecas, cultura, uma nação, um império ». Que faz o Príncipe ? Resume, em traços fulgurantes, Pedro Calmon : — « Completou o acto da abertura dos portos autorizando e incentivando as manufacturas, igualando os direitos de nacionais e estrangeiros, facilitando a instalação de casas inglesas, dos artífices franceses que vinham pentear, vestir a nobreza, dos primeiros emigrantes que chegavam com olhos de assombro, ainda negociantes, atraídos como vespas pela riqueza e aumento da Corte desprovida de comodidades, logo após agricultores, demandando o interior que pés saxónicos ainda não tinham palmilhado. Os produtos da terra andavam valorizados e os lucros do comércio, como por artes mágicas, dobravam-se desde que os portos se franquearam à navegação. A Inglaterra não contava com a América do Norte e pouco podia ir buscar ao Oriente : o Brasil devia abastecê-la de todo o seu algodão, o açúcar, o café, os couros. Os preços subiam, a lavoura florescia, as cidades modificavam-se. Mandara Dom João que nas casas do Rio as rótulas de pau fossem substituídas por vidraças, para que o sol, invadindo-as, espanasse os velhos hábitos, varresse os costumes coloniais. Uma fúria de sociabilidade, de imitação britânica, transfigurara em seis meses a fisionomia do Rio de Janeiro. Encontrara mesquinha e feia cidade, cujos ares de porto sujo o escriba Marrocos julgou menos saudáveis que os de Caconde e Moçambique : e em 1809 havia nas ruas limpas, nas construções elegantes que se faziam, com jardins ingleses à frente, na animação da sua vida mercantil, no tumulto das suas repartições, numerosas, cheias e inúteis como as do Reino, os traços essenciais de uma capital ». D. Rodrigo de Sousa Coutinho, homem de vigorosas iniciativas, aquecido pelo mesmo fogo de transformação e renovação, toma providências arrojadas : a estrada de São Paulo ao Rio Grande, para trazer as carnes verdes da pampa ; o estabelecimento de um correio que vem do remoto Pará o mais ràpidamente possível, por ligações de canoas, de peões, de cavaleiros ; as expedições

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

punitivas contra os Botocudos, que os repelem para o interior e abrem ao cultivo extensos domínios até aí vedados. Os estrangeiros acorrem sempre. Dom João chama-os — « técnicos para as fábricas, para as aulas, para as armas, para as minas, para as hortas », regista ainda Calmon. E sublinha : — « Como Pedro-o-Grande desbastara a barbarie russa com artistas ocidentais, pensa educar, transformar o Brasil ». As medidas de estímulo ao Comércio, à Indústria, à Agricultura são incontáveis. Citem-se de corrida : plantações de chá em grande escala, para fornecer aos britânicos ; prémios oferecidos pela Junta de Comércio na mira de fazer aclimatar espécies exóticas — vinhos do Douro, canela da Índia, outras ; isenção de impostos sobre matérias-primas importadas ; incremento dado à metalurgia no Tijuco, ao fabrico da pólvora no Rio, ao do vidro na Baía ; vinda de inúmeras máquinas que multiplicam a produção. « O Brasil, enriquecido com isso, dobrava, de ano a ano, as vendas, polia-se, urbanizava-se, afidalgava-se, instruia-se, descendo das montanhas centrais, onde vivera bàrbaramente dois séculos, para conhecer, imitar uma Côrte. » E o Príncipe Regente distribui mercês, faz titulares, toma as providências necessárias para suscitar, ao mesmo tempo, um escol, uma administração, um exército, uma orgânica política, uma consciência colectiva.

Espantosa, grandiosa empresa que se prestaria a narrativa sem fim e de que apenas se dá aqui sumaríssima visão ! A obra efectuada além-Atlântico é a coroa de glória daquele que fica a ser lá conhecido como *Rei do Brasil* — e a cujo enorme esforço Oliveira Lima ergue monumento duradoiro e compacto : onze centos de páginas, com a história documentada e honesta do governo joanino em terras de Santa Cruz. Quase no termo desse vasto trabalho sintetiza o seu pensamento em períodos lapidares :

— « Dom João veio criar e realmente fundou na América um Império, pois merece bem assim ser classificado o ter dado foros de nacionalidade a uma imensa colónia amorfa ... »

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Qual a personalidade desse notável Soberano — de quem, por exemplo, Oliveira Martins esboça retrato tão deprimente e sarcástico ? É a ocasião de observá-la com melhor critério de justiça.

Embora não tenha sido educado para Rei e só tarde, aos vinte e cinco anos, se veja chamado a tomar conta do poder, quando o seu feitio se definiu bem longe das perspectivas do trono — há que reconhecer-lhe, a par de incontestáveis deficiências, qualidades raras. Fechem-se os ouvidos aos pérfidos detractores como aos turibulários subservientes e ouça-se o probo Oliveira Lima : — « O que fez, o que conseguiu, e não foi afinal pouco, fê-lo e conseguiu-o no entanto pelo exercício combinado de dois predicados que cada um deles denota superioridade : um de carácter, a bondade, o outro de inteligência, o senso prático ou de governo ». E adiante : — « Em Dom João VI as imperfeições de todo o ser humano não chegavam para que desmerecessem as sólidas qualidades. Se era tímido, pusilânime mesmo, como tal egoísta, ressentido, ciumento de atenções, amigo de monopolizar as deferências e inimigo de perdoar os agravos menores, também era clemente, misericordioso nas grandes ocasiões quando se fazia apelo directo ao seu coração, arguto em qualquer emergência, raramente ou nunca perdendo o equilíbrio moral, tão generoso para com os seus fâmulos e validos quanto económico consigo, estudioso aferrado dos negócios públicos e governante invariàvelmente bem intencionado. Eram aqueles em suma pequenos defeitos a contrapor a um belo conjunto de virtudes ».

Eis o retrato em corpo inteiro — melhor : em alma inteira — de Dom João. Faltará só acrescentar-lhe ou sublinhar-lhe alguns traços, que se colhem na obra do próprio Oliveira Lima, nos documentos, nos testemunhos contemporâneos.

O primeiro, sem dúvida — já que de um Rei se trata — é o interesse pelo seu papel de governante, que toma a sério como poucos. Latino Coelho, aliás pouco efusivo e complacente para com o filho de Dona Maria I, claramente o acentua, ao ocupar-se do

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

período da Regência: — «Nos documentos ministeriais daquele tempo, nas consultas dos tribunais e até em requerimentos que versavam sobre assuntos puramente pessoais, encontra-se a resolução escrita pela própria letra do Príncipe Dom João e firmada com a sua rubrica». De facto, intervém em tudo, capricha em imprimir o selo visível da régia autoridade nos variados e complexos aspectos da vida pública portuguesa. Isto implica, por natural corolário, o exercício rigoroso e exclusivo do poder — que às vezes se julga (superficial aparência) atribuído e confiado a este ou àquele ministro mas de que no fundo apenas Dom João dispõe em clara plenitude. «Cada um dos ministros governava por si e o Rei governava a todos». Serve-se alternadamente de homens do valor e do temperamento mais diversos, e afinal são suas as iniciativas fundamentais; sua, a integridade do mando; suas, as directrizes tenazes que caracterizam a linha contínua do governo. Colhe-se também em Oliveira Lima este luminoso trecho: — «Era por seu lado preciso que este Rei tivesse algum valor para que, preponderando no seu conselho ora um ministro enérgico e inovador como Linhares, ora um indiferente e libertino como Galveas, ora um diletante e intelectual político de horizontes largos como Barca, ora um espírito acanhado e rotineiro como Aguiar, ora um homem de lei apegado às prazes forenses e de curta visão diplomática como Tomás António, o progresso se mantivesse numa escala apreciável, denunciando uma acção mais ou menos constante, mais ou menos vigorosa, porém una e directa, sobre a marcha que tomavam os acontecimentos. Tal foi o papel do Monarca que fundou a nacionalidade brasileira: através dos ministros agia a Coroa, cuja direcção suprema apresentava as modalidades diversas dos agentes que encarnavam o impulso do movimento de transformação contido na ordem administrativa».

Outro dos traços a pôr em relevo: a extrema bondade do Rei. Além de mil episódios em que se manifesta, há no conjunto do reinado uma brandura, uma natural e sistemática moderação que contrastam com os excessos de alguns dos predecessores (nomeadamente do avô Dom José) e do sucessor imediato no trono brasileiro. A cada passo o *Clemente* se entrega ao nobre prazer de

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

comutar penas últimas; pouquíssimas execuções se registam por isso no seu tempo. Debret cita, durante os quinze anos que passou no Rio de Janeiro, apenas duas. E Latino salienta que Dom João está « longe de prestar a sua firma às sentenças capitais ou às ordens camarárias de perpétua reclusão ou de desterro indefinido para as terras africanas ». A tanto se opõe, sempre que possível, o seu coração misericordioso.

Outro traço: ao contrário do que procuram fazer crer a maioria dos biógrafos, Dom João não mostra excessivas tendências religiosas — apesar do famoso cantochão de Mafra, em cujo museu ainda hoje se vê a régia batuta. Estabelece Oliveira Lima que as suas inclinações se orientam antes para certa desenvoltura *voltaireana* e os seus modelos predilectos, neste capítulo, são os monarcas « tíbios de fé católica e convencidos das excelências do despotismo esclarecido e magnânimo, como Carlos III de Espanha e José II de Áustria ». Note-se que nada repugnaria em Dom João VI uma fé tão viva como a de Dom João V ou a de Dona Maria I. O que se assinala aqui é pura e simples homenagem à verdade.

Ainda um ponto a frisar. Na ânsia de converter a sua imagem em contrafacção burlesca — e repare-se que nem por sombras os que com ele privam fazem alusões que a tanto autorizem — há quem se divirta em nos apresentar um Rei avarento e até mesquinho, agarrado à economia como a um vício. Ninguém contesta que efectivamente Dom João se distinga por uma conduta modesta e severa quanto às despesas supérfluas. Quanto às necessárias, porém, é bizarro como o souberam ser os maiores Soberanos portugueses. As festas da sua aclamação oficial no Brasil, em 1818 — após a morte de Dona Maria I — marcam pelo esplendor. No ano precedente, a nossa Embaixada a Viena para trazer a Arquiduquesa Leopoldina, noiva do Príncipe Real Dom Pedro, constitui verdadeiro assombro. « Dom João queria que o seu Embaixador deslumbrasse a Europa, humilhasse a aristocracia austríaca com o seu fausto, a sua prodigalidade », escreve Pedro Calmon. « Para isso escolhera um Marialva. Que nada poupasse, que fosse magnífico, como os antigos plenipotenciários da Corte das Navegações. Que surpreendesse Viena

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

com os seus carros, espantasse a Arquiduquesa com os seus bailes, causasse aos diplomatas ciúme e impressão com as suas despesas, revelando às dinastias a ressurreição portuguesa. Treze anos antes Napoleão lhe banira a família; pois reentrava com a pompa velha dos tempos de Dom João V e Mariana de Áustria, do ouro do Brasil e das obras de Mafra, no Continente donde fora expulso ...». Há ou não aqui um belo rasgo, digno dos períodos mais brilhantes do Portugal antigo?

Dom João VI é indubitàvelmente, digam o que disserem, um grande Rei. Acabou o historiógrafo brasileiro de o comparar a Dom João V. É curiosa a série de paralelos, quase todos não menos honrosos, que sugere. Assim, também Calmon o compara a Pedro-o-Grande, na intensidade do combate pela metamorfose do Brasil — e noutro lugar aponta-lhe afinidades com Dom João II e com Dom José na energia com que se opõe a excessivas ambições da aristocracia e do clero. Dois viajantes alemães, Spix e Martius, dão-no como continuador de Dom João III, primeiro criador do Brasil. A Dom João IV o iguala o nosso Ministro em Londres, D. Domingos de Sousa Coutinho. Luxemburgo não hesita em lhe encontrar semelhanças com Luís XIV. José Agostinho de Macedo evoca, a seu respeito, Salomão — «a quem Deos tinha comunicado estas mesmas graças, estes mesmos dons de sabedoria e prudencia, (e que) não obraria de outra maneira constituido em identicas circunstancias» ...

Acima de tudo, através de tudo: um grande Rei. Prova-o o extraordinário amor que o povo lhe consagra — quer o povo de Portugal, quer o do Brasil. Descontados a ênfase e o artificialismo habituais em dísticos desta natureza, há de certo alguma justiça profunda nessa ingénua legenda colocada «no mais luzente explendor» junto da sua efígie, durante a grande festa do Porto em 1818:

JOÃO DA PATRIA HE PAI, HE REI CLEMENTE,
DELICIAS, GLORIA, AMOR DA LUZA GENTE.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Um grande Rei... Mas um perfil sem sombras?

Tudo quanto Dom João VI faz, tudo quanto Dom João VI é — para bem e para mal — deve-o ao que Oliveira Lima chama «a sua arte de gangorra politica», à prodigiosa habilidade com que sabe adoçar, atenuar, polir arestas, contornar obstáculos, minar influências ameaçadoras, evitar compromissos arriscados. *Estratégia* em que é mestre e se afirma aquele «verdadeiro Rei» idealizado por Carlyle — capaz de diluir todas as vontades na sua.

Graças a essa *estratégia*, atravessa e vence dificuldades tremendas, na primeira fase, ainda Príncipe Regente — entre as pressões desencontradas e adversas da Inglaterra, da Espanha e da França. O «partido francês» de Lafões, de Correia da Serra, de José de Seabra, de António de Araújo — digladia-se com o «partido inglês» de Balsemão, de Ponte do Lima, de Sousa Coutinho, de Galveias. O Rei, num jogo magnífico, utiliza não apenas os seus ministros, mas as nações estrangeiras. Nunca permite que nenhum deles, e nenhuma das duas correntes em que militam, adquira inquietante preponderância. «Um só partido seria a ditadura de um ministro; dois eram o governo do Rei». Evidentemente. O espectro de Pombal — sagazmente o descortina o autor da *Histoire de Jean VI* — paira sempre na imaginação do neto do *Reformador*. «Dividir para mandar» — parece ser o seu lema.

Por muito tempo a *estratégia* será a melhor arma de triunfo nas mãos de Dom João. O apogeu desse triunfo encontra-se, com certeza, na saída para o Brasil. Ao retirar — retirada estratégica por excelência! — o nosso Príncipe vence, e vence um adversário da maior estatura: Napoleão. No decurso do seu governo brasileiro usa também com frequência, e em geral com felicidade, essa *estratégia* persistente e subtil — que lhe permite malograr os planos ambiciosos da própria esposa sobre os territórios do Rio da Prata e chega a dar-lhe, por pouco, a incrível possibilidade de os anexar ao nosso império americano.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

... Até que, no quadrante da História, a hora da *estratégia* finda. A partir desse momento, Dom João, em vez de se impor, e sobrepor, aos acontecimentos — começa a sofrer-lhes o influxo temeroso, a deixar-se arrastar para ameaçadoras paragens ...

*

Após o fogacho efémero dos « Cem Dias » a aventura napoleónica liquida em Waterloo. O Congresso de Viena talha a nova Europa, na qual aparentemente se suprimem os vestígios da passagem do Corso. A França retoma os limites anteriores à Revolução e encolhe-se um pouco a norte e a nordeste. A Inglaterra avoluma o seu império com outros domínios arrancados à França, à Espanha, à Holanda : Malta, as Ilhas Jónicas, a Guiana, o Cabo, Ceilão. À Prússia são acrescentadas partes da Polónia e da Saxónia, a Vestefália, Tréveros, alguns territórios mais. A Áustria perde a Bélgica, mas ganha Salzburgo, Veneza, a Lombardia, a Dalmácia, Ragusa. A Rússia despoja a Suécia da Província da Finlândia e a Turquia da Província da Bessarábia. Holanda e Bélgica juntam-se de novo no Reino dos Países Baixos. A Confederação Suíça forma uma ilha neutral garantida pelos Estados europeus. A Sardenha engrandece-se com a Sabóia, o Piemonte, Génova e suas dependências. A Confederação Germânica mantém-se com a capital em Francoforte, presidida pela Áustria. A Santa Sé recupera os Estados Pontifícios e os Bourbons italianos recuperam a Coroa de Nápoles. Os Escandinavos — Suécia e Noruega — unem-se sob a égide de Bernadotte, que a tempo soube desligar-se da sorte de quem o fez Rei. Quanto à Península, já reentrou alguns anos atrás na posse dos Soberanos legítimos.

Para salvaguardar esta larga arrumação político-diplomática Alexandre da Rússia toma a iniciativa da constituição da *Santa Aliança* — sob o estímulo de vivo sentimento religioso acicatado pelas exortações de uma conselheira idosa que o influencia : a

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Senhora de Krudner. E o formulário adoptado bem o revela : — « Em nome da Santíssima Trindade ... os três Monarcas contratantes ficarão unidos pelos laços de uma fraternidade verdadeira e indissolúvel ... Considerando-se, quer ante os seus súbditos, quer ante os seus exércitos, como pais de família, dirigi-los-ão dentro do mesmo espírito que os anima, para proteger a religião, a paz e a justiça » ... Objectivos nobilíssimos : bem se pode supor estarem neles contidos os princípios de salvação para os Povos em crise. Submetido primeiro apenas ao Rei da Prússia e ao Imperador de Áustria, o protocolo da *Santa Aliança* atrai, uma a uma, as adesões de todos os Monarcas do Continente. É natural — porque se trata precisamente de um organismo que procura garantir a sua defesa contra o perigoso espírito antitradicionalista dos adversários. As ideias que o comandam são as melhores : respeito pela fé cristã, pela ordem, pela legitimidade, pela jerarquia — por tudo quanto firma os alicerces das velhas sociedades e foi posto em causa, com violência extrema, no último quarto de século.

Coligação moral, política, diplomática, militar que tem à sua frente as maiores potências europeias — vai a *Santa Aliança* estancar ou suspender a corrente revolucionária ? Talvez Alexandre o acredite, na sua ardorosa confiança. Talvez Metternich, frio e duro, que também se proclama « lugar-tenente de Deus », o pense, na Chancelaria de Viena ...

Mas é tarde demais. A *Santa Aliança* não passa do que os franceses chamam *un cautère sur une jambe de bois*. O velho mundo desaba — porque a Revolução lança contra ele a irresistível ofensiva dos piores instintos das populaças, dos despeitos ansiosos de vingança, das ambições sedentas de expandir-se. Os soldados de Napoleão propagaram a peste de Norte a Sul. E o contágio alastra, veloz. Agora, minados pelas ideologias subversivas dos panfletários e pelo trabalho de toupeira das « lojas », os edifícios das Monarquias restauradas têm lá dentro o caruncho a roê-los. Com alguns solavancos será fácil aos adversários deitá-los abaixo.

Desaba um mundo, sob o maléfico ataque das forças destrutivas. Talvez nem todos dêem ainda por isso. A quem escreve mais

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

de um século depois as realidades desse período histórico abrem-se com ofuscante transparência.

*

Graças a um feitio bonómico, à notável facilidade de esconder o que sente, à consumada arte de conhecer e aproveitar vaidades, temores e cobiças dos homens que o cercam e assim estabelecer sobre eles o seu domínio — Dom João VI triunfou sempre. Teria sido triunfador até ao fim se pudesse contentar-se com reproduzir no Século XIX a manhosa clarividência, a engenhosa pertinácia de um Luís XI. Mas já não é altura em que os Reis, dentro de estável e indiscutida supremacia, têm vagar para todas as lentas manobras, para todas as evasivas fecundas. Os mitólogos individualistas desencadearam o Prometeu popular — que disputa o mando aos Monarcas tradicionais e pouco a pouco os reduz a meros figurantes inertes na mascarada das Constituições. Aos antigos senhores põe-se o dilema categórico: ceder ou dar batalha. Ceder é o primeiro passo no caminho da guilhotina, como foi para Carlos Stuart ou para Luís XVI; dar batalha, é sujeitar-se, caso a sorte seja adversa, à derrota e ao exílio honroso, como acontecerá em França a Carlos X e em Portugal a Dom Miguel I.

Um mundo desaba. Crenças, instituições, disciplinas, costumes seculares — tudo a voragem leva, numa enxurrada de destroços.

Passou, sem dúvida, a hora da *estratégia* ...

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

livro VII

SOB O SIGNO DE CAIM

Digitized by Google

Original from INDIANA UNIVERSITY

O DIABO À SOLTA

Na primeira década do Século XIX a vida portuguesa decorre, em grande parte, à sombra da invasão dos soldados estrangeiros; na segunda decorre à sombra de outra invasão, menos assoladora na aparência, mais corrosiva no fundo: a das ideias estrangeiras. Trouxeram-nas os homens dos exércitos de Junot, de Soult, de Masséna; trouxeram-nas também os aliados britânicos, pois entre os seus oficiais contam-se numerosos liberais e maçãos. As «lojas», no nosso país, multiplicam-se. Só Lisboa tem, por 1812, umas treze, com seu centro no Mosteiro de São Vicente de Fora — o «pedreiral mosteiro» verberado pela cólera de José Agostinho de Macedo. Em Londres publicam-se jornais subversivos, redigidos por emigrados daqui expulsos como indesejáveis, cheios de críticas acerbas e de apelos à insurreição. Atravessamos profunda crise — como é natural após um ciclo de guerras, durante o qual sofremos as crueldades, as extorsões, os vandalismos das hordas inimigas. Enorme quantidade de vítimas (há um cálculo, de veracidade aliás problemática, segundo o qual a população portuguesa diminuiu de um milhão entre 1807 e 1814); casas e campos em ruínas; economia arrasada; esforço

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

militar desmedido e esgotante; ausência inevitável, mas prejudicialíssima, do Soberano e da Corte — tudo isto causa pobreza, sofrimento, mal-estar que os demagogos e agitadores aproveitam. Ficou em Lisboa, encarregado de manter e reorganizar o Exército e elevado ao posto de marechal, o inglês Beresford, implacável com o espírito de desordem ou de relaxamento, odiado por todos os elementos perturbadores. Contra o ríspido militar desencadeia-se violenta ofensiva de calúnias — pois se vê nele, com razão, barreira inflexível oposta aos desígnios e manobras dos revolucionários.

Os acontecimentos de Espanha — onde a fogueira ateada pelas faúlhas de 89 arde alta e viva — contribuem também para excitar e estimular os ânimos irrequietos. Em 1810 forma-se uma Junta Governativa, reúnem em Cádiz as Cortes revoltosas e delas sai a famosa Constituição que Menéndez y Pelayo define «*democrática en su essencia, pero democrática a la francesa, e inaplicable de todo punto al lugar y tiempo en que se hizo ... Fruto de todas las tendencias desorganizadoras del Siglo XVIII, en ella fermentó, reduciendose a leys, el espiritu de la Enciclopedia y del Contrato Social*». Publicada em 1812, logo em 1814 Fernando VII, restituído ao trono, decreta a sua abolição. Mas não tardará a ser reposta em vigor, alguns anos mais tarde.

A par desta fermentação desordeira de que a Maçonaria é o foco irradiante, há para muitos bons portugueses motivos de compreensível descontentamento.

Em primeiro lugar, a demora de Dom João VI no Rio de Janeiro. Pensa-se que o Rei devia ter regressado imediatamente após a retirada de Masséna ou ao menos em 1815, quando do ocaso definitivo de Napoleão. É certo que se isto se não deu foi porque Dom João VI, levado pelo Interesse Nacional a retirar para o Brasil em 1807, serve ainda o mesmo Interesse Nacional ao conservar-se no Brasil como obstáculo poderoso às tendências separatistas. Em Lisboa, porém, não se compreende isto — e, quando se compreenda, não se aceita. Acima de tudo lamenta-se que, em vez de colónia, o Brasil se torne metrópole; que a verdadeira capital esteja no Rio; que, enquanto aqui se luta com mil dificuldades e se conhecem mil

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

privações, além-Atlântico a vida continue doce e próspera. Ao mesmo tempo os membros da Regência — dos quais é justo salientar D. Miguel Pereira Forjaz e o Principal Sousa — despendem esforço ingente para restaurar o país, mas não podem tolerar sem irritação e ciúme a autoridade de Beresford. O marechal cumpre o seu dever, sem dúvida; tem contudo feitio demasiado duro para a nossa índole; e as suas atribuições, na fase que então decorre, parecem lògicamente excessivas. Portugal converteu-se, ante as invasões francesas, numa espécie de grande caserna, onde o comandante-chefe do Exército assume proporções de ditador omnipotente. O maior mal ainda está no facto de se tratar de um estrangeiro — sabida a impaciência com que os Portugueses sempre suportam o jugo de estrangeiros.

Eis o quadro sucinto das várias crises — ideológico-políticas, económicas e sentimentais — que intoxicam a vida portuguesa nessa segunda década do Século XIX. Por diversas razões, por caminhos diversos, forma-se atmosfera tensa e febril, vibrante de energias explosivas. Os horizontes, cobertos de negrume, anunciam tempestade. Desconjuntada e empobrecida pela guerra, pela matança, pelo saque; minada nos seus fundamentos espirituais e cívicos pelo verbo insidioso das sociedades secretas — a velha Nação Portuguesa deixou de ser una, consistente, homogénea. Transformou-se em mosaico de opiniões e de grupos desavindos.

Vai começar o fratricídio! De um momento para o outro, Caim tomará a palavra!

*

Chega a Lisboa no dia 25 de Maio de 1815 o General Gomes Freire de Andrade. Militar com fama de bravura mas inclinado ao conflito e à indisciplina: bem o demonstrou na campanha do Russilhão, ao insultar gravemente o seu comandante, general Forbes Skellater e camaradas de valor como Clavière e Mestral. Antes, foi em 1803 o promotor dos distúrbios de Campo de Ourique, nos

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

quais desempenhou tão chocante e suspeito papel o Duque de Sussex. Segundo comandante da « Legião Portuguesa », excessivamente dedicado a Napoleão, é — como Alorna e Pamplona — um desses desenraizados que se imbuíram da mitologia da Revolução. Nem se lhe pode chamar desenraizado — no sentido literal do termo — pois as suas raízes não são genuìnamente portuguesas. É filho do nosso Ministro em Viena, Ambrósio Pereira de Andrade e Castro e de sua mulher, a Condessa de Schaffgotsche, senhora de ascendência boémia. O pai ajudou Pombal na guerra contra a Companhia de Jesus — claro sinal das suas tendências. Educado na capital austríaca justamente na altura em que lá prepondera o filosofismo, não surpreende ver Gomes Freire logo de início ao lado dos propugnadores das « ideias novas ». Desde 1807, ao que parece, é venerável da « loja » Regeneração, onde recebeu o simbólico malhete de prata.

Quando aporta a Lisboa em 1815, o governo fá-lo prender ; solta-o pouco depois, perdoado por um acto de régia clemência. No ano seguinte, elevado a Grão-Mestre da Maçonaria portuguesa, torna-se, na frase do seu admirador Raúl Brandão, « o chefe de todos os descontentes ». À sua volta urde-se a teia, nascem os planos de acção contra a ordem estabelecida — especialmente contra a Regência e contra Beresford. Projecta-se dar um golpe de força e instituir um « Conselho Regenerador » cujos objectivos não são difíceis de imaginar.

Em Espanha há quem visìvelmente se empenhe no triunfo auspicioso deste grupo. Dois emissários são enviados do país vizinho a tomar contacto com Gomes Freire : os oficiais Francisco Xavier Cabanes e José Walls. Haverá um plano mais vasto de traição à pátria — ligado aos movimentos das forças espanholas na região fronteiriça ao Alentejo ? Ir-se-á até ao ponto de trabalhar pela União Ibérica ? Pelo menos favorece-se, conscientemente ou não, os que para ela trabalham.

Por inconfidência do alferes António Cabral Calheiros, feita a Pedro Pinto de Morais Sarmento que a transmite ao capitão

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

João de Andrade Corvo de Camões e este, por sua vez, denuncia a Beresford — fica o marechal ciente da conjura. Mas só se resolve a actuar depois que o Principal Sousa lhe solicita a prisão de Gomes Freire. Na noite de 24 de Maio, além do chefe da conspiração, encarceram-se os seus principais cúmplices: o oficial hanovriano Barão de Eben, o coronel reformado de milícias Manuel Monteiro de Carvalho, o tenente-coronel de Infantaria Veríssimo António Ferreira da Costa, o capitão de engenheiros José Dionísio da Serra, o capitão Cipriano Lopes, o alferes Cabral Calheiros e outros. Gomes Freire vai para a Torre de São Julião da Barra. Os restantes presos recolhem ao Limoeiro e ao Castelo.

Concluído o processo, a Relação, no Acórdão de 15 de Outubro, condena Gomes Freire à forca, assim como parte dos seus cúmplices. Eben é expulso do Reino. Dois são absolvidos. A execução das sentenças capitais efectua-se na noite de 18 de Outubro de 1817.

Em torno do general justiçado e dos que com ele perderam a vida tem-se feito exploração tendenciosa. Descrevem-se o seu julgamento e a sua execução como suplício de mártires da pátria. Quer-se interpretar a sua revolta como protesto do nacionalismo exasperado contra a preponderância de Beresford e da oficialidade britânica. Um pouco de senso comum basta para invalidar tais sofismas. Em primeiro lugar, não existem vestígios de nacionalismo na biografia freireana — que nos apresenta um soldado mercenário a comprazer-se no serviço de estrangeiros e no apostolado de doutrinas antinacionais. Em segundo lugar, o que se passa depois, quando os amigos de Gomes Freire de Andrade logram fazer vingar os seus propósitos, indica-nos quais as autênticas finalidades do abortado Movimento de 1817. Foi com justa cólera que António Sardinha, no centenário desse Movimento, chamou à data maçónica de 18 de Outubro «o dia de São Traidor». E com justa cólera também que proclamou: — «Paz ao morto, mas morte à sua obra!».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Nos anos seguintes, as coisas, em vez de melhorarem, agravam-se. Tenta a Regência acudir à má situação financeira com um empréstimo de dois milhões de cruzados, a que sucede, apenas decorrido um semestre, outro de quatro milhões. Simultâneamente, com apreensões acerca dos intuitos agressivos por parte dos Espanhóis, Beresford vê-se obrigado a intensificar ainda as providências militares, o que aumenta a sua impopularidade. Umas e outras, é evidente, — tanto as medidas de ordem financeira como as referentes à defesa nacional — seriam fàcilmente aceitas e acompanhadas por um país capaz de sentir a unidade da causa comum; ao contrário, só provocam agitação e malevolência num país dividido pela faina dissolvente dos poderes ocultos.

Esses poderes ocultos crescem aliás em força e em número. A partir de 1818 — se não antes — surge no Porto um grupo de mentores da revolução em marcha: o *Sinédrio,* que tem por fundador o desembargador Manuel Fernandes Tomás, secundado pelo advogado José Ferreira Borges, pelo juiz dos órfãos José da Silva Carvalho, por José Ferreira Viana, etc. Entre as duas maçonarias — de Espanha e de Portugal — tecem-se laços de entendimento dia a dia mais estreitos e as teses do iberismo encontram já paladinos que não hesitam em defendê-las por escrito. José Liberato Freire de Carvalho — para citar apenas um — publica nessa altura um artigo que faz barulho no *Campeão Português* editado em Londres. Intitula-se « Destinos Futuros de Portugal » e há lá períodos como este: « admitida a hipótese que Portugal não pode viver por si só independente, nenhuma união, depois da do Brasil, lhe é mais natural que a da Espanha. Em todos os tempos foi considerado Portugal como uma parte da Espanha, e nesta denominação entrava a antiga Lusitânia dividida em citerior e ulterior ... » Não se pode abdicar com mais desfaçatez do orgulho de pertencer a uma Pátria autónoma que na História deu tantas provas do seu pleno direito a viver « por si só independente ... ».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

E chega-se a 1820, ano que ficará assinalado como dos mais funestos da nossa vida política.

Em Espanha começa sob péssimos auspícios. No próprio dia 1 de Janeiro sublevam-se na Ilha do Leão os generais Riego e Quiroga, que restauram a Constituição de Cádiz. Fernando VII é compelido a jurá-la de novo.

Esta vitória dos maçãos espanhóis tem o seu reflexo entre nós. Anima os camaradas ibéricos dos mesmos ideais e traz-nos um novo representante diplomático madrileno, D. José Maria de Pando, também delegado do Triângulo, que incita os conspiradores a acelerar os preparativos e a precipitar os acontecimentos. Alarmada, a Regência pede, por intermédio do nosso ministro junto de Fernando VII, D. António Saldanha da Gama, o afastamento de Pando. Inùtilmente. E o ambiente carrega-se mais.

Beresford, habituado a proceder com decisão e sabedor dos perigos iminentes, resolve ir expor directamente a Dom João VI, no Rio, a amplitude da crise e solicitar-lhe, além dos subsídios necessários para efectuar o pagamento do pré aos soldados, que anda em atraso (mais um pretexto de descontentamento), plenos poderes para jugular com a dureza indispensável os intentos do *Sinédrio* e dos diversos núcleos de conspiradores.

Percebem estes que se dão tempo ao marechal para voltar e tomar providências, tudo se perderá. E dispõem-se a aproveitar-lhe a ausência. Desde então o ritmo da sua actividade torna-se febril. A polícia — por inépcia ou cumplicidade — nada vê, nada impede. Cego, desprotegido, o governo lembra esses dóceis condenados que esperam sem se mexer a descarga do cutelo.

A 24 de Agosto de 1820, de madrugada, estala a revolta no Porto. O comandante Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira ocupa com o seu regimento o Campo de Santo Ovídio. Juntam-se-lhe dois outros regimentos que têm à cabeça o coronel Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda e o tenente-coronel Domingos António de Figueiredo Sarmento. Dirigem-se em conjunto à Praça Nova. Ali, no município, com várias autoridades civis, elegem uma «Junta Provisória do Governo Supremo do Reino». Declara esta governar

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

em nome do Rei e manter a Religião Católica; e resolve convocar as Cortes para se fazer nova Constituição. Dessa Junta, de quinze membros, fazem parte Frei Francisco de São Luís (o futuro Cardeal Saraiva), Ferreira Borges e Silva Carvalho (ambos do *Sinédrio*).

A resposta dos governadores consiste sobretudo em proclamações de tom enfático e furibundo, atrás das quais nenhuma força existe. Quando a coluna que a «Junta Provisória» faz avançar do Porto no sentido da capital alcança Coimbra, já em Lisboa se subleva também Infantaria 16, que o resto da guarnição acompanha. Uma turba exaltada aglomera-se no Rossio, o governo é deposto e para o substituir aclama-se outro, cujos primeiros nomes são o Conde de Sampaio, o Principal Freire, o Conde de Resende. Não esqueça sublinhar o de Bento Pereira do Carmo, que foi, anos antes, dos que rogaram a Napoleão um soberano da sua escolha. Difícil admitir que isto o qualifique para a obra reconstituinte e emancipadora que está no programa dos insurgidos.

Concertam-se as duas Juntas — do Norte e do Sul — e a 28 de Setembro do seu entendimento resulta uma terceira: a «Junta Provisional do Governo Supremo do Reino».

A 10 de Outubro surge no Tejo um navio britânico. Traz a bordo o marechal Beresford, investido dos poderes extraordinários solicitados no Rio. Vem a terra dar conta disto à Junta o general Campbell. A resposta que leva é a proibição a Beresford de desembarcar. Inicia-se a franca rebeldia contra as determinações régias. Deve ter encolhido os ombros o marechal — e já que prescindem dos seus serviços o navio que o trouxe leva-o para a Grã-Bretanha.

Está consumado o golpe. O Liberalismo e a Maçonaria são donos de Portugal.

Tem-se recordado por mais de uma vez com justiceira ironia que o dia 24 de Agosto é no calendário o de São Bartolomeu — em que anda o Diabo à solta. Coincidência, ou vaticínio? Desde essa torva jornada soltam-se entre nós as forças diabólicas — que exercerão por mais de um século contínua influência.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Nem todos os revoltosos de 1820 podem ser acusados de má fé e de corrupção. Há muitos ignorantes, desorientados pela hábil retórica dos demagogos. Há muitos primários, com as cabeças cheias de imagens falsas, de utopias cândidas, de ilusões aliciantes — quantos deles persuadidos, à maneira de certos jacobinos de 89, de estarem a reviver os modelos austeros e democráticos da velha Roma, os Catões, os Brutos, os tribunos da plebe, acesos em eloquentes iras contra os tiranos! Há patriotas transviados, que supõem ter sacudido o jugo beresfordiano e entrado numa fase de regeneração e harmonia. Já Rivarol disse que as revoluções são quase sempre iniciadas por poetas e consumadas por feras. Os piores elementos depressa tomam o comando — e o país, nas suas mãos, rola para o abismo.

É o Diabo à solta — o diabo do individualismo anárquico, da mentirosa e desastrosa soberania do povo, da « Revolução satânica ! »

*

Quando chega a má nova ao Brasil acolhe-a Dom João com franca antipatia. Tanto mais que também no Continente americano a efervescência revolucionária caminha e progride. O Paraguai e a Venezuela em 1811 ; o Uruguai em 1814 ; a Argentina em 1816 ; o Chile em 1818 ; o Equador em 1820 — separam-se do domínio espanhol e instauram repúblicas independentes. O resto — Peru, México, América do Centro — breve os imitará. No Brasil, as aspirações separatistas e autonomistas ganham terreno — ligadas, é claro, às ideologias de 89 e com a Maçonaria por « centro da conspiração », na frase justa de Mário Bhering. Simples erupções prematuras, as da Baía e Minas Gerais, dez anos atrás. Mas a insurreição republicana de Pernambuco em 1817 já é coisa mais séria : toque a rebate precursor.

Dom João, portanto, recebe com antipatia as más novas de Lisboa. « Tinha aversão aos regimes liberais », informa Oliveira Lima. E Calmon reforça: — « Não percebia que os Reis tivessem

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

de associar ao governo, que Deus lhes destinara, representantes da populaça». A sua formação, a sua índole, os hábitos de sempre, as próprias conclusões de um bom senso nunca desmentido — fazem-lhe ver com nitidez o artifício perigoso e resvaladiço das «novas ideias» que tendem à desagregação das sociedades e cujos primeiros efeitos já bem patentes ficaram nos trágicos espectáculos da França do Terror. Além disto, junto do Rei, a voz assustada e profética de Tomás António Vila Nova Portugal enuncia, com avisada lucidez, verdades oportunas: — «Uma vez encetada a Autoridade Real», não se farta de repetir, «toda vai perdida e mais se não pode suspender a torrente». O velho conselheiro reaccionário insiste em que ninguém da Família Real saia do Brasil para Lisboa, pois considera Portugal entregue a rebeldes e compreende que esses rebeldes só querem ter nas mãos, como refém, o próprio Soberano ou ao menos o Príncipe Dom Pedro, seu primogénito — cuja partida para a Europa chega a estar decidida.

Então Palmela, chegado de Londres, faz ouvir perigoso canto de sereia. No seu entender — como resume Oliveira Lima — é «preciso abordar a situação com franqueza e energia, ceder para ganhar, conceder para salvar, pôr-se de acordo com as ideias já comuns do tempo para não incorrer no exagero destas mesmas ideias». Fundamentalmente que vem a ser isto senão o apelo à famosa e instintiva *estatégia* de Dom João — aquela *estratégia* cautelosa, emoliente que até aí lhe valeu tantas satisfações de amor-próprio e tantas jogadas felizes? Talvez por isso o Soberano dá-lhe ouvidos. Inaugura assim o rumo da tolerância sistemática — gémea da abdicação inglória.

A 1 de Janeiro de 1821 o pronunciamento militar do Pará faz eco à revolta de Lisboa. O da Baía segue-o de perto. As intrigas, as excitações fervem. No próprio Paço mete agitadores o Príncipe Dom Pedro: nomeadamente os padres Francisco Romão de Góis e Marcelino José Alves Macamboa. Cauper assiste-lhes às reuniões na «Sala dos Pássaros» e o Conde dos Arcos mostra-se-lhes simpático. Frente a eles, quem representa o Governo? Três pessoas indecisas, fracas, perplexas, mal informadas, inclinadas aos

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

paliativos ineficazes; os famosos «três relógios» segundo o dito que se põe a correr: um relógio adiantado — Palmela; um relógio atrasado — Tomás António Vila Nova Portugal; um relógio parado — Dom João VI. O maior animador da conspirata — impaciente por sair da posição de comparsa e subir a protagonista — é Dom Pedro. Mais tarde Subserra escreverá que o Rei lhe disse ser a revolução do Rio «urdida pelo Príncipe Real».

A 26 de Fevereiro rebenta o motim, logo de manhã cedo. Vão acordar Dom Pedro, que se farda imediatamente. Tropas e gente do povo juntam-se no Rossio, em gritaria brava. O Príncipe dirige-se para lá a galope, negoceia com os cabecilhas, promete-lhes o que querem. Volta ao Palácio de São Cristóvão, persuadir o pai, os ministros, todos imersos em surpresa e temor. Ainda ali, a par das iniciativas de Dom Pedro que diz interpretar «a vontade do povo», o conselho de Palmela, de renúncia a qualquer luta, prevalece. Meio estonteado, anui Dom João a tudo: dará a Constituição, mudará o Ministério, obedecerá ao «povo». Às oito da manhã, diante do Bispo capelão-mor, os dois Príncipes — Dom Pedro e Dom Miguel — juram a Constituição no Município, em nome do Rei. E o mais velho, debruçado da varanda, num gesto teatral, acena à turba com o documento acabado de assinar — e recebe voluptuosamente o clamor dos aplausos. Agora, porém, a multidão exige a presença do próprio Soberano, para ter a certeza de que venceu.

Sem hesitar, Dom Pedro vai buscá-lo — no seu destemperado galope. O Soberano, incapaz de grandes rasgos de audácia, receoso da tormenta que ruge, deixa-se arrastar, instalar no coche já parado à porta e levar para o Rossio, a trote largo, com o Príncipe Real, jovial e vistoso, a cavalgar à portinhola. Vai possuído de uma angústia imensa, a lembrar Luís XVI, Varennes, o cadafalso. E julga enlouquecer, como sua mãe — ante a visão horrífica ...

O coche real sulca o mar humano, já denso, no Rossio. Quando atinge o largo de São Francisco, entre a Igreja e a Escola de Marinha, os manifestantes entusiasmados desatrelam os cavalos e substituem-nos aos varais. O estranho cortejo, parecido com uma farân-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

dola de loucos, percorre a rua do Ouvidor, atinge o largo do Paço. Os « vivas ao Rei » trovejam na boca das mulheres, do rapazio jubiloso, dos soldados que penduram as barretinas nas baionetas. Dom João quer agradecer, mas a voz falta-lhe. Depois segue, erguido na onda plebeia, pelas escadas acima e aparece a uma sacada. A Rainha, Dom Miguel, as Princesas, aparecem também, vindos por outro caminho. O Rei insiste em dizer alguma coisa. Outra vez da garganta seca nada pode sair. É Dom Pedro, tonitruante, soberbo, quem anuncia lá do alto que Dom João VI jura a Constituição — enquanto a populaça o ovaciona.

Quando o deixam, vem o Rei para dentro, tomado de vertigens. E dá pelo extravio da bengala que traz habitualmente consigo. Onde está a bengala régia ? Todos se afadigam a procurá-la ; em vão. Desaparecida ? Roubada ? Responde Pedro Calmon, que tão sugestivamente descreve esta jornada tragicómica : — « Perdera-a. Ou, mais exactamente, roubaram-na. Dom João sorria de novo, pensando que perdia, naquela manhã memorável, apenas a bengala. Mas o objecto furtado era simbólico : perdera o cetro — o seu pesado cetro de oiro dos Reis absolutos, que na viagem do coche, no largo do Rossio, resvalara insensìvelmente das suas mãos paralizadas para as do povo ... ».

É, de facto, assim. Entre muitas outras, que a preparam ou dela derivam — a jornada de 26 de Fevereiro oferece a imagem mais nítida, mais escandalosa, mais confrangedora da abdicação da Realeza tradicional ante as imposições brutas da plebe e ante o arrojo dos demagogos, seus intérpretes e favoritos. Bem o sente, bem o compreende Dom João. Por isso na altura em que o povo delirante, em violenta explosão de amor, o leva dentro do coche, não pode mais — e cai, a chorar nervosamente, sobre as almofadas. « Não foi por vontade própria », regista Herchen, « que o Rei cedeu aos revolucionários, mas porque o império da necessidade o constrangeu a aceitar-lhes as exigências ». O império da necessidade — e a insolente vontade do Príncipe Real, autêntico « herói » do funesto episódio.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Uma semana depois, a 7 de Março, é tornada pública, por decreto, a resolução da partida do Rei e da Corte para Lisboa. Dom Pedro fica no Brasil como Regente; colhe assim o proveito da sua vitória.

Mês e meio decorrido, quando da assembleia para a eleição dos deputados brasileiros às Cortes de Lisboa, dão-se cenas tumultuosas e exige-se que o Rei imediatamente jure uma constituição igual à espanhola de 1812. Alta noite despertam Dom João para lhe comunicarem estes desejos imperativos da jacobinagem fluminense e arrancam ao seu esgazeamento abúlico uma anuência que nada significa.

De madrugada, à frente de batalhões de confiança, Dom Pedro faz invadir e dispersar à baioneta a assembleia jacobina — como num arremedo do 18 de Brumário. Mais uma vez ganha a partida. Soltou a demagogia em Fevereiro; reprime-a fortemente em Abril. O Rei fica na sombra — figurante sem iniciativa e sem energia. Os procedimentos do filho tendem a eliminá-lo da cena, para deixar apenas ao centro, soberbo e próspero, o Príncipe fogoso que não pode esperar mais pelos grandes destinos ambicionados.

E a 26 de Abril, após o beija-mão de despedida — cerimónia quase lúgubre em contraste com o festivo acolhimento de 1808 — a esquadra larga, com o Rei, a Rainha, Dom Miguel, a Corte. Dona Carlota Joaquina mostra-se satisfeita pelo regresso à Europa, já que na América os ousados planos se lhe desfizeram em fumo. Dom João, saudoso dos anos de sossego e de governo inteligente em que, por assim dizer, criou o Brasil político e económico, a unidade e a riqueza de um país novo — vem apreensivo pelo que deixa, mais ainda pelo que irá defrontar em Lisboa. Não parte por gosto, O Príncipe Real, os agitadores autonomistas, a Maçonaria, a própria dignidade esquecida e ofendida, o prestígio abalado sem remédio — tudo o empurra para fora do Rio de Janeiro. Com ele, a tradição monárquica desaparece da América do Sul: a verdadeira Realeza, tutelar, benfazeja, servidora eficaz do bem comum, sucumbe, expulsa pela Revolução triunfante.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Em Lisboa esperam-no também os porta-vozes da Revolução, firmemente resolvidos a não cederem o mando de que se apossaram. Uma nova soberania, usurpadora — a do Congresso — instalou-se na capital portuguesa. Hora a hora o seu carácter maçónico reforça-se: fala-se já, em plena Assembleia, no «Supremo Arquitecto». Os grandes mentores — Fernandes Tomás, Borges Carneiro, Ferreira Borges, Sepúlveda, Agostinho José Freire — pertencem à seita. Persegue-se o clero, fecha-se o Tribunal do Santo Ofício. Fazem-se discursos pomposos a exigir reformas radicais. Tudo se subverte e desarruma em homenagem aos mitos omnipotentes.

Quando se sabe da volta de Dom João VI, com medo de uma reviravolta popular dispõe-se tudo para impedi-la. Os barcos da régia frota têm de esperar que no dia 4 de Julho os representantes do Congresso, cheios de petulância e atrevimento, vão a bordo transmitir ao Rei as suas ordens. Por elas regula-se o desembarque, sem nenhum aparato e solenidade, com proibição expressa de manifestações. Até se enumeram os «vivas» consentidos: à Religião, às Cortes, à Constituição, ao Rei Constitucional e à Real Família. Os Condes de Palmela e de Paraty, assim como o Visconde de Rio Seco — amigos e conselheiros do Monarca — não podem acompanhá-lo; ficarão nos navios. Mais tarde, ao consentirem-lhes que desembarquem, obrigam-nos a afastar-se para longe da capital. Do Terreiro do Paço dirige-se o Rei com a comitiva às Necessidades; e de tarde presta juramento à Constituição perante o Congresso. «De maior despotismo não tinham usado o Parlamento inglês com Carlos I e a Constituinte francesa com Luís XVI» — desabafa Artur Herchen. Outro autor, o Marquês de Lavradio, embora liberal, considera doloroso «lembrar as medidas humilhantes, as resoluções precipitadas e incivis que as Cortes tomaram por esta ocasião e que foram devidas à influência das sociedades secretas e ao receio que os corpos do Estado tinham do Rei e da alta aristocracia».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Entra-se depois na elaboração do novo Código Constitucional, que leva perto de dois anos e se distingue por extraordinária exibição de ignorância, de hostilidade às forças e estruturas tradicionais, de entusiasmo utópico por ideias sem base e sem equilíbrio, da leviana obcecação de tudo deitar abaixo para levantar não se sabe bem o quê. Ao Marquês de Lavradio iremos ainda buscar um juízo severo acerca desse Estatuto: — « Era evidente », reconhece, « que se pretendia expressamente aniquilar o poder real, deixando apenas ao Rei um simulacro de Magestade, e a discussão provava de sobejo a tendência dos exaltados para a destruição da Realeza ». Adiante: — « A Constituição de 1822, baseada na Constituição Francesa de 1791, era um aborto; os legisladores, obsecados com as ideias de liberdade, soberania da Nação, etc., haviam, depois de vinte e um meses, decretado uma Constituição republicana para reger uma monarquia ». Com sentida indignação, já Faustino José da Madre de Deus disse quase o mesmo, no trabalho em que examina o famoso Código e lhe põe em foco as taras fundamentais: — « No meio destas pavorosas agitações políticas, aparece um desgraçadíssimo Rei, a quem só por impostura se conserva ainda o nome » ...

Em resumo: Dom João VI está prisioneiro. Veio entregar os pulsos às algemas fundidas pelos « emancipadores » — servos da Maçonaria. Se não faz frente à hidra demagógica terá de ser sua vítima.

A 1 de Outubro, nova cerimónia de juramento — mais uma! O Soberano — que nesta fase da vida dá mostras de passividade absoluta — presta-se a ela, como de costume. A seu lado, o Infante Dom Miguel jura também. Ignora-se porquê, o Rei acrescenta à fórmula estabelecida que o faz « com o maior prazer e do fundo do coração ». Comenta Herchen, muito a propósito: — « Seria difícil proferir de melhor vontade a sentença da própria *capitis deminutio*! ».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Ao mesmo tempo, perde-se de todo o Brasil. Elevado a Reino em 1815, ainda por Dom João VI — de acordo com um alvitre de Palmela, é bom recordá-lo — a causa separatista adquire, desde 26 de Abril de 1821, força irresistível. Em Dom Pedro só encontra incitamentos — já que a ambição do Príncipe, fascinado pelo exemplo de Bolívar, «libertador» da Venezuela, da Colômbia e da Bolívia, o arrasta a querer desligar-se de qualquer obediência à autoridade paterna.

O insensato Congresso lisboeta tudo faz, aliás, para precipitar o mau desfecho do caso. Suprime os tribunais e as outras prerrogativas de que o Brasil gozou durante a estadia da Corte no Rio de Janeiro. Reclama a cada passo que Dom Pedro venha à Europa. Aos deputados brasileiros dirigem os portugueses constantes vexames e ameaças. Fernandes Tomás, por exemplo, atira-lhes à cara esta insolência: — «Querem-se ir embora, e separar-se com o Brasil? Pois separem-se, vão-se embora com ele». E acrescenta: — «Adeus Senhor Brasil, passe por lá muito bem. Não nos faz falta alguma ...». São desta qualidade os super-homens do *vintismo*!

A maçonaria carioca não se descuida, aproveita a monção propícia. Ainda em 1821, a 5 de Julho, uma sedição militar força o Regente a jurar outra vez as bases da Constituição. Dom Pedro ganha amor ao poder. Nomeia novo Governo, dá recepções, chama a si o comando de toda a vida pública brasileira. Simultâneamente jura fidelidade ao pai, em cartas que são modelo de hipocrisia. Mas a 13 de Maio de 1822 permite que numa parada as tropas o aclamem como «protector e defensor perpétuo do Brasil». A 14 de Agosto do mesmo ano — ao que narra Francisco Adolfo de Varnhagen — presta o juramento maçónico e adopta, dentro da seita, «o nome heroico de Guatimozin ...». No mês anterior já dizia, numa epístola para Dom João VI: — «He um impossivel phisico e moral Portugal governar o Brazil ou o Brazil ser governado por Portugal». Não admira, pois, o que sucede no dia 7 de

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Setembro. Encontra-se o Regente nas margens do ribeiro Ipiranga, arredores de São Paulo, com grande acompanhamento — quando recebe novas intimações das Cortes de Lisboa e uma carta agreste do pai. Então, num lance teatral, desprende do chapéu armado o tope azul e vermelho com as cores portuguesas, lança-o ao chão e grita de espada desembainhada: — «É tempo! Independência ou morte! Estamos separados de Portugal». Imitam-no os circunstantes entre ovações atroadoras. Dom Pedro escolhe para emblema uma flor verde com botão amarelo e a divisa *Independência ou morte* sobre uma fita igualmente verde enrolada no braço. A entrada em São Paulo, após o grito do Ipiranga, é apoteótico. No dia seguinte Dom Pedro proclama aos habitantes da cidade, anuncia que sai para o Rio a tomar as providências necessárias. A 12 de Outubro é erguido por Imperador do Brasil.

Um dos seus primeiros actos: pagar uma dívida de gratidão. Salienta-o Oliveira Lima em *O Movimento da Independência*: «A reabertura do Grande Oriente foi ordenada, Dom Pedro não podendo esquecer que na frase de Mareschal (Ofício de 4 de Novembro) o acto do dia 12 fora «*entièrement leur ouvrage*»...

*

Em Lisboa, a apatia do Rei continua — e continuam os abusos escandalosos do Congresso. O eterno feitio manobrador e astuto de Dom João tira-lhe coragem para se pôr à testa da reacção inadiável. Ainda uma vez dá ouvidos a Palmela e a outros «moderados» — pensa em adiar, em contornar, em ganhar tempo. Sujeita-se a tudo. Cede a um sem número de exigências e impertinências. Gradualmente perde terreno — como todos os indecisos.

Se o Rei hesita e ladeia, perplexo — há quem encare a situação com denodo e propósitos de salutar desafronta. Já nos começos de 1821 se nota, em Trás-os-Montes, o aparecimento de bandos contrários ao novo estado de coisas, capitaneados por António da Silveira Pinto da Fonseca e por Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda. O primeiro foi o Presidente da célebre «Junta Provisio-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

nal », resultante do acordo dos *vintistas* do Norte e do Sul. Desiludido, põe-se à frente dos partidários da ordem antiga.

Mas os grandes centros de oposição e resistência são a Rainha e Dom Miguel.

Dona Carlota Joaquina recusa jurar a Constituição de 1822, como antes o recusou também D. Carlos da Cunha, Cardeal Patriarca de Lisboa, pelo que o desterraram para Baiona. Os jacobinos enfurecidos pretendem igualmente exilar a irmã de Fernando VII ; como a sua saúde abalada não lhe permite fazer viagem têm de se contentar com isolá-la, guardada à vista, no Palácio do Ramalhão. No entanto, Dona Carlota Joaquina é, entre 1821 e 1826, uma das pessoas que melhor incarnam o justo alarme e o vivo protesto da consciência nacional ante as investidas da Revolução. Animam-na uma energia invulgar, uma vontade máscula e decidida, um tenaz apego às doutrinas e prerrogativas da autêntica Realeza. Dotou-a a natureza — na frase conhecida de Oliveira Lima — « para ser uma Isabel de Inglaterra ou uma Catarina da Rússia ». E vê-se condenada pela fraqueza do marido e pelo engenho dos adversários a doloroso ostracismo. Que admira se protesta, se reage, se conspira mesmo ? Tudo mostra que nessa hora conspirar se torna um dever — o primeiro dos deveres. Dona Carlota Joaquina — cujos defeitos ninguém pensa negar, mas são compensados por excepcionais qualidades — assim o compreende. Sintetiza muito bem Alfredo Pimenta : — « A Revolução apoderara-se do Rei. Nobres, traidores à sua missão e ao seu dever, eram, na Corte, instrumentos da Revolução Satânica. A Rainha, dirigindo ou inspirando os movimentos de reacção nacionalista, servia Portugal ; defendia o Portugal português do Portugal estrangeiro ; defendia o Portugal legítimo do Portugal bastardo ; defendia o Portugal que continuava a história gloriosa de oito séculos do Portugal que queria afogá-la em sangue e ignomínia ; defendia o Rei do próprio Rei ». Eis como a História objectiva aprecia hoje o papel da Rainha. Nada surpreende

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

que o filho preferido lhe escute as sugestões e os conselhos, se aqueça ao fogo da sua cólera justiceira — e se disponha a actuar.

É, porém, tendenciosa e incompleta a versão que apresenta o Infante ùnicamente movido pelos incitamentos de sua mãe. Dom Miguel viveu nos últimos anos do Brasil uma série de experiências decisivas. Observou, presenciou tudo — numa idade em que certos espectáculos não esquecem e certas humilhações acordam ânsias irreprimíveis de desforra. Numa idade em que sentimentos e ideias mal se distinguem, formam íntimo e vibrante amálgama.

Entre os sentimentos que devem então dominá-lo figurará decerto o propósito legítimo de desagravar o pai — que viu escarnecido, violentado indecorosamente pelos demagogos do Rio e depois pelos de Lisboa ; a cuja dor assistiu ; a quem provàvelmente escutou amargos desabafos. Entre as ideias que lhe orientam o espírito figura sem dúvida a de ajudar a salvar a autoridade real e a dignidade portuguesa dos abismos em que as lança a ditadura liberal-maçónica. Os dramáticos acontecimentos de 26 de Fevereiro gravaram-se-lhe na memória. Nada repugna mesmo presumir que essa manhã sobressaltada e temerosa acenda na alma do Infante a pequena chama que dois anos depois há-de subir tão alta em Portugal.

Assim o julga também Artur Herchen numa página de grande lucidez. « A alvorada do Século XIX », diz, « reflectiu sangue e fogo na mocidade de Dom Miguel. Após tremendas convulsões ruira o antigo regime francês e seguiram-se por toda a velha Europa as guerras devastadoras que amontoaram escombros sobre escombros e a cuja garra sangrenta não logrou Portugal escapar. Refugiados embora Dom João VI, com sua família e sua Corte, para lá do Oceano, o eco fremente das batalhas alcançou os ouvidos de Dom Miguel, assim como o coro de lamentações dos pobres portugueses que viam o seu território invadido e assistiam ao sinistro desabar dos edifícios nacionais. Tais acontecimentos não podiam deixar de produzir funda impressão no temperamento sensível do moço Infante, cuja alma vibrava de entusiasmo ao ouvir narrar as façanhas dos soldados da pátria e se confrangia com as notícias dos seus lutos e das suas misérias. Dolorosas e graves sensações que

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

são a chave do carácter de Dom Miguel e explicam o seu apego às antigas instituições, em oposição aos princípios revolucionários que, sobre as ruínas fumegantes dos tronos derrubados, os franceses pretendiam impor à Europa pelo ferro e pelo fogo».

Efectivamente, aqui deve estar «a chave do carácter de Dom Miguel»: no seu apaixonado e portuguesíssimo tradicionalismo e na consequente irredutibilidade ante as doutrinas, os homens e os processos da Revolução. Bem o prova aquele elucidativo episódio ocorrido na chegada a Lisboa — quando, sem poder tolerar a sangue-frio as impertinências do Conde de Sampaio, delegado do Congresso, que vai a bordo comunicar as ordens da Assembleia omnipotente, o Infante se encoleriza e o atira pela escada abaixo.

É o furor espontâneo de quem já não está resolvido a consentir em mais desacatos ao prestígio do Monarca e da autoridade por ele personificada. No Brasil Dom Miguel nada pôde fazer — teve de se resignar a ver o pai sofrer as imposições da gente das «lojas», acarinhada e chefiada pelo irmão. Aqui, depara forte partido anti-revolucionário. É geral o descontentamento, de que participam todas as classes: o Clero hostilizado pela impiedade dos novos senhores, a Nobreza proscrita ou desrespeitada, o Povo ludibriado nas suas esperanças. O Exército recebe com atraso as soldadas e também se azeda por fim. Enfim é unânime a aversão ao sistema vigente. Resume Pamplona, em carta a um amigo: — «Ninguém sabe onde isto irá parar, mas nada se prevê senão de triste e fatal. As Côrtes vão deitando tudo a terra... Tudo é mau e tudo se receia pior».

Em Fevereiro de 1823 Trás-os-Montes ergue-se à voz de Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, Conde de Amarante, que em Vila Real se manifesta contra a Constituição e por «El-Rei absoluto». Chaves e Bragança acompanham-no. Gaspar Teixeira, Martinho Correia e outros formam a seu lado. Mas o fruto ainda não está maduro. Os liberais portugueses vêem-se fortalecidos pelo auxílio das tropas espanholas de Morillo. O Conde de Amarante e os seus

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

companheiros do «Exército Restaurador» têm de se internar no país vizinho, dispersos em guerrilhas.

Dá então sinal de si na Península a *Santa Aliança*. O Congresso de Verona — efectuado nos fins de 1822 — confiou a Luís XVIII o mandato expresso de restabelecer a ordem tradicional em Espanha. Em Abril de 1823 entra ali à frente de cem mil homens o duque de Angolema, para ajudar Fernando VII — também cativo dos maçãos — a recuperar os seus direitos. A 23 de Maio o duque assenhoreia-se de Madrid e o triunfo completo das armas francesas já não deixa dúvidas.

Quatro dias depois — a 27 — o Regimento de Infantaria n.º 23, cujo comandante, o brigadeiro José de Sousa São Paio, foi demitido por ser parente do Conde de Amarante, desobedece à ordem de partir para a Beira, revolta-se e marcha para Vila Franca, sob a chefia daquele oficial. São Paio escreve ao general Sepúlveda a reclamar a demissão do Ministério e o restabelecimento dos direitos do Rei. Mal conhece a notícia, Dom Miguel sai, ainda de noite, do Palácio da Bemposta. Seguido de numerosos cavaleiros entre os quais se vêem nomes bem conhecidos do Exército e da Nobreza, põe-se à testa do Movimento, junta-se às tropas sublevadas, dirige a Dom João VI uma mensagem em que declara «não poder ver por mais tempo o abatimento do trono contra a vontade de todo o Reino». E acrescenta: — «Nós devemos conservar ileza a Magestade Real, é um depósito que nos está confiado. Só pretendo servir a Vossa Magestade como Rei e como Pai, e libertar a Nação».

Apenas se sabe do pronunciamento, por todo o país crepita entusiástico alvoroço. Gente de todas as classes vem oferecer-se ao Infante. O instinto do povo português dá-lhe calorosa e espontânea adesão.

Debalde procura o Congresso evitar o desastre pela nomeação de novo Ministério e pela entrega do comando geral das forças ao general Sepúlveda. Este não tarda a passar-se para as fileiras da Contra-Revolução. No dia 30 as Cortes, que deliberam em sessão permanente, estigmatizam o acto de Dom Miguel e o próprio Rei, numa proclamação, se declara resolvido a puni-lo. Mas

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

a 31 o Regimento de Infantaria 18, ao regressar de uma parada no Campo Pequeno, marcha para a Bemposta e diante do Palácio manifesta-se com gritos ardentes de « Abaixo a Constituição » e « Viva o Rei Absoluto ». Ainda uma vez, o Rei deixa-se levar: vai para Vila Franca onde, depois de afectuoso encontro com o filho, assina decretos pelos quais é abolida a Constituição de 1822 e se forma outro governo. A 16 de Junho o Rei e o Infante fazem uma entrada triunfal em Lisboa. Também aí o povo desatrela os cavalos do coche e os substitui. A Rainha é trazida do Ramalhão. Derruba-se no Rossio o monumento comemorativo da vitória constitucional. Numa fúria justiceira a turba assalta o Congresso e quebra as cadeiras dos deputados. Jacobinos, liberais e maçãos emigram em massa. Como recompensa do que fez, Dom Miguel vê-se investido no alto posto de Generalíssimo. Regressa de Espanha o Conde de Amarante, brindado com o título de Marquês de Chaves.

O rápido triunfo, o aplauso do país inteiro, confirmam a oportunidade da *Vilafrancada*. Oportunidade não apenas nacional, mas internacional. Cá dentro, entre muitos testemunhos fáceis de colher, bastará escutar os ditirambos de Palmela, observador fleumático: — « Felicitamo-nos mutuamente e a toda a monarchia portuguesa », escreve, a 9 de Junho, numa carta para Inglaterra, « pela milagrosa e completa restauração que acabou de effeituar-se. Pela segunda vez no decurso de tres anos a fidelidade portugueza conseguiu segurar a Corôa na cabeça a Sua Magestade, repelliu a agressão das bayonetas francezas, e dos punhaes dos carbonarios ». E exalta « o espirito com que se tem feito esta contrarevolução » e « a unanimidade verdadeira com que todo o povo tem acclamado El-Rei, e blasphemado contra a pedreirada ... ». Quanto à impressão causada lá fora, exprime-se pelas homenagens e distinções de que Dom Miguel é alvo por parte de grandes potências europeias. O Rei de França concede-lhe a Ordem do Espírito Santo. O Imperador da Rússia junta à condecoração que lhe manda uma carta do seu punho, datada de 24 de Novembro de 1823, em que assevera: — « Dom Miguel começa a sua carreira com uma façanha pela qual os maiores heróis se orgulhariam de acabar a sua; o melhor

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

prémio do Infante será o reconhecimento geral e a grande memória que a História guardará do seu nome».

Vai o Infante para Vila Franca, à testa da melhor juventude de Portugal — na cavalgada luminosa que recebe o nome de *Jornada da Poeira,* a poeira levantada nos caminhos em plena manhã restauradora — para desagravar seu pai; para libertar a Realeza das algemas; para obedecer ao voto imperioso da consciência colectiva. Aqui não precisamos do Duque de Angolema; por nossas mãos quebramos o jugo.

Nesta hora, inicia Dom Miguel uma luta que há-de alongar-se por uma agitada década. Dá o primeiro passo no seu calvário. Mas cerca também o seu nome duma auréola que não se apagará.

Do bloco de apoio à *Vilafrancada* participam elementos diversos: a par dos verdadeiros realistas, combatentes do Altar e do Trono, agrupados em volta de Dom Miguel e da Rainha — há os «moderados», os liberais de meia-tinta, convencidos de que é irresistível a nova corrente e de que se trata mais de a domesticar e atenuar que de lhe impedir o avanço. Cépticos, manhosos, negociadores com ligações suspeitas, são esses, no fundo, quem em seu proveito empalma a vitória de 27 de Maio. Pamplona, feito Conde de Subserra; Palmela, que de conde se torna marquês — eis os protagonistas do Ministério saído da vitória. O primeiro reflecte o ascendente da França, que passa a exercer-se com maior força através do seu representante Hyde de Neuville, encarregado «*d'enlever habilement le Portugal à l'influence anglaise*» — segundo a fórmula de Chateaubriand; o segundo está mais ligado ao ascendente londrino. O fim destes «moderados» é graduar a marcha da Revolução, sem permitir que a Contra-Revolução alcance o domínio. Combatem-nos, por isso, ambos os sectores extremistas, pois os jacobinos exaltados vêem neles criaturas acomodatícias e ambíguas, e os tradicionalistas suspeitam-nos de planear a traição com os sistemáticos adversários da sua causa.

•

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Dá tudo isto motivo a agitação confusa e multiforme, cheia de coisas misteriosas. Entre os episódios trágicos deste período avulta a morte enigmática do Marquês de Loulé a 29 de Fevereiro de 1824, em Salvaterra — que serve de pretexto a abjectas calúnias contra Dom Miguel e alguns dos seus amigos. Forma-se outra vez o núcleo reaccionário em torno de Dona Carlota Joaquina e do Infante-Generalíssimo; os inimigos aproveitam para os intrigar junto do Soberano, para insinuar que projectam destroná-lo e entregar a Regência à irmã de Fernando VII. Através de Subserra e Palmela, o Liberalismo instalou junto do comando o seu Cavalo de Tróia. Vencedora na aparência, a vontade nacional está de facto vencida.

Torna-se isto flagrante quando, a 30 de Abril de 1824, Dom Miguel se põe novamente à cabeça das tropas, faz cercar o Palácio da Bemposta para que seu pai não se deixe sugestionar, manda prender os chefes «moderados» e outros elementos perigosos — e na proclamação que lança ao país declara que Dom João, «cercado de facciosos, nem tem vontade livre» e que os seus objectivos são: «salvar o Rei, a Real Família, a Nação, sustentar a Santa Religião de nossos maiores; e para tão justos fins, apesar de toda a casta de sacrifícios, estabelecer os meios necessários, já que os adoptados até agora não têm sortido o desejado efeito». Aos soldados diz também que é necessário levar ao triunfo «a grande obra começada, dando-lhe segura estabilidade, esmagando de uma vez a pestilenta cáfila dos Pedreiros Livres». Na aparência, uma segunda *Vilafrancada*: como então, o Rei, num decreto — a 3 de Maio — aprova claramente o filho; e dir-se-á que se vai entrar, de facto, em rumos definitivos. Mas Hyde de Neuville actua, arrebanha os outros diplomatas e, graças a autêntica intervenção estrangeira com ameaças à mistura, forçam todos a entrada na Bemposta, convencem o Soberano de que Dom Miguel quer tirar-lhe o poder e conseguem, por ardil, levá-lo para bordo da nau inglesa *Windsor Castle*, fundeada no Tejo. Daí, subjugado pelas injunções dos delegados das potências, Dom João chama o Infante — que, num belo exemplo de obediência filial, plenamente desmente as caluniosas intenções que lhe atribuem, pois em vez de se rebelar acorre logo

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

— e exonera-o do comando em chefe. Dom Miguel é forçado a escrever então ao Rei uma carta em que lhe pede licença para viajar pela Europa. E toma a 13 de Maio o caminho do exílio, na fragata *Pérola*.

Privado do filho — afinal o seu melhor defensor — Dom João VI passa a viver inteiramente tutelado pela cabala palaciana. Ainda pensa em convocar os Três Estados à maneira antiga, mas o projecto não tem seguimento. Quem dirige tudo, no fundo, são Palmela e Subserra — mais aquele que este, já que a seguir à *Abrilada* a Inglaterra readquire maior influência no nosso país.

O Governo de Londres preconiza o reconhecimento da independência brasileira. Assim terminará a grandeza imperial de um Portugal soberano em ambos os lados do Atlântico.

Dom Pedro escreve a seu pai cartas insolentes em que contradiz todas as declarações primitivas. Declara guerra a Portugal; fala como brasileiro; em 15 de Julho de 1824 diz bem expressamente: — « Eu como Imperador e Vossa Magestade como Rei estamos em guerra ... ».

Uma expedição de reconquista? Impossível. Inviável. Apenas se procura salvar as aparências, compor tudo pela aceitação dos factos consumados — isto é, pela perda do Portugal americano. Enfim, a 13 de Maio de 1825, após uma série de incidentes e conversações diplomáticas, Dom João VI reconhece o novo Império brasileiro com administração autónoma e delega no filho primogénito toda a soberania; apenas conserva para si — simbòlicamente, é claro — o título de Imperador do Brasil.

A 25 de Novembro de 1825 repetem-se tais afirmações no Tratado definitivo e acrescenta-se que Dom Pedro « em reconhecimento de respeito e amor a seu augusto pai, o Senhor Dom João VI, anue a que Sua Magestade Fidelíssima tome para a sua pessoa o título de Imperador ». Repare-se: — « para a sua pessoa ». Terminada a vida de Dom João VI, mesmo o simbólico e platónico título deixará

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

de subsistir. É a separação completa. Fecha-se um ciclo glorioso, começado trezentos e vinte e cinco anos atrás, ilustrado pelas glórias de tantos apóstolos, de tantos guerreiros, de tantos sábios, de tantos estadistas — que projectaram além-Atlântico as mais belas forças e virtudes do génio português. O Brasil deixa de ser nosso. Principia a sua caminhada para novos destinos. Data que marca a mais larga mutilação sofrida pelo grande Portugal da Idade de Oiro.

*

Segundo a versão oficial, Dom João VI extingue-se no dia 10 de Março de 1826, perto das cinco da tarde. Desde o começo do mês, após a famosa merenda na Quinta da Praia de Belém, o seu estado torna-se alarmante. Os boletins médicos de 5 e de 6 assinalam rápidas pioras. O Soberano é constantemente atacado de grandes náuseas que se resolvem em fortíssimos vómitos; logo depois cai em longos desmaios assustadores. No dia 6 há conferência médica; os que nela tomam parte não reconhecem a natureza do mal, «ou não querem reconhece-lo», como Herchen insinua. De 7 a 9 chegam a sugerir ilusório optimismo. Mas o mal é implacável. A 10 o filho de Dona Maria I deixa de existir.

Imediatamente se levantam graves suspeitas. Há quem sustente que o Rei morreu a 7 de Março e a intriga liberal, predominante no Paço, ocultou o facto até 10 para ter tempo de fabricar o documento que nomeia a Regência e de se concertar sobre o caminho a seguir. O caso não chega a ser esclarecido. Aceite-se pois a data oficial — tanto mais que o pormenor interessa relativamente pouco.

«O cadáver foi depositado em São Vicente de Fora, jazigo da Casa de Bragança», conta a *Revista Histórica de Portugal*, «e logo os boatos circularam que Dom João VI tinha sido envenenado, dando corpo a estas suspeitas o parecer de alguns médicos que o tinham tratado, e a morte repentina do cirurgião Aguiar, íntimo privado do Rei, que segundo o temerário juízo dos partidistas do tempo se suicidara, uns diziam pelos remorsos do crime, outros pela

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

desesperação de ter perdido o seu bemfeitor, e não poucos o suspeitaram assassinado por outros cúmplices para maior firmeza do fatal segredo». Recorde-se que este Aguiar, apenas se verifica a morte do Rei, ainda antes das solenidades fúnebres, parte sùbitamente de Lisboa para o Brasil e de lá volta com idêntica velocidade, «para se suicidar» como então se disse — ou para ser *suicidado* ... É interessante notar que o desaparecimento de Dom João VI se espera no Brasil «a todo o momento» — como resulta duma correspondência da Baía para o *Journal des Débats,* datada de 15 de Março de 1826, antes de lá ter portanto chegado a notícia. Todavia o Rei conta apenas 59 anos e atravessa um período de razoável saúde ...

Tradicionalistas e liberais acusam-se mùtuamente do assassínio — se assassínio houve. Argumentam os primeiros não só com a tal ida repentina do misterioso cirurgião ao Rio (à semelhança de agente que se apressa a ir receber o preço de sinistra proeza) mas também com o episódio do cozinheiro Caetano, sobre o qual se teria exercido uma tentativa de suborno e que, depois de recusar envenenar Dom João, foi ele próprio envenenado e o cadáver enterrado a seguir — «para escapar à autópsia». E conhece-se a memorável audiência — dois meses e meio depois, quando Sir William A' Court vai apresentar à Rainha os pêsames pessoais de Jorge IV — na qual Dona Carlota Joaquina não hesita em precisar as suas acusações e até menciona o tóxico escolhido: doses sucessivas de água tofana, um composto de arsénico.

Alegam por seu lado os liberais que o «partido da Rainha» quis vingar-se da acção do Rei na *Abrilada* e do exílio imposto ao Infante Dom Miguel. Assim tentará criar uma situação que lhe permita jogar nova cartada mais feliz e apossar-se do mando.

Seja como for, é caso para perguntar: a quem convém sobretudo o desaparecimento de Dom João VI? As aparências imediatas levam a supor que aos defensores da Tradição nacional — visto predominarem então junto do trono os seus inimigos e a sucessão caber indisputàvelmente a Dom Miguel depois da série de actos pelos quais o primogénito Dom Pedro se excluiu de quaisquer direitos à Coroa.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Desde que se observe melhor, compreender-se-á como, pelo contrário, são os liberais os maiores beneficiários do acontecimento. Ao que parece, Dom João VI, que só constrangido pela pressão estrangeira de Maio de 1824, e com muita mágoa, se decidiu a enviar o filho segundo para Viena — já se arrependeu e dispõe-se a chamá-lo de novo para junto de si. « Vou mandar vir o Miguel » — ouve-lhe alguém dizer por essa altura. Perigo enorme para os constitucionalistas e maçãos. A popularidade de Dom Miguel, o prestígio de que desfruta no Exército, a decisão de que já deu provas, ameaçam fazer-lhes soçobrar a empresa. Quererão evitar que o Infante venha, restituído às boas graças paternas ?

Impossível, já agora, apurar a verdade. Há charadas que a História deixa assim mesmo : indecifráveis.

No último decreto de Dom João VI, de 6 de Março, entrega-se a Regência a um Conselho presidido pela Infanta Dona Isabel Maria, de que fazem parte algumas figuras proeminentes : o Cardeal Patriarca, o Duque de Cadaval, o Marquês de Valada, o Conde dos Arcos, os ministros e os secretários de Estado — « enquanto o legítimo Herdeiro e Sucessor desta Coroa não der as suas providências a este respeito ». Há muito quem conteste a veracidade do documento e atribua a sua autoria à cabala maçónico-liberal. A nós, parece-nos lógico que seja do próprio Rei. Obstinado, numa ironia póstuma, insiste Dom João VI no recurso à *estratégia,* compraz-se em ladear pela vez derradeira, em adiar até ao fim. Aqui é que estará certa a frase, aliás apócrifa, posta na boca de Luís XV de França pela imaginação de certos historiógrafos : — « *Après moi, le déluge !* »

O Rei que foi grande, nobre, clemente, deixa, adiante de si — o dilúvio. Dilúvio de sangue que vai alagar Portugal !

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

CALVÁRIO DA LEGITIMIDADE

«O legítimo Herdeiro e Sucessor desta Coroa»... Quem é? Dom João VI não se decide a escrever-lhe o nome. Sabe decerto que não pode ser o filho do Brasil — mas não quer dizê-lo, pois até à última acarinha a esperança quimérica de que as duas Coroas voltem a unir-se em Dom Pedro. Por isso também não se resolve a designar no decreto-testamento de 6 de Março aquele que deve sentar-se no trono vago — e que só pode ser o segundo filho, o exilado de Viena.

Na Regência, os pareceres dividem-se. O Duque de Cadaval preconiza, e muito bem, a convocação dos Três Estados. Outros temem com razão que daí saia a aclamação de Dom Miguel e não a querem por forma alguma. Não a querem porque têm medo de que o chefe da *Vilafrancada* e da *Abrilada,* o paladino da Contra-Revolução, lhes peça responsabilidades e modifique por inteiro o sentido das coisas. Não a querem, por saberem que Dom Miguel no trono é Portugal livre de ingerências e doutrinas estrangeiras, restituído à linha firme das suas tradições históricas e políticas. E decidem atropelar o Direito Pátrio, fazer triunfar a candidatura do primo-

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

génito de Dom João VI. De 10 a 30 de Março as hesitações subsistem. Nesta última data sai uma portaria em que se determina que todas as leis e documentos públicos se expeçam em nome de Dom Pedro IV. « Pura formalidade, incidente sem alcance, um preito apenas dado à doutrina hereditária e ao direito da primogenitura » — afirma, no *Portugal Contemporâneo,* Oliveira Martins, que prossegue : — « Imperador no Brasil, D. Pedro não podia ser Rei de Portugal ... Teria de abdicar por força ... ». Talvez alguém assim pense. Certamente alguém pensa de modo diverso. É nítido o propósito de esbulhar Dom Miguel — propósito que vem de longe. Em Maio de 1824 já Palmela, num despacho para o Conde de Vila Real, frisa que no caso de se suscitar a questão da sucessão às Coroas dos dois Reinos a divisão deverá fazer-se « não entre os dois augustos filhos do nosso actual Monarca, mas entre dois filhos de S. A. R. o Príncipe Dom Pedro ». O próprio Governo britânico julga então isto inexequível. No projecto de reconciliação luso-brasileira apresentado por Canning, a 9 de Agosto do mesmo ano, figura esta cláusula bem clara : — « *The Emperor of Brasil declares his willingness to renounce his personal right of sucession to the crown of Portugal* ».

Um autor sério e, neste capítulo, insuspeito, visto defender até os direitos do Imperador brasileiro — Fortunato de Almeida — também escreve, acerca da designação de « Príncipe Real de Portugal e Algarves » que a Dom Pedro aplica a Carta Patente de 13 de Maio de 1825 : — « Não se podia deixar de considerar Dom Pedro como estrangeiro, desde que se revoltara contra a pátria e contra El-Rei seu pai ; desobedecera às Côrtes Constituintes, conservando-se no Brasil ; *ele próprio se declarou estrangeiro e como tal foi considerado* depois da morte de El-Rei ; e portanto não podia intitular-se Príncipe Real de Portugal e dos Algarves. Era a doutrina das Côrtes de Lamego, tidas desde 1640 como lei fundamental do reino, e que não podiam ser derrogadas pela Carta Patente de 13 de Maio ». Embora se trate de problema esclarecido — com o qual só a má fé ou a ignorância ainda especulam — será porventura útil reduzir a

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

breve esquema as razões basilares da ilegitimidade de Dom Pedro à data da morte de seu pai:

a) As Leis Fundamentais da Monarquia Portuguesa excluem do trono o Príncipe Estrangeiro: *Nunquam volumus nostrum Regnum ire for de Portugalensibus* — lê-se nas célebres actas das Cortes de Lamego. Trata-se de um documento apócrifo? Nem por isso tal apocrificidade mostra que as Cortes se não tenham efectuado — e a esse respeito as mais consistentes dúvidas persistem. No entanto, o que interessa é que em 1826 todos acreditam nas Cortes de Lamego e nas actas inseridas por António Brandão na *Monarchia Lusitana*; e que as Cortes de Lisboa de 1641 nelas se basearam e as sancionaram neste ponto. O Estado dos Povos, nos seus Capítulos I e III, pediu «que se ordene de modo que nunca jamais o possa herdar (o trono) Rei algum, nem Príncipe Estrangeiro; de maneira que o Rei que houver de ser deste Reino de Portugal, seja natural, e Portuguez legitimo nascido no Reino e com obrigação de morar e assistir n'elle pessoalmente»; o Estado da Nobreza (Capítulo I) opinou igualmente que o Rei «deve ser natural do mesmo Reino, nascido e creado n'elle para conhecer seus vassalos e os amar como naturaes» e «que a sucessão do Reino não possa vir nunca a Principe Estrangeiro, nem a filhos seus, ainda que sejam parentes mais chegados do Rei ultimo possuidor». Isto declarou Dom João IV aceitar «e mandar fazer lei».

É Dom Pedro «Principe Estrangeiro» em 1826? Incontestàvelmente: 1.° — As *Ordenações do Reino* (Livro 2.°, Título 55, § 3.°) declaram estrangeiros a Portugal os portugueses que se ausentarem deste Reino para ir residir noutro; 2.° — A Constituição Brasileira, jurada por Dom Pedro, define (Tít. II, art. 6.°, n.° IV) como cidadãos brasileiros «todos os nascidos em Portugal que, sendo residentes no Brasil na época da sua independência, aderiram a esta, expressa ou tàcitamente, pelo único facto de continuarem a residir no Brasil»; a mesma Constituição (Tít. IV, art. 119.°) diz: «Nenhum estrangeiro poderá suceder na coroa do Brasil» — logo, Dom Pedro, que continuou a residir no Brasil após a independência, e tomou ali a Coroa, é cidadão brasileiro; 3.° — Em 14 de Março

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

de 1822, termina assim uma carta para seu pai: — «Deus guarde a preciosa saúde de V. M. e vida que tão preciosa é para todos os portugueses honrados, e para *nós os Brasileiros*, a quem está incorporado». Esta expressão flagrante reaparece, com insistência, na maioria das cartas: a 19 de Março do mesmo ano, a 26 de Abril, a 28 de Abril, a 26 de Julho, a 4 de Agosto, etc. — logo, Dom Pedro é cidadão brasileiro por sua própria designação. E Chamberlain, ministro britânico no Rio, conta, em despacho a Canning de 7 de Janeiro de 1826, um episódio sintomático: o dos portugueses ali chegados que vão a São Cristóvão apresentar as suas homenagens ao Imperador. Querem, segundo a praxe, beijar-lhe a mão. Dom Pedro, porém, logo a retira com vivacidade; e observa de mau humor que não pode consentir em tal, pois é mercê que sòmente dispensa aos próprios súbditos, os brasileiros: — «*os portugueses são para êle estranhos* ...»

b) Encarregado por seu pai de o representar no Brasil, Dom Pedro auxilia, favorece e acaba por chefiar a revolta de que resulta a autonomia daquele país. Que determinam a este propósito as *Ordenações do Reino*? Vejamos: Liv. V, tít. VI — «Comete o crime de lesa-magestade: 3.° O que tiver castelo ou fortaleza do Rei e se levantar com êle; 4.° Aquêle que der conselho aos inimigos do Rei em seu desserviço ou de seu Real Estado; 8.° Aquêle que quebrar ou derribar as armas reais».

Tudo isto faz Dom Pedro — porque se levanta com as fortalezas do Brasil; porque não só dá conselho aos inimigos do Rei, mas se torna seu chefe; porque ordena que em todo o território brasileiro as armas reais de Portugal sejam derrubadas.

E como punem tais delitos as *Ordenações*? Com o epíteto de traidor, exclusão da herança, infâmia perpétua, pena de morte e confiscação de bens. Basta o segundo ponto: excluído da herança, não pode Dom Pedro suceder a Dom João VI.

c) Depois de ter contribuído para a rebelião do Brasil e a ter mesmo patrocinado, Dom Pedro faz mais: declara guerra a Portugal e manda cometer numerosos actos de hostilidade contra as nossas tropas: apresamento da corveta em que foi o Conde de

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Rio Maior, flagelação de soldados portugueses, etc. As *Ordenações do Reino* (nos mesmos Livro e Título) declaram ainda de lesa-majestade, «traição cometida contra a pessoa do Rei ou seu Real Estado», vários actos, entre os quais os seguintes: «3.º se em tempo de guerra alguém se fôsse para os inimigos do Rei, para fazer guerra aos lugares dos seus Reinos; 4.º se alguém fizesse conselho e confederação contra o Rei e seu Estado, ou tratasse de se levantar contra êle, ou para isso desse ajuda, conselho e favor». Estes actos são também castigados, além das graves penalidades apontadas, com a exclusão da herança paterna.

d) A residência do Rei em Portugal é das mais expressas condições que as antigas leis estabelecem. Recordem-se as Cortes de Lisboa de 1641 (Estado dos Povos, cap. II e III): — «O Rei, que houver de ser deste Reino de Portugal seja... com obrigação de morar e assistir n'elle pessoalmente». O Capítulo I do Estado da Nobreza vai mais longe: — «E acontecendo suceder o Rei d'este Reino em algum outro Reino ou Senhorio maior, seja obrigado a viver sempre n'este». Tais disposições são confirmadas pela Carta Patente de Dom João IV, de 12 de Setembro de 1642. Ora o Imperador jura a Constituição brasileira a 25 de Março de 1824 e essa Constituição proíbe ao mesmo Imperador a residência fora do Brasil; no seu art. 104 prescreve até que não poderá sair do Brasil sem consentimento das Cortes reunidas em Assembleia Geral. A não ser, portanto, que Dom Pedro possua o dom da ubiquidade, desde que se comprometeu, como Soberano brasileiro, a nunca abandonar a sua pátria de além-mar, está absolutamente privado de qualquer direito ao trono português, que impõe a obrigatória residência do Monarca no território nacional.

e) Há ainda a mencionar os numerosos documentos em que o Imperador brasileiro explìcitamente renuncia aos direitos (aliás inexistentes) que lhe coubessem por motivo da primogenitura. Sublinhe-se que é esta a razão menos forte de todas, pois aquilo a que principalmente se tem que atender não é aos desejos, prescrições ou renúncias dos Príncipes — mas ao que as Leis Fundamentais

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

estipulam e que os referidos Príncipes, *por si sós*, não podem anular, esquecer ou destruir.

Não deixa todavia de vir a propósito lembrar as conhecidas afirmações de Dom Pedro, na correspondência trocada com seu pai. « De Portugal, nada, nada ; não queremos nada » — escreve. A 15 de Julho de 1824, informa de novo Dom João : — « De Portugal, já disse a Vossa Magestade, não queria nada » E adiante : « É incompatível com os interêsses do Brasil e de Portugal que seja Rei dêste último reino ». E ainda outro período bem nítido : — « A Nação Portuguesa, zelosa da sua independência e exigindo de mim uma prova irrefragável do meu desejo de a ver para sempre separada da Nação Brasileira, sou servido declarar : que já não tenho pretensão alguma, nem direito à Coroa de Portugal ». É possível ser-se mais claro ? ! Isto explica a surpresa que o próprio Dom Pedro confessa, ao saber que a Regência o reconhece como « legítimo » sucessor de Dom João VI. Em 1826, na abertura das Câmaras Brasileiras, faz o Imperador esta declaração, ao mesmo tempo cínica e ingénua : — « No dia 24 de Abril, achando-me, *quando menos o esperava*, legítimo Rei de Portugal » ...

Qualquer comentário enfraquecerá o testemunho magnífico desta frase de oiro !

Mas « a melhor razão da legitimidade de Dom Pedro », desvenda com argúcia Oliveira Lima, « estava em que servia de obstáculo à ocupação do trono pelo irmão ».

Numa interessante brochura impressa em Londres por 1831, denuncia-se « um celebre Comité Directeur ou Sociedade directora, estabelecida em Paris ... que tem ramificações e lojas em todas as grandes cidades da Europa ; e que possue uns grandes fundos ; que se aplicão aos fins da sociedade que he o principal guerra aberta ás antigas dinastias da Europa, destrui-las e elevar sobre as suas ruinas não republicas, mas simulacros delas, tendo á testa chefes ou soberanos de sua escolha ... ». Estes « simulacros de republicas » são claramente as monarquias liberais-constitucionais,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

inconsistentes e frágeis, abdicações ou mascaradas em que o poder real se apaga perante o domínio das assembleias. Não é Dom Pedro o « chefe ou soberano de sua escolha » que o *Comité Directeur* de Paris quer colocar à testa dos destinos portugueses ? A Maçonaria, que no Brasil o elevou, busca tomar novamente conta de Portugal por seu intermédio ...

E as coisas precipitam-se com estranha rapidez. A Regência envia uma deputação ao Rio, a render preito ao Imperador e a pedir-lhe ordens. Compõe-na o Duque de Lafões, D. António José Ferreira de Sousa, Arcebispo de Lacedemónia e o Dr. Francisco Eleutério de Faria e Melo. Dom Pedro — já prevenido (se é que o não foi antes) pelo brigue *Providência*, chegado a 24 de Abril, principia logo a proceder como Rei incontestado. Além de confirmar a Regência a 26 e de decretar uma amnistia para todos os delitos — outorga, a 29, uma « Carta Constitucional », à semelhança do que fez para os súbditos de além-mar. A 2 de Maio abdica expressamente na filha, « a Princesa do Grão Pará, Dona Maria da Glória », que tem apenas sete anos e deve casar com seu tio Dom Miguel depois deste jurar a « Carta ».

Que é no fundo a « Carta Constitucional » ? Um estatuto representativo das teorias do individualismo liberal, em que mal se mantêm certas fórmulas e certas aparências e se abre o passo à Revolução. Inspira-se na nossa Constituição de 1822 — por sua vez, como é sabido, oriunda da francesa de 1791. Foi elaborada no Rio por Dom Pedro, pelo inglês Carlos Stuart e pelo brasileiro Francisco Gomes. Bem merece, pois, o epíteto de franco-anglo-brasileira. Portuguesa é que não, visto em nada atender às tradições, aos costumes, aos desejos e necessidades da Nação, que os seus autores — todos estrangeiros — ignoram. Na jornada de 24 de Agosto de 1820 e nos acontecimentos dela resultantes — tudo se fez sem a Realeza ou contra a Realeza. Dom João VI apareceu depois, como vítima ; aceitou, conformou-se — mas nenhuma responsabilidade lhe coube na iniciativa. Agora, é do próprio Monarca que a iniciativa parte. Julga-se que tal facto signifique um ressurgimento do prestígio do poder real. Bem vistas as coisas, o poder real vem

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

negar-se, despojar-se por suas mãos. Dom Pedro merece plenamente ser chamado — como lhe chama depois Calmon — « a Revolução coroada » ...

Ao outorgar a « Carta » viola arbitràriamente as Leis Fundamentais do Reino. « A Constituição primitiva da Monarquia ... não podia ser, não digo eu abolida mas nem alterada, senão pelos mesmos meios porque foi feita : este é um axioma de eterna verdade. Foi um contrato feito entre o Rei e a Nação ; nem a Nação sem o Rei, nem o Rei sem a Nação o podiam abolir ou alterar. Posto isto, é nula a « Carta », que destroe as Côrtes de Lamego, porque faltam as condições legais para dissolver um contrato » — define, certeiramente, José Agostinho de Macedo. Outro ilustre escritor legitimista, D. Miguel Sotto Mayor, reforça, na sua análise a um livro infeliz de Tomás Ribeiro : — « A Nação tinha também direitos *inauferíveis*. Tinham-lhe abolido o seu pacto fundamental sem a consultarem ; tinham-lhe imposto um soberano estrangeiro e um código para cuja feitura ella não concorrera ». E recorda que nunca em Portugal o Rei foi autorizado a fazer « constituições » segundo o seu capricho. O próprio Lorde Porchester, defensor britânico das ideias liberais, nota com transparente censura : — « É lícito pôr em dúvida que o mais legítimo dos soberanos possua o direito de, pela expressão única da sua vontade, alterar as leis e as instituições fundamentais dum governo secularmente estabelecido » ...

Numa palavra : a dignidade do Imperador do Brasil exige-lhe que se recuse a quaisquer exibições de pretendente à Coroa. Pelo contrário : outorga a « Carta » e abdica em sua filha uma soberania que não pode abdicar por a não ter. Desde então passa a incarnar o Liberalismo — tão ilegítimo perante a Nação como o seu chefe é ilegítimo perante o trono.

*

Chega Stuart a Lisboa com a « Carta » e vão sendo conhecidos os actos praticados discricionàriamente no Rio por Dom Pedro. A agitação grassa logo por toda a parte. A consciência tradicio-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

nalista do povo, passado o primeiro momento de espanto, reage vivamente. Tanto a Regente Dona Isabel Maria como o Ministro dos Negócios Estrangeiros Barbacena vacilam. Ganha terreno a ideia justa de se convocar os Três Estados para os consultar acerca da « Carta » e do resto.

É então que o General das Armas do Porto, João Carlos de Saldanha, militar destemido e impulsivo, outrora partidário de Dom Miguel e seu companheiro na *Vilafrancada*, depois rendido aos sortilégios do *vintismo*, põe a sua espada na balança. Reclama a imediata publicação da « Carta » e o seu juramento solene. Tem a ambição de desempenhar papel de primeiro plano e encontra ensejo favorável ao armar em paladino de uma causa incerta, que depende nesta altura da sua intervenção. De facto tudo se passa como o sonhou. À voz de Saldanha, acaba o período de hesitações. A « Carta » sai na *Gazeta* de 12 de Julho e o juramento marca-se para 31. Nesse dia há festas aparatosas em Lisboa e Porto. A burguesia liberal, em grande parte filiada nas sociedades secretas, colabora nelas com todas as suas galas. Declamam-se péssimos versos e exibem-se grotescas alegorias :

— « Viva, viva p'ra sempre, ó portuenses,
Pedro, Constituição, Pátria, Saldanha ! »

E estrugem aclamações ao *dador* da « Carta », a Dona Maria sua filha, ao herói cujo sabre funda e garante a nova ordem de coisas. Apoteose fictícia, que não traduz os sentimentos do genuíno povo português.

Esse — está com Dom Miguel, que conhece e admira, que seguiu no golpe de Vila Franca e cujo exílio após a *Abrilada* nunca aprovou. Não concebe que pense em governá-lo o « brasileiro » desnacionalizado e ausente. Ainda supõe, até Junho de 1826, que Dom Pedro entregue simplesmente o poder ao irmão e se furte ao equívoco provocado pela decisão da Regência. Quando se sabe que é na filha — também brasileira — que o Imperador o delega, redobram a sua desilusão e o seu furor.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Já a 26 de Julho — cinco dias antes do juramento da «Carta» imposto por Saldanha — Infantaria 24 aclama em Bragança Dom Miguel e como se trata apenas de um protesto isolado interna-se em Espanha. Mas no próprio dia 31, enquanto se desenrolam as festas, o brigadeiro Magessi levanta o mesmo grito em Vila Viçosa, com os soldados de Cavalaria 2; e o 17 de Estremoz, que de manhã jurou contrariado a «Carta», junta-se-lhe à tarde. A 12 de Setembro é o brigadeiro Bernardo da Silveira em Almeida, com o 11 de Infantaria; a 5 de Outubro o Marquês de Chaves em Vila Real; no Algarve, a 15 de Outubro o 4 de Caçadores e o 15 de Infantaria fazem o mesmo; a 21, em Vila Pouca de Aguiar, imita-os o 7 de Caçadores. Diversos contingentes mais reúnem-se-lhes para além da fronteira. Em Dezembro toma a ofensiva no Alentejo o exército realista sob a chefia de Magessi; entra por Vila Viçosa e só recua diante das forças superiores do Conde de Vila Flor — mas para voltar a entrar pelo norte, onde o grosso das tropas, com o Marquês de Chaves, os Viscondes de Molelos e da Várzea e outros oficiais se apossa de Trás-os-Montes, de parte da Beira, do Minho e recebe a adesão de numerosos populares. A sorte da «Carta» e dos seus defensores parece comprometida. Mas a Regente de Lisboa e Dom Pedro do Rio pedem auxílio para Londres. E temos outra intervenção estrangeira, não apenas diplomática, mas armada. A divisão de Clinton desembarca na capital a 24 de Dezembro. Já quinze dias depois Vila Flor consegue bater o Marquês de Chaves em Coruche da Beira. O caudilho tradicionalista passa a Espanha, mas surge de novo por Trás-os-Montes. O Norte continua a ser teatro de lutas incessantes. A divisão britânica, porém, vai até Coimbra para lhe prevenir os intentos. O que não impede que nos últimos dias de Abril, em Elvas, algumas unidades da guarnição e o povo aclamem por seu turno o Infante.

Enfim: a vontade do país manifesta-se. Todos começam a compreender que não é possível ignorá-la e violá-la.

Dom Miguel, dominado por Metternich que de Viena dirige a política da *Santa Aliança* e considera o caso português complexo

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

e emaranhado — «*Le Roi de Portugal m'eût fait grand plaisir en continuant à vivre*», desabafa o Chanceler austríaco, nas suas Memórias, ao comentar a morte de Dom João VI — decide-se a jurar a «Carta» e fá-lo a 4 de Outubro de 1826. Porque o faz? Mal informado acerca do Direito Tradicional Pátrio, é provável que não saiba até bastante tarde ter o irmão — que sempre se habituou a considerar seu futuro Soberano — perdido todas as qualidades para suceder na Coroa. Metternich mantém-no na ignorância, pois lhe convém a passividade e a cegueira do Infante. Se, por um lado, as preferências doutrinárias do Chanceler são antiliberais, por outro não pode esquecer que Dom Pedro casou com a Arquiduquesa Leopoldina, filha do seu Imperador e que Dona Maria da Glória é, pois, neta de Francisco II. Daí a sua manobra no sentido de fazer de Dom Miguel dócil e apagado Príncipe consorte e de favorecer a subida ao trono da Princesa do Grão-Pará.

Metternich retém quase sob sequestro o filho segundo de Dom João VI. Não lhe deixa receber visitas de Portugal. O Marquês de Abrantes vai daqui para trazer Dom Miguel; não pode ultrapassar Génova. E assim sucede a quem procure chegar até ao Infante, contar-lhe a efervescência existente na Pátria à volta do seu nome e da sua causa. Entretanto as Princesas suas irmãs residentes em Madrid — Dona Maria Francisca, mulher do Infante Dom Carlos de Espanha e Dona Maria Teresa, viúva do Infante Dom Pedro Carlos — conseguem fazer-lhe chegar às mãos, por intermédio do Ministro espanhol em Viena, Acosta, e do nosso Ministro Barão de Vila Seca, uma cópia das leis que regulam a sucessão entre nós. A leitura atenta de tais documentos abre os olhos a Dom Miguel; e António Bartolomeu Pires, Visconde de Queluz, por ele consultado, opina serem incontestáveis os direitos que lhe assistem a ocupar o trono português, uma vez excluído Dom Pedro. Elucidado e alvoroçado, fala Dom Miguel com Metternich para expor ao Imperador de Áustria o novo aspecto da questão. Mas o Chanceler é voluntarioso e tenaz. Convoca o Corpo Diplomático e propõe a Francisco II que o Visconde de Queluz seja expulso de Viena, que seja preso o alemão Ulsemann, tradutor dos documentos e professor de

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

História do Infante e que este seja intimado a jurar imediatamente a «Carta» e a prestar obediência ao irmão, sob pena de se ver sujeito a regime mais duro. Tem Dom Miguel de submeter-se, mas não sem reservar expressamente os seus direitos; escreve mesmo a Dom Pedro e diz-lhe haver ligado «ao juramento prestado à *Carta* a minha reserva formal e ao mesmo tempo o meu protesto não menos formal contra toda a violação dos meus direitos».

Isto esclarece a velha acusação de «perjúrio» lançada contra Dom Miguel. A polémica travada em redor do caso entre partidários e adversários do Infante pouco interessa, afinal. Insista-se: nem Dom Miguel nem Dom Pedro podem inventar um Direito Pátrio e dispor, só por si, do que diz respeito tanto a eles como à Nação. As Leis Fundamentais do Reino «ligam os vassalos e os Soberanos também» — declaram com toda a razão os emigrados tradicionalistas em Espanha.

Vem a propósito mencionar que Oliveira Lima absolve do hipotético «perjúrio» o exilado de Viena, ao alegar com inteligente ironia: — «Dom Miguel duas vezes jurou a Constituição — mas que importa? Seu irmão prestara, como regente do Brasil, juramento de fidelidade ao Rei de Portugal e deixara-se ou fizera-se, no entanto, proclamar Imperador...». E o notável erudito recorda a objecção apresentada pelo publicista inglês Walton, de que «os juramentos do Infante podiam ligá-lo pessoalmente ao respeito das disposições constitucionais, mas não ligavam por forma alguma a Nação». Conclui, por fim: — «Demais, um juramento prestado sob coacção carece de valor moral e legal...». Ora o juramento de Viena é, sem dúvida, prestado sob a coacção de Metternich e do seu areópago de diplomatas. Nem vale a pena, de tão claro que é, perder mais tempo com o assunto.

*

Talvez por adivinhar em que sentido se manifesta a vontade nacional, ou persuadido de obter a tolerância complacente do irmão mais novo — nomeia-o Dom Pedro seu Lugar-Tenente a 3 de Julho

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

de 1827. Claro que Saldanha não pode aguentar-se; a 20 a Regente demite-o. Há agitação entre a gente das «lojas»; e uma plebe desordeira manifesta-se estrepitosamente pela sua reintegração. São os motins que, visto se efectuarem de noite, iluminados a archotes, ficarão conhecidos por «archotadas». Vila Flor domina-os — e o herói da «Carta» recolhe, por algum tempo, ao silêncio.

No fim do ano Dom Miguel chega a Paris e vai a Londres, onde a sua estada causa a melhor impressão. «Conduziu-se com muita dignidade e tacto», escreve de lá Palmela para Portugal, «agradou a El-Rei; agradou aos ministros que conversavam com ele, e ao povo que o viu». Demora-se umas semanas. A 9 de Fevereiro embarca em Portsmouth com rumo a Lisboa, na fragata *Pérola* — a mesma que quatro anos antes o levou para longe.

Na capital portuguesa todos o aguardam ansiosos. «O desembarque, o trajecto até ao Paço foi um triunfo», descreve Oliveira Martins, «um trovão de vivas, um desespero de gritos, um delírio de flores, bandeiras, colchas, foguetes em girândolas.» Bandos de tradicionalistas que os vexames sofridos encheram de recalcados furores entoam o hino famoso:

— «Rei chegou! Rei chegou!
E em Belém desembarcou!»

Nesse dia 22 de Fevereiro o povo sente a jubilosa certeza de ter recuperado o seu Chefe — que o livrará da «Carta», da tutela dos «estrangeiros» do Paço e dos ingleses de Clinton, de toda a mascarada liberal que nunca chegou a compreender, que nunca se resignou a suportar. Na verdade, uma grande festa nacional. O ar anda cheio de clamores e de esperanças. Dom Miguel é aclamado, não como Infante, não como Regente — mas como Rei. «Viva o Rei», brada-se, «viva o Rei absoluto!» *Absoluto,* quer dizer, no instinto profundo da expansão popular, independente de clientelas, de assembleias e de seitas, restituído à plenitude histórica da Soberania para desempenhar integralmente a sua função e dar ao país

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

aquela autoridade firme e benfazeja a cuja sombra se alcançaram a antiga unidade e a antiga grandeza.

No dia 26 de Fevereiro Dom Miguel jura a «Carta». Mais uma cerimónia vazia de sentido — com tão pouco valor nacional como a própria «Carta». Depois, constitui novo Governo, de que Cadaval é a primeira figura, acompanhada por Leite de Barros (o futuro Conde de Basto), Rio de Mendonça, os Condes da Lousã e de Vila Real. Daí a pouco entra o Conde de Rio Pardo para Ministro da Guerra. E no Conselho de Estado tomam lugar D. Francisco Alexandre Lobo, Bispo de Viseu, o Marquês de Borba e o Principal Freire.

A excitação cresce de Norte a Sul. No Norte sobretudo as populações não entendem, não toleram eufemismos. Para elas Dom Miguel é o Rei. E não se fartam de o ovacionar, calorosas — de dar largas a um entusiasmo quase infantil. Isto provoca o avolumar da corrente tradicionalista em todo o Reino. A 13 de Março as Cortes constitucionais são dissolvidas. O Governo entra em ditadura, embora anuncie novas eleições. Todos os Ministros se conservam nos seus postos menos Vila Real, substituído pelo Visconde de Santarém na pasta dos Negócios Estrangeiros.

Começam a afluir de todas as terras do país delegados das corporações a felicitar Dom Miguel. E dá-se a 18 de Março o monstruoso assassínio de alguns lentes e cónegos de Coimbra que levam ao Regente os cumprimentos do Cabido e da Universidade. Assaltam-nos uma dúzia de estudantes liberais na estrada, roubam-nos, espancam-nos e a vários matam-nos com requintes de crueza. Terrível episódio de desumana ferocidade. Não se está sob o signo de Caim?

Tal a força revelada pelos partidários de Dom Miguel, tal a veemência do despertar nacionalista que a divisão inglesa reembarca, em parte, nos finais de Março. O resto segue em Abril. Reconhecimento flagrante de que Portugal volta a ser independente, a não precisar de ingerências estranhas, a resolver por si os seus destinos.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

E as coisas tomam rumo cada vez mais definido. Enquanto as manifestações populares continuam, o Senado de Lisboa, o Alto Clero, a maioria da Nobreza (após uma reunião em casa do Duque de Lafões) dirigem representações a Dom Miguel, a solicitar-lhe que se declare Rei. Embora se esquive a fazê-lo por considerar que aos Três Estados compete a última palavra sobre a matéria, o Regente assume o poder supremo. Deixa-se de mencionar o nome de Dom Pedro nos actos públicos. Tudo se encaminha para transformar em situação de facto aquilo que, para a maioria da Nação, o é já de direito. A 25 de Abril o Senado de Coimbra, a Universidade, o Bispo e o Cabido solenemente aclamam Dom Miguel Rei de Portugal. Aveiro pronuncia-se no mesmo sentido. O Algarve também, por iniciativa do seu Prelado e do General Palmeirim.

A 3 de Maio convocam-se os Três Estados. Nesse mesmo dia, o Imperador brasileiro abdica de novo, no Rio, em sua filha...

Ainda estala uma revolta cartista no Porto — provocada pelas demissões de oficiais suspeitos, nomeados por Saldanha e nìtidamente adeptos da Revolução. Forma-se uma Junta Provisória (como em 1820) que chega a reunir tropas bastantes para ocupar até Coimbra, Soure e Pombal. Nas Ilhas há também revoltas liberais: no Funchal e na Terceira.

Apesar de tudo isto, abrem os Três Estados a 23 de Junho. A 24 o general Póvoas ataca as forças da Junta na Cruz dos Morouços, arredores de Coimbra, retoma a cidade do Mondego a 26. Avança mais e ataca-as nas posições do Marnel e do Vouga — até reduzi-las aos subúrbios do Porto, onde, em Grijó, tentam fixar-se já sob o comando de Saldanha, Vila Flor e Stubbs que, com Palmela, chegaram de Inglaterra.

A 30 de Junho os Três Estados dão por nulos os juramentos a Dom Pedro e à «Carta». E estabelecem de modo insofismável que o trono pertence ao filho segundo de Dom João VI, logo aclamado sob o nome de Dom Miguel I.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Começa, pois, o reinado de Dom Miguel. Breve reinado — mas que deixa na História um sulco de luz: dignidade, amor da Pátria, último preito às tradições que vão desaparecer. O Soberano é erguido ao trono pela vontade da Nação e pela força do Direito. Nessa hora, a missão que aceita, a que se entrega de corpo e alma, nada tem de privilégio ou de sinecura; é serviço e sacrifício. Serviço do Bem Comum; sacrifício da Realeza, no pleno rigor dos seus deveres, das suas responsabilidades, da sua fidelidade ao génio português. Dom Miguel lembra aqueles capitães de navios que dão o exemplo, na ponte do comando, quando a batalha é dura e o perigo é máximo. No naufrágio do Portugal histórico, todos o vêem, sobranceiro, imagem pura do chefe que honra o seu posto até o fim!

A luta que trava é sempre contra o estrangeiro: estrangeiro de dentro ou estrangeiro de fora. Os Portugueses formam atrás dele, expandem-se em contínuas provas de dedicação fervorosa. «Ninguém era mais *nosso*», marca Oliveira Martins, «e por isso foi o último dos que o povo português compreendeu e amou». Tanto mais a nossa gente o compreende e ama — com o seu carácter portuguesíssimo, a sua valentia, a sua bondade espontânea, a sua sinceridade, o seu apego às crenças religiosas — quanto lhe é impossível compreender e amar o émulo de Bolívar que do Brasil lhe manda uma «Carta» em que se desagrega um organismo de sete séculos.

Essa apaixonada preferência tem, sem dúvida, fundas razões a justificá-la. As qualidades pessoais e até a figura moça e apolínea do Monarca ajudam por certo a seduzir as multidões, sempre um tanto femininas. Mas sobretudo — ao contrário da *Lenda negra* arquitectada pelos panfletários — o povo considera o Rei *absoluto*, que vitoria e reclama, como seu autêntico Libertador. Assim o viu no passado — investido de uma soberania que, por ser indiscutida, alheia a facções e a interesses particulares, constituía o seu escudo contra todos os abusos e tiranias. E ninguém merece como Dom

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Miguel ficar na memória da grei com o expressivo cognome de *Libertador*! Libertador em 1823 — ao restituir a seu pai a integridade das atribuições que o Estatuto de 1822 comprometeu e mutilou. Libertador em 1824 — ao querer repetir o mesmo feito e poupar à Realeza as algemas que lhe forja a intriga palaciana. Libertador em 1828 — ao convocar as Cortes tradicionais e assim conceder à representação dos três braços a voz que outrora pôde fazer-se ouvir nos grandes momentos da vida colectiva e que deixou de ser escutada exactamente há cento e trinta anos, desde o reinado de Dom Pedro II, em 1698. Libertador — ao abolir a « Carta » intrusa de 1826. E ainda Libertador nos esforços com que busca firmar a nossa plena autonomia entre as grandes potências europeias : é bem frisante aquele despacho do diplomata britânico Frederico Lamb para Lorde Dudley (1 de Abril de 1828) no qual sugere o apelo a Dom Pedro, « para derrubar uma autoridade que está libertando este país da antiga dependência em que se encontrava em relação ao nosso ... ».

Num discurso notável, distingue com eloquência a liberdade que o Rei Legítimo defende e sustenta da falsa liberdade dos mitólogos individualistas o Padre Miguel Ferreira de Almeida. Depois de ter mostrado as contradições desta liberdade fictícia, exclama : — « Porém, se se fala da liberdade verdadeira que se apoia na Religião, no direito e na justiça ; da liberdade que vive à sombra da lei para não degenerar em licença, e é fecundada pela Igreja Católica ; se se fala da liberdade que protege a moralidade e põe obstáculos ao mal ; esta liberdade ninguém a amou mais ardentemente que o Senhor Dom Miguel ».

Assim deve ficar na galeria dos Braganças : Dom Miguel I o Libertador. Assim fica, ao menos, nesta página de sincera justiça.

*

Como não há-de o Libertador ter contra si todos os interessados na manutenção da servidão portuguesa ? O que se passa nesses anos tormentosos, quer em matéria de diplomacia, quer em matéria de operações militares — é apenas reflexo do duelo mais amplo, entre Portugal coerente consigo mesmo, ansioso de recobrar os movi-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

mentos livres e a existência normal e as forças inimigas, conjuradas para lhe tolher as aspirações e lhe impor o seu jugo. Várias vezes Portugal está a pontos de vencer; não o consentem os poderes antinacionais, que dispõem de meios muito superiores e acabam por triunfar graças a eles.

Logo a 3 de Julho a Junta «cartista» abandona o Porto e reembarca a bordo do *Belfast* — pelo que a triste aventura recebe a designação de «Belfastada». Como dirá depois o Conde de Aberdeen, encontrou todo o Reino contra si. A 6 rende-se Almeida, que se sublevara a favor da «Carta». A 9 os revoltosos do Porto, privados dos seus chefes, passam a fronteira. Uns regressam mais tarde, com a amnistia. Outros emigram para vários lugares e acabam por se concentrar principalmente em Plimude.

O general Póvoas, de posse da capital do Norte, mostra-se equitativo e moderado. A alçada nomeada pelo Conde de Basto exerce, porém, represálias severas. A 22 de Agosto a Madeira presta obediência ao Soberano. Em Setembro chega a Gibraltar Dona Maria da Glória, que partiu do Rio no mês anterior para vir a Lisboa e casar com o tio. Agora, perante os acontecimentos, refugia-se em Inglaterra, donde, alguns meses corridos, volta para o Brasil.

E entra-se no ano de 1829. Ano em que, apesar de aumentar a concentração de liberais na Ilha Terceira e se malograr a expedição do general Lemos para os submeter, a causa de Dom Miguel parece estabilizar-se, consolidar-se. Vila Flor toma a direcção da Regência constituída na Ilha em nome de «Dona Maria II». Mas que é esse punhado de homens isolados, bloqueados até pelos barcos ingleses do Gabinete *tory* de Lorde Wellington — frente a um país inteiro unido sob o seu Rei? Quando Dona Carlota Joaquina morre, a 7 de Janeiro de 1830, deve estar convencida de deixar vitoriosa, na pessoa do filho dilecto, a Contra-Revolução. Tanto mais que pouco tempo antes os Estados Unidos primeiro e depois a Espanha reconheceram formalmente Dom Miguel I.

Parece tender-se para a reconciliação entre os dois irmãos desavindos — em que não será posta em causa a conservação no poder

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

do mais novo desde que condescenda enfim no casamento com a sobrinha. Advoga a Inglaterra tal solução que, sem prejuízo dos princípios e dos expressos desejos do povo português, acabará com as desavenças brigantinas. A Londres chega a 15 de Junho o Marquês de Santo Amaro — enviado de Dom Pedro — para entabular negociações. Poucos dias mais tarde, porém, dá-se o falecimento do monarca britânico Jorge IV. E as conversas, por esse motivo de força maior, suspendem-se.

No segundo semestre de 1830 um grande e funesto acontecimento altera o panorama europeu: a queda em França da Monarquia tradicionalista de Carlos X, o esbulho do seu legítimo sucessor, o Duque de Bordéus (Henrique V) e a subida ao poder de um usurpador: Luís Filipe, Duque de Orléans. A «monarquia de Julho» nasce eivada de liberalismo e maçonismo. O seu Saldanha é Lafayette que numa alocução às massas tem a franqueza de elogiá-la como «a melhor das repúblicas». O *Comité Directeur* acaba de ganhar outra partida considerável.

Paris volta a acender o foco da Revolução — eclipsado durante três lustros. A sua má influência recomeça a exercer-se claramente no concerto das potências e na orientação geral da política. Assim, em Londres saem do poder os *tories,* sobem ao poder os *wighs*: Wellington e Aberdeen cedem o lugar, no banco azul, a Lorde Grey, que favorece os movimentos liberais. A efervescência revolucionária ganha logo alento: em Espanha, sobretudo na Andaluzia; entre nós, os da Terceira projectam expandir-se às outras ilhas açorianas — e no primeiro trimestre de 1831 descobre-se em Lisboa uma conjura, fàcilmente reprimida mas reveladora da actividade dos agentes da desordem.

No entretanto, após uma sucessão de incidentes que não são para narrar aqui, perde Dom Pedro de Alcântara a Coroa de Imperador. Desde a sua péssima administração até à escandalosa intriga com a Marquesa de Santos, a insensatez de que dá provas aliena-lhe as simpatias dos súbditos brasileiros. «Sucessivamente instrumento e escárneo de todos os partidos», escreve um contemporâneo, «achou finalmente que não tinha um amigo que o sustentasse em

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

um paiz que ele tinha governado como Soberano ... » Lógico desenlace, pois se trata de um Príncipe de temperamento despótico e inconsequente, em quem — na síntese do seu conselheiro Stuart, que o diz num despacho a Canning, de 1825 — « a violência é natural », pois « a sua inclinação é sempre para dobrar os outros aos seus caprichos ». E Oliveira Lima condensa, irónico : — « Glorificava todas as liberdades contanto que lhe coubesse a de sobrepor-lhes a sua vontade » ...

A 7 de Abril de 1831 Dom Pedro abdica no filho a Coroa brasileira e a nau *Warspite* trá-lo para a Europa. Vem agora pôr a sua espada ao serviço da causa liberal — no intuito de *bolivarizar* os Portugueses ...

Avoluma-se a má vontade para connosco dos Governos de Londres e Paris. Com o pretexto das prisões dos súbditos franceses Souvinet, Bonhomme e outros — implicados na conjura lisboeta de Fevereiro — o Gabinete parisiense formula protestos veementes, exige indemnizações desmedidas. Recusa-se o Visconde de Santarém. Uma esquadra de Luís Filipe vem ao Tejo, sob a chefia do Almirante Roussin e, a título de compensação de guerra, captura parte importante da nossa. Ajuda valiosa dada aos rebeldes da Terceira, que já conseguiram apoderar-se das Ilhas do Pico, de São Jorge e do Faial e, sem temor da armada lisboeta, se tornam agora senhores de São Miguel e daí a pouco estabelecem a sua autoridade sobre todo o arquipélago.

A França faz mais : procura fomentar em Lisboa nova sedição, que estala a 21 de Agosto, esperançada na presença dos barcos de Roussin, ainda no Tejo. Bastam algumas horas para a sufocar. Mantém-se firme o bloco português.

A 21 de Setembro o Papa Gregório XVI reconhece também solenemente Dom Miguel, na pessoa do seu Embaixador Marquês de Lavradio, em nome da Santa Sé. O Rei, na verdade, dá constantes demonstrações de filial afecto à Igreja Católica. Já então se prepara a readmissão da Companhia de Jesus, à qual pouco depois será de novo entregue o Colégio das Artes em Coimbra.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Dom Pedro, muito bem acolhido em Londres e Paris, organiza febrilmente a expedição. Adquire navios de guerra, declara-se Regente em nome da filha e junta as suas forças na enseada francesa de Bela Ilha. Tudo isto serve de estímulo aos revolucionários de Portugal e de Espanha — onde lavra inquietação e Fernando VII, receoso, toma providências. Chegam esses revolucionários a acarinhar um projecto mirífico: levantar Dom Pedro por Imperador da Península

De Bela Ilha a expedição larga para os Açores. Logo à chegada o irrequieto Príncipe demite a Regência e chama a si poderes ditatoriais. A intimação a D. Álvaro da Costa (Mesquitela) para entregar a Madeira, resulta vã. Dom Pedro quer submeter o recalcitrante e ordena ao chefe da sua esquadra, o inglês Sartorius, a tomada da Madeira. Sartorius vai, chega a ocupar Porto Santo, mas retira sem conseguir o objectivo; e D. Álvaro volta a cravar em Porto Santo a bandeira da fidelidade ao Rei.

Desfeito o plano da conquista insular, resolve Dom Pedro embarcar as tropas com destino a Portugal. Extraordinária temeridade! Ao todo, são sete mil e quinhentos homens, quase metade deles mercenários internacionais das piores classes; e aqui, o Exército Português, que conta oitenta mil soldados e Dom Miguel proveu de todos os meios de combate. O próprio Rei o comanda, assistido pelo Chefe do Estado-Maior Conde de Barbacena e pelo Ajudante-General Marquês de Tancos. As cinco divisões são chefiadas pelo Visconde de Peso da Régua, D. Álvaro das Póvoas, Augusto Pinto de Morais Sarmento, Visconde de Santa Marta, Visconde de Molelos. E todo o litoral se encontra em estado de prevenção contra o invasor.

Apesar disto, por um golpe de fortuna e audácia, a expedição desembarca a 8 de Julho, na pequena enseada do Lavre, junto a Vila do Conde, cuja praia tem o nome fatídico de *praia dos ladrões* (é muito frequentada por contrabandistas), depois mudado para Arenosa de Pampelido ou Mindelo.

Desde então a campanha desdobra uma série de episódios complexos, muito discutidos pelos historiógrafos militares. Em todos ou

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

quase todos se vinca a inferioridade dos comandos legitimistas e a superioridade dos comandos liberais — asseguram os técnicos da guerra. Sem pensar, nem por sombras, em contestá-lo — o certo é que a derrota dos primeiros e a vitória dos segundos, vistas no plano da Filosofia da História, parecem afinal reflectir, acima de tudo, o pendor fatal da evolução política da Europa. Batem-se bem, muitos, de parte a parte. Se as quimeras e aspirações da ideologia revolucionária estimulam singularmente a coragem (e a voracidade) dos invasores, também a fé religiosa, o amor às tradições, o entusiasmo pelo Rei e pela independência nacional multiplicam o ardor dos combatentes de Dom Miguel. O que provoca o desenlace é a evolução dos espíritos e dos acontecimentos políticos. O que vence, em última análise, mais do que as armas, é a marcha irresistível do Século nos trilhos abertos pelos homens de 89.

Ante o desembarque dos 7500 no Mindelo o Visconde de Santa Marta evacua o Porto, retira para o sul. E na capital do Norte se instala Dom Pedro com a sua hoste — aliás enfraquecida por deserções numerosas. Aparentemente, estão cercados — pelas tropas das divisões que marcham logo a reforçar Santa Marta e pelas do Minho e Trás-os-Montes, às ordens dos Viscondes de Monte Alegre e de São João da Pesqueira. Prevê-se um epílogo rápido — segunda edição da debandada do *Belfast*. Uma surtida de Hodges, com um batalhão inglês, até Penafiel, que chega a ocupar e abandona depois, não traz consequências. O combate de Ponte Ferreira fica indeciso. Sartorius tenta uma investida por mar sobre a Figueira da Foz, mas é afastado pelos tiros dos fortes. Experimenta em Aveiro, em Vila do Conde — sem nada conseguir. E Dom Pedro, com espanto, percebe que, ao contrário do que a sua imaginação lhe sugeria, o Reino em peso se conserva imóvel, unido sob o estandarte do irmão. Não lhe interessa então a «Liberdade» que vem oferecer? Bem claro é que essa «Liberdade» retórica e vazia não atrai ninguém em Portugal.

Vila Flor procura dar um golpe, atirar com os realistas para longe, alargar a zona ocupada. Na noite de 6 de Agosto junta as tropas disponíveis e vai forçar as linhas do exército de Póvoas.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Recontro sério, que se efectua em Souto Redondo, nos arredores do Porto. A surpresa de Vila Flor não resulta. Os liberais debandam e por pouco (tivesse Póvoas aproveitado melhor aquela hora de pânico!) não acaba ali a empresa de Dom Pedro... Graças à indecisão do general miguelista e aos esforços de Vila Flor para suster o desastre, tudo volta ao mesmo. Os invasores permanecem encurralados no Porto. Em Setembro até perdem Vila Nova de Gaia. E a esquadra portuguesa, sob as ordens de João Félix de Campos, bloqueia-os por mar.

Começa o cerco do Porto. Dom Pedro e os seus aguentam-se com denodo. Os ataques dos realistas malogram-se sempre. Pela inépcia ou rivalidade dos comandos, que impedem uma acção conjunta? Seja por que for, malogram-se. Malogra-se o de Peso da Régua em Setembro de 1832. Malogram-se os dois assaltos à Serra do Pilar em Outubro — no primeiro dos quais perde a vida o brigadeiro Peixoto. O Porto, sem comunicações marítimas, ameaçado pela fome, já com desavenças a estalar entre os oficiais superiores e a epidemia das deserções a crescer, parece condenado a fatal derrota. Torna-se a falar na paz: Dom Miguel sempre casará com a sobrinha e será a vez de Dom Pedro sofrer um período de exílio em Viena.

O Rei passa revista às tropas diante do Porto e é visto, amiúde, junto às primeiras linhas, a correr todos os riscos. A sua presença exalta os soldados e o povo. Onde quer que passe, cobrem-no de aclamações e de provas de fidelidade. Mas os comandos não decidem a guerra. Peso da Régua é substituído por Santa Marta e este pelo Conde de São Lourenço. Também do outro lado se contrata o francês Solignac, que consegue entrar no Porto e é colocado à frente dos defensores da «Carta». Não dura, porém, a sua aura — e Dom Pedro resolve fazer as pazes com Saldanha, entregar-lhe o comando. Quase ao mesmo tempo vem o inglês Napier, promovido a Almirante, dirigir as operações da esquadra liberal.

Saldanha e Napier caracterizam-se pelo arrojo e pelo dinamismo. Compreendem que tudo se perde naquela defensiva permanente. O cólera-morbo grassa no Porto e os ânimos esmorecem.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

É urgente fazer qualquer coisa, tomar a iniciativa, forçar o destino. Graças à imprevidência dos sitiantes que não ocupam a Foz, abre-se uma zona de respiração e expansão — e embarcam dois mil e quinhentos homens nos navios. Vila Flor, feito Duque da Terceira, vai a chefiá-los e Palmela segue também, como delegado de Dom Pedro para a organização civil.

Onde se dirigem? Ao sul, para criar uma diversão. Efectivamente, desembarcam no Algarve, em Cacela, alguns dias mais tarde, a 24 de Junho de 1833. O Visconde de Molelos, que deve impedir o desembarque, não o faz, talvez desmoralizado por ver alguns dos seus oficiais mais categorizados — o Chefe do Estado-Maior Francisco Cipriano Pinto, depois o brigadeiro Taborda e o tenente-coronel Augusto Palmeirim — passarem-se para o inimigo. E recua sobre o Alentejo. Poucos dias depois a armada realista de Aboim é desbaratada junto ao Cabo de São Vicente por Napier (2 de Julho). A causa de Dom Pedro melhora a olhos vistos.

Chega nesta altura o marechal de Bourmont. Contratou-o Dom Miguel, já convencido da mediocridade dos seus cabos-de-guerra. Grande fama rodeia de Bourmont, o conquistador de Argel; acompanham-no o brigadeiro Clouet e outros militares de valor. Mas ainda será tempo de remediar os males causados pela expedição pedrista e pelo desastre do Cabo de São Vicente?

Terceira não lhe dá tempo de providenciar. Numa rápida marcha, concebida e executada com verdadeiro rasgo, deixa Molelos à ilharga, em Beja, inerte, à frente de importantes efectivos; avança sobre a linha do Tejo; obtém um triunfo em Cacilhas contra as forças de Teles Jordão (morto na refrega) aproveita o terror espalhado em Lisboa, atravessa o rio e ocupa a 24 de Julho a capital portuguesa. Molelos, que o segue vagaroso, atinge Setúbal e obliqua depois em direcção a Leiria. No dia seguinte, a 25, falha um ataque de Bourmont sobre o Porto. A 28 já Dom Pedro se transfere para a capital — onde a ralé, desenfreada, pratica vinganças.

A campanha fulminante de Napier e Terceira mudou a face das coisas. Os liberais estão senhores das duas primeiras cidades

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

do país. Começa a desenhar-se a vitória — apesar da tenacidade com que o desespero patriótico de Dom Miguel e da sua gente vai batalhar até à última.

Tanto ou mais do que a evolução desfavorável das operações — ainda susceptível de ser compensada por qualquer eventualidade feliz — o golpe mais duro sofrido pela causa de Dom Miguel é o que resulta da grave crise desencadeada em Espanha neste ano de 1833. Três vezes casado, três vezes viúvo, Fernando VII não teve filhos. O trono espanhol deve caber, segundo as leis da sucessão, a seu irmão o Infante Dom Carlos de Bourbon, casado com a Princesa da Beira Dona Maria Teresa, irmã do Soberano português. Mas Dom Fernando contrai novo matrimónio, com a Infanta Maria Cristina, filha do Rei de Nápoles, que lhe dá duas filhas. Vigora no país vizinho, desde Filipe V, a *lei sálica,* ali introduzida com o fim de o separar da Casa de Áustria, que exclui as mulheres da herança da Coroa. Para esbulhar Dom Carlos, sob a pressão do Governo de Luís Filipe, Fernando VII suspende a *lei sálica* e faz jurar Princesa das Astúrias — isto é, sucessora do trono — a Infanta Isabel. Dom Carlos retira-se com a família para Portugal e daqui envia o seu protesto ao irmão. Dominado por Maria Cristina e pelas influências diplomáticas do liberalismo internacional, Fernando VII persiste no intento. Oferece-se ainda a Dom Carlos que case seu filho com a sobrinha, exactamente como entre nós se propôs a Dom Miguel o consórcio com Dona Maria da Glória. O representante da Legitimidade espanhola nega-se a esse compromisso — à semelhança do que fez o da Legitimidade portuguesa. Ambos os Príncipes, Dom Miguel e Dom Carlos, símbolos da ortodoxia religiosa e do tradicionalismo político, têm ligados os seus destinos. Do lado oposto, as usurpações — sustentadas pelas intrigas europeias da coligação revolucionária e pela força crescente das sociedades secretas. Luta de dinastas e de partidos? Acima dela, a dar-lhe todo o alcance dramático e histórico — luta de princípios.

Madrid é a nova cidadela na qual penetrou, com Maria Cristina e seus sequazes, o espírito dissolvente e fatídico do Século.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Em Lisboa, o Governo de Dom Pedro repõe em vigor a « Carta » — e legisla sobre tudo. Legislação caracterizada pelo repúdio sistemático do real, pelo delírio das fórmulas abstractas, tal qual o foram já na Terceira as reformas de Mouzinho da Silveira, idealista kantiano. Ao mesmo tempo avoluma-se o exército liberal, avoluma-se a esquadra — e a 9 de Agosto Lorde William Russel, em nome do Governo de Sua Majestade Britânica (presidido então por Palmerston), apresenta credenciais e reconhece oficialmente Dona Maria II. Vê-se bem como a política nacional gira no quadro da política internacional. França de Luís Filipe, Inglaterra de Palmerston, Espanha *cristina* sustentam o ramo usurpador por afinidades e simpatias ideológicas. No entanto, Madrid não toma ainda partido ; o general Córdova, seu representante, sai de Lisboa para Coimbra, onde Dom Miguel se instalou com a Corte.

O cólera-morbo, aparecido também entre os realistas, faz vítimas ilustres : o Marquês de Tancos, o Conde de Basto. A sorte mostra-se cada vez mais contrária aos paladinos da Tradição nacional.

Prepara-se todavia o ataque a Lisboa. Retiram do Norte grande número de tropas, embora se mantenha o cerco do Porto, dirigido pelo Conde de Almer. A cidade está entregue a Saldanha. Abandona Almer Vila Nova de Gaia, alivia Saldanha a pressão dos sitiantes pelo norte. Depois vem também para a capital ; deixa Stubbs a substituí-lo. Mas os assaltos de 5 e 14 de Setembro a Lisboa são repelidos. Piora ainda a situação militar dos realistas. De Espanha vem a intimação enérgica para que o Infante Dom Carlos e sua mulher sejam expulsos de Portugal. Dom Miguel nega-se nobremente a cumpri-la. E as relações entre os dois Estados peninsulares azedam-se mais.

Apesar de tudo, a guerra parece resolver-se num empate. As forças de Dom Miguel ainda são avultadas, o seu moral é excelente. Tanto assim que, persuadida de nenhum dos contendores poder ganhar, a Inglaterra agita outra vez negociações de paz. Esbarra com intransigências de parte a parte.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

A 22 de Setembro chega Dona Maria a Lisboa. Uma semana depois — a 29 — morre Fernando VII. Logo é proclamada Isabel II, mas em Navarra, em Alava, na Guipúscoa, em muitos pontos das Castelas, do Aragão, de Valência, da Catalunha os tradicionalistas em armas aclamam o seu Rei sob o nome de Carlos V. O duelo encarniça-se mais. É este o momento que Luís Filipe escolhe para — a 10 de Outubro — reconhecer por seu turno Dona Maria II e trazer assim o apoio da França aos restauradores da «Carta». Nesse mesmo dia faz Saldanha uma investida contra as linhas inimigas, que prossegue a 11 e 12. Macdonell, comandante escocês que tomou a vaga deixada por Clouet, decide a retirada para Santarém. Aí se vai constituir o último grande baluarte de Dom Miguel — donde, como de uma capital improvisada, governará ainda durante meses a maior parte do país, que lhe conserva fidelidade inquebrantável.

Também em Espanha a fidelidade carlista obra prodígios, galvanizada por um caudilho magnífico: Zumalacarregui, vitorioso em mil combates. Num lampejo feliz, o general miguelista Lemos destrói em Alcácer do Sal, nos princípios de Novembro, a brigada do coronel Florêncio. E o Conde de Almer estreita o assédio do Porto, chega a atingir os Carvalhos.

Lampejo apenas. Grassa a febre tifóide em Santarém e dizima, por milhares, os soldados da Legitimidade. A Rainha Cristina intensifica as suas exigências e, como não as vê atendidas, retira o seu Embaixador. A hostilidade entre os dois governos já crepita nas fronteiras, onde se formam concentrações de emigrados: liberais do lado de lá; carlistas do lado de cá. Em Dezembro um ataque de partidários de Dom Pedro com espanhóis à mistura toma, por surpresa, Marvão. É já um acto de guerra — iniludível. E outra vez mudam os comandos: Stubbs, no Porto, cede o lugar ao Barão do Pico do Celeiro; Macdonell, em Santarém, apaga-se diante de Póvoas, recaído em graça. O empate parece acentuar-se. Há mais diligências britânicas feitas pelo coronel Hare, que não resultam. Assim acaba 1833. O ano que entra vai trazer o desfecho do drama.

•

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Logo em Janeiro, a 15, Saldanha obtém êxito de monta: a conquista de Leiria, que o coronel Pitta Osório tem de abandonar por inferioridade de forças. Depois, segue a Torres Novas e a Pernes, onde bate o general Canavarro.

Em Santarém salienta-se a necessidade de impedir o avanço de Saldanha. Após várias hesitações o general Lemos, comandante da ala direita, faz determinados movimentos que visam a cortar as comunicações do chefe liberal com Lisboa. E dá-se a funesta batalha de Almoster, que os realistas perdem por falta de conjugação das operações dos vários corpos. As maiores culpas são atribuídas a Póvoas, tanto assim que no dia seguinte à derrota (19 de Fevereiro) é exonerado e substituído por Lemos.

Novos golpes sobre a causa de Dom Miguel; cai em Espanha Zea Bermudez que, apesar de não ser um amigo, nunca admitiu o reconhecimento de Dona Maria II; e Luís Filpe manda para os Pirenéus um exército pronto para intervir no caso das vitórias carlistas porem a coroa de Maria Cristina em perigo. A rede aperta-se à volta dos tradicionalistas espanhóis e portugueses.

Vem Lorde Howard, novo Embaixador inglês em Lisboa, conferenciar com o general Lemos a 21 de Março, no Cartaxo e propor a saída de Dom Miguel do Reino. Lemos recusa, declara que nenhum dos seus homens consentirá em tal.

Na véspera Madrid reconheceu o Embaixador de Dona Maria. A 23 Napier, com a ajuda de tropas *cristinas*, ocupa Caminha. A 26 Sá da Bandeira, após um revés em Serpa, toma Beja. No mesmo dia Pico do Celeiro surpreende o brigadeiro Quinhones em Santo Tirso e a vitória sorri aos liberais. A 3 de Abril Valença capitula ante Napier. A 9 já há três mil espanhóis a subjugar Chaves e Mirandela e vinte e cinco mil homens às ordens do general Rodil invadem a Beira, o Alentejo, o Algarve. Ainda Bourmont ataca Setúbal, ainda Cabreira persegue Sá da Bandeira no Algarve. Não é possível modificar a situação. Rodil apossa-se da Guarda e de Almeida; Terceira, de Lamego. Os realistas são apenas fragmentos de exércitos acossados por «cartistas» e espanhóis.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

A 22 de Abril assina-se em Londres um Tratado de Quádrupla Aliança, com o fim de expulsar da Península Dom Miguel de Bragança e Dom Carlos de Bourbon. Formam a aliança: a Espanha, a França, a Inglaterra — e o Governo de Dona Maria II. É o *halali* da Contra-Revolução peninsular.

O resto são episódios secundários: uma vantagem realista em São Bartolomeu de Messines; a ocupação de Coimbra por Terceira; da Figueira e de Soure por Napier. Tomar cai a 14 de Maio; Ourém a 15. A 16 a batalha de Asseiceira está quase ganha pelos legitimistas mas perde-se por uma casualidade lamentável — porque tem de perder-se, porque o desenlace caminha a galope. A derrocada acentua-se: o Visconde de São João da Pesqueira, comandante da praça de Abrantes, faz a sua submissão a Dom Pedro; o brigadeiro José Urbano deserta e priva Dom Miguel do escol da sua cavalaria; entram em Santarém a 18 Dom Pedro e Saldanha; retira Dom Miguel a 21 para Évora — sobre a qual marcham os exércitos de Saldanha, de Terceira, de Rodil, de Serrano, liberais e estrangeiros sempre de braço dado; a 23 reúne-se o Conselho em Évora, no qual Dom Miguel e Dom Carlos sentem que só lhes cumpre negociar a paz ante a esmagadora pressão das forças adversas; enfim, assina-se a 26, entre Lemos dum lado e os marechais «cartistas» do outro, a Convenção de Évora-Monte, pela qual o Rei de Portugal se reconhece forçado, contra a vontade do Povo Português, a deixar o trono e a pátria.

*

A última proclamação de Dom Miguel — de 27 de Maio de 1834 — é um documento de grande altura moral, que por si só lança plena luz sobre as circunstâncias fundamentais da tragédia. Nem um momento de ênfase, nem uma palavra de rancor. A dor nua, a verdade nua — e a aceitação cristianíssima da desgraça:

«Soldados: O valor que tendes desenvolvido quando haveis sido chamados a combater pela minha coroa, e a vossa fidelidade

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

à minha pessoa no meio da dificultosa contenda em que temos sido empenhados, vos tornaram dignos dos mais altos elogios, e merecem toda a minha gratidão.

Não obstante isso, como as três grandes potências de Inglaterra, França e Espanha, conjuntamente com o Governo de Lisboa. têm concluído um tratado cujo objecto é obrigar-me a deixar este reino, a continuação da guerra ùnicamente pode conduzir a inútil efusão de sangue português que me é tão caro. Só esta consideração me induz a separar-me de vós. As convenções e arranjos que procedem desta resolução estão concluídos, e em breve vos serão comunicados: então sabereis que estipulações se têm feito para vossa segurança. Não é a falta de confiança em vós que me induz a dar este passo, mas uma convicção da impossibilidade de vencer as potências que se nos opõem, e o desejo de evitar os males a que a presença dos exércitos estrangeiros exporia o nosso amado país. Tenho razão para esperar pela vossa disciplina e pela obediência a mim, bem como pelo amor que me tendes sempre testemunhado, que as tropas se conduzirão na crise actual como tropas dignas de obedecerem ao seu Rei; é por isso que outra vez vos recomendo observância de ordem e tranquilidade, pelas quais faço responsáveis os comandantes e oficiais de todas as graduações.

Lembrar-vos-eis que não é um acto de fraqueza que eu exijo de vós, mas meramente de resignação, cedendo às forças desproporcionadas que segundo o tratado acima mencionado se estão preparando para se derramarem por este país. Apreciareis como merecem estas razões, que a prudência dita, para evitar calamidades que consumariam as misérias do nosso país.

Recomendo-vos outra vez ordem e resignação. Estai certos que eu nunca esquecerei o vosso valor, a vossa fidelidade. Contribuí pois pela vossa conduta ao bem do nosso querido país.»

Nesta despedida de um Rei aos súbditos, de um Chefe aos soldados, grava-se nítido o retrato do vencido de 1834. Virtudes e defeitos — que os tem! — são os de um Príncipe fiel ao seu san-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

gue, os de um português com o ardente culto da sua terra. Se o Povo o compreende e o ama, na frase de Oliveira Martins, se o «velho espírito português incarnara na alma do Infante, cuja soberania foi a última genuìnamente histórica» — é por isso mesmo: porque sabe tornar-se símbolo de uma Nação agarrada com magoado furor às suas raízes espirituais e tradicionais, que lhe rasgam, uma a uma, os golpes da Revolução em marcha. A causa de Dom Miguel não é apenas a do Rei Legítimo, é a do Portugal Legítimo, obediente às directrizes de sempre, apostólico e monárquico, ligado ao Altar e ao Trono. Acaba por abater a bandeira e tomar uma vez mais, definitivamente, o rumo do exílio. Nem por isso foi vão o sacrifício — porque na sua imagem, bela e íntegra, a Tradição portuguesa espelha-se em clarão derradeiro, encontra um dos seus modelos exemplares.

A História do Mundo é o Tribunal do Mundo — sintetiza Vogelsang. Não é indiferente que nesse tribunal se apresente, com a sua vida límpida e o seu calvário edificante, o paladino da Legitimidade portuguesa.

*

Uma elegia, Êvora-Monte... Elegia da Pátria em crepúsculo, separada da sua alma de sete séculos, entregue — na legenda certa de Hipólito Raposo — «ao domínio espiritual e material do estrangeiro». Mas elegia que despede um fulgor de beleza e majestade inigualáveis. Epílogo? Para a esperança nacional, antes ponto de partida — como a hecatombe de Alcácer-Quibir, a florescer muito depois na manhã restauradora de 1640.

Já está feito o paralelo de Dom Sebastião e de Dom Miguel. «Se a dinastia de Aviz terminou heròicamente, a de Bragança teve em Dom Miguel um tipo de honradez simples. Os dois Príncipes mais desditosos — acaso, por isso, os que o povo mais amou! — personalizam as duas melhores faces do carácter nacional», escreve o autor do *Portugal Contemporâneo*. Um e outro caem para dar testemunho de verdades maiores que eles. Um e outro são bem

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

dessa espécie de homens exaltados pelo poeta-combatente, que se imolam por aquilo que os ultrapassa.

Como Dom Sebastião incarna, no ocaso do Século XVI, a Loucura Portuguesa em seu febril esplendor guerreiro e imperial — incarna Dom Miguel, nos primórdios sombrios do Século XIX, outra forma, outra afirmação da mesma Loucura tìpicamente nossa. Chega a ser, na Europa aberta de lado a lado ao ciclone bárbaro da Revolução — o último Cavaleiro dos ideais na agonia. «Rei, e com maiúscula, Dom Miguel tê-lo-ia sido, sem oposição nem repugnância de qualquer potência estrangeira», afiança Oliveira Lima, «se sòmente houvesse sido mais geitoso ou mais hipócrita, em todo o caso mais fundamentalmente condescendente». A cada hora, a cada esquina, os tentadores surgem com ofertas aliciantes. Desde que consinta no casamento com a sobrinha, no acatamento (mesmo insincero) da «Carta», na dependência da tutela britânica — o seu trono logo ficará seguro e o conforto, a riqueza, o incenso dos diplomatas, as blandícias dos tribunos virão recompensar, nessa hora de apostasia universal, a sua apostasia de Monarca, de católico e de patriota. Não o quer. Prefere o exílio, a pobreza e (suprema homenagem) os insultos sem conta, as calúnias abjectas dos inimigos de Deus, da Pátria e do Rei. A sua visita em Coimbra ao túmulo do Fundador — «adeus do derradeiro Monarca ao primeiro ... fim de uma longa história» — é a cena alegórica em que se assiste ao voto solene do guardião de uma herança vinda do fundo das idades, que resolve salvá-la intacta ou perdê-la com dignidade, totalmente. Também o *Desejado* foi ouvir a voz dos túmulos — impregnar-se da austera lição ancestral. Embora não tombe em pleno combate como Dom Sebastião, nem por isso Dom Miguel dá mostras de menor valentia, de menor desapego da vida. Uma testemunha relata, já na última fase da campanha, aquele episódio em que se vê o Rei presidir com desvelo e carinho à retirada do Exército, entre «um chuveiro de «balas». E acrescenta: — «A sua posição firme e indiferente parecia chamar a si uma morte gloriosa!» Poupa-o a Providência, porque lhe reserva provação mais amarga e mais demorada: viver longe da Terra e da Gente a que tanto quer, levar até

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

o seu termo a cruz do Proscrito. Maior fica assim — para a memória grata e dolorida do Povo, para o respeito das gerações futuras.

Como noutros lances, apetece aqui divagar pelas regiões fantásticas da *ucronia,* perguntar: se Dom Miguel tivesse vencido? A linha da nossa existência seria outra, Portugal prosseguiria a sua jornada secular nos trilhos da unidade e da continuidade nacionais... Mas não. Dom Miguel não podia vencer. Com um exército ainda valoroso e numeroso, com um povo ainda fiel e decidido — não podia vencer. Impunham-no as armas da Espanha *cristina,* da França de Luís Filipe, da Inglaterra de Palmerston. Portugal contra a Europa — magnífico, portentoso adeus da Loucura Portuguesa! Até final, Dom Miguel é o homem dessa Loucura; a tenacidade com que se liga num abraço fraterno, sobre a nau tradicionalista em naufrágio, ao Infante Dom Carlos de Bourbon, bem o demonstra e o ilustra. É então que alcança a máxima grandeza: quando se ergue a toda a luz, face banhada em tintas de crepúsculo, unido ao seu irmão no Direito e no Infortúnio — expoente viril, resoluto, obstinado de uma grande causa perdida, que é, ao mesmo tempo, a sua e a de Portugal!

Évora-Monte, uma elegia... Orgulhemo-nos dela, como nos orgulhamos do homérico desastre de Alcácer. Sem Dom Miguel, o resvalar da política portuguesa, de 1820 a 1834 e daí por diante, teria sido mísero espectáculo, onde não avultaria um momento de reacção nacional; graças ao Chefe da *Vilafrancada* e da Contra-Revolução, tem a sua gesta, infeliz mas nobre e digna. O holocausto alentejano de Maio de 1834 é, noutro cenário e noutra época, tão alto e tão belo como o holocausto africano de Agosto de 1578. E se Dom Sebastião voltou — voltará o Proscrito que, ao embarcar em Sines para o desterro injusto, entre as vaias de uma populaça hedionda, leva consigo, isenta de mácula, a pura substância da Pátria e da sua História!

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

A PÁTRIA E OS PARTIDOS

A justiça, neste mundo, caminha por vezes lenta — parece diluir-se à maneira de certas correntes de água a esmorecer nos areais ressequidos. Outras vezes cai, pronta e fulminante, sobre aqueles que lhe atraem a cólera. Assim sucede com o Imperador brasileiro, logo após a vitória obtida contra seu irmão o Rei de Portugal.

A 26 de Maio de 1834 assina-se a Convenção de Évora-Monte. Na noite de 27, em Lisboa, Dom Pedro, a Imperatriz Amélia e Dona Maria da Glória — Rainha de quinze anos — assistem no Teatro de São Carlos à ópera de Bellini *Il Pirata*. No intervalo do primeiro para o segundo acto alguns desordeiros entoam dum camarote o hino de 1820, contraposto pelos jacobinos ao Hino da Carta. Um coro excitado responde-lhes de vários lados do teatro. E ouvem-se clamores de ódio: — « Morte ao usurpador! Abaixo o tirano que protege o usurpador! » Para essa gente, o « usurpador » ainda é Dom Miguel — mas o « tirano » é já Dom Pedro. A manifestação tem por fim protestar contra a amnistia geral concedida (só no papel, aliás) aos tradicionalistas vencidos.

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Surpreso e pálido, ergue-se o antigo Soberano do Brasil. Chama aos díscolos barulhentos — « canalha ». E anuncia que se a lei não for respeitada, a fará respeitar, ele ! A resposta é uma trovoada de apupos. Recrudescem os gritos e as ameaças. O motim torna-se perigoso. Então Dom Pedro lança uma golfada de sangue que lhe tinge o lenço de vermelho e, consternado, desabafa para o seu vizinho, o camarista Paulo de Almeida :

— « Eis aqui a minha recompensa ! »

Triste recompensa de uma triste empresa ! O Diabo revolucionário, posto à solta em 1820, ali está, na plenitude do triunfo, a agradecer ao *condottiere* que por ele se bateu ! De que se queixa ? Semeou ventos ; colhe tempestades. A pequena tempestade sintomática de São Carlos prolonga-se, entre o pânico das senhoras que desmaiam pelos corredores e o susto dos Ministros — Agostinho José Freire, José da Silva Carvalho (chama-lhe o povo o *José dos Foles*) — que se escondem e fogem no meio da assuada. Quando Dom Pedro, a imperial consorte e a régia filha conseguem escapar-se no *landau,* cujas horsas são nervosamente chicoteadas pelo João Inglês — vão ainda, até Alcântara, sob uma chuva de pedras.

Profundamente abalado, tem o Imperador terrível hemoptise, essa noite. Pouco mais durará — e só como vaga sombra inútil. A 24 de Setembro fecha para sempre os olhos. Morre antes de completar trinta e seis anos. Vítima simbólica, expiatória do Diabo à solta — que vai fazer muitas mais !

As primeiras — inúmeras ! — são os partidários e soldados do Rei deposto. Falam demasiado os panfletários da « Liberdade » no que chamam *terror miguelista.* É incontestável terem-se exercido, por parte de certos chefes miguelistas — sem conhecimento do Rei Legítimo, sublinhe-se — lamentáveis violências. Mas o *terror liberal* — de antes e depois do período 1828-1834 — excede-as a perder de vista. Sem se pensar em fazer aqui tal demonstração (já esboçada num estudo aparte), recorde se ao menos a estatística de Franzini, que apura, num ano de regime liberal, três mil quinhentos e cin-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

quenta assassínios e quatro mil e novecentos roubos. Recordem-se as palavras de Passos Manuel, quando Ministro, em 1836, perante as Câmaras: — « Das participações e relações das autoridades de todo o país consta que, até hoje, se têm cometido dezasseis mil assassínios e terem sido roubadas mais de sete mil casas ». E observa que as relações são « deficientes ». Recorde-se a horrível matança dos lentes e cónegos coimbrões em Março de 1828. Recorde-se o depoimento de um contemporâneo, no conhecido opúsculo *Juízo Imparcial ou Defesa dos Vencidos*: — « Foi dada a Amnistia; e quando os miguelistas regressavam para suas casas, encontram vis assassinos, que barbara e atrozmente lhes embebem ferros nos fatigados peitos... Centos de homens teem sido assassinados depois daquela epocha, e nem um só assassino tem sofrido pena ». Para quem dê o testemunho por suspeito, eis como o confirma o calmo e liberal Marques Gomes, nas *Lutas Caseiras*: — « É triste dize-lo mas é verdade, os vencedores não foram generosos com os vencidos. Muitos dos vencidos de Évora-Monte que em virtude do decreto de amnistia de 27 de Maio recolhiam ás terras de sua naturalidade foram barbaramente assassinados em nome da liberdade... De nada valeram as providencias do governo para conter estes excessos; a matança continuou, e infelizmente por bastante tempo ainda ».

Já agora — parece preferível, nesta matéria, ouvir os escritores das mais diversas procedências e que não enfileiram entre os defensores do Legitimismo — só mais uma transcrição, do *Portugal Contemporâneo*: — « A segurança duma vitória custosa, tão disputada, sobretudo incerta por tanto tempo, embriagava homens que ouviam aos mestres doutrinas a propósito feitas para os desenfrear. Soltaram-se, com efeito, todas as cobiças e ódios; pagaram-se a tiro todas as ofensas; roubou-se e matou-se impunemente. O miguelista era uma vítima, um inimigo derrubado. Caçavam-no como se caçam os lobos, e cada anterior ofensa, cada crime, era punido com uma morte sem processo. Os vencedores, supondo-se árbitros duma soberania absoluta, retribuiam a cento por um o que antes haviam recebido ».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Isto basta para amostra do *terror liberal* — principiado anteriormente a 1828, prolongado muito além de 1834. Os triunfadores pagaram com usura o que houvessem tido de sofrer nos seis anos que durou a restauração da Monarquia tradicional.

*

A partir desta altura, a nossa História toma carácter diferente. Esfuma-se, entre querelas e embates de facções, o vulto dominante da Pátria como realidade viva, superior a todas, em que se concretizam os altos deveres e os altos fervores colectivos. O cristal quebra-se em mil estilhaços — e cada grupo, ou cada chefe de grupo, mira-se nesse estilhaço, supõe ver nele a totalidade. A lei do individualismo é essa: caos, dissídio, pulverização. Na base, um falso, dissolvente conceito do homem, desligado dos valores transcendentes (outrora, o cavaleiro medieval votava-se, de alma e coração, ao *serviço de Deus* ...) e desligado, ao mesmo tempo, do real imediato, quotidiano. Fabrica o individualismo um ser absurdo, postiço, de razão omnisciente e omnipotente, servo do instinto-déspota, dividido entre a enorme aspiração de se bastar a si próprio, de ter o seu reino neste mundo — e a fraqueza de aceitar o jugo da matéria. Um ser que nega Deus porque se pretende deus; mas que, ao descobrir que o não é, se precipita no mísero abismo da animalidade sem freios. Um ser que deixou de olhar o Céu mas também deixou de compreender a Terra — e se move numa atmosfera sufocante, feita de utopias ingénuas, de voracidades furiosas e de vocábulos desprovidos de conteúdo. Numa palavra: um ser isolado, cortado das raízes; um ser *inviável* — «*je ne suis pas né viable*», a frase trágica do Patrício de Renan ...

A sociedade formada por seres assim — melhor: que se imaginam assim — só pode resultar inviável também. Apresenta uma instabilidade substancial, esquartejada entre as pseudo-soberanias desavindas. Cada qual se considera centro de tudo. Consequência: não haver centro algum, nem harmonia de valores, nem organização, nem solidariedade. À planura de zeros a que Pombal reduziu

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

o país na *Monarquia da tábua rasa* — falta o Rei, representante do poder, da autoridade unificadora, da razão do conjunto. Agora, o Rei torna-se mero figurante inerte e abstracto — que, segundo a fórmula crua de Oliveira Martins, preenche «esse lugar vago a que o liberalismo chama trono». Desapareceu a entidade que incarnava a Pátria, que a corporizava. Ante essa carência a própria ideia de Pátria apaga-se — é substituída pela de partido. São os estilhaços em vez do antigo cristal. A História desce de nível. Quase nada importante, forte, consistente se encontra nessa farândola de máscaras, a agitar-se em pequenos dramas onde não há grandeza, nem humanidade — onde, por assim dizer, nem há matéria histórica.

De facto, aquilo que até aqui se chama História — esforços e batalhas, grandes provações ou grandes vitórias, criação ou descobrimento, alargamento do Mundo ou sementeira do Evangelho — quase se perde de vista na rasa mediocridade geral. Em vez da História, a Política, arte ou ciência de governar os povos (dantes os chefes faziam-na como Jourdain a prosa: sem dar por isso — a golpes de audácia, de previdência, de talento, de fé), que se transforma noutra coisa, lamentável e sórdida, jogo de embustes, cálculo hipócrita, minúscula tragédia de aventureiros sem bússola, de ruminantes sem horizontes ou de manhosos sem nobreza: a política da cobardia, da cilada, do suborno, da esperteza, da cabra-cega, da «plataforma» — que desvirtua o seu sentido legítimo, se torna arte de enlouquecer ou de enganar os povos. Interessa contar minuciosamente os êxitos ou os desaires dessa política? Evidente que não. Tudo isto conduz a fazer, daqui por diante, uma narrativa muito mais abreviada, reduzida a linhas esquemáticas — quase só registo de factos que por si mesmos se comentam e julgam.

Após Évora-Monte, até quase ao fim do Século, à epopeia da Ocupação africana, o que se passa nada merece além de apressado inventário — inventário de falência, de falência fraudulenta, que por caridade e sensibilidade se procura reduzir ao mínimo, já que se trata da nossa casa e da nossa família. Para quê demorar? Para quê insistir? Em todas as famílias, justamente, há coisas de que se fala o menos possível — desgostos, misérias, vergonhas a esque-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

cer por higiene moral. Só assim se conserva a linha firme e construtiva do respeito por nós próprios e pelos do nosso sangue, o culto indispensável dos *deuses lares*, que amparam, protegem e recompensam, através das amargas horas do combate sem fim, a nossa jornada sobre a Terra.

*

A 31 de Agosto de 1834 presta Dom Pedro juramento como Regente em nome de Dona Maria II. Pouco depois o seu estado de saúde agrava-se assustadoramente. Ainda se projecta entregar a Regência à Infanta Dona Isabel Maria. Afinal prevalece a ideia de se declarar a Rainha de maior idade, para logo assumir o poder supremo.

Assim se dá início — é bom acentuá-lo — a nova dinastia. De facto, não se pode considerar o ramo de Dom Pedro como integrado na sucessão normal dos Braganças provindos de Dom João IV. Essa acaba em Dom Miguel I. Seu irmão, ao usurpar-lhe o trono por meio de uma expedição armada, impõe outra dinastia que Dona Maria inaugura.

Eis uma rectificação importante, sugerida e defendida com argumentos incontestáveis, por Caetano Beirão. Escreve o conceituado historiador: — « Os Reis portugueses desde Dom João IV até nossos dias não se podem agrupar numa só dinastia, mas têm de ser agrupados em duas ». E, depois de recordar a definição exacta da *dinastia* — « série ou sucessão de soberanos da mesma família » — esclarece: — « Dom Pedro, vulgarmente chamado o IV, tomou as rédeas do governo, que logo abdicou, não como sucessor de Dom João VI, não como sucessor de Dom Miguel I, mas por um acto semelhante ao que praticara Filipe II de Espanha. Interrompeu-se portanto a sucessão. Findara consequentemente uma dinastia ». Admite-se que a dinastia nova se tenha legitimado mais tarde. No seu começo instala-se por um acto de força, graças ao auxílio — mais: à intervenção militar e à pressão diplomática — de potências estrangeiras. E Caetano Beirão, depois de feita a demonstração

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

cabal da sua tese, propõe que se lhe chame «a segunda dinastia de Bragança ou a dinastia de Bragança-Saxe-Coburgo». É curioso que, na *História Chronologica de Portugal*, aparecida em 1866, Joaquim Lopes Carreira de Melo divide a nossa história política em cinco períodos: 1.º — Dinastia Capeto ou Afonsina (1139-1385); 2.º — Dinastia Joanina ou de Avis (1385-1580); 3.º — Dinastia Filipina (1580-1640); 4.º — Dinastia Brigantina (1640-1834); 5.º — Dinastia Brasileira ou de Bragança Saxe-Coburgo-Gotha (1834- ...). Como se vê, há perfeita coincidência entre ambos os pontos de vista — a que, por nossa parte, não duvidamos aderir.

Emenda supérflua ou inútil à História corrente? Longe disso — e eis por que se deixa aqui bem expressa. «Trata-se», como Caetano Beirão sublinha, «dum acto de coerência e de justiça. Depois, duma correcção que implica uma *doutrina*».

*

O último Ministério de Dom Pedro está «queimado». Em pouco tempo os liberais consumaram uma obra funda de destruição — na qual ocupou lugar culminante o decreto de Joaquim António de Aguiar (28 de Maio de 1834) que extinguiu as Ordens Religiosas. Ao tomar conta do poder, Dona Maria organiza Ministério novo. Na Presidência, Palmela; D. Frei Francisco de São Luís no Reino; Terceira na Guerra; Vila Real nos Negócios Estrangeiros; António Barreto Ferraz de Vasconcelos na Justiça. Só ficam, do Gabinete anterior, José da Silva Carvalho na Fazenda e Agostinho José Freire que transita para a Marinha. Combinação híbrida, de que nenhuma vantagem resulta nem pode resultar. Ainda dura algum tempo a digestão do espólio dos vencidos e dos bens nacionais. Depois a discórdia dos partidos faz-se mais brava. Formam-se dois grandes grupos em que os outros se fundem: o dos radicais, possuídos do frenesim de tudo revolver e inovar; o dos moderados, que desejam caminhar lentamente, em passos cautelosos. No fundo — resume o *Portugal Contemporâneo* — «várias clientelas, com os seus chefes e os seus programas vários, ambicionavam o Poder. Pal-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

mela era um estorvo e contra ele se fundiam as oposições todas, congregadas para o ataque». E obtém os seus fins em Maio de 1835. Saldanha vem à cabeça do novo elenco — mas Palmela passa para os Negócios Estrangeiros. A política dos partidos é isto, continuará a ser isto: um carnaval. Homens que se fingem adversários furibundos — e acabam por embarcar, unidos, na mesma galera governamental, com os papéis trocados. Como os franceses dizem: *plus ça change, plus c'est la même chose* ... E a mesma coisa é o Ministério presidido por Terceira (Abril de 1836) em que reaparecem velhos figurantes: Vila Real, Freire, Aguiar, Silva Carvalho. O estado dos espíritos continua, porém, febril, agitadíssimo. A Economia, a Agricultura atravessam grande crise — ainda complicada pela aparição de guerrilhas que andam a monte, espalham o roubo e a morte. Em 14 de Julho o incêndio do Palácio do Tesouro dá pretexto a odientas insinuações contra Silva Carvalho, Ministro da Fazenda. Nesse mesmo mês há consulta eleitoral. O governo vence como sempre, graças à corrupção e à violência. Mas a oposição logra vantagens apreciáveis em muitos pontos: o seu triunfo acusa-se nomeadamente no Porto, em Viseu, em Faro.

Quem é a oposição? Um bando heterogéneo de idealistas primários e de jacobinos irrequietos, entre os quais se evidenciam Manuel e José Passos, do Porto, o orador José Estêvão Coelho de Magalhães e António Bernardo da Costa Cabral. «No club celebre dos Camillos (os ministros diziam *Camellos*) troava acima de todas a voz de Costa Cabral pedindo uma tyrannia da plebe, o sangue dos aristocratas e dizem até que a cabeça da Rainha» — conta Oliveira Martins. Costa Cabral tem então como modelo o foliculário de *L'Ami du Peuple*; nos «Camillos», deve sonhar-se émulo de Marat e dos outros vociferadores dos clubes parisienses de 89-93.

Tudo isto prepara o ambiente para os sucessos de 9 de Setembro. À tarde sabe-se que vêm desembarcar no Terreiro do Paço alguns dos deputados eleitos pela oposição. A turba, parcialmente armada, vai esperá-los e acompanha-os em cortejo até às Cortes; atroa os ares com «morras» à «Carta» e aos Ministros e «vivas» à Constituição de 22 — a pura, a genuína, a que encerra a vontade

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

originária da Revolução. Daí a horas, já noite alta, a Guarda Nacional vem para a rua apoiar o motim, reclamar outro Ministério e o Estatuto de 22. Nada mais é preciso. No dia seguinte, um decreto restabelece a Constituição exaltada pelos desordeiros. E o Gabinete é composto pelos seus chefes : na Presidência e na Guerra, Linhares ; no Reino, Passos Manuel ; na Justiça, António Vieira de Castro ; nos Negócios Estrangeiros, Sá Nogueira ; na Marinha, Vasconcelos Correia. « Foi assim, com esta simplicidade, que as coisas mudaram », grava, no seu traço cruel e ácido, Oliveira Martins, « o que prova não a força dos que venciam, mas a podridão das coisas vencidas ».

Que representa o *Setembrismo,* no fundo ? Delirantes quimeras nas cabeças de certos sonhadores — como Manuel Passos — bondosos mas ignorantes, desorientados pela mitologia *oitenta-e-noveana* e maçónica ; insofridos apetites na maioria da jacobinagem bulímica. O cândido Passos confessa que lhe cansa o braço de assinar demissões : a tanto o obriga a sofreguidão da sua clientela ...

E os males de que se queixa o povo vão de mal a pior — com a agravante de crescerem os perigos, de se resvalar para a franca anarquia. Cada vez os homens revelam maior impreparação, maior incapacidade. Os remédios que propõem os demagogos — oráculos das sociedades em crise — cifram-se numa série de palavras ocas e sonoras, através das quais se exige sempre mais « liberdade », mais « soberania do povo », mais absurdos e mais ruínas.

Principia a Europa a inquietar-se — a Europa, madrinha indiscutível da dinastia brasileira e do regime cartista, que não quer uma desordem tão apurada, tão perfeita. A *Santa Aliança* desfez-se há muito ; por toda a parte impera o Liberalismo. No entanto, o Liberalismo coroado, palaciano, mesureiro, comedido. E lança-se um olhar de receio e desdém para esta pequena nação, atrasada de quase meio século, que se lembra de querer retrogradar aos grosseiros processos da França revolucionária ...

Um dia, mais tarde, Rodrigues Sampaio dirá no seu panfleto célebre *O Espectro* : — « Risquem dos diplomas a frase : Rainha pela graça de Deus e da Constituição e substituam : por graça dos aliados e vontade dos estrangeiros ... ». De facto, Dona Maria II

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

deve a Coroa menos aos soldados do pai do que ao oiro do judeu espanhol Mendizábal, ao exército de Rodil, às pressões e ajudas de Luís Filipe e de Palmerston. Casa depois com o Príncipe Augusto Carlos de Leuchtenberg, falecido após alguns meses; viúva, casa pela segunda vez com o Príncipe Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha. O seu mestre, Dietz, é também alemão. E quando Leopoldo I da Bélgica — então grande influente em Londres — delega no seu Ministro junto da Corte de Lisboa, Van der Weyer, o encargo de, por assim dizer, tutelar a jovem Rainha de Portugal, Dona Maria vê-se rodeada de gente estranha, a respirar numa atmosfera de sugestões, de opiniões e de interesses bem diversos dos nacionais. Muito faz, apesar disso, a Soberana isolada. No entanto, quase impossível lhe será compreender bem o que se passa entre os portugueses — já que, no Paço, só alemães, belgas e ingleses a cercam.

Todos se mostram solícitos e assustados pelos perigos que a filha de Dom Pedro corre, frente à demagogia exigente, efervescente. Pouco a pouco urdem um plano de que esperam saia a restauração da ordem — da ordem tal qual a concebem, é claro — e nele tentam interessar os velhos marechais «cartistas». Para os coadjuvar há uma esquadra britânica no Tejo — e outra mandada por Luís Filipe.

A 3 de Novembro desse mesmo ano de 1836 Lorde Howard, representante de Guilherme IV na nossa capital, previne Sá da Bandeira de que as tropas inglesas estão prontas a desembarcar e a proteger a Rainha contra qualquer risco. No dia seguinte Dona Maria abandona as Necessidades, vai para Belém e convoca os Ministros, os chefes do Exército, outras personalidades oficiais. Depois de várias conferências, já de noite, demite Linhares e nomeia um governo presidido pelo Marquês de Valença.

Ao golpe de Estado do Paço riposta Lisboa setembrista com a corrida às armas. Mobiliza-se a Guarda Nacional; forma-se à pressa uma Junta encarregada de reagir por todos os meios. Começa a notar-se excitação alarmante: o primeiro sintoma é o assassínio de Agostinho José Freire que, num rutilante uniforme, ia oferecer os seus serviços à Rainha. Sá da Bandeira, depois de muito instado,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

condescende em tomar o comando das forças da Junta — mais para contê-las do que para outra coisa. Essas forças clamam : « A Belém ! » E há que evitar qualquer desatino sangrento.

Umas centenas de ingleses desembarcam já para assegurar a defesa da Rainha. De madrugada Saldanha manda o tenente-coronel Barreiros parlamentar. Sá da Bandeira põe como condição para qualquer acordo a volta imediata dos britânicos para os seus navios. Chamado também à presença de Dona Maria II, Manuel Passos (*le roi Passos,* segundo Dom Fernando), que tem, sem dúvida, Lisboa na mão — expõe as reivindicações da sua gente e protesta contra a ingerência dos soldados de Guilherme IV.

O reembarque destes efectua-se. Saldanha tem uma conferência na Junqueira com Sá da Bandeira. Daí resulta, por convite da Rainha, ser este investido na Presidência do novo Gabinete. A seu lado, Manuel Passos e Vieira de Castro acumulam as diversas pastas. Não pode ser mais nítido o triunfo setembrista ; mais nítido não pode ser o malogro da conspiração de palácio — de palácio e de chancelaria. Uma coisa, porém, obtém : a revisão da Constituição de 22 — para o que se convocam logo a seguir Cortes Constituintes. De alguma utilidade foi, ainda assim, a *Belenzada* — que os seus promotores apenas classificam de tentativa infeliz. E propõem-se repeti-la no primeiro ensejo.

A 12 de Julho de 1837 — Manuel Passos foi já derrubado por uma votação parlamentar no mês anterior — José de Vasconcelos Bandeira de Lemos, Barão de Leiria, revolta-se a favor da « Carta » com o Batalhão de Caçadores 4. É o sinal de uma série de pronunciamentos e de contrapronunciamentos. Ao Barão de Leiria opõe-se o Barão de Almargem. A Saldanha, que se coloca à testa de outros efectivos sublevados, opõe-se o Conde de Bonfim. Terceira e o Barão de São Cosme também se erguem pela « Carta ». Durante algum tempo reina a confusão no país. Confusão tal que em Chão da Feira, ao defrontarem-se forças de ambos os lados, em vez de se cruzarem armas e fogos tudo se resolve num tiroteio

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

de « vivas » contrários. Por fim os adversários compõem-se — e tudo fica na mesma.

O novo desaire, que aumenta a força dos « avançados », exacerba ainda a demagogia dos clubes. Além de Costa Cabral e dos oficiais de Marinha Rodrigues França e Francisco Limpo há o Batalhão dos « Arsenalistas », gente valente e da pior espécie, com Francisco Soares Caldeira por chefe, que ameaçadoramente se agita. Sá da Bandeira não tem outro remédio senão liquidar esse bando de energúmenos numa acção repressiva que faz correr sangue. Dissolve-se o Batalhão e demite-se Caldeira — mas, incapaz de se aguentar depois dessa prova de força, o Ministério cai também. Radicais e clubistas provocam novos motins. Então Costa Cabral muda de campo, vigorosamente colabora nas medidas de defesa da ordem e, uma vez triunfante o governo, aparece nomeado para o lugar de Caldeira : Administrador Geral de Lisboa. Primeiro passo numa carreira que apenas se esboça.

Jurada em Abril de 1838 a nova Constituição, compromisso entre as facções opostas ; passado o susto das intempestivas desordens de Junho — segue-se uma trégua relativamente longa, só marcada pela monótona subida e descida dos ministérios-alcatruzes. Cai Sá da Bandeira em Abril de 39 e substitui-o o Barão da Ribeira de Sabrosa. Em Novembro preside Bonfim, com Rodrigo da Fonseca Magalhães no Reino — e Costa Cabral faz parte do Governo, na Justiça, onde se aguentará até Fevereiro de 42 através de várias recomposições, já com Joaquim António de Aguiar na Presidência. O seu valor impõe-se no seio da mediocridade geral. Isto mesmo se vinca em certa página do *Portugal Contemporâneo* : — « Na Administração de Lisboa, Cabral dera em 38 a medida dos seus talentos ; no Ministério da Justiça, agora ... ia-se revelando cada vez mais o seu génio pombalino. Restabelecidas as relações com Roma, que desde 34 estavam suspensas, o Ministro reorganizou a máquina eclesiástica, preenchendo as Sés, regulando, construindo tudo que a anarquia derrubara. Outorgando a *Novissima Reforma Judiciaria*, adaptava a legislação antiga aos princípios novos estabelecidos pela revolução, organizando também o pessoal da justiça, pondo regra

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

e ordem nesse deplorável cáos. Não era um demolidor a continuar a obra de Mousinho, não era um filósofo guiado pelos princípios absolutos: era um homem prático, laborioso, inteligente, cerzindo, remendando, alinhavando os farrapos velhos e novos, os retalhos ainda existentes do passado com as amostras, breves e já desbotadas, do futuro». Apesar de antipático na sua secura e um tanto irascível na sua intolerância, é o homem necessário, excepcional — já que os seus moles comparsas nada ousam e nada fazem. Em Janeiro de 42 resolve-se a vibrar golpe decisivo. Vai ao Porto — onde se dá uma reviravolta «cartista» — e aí constitui nova Junta, destinada a libertar a Rainha coacta e a restaurar o Estatuto de 26. Reedição da *Belenzada,* mas com um português de pulso a comandá-la, sem estrangeiros, assente na vontade popular. Em Lisboa tenta-se a resistência, leva-se Dona Maria a escrever a Cabral para que se submeta e forma-se um Ministério Palmela-Sá da Bandeira a 6 de Fevereiro, quando já tropas vindas do Porto vão sobre Coimbra. É o chamado «Ministério do Entrudo» — que efectivamente não vive além de três dias. Levanta-se a 8 parte da guarnição de Lisboa e o poder, tirado a Palmela, é entregue a Terceira, a Mousinho de Albuquerque e a José Jorge Loureiro. No dia 11 aclama-se a «Carta» na capital. E a 24, vencidas as relutâncias e emulações que lhe vedam o acesso ao governo, Cabral toma conta da pasta do Reino, com o Barão de Tojal na Fazenda, Melo e Carvalho na Justiça, Campelo na Marinha.

Desde então, e por quatro anos seguidos, exerce a ditadura. Energia, método, persistência, acima de tudo a continuidade governativa — permitem-lhe realizar obra considerável. O Liberalismo deixa os limbos da nebulosa ideológica, resolve-se pela acção concreta e útil inspirada num pragmatismo restaurador. Há que edificar, sobre tantas ruínas. Costa Cabral lança mãos à obra. Devem-se-lhe reformas valiosas na Instrução e nos Estudos Médicos; a fundação do Teatro Nacional de Dona Maria II; o estímulo e o desenvolvimento dados a institutos culturais, artísticos, científicos; a elaboração de novo Código Administrativo; a melhor organização económica das Câmaras Municipais; incentivos à Agricultura e à

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Lavoura; abertura de estradas; aperfeiçoamento dos processos de contabilidade pública; auxílio a estabelecimentos de assistência social; mais coisas ainda. Barbosa Colen, seu panegirista, chama-lhe «grande personagem que enche toda essa época com a sua poderosa iniciativa». Reflicta-se, porém: a par de inevitáveis qualidades, Cabral governa mais tempo do que os outros — e, por si só, o facto de *durar* beneficia os seus esforços.

Mas *durar*, na era liberal, constitui insuportável escândalo. O lema será antes *variar*. O ditador tem de usar uma terapêutica severa, às vezes violenta. Contra ele se ergue depressa a frente única dos interesses feridos, dos despeitos amargos, das invejas desenfreadas. Sobre o seu nome chovem a calúnia, a afronta, a diatribe. De quanto suceda de mau ou de infeliz atribui-se-lhe a responsabilidade. Chega-se ao ponto de insinuar infâmias acerca das suas relações com a Rainha. Acusam-no de delitos sem conta — desde a desumanidade cruel até o desvio de dinheiros públicos. Cria-se a lenda negra dos «Cabrais» — visto o ditador ter associado ao governo seu irmão José, outro duro e autoritário transmontano.

Da sementeira das apóstrofes e dos rancores nasce primeiro a revolta militar de Torres Novas, com Vasconcelos Correia e José Estêvão à cabeça, morta sem resultado; depois, esse fenómeno da anarquia inorgânica e progressiva que será pitorescamente baptizado de Revolução da *Maria da Fonte*.

Que é a *Maria da Fonte*? Uma daquelas explosões plebeias, espontâneas e brutais, nas quais se exprime profundo mal-estar e que se desenvolvem sem sequência e sem fito. No começo, protesto contra certos exageros fiscais e certas impertinências de funcionários; depois, maré encapelada, absorvente, a que se somam pessoas que nem sabem o que querem mas se deixam arrastar na onda alta: fidalgos provincianos ligados à gente das redondezas; padres guerrilheiros; agitadores de profissão. Tudo se une contra os «Cabrais» — símbolos, afinal, de um regime que oprime e tortura a Nação porque se baseia num falso conceito do homem. Tudo vai atrás do mito popular — a Maria da Fonte, camponesa das imediações

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

da Póvoa de Lanhoso que, a par de outras mulheres (as varonis e resolutas mulheres do Minho), se salienta nos primeiros tumultos. O mito da Maria da Fonte é da família do mito do Manuelinho de Évora. Com dois séculos de intervalo, o povo, à falta de um chefe visível, responsável, legítimo, real — socorre-se da sua imaginação e tira do anonimato uma personagem fabulosa.

Quer opor-se à avalanche Costa Cabral, já elevado a Conde de Tomar. Despacha seu irmão para o Porto, na esperança de que ele asfixie a sublevação crescente — propagada à Beira, à Estremadura. Inútil. José Cabral, voluntarioso e desapiedado, ensaia processos radicais. Prende, confisca, fuzila sediciosos. Mas até o general comandante da província — o Conde de Vinhais — se recusa a obedecer-lhe. E retira para Lisboa, convencido de nada poder fazer. Já em Coimbra José Alexandre de Campos forma uma Junta Revolucionária. O mesmo fazem Manuel Passos em Alpiarça, o Barão de Almeirim em Pombalinho, o Visconde de Andaluz em Pernes — e juntam os três em Santarém as suas forças. No Sul a fogueira crepita, dia a dia maior.

Não há outro remédio: fogem os Cabrais para Espanha. Dona Maria II recorre aos velhos fiéis. O novo Governo (20 de Maio de 1846) é um triunvirato Palmela-Saldanha-Terceira. Logo depois alarga-se, com a entrada de Mousinho de Albuquerque, de Loureiro, de Lavradio. Daí a dois meses também entram Sá da Bandeira e Joaquim António de Aguiar. Mais uma «combinação» em que se misturam cartistas e setembristas — fatalmente incapazes de colaborar. E vê-se logo. A 6 de Outubro Saldanha, ligado a Terceira (ambos partidários nostálgicos do «cabralismo» expulso), dá novo golpe de Estado. De acordo com a Rainha, toma a Presidência; Palmela e Bonfim são demitidos; Terceira vai para o Norte, como lugar-tenente de Dona Maria. Nova reedição da *Belenzada* — tentativa da Coroa e dos Marechais para dominar a confusão política.

Em vez disso apenas a exasperam. José Passos, a 10, constitui no Porto uma «Junta provisória do Supremo Governo do Reino». Por seu turno, declara a Rainha coacta. O Presidente é o Conde das Antas e Passos o Vice-presidente. À voz da Junta, os regimentos

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

do Norte concentram-se e vão sobre Coimbra. Em diversos centros do país outros núcleos aliados se formam. Ao mesmo tempo o Barão de Casal declara-se em Trás-os-Montes pelo governo de Lisboa, Terceira é preso no Porto e Sá da Bandeira, posto à frente das tropas «juntistas», marcha para o Norte. Encontra-se a sua gente com a de Casal em Valpaços — e sofre uma derrota. Em Torres Vedras os contingentes de Bonfim e Saldanha batem-se — com vitória para o último. Nesse recontro perde a vida Mousinho de Albuquerque. O governo tem vantagens, mas a guerra civil rebenta por toda a parte, endémica, hidra de mil cabeças. Para mais a complicar ainda surge o escocês Macdonell, que esteve em Santarém com Dom Miguel no final da campanha e, seguido por umas centenas de tradicionalistas, ergue o pendão do Rei Legítimo. Tal o eco despertado no povo que a empresa arrojada de Macdonell chega a adquirir volume surpreendente. Ocupa Guimarães e Braga, onde Dom Miguel é restaurado entre celebrações festivas. «O espectro minhoto, monárquico e legitimista» clama, na verídica interpretação de Oliveira Martins: — «O nosso direito é o verdadeiro! O vosso Rei um usurpador! O nosso Rei é português, o vosso estrangeiro. É uma Rainha filha de mãe austríaca e pai brasileiro, casada com um alemão; alemães são os mestres e os médicos do Paço, o Dietz e o Kessler; inglesas as amas de leite, inglês o cocheiro, francesa a modista...». Casal, porém, afoga à nascença — cruamente, a ferro e fogo — essa última esperança portuguesa.

A guerra continua, tremenda, com focos inúmeros. A dar razão ao clamor do «espectro minhoto», vem a intervenção estrangeira, nítida, insolente. A Espanha quer servir de medianeira. A Inglaterra manda o coronel Wylde com a missão de negociar e, se preciso, de forçar os acontecimentos. Assim faz: convida Antas a submeter-se, ao que ele se recusa. Sá da Bandeira também recebe avisos e conselhos do coronel Filch e do ministro em Lisboa, Jorge Seymour; o próprio Wylde lhe comunica a lista de outro Ministério Saldanha, que não tem, porém, o condão de o sossegar e desarmar. Entretanto a Junta do Porto planeia uma expedição ao Sul, sob a chefia de Antas. O comandante da esquadra britânica, Tomás

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Maitland, anuncia-lhe que bloqueia a barra. Antas não acredita ou não se importa. É presumível que se deixe prender, ao sair, com os vapores carregados de tropas — logo colhidos pela esquadra de Maitland. Uma divisão espanhola atravessa a fronteira em vários pontos. Sá da Bandeira ameaça Lisboa e quando os ingleses, também aqui, se mostram dispostos a intervir, deixa-se (como Antas no Norte) suspender na sua marcha, tirar as armas da mão. Ambos terão provàvelmente medo da vitória — medo da sanha e da incongruência dos seus partidários. Desembarcam ingleses na Foz; as forças madrilenas entram no Porto. A 24 de Julho de 1847 a Convenção de Gramido, sob os olhares protectores das potências, termina mais este absurdo episódio. Saldanha guarda o poder, com um elenco nìtidamente cabralista. Preparam o regresso de Costa Cabral — único homem, no fim de contas, que pode e sabe governar.

*

De facto, o Conde de Tomar logo ampara e ajuda Saldanha — até que depressa entre ambos se cava a discórdia, nos fins de 47. Em 48 arrasta o Marechal vida governativa precária — alvo de suspeitas, de apóstrofes, de acusações, como então sucede a todos quantos representam a autoridade. Já nas eleições desse ano Tomar obtém êxito que dá na vista e retoma o seu lugar na Câmara. Uns meses mais, em Junho de 49, «queimado» Saldanha, ei-lo na Presidência de um Ministério seu. Governa até 1851 — mas já se mostra cansado, tal a rapidez com que a agitada política do tempo devasta as energias dos grandes responsáveis. O seu rival destronado faz-lhe a existência o mais difícil que pode. Em 1850, a propósito da lei contra os abusos da imprensa — a «lei das rolhas», — é um temporal desfeito. Enfim, em Abril de 1851, estala outra «saldanhada». Depois de vaguear pelo país à frente de algumas tropas sem encontrar eco, dispõe-se o Marechal a passar a fronteira quando, tardio, o eco se manifesta no Porto. Tomar é que vai para o exílio e Saldanha torna a Lisboa, vencedor. Há primeiro um Ministério Terceira de curta duração. Saldanha

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

reaparece, à frente de uma lista de nomes que não o impedem de brilhar acima deles. Os mais salientes são: em Maio de 52, o Marquês de Loulé; em Julho, Rodrigo da Fonseca Magalhães, que tem o Reino e a Justiça — e um novo, António Maria de Fontes Pereira de Melo, que da Marinha passa em Agosto para a Fazenda. Pela promulgação do Acto Adicional à «Carta» (5 de Julho) tenta-se conciliar a manutenção do Estatuto de Dom Pedro e algumas reivindicações das várias correntes. E segue-se por uma ampla via de reformas económicas e financeiras de que Fontes é o protagonista. Chama-se a isto *Regeneração*. Os governamentais — antigos cartistas — designam-se, a partir de então, como «regeneradores» e os antigos setembristas e cartistas afins recebem a etiqueta de «progressistas» ou «históricos». A Nação, em última análise, nem se regenera com uns, nem progride com outros. O mal é fundo, não se debela assim. Entre a Pátria e os partidos o abismo continua aberto.

*

Suspenda-se todavia o deplorável sudário, porque nesta altura — a 15 de Novembro de 1853 — desaparece da cena Dona Maria II, com trinta e quatro anos apenas.

Inocente da sua ilegitimidade e do clima «estrangeiro» do Paço; inocente do sistema de ideias e de instituições antinacionais que o pai conduziu ao triunfo e que presidiu à sua elevação ao trono — a jovem Rainha merece da História juízo plenamente elogioso. É a vítima de delitos que não cometeu. Tem de reinar quando a soberania se desloca oficialmente da Coroa para o povo — na realidade (visto o «povo» ser mero *alibi* das facções vorazes) para os partidos e as sociedades secretas. Atravessa mil jornadas de perigo, de inquietação, de tragédia, em que tudo aparece de repente problemático — até a sua conservação no poder, mesmo a sua vida. No entanto, suporta e domina tudo — homens, intrigas, duelos de clientelas desvairadas, horas agrestes de guerra civil — com uma dignidade, uma inteligência, uma sensatez, uma noção

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

das possibilidades e das conveniências, um tino governativo que só as mulheres excepcionais possuem. Insultada, escarnecida, posta a cada passo em causa pela verrina infecta dos panfletários sem escrúpulos ou pela fúria cega das populações dementes — acaba amada e respeitada por todos; a sua morte, em plena mocidade, enche de tristeza o país inteiro. Apesar de tudo, leva ao fim um dos períodos mais tormentosos e incertos da vida nacional, em que salvou tudo que podia ser salvo do prestígio real e nada perdeu que não fosse perdido antes dela. Exagera um tanto Barbosa Colen quando lhe atribui a estatura dos «grandes fundadores de impérios» e a iguala aos chefes «que os povos necessitam para a realização de uma épica epopeia» (*sic.*). Diz, porém, a verdade incontestável quando escreve: — «Para resistir a tão desmedida campanha (contra os Cabrais); para pôr o que ela julgava ser o interesse dum bom governo acima do que seria restrictamente o seu interesse pessoal; para substituir ao egoísmo da tranquilidade, com a transigência, o propósito de não servir a ambição dos insignificantes exasperados, era preciso que essa Rainha tivesse um carácter bem forte, um ânimo bem varonil, uma bem alta compreensão da sua missão de reinar». Adiante grava legenda duradoira, ao chamar-lhe «alma fortíssima».

É sem dúvida «alma fortíssima», Dona Maria II! em muitos momentos críticos essa fortaleza de alma leva-a a seguir o bom rumo — embora o mais difícil, embora o mais arriscado. Assim vence obstáculos e — quantas vezes! — vira a seu favor as circunstâncias. Se melhor não revela a sua força é porque a Realeza dela abdicou e os homens, açulados por doutrinas venenosas, lhe não consentem obra mais ampla do que a de se equilibrar entre as suas lutas delirantes.

*

A Regência de Dom Fernando dura o breve espaço de dois anos (1853-1855) e nada extraordinário a assinala. Dão ao viúvo de Dona Maria II o cognome de *Rei Artista*. É, com efeito, um

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

homem culto, que sente grande prazer no convívio dos intelectuais e ama singularmente as artes plásticas. Gosta de rodear-se de ambientes de delicado bom-gosto e para isso reúne uma espécie de museu — constituído por velhos quadros, tapeçarias, faianças, mobiliário antigo. Devem-se-lhe valiosas iniciativas para a restauração dos monumentos nacionais — como por exemplo a Basílica dos Jerónimos, a Batalha, a Torre de Belém.

Fora disto, a sua passagem pelo trono não se sente na política — outra vez agitada pelas investidas de Tomar (porta-voz da oposição, com o Conde da Taipa, Almeida Garrett e outros) contra o seu rival Saldanha. Este chega a pedir a demissão, que não lhe aceitam. Os dois Príncipes mais velhos — Dom Pedro e Dom Luís — viajam pela Europa, a fim de completarem uma educação desenvolvida e cuidadosa. A 16 de Setembro de 1855 Dom Fernando depõe nas mãos do sucessor, que atinge dezoito anos, o duro encargo de reinar — que exerceu com discreta e inteligente bonomia.

Vem marcado para curto e sombrio destino o jovem Monarca. Parece adivinhá-lo desde pequeno, com os seus pesadelos, as suas apreensões, a sua misteriosa e mórbida tristeza. Tem sido Dom Pedro V (melhor se lhe chamará IV, já que o Imperador do Brasil não tem que figurar na galeria dos Reis de Portugal) muito comparado a outro Soberano melancólico e infeliz: o Dom Duarte da segunda dinastia. Justifica-se na verdade o paralelo em numerosos pontos. Mas Dom Duarte pertence bem à Idade Média — ao passo que Dom Pedro é integralmente romântico, no desenho do seu carácter, no tipo febril da sua imaginação, na tendência para um alheamento visionário. Lembra talvez Luís II da Baviera — menos a loucura. Lembra também o shakespeareano Hamlet. Ao relatar que o intoxicaram os miasmas de um charco dos jardins de Vila Viçosa, comenta Oliveira Martins: — «Eloquente símbolo, porque os miasmas do charco português eram o veneno que o Rei tragara no berço e lhe fizera da vida uma enfermidade crónica ...». É que, dolorosamente, Dom Pedro tem, como o Príncipe da Dinamarca, a consciência de haver alguma coisa podre no seu Reino. Bem o provam a doentia meticulosidade com que

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

estuda todos os assuntos e o amargo cepticismo com que desconfia de todos os políticos. « Com olhos de pessimista, e esses eram os bons olhos para ver Portugal », diz ainda Oliveira Martins, « tinha em tanta conta os que o rodeavam, cria tanto neles, que mandou pôr à porta do seu palácio uma caixa verde, cuja chave guardava, para que o seu povo pudesse falar-lhe com franqueza, queixar-se, acusar os crimes dos governantes ». Por isso, o povo lhe dedica intensa afeição e lhe atribui o cognome de *Muito Amado*. Intelectual em excesso, o amigo de Herculano tende porventura a um Liberalismo quimérico, democratizante, que decerto não coincide com a verdadeira índole nacional. É tal, porém, o seu desejo de justiça; tais são os seus escrúpulos de bem governar, tais a sua bondade e a sua desdita que na memória colectiva grava simpático perfil e deixa as recordações mais gratas.

Nos oito anos do seu reinado efémero acumulam-se sobre o país infelicidades e flagelos de toda a ordem. É o tremor de terra algarvio de Janeiro de 1856; são as chuvas torrenciais e destruidoras que arruinam colheitas e impedem sementeiras; são as epidemias tremendas — o cólera-morbo primeiro, a febre amarela depois — que fazem enorme quantidade de vítimas e dão ensejo a que o Rei mostre as raras virtudes do seu coração bondosíssimo e uma coragem exemplar na assistência prestada aos enfermos, visitados por ele com intrépida frequência; é a miserável, prolongada questão das Irmãs de Caridade, contra as quais os jacobinos e a Maçonaria desencadeiam hedionda ofensiva e que divide em dois exaltados campos a sociedade portuguesa; e o vergonhoso episódio da *Charles-et-George*, em que temos de nos curvar, humilhados, às insolentes exigências da França. A *Charles-et-George* é uma barca francesa que, sob o comando do capitão Rouxel, apesar da proibição expressa do Governador-Geral de Moçambique (em cumprimento das leis portuguesas), se entrega nas nossas águas ao tráfico dos negros. Legìtimamente apresada por um navio de guerra em 29 de Novembro de 1857, a *Charles-et-George* é conduzida a Moçambique e por fim trazida para o Tejo. Mas o Ministro dos Estrangeiros de Napoleão III, Conde Walewski, reclama insistentemente a res-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

tituição do navio e a soltura do seu comandante. Tentam-se do nosso lado todos os recursos para fazer valer o direito seguro que nos assiste. Procura-se interessar a Inglaterra no caso, ao menos como medianeira — tanto mais que no intuito de ofender e vexar o Governo de Londres se inspira principalmente a insolência do Governo de Paris. Mas Lorde Cowley, representante britânico em França, limita-se a diligências vagas. E a 3 de Outubro de 58 surgem no Tejo as duas naus *Austerlitz* e *Donawerth,* encarregadas de apoiar o ultimato que dias mais tarde o Ministro de Napoleão III nos manda pelo seu delegado em Lisboa, Marquês de Lisle de Siry. Que havemos de fazer? Ceder à força. Entregamos a *Charles-et-George,* soltamos Rouxel e ainda pagamos indemnização avultada.

Tudo isto acabrunha o Rei. A política oferece os espectáculos do costume. Sucede a Saldanha em 1856 o Duque de Loulé que, pelo seu ar distante, aristocrático, excita a ira dos liberais. Em 59 volta Terceira, que morre pouco depois. Segue-se um Ministério de dois meses, presidido por Joaquim António de Aguiar. Depois regressa-se a Loulé, ainda assim dos mais estáveis entre os homens públicos da época. Passam-se estes factos no meio dos debates, das polémicas, das odientas querelas de sempre. Em torno das Irmãs de Caridade a batalha jornalística e parlamentar alcança aspectos degradantes. Uma das cenas mais elucidativas é aquela em que Loulé, increpado na Câmara acerca da intolerável preponderância maçónica e perguntado se terá feito parte da seita, riposta sem vacilar: — « Fiz! E faço! » Quando o Presidente do Conselho declara isto avalia-se o domínio exercido sobre a Nação pelos « Filhos da Viúva » ...

No entanto alguma coisa se faz no campo da administração pública e do fomento. Fontes Pereira de Melo, um técnico, um engenheiro, com acentuado senso prático e o culto ingénuo do « progresso » (do « progresso » material, traduzido sobretudo na melhoria dos transportes e comunicações) — é o animador sistemático das notáveis iniciativas tomadas neste período pelo recém-nascido Ministério das Obras Públicas. Ainda na Regência de Dom Fernando (Outubro de 54) inaugura-se o troço do Caminho de Ferro

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

de Sacavém a Vila Franca. Em 56 inaugura-se já o percurso de Lisboa ao Carregado. E abrem-se as linhas do Norte e Leste e do Sul e Sueste, com rápido incremento. Também em 55 se assina o contrato com Alfredo Bréguet para a construção das primeiras linhas telegráficas — e o tratado para a construção do primeiro cabo submarino, ligado aos Açores e à América do Norte. Reforma-se simultâneamente o ensino industrial e agrícola. Estradas e pontes edificam-se pelo país fora com abundância.

Acima de tudo, porém, o reinado de Dom Pedro valoriza-se pelas providências dadas no sentido de desenvolver a Instrução pública. Já sua mãe estabelece em 1835 o ensino primário gratuito — que em 1836 torna obrigatório. No mesmo ano fundam-se as Escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto; a Escola Politécnica e a Escola do Exército datam de 1837. O filho protege e estimula todavia, em larga escala, a projecção nos factos destas excelentes iniciativas. Em 1857 cria o Observatório Astronómico de Lisboa. Em 1859, por carta de Lei de 8 de Junho, o seu título de glória: o Curso Superior de Letras, cujos primeiros professores nomeados são o helenista António José Viale, o historiógrafo Rebelo da Silva e o poeta Castilho, que se escusa. Só pela maneira como resolve dedicar-se ao magno problema da Instrução e pelos lúcidos alvitres que a tal propósito se encontram em cartas do seu punho merece Dom Pedro a gratidão nacional. Há a notar ainda a abolição da escravatura, na sequência da intenção já marcada pelo decreto de Dezembro de 1835, mas que se define e consolida nas leis de 1856 e de 1858.

Golpes cruéis não cessam de ferir o moço Soberano. O maior de todos é a morte da Rainha — a Princesa Dona Estefânia de Hohenzollern-Sigmaringen — com quem casa em 1858 e que sucumbe a um ataque diftérico cerca de um ano depois. Dona Estefânia, doce e reflexiva, torna-se companheira admirável de uma vida triste que atenua com a sua carinhosa presença e com a sua diligente compreensão. O desaparecimento prematuro que tão depressa lha rouba enche de sombras mais densas o espírito do Rei, já fechado

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

a toda a alegria. Agora o selo da fatalidade grava-se-lhe mais fundo no coração dolorido.

Em meados de 1861 Dom Pedro, depois de uma ida a Vila Viçosa, corre algumas terras do país com seus irmãos: visitam Portalegre, Castelo de Vide, Marvão, Alter, Abrantes, Barquinha, Santarém, acolhidos pelas populações com alvoroçado e entusiástico respeito. Mas na volta à capital sentem-se doentes. O Infante Dom Fernando morre a 6 de Novembro. O próprio Monarca só lhe sobrevive cinco dias. O Infante Dom João é no mês seguinte a terceira vítima do mal — que segundo os médicos parece ter sido a febre tifóide.

Atónita e consternada, a gente de Lisboa evidencia então o seu afecto ao *Muito Amado*. O régio funeral exprime a saudade inconsolável do povo — que se habituou a querer-lhe. E o sentimento geral sobe de temperatura, degenera em furor colérico. De súbito acusa-se a esmo: Loulé, de ter suprimido o sobrinho para lhe usurpar a Coroa; Costa Cabral, de saciar o seu despeito e exercer a sua vingança porque viveu no ostracismo desde o começo do reinado; até o espanhol concessionário do Caminho de Ferro do Norte, D. José Salamanca... Sem lógica, sem razão, o povo increpa. Dor pela perda que sofre? Evidentemente. Ainda mais protesto do subconsciente nacional contra um regime catastrófico — em que até os Príncipes morrem jovens, contagiados pela fermentação do pântano. «Tinham envenenado o Rei!», interpreta o *Portugal Contemporâneo*. «Tinham envenenado tudo! Tinham roubado, tinham vendido, tinham retalhado o povo, o reino, a fazenda e a nossa miséria era a consequência dos seus crimes... Esse clamor provocado pela morte do Rei mártir era uma condenação total, universal, espontânea!» Condenação dos políticos, de todos os políticos. *Vox populi, vox dei*. No fundo, condenação das ideias e do sistema — visto os políticos serem apenas servos e reflexos...

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Regressa Dom Luís de França, onde se encontra. Cabe-lhe a sucessão do irmão, falecido sem filhos. É também um Príncipe culto, musicólogo distinto, muito versado em línguas, tradutor de vários dramas de Shakespeare. O seu reinado, bastante longo — vinte e oito anos — desenrola-se sob os mesmos signos de progressiva decomposição social e política. Há graves tumultos em Lisboa logo a seguir ao advento do novo Soberano, no Natal de 1861 : ainda a dolorosa indignação popular pela morte de Dom Pedro e dos Infantes Dom Fernando e Dom João. O último nem sequer foi ao Alentejo. Insiste-se na suspeita de envenenamento e dão-se « morras » aos Ministros, aos chefes da oposição — a todas as vedetas da política e das câmaras. Meses passados, mais tumultos no Minho, inexplicáveis, sem origem conhecida, sem objectivo. Os sinos tocam a rebate — como tangidos por mãos de fantasmas. O capitão Silva Macedo amotina uns regimentos de Braga ; tudo se dilui ràpidamente em fumo. A *Janeirinha* — insubordinação contra o imposto de consumo — atira abaixo um Ministério Aguiar-Fontes, sucessor de outros dois, Loulé-Fontes e Sá da Bandeira-Ávila. É ainda Ávila quem dirige o novo Gabinete. Os mesmos sempre. *Plus ça change* ... Volta Sá da Bandeira — com o famoso Bispo de Viseu D. António Alves Martins, chefe dos « reformistas » e com Latino Coelho. Volta Loulé — com Anselmo Braancamp, Mendes Leal, Rebelo da Silva, o Conde de Valbom. Depois, no princípio de 1870, derradeira « saldanhada » — e o Marechal volta, com António Rodrigues Sampaio (o do *Espectro*), Dias Ferreira, o Marquês de Angeja, D. António da Costa. Em Agosto, repetem-se Sá da Bandeira e o Bispo de Viseu e o Marquês de Ávila que em Outubro toma a presidência. Depois, Fontes ; depois, Ávila ; depois, Fontes ; depois Braancamp — com José Luciano de Castro, uma revelação ; depois, o mesmo José Luciano, com Veiga Beirão e dois jornalistas conhecidos, Emídio Navarro e Mariano de Carvalho. A farândola segue, monótona, entre as tempestades retóricas do Parlamento e alguns distúrbios

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

sérios de rua. Os partidos arrumam-se, fundem-se em 1876 no «pacto da Granja» — e experimenta-se a fórmula cómoda do *rotativismo*. Regeneradores e Progressistas governam à vez; quando as coisas se complicam, o Ministério cai. Nada mais simples — e nada mais automático.

O Rei condescende, calmo, indiferente, alheio. Deixa expulsar as Irmãs de Caridade e abolir os Vínculos — êxitos maçónicos contra a Religião e contra a Família. Deixa mesmo fundar em 1876 o partido republicano, cujo estado-maior agrupa Oliveira Marreca, Latino Coelho, Albano Coutinho, Simões Raposo, João Bonança, Jacinto Nunes, Elias Garcia, Consiglieri Pedroso. Porque não? Liberdade de pensamento, liberdade de associação — dogmas intangíveis. E esses republicanos são pacatos, comedidos, meramente teóricos... Deixa também instituir o Grande Oriente Lusitano Unido e criar novas «lojas»; muitos dos políticos em evidência são grão-mestres da Maçonaria — desde Loulé a Rodrigues Sampaio, desde José Estêvão ao Conde de Valbom, desde Mendes Leal ao Conde de Paraty. Deixa que no tricentenário camoniano de 1880 haja um cortejo transformado em parada maçónica, donde sobem «vivas» subversivos e que só a intrepidez oportuna da Rainha — Dona Maria Pia de Sabóia, filha de Vítor Manuel I, o unificador da Itália — converte em manifestação de simpatia aos Soberanos. Deixa fazer, noutro centenário, o de 1882, a apoteose de Pombal — aproveitado ao máximo como bandeira anticatólica e revolucionária.

Deixa tudo, o Rei Dom Luís. Como não há-de deixar? Pouco mais lhe permite a «Carta» do que assistir impávido, na primeira fila, do alto do trono, à feira das vaidades e das desordens. E permite-lhe, nas horas vagas, tocar violino ou traduzir Shakespeare...

*

O paralelismo da história das duas nações peninsulares, neste período, é impressionante. Se foi agitado o governo de Dona Maria II, Rainha liberal — não lhe fica nada atrás o da Rainha

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Amadeu I. Em 73 já é forçado a abdicar e proclama-se a República dos Figueras, dos Pi y Margall, dos Salmeron, dos Castelar. República efémera também, já que em 1874, depois do general Pavia ter dissolvido as Cortes, outro general, Martinez Campos, restaura em Sagunto a Monarquia, na pessoa do jovem filho de Isabel II, Afonso XII.

Calcule-se o que se teria passado caso Dom Fernando ou Dom Luís acedessem às solicitações do governo Serrano-Prim — e insensatamente se lançassem no torvelinho das questões internas da Espanha!

*

Deve mencionar-se, ainda neste período, um acontecimento que, embora de carácter principalmente intelectual, constitui relevante sintoma da desagregação da sociedade portuguesa.

Em 1865, a propósito da polémica literária chamada do «bom-senso e bom-gosto», entre o velho poeta António Feliciano de Castilho e alguns corifeus das novas escolas, revela-se a chamada «geração de Coimbra». É a altura em que, na Filosofia, dominam o materialismo de Haeckel e de Büchner e o criticismo ecléctico de Renan; na História, as grandes reconstituições líricas de Michelet vão ceder o lugar às análises metódicas, positivas de Taine; no Romance, Flaubert traz um minucioso requinte de observação aliado a delicadas tendências de perfeição estética; na Poesia, repartem-se os espíritos entre o enciclopedismo declamatório de Hugo, os eruditos poemas de Leconte de Lisle e o paradoxal misticismo satânico de Baudelaire. Além disto, na paisagem intensa e variadíssima da Europa agitada de curiosidades, cruzam-se o amor pelos temas orientais, o etnicismo derivado dos estudos folclóricos, uma verdadeira cruzada filológica — enfim o marcado pendor para um socialismo ideal, com amplas bases humanitárias, de nítido modelo *proudhoniano*. Como fundo a todas estas direcções do pensamento ou da sensibilidade, a fé absoluta no poder da Ciência, nas virtudes da

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Ciência, na futura vitória total da Ciência. Os agitadores coimbrões, através da multiplicidade dos rótulos, o que querem é a aplicação rigorosa dos métodos científicos à Filosofia como à Linguística, ao Romance como à História.

Nesta efervescência revolucionária, autênticamente revolucionária, todos os fundamentos da moral e da vida são postos em causa, com o mais leviano ardor iconoclasta: nega-se Deus em nome do monismo de Haeckel e dos mitos grandiosos da metafísica alemã dos Schelling, dos Hegel, dos Schopenhauer — quando não em nome de Buda, que atrai certos mentores do novo grupo; nega-se a ideia de Pátria, nega-se o prestígio do Rei — ambos imolados às quimeras nebulosas da fraternidade humana e da República Socialista Universal.

Para fazer a propaganda dos seus pontos de vista e oferecer ao país uma parada de forças dos seus ideais e dos seus valores, organizam os jovens intelectuais de Coimbra as «Conferências do Casino». Intitulam-nas expressivamente «Conferências democráticas» e o programa inicial, datado de 16 de Maio de 1871, incide sobre os pontos mais importantes, como por exemplo: estabelecer comunicação estreita com a cultura e as inquietações da Europa; «agitar, na opinião pública, as grandes questões da Filosofia e da Ciência»; estudar as condições para uma transformação social, não só política e económica mas também religiosa. Vê-se com facilidade, nesse esquema enfático e audacioso, as amplas pretensões de que vem animado o grupo. O caso transcende o mero ponto de partida, de ordem literária. Alastra a todos os sectores da vida nacional, à qual se quer trazer, dum só golpe, nova literatura, nova constituição — e novo evangelho.

O manifesto de 16 de Maio reúne doze assinaturas: as de Antero de Quental, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Teófilo Braga, Eça de Queiroz, Augusto Soromenho, Manuel de Arriaga, Augusto Fuschini, Germano Vieira de Meireles, Salomão Saraga, Guilherme de Azevedo e Francisco Adolfo Coelho. Nomes de desigual importância: uns são os de alguns dos nossos escritores mais conhe-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

cidos da segunda metade do Século; outros esquecerão depressa e a sua fulguração virá a revelar-se apenas meteórica.

Só quatro conferências se efectuam, da série em projecto. A primeira, de Antero de Quental, chama-se pomposamente «Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos». Libelo apaixonado contra a Igreja Católica, a sua doutrina, os seus métodos. Na segunda Augusto Soromenho faz o belicoso processo da «Literatura portuguesa contemporânea». Eça de Queiroz expõe na terceira, com a elegância que será uma das suas maiores seduções de homem de letras, a teoria do «Realismo na Arte». Enfim, na quarta a «Questão do Ensino» é versada por Adolfo Coelho dentro do claro intuito de combater as directrizes oficiais. Intitula-se a quinta, do judeu Salomão Saraga, «Os historiadores críticos da Vida de Jesus» — em que fará decerto a apologia de Strauss e de Renan, outrora seu mestre e amigo em Paris. Mas o Governo intervém muito legìtimamente e proíbe que prossigam as conferências, visto nelas, segundo reza a portaria de 26 de Junho, se exporem e sustentarem «doutrinas e proposições que atacavam a religião e as instituições políticas do Estado».

No entanto a semente foi atirada à terra — e germinará sob diversas formas. Antero de Quental, com José Fontana e outros apóstolos socialistas, persistirá nas suas tentativas mais ou menos platónicas. Eça de Queiroz e Oliveira Martins, acalmados da turbulência juvenil, tornados um pouco cépticos e mais afeiçoados aos prazeres do espírito do que aos debates da praça pública, refugiar-se-ão, com alguns aristocratas do sangue e das letras, no areópago elegante dos «Vencidos da Vida». Teófilo Braga, à frente de um bando de teóricos democratas e positivistas, meio discípulos de Voltaire e Rousseau, meio discípulos de Augusto Comte, preparará, a longo prazo, através das suas prédicas e das suas obras, o ambiente favorável à mística republicana.

Assim decorre o longo e mole reinado de Dom Luís I — numa crescente dissolução, em que fermentam as querelas grotescas ou

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

sórdidas dos partidos, as investidas das inteligências sem bússola, os progressos das ideias anarquizadoras, anti-sociais e antinacionais.

«Isto dá vontade de morrer!» — resume Herculano, próximo do fim, no seu retiro de Val-de-Lobos. Não vale então a pena viver? Talvez, para muitos, o estado de espírito seja idêntico ao do asceta do liberalismo rígido. Mas há quem prefira a tão inglório suicídio um belo e nobre combate — nas remotas terras de Portugal africano, que as cobiças internacionais rondam. Há quem encontre um motivo superior para esquecer as misérias políticas de Lisboa, uma razão magnífica de devoção e sacrifício, pela qual vale a pena viver — e morrer: o Ultramar Português!

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

HERÓIS DA OCUPAÇÃO

«Em 1820», afirma numa conferência o general João de Almeida, «começa a noite negra da nossa história colonial». Evidentemente. Portugal, esgotado pela luta contra a invasão, está na iminência de perder o Brasil. É nesse momento que uma terrível doença orgânica lhe abala as forças e corrói as energias: a doença da Revolução individualista. «Os homens que se batiam em todo o mundo pela grandeza da sua terra passaram a bater-se uns contra os outros na metrópole, para satisfação das suas paixões inferiores». Miséria das misérias! O liberalismo vitorioso não tem consciência imperial — concentrado e limitado nas pobres querelas de partido ou de campanário. Então, sim — parecemos um «país pequeno», já que deixamos de ter confiança em nós próprios e voltamos costas aos rumos amplos que uma grande tradição nos abriu.

Entre as causas fundamentais da decadência podem-se apresentar duas: a instabilidade e a incompetência ministeriais e a abolição, em 1834, das Ordens Religiosas. A primeira torna desconexa e precária a direcção dos negócios ultramarinos; a segunda priva-nos do

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

mais nobre, eficaz instrumento de influência civilizadora. Se nos lembrarmos de que, em doze anos apenas, de 1839 a 1851 — se sucedem dezoito Ministros do Ultramar, fàcilmente compreenderemos o severo juízo de Leroy-Beaulieu: — « *Ce qui a fait perdre au Portugal ses Colonies, ce n'est pas la petitesse de son territoire et de sa population, car la Hollande a conservé les siennes, c'est sa détestable administration intérieure* ». Quanto às Missões, o seu desaparecimento converte-se numa verdadeira calamidade para o nosso prestígio, para tantas iniciativas que não se mantêm nem se continuam, para a educação e instrução dos gentios. Alastram logo — como expõe o Relatório do governador Domingos Fortunato do Vale, em 1850 — os focos de religião maometana; os pastores protestantes britânicos (agentes de penetração política e comercial) encontram atmosfera propícia na orfandade espiritual dos nativos. O Império e a Fé andaram sempre juntos na História. Dissociá-los, supor que o Império viverá sem os alentos e os clarões da Fé — é o mesmo que julgar viável um corpo sem alma.

As grandes potências europeias, cientes deste lamentável estado de coisas e depois de nos terem despojado onde puderam, durante o domínio filipino — sobretudo no Oriente e na África — agitam novas pretensões quanto àquilo que nos resta. Na Guiné, pede-nos a Inglaterra desde 1834 a Ilha de Bolama — fundada numa cessão pretensamente feita em 1792 a Filipe Beaver e a Dobbin, aliás sem qualidade nem direito para abolir os tratados, muito anteriores, expressamente concluídos entre a Coroa portuguesa e os régulos da mesma Ilha. Depois de vários incidentes agrestes o caso soluciona-se em 1870 pela arbitragem do Presidente americano Ulisses Grant, inteiramente favorável a Portugal.

Em torno da posse de Lourenço Marques — igualmente decidida a nosso favor, em 1875, pela arbitragem do Marechal de Mac-Mahon, chefe do Estado Francês — desenrolam-se também vivas discussões. O nosso Ministro em Londres, Conde de Lavradio, nas entrevistas com o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, Lorde Russel, chega a

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

atingir um tom de indignação amarga, como se vê nestas linhas do seu Relatório acerca da de 21 de Fevereiro de 1862 : — « O governo britânico sabe que Portugal, pela sua situação geográfica e por outras circunstâncias bem conhecidas é um Estado isolado, cuja única aliada é a Inglaterra, e esta, prevalecendo-se destas circunstâncias, da superioridade das suas forças e confiando que nós nem sequer havemos de confiar ao mundo civilizado os resultados da nossa opressiva aliança, exerce sobre nós uma verdadeira tirania, de um género de que não conheço outros exemplos na história das nações. Mas neste mundo tudo tem um termo, e se um dia a Europa conhecer a história da aliança de Portugal com a Inglaterra, há-de ficar admirada da paciência daquele e horrorizada do abuso desta ». E o diplomata português declara ter dito textualmente a Lorde Russel, antes de terminar a conversa : — « *J'aime et j'admire l'Angleterre, mais quand j'examine sa conduite envers le Portugal mon amour et mon admiration se convertissent en haine* ».

De facto, na velha « aliada » encontramos o principal obstáculo a todos os esforços de restauração e consolidação imperiais. A questão do Zaire e o grave conflito de 1890 bem o documentam. Outros países, todavia — a França, a Bélgica, a Alemanha — entregues ao movimento crescente de expansão colonial, lançam olhos cobiçosos sobre os nossos territórios de África e fazem o possível por no-los arrebatar ou diminuir.

Um dos pretextos de que mais se servem é acusar-nos de nesses territórios exercer o tráfico dos negros, apesar de proibido pelo decreto de 1836 e de novamente abolido (ante a resistência de certos governadores e colonos) pelo Tratado luso-inglês de 1842. Pretexto apenas, sublinhe-se — visto não terem os que tanto o utilizam autoridade para se arvorarem em campeões da humanidade e da moral.

A partir de 1851, quando se instala no poder o partido chamado da *Regeneração,* principia-se a atender com maior diligência os interesses de Portugal Ultramarino. Merecem justo preito homens como Sá da Bandeira, Rebelo da Silva, Andrade Corvo, Luciano Cordeiro e outros, que para tanto contribuem com o seu

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

zelo, a sua inteligência e muitas medidas acertadas. A marcha tumultuária do sistema parlamentar não lhes consente, porém, obra serena e contínua; e, longe de desarmarem, os adversários intensificam a ofensiva.

Ofensiva executada, acima de tudo, pelas numerosas expedições que cruzam então o Continente Negro — no intuito de explorar o sertão, de colher informes sobre os seus habitantes e riquezas ocultas, de travar relações comerciais e, no fundo, de preparar a penetração política.

Cite-se em primeiro lugar o médico e missionário protestante Livingstone que em 1840 e 1856 atravessa por duas vezes a África e consegue interessar o seu governo num gigantesco projecto de exploração científico-comercial da região do Zambeze, com manifesto prejuízo para nós, apoiada em referências caluniosas à administração portuguesa. A actividades semelhantes se entregam, no quarto de século seguinte: Belingfield (autor de uma proposta sobre o Congo em 1860); Cameron, que percorre toda a zona entre Zanzibar e Benguela; o italiano naturalizado francês Brazza, fundador de Brazzaville; Stanley, jornalista americano que reconhece o Tanganica, a região dos Grandes Lagos e o Congo e, posto ao serviço de Leopoldo II e da *Association Internationale pour l'exploration et la civilisation de l'Afrique Centrale,* lança os fundamentos do futuro império belga do centro africano. Tudo isto, no fim de contas, representa uma série de ameaças dirigidas contra o nosso domínio em terras onde a língua portuguesa é a única generalizada e conhecida e onde só as nossas autoridades locais se mostram capazes (como fica demonstradíssimo nos incidentes de Noqui e de Cabinda) de impor-se às sublevações dos indígenas.

No entanto — e apesar da Inglaterra reconhecer (Fevereiro de 1884) os nossos direitos ao norte do Ambriz em troca de facilidades de navegação e comércio no Zaire e no Zambeze — a Conferência de Berlim, aberta em Novembro do mesmo ano, onde nos representam o Marquês de Penafiel, Luciano Cordeiro e António de Serpa, cria o Estado Livre do Congo, cuja soberania é atribuída a Leopoldo II da Bélgica e estabelece o princípio de que só a ocupação

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

efectiva e não o direito histórico justifica a posse de territórios em África. Princípio que traduz o intuito sistemático de esbulhar Portugal — já que sobre o direito histórico principalmente nos firmamos.

Ante o agravamento da ofensiva, tendente a despojar-nos do que os grandes pioneiros dos Descobrimentos e da Colonização trouxeram ao país quando ninguém mais se atrevia a arrostar com os perigos e mistérios dos mundos desconhecidos — como vamos reagir, como vamos defender-nos ?

*

Disse Livingstone ter sido o primeiro a atravessar a África de uma a outra costa. Mais uma asserção falsa — entre muitas. Sem falar já nos remotos desbravadores do interior africano — desde João Fernandes que vai em 1445 ao Rio do Ouro ; o Padre Gonçalo da Silveira que em 1561 baptiza o régulo do Monomopata ; o Padre Jerónimo Lobo que em 1624 aparece na Etiópia ; e outros — recordem-se : Lacerda e Almeida e o Padre José Pinto, que tentam a travessia entre as duas costas em 1798-1799 e, sobretudo, Pedro João Baptista e Anastácio José, que em 1802 partem de Cassange (por ordem do comandante Francisco Honorato da Costa) e nove anos depois, através de mil peripécias e contratempos, conseguem chegar ao seu destino. Em 1831 também efectuam proeza semelhante José Manuel Correia Monteiro e António Cândido Pedroso Gamito. De 1843 a 1847 Joaquim Rodrigues Graça vai de Luanda às cabeceiras do Rio Sena. Em 1852 Silva Porto, o admirável sertanejo, embrenha-se nos terrenos mais inóspitos e perigosos.

Alarmados, porém, com as viagens dos estrangeiros mencionados — é sobretudo posteriormente a 1875 que os Portugueses acordam e compreendem a urgência de manter, graças a novos reforços, os velhos prestígios ganhos em tantas jornadas africanas. Como acentua muito bem o Marquês de Lavradio : — « Não era com palavras que devíamos responder, não era com antigas narrações que podíamos combater, mas sim com actos que provassem que continuavamos a ter

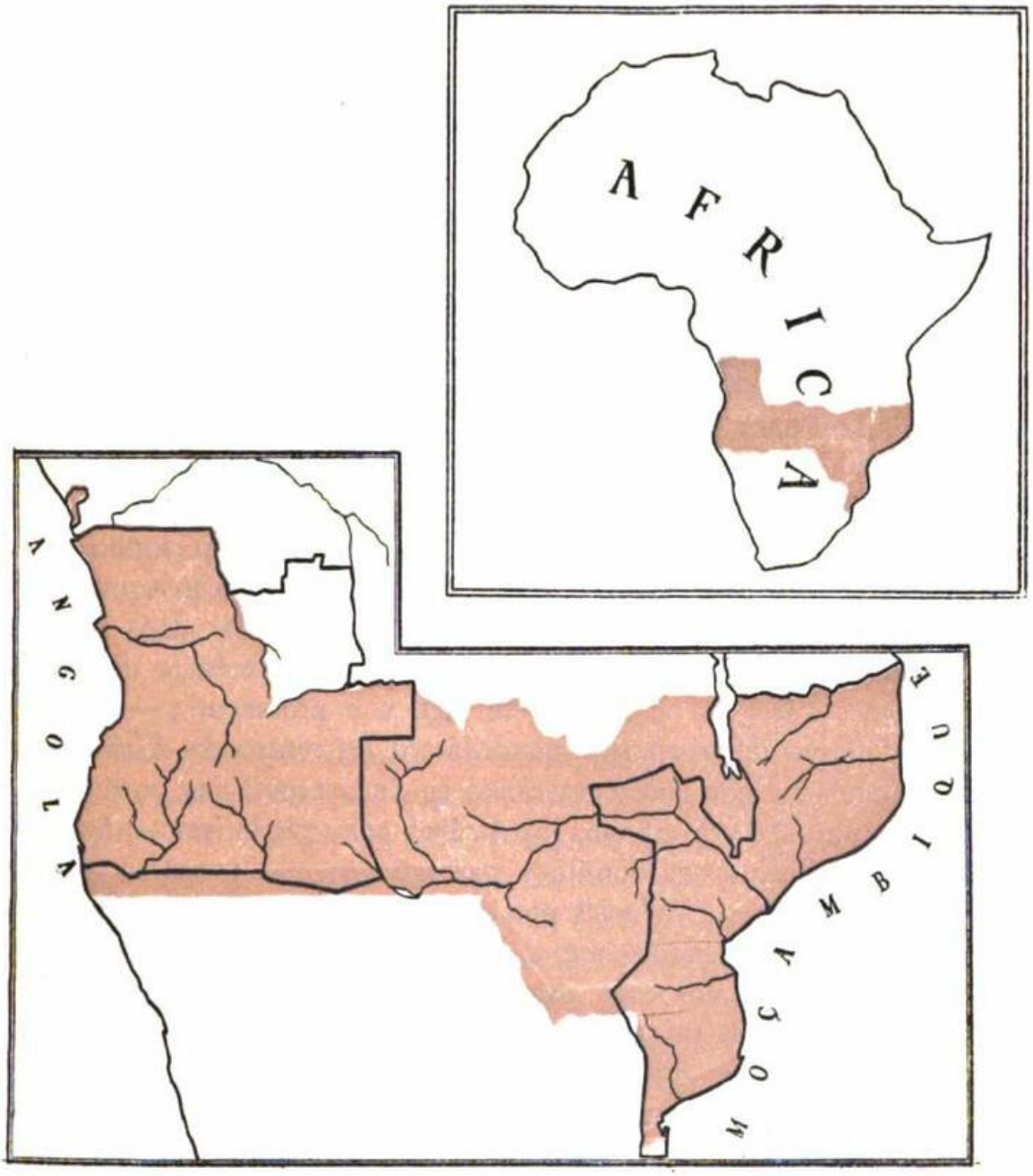
Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

direito a ocupar o lugar que havíamos conquistado e de que nos pretendiam despojar. Primeiros nas descobertas, primeiros na ocupação, primeiros na colonização, primeiros nos trabalhos geográficos, não podíamos ser os últimos nas novas travessias; ao nosso amor-próprio juntava-se a razão política».

E os actos, na verdade, começam. Cria-se, sob os auspícios de Andrade Corvo e Bernardino António Gomes, a Comissão Geográfica Africana. Funda-se com Luciano Cordeiro à frente em 1875 a Sociedade de Geografia. Em 1877 e 1878 dois oficiais de Marinha, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, escolhidos para tal fim, correm as margens do Cunene, do Cubango, do Luando, do Quanza e do Cuango, estudam as regiões de Quiteca, N'bungo, Sosso, Futa e Iacca — enquanto um oficial do Exército, Alexandre de Serpa Pinto atravessa as Ambuelas, desce o Zambeze, atinge as cataratas de Vitória, vai ao Transvaal, onde visita Pretória e Durban. Em 1882 nova expedição de Capelo e Ivens — pelo Chella, a Huíla, o Humbo, o vale de Barotze, as selvas de Cabampo, as matas de Lualaba, o sertão de Caponda até Quelimane. Dessas viagens resultam, além da presença dos Portugueses outra vez eficiente e prestigiosa, um sem-número de excelentes dados científicos, geográficos, comerciais. Em 1884 vai o major Henrique Dias de Carvalho estreitar relações de amizade com diversos povos africanos do Quimbundo, do Cubango e do Cassai — particularmente com o Muatianvua, descendente dos Murupues, dominador da Lunda. Nesse ano ainda Augusto Cardoso — que, com António Maria Cardoso e Paiva de Andrade, não deve ser esquecido — parte ao lado de Serpa Pinto até ao Niassa. Enfim: restabelece-se fulminantemente o nosso nome de grandes viajantes e descobridores e assim fazemos face à magna ofensiva das potências.

Em 1886 já se torna possível assinar com a França um Tratado de Limites não muito desvantajoso, relativo às zonas da Guiné e do Congo e o Governo de Paris reconhece-nos a soberania «nos territórios que separam as possessões portuguesas de Angola e

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY



O «MAPA COR-DE-ROSA»

«Unir Angola e Moçambique era uma antiga ambição bem natural num povo que abrira os caminhos para a África, Índia e Brasil e que possuía na Costa Ocidental a foz do Limpopo, o delta do Zambeze, o curso do Rovuma.»

MARQUÊS DE LAVRADIO

(«PORTUGAL EM ÁFRICA DEPOIS DE 1851»)

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Moçambique ». Também no-la reconhece a Alemanha alguns meses depois, pelo Tratado de Limites assinado em Dezembro. Os termos são idênticos. Foram as negociações orientadas pelos dois Ministros dos Negócios Estrangeiros que se sucederam em Portugal : Barbosa du Bocage e Barros Gomes — o último dos quais tende a uma aproximação marcada com Berlim.

« Unir Angola e Moçambique » escreve o Marquês de Lavradio, « era uma antiga ambição bem natural num povo que abrira os caminhos para a África, Índia e Brasil e que possuía na Costa Ocidental as embocaduras do Zaire, do Cuanza e do Cunene, e na Costa Ocidental a foz do Limpopo, o delta do Zambeze, o curso do Rovuma ». Mas acrescenta : — « Era, contudo, um sonho irrealizável para um país pequeno e pobre, que não podia assegurar nem com gente nem com capitais a livre comunicação das duas costas ». A seguir lembra as condições estipuladas na Conferência de Berlim para dar eficácia às ocupações em África e prossegue : — « Pretender o domínio desse enorme quadrilátero do centro da África meridional que tem por lados exteriores as duas províncias portuguesas, era uma utopia ; era, porém, justificável pelo patriotismo o louvável desejo de aumentar os domínios portugueses, mas procurar garantir a ligação das duas províncias por tratados que iam ferir os interesses ingleses e eram assinados sem conhecimento da poderosa Inglaterra, era mais do que um erro, era uma provocação que seria irrisória se não pudesse dar origem a protestos e represálias cujas consequências não deviam ser difíceis de prever ».

Aqui temos novamente a *tese do siso* — que muitas vezes reaparece na nossa História. Tese fundamentada, decerto ; assente, contudo, sobre um postulado discutível : o de ser « irrealizável » para Portugal aquilo que tudo impunha — direitos históricos, excepcionais qualidades da raça, conveniências político-comerciais. A orientação de Barros Gomes inspira respeito e simpatia. *Vê grande.* Vê como os governantes dos melhores tempos. Se procura assegurar-nos o apoio de outras nações é por saber como da Grã-Bretanha nunca poderemos esperá-lo neste caso. Cecil Rhodes lança o famoso projecto de um império britânico em África, « do Cabo ao Cairo » ;

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

para o executar forma a célebre *Chartered Company*. Está no seu direito; nem sequer nos ocorre fazer qualquer censura a um homem que deseja engrandecer ainda a sua opulentíssima pátria. Mas como censurar que tentemos opor-lhe o sonho da grandeza portuguesa — aliás bem mais modesto? Quem elabora o *mapa cor-de-rosa* (assim chamado por nele se marcar com essa cor a zona de Angola e Moçambique e dos territórios intermédios) — está dentro da *tese da honra* e merece ocupar na História lugar de relevo.

Claro que a Inglaterra não pode consentir — e não consente. Para tolher a nossa marcha e abater as nossas aspirações, tão legítimas, pratica um acto de violência, que se segue a muitos outros de usurpação e de hostilidade surda. A História, porém, julga. Não deixa de ser útil sofrer o que então sofremos — para tornar bem patente o nosso direito.

Agentes britânicos disfarçados em missionários protestantes, em exploradores científicos, em simples comerciantes, tratam de estender o ascendente de Albion a toda a África portuguesa. Em 1888 — já depois das conclusões tendenciosas da Conferência de Berlim de 1884-1885 — Maund obtém do régulo Lo-Bengula a concessão das terras da Mashona, onde nos tínhamos estabelecido havia muito. O cônsul português no Cabo protesta; Salisbury declara, peremptório, que a Mashona está sob a protecção do seu governo e nega-se a aceitar a reclamação. Em 1889 anexa simplesmente ao Império britânico um vasto domínio de perto de quatrocentas mil milhas quadradas — que recebe, em homenagem ao criador da *Chartered*, o título expressivo e merecido de Rodésia. Simultâneamente, Londres reage contra o *mapa cor-de-rosa*; entre os dois governos estabelece-se polémica acesa a tal respeito. Ainda (30 de Outubro de 1888) chega o seu representante em Lisboa, Jorge Petre, a propor um acordo: Angola e Moçambique ficariam ligados por uma faixa bastante ampla. Vai executar-se o sonho de Barros Gomes? Depressa a Inglaterra se arrepende e aproveita a expedição de Serpa Pinto, dos fins de 1889, para suscitar o incidente com os Macololos — que

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

atacam a nossa gente desfraldando a bandeira do Reino Unido. E após nova troca de correspondência envia-nos o Ultimato de 11 de Janeiro de 1890 — em que, com o mau pretexto de havermos agredido um povo garantido pelo protectorado britânico, ordena que imediatamente sejam retiradas as forças portuguesas existentes no Chire, no país dos Macololos e na Mashona sob pena do representante Petre e dos membros da legação embarcarem no *Enchantress* que os aguarda em Vigo. Clara ameaça de guerra. Podemos resistir à imposição brutal? Evidente que não. Cumpre-nos ceder, vencidos e nada convencidos, visto ser inconcebível luta tão desigual e termos ainda um património a defender, que perderemos se nos obstinarmos. Cecil Rhodes, ávido sempre, sugere que nem o litoral nos seja deixado. Se queremos conservar Moçambique devemos curvar-nos ante o poderio inglês.

Neste sentido resolve o governo. A maioria dos que o acusavam de visar objectivos desmedidos aproveitam a ocasião para o acusar agora de desmedida subserviência. Responde lùcidamente o Marquês de Lavradio: — « Injusto ataque, porque o *ultimatum* era exactamente uma demonstração de que os governantes haviam, desde anos, defendido com tenacidade os direitos portugueses, era o último argumento empregado por quem, não podendo prolongar por mais tempo uma discussão em que lhe faltava a razão, a justiça e o direito, recorria à força para decidir iníquas pretensões ».

A afronta do ultimato britânico tem na nossa política ultramarina repercussão decisiva. Compreende-se de súbito quanto é necessário proceder à ocupação sistemática dos territórios que nos pertencem — onde existem largas manchas em que mal se exerce efectivo domínio. Aí certos potentados negros, à frente de tribos aguerridas, vivem num estado de quase independência, revoltam-se a cada passo contra as autoridades locais. Se não nos mostrarmos aptos a garantir a ordem e a disciplina, as más vontades e ambições dos grandes Estados europeus encontrarão porventura o desejado ensejo para nos roubar o que ainda se conserva do antigo império.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Começa então difícil e valorosa empresa, feita de mil sacrifícios, dedicações e heroísmos. Levanta-se uma geração de homens extraordinários, animados da plena consciência do que a Pátria lhes pede nessa hora, dispostos a suportar as maiores canseiras e a desafiar os maiores riscos para manter a Portugal as suas Províncias do Ultramar. Como noutros lances culminares, o país encontra os chefes e os soldados de que precisa. Enquanto se desenvolve e acelera na Metrópole a decomposição política do constitucionalismo liberal — essa gente magnífica, nos sertões de África, ergue uma epopeia nova.

Num breve panorama, comece-se por Angola.

Falhadas as tentativas para ocupar os Gambos e o Humbe, nos meados do Século XIX — em 1880 o nosso domínio no distrito de Moçâmedes resume-se apenas a algumas feitorias litorais e à vetusta fortaleza de Capagombe. Nessa altura, alarmados pela aparição dos Boers no planalto da Huíla, apossamo-nos do Humbe. Depressa os Hotentotes reagem, assaltam o posto, matam o capitão Andrade e mais de cinquenta dos seus companheiros. Outra revolta em 1891, que a expedição de Lourenço Padrel não consegue debelar. Além dos Hotentotes, os Cuamatas e os Cuanhamas, nas suas contínuas razias, alvoroçam e perturbam a região. Em Dezembro de 1897 é a matança dos dragões do Conde de Almoster junto de Gamba-Camufate, após longas horas de tiroteio inclemente. E os ataques prosseguem. Vivem em perene rebeldia os sobas do Humbe, dos Gambos, do Quipungo, de Mulembo, da Huíla, da Humpata. Em 1898 a expedição punitiva do coronel Artur de Paiva obtém consideráveis êxitos e vinga o crime de Gamba-Camufate — mas não lhe dão meios para completar a obra de pacificação. Há mais investidas dos negros. Impõe-se uma iniciativa séria. Em 1904 marcha o Governador da Huíla, João Maria de Aguiar, com uma coluna de mil e oitocentos homens. Dela se destaca uma força de quinhentos combatentes sob o comando do capitão Pinto de Almeida. É surpreendida pelos Cuamatas, cercada, dizimada. Grave desaire para o nosso prestígio, estímulo à audácia crescente dos gentios. Enfim, em 1905 a expedição de Alves Roçadas toma a embala do soba

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Mulondo, derrota os Gambos, edifica um forte com o nome do seu comandante, limpa o Pócolo, o Batabata, o país de Jau. E a 27 de Agosto de 1907 trava-se o combate decisivo de Mufilo — mil e quinhentos soldados de Portugal contra mais de vinte mil guerreiros pretos. Graças à bravura dos Dragões de Angola, dos pelotões da Marinha, dos Lanceiros destemidos, o triunfo é completo. A fama da invencibilidade dos Cuamatas acabou. O valor português reafirma-se, impõe-se ao respeito das tribos vizinhas. Não tardam a ser ocupados o Cuamato Pequeno e o Cuamato Grande e inicia-se a construção dos fortes «Dom Luís de Bragança» e «Eduardo Marques» — justa homenagem ao chefe do estado-maior que tão notável papel desempenhou na campanha. Em todas estas acções se distingue sobremaneira o capitão Mário de Sousa Dias.

Assinalem-se também as acções de Massano de Amorim e de Teixeira Moutinho no Huambo e no Bailundo; a espantosa campanha de João de Almeida nos Dembos, em luta com uma raça feroz e insubmissa e com obstáculos naturais dos mais duros; a ocupação da Lunda, devida em especial a Veríssimo Sarmento e Almeida Teixeira.

Na Guiné, no combate sem tréguas contra os atrevidos Felupes, Grumetes e Papéis, gravem-se os nomes de Júlio César Barata Feio, de Carlos Nogueira Ferrão, de João Muzanty e do extraordinário Teixeira Pinto, vencedor do Oio e de Cacine, conquistador de Antua, de Gaal, de Sanfim, de Contume, de Bejimita, de Cumure, de Cussare, de Biambo — que deixa toda a zona submetida e normalizada.

Quanto a Moçambique, é a nossa Província africana mais ameaçada pela cobiça britânica, pelas intrigas de Rhodes — e também pelo poderio do famoso Mundagaz, neto do régulo Manicusse e filho de Muzila, a quem dão o nome de *Gungunhana,* que significa «invencível». Rei de Gaza, Soberano dos belicosos Vátuas, o temor que inspira, a extensão das terras que governa, o número e ardor dos seus guerreiros tornam-no adversário de vulto. Inteligen-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

temente, os agentes britânicos da *Chartered* lisonjeiam-no, aproveitam-no contra nós, a ponto de lhe oferecerem mil espingardas Martini, grande quantidade de munições e libras em oiro e de assinarem com ele um tratado em 1891. Nesse mesmo ano o Ministro inglês em Lisboa chega a propor ao nosso governo o reconhecimento da independência do *Gungunhana,* que seria garantida, em conjunto, pela Grã-Bretanha e Portugal ! Tal como o descreve Aires de Ornelas — que o vê na moldura imponente do Manjacaze, cercado de milhares de negros a entoar o *bahete* marcial — Mundagaz é « evidentemente o chefe duma grande raça ». O seu prestígio estende-se a uma área imensa — feito de terror, de orgulho, da crença na impossibilidade de o vencerem. Os seus dois emissários a Londres, Hulu e Unifeti, são recebidos com grandes mostras de simpatia e trazem-lhe o célebre presente da Rainha Vitória — a taça de prata com a inscrição memorável : *To Gungunhana from Victoria Queen ...*

Embora tenha prestado vassalagem ao Rei de Portugal, o *Gungunhana* procede com insolência e ousadia inadmissíveis. Às portas de Inhambane chegam as suas razias ; em 1894 os Indunas do Mahazul — agitados por missionários protestantes — soltam o brado da revolta e entram mesmo, a 14 de Outubro, na orla de Lourenço Marques, cujos defensores têm de se bater esforçadamente durante dois meses e meio, nas barricadas improvisadas, entre as inclemências do tempo. O vapor *Cazengo* traz reforços e material de guerra. Mas logo no mês seguinte cai assassinado o tenente de Marinha Filipe Nunes e os revoltosos atacam a linha férrea perto da cidade e fazem grande número de vítimas. Urge providenciar ante a situação gravíssima. Decide-se o Governo de Lisboa a uma medida do maior alcance : a nomeação de um Comissário Régio investido dos poderes necessários para solucionar o problema. É escolhido o jornalista António Enes, voluntarioso e resoluto, que em 1893 ali foi observar a situação e a resumiu nas páginas expressivas de um relatório impressionante. A 18 de Janeiro de 1895 desembarca em Lourenço Marques. Anima-o o propósito viril de restabelecer a plenitude da soberania de Portugal em Moçambique. Cerca-o um belo escol de oficiais : Rodrigues Galhardo,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Caldas Xavier, Freire de Andrade, Eduardo Costa, Aires de Ornelas, Paiva Couceiro, Mouzinho de Albuquerque, outros ainda.

Depressa a sua presença se assinala por brilhantes resultados. Logo a 28 de Janeiro parte uma coluna em direcção a Anguane. A 2 de Fevereiro, no plaino de Marracuene, em plena treva, é assaltada por milhares de landins enfurecidos. Formado o quadrado, apesar da superioridade do inimigo, da sua bravura e do golpe de surpresa, a fleuma dos nossos homens, galvanizados pelo exemplo dos chefes — Caldas Xavier, Eduardo Costa, Aguiar, Aires de Ornelas, Paiva Couceiro, Raul Costa — inflige-lhes uma derrota, obriga-os à retirada. O efeito é enorme: a petulância dos régulos abala-se; massas de indígenas vêm render preito de homenagem; o próprio *Gungunhana* insiste nas declarações de fidelidade; o distrito de Lourenço Marques fica limpo de insurrectos. Mas o Rei Gaza acolhe os fugitivos, continua em íntimas relações com a gente de Rhodes, celebra misteriosas conferências com o suspeito Langdon.

António Enes reconhece haver só um caminho: a energia intransigente. E quando o *Gungunhana* lhe manda uma embaixada não a recebe, exige a entrega de dois dos máximos culpados da revolta anterior: Matibejana e Mahazul, régulos de Zichucha e de Magaia. Responde o potentado com vagas promessas — no fundo meras evasivas. Há que proceder sem mais hesitações, pela força.

A 8 de Setembro marcham os nossos para Magul, onde se trava combate duríssimo: dois centos e meio de portugueses diante de seis milhares de cafres, que se atiram desabaladamente sobre o pequeno quadrado. Após três horas de fogo incessante, o chefe negro Pope, à testa de uma carga alucinada, cai morto a cinquenta metros das linhas portuguesas. A vitória é de tal ordem que muitos outros régulos nos prestam vassalagem e o *Gungunhana,* quando solicita auxílio a Londres, recebe de Salisbury o conselho de submeter-se.

A 4 de Novembro a coluna de Rodrigues Galhardo atira-lhe o golpe decisivo. Atravessa o Chicomo e avança sobre o Manjacaze, residência do Rei de Gaza. Na madrugada de 7 avistam-se as *mangas* adversas, que alinham cerca de doze mil guerreiros. Do nosso lado, seiscentos homens, que se batem como leões e fazem entre os negros

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

larga mortandade. É a batalha de Coolela, na qual se resolve a sorte dos Vátuas.

Galhardo — que, assim como Mouzinho, teve o seu cavalo atingido na refrega — segue para diante, ocupa e incendeia o Manjacaze. Do *Gungunhana* sabe-se que fugiu. Ainda dispõe de uns milhares de fiéis e alguns régulos hesitam em dar por inteiramente perdida a sua causa. Quem não hesita é Mouzinho de Albuquerque — certo da necessidade de prender o chefe rebelde. A 25 de Dezembro, apenas com uns cinquenta homens, acompanhado pelos tenentes Sanches de Miranda e Couto e pelo médico Amaral, larga para Chaimite, entra de surpresa no *kraal* do *Gungunhana,* ordena o fuzilamento de dois dos seus conselheiros mais encarniçados contra nós, Quêto e Manhume e traz cativo o próprio Mundagaz — tudo isto diante de centenas de vátuas que, mudos de espanto, nem sequer esboçam resistência. A fortuna, sem dúvida, protege os audazes. O feito de Mouzinho subjuga e imobiliza os selvagens espavoridos.

Ainda há alguns focos a extinguir. Fulminante, o vencedor de Chaimite vai dominar também, em 1896, o Maputo, cujo régulo tem de fugir para território inglês. No ano seguinte, em Julho, informado das arremetidas do Maguiguana, o melhor guerrilheiro vátua, que intenta levar o povo à desforra e de acordo com o pretendente Jambul agita de novo o estandarte da rebeldia, sai de Chibuto e defronta em Macontene cinco mil cafres que se lançam, com o ímpeto do costume, contra o nosso quadrado. Mouzinho decide tudo com uma carga de cavalaria irresistível, à cabeça da qual o seu vulto refulge. O Maguiguana escapa-se, refugia-se nas matas de Mapulunguene. Persegue-o Mouzinho, apanha-o entre o arvoredo, acaba-lhe com a vida. Jambul é preso. Gaza fica em paz — sob a bandeira das quinas.

Escreve Aires de Ornelas: — « Marracuene, Magul, Coolela e Chaimite marcam as etapas gloriosas da campanha de 95. Cada um destes dias tem a sua feição especial e o resultado de cada um deles foi preparando o fim: Marracuene salvou Lourenço Marques, Magul acabou a revolta das Terras da Coroa, Coolela quebrou o poderio militar dos Vátuas. Mas o fim, a consequência de tudo isto era a

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

prisão do *Gungunhana*. Sem ela todos os sacrifícios, todos os trabalhos, todos os resultados da campanha seriam improfícuos e poderiam ser anulados de um momento para o outro».

Eis um resumo que permite avaliar o alcance do rasgo de Mouzinho em Chaimite — completado pela magnífica proeza de Macontene.

Outros feitos e outros nomes devem ser mencionados nesta sumária narrativa: Augusto de Castilho, que em 1887-1888 restabelece na Zambézia a ordem comprometida pelas agitações da família Cruz; João de Azevedo Coutinho, que em 1889 toma Chilomo, domina o Chire, é declarado «Benemérito da Pátria» — que nos anos seguintes se dedica a combater os rebeldes do Barué, onde sofre graves ferimentos mas acaba por conseguir, em 1902, o seu objectivo — que se salienta ainda na campanha contra os Namarrais, aberta sob as ordens de Mouzinho pela acção de Mogenga e com a jornada de Nagueme como principal êxito; as lutas sustentadas por Eduardo Costa na zona de Ibrahimo e as de Massano de Amorim, mais tarde, na região de Angoche; a expedição de Manuel de Sousa Machado (1899) e a de Potier de Lima (1912) contra o Mataca, no distrito de Cabo Delgado, que termina pela conquista de Maemba, o castigo dos régulos Machembe e Sarrange e a pacificação de toda a região. Só se apontam, de relance, alguns episódios, já que não é para aqui a crónica minuciosa de toda a campanha da pacificação moçambicana — um dos capítulos mais belos, mais puros, mais incríveis da grande história dos Portugueses em África, desde os Séculos XV e XVI.

*

Na verdade, são quase todos homens de Quatrocentos ou de Quinhentos — feitos de coragem, de abnegação, de alheamento dos próprios interesses, de alto sonho nacionalista e imperial. A cada momento se deparam, na história das campanhas de África, provas extraordinárias de valor e de fervor patriótico. Esses combatentes do

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

sertão, sob o mais severo clima, entre obstáculos sem conta, num mundo virgem, traiçoeiro, misterioso, cheio de ciladas — mantêm a serenidade e o bom-humor, a par de um equilíbrio de nervos que lhes permite executar prodígios. Sòzinhos, punhado de homens numa terra onde pululam bandos de cafres armados, impõem, num esforço sobre-humano, através de uma guerra insidiosa e permanente, a vitória do senhorio português.

Galeria estranha, como que lendária, de homens bem diversos daqueles que na Metrópole se digladiam em míseras escaramuças de facções. Revivem neles as virtudes, os arrojos, as aventuras maravilhas que fizeram na Idade de Oiro a grandeza de Portugal. Frente aos partidos que levam o país à ruína — veneram, lá longe, nos transes mais agros da ocupação pacificadora, a antiga imagem da Pátria una, da Pátria em que se crê e que se serve, perante a qual oferece cada um a sua vida ou ao menos o seu sangue, numa alegre exaltação mística.

Tantos — e todos iluminados de fé, de ardor combativo, de intrepidez criadora! É Caldas Xavier — «português de ouro como os dos bons tempos da conquista», na frase que lhe consagra Mouzinho — a defender-se na Mopeia (1884) apenas com um irmão cego, um estrangeiro e dois índios, numa pequena casa de zinco, contra milhares de gentios. É o valente e decidido Eduardo Costa. É João de Almeida, o vencedor dos Dembos, donde regressa mal convalescente de graves doenças e a sangrar ainda dos ferimentos recebidos. É Aires de Ornelas — «o Maguiguana branco», chamam-lhe os cafres — que em Marracuene se multiplica a exortar os soldados à resistência e em Coolela escreve impassível o seu diário, debaixo de fogo, com a terra levantada pelas balas a secar-lhe, por vezes, a tinta do caderno. É Paiva Couceiro que, entre mil temeridades impossíveis de enumerar, realiza essa coisa inverosímil de, com cinco homens, avançar a cavalo para o meio de centenas de negros de azagaias em riste e armas aperradas, e reclamar em voz imperativa a Pasman, irmão do régulo de Cossine, a entrega do rebelde Matibejana, enquanto «lá em baixo», conta António Enes, «os auxiliares, estupefactos, esperam vê-lo cair do cavalo, varado por uma

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

bala ou uma azagaiada ... ». É João de Azevedo Coutinho que um dia, surpreendido no banho pelo ataque do inimigo, vem a correr, nu, tomar o comando, lutar com denodo até vencer — e mais tarde, na primeira campanha do Barué, com o corpo horrìvelmente queimado por uma explosão de pólvora e o braço atravessado por uma bala, ainda dirige a retirada dificílima, salva os seus homens, acaba por ficar cego durante dois meses, cheio de cicatrizes derivadas das queimaduras. E outros mais, desde os chefes aos ínfimos combatentes — alguns dos modelos mais notáveis de Portugueses que existem na História.

Homens de Quatrocentos ou de Quinhentos. Em tudo. Não apenas na bravura, mas na profundidade dos sentimentos religiosos, no rigor do cumprimento do dever, na imolação constante de si mesmos a ideais que os ultrapassam. Basta ouvi-los falar. « Só resta agradecer a Deus o muito que me protegeu » — escreve Aires de Ornelas na carta em que narra a sua mãe o combate de Marracuene ; e termina com este *post-scriptum* : — « Sente-se a gente ainda mais português depois de ter arriscado a vida pela Pátria ». Noutro lugar fala da impressão que lhe causou ouvir os feridos, após o combate, pedir um padre que não vinha mais, e diz ainda : — « Uma destas noites contou-me um oficial que tinha achado uma das sentinelas com um terço na mão ; e eu ouvi uma conversa uma noite em Manjacaze em que estavam ensinando rezas uns aos outros ». Não são estas figuras simbólicas e representativas do mesmo povo que outrora partia, em plena Idade Média, para a guerra santa ?

Há também a notar a extrema simplicidade com que se referem aos seus feitos. Sempre as epopeias são obras de homens simples. Ainda na correspondência de Aires de Ornelas, entre muitas outras, surge esta frase límpida : — « Às vezes receio ter dito de mais ou exagerado bem involuntàriamente o que fiz, porque com toda a franqueza ainda me não julgo *herói* e estou bem satisfeito por não ter havido *Torres Espadas*. Fez-se a obrigação. Foi dura por ser a estreia, mas não se fez mais do que isso ».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

São assim os homens de África. Com razão pode dizer depois Mouzinho, na sua carta modelar ao Príncipe Real Dom Luís Filipe: — « Essas poucas páginas brilhantes e consoladoras que há na história de Portugal Contemporâneo escrevemo-las nós, os soldados, lá pelos sertões da África, com as pontas das baionetas e das lanças a escorrer em sangue. Alguma coisa sofremos, é certo; corremos perigos, passámos fomes e sedes e não poucos prostraram em terra para sempre as fadigas e as doenças. Tudo suportámos de boa mente porque servíamos El-Rei e a Pátria, e para outra coisa não anda neste mundo quem tem a honra de vestir uma farda ».

Mouzinho! O maior de todos! Homem completo, português completo — paladino, governador, intelectual, tão bravo na guerra como esclarecido no gabinete e incisivo, fulgurante na expressão de um pensamento de águia. Desse estará certo dizer-se: grande demais — não para um país — para uma política tão pequena. Carácter puramente medieval, no culto pelo transcendente, no desdém pela vida dada em oferenda aos valores mais altos, nos conceitos íntegros e fortes da Pátria e da Realeza. Ninguém mais ousado: Chaimite o demonstra; Macontene o ilustra. Ninguém também mais reflexivo, mais cuidadoso na preparação dos golpes — que revelam a consciência perfeita das realidades e da psicologia dos adversários. Combatente, sim; mas administrador, organizador, civilizador: atesta-o o seu governo de Moçambique. Bem sabe, como outros dos melhores « africanos », que a pacificação, para durar, para se enraizar, não deve ser apenas feita à ponta da espada — embora à espada cumpra abrir o sulco. Há que assegurar as comunicações, os hospitais, a exploração agrícola — tudo. Há que levantar edifício harmonioso e sólido. O gesto do guerreiro, de início — depois a acção inteligente e humana do colono.

Em Mouzinho ressuscita a Loucura Portuguesa, a loucura desbravadora e construtiva. Não só impulso brusco e épico — também paciente e justa consolidação. E sempre, acima de tudo, *serviço de Deus*. À entrada do seu grande livro põe como epígrafe a famosa

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

passagem da carta de Dom Sebastião a D. Luís de Ataíde: — « Fazei muita Cristandade ... ».

Ante a podridão liberal que lhe desfigura a imagem da Pátria, a sua reacção só pode ser uma: colérico protesto. Ele está no Século XV e desse cimo recusa-se a aceitar e a acatar as misérias do Século XIX. Os pigmeus de Lisboa — gente mesquinha, enredada em intrigas sórdidas, no ambiente geral da *invidia* — receiam-no, suspeitam-no, detestam-no. « Vai a gente fazendo o que pode, apesar deles e contra a vontade deles » — condensa, irónico e certeiro, Aires de Ornelas. « Eles », com efeito, não podem suportar homens da têmpera de Mouzinho. Depois dos seus triunfos recebem-no com apoteoses. Mal o apanham longe procuram tolhê-lo, cerceá-lo, diminuí-lo, reduzi-lo à sua estatura de servos. Mas o herói quer, para execução integral da sua obra, o mando livre, o mando absoluto — ou nada! Demite-se, regressa, enterra-se na atmosfera opaca, mefítica, onde « dá vontade de morrer ».

E suicida-se com um tiro, dentro de um carro de praça. Epílogo sombrio para o qual se ensaiam explicações diversas. Um parente seu — Pedro Gaivão — encontra decerto a chave do enigma ao escrever: « incompatibilidade quase instintiva dum homem e duma época, que não era a sua época moral ». Decerto. Mouzinho, paladino medievo, é incompatível com a triste feira de vaidades e hipocrisias do Liberalismo de 1900.

Uma frase sua exprime tudo — dita no dia seguinte ao de Coolela, quando se procede ao funeral dos caídos e o coronel Galhardo, de joelhos, pede a todos uma oração pelas suas almas. Mouzinho comenta assim a fúnebre e gloriosa cena: — « Chega-se a ter inveja dos mortos! » A cada instante parece o herói ter inveja dos mortos, dos grandes mortos do Portugal grande. E no entanto dos raros, dos raríssimos que vencem a morte — tal a beleza, tal a claridade da sua vida esplêndida!

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

REALEZA E DEMAGOGIA

Em plena crise do Ultimato inicia Dom Carlos I o seu reinado. Crise grave, profunda — na qual se combinam os dolorosos sobressaltos da humilhação nacional e os frutos nefastos da longa e surda intoxicação vinda de longe, dos começos do Liberalismo. Logo de entrada, ei-lo a braços com violento temporal. O furor antibritânico sacode a nação. Manifestações, tumultos, discursos inflamados — gritam à «velha aliada» o magoado furor popular. Assaltam-se o consulado inglês e estabelecimentos de comerciantes. Canta-se a *Portuguesa* — hino composto por Alfredo Keil e cuja letra vingadora, exaltada tem por autor Henrique Lopes de Mendonça. Lança-se uma subscrição pública destinada à aquisição de navios de guerra. O próprio Monarca devolve a condecoração da Ordem do Banho à Rainha Vitória, enquanto o Duque de Palmela devolve também a medalha da Campanha do Báltico, obtida por serviços prestados na Marinha britânica, de que foi oficial. E a Família Real contribuiu para a subscrição com donativo de vulto.

Mas à sombra do movimento patriótico avoluma-se a exploração política. Troveja Guerra Junqueiro no *Finis Patriae* contra o

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Soberano — e chasqueia, irreverente e insolente, no *Caçador Simão*. João Chagas intitula o jornal que dirige no Porto *República Portuguesa*. À Liga Patriótica do Norte preside Antero de Quental, poeta e filósofo socialista; Sampaio Bruno, republicano, é um dos seus membros. Salientam-se na Universidade de Coimbra três estudantes talentosos e atrevidos, fogosamente antimonárquicos: Afonso Costa, António José de Almeida, João de Meneses. Muitos se excitam com o exemplo do Brasil que nos fins do ano anterior, sob o comando de Diodoro da Fonseca, atirou para o exílio Dom Pedro II e mudou o regime. Ao mesmo tempo, como que a sublinhar o trágico momento do desespero vivido por um Povo inteiro, noticiam de África o suicídio impressionante do valoroso explorador Silva Porto que, ante os vexames ali sofridos pelo nosso prestígio, se embrulha na bandeira portuguesa e se rodeia de barris de pólvora, a que pega fogo. Alegoria tremenda de uma hora em que *até os heróis de além-mar parece terem vontade de morrer também*, de renunciar à luta!

A comoção indignada perante o Ultimato traduz um sentimento mais que justificável, admirável: o brio colectivo ferido. Súbito, Portugal acorda, vê o abismo a que desce, arde na sede de arrepiar caminho, de voltar aos trilhos da grandeza antiga. Como, porém? Em que direcção? Atrás de que chefes? Separado há muito das suas raízes, abastardado por instituições funestas, empolgado por maus condutores que lhe aproveitam a honesta cólera para manejá-lo de acordo com seus planos e ambições — deixa-se arrastar nos piores rumos e, em vez de se salvar, consuma a sua perdição.

Qual a única pessoa que pode, diante da afronta, corporizar a unidade portuguesa, os seus direitos históricos, as suas glórias tradicionais? O Rei. Pois é o Rei que se escolhe para alvo de todos os insultos e de todas as calúnias. É contra o Rei que se desencadeia a ofensiva de impropérios, de enxovalhos, de injúrias, de sarcasmos. Dir-se-á ser ele o responsável — como se o seu interesse de dinasta não bastasse para lhe sugerir a defesa de um património que, por ser da Nação, o é também da Família que a representa através dos tempos e das gerações! E assim damos ao mundo,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

nesse transe angustioso, o lamentável espectáculo de um Povo em delírio, a apedrejar e a destruir o mais alto símbolo da sua força e da sua coesão moral.

Ofensiva contra o Rei — e contra a Monarquia. Se é certo que a Monarquia, adulterada pelo Liberalismo, deixou de possuir grande número das virtudes de outrora, o que se impõe não será derrubá-la mas reintegrá-la na sua pureza benéfica. Nada disso. A corrente, dia a dia generalizada, resume-se na ânsia de minar os alicerces do Trono. E a par dos aventureiros sem escrúpulos, dos instrumentos passivos das « lojas », dos iconoclastas dementados — há espíritos cândidos que entrevêem, sob a égide de uma república milagreira, perspectivas de paz, de vigor colectivo, de ressurgimento.

Uns e outros ajudam a criar ambiente para uma tentativa revolucionária : desde os intelectuais Teófilo Braga e João Chagas até Elias Garcia, Alves da Veiga, Santos Cardoso — director da folha portuense *A Justiça Portuguesa*. Um semanário, *O Sargento*, espalha a sementeira subversiva entre as camadas militares. A agitação cresce, o veneno caminha. O directório republicano — do qual fazem parte, com Teófilo, Manuel de Arriaga, Homem Cristo, Jacinto Nunes, Azevedo e Silva, Bernardino Pinheiro — procura ainda suspender a conjura, acalmar os insofridos. Inútil. A 31 de Janeiro de 1891 insubordinam-se algumas tropas no Porto, levadas sobretudo pelos sargentos que a propaganda republicana atingiu. Só os acompanham três oficiais : o capitão Amaral Leitão, o tenente Manuel Maria Coelho, o alferes Rodolfo Malheiro. Em cortejo, a que se junta uma plebe excitada, vão à praça de Dom Pedro e no edifício da Câmara Municipal proclamam a República. O actor Verdial lê os nomes dos membros do governo provisório : Alves da Veiga na presidência, Rodrigues de Freitas, outros mais. Içam a bandeira verde-rubra e entoam em coro a *Portuguesa*. Depois sobem todos a Rua de Santo António. Aguarda-os aí, ao cimo, uma força da Guarda Municipal, comandada pelo major José Maria da Graça, que tomou posições no Largo de Santo Ildefonso. Soam tiros — e aquela massa de gente desordenada e heterogénea debanda, num pânico sem nome. Alguns ainda respondem à fuzilaria da Guarda,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

mas apenas em bandos isolados. O cortejo, desfeito, rola de novo até à praça e os últimos obstinados refugiam-se na Câmara. Os soldados do Governo vêm pôr-lhes cerco. Mais uma troca de tiros e acabam por se render, pelas nove horas.

Aventura malograda — em todo o país desperta condenação e repulsa. Mesmo entre os republicanos muitos se apressam a negar-lhe qualquer solidariedade. Alves da Veiga foge, com a maioria dos companheiros. Parece ter-se tratado dum fogacho efémero — e o regime é considerado mais sólido que antes.

*

Que fazem entrementes Dom Carlos e os seus Ministros ? Caído, após o Ultimato, o governo José Luciano-Barros Gomes, sucede-lhe o de António de Serpa Pimentel, que apresenta diversos colaboradores ilustres : João Franco Castelo Branco, Lopo Vaz, Hintze Ribeiro, João Arroio. Urge elaborar um Tratado com a Grã-Bretanha em que se fixem os limites dos territórios dos dois Estados na África Oriental. Já que nos vimos forçados a ceder, diligenciemos conservar o máximo possível dos nossos domínios. O diplomata Luís de Soveral, amigo íntimo do Príncipe de Gales, esforça-se em Londres por obter esse máximo. E Barjona de Freitas é enviado à capital do Reino Unido para negociar. Chega-se assim ao Tratado de 20 de Agosto, pelo qual a « velha aliada » nos confisca larga zona do curso do Zambeze, o Zumbo, parte de Sofala e concedemos franca entrada às missões protestantes e à navegação britânica. No Parlamento e nas ruas outra vez ruge o temporal. Acusa-se o governo de entregar o Império aos Ingleses. E tem de se constituir novo Ministério, presidido pelo octogenário Abreu e Sousa, com Barbosa du Bocage nos Negócios Estrangeiros, António Enes na Marinha, Tomás Ribeiro nas Obras Públicas, e no Reino o famoso orador António Cândido. Pouco tempo depois uma recomposição inclui no elenco João Franco, Mariano de Carvalho, o Conde de Valbom, Lopo Vaz.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

A situação financeira complica-se, torna-se alarmante. Mariano de Carvalho solicita em Paris um empréstimo. Ratifica-se o convénio com a Inglaterra, depois de Soveral ter conseguido ligeiras melhorias. E pouco tempo decorre até se organizar o Ministério de Dias Ferreira, em que se depositam grandes esperanças para regenerar a administração pública. O Ministro da Fazenda é Oliveira Martins, reputado escritor e doutrinador — que sonha grandes reformas, chefia o grupo da *Vida Nova* e alimenta o visionário projecto de, caso se extinga em Madrid a vida frágil do jovem Afonso XIII, fazer de Dom Carlos o Imperador da Península. A velha quimera de Dom Fernando, de Dom Afonso V ... Desfá-la em fumo, ainda uma vez, a Providência — que sempre manteve a dualidade luso-espanhola e liquidará de igual maneira as utopias maçónicas de uma federação ibérica de repúblicas. Em fumo se desfaz também a reforma político-financeira do autor do *Portugal Contemporâneo* que, desgostoso, abandona o poder. Dias Ferreira aguenta-se algum tempo mais, não muito. Chega a vez a Hintze Ribeiro, com quem colaboram (estranha miscelânea!) João Franco e Bernardino Machado, além de Pimentel Pinto, António de Azevedo Castelo Branco, Fuschini. Sucedem-se as recomposições e os conflitos. Aberto o caminho pelos republicanos, é agora de um partido monárquico — o progressista — que partem contra o Soberano ataques inclassificáveis. Um dos seus jornais recorda o exemplo de Luís XVI. Compraz-se mesmo em declarar: — «A Monarquia está morta». Ainda não, mas para a morte avança a largos passos, empurrada pelos que se aliam sem vergonha aos seus inimigos declarados.

Como sempre, os partidos mostram-se o que são: bandos parasitários, incapazes de compreender e servir os interesses autênticos da Pátria.

Serve-os o melhor que pode, dentro do triste condicionamento em que actua, um homem: o Rei. «Tinha defeitos. Mas, no meio dos seus defeitos, foi o político mais inteligente do seu tempo e o único, de todos, que tinha carácter» — reconhecerá depois (muito

*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

depois!) Homem Cristo. Dom Carlos é na verdade dotado de qualidades raríssimas — nessa época parda, hipócrita, corrupta do constitucionalismo liberal. Ao traçar-lhe o perfil, um autor insuspeito por ser a antítese do cortesão, mais depressa, até, simpatizante das doutrinas republicanas — Fialho de Almeida — descreve-o «superior, inteligente, culto, bravo e mesmo generoso ... enjoado da torpitude dos partidos, e tendo pela ideia de pátria um culto inverosimilmente alto e absorvente». Todos os depoimentos concordam em nos apresentar como verídico este retrato sumário do filho de Dom Luís I. A sua acção é a de quem, superiormente cônscio da função que exerce, do papel histórico e nacional que desempenha, do princípio que incarna, se debate com energia entre os embaraços, as ciladas, as imposturas, as convenções anacrónicas, as hostilidades desabaladas, as crises insolúveis — e busca acima de tudo, apesar de tudo, cumprir o seu dever. Recebe a Coroa num lance crítico que exige a maior ordem e a maior união entre os Portugueses e uma tensão de todo o país no sentido de fazer frente aos perigos externos suspensos sobre o Império. Em lugar disto encontra a luta das clientelas, o fratricídio incessante. E teima, no fragor da procela política, em se consagrar aos problemas que são de facto os primeiros: o da manutenção de tudo quanto nos seja permitido guardar no Continente Negro e o da reconquista do prestígio europeu.

Para saber o que faz pela nossa causa em África ouça-se a nítida afirmação do general João de Almeida, um dos heróis do Ultramar: — «Todos os homens da Ocupação se sentiram mais ou menos amparados pelo Rei, estimulados, dirigidos — e ele era bem o coordenador duma acção africana e duma acção diplomática na Europa». Palavras eloquentes, cuja veracidade já hoje ninguém contesta.

No outono do ano áureo da Ocupação — do ano de Marracuene, de Magul, de Coolela, de Chaimite — enquanto nas lides guerreiras do sertão a nova Cavalaria dos Mouzinhos, dos Xavieres, dos Ornelas, dos Couceiros cobre de honrosos loiros as armas portuguesas, Dom Carlos de Bragança trava a sua batalha noutro campo, menos árido

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

mas não menos importante, menos eriçado de riscos mas repleto de invisíveis e traiçoeiros obstáculos: o campo diplomático. Já que se discute, se agride, se anavalha Portugal nas capitais europeias, vai ele, em pessoa, fazer acto de presença, arrancar homenagens para o nosso país, forçar a admiração e o respeito das cortes e das chancelarias. A sua viagem é um triunfo, quer em Paris, quer em Berlim, quer em Londres. Pelo ascendente excepcional que irradia, pela inteligência e pela majestade que o singularizam — adquire um prestígio que é, nessa hora dúbia, prestígio de Portugal.

... Numa capital apenas se fere a nota discordante, se rodeia o seu nome de sarcasmos afrontosos: em Lisboa. Nem agora o claro interesse da Pátria é compreendido e obedecido pela gente dos partidos!

*

E a desordem política, feita de rivalidades mesquinhas, de escândalos reais ou fictícios, de acesas polémicas na imprensa e no Parlamento — continua. Parece ter só um fim: destruir. Enquanto o Rei e alguns poucos dos seus servidores se aplicam a manter o que ainda se sustenta, a maioria agita-se numa infatigável empresa de «bota-abaixo». Atacam-se a Igreja, a Monarquia, todas as estruturas morais e tradicionais. Surgem os críticos mordazes, os caricaturistas da pena ou do lápis, que disfarçam, atrás das suas ironias e das suas chufas, uma tremenda amargura ou uma saudável indignação. Há uma página de Ramalho Ortigão, escrita em 1912, que sintetiza em expressivos termos as razões que o haviam movido, e a Eça de Queiroz, a erguer nas *Farpas* o processo desse tempo: — «Quando em Portugal não havia senão conservadores de diversas marcas, que vinham todos da revolução liberal e acabavam como os de agora principiam, isto é: por andarem engalfinhados uns nos outros e sòmente se conservarem a si mesmos e aos parentes, aderentes e afins, deixando tudo mais correr à matroca, eu e alguns do meu tempo entendemos que a sociedade portuguesa encharcava e apodrecia na subserviência de um parlamentarismo quase tão oco

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

como o de agora, exercido por ávidos politiqueiros de ofício, sem nenhum conhecimento dos interesses e das aspirações nacionais, e deliberámos acordar do seu letargo a consciência pública, a duches, a ventosas, a pontas de fogo, a buscapés, a empurrões e a cartoladas» ... Mas a consciência pública não desperta senão para escutar os brados dos agitadores jacobinos. Porque os homens sejam todos maus? Não. Porque mais de meio século de individualismo liberal os estragou e os corrompeu. Porque se habituaram a perder de vista tudo quanto fique para além das míseras escaramuças de facção. Porque o ateísmo, o racionalismo e as sociedades secretas lhes cortam as comunicações com o mundo real, os fazem viver dentro de uma atmosfera postiça e rarefeita onde pairam fórmulas abstractas, palavras sonoras, utopias nefastas.

Não interessa acusar os homens; acusem-se, sim, as ideias, que abrem de par em par as portas ao assalto da antinação!

Sucedem-se os ministérios sem que varie a crise: crise financeira, crise de civismo — antes de tudo, crise de unidade. Cada governo é alvejado pelos fogos conjugados das oposições, que o impedem de desenvolver qualquer esforço útil. Mal uma dessas oposições sobe ao poder — a cena repete-se, com os papéis trocados. Eis o sumário panorama do *rotativismo*: os dois partidos, Regenerador e Progressista, a alternarem no poder; os seus dois chefes, José Luciano e Hintze Ribeiro, a alternarem na direcção do *Crédito Predial* ...

Em 1899 Soveral, de Londres, toca a rebate, informa ter sido assinada no ano anterior uma convenção secreta entre a Inglaterra e a Alemanha para eventual partilha das colónias portuguesas — que serão hipotecadas como garantia da ajuda financeira de ambos os países ao nosso. Processo hábil de transferir para Londres e Berlim a soberania dos territórios africanos que ainda se conservam na posse de Portugal. Por seu lado, os Estados Unidos, ante a perspectiva de tal liquidação, interessam-se visìvelmente pelos Açores ...

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Eis o momento que escolhem os republicanos e alguns membros dos partidos *rotativos* para desencadearem a ofensiva contra as campanhas militares em África. As discussões nas Câmaras prosseguem. O Gabinete de José Luciano recompõe-se uma vez mais, com Veiga Beirão nos Negócios Estrangeiros, Vilaça na Marinha, Sousa Teles na Guerra, Espregueira na Fazenda, José Maria de Alpoim na Justiça. E as eleições de 1899 trazem a vitória, no Porto, dos candidatos republicanos Afonso Costa, Paulo Falcão e Xavier Esteves — como reacção contra as medidas sanitárias opostas à epidemia da peste bubónica.

Os grandes partidos entram na fase lógica da desagregação. Une-os apenas a influência de certos chefes e a avidez do mando. Porque não hão-de outros chefes tentar fortuna e agremiar à sua volta novas clientelas? É a *grupite*, enfermidade clássica das organizações partidárias. «Marcha da dissolução» — dirá ainda Ramalho, um dos que falam mais claro. Em 1901 João Franco — estadista enérgico, ansioso por modificar o andamento das coisas e promover uma administração severa e restauradora — separa-se de Hintze Ribeiro, depois de exprimir no Parlamento a sua discordância com a orientação do partido; dois anos mais tarde, forma o Centro Regenerador Liberal e expõe um programa de governo. Em 1905 a dissidência progressista deflagra, sob a chefia de José Maria de Alpoim, com o prestigioso jornal de António Enes *O Dia* (agora dirigido por Moreira de Almeida) como porta-voz. Em 1906 amotinam-se os marinheiros do cruzador *Dom Carlos* e há também sinais de insubordinação a bordo do *Vasco da Gama* e do Tejo. Enfim no mês seguinte Hintze Ribeiro, Presidente do Conselho, solicita ao Rei o adiamento da abertura das Câmaras — isto é, uma espécie de interrupção no funcionamento do sistema, capaz de lhe permitir governar, já que a barafunda da Assembleia Legislativa lho impede por completo. Dias antes, uma populaça infrene aclama em Lisboa os caudilhos republicanos.

Chega-se a um momento agudo; todos os olhos estão postos na decisão que o Soberano tomará.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Que pensa, que faz Dom Carlos — no meio destas convulsões e destas ameaças? Como sempre, ocupa-se antes de tudo do magno problema: o das cobiças estranhas sobre o Império. Em 1899 a vinda das esquadras inglesa, alemã e francesa ao Tejo evidencia de modo inquietante a vigilância das potências em torno dos nossos destinos. E os horizontes tornam a carregar-se. Esboça-se uma coalizão antibritânica fomentada pela Alemanha que — diz-se — se prepara para anexar as nossas províncias ultramarinas e reclama a Alsácia e a Lorena à França; oferece-lhe, como compensação, a Bélgica. A Espanha tomará conta de Portugal e a Rússia ficará com parte da Índia. Falsos alarmes? Talvez. Há que fazer todavia alguma coisa para afastar o perigo. Graças ao próprio Rei, a Soveral e à oportunidade com que nos valoriza o conflito anglo-transvaliano, firma-se com a Grã-Bretanha em 14 de Outubro de 1899 o Tratado de Windsor, que inutiliza a Convenção de 1898 e renova a garantia britânica dos velhos Tratados de 1642 e 1661 quanto à integridade dos nossos territórios metropolitanos e ultramarinos. Golpe de mestre, visto na altura só de Londres podermos obter esta garantia preciosa. Depois a paisagem diplomática melhora, com o acordo franco-britânico acerca do Egipto e de Marrocos. E as visitas dos chefes dos maiores Estados europeus e de outras altas personalidades manifestam os admiráveis efeitos da campanha de prestígio, travada — e ganha — por Dom Carlos, anos antes. É o Rei de Espanha Afonso XIII que vem em Dezembro de 1903 a Lisboa. Em Janeiro de 1905 os Duques de Connaught e as Princesas Margarida e Vitória Patrícia; em Março a Rainha Alexandra de Inglaterra, as Princesas Maud e Vitória, o Príncipe Carlos da Dinamarca; dias depois o Imperador da Alemanha Guilherme II; em Outubro o Presidente francês Emílio Loubet.

Nada mais significativo, mais susceptível de nos inspirar satisfação e descanso. A Europa já vê Portugal com outros olhos —

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

não como Estado em falência, antes como Nação digna de respeito e homenagem, que possui um grande Chefe.

Mas poderá repousar o Monarca sobre os loiros colhidos na política externa, quando justamente se agrava como nunca, na Primavera de 1906, a crise política interna ?

*

Daqui por diante assiste-se a uma batalha inglória e cruel, entre a Realeza desamparada, cercada de traições, à busca de um ponto de apoio, de um rumo salvador — e a Demagogia sem freios, odienta, impetuosa, que nada pode deter.

Solicitado o encerramento da assembleia parlamentar por Hintze Ribeiro, nega-lho Dom Carlos. Nega-lho porque se lhe afigura inútil sair para fora da legalidade constitucional encostado a um dos dois partidos *rotativos,* cujos homens estão « queimados » por longos debates e por mil salpicos da lama que anda no ar. E como Hintze se demite, o Rei, « seduzido pelo verbo impetuoso e ardente do homem puro » que lhe oferece vontade resoluta, límpida, animada de propósitos de restauração política e administrativa — chama João Franco. Ao fazê-lo não ignora a estrada por onde se aventura ; não alimenta ilusões sobre a aliança que se vai formar, de todos os excluídos, de todos os invejosos, de todos os despeitados. Mas soou a hora do *salus populi.* E a Realeza, cônscia da sua missão, enfrenta a Demagogia — cara a cara.

Organiza-se o Ministério franquista com nomes considerados : Ernesto Driesel Schroeter na Fazenda ; Vasconcelos Porto na Guerra ; Aires de Ornelas na Marinha ; Luís de Magalhães nos Negócios Estrangeiros ; Malheiro Reimão nas Obras Públicas. Com serenidade e acerto, inicia uma série de medidas tendentes a reprimir abusos, a sanear a vida pública, a restabelecer a autoridade nas bases de uma disciplina estrita e de um labor metódico.

A gente dos partidos assusta-se com razão. De todos os partidos : desde os progressistas aos republicanos. Na *Luta,* Brito Camacho traça a legenda famosa : — « Quanto mais liberdade nos derem

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

mais havemos de pedir, obrigando-os às transigências que rebaixam ou às violências que comprometem». Clara expressão da má-fé que anima as oposições — em contraste com a boa-fé do governo, que mantém o Parlamento aberto e não se furta a quaisquer debates.

E a Demagogia lança na arena todas as suas feras. Os jornais sobem de tom — a censurar, a caluniar, a vociferar. Em torno da questão dos Adiantamentos à Casa Real — plenamente justificados, visto lhe ser atribuído há muito uma dotação irrisória — ao ver que João Franco toma a iniciativa de solucioná-la de maneira corajosa e lógica, levanta-se alarido furioso. Os deputados republicanos aproveitam o ensejo para se entregarem a diatribes violentas. Afonso Costa agita de novo o paralelo de Dom Carlos e de Luís XVI. António José de Almeida exorta os soldados que vêm expulsá-lo da Câmara a proclamar a República. Guerra Junqueiro continua, tonitruante, a atirar alexandrinos sonoros contra «o Bragança». Tudo lhes serve. De tudo lançam mão para atingir o Rei e para tolher a marcha do governo: o caso dos vinhos do sul; o dos sanatórios da Madeira; a greve académica de 1907, transformada em vasto e tormentoso motim. José Luciano que, de começo, em plena luta contra os Regeneradores, se ligara transitòriamente a João Franco, nega-se a colaborar no Ministério de modo a garantir-lhe a aliança das suas forças — e obriga-o assim a descobrir-se, isolado. Então o «homem puro» pede a demissão ao Rei. Acaba de reconhecer que não pode dar mais um passo dentro do condicionalismo existente. Dom Carlos não hesita. Logo de início escrevera a João Franco: — «Temos, para bem do País, que seguir caminho diferente daquele trilhado até hoje». Mais tarde escrevera ainda: — «Temos que caminhar para diante, ainda que a luta seja rude e áspera (e espero-a) porque aqui, mais do que nunca, parar é morrer». E mantivera-se sempre ao lado do Ministro, com o seu conselho, a sua solidariedade, os seus incentivos vibrantes. Agora, declara-lhe que visto não se poder governar com o Parlamento, como se tentou até à última, é preciso decidir governar sem ele. Vai-se para a Ditadura? Paciência! «Se qualquer governo tem de a usar, e sem governo não se passa, ninguém com mais direito a

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

fazê-lo do que vocês ... Têm governado com tal lisura e tão firmes propósitos de acertar que ganharam a simpatia e a confiança geral ». Enfim conclui : — « Continuem a governar bem, como até aqui, e dar-lhes-ei todo o meu apoio ». É bem o Interesse Nacional a exprimir-se pela boca do seu supremo intérprete.

Franco, destemido, aceita. Recompõe o seu elenco — entram Martins de Carvalho para a Fazenda, Luciano Monteiro para os Negócios Estrangeiros, Teixeira de Abreu para a Justiça — e a Ditadura principia.

O clamor dos demagogos chega ao paroxismo. Enchem-se de medo ; ao mesmo tempo exultam, porque têm pretexto para gritar contra a tirania, a morte da liberdade, o fantasma da « reacção ». E conspiram — aumentadas as suas fileiras com todos os elementos dos partidos monárquicos que a hostilidade ao ditador cega e alucina. Há motins e corre sangue quando João Franco volta à capital em Junho de 1907. Na imprensa o alarido cresce, tumultua.

A Realeza sustenta-se sobre o mar encapelado. Toma-se uma iniciativa admirável : a da viagem ao Ultramar do Príncipe Real Dom Luís Filipe, aquele mesmo que Dom Carlos entregara, ainda criança, a Mouzinho : — « Aqui o tens ... faze dele um homem e lembra-te de que há-de ser Rei ... ». São Tomé, Angola, Moçambique recebem a visita do jovem Príncipe, alta esperança nacional, entre manifestações calorosas de fidelidade. Autêntica apoteose à Dinastia — e à Pátria.

A Ditadura prossegue também na sua obra — benéfica, equilibrada, reconstrutiva. Numerosas classes, ante as moralizadoras reformas, ante a evidente melhoria da vida pública, prestam-lhe adesão e aplauso. O *deficit* diminui a olhos vistos. Um escol de intelectuais alinha a seu lado, traz-lhe o reforço das suas palavras de simpatia : desde Ramalho Ortigão ao Visconde de Castilho, a Henrique da Gama Barros, a Fialho de Almeida, a Gomes Teixeira, a José Maria Rodrigues, a Eugénio de Castro, a Costa Goodolphim, a Sales de Lencastre. Dir-se-á que Franco vai triunfar — consolidar a Monarquia abalada, abrir um ciclo de ressurgimento.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Não o consente a Demagogia. É o momento de jogar tudo por tudo. As alfurjas agitam-se. A par da Maçonaria, actuante e infatigável, um bibliotecário municipal, Luz de Almeida, funda a Carbonária, associação congénere mas circunscrita aos meios académicos e mais inclinada aos métodos terroristas. Todos se mexem, aliciam adeptos, planeiam atentados. Já é vulgar descobrir oficinas secretas de explosivos e a conjura estende-se, avança no subsolo, constitui ameaça difusa mas precisa nos alicerces podres de uma sociedade envenenada. Júlio de Vilhena, muito a propósito, lança o certeiro vaticínio: — «Isto ou acaba numa revolução ou num crime».

Virão ambos, sucessivamente. A revolução primeiro, a 28 de Janeiro de 1908, durante a ausência de Família Real em Vila Viçosa. Os seus chefes são colhidos quando se encaminhavam para uma reunião preparatória. E abortam as diversas tentativas nas ruas e nos quartéis.

Já que a revolução falha — resta o crime. Na tarde de 1 de Fevereiro regressa de Vila Viçosa a Família Real. Dom Carlos recusou o automóvel, quis vir num *landau* descoberto, no meio do povo, para mostrar bem que não tem receio. («Nem a ti nem a mim será o medo que nos fará trocar de caminho» — dissera numa carta para o Primeiro-Ministro). Ao voltar a carruagem a esquina do Terreiro do Paço, em frente do edifício dos Correios, estalam tiros. Alfredo Costa, assassino a soldo das «lojas», dispara contra o Rei, cuja cabeça pende sobre o peito; outro assassino, Manuel Buíça, alveja o Príncipe Real com a sua carabina. Dom Luís Filipe ainda quer responder, agita uma pistola inútil. A Rainha, de pé, nas mãos um ramo de flores que lhe haviam oferecido à chegada, a tentar cobrir o filho — é uma patética imagem nesse minuto de tragédia. O pânico sacode a multidão. Linchados os assassinos pela Guarda, conduzidos para o Arsenal os cadáveres do Rei e do Príncipe (que sobrevive ao pai instantes apenas), tudo está consumado. À noite, nas Necessidades, o Conselho de Estado reunido e porventura outras influências persuadem o novo Rei — o filho segundo, Infante Dom Manuel — a afastar João Franco e a formar Ministério novo. Faz-se a vontade ao inimigo, põe-se ponto final à Ditadura

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

benfazeja, abatem-se bandeiras perante o crime. «Os regimes sucumbem e desaparecem, menos pela força do ataque que pela frouxidão da defesa» — dirá o próprio Franco. Tem a Realeza uma bela carta a jogar: manter a Ditadura, continuar a batalha, seguir a rota varonil e nacional. Prefere abdicar nessa sinistra jornada. Resume muito exactamente um jornal, meses depois: — «O Rei morreu na tarde do 1.º de Fevereiro, no Terreiro do Paço. A Monarquia morreu essa noite do Paço das Necessidades». Vê-se bem então que, na fórmula de um dos mais dedicados amigos de Dom Carlos, «a Monarquia era ele». Desaparecido ele, o país vai ser entregue ao acaso, à indecisão, à cobardia de palácio, à inexperiência estonteada de um Príncipe adolescente. Como define um cronista: — «Não era já o filho coroado de um Monarca. Era o filho pálido de um assassino. Não era um herdeiro. Era um órfão». Órfão, Dom Manuel — ferido no coração e no espírito pela surpresa horrível do crime que lhe impôs a Coroa como uma espécie de coroa de espinhos. Órfão, também, Portugal — que, sem o seu Rei, fica à mercê da turba jacobina.

A Demagogia venceu. Venceu apenas dessa maneira hedionda: prostrou a Realeza num charco de sangue — quando ela se erguia sobranceira, perto da vitória, unida a um governo sério e forte.

No declive traiçoeiro irá agora o país rolar, sem esperança possível, direito ao precipício que não pode já ser evitado.

*

Vencida, a Realeza abdica. Não porque o Monarca deixe de estar animado de excelentes intenções — mas porque só ouve a quem o aconselha sugestões de transigência e de apatia perante a desordem que sobe. Eliminado da cena e lançado para o exílio o único homem de pulso, João Franco, não há em torno de Dom Manuel II senão os velhos (e alguns novos) homens dos partidos, sempre envolvidos em querelas de vaidades ou de emulações, sempre obcecados pelo fito de conquistar o mando para si e para os amigos. Um Ministério de transição — presidido pelo *Makavenko*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Ferreira do Amaral — faz eleições em Abril, com inabilidade e fraqueza tais que dão a vitória, por Lisboa, a vários candidatos republicanos: Afonso Costa, António José de Almeida, Alexandre Braga, João de Meneses. Outros vêm por terras da província: Brito Camacho, eleito em Aljustrel; Estêvão de Vasconcelos e Feio Terenas, em Setúbal. Novas questões, novos escândalos, novas intrigas entretêm os meios políticos e parlamentares — enquanto a Maçonaria e a Carbonária minam, diligentes, as baixas camadas. Em Novembro, nas eleições municipais da capital, triunfam os inimigos do regime sob a presidência de Braancamp Freire. É nessa altura que se esboça no Norte, por ocasião da viagem régia, uma reacção tradicionalista e popular. Multidões da zona menos contaminada do país aclamam o jovem Rei Dom Manuel, que uma auréola sentimental e dolorosa cerca. Funda-se mesmo no Porto a *Legião Azul*, para defesa da Monarquia.

Mas a batalha dissolvente dos políticos não cessa. Júlio de Vilhena, eleito chefe dos Regeneradores, espera que o poder lhe seja entregue e nega o seu apoio ao Ministério que sem ele não pode viver. Forma-se outro em Dezembro, com Campos Henriques na Presidência, D. Luís de Castro nas Obras Públicas, Espregueira na Fazenda, Venceslau de Lima nos Negócios Estrangeiros, António Cabral na Marinha, Sebastião Teles na Guerra, D. João de Alarcão na Justiça. Elenco de concentração, em que entra gente de ambos os grandes partidos *rotativos*. Claro que nada resolve. À volta de um empréstimo negociado por Espregueira, o temporal no Parlamento sopra rijo. Novo Ministério se constitui, menos de quatro meses passados — em Abril de 1909. É Sebastião Teles quem preside agora, com alguns membros do anterior e Alexandre Cabral no Reino, Castro Sola na justiça, João de Azevedo Coutinho na Marinha. Dura apenas um mês — para dar lugar em Maio a um Gabinete de Venceslau de Lima, que será substituído em Dezembro por um Gabinete de Veiga Beirão. A guerra dos partidos e dos chefes de grupos intensifica-se. José Luciano a custo mantém certa união entre os Progressistas — embora a dissidência de José de Alpoim se mostre combativa e turbulenta. Quanto aos Regeneradores, pulve-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

rizam-se entre Júlio de Vilhena, Campos Henriques, Teixeira de Sousa, Venceslau de Lima. É a decomposição franca. Se alguns destes homens possuem qualidades apreciáveis de inteligência e até de carácter — como políticos de partido são todos iguais, cegos pelas rivalidades e pelas invejas, sem pressentirem o que se passa na zona profunda do país, dia a dia mais conquistada pelo adversário comum.

Esse adversário tem aliás o caminho fácil. Consentem-lhe as coisas mais extraordinárias. Amnistiam-se os amotinados do *Dom Carlos*. Faz-se com êxito uma subscrição pública em proveito das famílias dos assassinos de 1 de Fevereiro. Abafam-se as investigações sobre os responsáveis do regicídio. E o Conde de Arnoso, vulto nobilíssimo — «única figura viva e de pé no meio de uma sociedade morta», condensa Ramalho Ortigão — pede em vão, solitário e vingador, que justiça seja feita. Mas a busca dos responsáveis que desvendaria ? A justiça, onde iria ter ?

De novo se encarniçam demagogos contra a Igreja e contra a Realeza. Cem mil pessoas, à voz da Carbonária, surgem nas ruas de Lisboa, em manifestação colossal, a pedir o cumprimento das leis sobre associações religiosas. O solo treme — treme ante essas hordas que desfilam e donde saem já «vivas» à República. Treme também em Salvaterra, em Benavente, em Samora, em Santo Estêvão, em outras localidades. Tombam casas, rasgam-se fendas no chão, há numerosas vítimas. Como a sociedade portuguesa, a terra portuguesa dilacera-se, na hora torva.

E o Rei ? Recebe a visita de Afonso XIII de Espanha ; vai a Londres, onde carinhosamente o acolhem, estreitar a cordialidade da aliança, continuar a política inteligente do pai. Como pode, equilibra-se, incerto, desconcertado, entre a barafunda dos políticos. Um dia, dá-se um episódio inverosímil. Certo jovem alferes de guarda ao Palácio Real — cujo nome deve fixar-se : Adriano Jorge Correia de Almeida — esquece e viola o protocolo, adianta-se comovido, ousa dizer a Dom Manuel II que os políticos o atraiçoam, que só cuidam das suas míseras lutas quando se impõe a unidade nacional ; e oferece-lhe a sua espada pura de soldado. Voz derradeira da leal-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

dade portuguesa. O Rei ouve, agradece, queda-se um momento indeciso, a reflectir — e passa ...

Cada vez a tempestade é mais brava. Os republicanos exploram a situação, aliciam oficiais na Marinha, fabricam bombas, promovem o desassossego e o nervosismo propícios à conjura que se avoluma. Surgem mais escândalos, agravados pela psicose parlamentar: o caso Hinton, o do *Crédito Predial*. Enxovalhados, sacudidos, os chefes monárquicos perdem as últimas forças, escorregam para a vala comum. Magalhães Lima, grão-mestre da Maçonaria, acompanhado de José Relvas, trata de sondar em Londres a reacção britânica no caso de mudança de instituições em Portugal. Voltam seguros de não haver, desse lado, obstáculos de monta.

Já vem perto o epílogo. Em Junho de 1910 o Ministério Teixeira de Sousa: Manuel Fratel na Justiça, Anselmo de Andrade na Fazenda, Marnoco e Sousa na Marinha, José de Azevedo Castelo Branco nos Negócios Estrangeiros. Alguns valores — mas conjunto fraco, sem decisão, inerte. Em fins de Setembro o crepúsculo cenográfico do aniversário da batalha do Buçaco, celebrado no alto da serra, num aparato de fardamentos constelados — Dom Manuel com uniforme de Generalíssimo, ovacionado pelo Exército; em frente, hierático sob o alto chapéu felpudo, Lorde Wellington, descendente do *Iron Duke* ... A 4 de Outubro a Revolução — em que só Henrique de Paiva Couceiro, Martins de Lima, Frederico Pinheiro Chagas e poucos mais defendem a Monarquia. Vencem por fim os que fogem mais devagar, na célebre e cáustica legenda. A 5 de Outubro — já o Rei largou mar fora, da Ericeira — proclama-se a República nos Paços do Concelho de Lisboa.

A isto veio a dar a longa, a bela, a heróica, a religiosa e monárquica História de Portugal. O Diabo posto à solta noventa anos antes toma conta dos seus destinos!

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

livro VIII

HOJE E AMANHÃ

Digitized by Google

Original from INDIANA UNIVERSITY

« BALBÚRDIA SANGUINOLENTA »

SUBLINHA um cronista, a propósito do 5 de Outubro: — « O país aceitara sem uma única reacção o vertiginoso drama político que se desenrolara em Lisboa e em que alguns soldados e sargentos comandados por um simples comissário naval, a tripulação de três cruzadores e a associação secreta da Carbonária lhe impunham, sem o consultar, uma República escamoteada ao pânico desonroso do adversário ». Quadro verídico. De norte a sul, apossa-se de toda a gente irreprimível euforia. Quem se não recorda dessas jornadas em que o entusiasmo sacode as turbas e há por toda a parte bandos de crianças a agitar, jubilosas, pequenas bandeiras encarnadas e verdes? Abraçam-se às esquinas pessoas que nunca se viram. Cantam-se hinos ingénuos à nova era de paz, de fraternidade, de justiça — aberta pelos « heróis » da Rotunda. Repete-se como estribilho: agora somos todos irmãos! Já não há desigualdades, tiranias, castas, privilégios, títulos de nobreza, prepotências « obscurantistas ». Começa um mundo diferente — mundo cor-de-rosa, enobrecido por sentimentos de generosidade, de ternura cívica, de beatitude social. Pangloss desembarcou no cais das Colunas. Portugal vive num enlevo de

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

quimera idílica. Nem uma nuvem. O sol de Outono, sobre a nossa paisagem doce, ilumina uma vasta pastoral democrática.

Tanta alegria, donde vem? Vem principalmente da natural e geral aversão à mentira que se arrasta há quase oito décadas, entre disfarces velhacos e crescentes amostras de anarquia. Proclamada pelos homens do *vintismo* e, afinal, usurpada por mil ficções e imposturas — a «soberania do povo» resplandece agora, sem véus. Graças a umas horas de tiroteio e ao desmoronar de uma fachada carcomida, abriu-se-lhe o acesso da omnipotência. O «bom selvagem» de Rousseau, incensado por tantos apologetas e tribunos, subiu ao trono. Dele se espera tudo quanto foi prometido pelos seus eloquentíssimos arautos. Cada um dos que nas ruas se abraçam e congratulam fá-lo persuadido de saudar, de aclamar o seu próprio advento...

*

Dementada pela súbita conquista do mando, logo a plebe comete os primeiros excessos. A propósito da Revolução Francesa escreveu João Héritier que a pastoral jacobina de 89 não tardou a converter-se «*en boucherie*». Também a pastoral lisboeta de 1910 singra nos mesmos rumos.

Na tarde da vitória da Rotunda um grupo de energúmenos assalta o Colégio de São Vicente de Paulo, arromba as cancelas do jardim a machado e assassina o Padre Barros Gomes, irmão do antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Um amigo seu, o Padre Alfredo Fragues, Provincial dos Lazaristas e confessor da Rainha, não hesita, ao ver o companheiro na agonia, em ir buscar os santos óleos e ungi-lo, entre as ameaças dos sicários. É também cruelmente abatido: morre «como um sacerdote, quando tão fácil lhe teria sido salvar-se pela fuga como um desertor...». Dois dias depois, a 7 de Outubro, também as Salesianas de Belém aguardam heròicamente a populaça enfurecida — todas ajoelhadas em frente do altar do Convento, revestidas do hábito, a tomar a Sagrada Comunhão.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Nada disto perturba ou faz cair em si os novos « soberanos », que da soberania querem extrair todos os frutos e consideram seus meros instrumentos os governantes que a Revolução lhes trouxe.

Há efectivamente um Governo Provisório — em que se juntam alguns dos mais conhecidos nomes da propaganda e da agitação precursora da República : na Presidência o velho Teófilo Braga ; no Interior António José de Almeida ; na Justiça Afonso Costa ; nos Negócios Estrangeiros Bernardino Machado ; nas Finanças José Relvas, após a escusa de Basílio Teles ; no Fomento António Luís Gomes, que breve cede a pasta a Brito Camacho ; na Guerra Correia Barreto ; na Marinha Azevedo Gomes. Falta um, o mais importante de todos : Magalhães Lima.

Nem por isso o regime deixa de viver sob o signo dos dois poderes que o dominam : a Maçonaria — e a Rua. Muitas vezes, quase sempre, é a primeira que conduz a segunda. Sucede porém que em bruscos sobressaltos instintivos a Rua se mostre capaz de surpreender e de preocupar a oculta ditadora. Porque a Rua, brutal, selvagem, em certas horas feroz — é também sincera, espontânea nas suas reacções e nos seus furores. À medida que a nova ordem — melhor : a nova desordem — a irrita e a desilude, sobe a temperatura e os incidentes multiplicam-se.

De começo o governo faz tudo para a atrair e lisonjear. Legisla para ela. Pensa, antes de nada, em agradar-lhe com suas demagógicas reformas. Consistem estas, sobretudo, em perseguições à Igreja e em medidas abstractas de fictício igualitarismo. Dentro de pouco os fumos do entusiasmo inicial dissipam-se. Principia a guerra dos partidos e também a epidemia das greves (o direito à greve foi reconhecido na lei). A cada passo, a vida paralisa, o mal orgânico do país complica-se — enquanto os dirigentes manifestam, a par das dissidências constantes, a incapacidade substancial. Em Dezembro de 1910 já Machado Santos escreve no seu órgão *O Intransigente* : — « Hontem era fácil encaminhar as coisas no sentido que o povo desejava. Hoje ainda se pode conseguir. Amanhã só com outra revolução. Paciência. Se para salvar este povo necessario for arriscar de novo a vida, estamos prontos ... ». Isto, a

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

dois meses da vitória da Rotunda! Ante as violências cometidas nas eleições de Maio, muitas outras vozes se elevam. Fuzilam acusações e protestos. Ninguém se entende. É a Torre de Babel — porque cada qual fala em nome do seu bando, do seu ódio, do seu despeito ou da sua ambição. Todos declaram interpretar o sentir do «povo» — mito poderoso. Mas esse povo não é o autêntico Povo Português; é a clientela que os demagogos souberam arrastar, perverter, enlouquecer. Ouça-se uma testemunha, das que melhor conseguiram dar a estampa *goyesca* do período: — «O *seu* povo, o povo que o partido republicano trouxe em 5 de Outubro para a convivência da política, era um povo indisciplinado, amotinado, sectário, intolerante, de uma incultura que provocava a piedade e que só pelas suas presunções absurdas, pela sua combatividade intratável, pelo seu irrequietismo perigoso se distinguia das populações boçais dos campos». Adiante, resume como a demagogia preparou esse *povo*: — «Armou-o de punhais, de pistolas e de bombas. Iniciou-o na Carbonária. Exaltou-lhe o instinto de luta. Destruiu-lhe a noção de disciplina». Numa palavra: tornou-o *ingovernável*. E nem a lei da separação da Igreja do Estado, nem o estabelecimento do divórcio, nem a repressão dura — aliás inevitável — podem minorar a crise. Pelo contrário. Ainda agora a crise atravessa uma fase relativamente moderada. O pior está para vir.

*

A Assembleia Constituinte, aberta a 19 de Junho de 1911, decorre entre polémicas vivas. Assinale-se a coragem de Eduardo de Abreu nos seus ataques e censuras à política anti-religiosa. Protesta o orador em nome da liberdade ofendida. Com que direito se proíbe a liberdade de crenças aos que as professem e desejem exteriorizá-las? Está na razão Eduardo de Abreu, mas desce da tribuna sob apóstrofes e ameaças. Pela sua boca, será a «reacção» que fala? Com temor da «reacção» os deputados, escandalizados, expandem-se em brados hostis. Há ainda outro motivo de excitação: os boatos da actividade dos emigrados monárquicos, reunidos em

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

grande número além-fronteiras e que na Galiza conspiram — sob o comando de Henrique de Paiva Couceiro. Apreensivos e encolerizados, os membros do grupo dos « *Jovens Turcos* » — Álvaro de Castro, Helder Ribeiro, Américo Olavo, Sá Cardoso, outros — pedem fortes medidas de repressão contra os inimigos do regime. Cria-se uma atmosfera de exaltado jacobinismo : sintoma elucidativo é a formação em Coimbra da « Falange Demagógica » de estudantes — que logo a 16 de Outubro de 1910 deu sinal de si no assalto vandálico à Sala dos Capelos, onde crivou de balas os retratos dos Reis de Portugal.

Apesar de tudo, a República segue a sua marcha. Elabora-se uma Constituição do mais puro tipo democrático. Vários candidatos — Magalhães Lima, Braancamp Freire, Bernardino Machado, Manuel de Arriaga — propõem-se para a Presidência. É eleito o último e isto constitui vitória do bloco moderado, que se forma já e engloba os sequazes de António José de Almeida e de Brito Camacho, « evolucionistas » os primeiros, « unionistas » os segundos — contra os « democráticos », mais extremistas, de Afonso Costa. Que querem os moderados ? A quadratura do círculo : uma república branda, tolerante, ordeira — semelhante à pastoral dos seus sonhos. Que querem, por sua vez, os democráticos ? Uma república hiperlaica, destruidora de tudo aquilo que os iconoclastas de 1820 deixaram ainda de pé, assente na adesão e na efervescência revolucionária das massas. Estes estão na linha das autênticas exigências da doutrina e, também, das autênticas realidades do momento. Por isso não tardarão a impor-se — e a vencer.

O primeiro Ministério constitucional reflecte ainda a vantagem dos moderados. Presidido por João Chagas, agrupa, ao lado de Duarte Leite (Finanças), Melo Leote (Justiça), João de Meneses (Marinha), Augusto de Vasconcelos (Negócios Estrangeiros) — dois nomes que hão-de sobressair, mais tarde : Pimenta de Castro (Guerra) e Sidónio Pais (Fomento). Um mês decorrido estala a insurreição no Norte. Cientes da próxima entrada de Couceiro, as populações de Penafiel, de Felgueiras, de Paredes, de Santo Tirso manifestam-se. O caudilho realista cruza a fronteira em Padornelo,

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

acolhido festivamente pelo povo fiel. Traz consigo D. João de Almeida (Lavradio), o capitão Jorge Camacho, o Conde de Mangualde, numerosos fidalgos e militares. Ainda tomam Vinhais e, sob um tempo inclemente, avançam. Mas as tropas da República são muito mais numerosas — e Luz de Almeida, com a Carbonária, fornece-lhes um corpo auxiliar de civis armados e fanatizados. A incursão desenrola-se, executa várias manobras tácticas, defronta-se aqui e além com o inimigo — vê-se obrigada por fim a tornar para Espanha, assim como os conspiradores das Beiras que, à voz do capitão Azevedo Lobo, tinham conseguido levantar vários núcleos populares sem poderem dar-lhes organização nem armamento. Parece uma repetição das primeiras tentativas de Magessi e do «Exército Restaurador» logo após a instauração da «Carta», oitenta e tantos anos atrás.

Vitoriosos, os republicanos — que a Pastoral Colectiva do Episcopado, de Fevereiro de 1911, irritou pela dignidade e pela firmeza — intensificam as perseguições ao clero. D. António Mendes Belo, Cardeal Patriarca, sofre desterro para Santarém. Outros Prelados têm de sair das suas dioceses. Quanto aos presos monárquicos, submetidos a tribunal especial, são condenados a pesadas penas. A Rua cobre-os de enxovalhos e de insultos — numa explosão de ódio.

Entretanto a epidemia das greves aumenta. Em Lisboa cerca-se a sede da «União Operária», prende-se mais de meio milhar de pessoas. É com bombas, fabricadas em laboratórios clandestinos, que os operários respondem. A cada passo a força pública se vê atacada por amotinados que sobre ela atiram explosivos mortíferos. Ergue-se então a frase acusadora daquela mulher envolvida nos tumultos, que a polícia leva para a esquadra e alí mostra um avental cheio de pedras: — «Este é o pão que a República dá aos pobres para roer!» E o Ministério, dirigido agora por Augusto de Vasconcelos, cai a 4 de Julho de 1912. Sucede-lhe a 16 um Gabinete Duarte Leite.

Pela segunda vez Couceiro entra no Alto Minho, com efectivos mais consideráveis e um estado-maior em que figuram vários gran-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

des apelidos da aristocracia. Falha o ataque a Valença no dia 6. No dia 7 as forças republicanas evacuam a margem esquerda do Tâmega. A coluna monárquica chefiada pelo capitão Mário de Sousa Dias, um dos heróis do combate de Mufilo em África, acompanhado pelo dedicado miguelista D. João de Almeida (sobre as tropas ondula, a par da bandeira azul e branca, o pendão branco do Legitimismo), ocupa Vila Verde da Raia. Ao mesmo tempo dá-se o ataque a Chaves, em que morre o jovem e destemido Pedro Vila Franca. Têm de retirar de novo os incursionistas. Deixam atrás de si uma grande esperança malograda.

Os republicanos exultam. Proclama-se que o Povo Português está indefectìvelmente integrado no regime. Couceiro é injuriado, escarnecido nos jornais e nas tribunas. O pendor inevitável da evolução política faz que em Janeiro de 1913 se constitua outro governo que tem a chefiá-lo o homem representativo e audaz, o expoente da democracia integral, o jacobino duro e intolerante, o ídolo das turbas extremistas: Afonso Costa.

*

A sociedade portuguesa atravessa profunda crise. O receio, a insegurança, as incessantes conjuras das alfurjas, os dissídios dos partidos, a obcecação dos atentados pessoais, o caos administrativo, as violências contra o clero e contra os monárquicos — produzem mal-estar crescente, insuportável. « Tudo o que sorria, rutilava e dava flor na psycologia, no sentimento e no caracter nacional, tudo subitamente mirrou ou apodreceu como por efeito instantaneo de uma predestinação apocalyptica » — desabafa, em Março de 1912, Ramalho Ortigão; a seguir, traça esta lúcida síntese: — « A patria tornou-se comparavel a um predio de que secretamente se houvessem extraido os alicerces... » Algumas semanas mais tarde, chama infantil e burlesca à ilusão de que « um paiz pode continuar a viver » na situação dramática assim descrita: « esquartejado nas suas tradições, nas suas crenças, nos seus usos e costumes, na continuidade da sua experiência histórica, governado por um pessoal

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

improvisado pelo favoritismo politico, com uma instrução publica de pedantes, uma religião de atheus, uma policia de sicarios, uma maioria parlamentar de ineptos, um ministério de energumenos, uma burocracia de vagabundos e uma diplomacia de curiosos» ... De facto, o país mal vive. Continue-se a dar a palavra aos contemporâneos, que fornecem depoimentos sugestivos. Assim descreve Fialho de Almeida a fisionomia da capital da República, pouco após a sua implantação: — «Lisboa tem o ar d'uma cidade coacta e constrangida, com as casas fechadas, as avenidas desertas, os restaurantes e as grandes lojas às moscas. Pelas ruas, de quando em quando, ajuntamentos da plebe arremangada, que parece esperar não sei que Paschoa; ou bichas de gente correndo ao governo civil e aos ministérios, atroando os ares com berrarias que os jornaes chamam pomposamente *manifestações*. A tropa sae dos quarteis para fazer apotheoses (!), como o outro dia ao Magalhães Lima. Os heróis e os ministros andam pela província no *record* dos vivas e na patuscada dos jantares. A gente rica retrae-se, a classe preponderante desaparece e some-se; e todos, atonitos, perguntam se é este o quadro de Portugal redimido e aberto à liberdade!»

Simultâneamente, os próprios chefes expandem o seu pessimismo, ou ainda mais: o seu alarme. «Mau caminho» — intitula Brito Camacho, na *Luta*, severo editorial em que chega a denunciar o propósito de «eliminação violenta de certos republicanos». E António José de Almeida, num artigo de epígrafe melodramática — «Guilhotina, Veneno ou Punhal?» — escreve estas frases de dolorosa sinceridade: — «Em Portugal, de facto, não ha governo. Há só um ministerio, varado de medo, que finge governar! A nossa República vive em ditadura plena, mas a peor das ditaduras porque é a ditadura dos bandos! ... Quem impera é a tirania dos antros. Suprema miseria! Suprema vergonha!» Adiante, uma alusão directa às ameaças sobre a sua vida: — «Que nos matem. Por mim não peço aos meus amigos que tratem de averiguar quem foi que me assassinou. Não vale a pena, mesmo porque será bom poupar a República á vergonha de ainda vir a ter um governo que decrete uma medalha especial para o maltrapilho que me liquidar ...».

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Assim falam os cronistas e os moderados: confessam a sua melancolia uns, perante a escuridão que desce sobre a vida nacional; confessam os outros os seus temores ante as violências da Rua e soltam a sua ira contra os efeitos de que são em grande parte causa. Nuns e noutros se sente desânimo ou arrependimento. Lamentarão já o fácil triunfo obtido em 5 de Outubro?

*

Com Afonso Costa surge uma inteligência e uma vontade posta ao serviço da revolução republicana. Ao contrário dos seus concorrentes dos partidos chamados « conservadores » — o chefe democrático não lamenta nem receia: actua. Enérgico, autoritário, possuído de uma ideia, tão firme nas suas directrizes que pùblicamente se declara resolvido a extinguir a Religião Católica em duas gerações — é a personalidade mais vigorosa e mais combativa do novo elenco político. O seu primeiro consulado, de um ano — Janeiro de 1913 a Janeiro de 1914 — marca-lhe a força do carácter, a dureza dos processos, a obediência a um fito dominante. Detestado mas temido — governa. Procura mesmo restabelecer nas contas públicas alguma ordem e alguma economia. Governa e administra — à sombra de uma ideologia abstracta e de um reformismo brutal, desapiedado, que muitos comparam ao pombalino. Tende à omnipotência — como todos os demagogos. A sua tirania representa um desígnio positivo e uma empresa sistemática.

Por isso mesmo provoca reacções. Em Abril de 1913 oficiais afectos a Machado Santos e elementos sindicalistas tentam um golpe que não resulta. Em Outubro sofre igual destino uma insurreição monárquica: novas prisões, assalto ao *Dia* de Moreira de Almeida, diversas violências. Em Janeiro de 1914 a greve dos comboios adquire amplitude inquietante. A 24 desse mês o governo, impotente, demite-se. Sucede-lhe um Gabinete Bernardino Machado, que — depois da manifestação de Machado Santos e dos seus amigos a reclamar a soltura dos presos, quer realistas, quer sindicalistas — concede uma amnistia de que exceptua apenas alguns dirigentes e

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

permite o regresso do Patriarca de Lisboa e dos Bispos afastados das suas dioceses. Acalmia passageira — forçada pelas circunstâncias.

Em Agosto dá-se a invasão da Bélgica e da França pelos exércitos de Guilherme II. Dentro de pouco alastra a guerra a toda a Europa Central. No Congresso reafirma-se a nossa fidelidade à aliança inglesa. Depressa se registam incidentes fronteiriços em Angola, com os alemães. Trava-se mesmo combate em Naulila, de que resultam várias mortes e o aprisionamento do tenente Francisco Aragão.

Pouco depois — a 12 de Dezembro — tornam os « democráticos » ao poder. O Ministério tem à cabeça Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, com Alexandre Braga, Barbosa de Magalhães, Álvaro de Castro, Rodrigues Gaspar. As oposições reagem. Na imprensa vai um alarido ao mesmo tempo colérico e humorístico. O nome do Presidente do Conselho inspira a famosa legenda sobre os novos Ministros — « os miseráveis de Vítor Hugo ». E o descontentamento cresce. Começam a agitar-se os meios militares. Ante determinadas transferências de oficiais ordenadas pelo governo, esboçam primeiro os de Lanceiros 2 o propósito de irem depor as suas espadas a Belém. Cercados e presos, nem por isso a sua iniciativa se perde. A 22 de Janeiro de 1915 o próprio Machado Santos vai levar à Presidência, num alarde simbólico, « a espada da Rotunda ». A oficialidade da guarnição de Lisboa acaba por se dirigir em romagem a casa do general Pimenta de Castro, para quem apela, ansiosa por que as coisas mudem. Ainda pensa o governo manter-se, ajudado pelos marujos e pelos revolucionários civis. Inútil. A imposição é irresistível. E Manuel de Arriaga, velho amigo de Pimenta de Castro, escreve-lhe no dia seguinte a pedir-lhe que tome conta do poder.

*

São apenas quatro meses de ditadura tímida, inconsistente. Pimenta de Castro forma um Gabinete quase todo de oficiais superiores. Fecha o Parlamento. Vê-se apoiado pelos monárquicos, pela gente de Machado Santos, pelos « unionistas ». Os « democráticos »

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

protestam, semeiam de novo a agitação — em nome da legalidade constitucional. Saiu-se para fora dessa legalidade, sem dúvida. Pode o país viver dentro dela ? Mas Afonso Costa e os seus aproveitam admiràvelmente a sugestão que sobre o « povo republicano » exercem ainda as sonoras ficções ideológicas e jurídicas. Renovam a estratégia demagógica e capciosa da propaganda. Contra o ditador lançam ataques hiperbólicos. Pimenta de Castro nega-lhes o que pedem : a reabertura do Congresso em São Bento ; efectuam uma reunião no Coliseu. Mero comício subversivo — em que se increpam os « tiranos », se especula com as questões internacionais, se dá o general-presidente como afecto à Alemanha, apesar de Naulila e das escaramuças de África. Jornais oposicionistas entretêm a desordem, que já crepita nas ruas. Por seu lado o governo promove medidas de tolerância religiosa, amnistia o próprio Couceiro, deixa fundar dois centros monárquicos. Os demagogos clamam com maior fúria : atraiçoa-se a República ; a « reacção » campeia ! Outra vez se conspira intensamente. Aprestam-se os revolucionários civis. Maçonaria e Carbonária, de mãos dadas, voltam a mobilizar todos os seus homens. A imprensa realista denuncia o perigo e Moreira de Almeida, no *Dia,* lança apelo teatral ao ditador que uma confiança apática adormenta : — « Vista a farda, Senhor General ! »

O 14 de Maio de 1915 é a reedição do 5 de Outubro. Marinheiros, soldados e populares revoltam-se. Minados pela acção dos sargentos, os barcos de guerra disparam contra a cidade. O Arsenal cai logo. As tropas fiéis sofrem de um comando indeciso e de numerosas defecções. Ainda há alguns breves combates que terminam pela derrota do governo, pela prisão de Pimenta de Castro, do contra-almirante Xavier de Brito e de Machado Santos, desterrados para Angra do Heroísmo. Das janelas do Município o major Sá Cardoso proclama o restabelecimento da Constituição. Os principais heróis da jornada chamam-se Norton de Matos e Leote do Rêgo — ambos « democráticos ». O Presidente Manuel de Arriaga decide renunciar. Forma-se um Ministério presidido por João Chagas. Na pasta da Instrução aparece Magalhães Lima, o grão-mestre. A República foi restituída aos seus rumos normais.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Tanto assim que, quando vem tomar posse do cargo, J
Chagas é alvejado a tiro no Entroncamento pelo senador João
Freitas, que o povo imediatamente lincha. E o novo Chefe
Governo, em vez de ir para o poder, vai para o Hospital de
José. Nunca a profecia de Eça de Queiroz se impôs com m
evidência: Portugal está imerso na «balbúrdia sanguinolenta

*

Postos na Presidência da República Bernardino Machado e
do Gabinete Afonso Costa — cujo Ministro da Guerra é Norton
Matos, vencedor do 14 de Maio — outra vez o regime singra p
a esquerda. Outra vez se intensifica a sensação de desordem c
tante, irreprimível porque brota de todos os lados: tanto espr
a cada esquina como nasce em cada consciência.

Mas as questões internas esmorecem um pouco, ante o agra
mento das externas. A política dos «democráticos» é nìtidame
belicista. Sob todos os pretextos exageram a solidariedade com
aliado britânico — para além dos próprios desejos deste. O gove
de Londres acentua por várias vezes que se Portugal entrar na c
tenda o fará «sob a sua responsabilidade e não deve dizer qu
obrigado a esse procedimento em consequência da aliança». A
de Fevereiro de 1916 o mesmo governo pede-nos que requisitem
os navios alemães surtos nos nossos portos. Assim se faz a 24. Dep
do pedido de que tal acto fique sem efeito — pedido recusado —
Alemanha declara guerra a Portugal, a 9 de Março.

Imediatamente os dois grandes partidos da República forma
a «União Sagrada»; os chefes, Afonso Costa e António José
Almeida, selam-na com um abraço público. Ao novo Gabinete p
side o caudilho evolucionista. As Finanças continuam geridas p
Afonso Costa e o elenco é em grande parte «democrático»; No
ton de Matos na Guerra, Augusto Soares nos Negócios Estrangeiro
António Maria da Silva no Trabalho, Vítor Hugo de Azevedo Cou
nho na Marinha. Parte para África a expedição de Moura Mend
e ocupa Quionga em Abril. Em Julho vai a expedição de Ferrei

Nascimento	Ca me
?	
1154	1
1186	
?	
?	
1261	1
1291	1
1320	1
1345	1
1358	1
1391	1
1432	
1455	
1469	
1502	

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Nascimento	Casamento	Sub. ao Trono	Morte	CONSORTES
?	?	1128	1185	Dona Mafalda de Mauriana e Sabóia
1154	1174	1185	1211	Dona Dulce de Barcelona
1186		1211	1223	Dona Urraca de Castela
?	?	1223	1248	Dona Mécia Lopes de Haro de Leão
?	?			
	1253	1245	1279	Dona Matilde, Condessa de Bolonha
1261	1282	1279	1325	Dona Beatriz de Guilhen
				Dona Isabel de Aragão (Rainha Santa)
1291	1309	1325	1357	Dona Beatriz de Castela
1320	1328	1357	1367	Dona Branca de Castela
	1336			Dona Constança de Castela
1345	1372	1367	1383	Dona Leonor Teles
1358	1387	1385	1438	Dona Filipa de Lencastre
1391	1428	1433	1438	Dona Leonor de Aragão
1432	1441	1438	1481	Dona Isabel de Portugal
1455	1471	1481	1495	Dona Leonor de Portugal
1469	1407	1495	1521	Dona Isabel de Castela
	1500			Dona Maria de Castela
	1518			Dona Leonor de Espanha
1502	1525	1521	1557	Dona Catarina de Espanha

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Gil e ocupa Newala — mas, cercada, flagelada nos combates de Quiwambo e Manhuta, a braços com o clima terrível e com epidemias trágicas, dentro de pouco a abandona. Norton de Matos aplica-se a organizar forças militares que devem ser enviadas à Flandres para cooperar com os exércitos franco-britânicos da frente ocidental. A 13 de Dezembro Machado Santos tenta ousada marcha sobre Lisboa; as suas tropas dispersam pelo caminho e o fundador da República, preso, fica internado em Viseu. Larga em Janeiro o corpo expedicionário (C. E. P.) para França — entre as mostras de descontentamento de muitos oficiais e até um esboço de sublevação em Santarém. E Afonso Costa retoma a Presidência do Conselho — com alguns dos anteriores Ministros. Norton de Matos vai visitar o C. E. P., que se porta com bravura mas sofre golpes cruéis quando das investidas germânicas. A guerra é impopular entre nós, sobretudo no Exército. Por esse motivo e pelas vivas reacções que desperta a longa ditadura de Afonso Costa — a 5 de Dezembro de 1917, sob o comando do Major Sidónio Pais que regressou no ano anterior da nossa Legação em Berlim, concentram-se várias forças na Rotunda. Há luta brava com civis e marinheiros que, desta vez, são vencidos. Afonso Costa e Augusto Soares, acabados de chegar de França, vêem-se surpreendidos e presos no Porto. Norton de Matos e Leote do Rêgo abrigam-se num barco britânico. Forma-se um Triunvirato composto por Sidónio Pais, Feliciano da Costa e Machado Santos. A 8 é deposto Bernardino Machado. Com sete anos de existência a República vai conhecer segunda tentativa de carácter autoritário.

*

Tentativa mais interessante e duradoira do que a primeira. Adopta-se o sistema presidencialista. Sidónio é ao mesmo tempo Chefe do Estado e do Governo. É também o chefe militar que domina a revolta dos marujos em Janeiro de 1918 — e, airoso sobre o seu cavalo, brilha nas paradas, cercado de jovens oficiais que o seguem como a um ídolo: Teófilo Duarte, Botelho Moniz, Pessoa

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

de Amorim, Forbes Bessa, tantos outros que formam (a imagem corre) nova «ala dos namorados»... Ao prestígio da farda, do aprumo esbelto, da coragem inegável, junta uma lenda de bondade quando visita os hospitais cheios de vítimas da epidemia do tifo e institui a «Sopa dos Pobres». Como a Dom Pedro V, o povo afeiçoa-se-lhe — parece adivinhar-lhe também o breve e triste destino.

No primeiro Ministério de Sidónio avultam — com alguns «unionistas» a quem Brito Camacho faculta a participação — Machado Santos, Feliciano da Costa, Tamagnini Barbosa, Alfredo de Magalhães. No segundo, recomposto após o rompimento com o director da *Luta*, entram, para a Justiça um jovem professor de Direito, Martinho Nobre de Melo e para a Marinha José Carlos da Maia, cambatente do 5 de Outubro. Outro professor, o médico Egas Moniz, antigo partidário da «dissidência» de José Maria de Alpoim, tenta organizar o partido «centrista», de apoio à situação.

Em França, a ofensiva alemã inflige-nos em La Lys a terrível sangria de 9 de Abril. A avalanche esmaga literalmente o sector português, apesar dos muitos actos individuais de bravura e de resistência. Acusado de germanófilo e de ter feito um movimento contra a nossa colaboração na guerra, Sidónio Pais toma as providências necessárias para reorganizar o C. E. P. O general Garcia Rosado, o coronel Sinel de Cordes, outros oficiais contribuem poderosamente para tal objectivo.

Colhem-se os frutos de uma política bem intencionada. A Inglaterra eleva a Embaixada a sua Legação em Lisboa. Reatam-se as relações diplomáticas com a Santa Sé, onde vai representar-nos Feliciano da Costa. A eleição de Sidónio para Presidente da República é sancionada por meio milhão de votos — o que demonstra popularidade dia a dia maior. Salienta-se Tamagnini Barbosa, encarregado de formar novo Gabinete, defensor do presidencialismo integral. Enquanto os velhos partidos republicanos alinham em frente única hostil à Ditadura, o Parlamento compreende uma forte minoria monárquica. Torna-se cada vez mais difícil manter o equilíbrio precário entre a coligação jacobina e a reacção tradicionalista. Em princípios de Outubro o governo recompõe-se de novo. Vão o coronel

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Álvaro de Mendonça para a Guerra, o contra-almirante Canto e Castro para a Marinha, o professor Azevedo Neves para o Comércio, o major Bernardino Ferreira para o Interior, o advogado Jorge Couceiro da Costa para a Justiça. Poucos dias depois estala uma tentativa « democrática » em Coimbra e Évora, sufocada. As prisões regurgitam agora de republicanos. Num motim obscuro, em plena rua, alguns, como o irrequieto Visconde da Ribeira Brava, são mortos. A 11 de Novembro, quando se junta volumosa manifestação em Belém a festejar o Armistício, há vivas à Rússia comunista, que o próprio Presidente faz calar com um « viva » à Pátria.

A 5 de Dezembro um aluno de pilotagem alveja o Presidente no Bom Sucesso. Embora não lhe acerte, provoca indignação. A 8, à saída duma récita de gala em São Carlos, Sidónio é aclamado por grande multidão que dali se dirige à sede da Maçonaria — o Grande Oriente Lusitano — a assalta e em parte a destrói. Tocou-se no mais profundo da alma republicana. O estado de nervosismo geral aumenta. Sente-se que está na forja qualquer coisa grave. No Norte constituem-se as Juntas Militares, para defesa eventual contra um golpe demagógico. E na noite de 14 de Dezembro, quando vai tomar o comboio para o Porto, Sidónio Pais é prostrado a tiro, na estação do Rossio, pela pistola de José Júlio da Costa. O Grande Oriente foi vingado.

Que fica, polìticamente, de Sidónio ? Uma quimera. Quimera generosa para uns ; heróica para outros. Quimera sempre. Aceita, arrastado pelo seu ardor de paladino, duas missões incompatíveis : a de consolidar o regime, através do mito insubsistente da « República Nova » ; a de reintegrar o País nas suas tradições religiosas e políticas, com a esperança de restituir-lhe a unidade perdida. Derrubados os « democráticos », julga o caminho fácil e límpido. No fundo, pensa manter um sistema baseado nas teses de um liberalismo idealista, poético, reedição da pastoral fraterna sonhada por tantos em 1910. Pura quimera, insista-se. A genuína República são os

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

« democráticos » que a representam. Sidónio não passa de um parêntesis — belo, decorativo, nobre nas intenções e nas ilusões.

Abateram-no, de braço dado, a Maçonaria e a Demagogia. O Diabo de 1820 está vivo — e bem vivo !

*

Reveste-se o funeral de Sidónio de uma grandeza de apoteose. Não o esquece quem o presenciou. Um rio de gente — em que preponderam doentes e mendigos, a atroar a cidade com seus clamores — chora o paladino infeliz. Todos sentem que se avizinha, sem ser possível evitá-lo, novo período de sobressaltos e desgraças.

É eleito Presidente o almirante Canto e Castro. No chefia do governo continua Tamagnani Barbosa. A 10 de Janeiro de 1919 três oficiais, Jaime de Figueiredo, Álvaro de Castro e Cunha Leal tentam um golpe em Santarém, logo abortado. A 19 Henrique de Paiva Couceiro, de acordo com as Juntas Militares do Norte, restaura no Porto a Monarquia. É ele próprio quem dirige a Junta Governativa, constituída por Luís de Magalhães, o Conde de Azevedo, o Visconde do Banho, Solari Alegro. A 22 Aires de Ornelas, João de Azevedo Coutinho e outros chefes realistas de Lisboa proclamam também a Monarquia e conduzem um núcleo de tropas para os altos de Monsanto. Mas hesitam em ocupar a cidade — que, sem defesa, os aguarda — e dão tempo ao governo para mobilizar as suas forças e levantar de novo em armas o « povo republicano », isto é, os revolucionários civis de 5 de Outubro e de 14 de Maio. A 24 rendem-se os monárquicos de Monsanto. A 13 de Fevereiro, depois de vários combates, rendem-se os do Porto — onde é restabelecida a República.

Já então se constituiu um Ministério José Relvas, que dura até fins de Março. Segue-se um Ministério Domingos Pereira, francamente « democrático ». E a desordem recomeça, mais acentuada. Rompem greves a cada passo. Os gabinetes passam com velocidade meteórica. Em Junho cai Domingos Pereira e ocupa o seu lugar Sá Cardoso. Novas greves, novo encerramento da « União Operá-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

ria ». Em Agosto elege-se Presidente da República António José de Almeida. A 15 de Janeiro de 1920 chama este para organizar governo o advogado Fernandes Costa, que não chega a tomar posse porque lho impede um bando de díscolos. Volta Domingos Pereira — por mês e meio. A 8 de Março substitui-o o coronel António Maria Baptista. Greve dos correios, bombas e feridos graves durante a manifestação de apoio ao Governo. Depois novo Ministério António Maria da Silva: dura três semanas. Outro, de António Granjo, vai de 19 de Julho a 19 de Novembro e defronta uma tentativa de greve geral. De 20 a 30 de Novembro, outro de Álvaro de Castro. Outro, que vive até Março de 1921, do tenente-coronel Liberato Pinto. A seguir, Bernardino Machado, entre Março e Maio, derrubado por um movimento militar em Lisboa. Barros Queirós, que lhe sucede, mantém-se até Agosto. Sobe então ao poder, pela segunda vez, António Granjo. Contra ele se desencadeiam a ira dos demagogos e o ódio das alfurjas.

A 19 de Outubro guardas republicanos e marinheiros assassinam bàrbaramente, com requintes sádicos, o Presidente do Ministério, o fundador da República Machado Santos, o coronel Botelho de Vasconcelos, o capitão-de-fragata Freitas da Silva, José Carlos da Maia, outro homem do 5 de Outubro. É o momento culminante da abjecção e do crime. A « balbúrdia sanguinolenta » enche o País de terror e espanto — no desmascarar da sua ferocidade anárquica. O coronel Manuel Maria Coelho, um dos tenentes do 31 de Janeiro de 1891, um dos chefes do 19 de Outubro de trinta anos depois, assume a Presidência, mas não se sustenta mais de quinze dias. O Gabinete Maia Pinto apenas se conserva quarenta no poder. Recorre-se a Cunha Leal, que deu provas de coragem ao defender a vida de António Granjo no Arsenal da Marinha. Explodem bombas, concentram-se tropas à volta da capital. A 6 de Fevereiro de 1922 António Maria da Silva forma governo. Receiam-se novos distúrbios dos « outubristas »; o Chefe de Estado e os Ministros abrigam-se na cidadela de Cascais. Há motins operários por toda a parte e um grupo de alferes turbulentos esboça uma tentativa sem consequências. Nas ruas sempre os mesmos desvarios; « no baralho gover-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

namental », resume um cronista, « sempre as mesmas cartas, os mesmos valetes insípidos, os mesmos azes com que se perderam as anteriores partidas » ...

Aqui, um parêntesis : no meio desta caótica voragem, a 30 de Março de 1922 largam de avião para a travessia do Atlântico dois oficiais da Marinha, Gago Coutinho e Sacadura Cabral — que vencem, como os antigos nautas do Infante e de Dom João II, os perigos dos espaços desconhecidos e após vários lances heróicos conseguem chegar ao Brasil a 17 de Julho. Acolhe-os o Rio de Janeiro com delírio. Guiaram-se pelo sextante de Gago Coutinho, e com a magnífica proeza — magnífica e simbólica, já que uniram no seu voo duas pátrias irmanadas por tantos anos de tradições comuns — fizeram avultar perante o Mundo, num período tão sombrio, o grande nome de Portugal, como nas altas jornadas da História.

António Maria da Silva recompõe o governo em Novembro e outra vez em Dezembro. Conserva-se no poder até fins do ano seguinte. A Nação está cansada. Tem só um desejo : o sossego. Além disso, a política de António Maria da Silva é hábil, emoliente, cautelosa. Não irrita, não provoca, embora também não resolva nem melhore. Permite ao país respirar ; eis tudo. Já é alguma coisa. O Núncio Locateli recebe o barrete cardinalício das mãos do antigo chefe « evolucionista » — sinal de conciliação. Vive-se como se pode, mas vive-se. Trégua sòmente, porque a demagogia não dorme.

Em Outubro novo Presidente da República : o escritor e diplomata Manuel Teixeira Gomes, nosso Ministro em Londres. Gasto António Maria da Silva, constitui-se em Novembro um Gabinete Ginestal Machado. Os ares turvam-se : o governo chega a instalar-se no quartel de Artilharia 1, ante as ameaças de insurreição. Em Dezembro sobe ao poder Álvaro de Castro. É a fase do grande escândalo dos Bairros Sociais, da manifestação ao Parlamento em que as bandeiras verde-rubras são substituídas pelos negros estandar-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

tes anarquistas — e da fundação da « Legião Vermelha », assinalada por uma série de atentados pessoais. O Ministério seguinte, de Rodrigues Gaspar (Julho a Novembro de 1924), decorre sem grandes incidentes. Mas já o de José Domingos dos Santos é marcado por agitações populares. A 15 de Fevereiro de 1925 outro Gabinete : o do major Vitorino Guimarães.

Dois meses passados, o capitão-de-fragata Filomeno da Câmara, o general Sinel de Cordes e o coronel Raul Esteves marcham para a Rotunda com forças que aliciaram. Ensaiaram uma reedição de Sidónio. Preconizam a ditadura militar e apoiam-se nos melhores elementos reaccionários. O governo consegue dominar o Movimento de 18 de Abril — mas a ideia fica latente na consciência do Exército, incompatível com a desordem reinante. A 19 de Julho mais uma revolta cujo dirigente é o capitão-de-mar-e-guerra José Mendes Cabeçadas. Adivinha-se que a tirania « democrática » toca o seu fim. O julgamento dos chefes do 18 de Abril parece antes uma glorificação — e o general António Óscar de Fragoso Carmona, promotor de justiça, resume numa corajosa frase o sentido exacto das realidades e a homenagem devida aos caudilhos militares : — « A Pátria está doente ».

Dessa grave doença mais um sintoma se regista, quando estala o grave escândalo do Banco de Angola e Metrópole : uma chuva de notas falsas, uma série inumerável de cúmplices — a vergonha e a podridão a alastrarem sobre a sociedade portuguesa. Teixeira Gomes renuncia. À Presidência da República sobe agora, pela segunda vez, Bernardino Machado. Volta a organizar governo António Maria da Silva, de quem se repete justiceiro desabafo : « o País está a saque ».

Pátria doente — País a saque. Gravem-se estas duas legendas — no momento em que vai finalmente acabar, varrida pela unânime repulsa nacional, a « balbúrdia sanguinolenta » !

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

RECONQUISTA DA ORDEM

Pode-se dizer que nos dezasseis anos que vão de 1910 a 1926 a linha histórica da Nação mal se descobre. São tais as aberrações ideológicas, tais os dirigentes e as massas que parece ter deixado de viver o Portugal cristão e imperial cuja marcha temos acompanhado pelos séculos fora. Esse Portugal, contudo, não desapareceu. Curvou-se sob a opressão, deu o seu sangue, sofreu mil tormentos; esteve nos cárceres da Democracia; Couceiro foi um momento na Galiza — quando em certas noites de luar fantástico passava revista aos emigrados, últimas patrulhas da Tradição e fazia a chamada a regimentos hipotéticos de que se adiantavam apenas um ou dois vultos espectrais — o seu representante poético e visionário; populações crentes do Norte, ao acolher, entre toques de sinos e asas de bandeiras, os corajosos guerrilheiros da Restauração malograda, traziam-no junto ao coração, outra vez reduzido a messiânico alvoroço sebastianista ...

As forças orgânicas permanentes da nossa História — os três braços, na sua expressão derradeira — estão contra a República de 1910: clero, nobreza e povo. O clero, perseguido, expulso,

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

metido em prisões, assassinado como, logo de começo, os Padres Fragues e Barros Gomes — ainda no exílio prolonga a sua acção evangelizadora: o Padre Luís Gonzaga Cabral, jesuíta, funda o Colégio da Baía; os Inacianos das missões de Shiu-Hing, na China, levam a novas zonas do Extremo Oriente a luz da doutrina de Cristo. A nobreza, na primeira linha do combate, umas vezes a cair sob os tiros da Carbonária, como Pedro Vila Franca, outras vezes a ferros do inimigo, como esses dois exemplos gravados na síntese impressionante de Malheiro Dias: — «D. João de Almeida Correia de Sá, o neto do *Decepado* e do reconquistador de Angola, o amigo dos Arquiduques de Áustria... condenado à penitenciária e ao degredo, no porão de um navio; D. Vasco Belmonte, o sobrinho do camarista da última Rainha de Portugal... aferrolhado no forte de S. Jorge...» Aires de Ornelas, João de Azevedo Coutinho, Henrique de Paiva Couceiro — heróis da Ocupação, combatentes de Marracuene, de Coolela, do Barué, de todas as batalhas de África — à cabeça das incursões ou dos movimentos realistas, homiziados, insultados, prometidos a cada passo às balas dos sicários «vermelhos». E o povo, atónito, aflito, sem atinar bem com a melhor direcção, a revolver-se em sobressaltos constantes: greves, tumultos, revoltas, arrastado em certas horas por agitadores sinistros, mas no fundo ansioso por manifestar o seu protesto contra tudo, contra todos. Esse povo que nos últimos dias de Maio de 1926 (como após a *Vilafrancada*, em 1823) assalta o Parlamento, apupa os seus falsos mandatários, acaba, numa fúria vingadora, por trazer para as ruas, entre gritos e apóstrofes, pedaços das cadeiras dos deputados erguidos à semelhança dos troféus...

É aqui que a História persiste, ainda com relâmpagos de fé, de grandeza ou de desespero. E também nas consciências e nas inteligências desses rapazes de 1914 — António Sardinha, Xavier Cordeiro, Hipólito Raposo, Pequito Rebelo, Luís de Almeida Braga, Alberto de Monsaraz, João do Amaral, Gusmão de Araújo, Carlos Pires de Lima da Fonseca, Frederico Gavazzo Perry Vidal, quantos mais! — que, primeiro na revista *Nação Portuguesa*, depois no diário *A Monarquia*, lançam a cruzada tradicionalista do *Integralismo*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Lusitano, acordam as novas gerações para a grande ofensiva reconstrutiva e rectificadora no campo das ideias. Outros acorrem, de vários lados: Alfredo Pimenta, um dos raros doutrinadores nacionalistas dos primórdios da República, traça, ainda dentro da República, nas páginas densas da *Política Portuguesa,* uma vasta síntese de filosofia antidemocrática e depressa conclui pela Monarquia; Caetano Beirão, vindo das fileiras do Legitimismo; Luís Chaves, etnólogo e polígrafo; Fernando Campos, historiógrafo e genealogista do pensamento contra-revolucionário; Júlio de Melo e Matos, dedicado sobretudo aos estudos agrícolas; Rolão Preto, especialmente votado às questões sociais; Manuel Múrias, Pedro Correia Marques, Rodrigues Cavalheiro, Guilherme de Ayala Monteiro, Armando da Silva, Eduardo Pinto da Cunha, Augusto da Costa, Félix Correia, muitos ainda, trazem a sua mocidade e a sua cultura à empresa de desafronta intelectual. Lembre-se também a perseverança corajosa dos jornalistas católicos e monárquicos, entre violências, riscos e ameaças: Fernando de Sousa, director da *Ordem,* da *Época,* da *Voz,* paladino destemido da luta antimaçónica, sempre na primeira fila; Moreira de Almeida, com os artigos marcantes do *Dia;* o cáustico e subtil Aníbal Soares — para citar apenas três nomes.

Portugal tradicional mantém-se na vanguarda — através de tudo: sacrifícios, insurreições, desassombrada propaganda de escritores, panfletários e articulistas. O que vai suceder é obra de todos esses, em quem, durante os dezasseis anos funestos, a Nação verdadeira continua — e aguarda que a sua hora volte!

*

Na Primavera de 1926 a confusão política está em pleno auge. Desconjunta-se o governo de António Maria da Silva ante a ofensiva conjugada das oposições parlamentares, em que se aliam monárquicos liberais, adeptos de Cunha Leal, radicais, partidários do esquerdista José Domingos dos Santos. Para onde se caminha? Ou António Maria da Silva consegue ficar senhor da situação, prolongar o seu domínio e o do seu bando, ou as oposições coli-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

gadas o derrubam. E depois ? Cada grupo ambiciona o poder apenas para si. Fatais, anunciam-se novos golpes de força que ainda virão avolumar a crise.

Urge *varrer a feira* e levantar sobre as ruínas uma força salvadora. Numa palavra : a necessidade da ditadura impõe-se.

Mas ditadura de quem ? Não certamente de qualquer dos grupos que se digladiam, ou de qualquer aventureiro ambicioso. Essa apenas agravará o mal existente. Só um organismo a pode legìtimamente exercer : aquele que, exterior e superior aos partidos, tem por missão velar pelos destinos da comunidade e defendê-la de todos os perigos. Só o Exército português, cuja única finalidade é servir a Nação.

Entre os oficiais do Exército lavra de facto indignação crescente perante o mísero espectáculo da democracia corrupta e desordeira. O 18 de Abril já foi sintoma bem claro dos propósitos que os animam. Embora tenha falhado, a semente foi lançada e frutifica. Nos começos de 1926 constituiu-se em Braga a Junta Revolucionária. Entre outros factores que concorrem para a sua organização figura a das famosas e escandalosas inspecções militares de 1925, em Guimarães, contra as quais enviam um telegrama de protesto os oficiais de Infantaria 29.

O documento em que a Junta, recém-formada, nomeia o seu delegado junto das outras unidades do País, nunca foi dado a público. Graças à gentileza de um dos signatários, aqui fica o seu texto autêntico, reproduzido do próprio original :

— « *Os Capitães João Nunes Sequeira e Alberto Carlos de Almeida Frazão, representando 29 oficiais do regimento de Infantaria n.º 29 que fizeram por escrito o compromisso de honra, o Capitão Cipriano de Castro Martins e o Tenente João Pereira de Carvalho, representando 16 oficiais do regimento de Cavalaria n.º 11, o Tenente de Infantaria n.º 8 Daniel Rodolfo de Carvalho Braga, representando 25 oficiais do regimento de Infantaria n.º 8, o Capitão da Administração Militar Manuel Carmona Gonçalves, representando 7 oficiais não arregimentados, todos com idêntico compro-*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

misso, encarregam o Tenente de Infantaria n.º 8 Daniel Rodolfo de Carvalho Braga de se entender com V. Ex.ª para expor-lhe a disposição em que estão os oficiais desta Guarnição para a formação de um movimento caracterizadamente militar adentro das seguintes bases:

Propõe-se o movimento formar um Ministério Nacional, fora de todos os partidos e dentro das instituições republicanas, a fim de fazer voltar a nossa administração à pureza de costumes e sobretudo moralizar o exército e a administração pública. — Braga, 10 de Janeiro de 1926. Seguem as assinaturas: João Nunes Sequeira, Capitão de Infantaria 29; Alberto Carlos de Almeida Frazão, Capitão de Infantaria 29; Cipriano de Castro Martins, Capitão de Cavalaria 11; João Pereira de Carvalho, Tenente de Cavalaria 11; Daniel Rodolfo de Carvalho Braga, Tenente de Infantaria 8; e Manuel Carmona Gonçalves».

A par destes nomes dos iniciadores do Movimento — que merecem ser fixados pela gratidão de todos — é indispensável citar o do então major de Infantaria 8 Joaquim Peixoto Martins Mendes Norton, que desempenha papel preponderante na génese da Revolução. Faz mesmo parte da trindade dos seus grandes animadores, daqueles a quem se deve, antes de ninguém, a preparação do Movimento em projecto — com o capitão Almeida Frazão e o tenente João Pereira de Carvalho, o primeiro especialmente consagrado a unificar toda a Guarnição de Braga no espírito que a Junta representa, o segundo como agente de ligação entre as diferentes guarnições do País. Não os esquecer — e aos seus bravos companheiros dos regimentos da Capital do Minho — constitui acto insofismável de justiça histórica.

Na noite de 27 de Maio de 1926, pouco antes das nove e meia, um pesado automóvel *Cadillac* detém-se junto às barreiras da entrada de Braga. Dentro, vem o general Gomes da Costa que, depois da morte de Alves Roçadas (chefe primitivamente escolhido), é quem

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

tomará a chefia do Movimento. Acompanha-o o tenente Armando Pinto Correia, seu ajudante, outro dos maiores impulsionadores da iniciativa das forças armadas. Vêm também João Pereira de Carvalho e Luís Charters de Azevedo. Sai este do automóvel para comprar o bilhete de trânsito. Distraído, o guarda nem repara — e deixa seguir. Mal sabe a importância dessa vaga sombra que ali vai, encostada nas almofadas do *Cadillac,* fisionomia oculta entre a gola erguida do casaco e o chapéu desabado sobre os olhos ...

A cidade está em plena festa religiosa. Celebra-se o Congresso Mariano. O próprio Núncio, Monsenhor Nicotra, chega de Lisboa. O Arcebispo Primaz D. Manuel Vieira de Matos e os Bispos das várias dioceses também ali se encontram. Milhares de fiéis afluíram de todos os cantos da Terra Portuguesa.

O automóvel segue debaixo de arcos triunfais, mastros engalanados, iluminações de balões e tigelinhas. Passa em frente da Arcada, cheia de gente — a tocar, insistente, a buzina rouca. Ninguém sequer o olha. Ninguém dá por ele. E toma o caminho do Bom Jesus. A estrada naquela zona está quase deserta. Pára enfim em casa de um dos mais dedicados conspiradores civis: Manuel Couto. Aí se acham, à espera do general, o major Mendes Norton, o capitão Almeida Frazão, os capitães Pires de Campos, Quadros Flores, Carmona e Gonçalves da Silva, o tenente Daniel Braga, o tenente-médico Alberto Cruz. Gomes da Costa aperta as mãos leais e decididas que se estendem. A Junta Revolucionária e os seus mais próximos colaboradores saúdam com alegria a chegada do grande soldado de África e da Flandres, que vem colocar-se à sua frente.

Algum tempo se passa a combinar os pormenores da acção a desenvolver. Nas unidades de Braga, os oficiais são de inteira confiança. É preciso ir alguém a Santo Tirso avisar o capitão Bacelar para trazer a sua companhia, a fim de se executar, se for preciso, a marcha sobre o Porto: de tal se encarrega o capitão Tomás Fragoso. A Viana irão o capitão Quadros Flores e o tenente Alberto Branco. Outros ocuparão as barreiras, para impedir que do

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Gerês o general Sousa Dias se dirija ao Porto, caso se queira pôr, com intuitos de resistência, à testa da sua Divisão. O capitão Frazão levará ao Núncio e ao Arcebispo Primaz a garantia de que o Congresso Mariano pode continuar sem que o seu programa sofra alteração alguma. Enfim o tenente Pinto Correia comunicará ao general Peres, comandante da Divisão de Braga, o que se passa; dir-lhe-á que todos agora obedecem a Gomes da Costa.

É a altura do Chefe descansar ligeiramente da longa viagem. Bate a uma hora da madrugada. Os oficiais partem: uns a cumprir as ordens recebidas, outros a fardar-se e a tomar posições. A cidade, pouco a pouco, adormece, após a jornada festiva. Entretanto, sob a aparente calmaria nocturna, o destino caminha já, em passos rápidos — como os desses homens valorosos que saíram, há momentos, da casa de Manuel Couto.

*

Rompe a manhã de 28 de Maio. Depois de rápida visita, logo de madrugada, aos quartéis, onde se assegura da adesão unânime, Gomes da Costa declara-se investido do comando, aceita Mendes Norton, por indicação da oficialidade, como chefe de Estado-Maior e faz ouvir ao País inteiro uma voz bem portuguesa. A sua proclamação é sóbria e viril: — «Portugueses! Para homens de dignidade e de honra, a situação do País é inadmissível. Vergada sob a acção de uma minoria devassa e tirânica, a Nação envergonhada sente-se morrer. Eu, por mim, revolto-me abertamente! E os homens de coragem e de dignidade que venham ter comigo com as armas na mão, se quiserem comigo vencer ou morrer». A fechar, este grito, na verdade histórico: — «Às armas, Portugal!»

Portugal não tem tempo de correr às armas. Nem chega a ser preciso. Basta-lhe aparecer, invocado por um chefe prestigioso. Logo se desmorona, como castelo de cartas — roído de «formiga branca» — a República maçónico-democrática. Num instante some-se o governo-fantasma de António Maria da Silva; com ele, os títeres de esquina e de Parlamento. «Proclamo o Interesse Nacional contra os políticos e os partidos!» — clama ainda a voz possante de

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Gomes da Costa. E as guarnições militares aderem uma a uma. E a avançada do Exército, desde Braga — capital de *Portucale,* metrópole do núcleo primitivo de entre Minho e Douro — até Lisboa, é autêntica marcha triunfal. Nenhuma resistência. Nenhum tiro. Portugal passa ; Portugal regressa.

Além dos companheiros da primeira hora outros acorrem, formam nova « ala dos namorados », impetuosa e resoluta. Quantos ! Aníbal de Azevedo, Mário Pessoa, David Neto, Moreira Lopes, Francisco Chedas, Carvalho Nunes, Egas Mendes de Carvalho, Carrasco, Romão, Aníbal Franco, João Cal, Óscar Ruas — impossível enumerá-los todos. Essa juventude da espada dá à Revolução de Maio todo o seu sentido marcial.

Bernardino Machado, supèrfluamente, para manter uma legalidade constitucional em que ninguém pensa, renuncia a 30 de Maio — transfere os seus inexistentes poderes ao comandante José Mendes Cabeçadas que, posto à testa da revolta no sul, alcança primeiro a capital. Forma-se um Triunvirato composto por Gomes da Costa, Mendes Cabeçadas e Fragoso Carmona. As tropas acampam em Sacavém, onde o general lhes passa revista. Um simples soldado da guarda fecha os portões de São Bento. O entusiasmo exalta o País inteiro.

Há ainda um equívoco a desfazer. Cabeçadas tem uma noção demasiado restrita dos acontecimentos. Julga que se tratou apenas de expulsar do poder os « democráticos ». Mantém ligações com outros partidos políticos. Os oficiais de Sacavém — os mais novos sobretudo — não escondem os seus receios e protestos. E o caudilho do 28 de Maio, com um fácil golpe de Estado, depõe Cabeçadas, assume todo o poder a 17 de Junho. Três semanas decorridas, a 9 de Julho, é a vez de ser deposto Gomes da Costa, cuja missão está cumprida e, cansado, amnésico, não tem condições para exercer o governo. O agradecimento nacional ser-lhe-á manifestado no ano seguinte, com a promoção a marechal.

Por breve prazo reina optimismo entre os vencidos. A situação aparece-lhes frágil, inconsistente. Não se entra numa sequência de « pronunciamentos » — como no tempo de Dona Maria II ? Apenas

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

um instante a ilusão dura. Substitui Gomes da Costa o general António Óscar de Fragoso Carmona, o promotor de justiça que tão corajosamente glorificou os precursores do « 18 de Abril ». Homem de raras qualidades, digno representante do Exército vitorioso. A sua subida ao poder não é já mero ensaio ou experiência passageira, mas um acto de consolidação do Movimento.

A ilusão dos vencidos persiste — sob outra forma. Imaginam reconquistar o mando pelos seus habituais processos desordeiros. A 2 de Fevereiro de 1927 juntam todos os elementos que podem e promovem uma sedição no Porto, cujos dirigentes são o general Sousa Dias, o capitão-tenente Jaime de Morais, o coronel Fernando Freiria. Em seu redor, alguns civis : o chefe dos « democráticos » da esquerda José Domingos dos Santos ; o poeta e ensaísta Jaime Cortesão, um dos mentores dos intelectuais democratas da *Seara Nova.* Jornadas de luta áspera em que o Ministro da Guerra, coronel Abílio de Passos e Sousa, vigorosamente esmaga a rebelião. A 7 de Fevereiro o coronel Mendes dos Reis e o tenente de Marinha Agatão Lança fazem outra tentativa em Lisboa — também dura e sangrenta, também dominada. Perdeu a demomaçonaria a sua última partida séria. Ainda tenta em 1931 a aventura da Madeira, onde breve naufraga a triste « República da Atlântida » ...

O governo inicia a sua obra — que de entrada se reduz principalmente a garantir o sossego nas ruas e nos espíritos, a proteger o trabalho livre, a sanear a atmosfera, a restabelecer a confiança. Preside-o o general José Vicente de Freitas, cercado de alguns colaboradores de boa vontade. Um deles, o general Ivens Ferraz, enviado como delegado de Portugal à Sociedade das Nações para solicitar um empréstimo, honra-se ao recusar em nome do País a cláusula humilhante de uma fiscalização internacional sobre as nossas finanças. A crise define-se por esse grave sintoma : falta de crédito externo.

Em Março de 1928 é eleito Presidente o general António Óscar de Fragoso Carmona. Estamos quase a atingir a grande data em que, de facto, uma ordem nova principia.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

*

Essa data é a de 27 de Abril de 1928 : toma conta das Finanças portuguesas um Professor de Direito da Universidade de Coimbra, António de Oliveira Salazar que, além do seu prestígio de jurista, se assinalou já entre os dirigentes do Centro Académico de Democracia Cristã e, ao lado do director do *Imparcial,* Doutor Manuel Gonçalves Cerejeira (futuro Cardeal Patriarca de Lisboa), intensamente colaborou numa campanha pela reeducação moral da sociedade portuguesa. Recorre-se à sua notória competência e espera-se que possa equilibrar as contas públicas, solucionar o problema com os meios da própria Nação. Logo se descobre na linguagem que usa o recém-chegado uma personalidade excepcional. Logo se adivinha que o limitado objectivo da sua chamada ao poder vai ser transcendido. Ao contrário dos demagogos, pregoeiros de desmedidas promessas, anuncia « todos os sacrifícios necessários ». Exige a confiança do País — « confiança absoluta mas serena, calma, sem entusiasmos exagerados nem desânimos depressivos ». E proclama com segura firmeza : — « Sei muito bem o que quero e para onde vou ». Acrescenta : — « Que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar ». Ao mesmo tempo estabelece, através de quatro bases fundamentais que faz aprovar em Conselho de Ministros, a rigorosa fiscalização do Ministério das Finanças sobre as receitas e despesas de todos os outros. Só assim poderá tornar-se viável o prosseguimento de uma obra uniforme, severamente reorganizadora. É a clara e necessária ditadura de salvação pública.

Em poucos meses dá essa ditadura benéfica e metódica os seus frutos excelentes. Com o andar do tempo, a situação do Tesouro — de tal modo comprometida antes que inspirou ao areópago genebrino a vexatória proposta — entra nas mais amplas e desafogadas vias. Extingue-se progressivamente a dívida flutuante. Os outros compromissos do Estado diminuem. A moeda estabiliza-se. Avolu-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

ma-se de maneira sensível a reserva-ouro do Banco de Portugal. Importação e exportação tendem ao equilíbrio. O orçamento acusa *superavits* reais e estáveis. Os nossos títulos passam a ter melhor cotação nas Bolsas estrangeiras. A todo o Império se estende o influxo renovador — pois também os orçamentos das Províncias Ultramarinas obedecem ao modelo metropolitano.

É muito já. Muito é, igualmente, o florescimento económico derivado da melhoria financeira. E as importantes iniciativas de obras públicas: abertura e conserto de estradas, alargamento de portos, intensificação das comunicações telegráficas e telefónicas, conservação ou reparo de monumentos nacionais — para citar apenas algumas das mais flagrantes e visíveis.

É muito, mas não passa de um começo. Salazar pronuncia, a 28 de Maio de 1930, na cerimónia em que se celebra o quarto aniversário do Movimento, memoráveis palavras:

— «Quando se tem em mente a verdadeira, a alta acepção da palavra *política*, julgo impossível fazer-se, sem esta, administração que se imponha e valha. Fora do pequeno expediente, execução a bem dizer material de uma regra, pode afirmar-se que a verdadeira administração tem sempre atrás de si um conceito de Estado, de finalidade social, de poder público e suas limitações, de justiça, de riqueza e das funções desta nas sociedades humanas, quer dizer, uma doutrina económico-política, se quereis mesmo, uma filosofia. Ai dos governos, melhor, ai dos povos cujos governos não podem definir os princípios superiores a que obedece a administração pública que fazem!»

Descobre-se aqui o vasto desígnio de um homem de Estado que inteiramente abarca o panorama aberto diante de si e não pode confinar a um mero sector, por momentoso que seja, a acção governativa. Dois meses depois — a 30 de Julho de 1930, na Sala do Conselho de Estado — o Ministro expõe as suas directrizes e o seu programa com maior amplitude. Após o rápido e justiceiro exame dos males anteriores — «divisões intestinas, solidariedades equívocas na política e na administração, erros acumulados, falta de correcção

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

de vícios da nossa organização social, uma desordem constitucional permanente e sucessivas revoluções que nada remediavam e agravavam todos os males» — desenrola em lúcida síntese os novos conceitos a adoptar e a pôr em prática, de maneira a reforçar a autoridade do poder, a convertê-lo outra vez em fulcro da unidade e da actividade nacionais. Para tanto, que fazer? — pergunta. E nestes períodos densos formula a resposta cabal: — «Tomar resolutamente nas mãos as tradições aproveitáveis do passado, as realidades do presente, os frutos da experiência própria e alheia, a antevisão do futuro, as justas aspirações dos povos, a ânsia de autoridade e disciplina que agita as gerações do nosso tempo, e construir a nova ordem de coisas, que, sem excluir aquelas verdades substanciais a todos os sistemas políticos, melhor se ajuste ao nosso temperamento e às nossas necessidades».

Estão perfeitamente traçadas as linhas mestras da reconstrução portuguesa. O que se segue é o seu lógico, sistemático desenvolvimento. Salazar toma a Presidência do Conselho a 5 de Julho de 1932. O Estado Novo Corporativo organiza-se, articula-se pela publicação da Constituição Política de 11 de Abril de 1933 e do Estatuto do Trabalho Nacional de 23 de Setembro do mesmo ano. Repousa sobre o axiomático propósito de ajustar fielmente o Estado à Nação — de forma a torná-lo alta e fecunda expressão desta. Garante ao poder força, independência, eficácia, sem deixar de tomar em conta a legítima actividade dos organismos representativos: Assembleia Nacional e Câmara Corporativa. Na base da sociedade está a família, célula primacial e natural. O homem nasce na família, valoriza-se na profissão e no agregado regional — deixa de ser confundido com o «indivíduo» abstracto da mitologia democrática. Excluem-se os partidos, é evidente: a Nação constitui unidade moral incompatível com fragmentações e dissidências.

Não há apenas a Nação; há o Império — unidade, também, conjunto intangível, inalienável, nas várias partes do Mundo. O Acto Colonial assim o declara peremptòriamente: «é da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de pos-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

suir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente».

Acima da organização política da Nação e do Império, na jerarquia dos valores — está a vida espiritual dos Portugueses. Desde o início mantém o Estado Novo relações cordiais e respeitosas com a Igreja Católica. E a 7 de Maio de 1940 assinam-se em Roma a Concordata entre o nosso Governo e a Santa Sé e o Acordo Missionário, seu complemento — que volta a abrir os territórios do Ultramar à sementeira dos Apóstolos de Cristo.

Eis o breve esquema das directrizes do Estado Novo e da obra de Salazar e dos seus colaboradores, numa década de extraordinária actividade que alarga aos mais diversos campos surpreendente testemunho de ressurgimento nacional.

*

Perante êxito tão flagrante e tão completo surge, dentro e fora das fronteiras, a interrogação persistente: quem é Salazar? E os mil ensaios de resposta contribuem para criar a ilusão de um autêntico enigma. O Estadista português vem numa hora europeia em que, na maioria das Nações, os governos de força se instalam e perduram. Em 1917, antes de terminar a primeira Grande Guerra do Século, a Rússia dá ao Mundo um espectáculo parecido — em maior — com a sinistra Revolução Francesa de há cento e cinquenta anos. Caem assassinados em hedionda matança o Czar Nicolau II e toda a Família Imperial. Sobre as ruínas do velho regime ergue-se o regime soviético, produto híbrido das ideologias niilista e marxista, que se intitula «Ditadura do Proletariado». Mas o «Proletariado» chama-se, até 1924, Lenine; desde então é Estaline que se torna senhor absoluto. Em 1922, movida pela eloquência latina de Benito Mussolini, à sombra da dinastia de Sabóia, a Revolução dos «Camisas Negras» vence, depois da marcha triunfal sobre Roma — e consolida-se no Estado Fascista, autoritário e corporativo. Em 1933, a

*

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Alemanha, acordada antes pela voz poderosa de Adolfo Hitler, ergue-se para a conquista da unidade política, de um novo equilíbrio social antiplutocrático em que domina a Lei de Trabalho e de um engrandecimento imperial que dia a dia se acentua. Em 1936 — falhada a tentativa simpática de Primo de Rivera (1923-1930), que trouxe, como refluxo, a anarquia republicana e socialista dos Azaña, dos Indalécio Prieto, dos Largo Caballero, dos Negrin — a Espanha, mobilizada sob o comando do general Francisco Franco Bahamonde, talha em sangue de heróis e de mártires o seu destino de grande Povo renascido.

Contemporâneo de todos estes ditadores — homens de prestígio espectaculoso, seguidos de milícias fanatizadas, oradores que galvanizam multidões e avançam por vezes à frente das tropas — o ditador português não se parece com qualquer deles. Sereno, reflexivo, avesso à exibição, metódico e sóbrio, sem uniforme e sem aparato — quem é Salazar?

Os seus inimigos — e até alguns que o não são — acham-no demasiado frio, demasiado impassível; censuram-lhe a falta de comunicabilidade e de vibração; julgam-no apenas inexorável máquina de calcular. Queixam-se de não saberem o que pensa e sente o Chefe do Governo; de raramente o verem; do isolamento em que se obstina a viver, só franqueado a muito raras pessoas; do peso dos impostos que decreta; da sua reserva, em certos lances. Queixam-se, irritam-se, protestam — adensam à sua volta aquela «muralha de fumo» que Mallarmé queria entre o artista e a turba. E sempre a mesma interrogação persistente: quem é Salazar?

Em tudo isto haverá, porventura, um erro fundamental — no ponto de partida. Olha-se Salazar como charada cuja decifração se procura, já na ideia de afrontar um mistério. E, desde que se analise com um pouco de boa-fé e de bom senso, longe de ser mistério ou charada, Salazar é uma figura de rara nitidez, de linhas firmes e luminosas. Porque se estava habituado ao político falso, variável, inconsistente, mascarado, a viver de subterfúgios, de disfarces e de

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

evasivas — espanta e confunde um governante tão leal e tão simples. Há aqui um estranho fenómeno, aliás vulgaríssimo: a claridade plena ofusca e desconcerta os que se acostumam a ver apenas sombras a agitar-se.

Quem é Salazar? Ninguém responde melhor do que ele próprio:

— « Este homem que é governo, não queria ser governo. Foi deputado: assistiu a uma única sessão e nunca mais voltou. Foi ministro: demorou-se cinco dias, foi-se embora e não queria mais voltar. O governo foi-lhe dado, não o conquistou, ao menos à maneira clássica e bem nossa conhecida: não conspirou, não chefiou nenhum grupo, não manejou a intriga, não venceu quaisquer adversários pela força organizada ou revolucionária. Não se apoia aparentemente em ninguém e dirige-se amiúde à Nação, entidade bastante abstracta para apoio eficaz. Tem todo o ar de lhe ser indiferente estar ou ir; em todo o caso, *está*. Está e há tanto tempo e tão tranquilamente como se ameaçasse nunca mais deixar de estar. Suporta os trabalhos do governo, sofre as injustiças, os insultos dos desvairados, os despeitos, as raivas dos impotentes. Vai engolindo, de quando em quando, a sua conta de sapos vivos, comida forçada de políticos, segundo pretendia Clemenceau. E está, e fica ... »

E também:

— « Todos os que temos, pela inteligência, pela voz do sangue ou simplesmente pelo instinto do coração, a consciência da nossa unidade e independência, da nossa grandeza passada, da nossa colaboração na obra civilizadora da Europa, dos nossos interesses actuais na África, na Ásia, na Oceânia, sentimos — ferida aberta na alma — o riso mundial, a troça de povos em nada superiores a nós, a não ser na sua linha exterior, por causa da nossa agitação revolucionária, da nossa incapacidade governativa, das nossas irregularidades de administração, do nosso atraso e do nosso descrédito. Temos sido, numa palavra, *enxovalhados e vexados. Ora há portugueses suficientemente* orgulhosos da sua qualidade de portugueses para sentirem tudo isso como afronta pessoal, e para, chegada a ocasião, tirarem do seu orgulho ferido a impaciência, a tenacidade, a força

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

necessária para procurar implantar no País a ordem e a boa administração, fomentar o progresso material, revolucionar a educação e dar à Nação e à sua política um tal aprumo e dignidade que possam reconquistar para Portugal o bom nome e o respeito de todos. »

Poder-se-ia colher, nos discursos do Chefe do Governo, muitos outros límpidos trechos de flagrante auto-revelação, como quando deixa entrever uma sensibilidade e uma caridade profundas, ao confessar ser daqueles que trabalham « do alto do Poder sem descanso, com afinco, com raiva ... porque uma mulher tem fome ou chora de frio uma criança ». Isso levaria, porém, muito longe, exigiria desmedido espaço.

Numa época de caracteres inconsistentes, de temperamentos cansados ou mórbidos, de consciência elástica — Salazar é, simplesmente, diga-se a palavra própria : um escândalo. Diferentíssimo da quase totalidade dos seus contemporâneos ; homem de fé e de estudo ; capaz de se dedicar com aplicação, desinteresse e escrúpulo às empresas mais árduas ; inteligência fiel à Verdade (« não há liberdades contra a verdade ») e para quem a Verdade é exactamente a *adaequatio intelectus et rei* dos Escolásticos ; asceta no viver, recto no pensamento e na conduta ; fleumático na aparência ; seguro dos rumos que, de uma vez para sempre, elegeu ; clarividente nos planos a longo prazo ; entregue por inteiro àquela « política de missão » caracterizada e anunciada por Eugénio d'Ors — como não há-de surpreender, desconcertar, irritar mesmo, quantos o observam e lhe não perdoam ter vencido, com serenidade de eleito, os mil pequenos vícios, tentações, deslizes, fraquezas, cobardias de que são feitas as suas pequenas pessoas ? Por isso o desfiguram, o caluniam — ou, num excesso de subserviência, o idolatram. No fundo, incompreensão ; melhor — impossibilidade de compreensão. E dizem : Salazar tem sempre razão — quando deviam dizer : a Verdade e a natureza das coisas têm sempre razão. Mas há quantas décadas não temos um governante que proceda em pleno acordo com a Verdade e a natureza das coisas ?

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

De começo, acusou-se o Chefe do Governo de quase descurar a obra espiritual do Estado e dar preferência à obra material. Portos, estradas, monumentos, barcos de guerra ... E o resto : a modelação das inteligências, o alentar de altos ideais, a transformação das almas ?

Não viam esses que Salazar é um realista, o realista integral ; que por isso, ao tomar conta do poder e ao encontrar um campo de ruínas — as ruínas morais ainda maiores, mais desoladoras que as outras — principiou pelo princípio. As coisas materiais ofereciam-se, dóceis, inertes, ao seu forte domínio de reformador. A matéria é passiva, apta a receber todas as formas. Em contraste, a corrupção de tantos espíritos, a tremenda enfermidade de tantas consciências, opunham obstáculos tais que só por acção vagarosa e paciente podiam ser vencidos. Sempre a adequação da inteligência ao objecto. Havia — repita-se — que principiar pelo princípio. Outro aforismo escolástico vem a propósito : *prius est in intentione, sed posterior in executione.* Construtor, educador, o Estadista que tão cedo declarou : « uma mentalidade nova fará ressurgir Portugal » não deixa de dar primazia, na intenção, à obra do Espírito. Na execução, têm de a guardar para mais tarde.

Esse « mais tarde » chega — na hora em que Salazar lança a iniciativa da celebração dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal em 1940, promove a homenagem nacional ao Rei Fundador e ao Rei Restaurador e convida a assistir a ela a Senhora Infanta Dona Filipa Maria, como delegada de seu irmão, o Senhor Dom Duarte, neto de Dom Miguel I, Chefe da Casa de Bragança, representante por varonia de Dom Afonso I e de Dom João IV. Súbito, o amplo desígnio — já apontado aqui e além, em frases, em exortações, em fortes conceitos que só raros entendiam — plenamente se ilumina. Recorda Salazar a Portugal os seus « oito séculos de idade ». Lembra-lhe a persistência no seu próprio ser, a constância no mesmo desenho geográfico, nas mesmas directrizes apostólicas, na mesma linha de grandes Chefes que « tinham nas veias o mesmo

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

sangue português». E mostra-lhe bem «que não durou porque se furtou a viver; durou precisamente porque viveu — a vida intensa do soldado, do trabalhador da terra, do explorador do mar, do descobridor, do missionário, do portador duma doutrina e duma civilização». E convida-o a festejar as datas e os heróis que melhor simbolizem todas as glórias nacionais. A 4 de Junho, em Guimarães, quando saúda o ascender da bandeira do Fundador, acentua bem que nessa bandeira está a Cruz — «a abraçar, como no primeiro dia, toda a terra portuguesa».

Os horizontes descerram-se agora, bem nítidos. Com Salazar, o Portugal histórico reacorda e volta. Esse governante silencioso e vidente cumpre uma tarefa enorme; reata simplesmente o fio partido da História — partido há cento e tantos anos. Ele próprio é uma figura da estirpe dos grandes da Idade de Oiro, e a perturbadora semelhança com certas figuras dos painéis de Nuno Gonçalves é mais do que coincidência — sinal revelador. Homem complementar, expoente das virtudes mais adversas à índole normal da raça — diz Gonzaga de Reynold. Homem representativo das específicas virtudes portuguesas, diremos antes: da elevação moral, da persistência construtiva, do arrojo ponderado, da confiança em Deus. A *tese da honra* e a *tese do siso* conjugam-se, como raras vezes, na sua firme e sábia energia. Quando da Guerra de Espanha (1936-1939), num lance em que parece arriscado optar, surge o paladino da *honra* — e coloca-nos sem vacilações nas fileiras da Cruzada. Quando dos conflitos internacionais que vêm depois, em que nos compete reservar-nos e esperar, surge o intérprete do *siso*: graças à sua calma e ao seu poder de antevisão, guarda-nos dos perigos, mantém-nos até final das hostilidades dentro da prodigiosa «zona de paz» de uma Península em que duas Nações soberanas e amigas se abraçam — ao mesmo tempo que estreita, por sobre o Atlântico, o fraterno e tradicional afecto com o Brasil.

A grandeza de Salazar já está ao alcance da vista, ainda dos mais míopes. No começo da era individualista-liberal, desaparecera

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

a imagem una e íntegra da Pátria — da Pátria cristã e heróica — estilhaçada nos mil fragmentos discordes das seitas e dos partidos. É o momento de reconhecer em Salazar o homem que, bloco a bloco, reforma essa imagem, oculta durante um século doloroso e miserando. A Pátria, aí a temos, de novo erguida — pura e alta como a História a fez.

Quem poderá esquecer mais o nome daquele que no-la restituiu ?

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

PARA ALÉM DA HORA QUE PASSA

ACABA aqui a História de Portugal? Não pára sequer. Nós é que paramos — já que a Providência nos marcou estreitos limites, dentro da moldura exígua do nosso tempo. Nós paramos; a História de Portugal continua. Continua connosco — e muito para além de nós. O único recurso que fica é sondar o largo, nebuloso futuro, tentar divisar qualquer coisa nos longes incertos. Antes de nada, concentrar o espírito nas perspectivas mais próximas — que hão-de ter ainda um nexo lógico, uma relação positiva com a época em que vivemos

É incontestável que uma Revolução está em marcha, de uma ponta a outra do Mundo — apesar das aparências contrárias, apesar da teimosia de alguns mitólogos obstinados em usar anacrónica terminologia e em render culto anacrónico a velhas utopias. Essa Revolução opõe-se categòricamente ao individualismo político, social, económico que encheu o último Século de discórdias, de equívocos e de ruínas. Em três expressões se podem resumir as directrizes do Século XIX: liberalismo, demoplutocracia, luta de classes. O liberalismo perverteu as consciências com a sua fragilidade substancial, a

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

sua hipocrisia artificiosa, a sua impotência dramática; e decompôs as sociedades, que não podem suportar a instabilidade permanente, a batalha dos egoísmos, a *bellum omnia contra omnes* apontada por Hobbes no *Leviathan*. A democracia entregou o poder às flutuações do sufrágio e às querelas dos partidos e assim converteu a vida política numa espécie de feira franca onde se leiloam os votos do «povo soberano» enquanto os governos se desmoronam como castelos de cartas; tinha por isso de cair, e caiu, sob o domínio da plutocracia «anónima e vagabunda». Quanto à luta de classes — o famoso mito marxista — resultou inevitàvelmente da péssima e fictícia organização do Estado que, em vez de protector e intérprete dos legítimos interesses dos trabalhadores, se tornou inimigo e tirano, e os habituou à ideia de só poderem organizar-se contra ele ou à margem dele.

A Revolução necessária terá de ser portanto antiliberal, antidemocrática, antiplutocrática, antimarxista, restauradora da autoridade. Terá de tentar reconstruir a verdadeira *ordem humana,* apoiada nos seus normais e lógicos fundamentos. Terá de voltar a considerar o homem e a sociedade *tais quais são,* e não tais quais os concebe ou os imagina a loucura demiúrgica dos utopistas. Para ela, o homem, como *indivíduo,* é um ser contingente e dependente, frágil e ávido de amparos: carece de ser enquadrado, através dos organismos naturais (famílias), profissionais (grémios, sindicatos, corporações), regionais (municípios e províncias). Mas, como *pessoa,* o homem é um todo autónomo e intangível, ordenado a fins transcendentes, que prossegue, na sua jornada terrena, os caminhos espirituais da conquista do Resgate.

Trata-se, pois, de assegurar ao homem uma sociedade que o não impeça de atingir os fins supremos — mas uma sociedade viável, cimentada na disciplina e no bom entendimento de todos os seus membros. Antiliberal — a Revolução necessária implica a imposição da Verdade soberana à anarquia dos critérios ou dos abusos individuais. Antidemocrática — visa a libertação do poder, não mais sujeito às versatilidades e corrupções do sufrágio inorgânico. Antiplutocrática — cumpre-lhe restabelecer o primado do Espírito sobre o inumano

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

despotismo do Oiro. Antimarxista — suplanta o pretenso antagonismo do Trabalho e do Capital, que alia no mesmo intuito de colaboração fecunda. Autoritária — terá de assegurar um ponto fixo no centro e no alto da vida social, que represente fulcro de permanência entre tudo que passa e muda.

Esta última característica da Revolução é de todas a mais importante. Só uma autoridade forte, segura, alheia a compromissos e dependências, capaz de se impor e de incarnar, de facto, o interesse geral acima dos interesses parasitários de indivíduos, de grupos ou de empresas — conseguirá abater os potentados da finança e da tribuna, efectuar uma reintegração nos rumos salvadores. Autoridade que tem de ser *una,* na sua superior expressão, para se identificar em absoluto com a unidade nacional; que tem de ser *estável,* plenamente isenta de perturbações ou concorrências; que tem de ser *contínua,* para ser una e estável não apenas no espaço, mas no tempo. Una, estável, contínua — a autoridade exercerá a sua função com inteira eficácia, produzirá benefícios decisivos. Indiscutida, sobreposta à própria comunidade de que é o claro símbolo — poderá conceder as liberdades necessárias, punir e recompensar, erguer no cimo da pirâmide jerárquica uma arbitragem desinteressada, traduzir com fidelíssima precisão o luminoso princípio do Bem Comum. E é imprescindível que possua *todos* os requisitos assinalados: só a *unidade* e mesmo a estabilidade (temporária) não bastam; a *continuidade* é chave e alma de tudo — por ser aquilo que liga indissolùvelmente a essência do poder à duradoira vida da Nação.

*

A nossa História, nos primeiros setecentos anos, decorre à sombra de duas *constantes* fundamentais: a Fé Católica e a Realeza paternal. Porque somos um Povo crente, afecto aos valores do Espírito, que desde o início acolhe com ardor o Verbo de Cristo e aceita depois a missão árdua e gloriosa de o propagar em quatro Continentes — é que o nosso destino adquire projecção ecuménica e deixamos os nossos passos fundamente gravados na marcha da Civi-

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

lização. Porque somos sobretudo missionários, movemos montanhas, sulcamos os mares ameaçadores e desconhecidos, implantamos nas paragens mais longínquas a Cruz que nos guia. Obra de vocação e de apostolado: obra de Amor. Só pelo Amor sobre-humano os homens — e os Povos — se transcendem.

Mas tudo isto é possível — porque logo de começo os primeiros Reis talham, na carne viva e sangrenta da Península dilacerada por invasões e batalhas, o desenho firme do Portugal que afronta os séculos; porque os outros Reis continuam a formar, a defender, a robustecer a Nação, a fundir todas as vontades numa única vontade, que se torna, por fim, *vontade de Império*; porque na força tutelar e unificadora da Monarquia encontramos a instituição que, após ter-nos criado, nos protege, nos alenta, nos cura pacientemente em horas de crise, nos impele com segurança e rasgo pelas estradas da grandeza. A Fé Católica e a Monarquia — nos primeiros sete séculos — aderem uma à outra como se fossem a alma e o corpo de Portugal. Quando a Fé esmorece e a Monarquia se abastarda, a decadência precipita-se, inexorável. Dir-se-á terem secado as fontes vitais da Nacionalidade.

Eis o que ressalta da simples e verídica lição dos factos — que neste livro se desejou traduzir.

*

Ao terminá-lo, o sentimento que nos invade é de serena e lúcida confiança. Portugal durou já oito séculos «não porque se furtou a viver» mas «precisamente porque viveu». Tem de continuar a *viver* para continuar a *durar*. E só pode *viver*, só pode *durar* à sombra daquelas verdades permanentes que presidiram à sua vida e duração na História, e por serem permanentes pairam em regiões intemporais, possuem *actualidade* sobranceira às gerações e às eras.

Assiste-se entre nós, nos últimos decénios, a um esforço sistemático de construção — melhor: de reconstrução — portuguesa. Se pousasse em alicerces precários ou frágeis, a tarefa de quem o efectua com inteligência e método teria de ser comparada à de

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Sísifo: penosamente levantado até o cimo da montanha, após mil canseiras e vitórias, de novo o rochedo se despenharia, esmagador, pela escarpa íngreme. Não é concebível esse desfecho para o ciclo de ressurgimento que saudamos. Repudie-se a imagem absurda — quando, de olhos abertos à luz da manhã que rompe, vemos dissolverem-se as más sombras dos pesadelos nocturnos. Como admitir o triste malogro de Sísifo, se nos disseram: — « obra lenta, bem sei; mas o que está feito não tem que sê-lo outra vez » ?

Libertos, pois, de pesadelos; confiados no exemplo e na beleza da grande caminhada várias vezes secular; nas virtudes do Povo, que são as mesmas de sempre, ainda enobrecidas e reforçadas por longo amadurecimento colectivo, por longo prestígio de senhores da mais antiga comunidade europeia; animados da profunda certeza de termos reencontrado as nossas directrizes espirituais e cívicas e de as seguirmos até o fim — é o momento de superar as contingências da hora, a porção de indefinido que existe em tudo quanto se faz e não está findo, o peso morto do *não-ser* que ofusca e limita a pura claridade do *ser,* e de anunciar, sem timidez nem vacilação, que diante de nós a História de Portugal não termina. Ao contrário: há-de prolongar-se pelas idades fora, a perder de vista. Os oito séculos já andados serão apenas o seu prólogo magnífico. Com eles, para além deles — a História de Portugal começa!

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Nota breve à quinta edição

Vinte e dois anos correram desde que se escreveu e se publicou este livro — na fase de legítima euforia coroada pelo Ano Áureo das Comemorações Centenárias da Fundação e da Restauração de Portugal. Chegarão vinte e dois anos para criar perspectivas novas no curso da História? Chegam, ao menos, para criá-las em relação à tentativa de síntese das páginas finais.

À primeira vista, os factos ocorridos depois parecem desmentir algumas das previsões feitas. Mas se todos os vaticínios são falíveis, mais ainda em época tão agitada e complexa, os de 1940 justificam-se — se se reflectir no panorama então oferecido a quem buscasse as linhas-mestras, as tendências preponderantes.

Certo é que o panorama se modificou dramàticamente nos últimos dois decénios. Tornou-se lugar-comum falar da aceleração da

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

História. *Surpreendem e alarmam a rapidez, a profundidade, a gravidade das transformações a que assistimos e que dão origem à crise generalizada — crise espiritual, moral, intelectual, política, social, económica. Os fundamentos da Civilização estão postos em causa — não já apenas em dimensão europeia, mas universal. E todos se interrogam acerca da capacidade dos defensores dos baluartes ocidentais ante as ofensivas conjugadas da ideologia marxista, do paneslavismo, do tecnicismo, do racismo negro, índio ou amarelo, de tantas desmedidas forças lançadas ao ataque, vibrantes de ambições hegemónicas.*

Examinado tudo com serenidade, nada aconselha a alterar os diagnósticos de há vinte e dois anos, nem a encarar a luz diferente a Revolução necessária. Terá o Ocidente de a efectuar no prazo mínimo, se quiser fazer frente às revoluções de signo oposto que procuram antecipar-se-lhe e conquistam posições-chave no leste europeu, na Ásia, na África.

Os males continuam a ser os mesmos: liberalismo, que extravia e desviriliza inteligências na luta das ideias; democracia epidémica, a dividir as nações, a impossibilitar governos estáveis; plutocracia, a estender ávidos tentáculos sobre as sociedades frágeis e corruptas; comunismo, que penetra em todos os meios com todas as máscaras, utiliza em proveito próprio a mitologia demoliberal — só para uso externo, já que internamente a suprimiu a sua férrea estrutura monolítica — e prepara o decisivo assalto. A mesma será, pois, a barreira a opor-lhes, à sombra dos valores permanentes da Civilização a que pertencemos.

Alude-se a um «sentido da História» que, após sucessivas cobardias e abdicações, nos levaria ao inglório suicídio. Para nós, Portugueses, a História tem, sem dúvida, um sentido. Bem o descortina quem leia e medite as lições evocadas na presente obra. É o sentido

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

da nossa *História — não o que proclamam alheias vozes ao serviço de alheias causas. É também o sentido da História do Ocidente — tal qual o fizeram as crenças religiosas, as estruturas cívicas, as claridades do pensamento e da cultura graças às quais se expandiu e governou o Mundo após o haver tirado da barbárie e do caos.*

Quanto a Portugal os rumos estão traçados. Se os seguir tenazmente vencerá, ainda uma vez, as tormentas. Não é só de nós, porém, que o futuro depende. Depende de que saibam compreender a tempo o seu dever, como nós, os Povos que connosco partilham uma herança em risco de perder-se. Depende da medida em que o Ocidente se mostre à altura do dilema posto diante dos seus passos, se bata pela sobrevivência, tome as responsabilidades que lhe cabem — e não permita que a barbárie e o caos voltem a cair sobre o Mundo e apaguem os vestígios da Civilização.

Lisboa, Abril de 1962.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

C r o n o l o g i a

PRIMEIRA DINASTIA
Dinastia Afonsina

Dom Afonso I
(1128-1185)

1128 — 24 de Junho	— Batalha de São Mamede.
1139 — 25 de Julho	— Batalha de Ourique.
1140 (ou 1141 ?) —	— Recontro de Val de Vez, ou da Portela do Vez.
1143 — 4 e 5 de Outubro	— Enfeudamento directo de Dom Afonso I à Santa Sé. Conferência de Zamora.
1147 — 15 de Março	— Tomada de Santarém.
» *— 25 de Outubro*	— Conquista de Lisboa.
1179 — 23 de Maio	— Bula *Manifestis Probatum:* o Papa Alexandre III dá a Dom Afonso I o título de Rei.
1185 — 6 de Dezembro	— Morte de Dom Afonso I.

Dom Sancho I
(1185-1211)

1189 — Setembro	— Conquista de Silves, Alvor, Albufeira, Lagos, Portimão, Monchique, Messines, etc.
1191 —	— Iacube Almansor retoma Silves e as outras praças algarvias, assim como Alcácer do Sal, Palmela e Almada.
1211 — 26 de Março	— Morte de Dom Sancho I.

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Dom Afonso II
(1211-1223)

1211 — — Reúnem-se Cortes em Coimbra (as 1.as Cortes documentalmente confirmadas).

1212 — 16 de Julho — Vitória de Portugueses e Castelhanos nas Navas de Tolosa sobre os Árabes comandados por Anácir.

1217 — 18 de Outubro — Reconquista de Alcácer do Sal, por iniciativa de D. Soeiro, Bispo de Lisboa.

1223 — 25 de Março — Morte de Dom Afonso II.

Dom Sancho II
(1223-1248)

1226 — Maio? — Tentativa malograda para tomar Elvas.

1229 — Abril — Cortes de Coimbra.

1229 — — Tomada de Elvas ao Caudilho árabe Ibne-Hude, que também abandona Mérida, Badajoz, Juromenha.

1232 — — Conquista de Moura e de Serpa.

1234 — Fevereiro — Paio Peres Correia toma Aljustrel.

1238-1239 — — Tomada de Mértola e de toda a linha do Guadiana.

1245 — 24 de Julho — Após longos conflitos com a Igreja, o Rei é deposto, em Lião, pelo Papa Inocêncio IV, que designa para governar o Reino seu irmão Dom Afonso, Conde de Bolonha. Desembarca este em Lisboa. Guerra civil. Dom Sancho, vencido, acolhe-se ao Mosteiro de Toledo.

1248 — 4 de Janeiro — Morte no exílio de Dom Sancho II.

Dom Afonso III
(1248-1279)

1249 — Março? — Campanha do Algarve: tomada de Faro e Loulé e do Castelo de Porches.

1250 — Junho — Cortes de Guimarães.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

1253 — Maio — Paz com Afonso X de Leão e Castela: ajusta-se o casamento do Soberano português com Dona Beatriz, filha de Afonso X.

1254 — Março — Cortes de Leiria (1.ªs em que há prova documental da participação dos delegados dos Concelhos).

1263 — — Nascido o Infante Dom Diniz a 9 de Outubro, cede-lhe Afonso X o domínio útil do Algarve.

1267 — Fevereiro — Tratado de Badajoz: estabelece-se definitivamente o Rio Guadiana como fronteira meridional entre os dois Reinos.

1273 — Dezembro — Cortes de Santarém, para tratarem das questões com o clero.

1275 — 4 de Setembro — Bula *De regno Portugaliae* do Papa Gregório X, com ordens para o Soberano português sob a ameaça de sanções graves.

1279 — 15 de Fevereiro — Morte de Dom Afonso III.

Dom Diniz
(1279-1325)

1282 — 11 de Fevereiro — Casamento do Rei com Dona Isabel de Aragão, a *Rainha-Santa*.

1287 — — Guerra civil, devida à revolta do Infante D. Afonso, irmão do Soberano.

1289 — 7 de Março — Concordata com a Santa Sé, aprovada pelo Papa Nicolau IV na Bula *Cum olim*.

1290 — 1 de Março — Fundação da Universidade.

1297 — 12 de Setembro — Paz de Alcanizes, entre Portugal e Castela.

1308 — — A Universidade é transferida para Coimbra.

1312 — 22 de Março — Bula *Vox in Excelso* do Papa Clemente V, que suprime a Ordem do Templo e faz reverter os seus bens à Ordem do Hospital.

1319 — 14 de Março — Após demoradas negociações, o Papa João XXII cria em Portugal — pela Bula *Ad ea ex quibus* — a nova Ordem de Cristo, à qual são entregues todos os bens da extinta Ordem do Templo existentes no País.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

1320/1324 — — Guerra civil entre o Soberano e o Príncipe Real Dom Afonso. Intervenção pacificadora da Rainha Santa Isabel.

1325 — 7 de Janeiro — Morte de Dom Dinis.

Dom Afonso IV
(1325-1357)

1336 — — Guerra entre Dom Afonso IV e seu genro Afonso XI de Castela.

1340 — 30 de Outubro — Reconciliados, os dois Monarcas peninsulares vencem o Rei de Marrocos Abul Hassan na Batalha do Salado.

1355 — Janeiro — Execução de Inês de Castro, em Coimbra.

» — — Rebelião do Príncipe Real Dom Pedro.

1357 — 28 de Maio — Morte de Dom Afonso IV.

Dom Pedro I
(1357-1367)

1360 — Junho — O Soberano declara em Cantanhede haver-se casado sete anos antes com Inês de Castro. Punição dos seus executores.

1361 — — Instituição do Beneplácito Régio, apesar dos protestos do clero nas Cortes reunidas em Elvas.

1367 — 18 de Janeiro — Morte de Dom Pedro I.

Dom Fernando I
(1367-1383)

1369 — — Primeira guerra com Castela, para disputa da sucessão de Pedro I, assassinado em Montiel.

1371 — 31 de Março — Paz de Alcoutim, com Henrique II de Castela.

1372 — Janeiro — Casamento do Soberano com Leonor Teles no Mosteiro de Leça do Balio.

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

1372 —	— Começa a segunda guerra com Castela.
1373 — *23 de Fevereiro*	— Os castelhanos entram em Lisboa.
» — *24 de Março*	— Paz de Santarém.
» — *16 de Junho*	— Tratado de Londres, que inicia a nossa aliança com a Inglaterra.
1375 — *28 de Maio*	— Promulga-se a lei agrária das *Sesmarias*.
1381 —	— Terceira guerra com Castela.
» — *17 de Junho*	— Vitória naval dos castelhanos em Saltes.
» — *19 de Julho*	— Chegada a Lisboa do Conde de Cambridge à frente dum contingente de tropas britânicas.
1382 — *9 de Agosto*	— Paz de Badajoz entre Portugal e Castela.
1383 — *30 de Abril*	— Casamento de Dom João I de Castela com a Infanta Dona Beatriz de Portugal.
» — *22 de Outubro*	— Morte de Dom Fernando I.
» —	— Leonor Teles, Regente.
» — *6 de Dezembro*	— Dom João, Mestre de Avis, abate por suas mãos o Conde Andeiro, favorito da Rainha ; é depois aclamado Regedor e Defensor do Reino.
1384 — *13 de Janeiro*	— Os Reis de Castela, para quem Leonor Teles transfere os seus poderes, invadem Portugal.
» — *6 de Abril*	— Vitória de Nuno Álvares Pereira nos Atoleiros.
» — *Maio a Setembro*	— Cerco de Lisboa pelos castelhanos.
1385 — *6 de Abril*	— O Mestre de Avis aclamado Rei nas Cortes de Coimbra, sob o nome de Dom João I.

SEGUNDA DINASTIA
Dinastia de Avis

Dom João I
(1385-1438)

1385 — *Maio (ou Junho)*	— Combate de Trancoso.
» — *14 de Agosto*	— Batalha de Aljubarrota.
» — *15 (ou 16) de Outubro*	— Incursão de Nuno Álvares Pereira em Espanha ; vitória de Valverde.
1386 — *9 de Maio*	— Tratado de Windsor.
» — *Setembro*	— O Duque de Lencastre renuncia aos direitos sobre a coroa de Castela.

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

1387 — 2 de Fevereiro — Casamento de Dom João I com Dona Filipa, filha do Duque de Lencastre.

1389 — 29 de Novembro — Tréguas entre Portugal e Castela.

1393 — 15 de Março — Novas tréguas entre Portugal e Castela.

1396 — 12 de Maio — Incursão portuguesa em Espanha : tomada de Badajoz por D. Nuno Álvares Pereira.

1401 — 8 de Novembro — Fundação da Casa de Bragança : D. Afonso, Conde de Barcelos, casa com D. Beatriz, filha do Condestável.

1411 — 31 de Outubro — Definitivo Tratado de paz, pelo qual Castela reconhece a independência de Portugal.

1412 — — O Infante Dom Henrique dá início à empresa dos Descobrimentos.

1415 — 18 de Julho — Morte da Rainha Dona Filipa de Lencastre.

» *— 21 de Agosto* — Conquista de Ceuta.

1418 — 4 de Abril — Pela Bula *Rex Regum*, o Papa Martinho V ordena a pregação da Cruzada em Portugal.

1419/20 — — Descobrem-se e ocupam-se as Ilhas do Porto Santo e da Madeira.

1420 — 20 de Maio — O Papa Martinho V concede ao Infante Dom Henrique a administração da Ordem de Cristo pela Bula *In apostolicae dignitatis specula.*

1424 — — O Infante Dom Henrique manda a primeira expedição às Ilhas Canárias.

1425 — — Segunda expedição às Canárias ordenada pelo Infante.

1427 — — Descobrimento dos Açores por Diogo de Silves.

1433 — 14 de Agosto — Morte de Dom João I.

Dom Duarte I
(1433-1438)

1434 — — Gil Eanes passa o Cabo Bojador.

» *— 8 de Abril* — Promulgação da *Lei Mental.*

1435/6 — — Gil Eanes e Afonso Baldaia vão até Angra dos Ruivos e Pedra da Galé.

1437 — — Expedição malograda a Tânger : fica como refém o Infante Dom Fernando.

1438 — 9 de Setembro — Morte de Dom Duarte I.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Dom Afonso V
(1438-1481)

1439 —	— Desentendimento quanto à Regência.
1440 — *10 de Janeiro*	— O Infante Dom Pedro eleito Regente pelas Cortes.
1441 —	— Antão Gonçalves alcança o Rio do Ouro e Nuno Tristão o Cabo Branco.
1444 —	— Avanço dos navegadores portugueses até ao Cabo Verde.
1445 —	— Chegada dos navegadores ao Gâmbia.
1446 — *Janeiro*	— Dom Afonso V atinge a maioridade e o Regente entrega-lhe o governo.
1447 — *Maio*	— Casamento do Rei com Dona Isabel, filha do antigo Regente.
1448 —	— O Rei Dom Afonso V assume efectivamente o poder.
1449 — *20 de Maio*	— O Infante Dom Pedro vencido e morto na batalha de Alfarrobeira.
1450 —	— Construção dum forte português em Arguim.
1458 — *21 de Outubro*	— Tomada de Alcácer Seguer.
1460 — *13 de Novembro*	— Morte do Infante Dom Henrique.
» —	— Descobrem-se as ilhas orientais do arquipélago de Cabo Verde.
1461 —	— Descobrem-se as ilhas ocidentais do mesmo arquipélago.
1463 —	— Ataques malogrados a Tânger do Rei e de seu irmão, o Infante Dom Fernando.
1467 —	— O Infante Dom Fernando toma Anafé.
1469 —	— Início das navegações de Fernão Gomes.
1471 — *Agosto*	— Tomada de Arzila e ocupação de Tânger.
1475 —	— Dom Afonso V entra com tropas em Espanha para disputar a sucessão de Henrique IV.
1476 — *2 de Março*	— Batalha de Toro.
1479 — *4 de Setembro*	— Tratado das Alcáçovas.
1481 — *28 de Agosto*	— Morte de Dom Afonso V.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Dom João II
(1481-1495)

1481 — 12 de Novembro	— Cortes de Évora.
» —	— Saída para a Mina de Diogo da Azambuja.
1482 —	— Partida de Diogo Cão : descobrimento do Congo.
1483 — 20 de Junho	— Execução do Duque de Bragança em Évora.
1484 — 28 de Agosto	— Execução do Duque de Viseu em Setúbal.
1485 —	— Segunda viagem de Diogo Cão.
1487 — 7 de Maio	— Partida de Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã.
1487 — Agosto	— Partida de Bartolomeu Dias.
1488 —	— Bartolomeu Dias dobra o Cabo das Tormentas.
1490 — Abril	— O Príncipe Real Dom Afonso casa com a Infanta Dona Isabel de Espanha.
1491 — 12 de Julho	— Morte do Príncipe Dom Afonso em Santarém.
1492 — 12 de Outubro	— Chegada às Antilhas de Cristóvão Colombo.
1493 —	— Bulas do Papa Alexandre VI sobre a partilha de zonas de influência entre Portugal e a Espanha.
1494 — 7 de Junho	— Tratado de Tordesilhas.
1495 — 25 de Outubro	— Morte de Dom João II.

Dom Manuel I
(1495-1525)

1497 — 8 de Julho	— Partida de Vasco da Gama.
» — *Outubro*	— Casamento do Rei com a Infanta Dona Isabel de Espanha, viúva do Príncipe Dom Afonso.
1498 — 20 de Maio	— Chegada de Vasco da Gama a Calecute.
1498 — Abril-Junho	— Os Reis de Portugal reconhecidos como herdeiros das Coroas de Leão, Castela e Aragão.
» — *24 de Agosto*	— Morte, em Saragoça, da Rainha de Portugal, ao dar à luz o Príncipe Dom Miguel da Paz — também jurado herdeiro das Coroas espanholas.

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

1499 — 7 de Março	— Dom Miguel da Paz jurado herdeiro da Coroa de Portugal.
» — *9 de Setembro*	— Regresso de Vasco da Gama.
1500 — 9 de Março	— Partida de Pedro Álvares Cabral.
» — *23 de Abril*	— Descobrimento oficial do Brasil.
» — *20 de Junho*	— Morte de Dom Miguel da Paz, em Granada.
» — *30 de Outubro*	— Segundo casamento do Rei, com sua cunhada a Infanta Dona Maria de Espanha.
1505 —	— Parte para a Índia o 1.º Vice-Rei, D. Francisco de Almeida.
1507 — 10 de Outubro	— Afonso de Albuquerque ocupa Ormuz.
1508 —	— Diogo da Azambuja toma Safim.
1509 — 3 de Fevereiro	— Vitória naval de D. Francisco de Almeida, em Diu.
1510 — 25 de Novembro	— Albuquerque instala em Goa a sua capital.
1511 — 8 de Agosto	— Tomada de Malaca.
1513 — 3 de Setembro	— D. Jaime, Duque de Bragança, toma Azamor.
1514 — 12 de Março	— Embaixada ao Papa Leão X chefiada por Tristão da Cunha.
1515 — 16 de Dezembro	— Morte de Afonso de Albuquerque.
1517 — 7 de Março	— Morte da Rainha Dona Maria.
1518 — 24 de Novembro	— Terceiro casamento do Rei, com a Infanta Dona Leonor de Espanha, irmã de Carlos V.
1521 — 13 de Dezembro	— Morte de Dom Manuel I.

Dom João III
(1521-1557)

1525 — 9 de Fevereiro	— Casamento do Rei com a Infanta Dona Catarina de Espanha, irmã de Carlos V.
1526 — 11 de Março	— Carlos V casa com a Infanta Dona Isabel, Irmã de Dom João III.
1530 —	— Martim Afonso de Sousa inicia a colonização metódica do Brasil.
1536 — 23 de Maio	— O Papa Paulo III, pela Bula *Cum ad nihil magis*, cria a Inquisição Portuguesa.
» —	— Fixação definitiva da Universidade em Coimbra.
1538 —	— Primeiro cerco de Diu.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

1540 —	— Chegada a Portugal de Francisco Xavier e outros membros da Companhia de Jesus.
1546 —	— Segundo cerco de Diu.
1547 —	— Embaixada portuguesa ao Concílio de Trento.
1548 — 21 de Fevereiro	— Inaugura-se em Coimbra o Colégio das Artes.
1552 —	— Nova Embaixada portuguesa a Trento.
1557 —	— Instalação dos portugueses em Macau com pleno acordo dos governantes de Cantão.
» *— 11 de Junho*	— Morte de Dom João III.

Dom Sebastião
(1557-1578)

1557/62 —	— Regência da Rainha viúva Dona Catarina.
1562 — 23 de Dezembro	— As Cortes elegem Regente o Cardeal Dom Henrique.
1568 — 20 de Janeiro	— Dom Sebastião, com 14 anos, é investido no governo.
1574 —	— Primeira ida do Rei a África.
1578 — 4 de Agosto	— Expedição a África e batalha de Alcácer-Quibir, onde o Rei perde a vida.

Cardeal Dom Henrique
(1578-1580)

1580 — 11 de Janeiro	— Abrem as Cortes de Almeirim : reacção patriótica de Febo Moniz.
» *— 31 de Janeiro*	— Morte do Cardeal Dom Henrique.

Dom António I
(1580)

1580 — 19 de Junho	— Aclamação do Prior do Crato, em Setúbal, pelos Procuradores dos Concelhos.
» *— 25 de Agosto*	— Combate de Alcântara, em que Dom António é vencido pelo Duque de Alba.
» *— 5 de Dezembro*	— Cruza Dom António a fronteira e abandona Portugal.

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

TERCEIRA DINASTIA
Dinastia Filipina

Filipe II
(1580-1598)

1581 — 16 de Abril — É jurado Rei nas Cortes de Tomar.
1588 — Agosto — Desastre da « Invencível Armada ».
1598 — 13 de Setembro — Morte de Filipe II.

Filipe III
(1598-1621)

1619 — 14 de Julho — Reúne Cortes em Lisboa.
1621 — 31 de Março — Morte de Filipe III.

Filipe IV
(1621-1640)

1623 — Fevereiro — Os ingleses em Ormuz. Os holandeses em Ceilão e Malaca.
1624 — 9 de Maio — Os holandeses tomam a Baía.
1625 — 30 de Abril — Reconquista da Baía por uma esquadra luso-espanhola.
1628 — — « Motim das Maçarocas », no Porto, contra o domínio espanhol.
1635 — 8 de Junho — Os holandeses conquistam Pernambuco.
1637 — Março a Dezembro — Revolta em Évora, sob a chefia anónima do « Manuelinho ».
1640 — 1 de Dezembro — Revolução nacional que põe termo à usurpação filipina e aclama Rei o Duque de Bragança.

QUARTA DINASTIA
Dinastia de Bragança

Dom João IV
(1640-1656)

1641 — 28 de Janeiro — Cortes de Lisboa.
» *— 20 de Agosto* — Execução dos chefes duma conspiração a favor da Espanha.
» — — Início das hostilidades com o país vizinho.

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

1642 — Setembro	— Levantamento dos patriotas do Maranhão contra os holandeses.
1644 — Fevereiro	— Os holandeses constrangidos a abandonar o Maranhão.
» — *26 de Maio*	— Batalha do Montijo.
1646 — 25 de Março	— Por juramento solene e público de Dom João IV, do Príncipe Real e dos representantes do clero, na nobreza e do povo, é Nossa Senhora da Conceição eleita padroeira de Portugal.
1648 — 19 de Abril	— Primeira batalha do Monte de Guararapes (Pernambuco), entre os patriotas do Brasil e os holandeses.
1649 — 20 de Fevereiro	— Segunda batalha do Monte de Guararapes.
1654 — 26 de Janeiro	— Capitulação dos holandeses em Pernambuco e no Recife.
1656 — 6 de Novembro	— Morte de Dom João IV.

Dom Afonso VI
(1656-1683)

1656 — 6 de Novembro	— Assume a Regência a Rainha viúva Dona Luísa de Gusmão.
1657 —	— Recomeça a guerra com a Espanha.
1659 — 14 de Janeiro	— Batalha das Linhas de Elvas.
1662 — 31 de Abril	— Casamento da Infanta Dona Catarina com o Rei Carlos II de Inglaterra.
» — *23 de Julho*	— Dom Afonso VI assume o poder e chama ao governo o Conde de Castelo-Melhor.
1663 — Maio	— Os espanhóis tomam Évora.
» — *8 de Junho*	— Batalha do Ameixial.
» — *24 de Junho*	— Libertação de Évora.
1664 — 7 de Julho	— Batalha de Castelo Rodrigo.
1665 — 17 de Junho	— Batalha de Montes Claros.
1666 — 27 de Fevereiro	— Casamento do Rei com Dona Maria Francisca Isabel de Sabóia.
1667 — 31 de Março	— Tratado de aliança com a França.
» — *9 de Setembro*	— Demissão de Castelo-Melhor.
» — *21 de Novembro*	— A Rainha sai do Paço e pede a anulação do matrimónio.
» — *24 de Novembro*	— Golpe de Estado do Infante Dom Pedro, irmão do Rei, que assume o poder.

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

1668 — 27 de Janeiro	— As Cortes sancionam a Regência de Dom Pedro.
» *— 13 de Fevereiro*	— Tratado de Paz com a Espanha que reconhece a independência de Portugal.
1668 — 24 de Março	— Anulação do matrimónio régio.
» *— 2 de Abril*	— Casamento de Dom Pedro com Dona Maria Francisca Isabel de Sabóia.
1669 — 17 de Junho	— Dom Afonso VI desterrado para a Ilha Terceira.
1674 — 20 de Setembro	— Dom Afonso VI prisioneiro no Paço de Sintra.
1683 — 12 de Setembro	— Morte de Dom Afonso VI.

Dom Pedro II
(1683-1706)

1683 — 27 de Dezembro	— Morte da Rainha.
1687 — 22 de Maio	— O Rei casa com a Princesa Dona Maria Sofia Isabel de Neuburgo.
1701 — 18 de Junho	— Pacto com a França.
1703 — 16 de Maio	— Portugal denuncia o Pacto e assina tratados com as potências da *Grande Aliança.*
» *— 27 de Dezembro*	— Tratado comercial de Methwen, com a Inglaterra.
1704/5 —	— Campanhas contra Filipe V de Espanha.
1706 — 2 de Julho	— O Marquês das Minas entra em Madrid, onde faz aclamar Carlos III.
» *— 9 de Dezembro*	— Morte de Dom Pedro II.

Dom João V
(1706-1750)

1707 — 25 de Abril	— Batalha de Almança.
1710 — 20 de Agosto	— Batalha de Saragoça.
1713 — 11 de Abril	— Tratado de paz com a França, assinado em Utreque.
1715 — 6 de Fevereiro	— Tratado de paz com a Espanha, assinado em Utreque.
1717 — 28 de Abril	— Vitória naval contra os Turcos no cabo de Matapão.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

1728 — 5 de Julho — Suspensão de relações diplomáticas com a Santa Sé.
1732 — 9 de Novembro — Reatam-se relações com o Vaticano.
1750 — 31 de Julho — Morte de Dom João V.

Dom José I
(1750-1777)

1750 — 3 de Agosto — Sebastião José de Carvalho e Melo ocupa as Secretarias dos Estrangeiros e da Guerra.
1751 — — Funda-se a Aula de *Comércio*.
1755 — 6 de Junho — Institui-se a Companhia de Grão-Pará e Maranhão.
» — *1 de Novembro* — Terremoto de Lisboa.
1756 — 16 de Setembro — Institui-se a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.
1758 — 3 de Setembro — Atentado em Belém, contra o Rei Dom José.
1759 — 13 de Janeiro — Execução do Duque de Aveiro, dos Marqueses de Távora e de outros implicados no atentado.
» — *6 de Junho* — Carvalho e Melo erguido a Conde de Oeiras.
» — *3 de Setembro* — Expulsão dos Jesuítas.
1761 — 7 de Março — Funda-se o Real Colégio dos Nobres.
1762 — 30 de Abril — « Guerra fantástica » com a Espanha.
» — *30 de Setembro* — Armistício luso-espanhol.
1770 — — O Conde de Oeiras elevado a Marquês de Pombal.
1772 — — Reforma dos Estudos Universitários.
1777 — 24 de Fevereiro — Morte de Dom José I.

Dona Maria I
(1777-1816)

1777 — 4 de Março — Demissão do Marquês de Pombal.
» — — Libertação dos presos de Estado.
1778 — 11 de Março — Tratado de paz com a Espanha.
1779 — 24 de Dezembro — Fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa.
1780 — — Fundação da Casa Pia.
1792 — 27 de Janeiro — Loucura da Rainha. Assume o governo o Príncipe Dom João.

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

1793 — — Convenção com a Espanha contra a França.
1793/95 — — Campanha do Russilhão.
1796 — *29 de Fevereiro* — Fundação da Real Biblioteca Pública.
1799 — *15 de Julho* — Dom João assume oficialmente a Regência.

Dom João, Príncipe Regente
(1799-1816)

1801 —
1807 — *27 de Outubro* — Incursões espanholas : perda de Olivença.
» — *19 de Novembro* — Tratado de Fontainebleau.
» — *29 de Novembro* — Invasão franco-espanhola sob o comando de Junot.
» — » — Saída do Rei, da Família Real e da Corte para o Brasil.
1808 — *28 de Janeiro* — Entrada de Junot em Lisboa.
» — *1 de Maio* — Dom João, na Baía, decreta a abertura dos portos brasileiros ao comércio externo.
» — — Declaração de guerra à França.
» — *1 de Agosto* — Sublevação geral contra os Franceses.
» — *17/21 de Agosto* — Desembarcam em Lavos tropas inglesas sob o comando de Wellesley.
» — *30 de Agosto* — Vitórias luso-britânicas em Roliça e no Vimeiro.
1809 — *Fevereiro* — Convenção de Sintra.
1810 — *Julho* — Segunda invasão francesa, comandada por Soult.
1810 — *27 de Setembro* — Terceira invasão francesa, comandada por Masséna.
1815 — *15 de Dezembro* — Vitória luso-britânica no Buçaco.
1816 — *16 de Março* — Decreto que eleva o Brasil a Reino.
— Morte de Dona Maria I.

Dom João VI
(1816-1826)

1817 — *18 de Outubro* — Execução de Gomes Freire e dos seus cúmplices.
1818 — *6 de Fevereiro* — Festas da coroação de Dom João VI no Rio de Janeiro.
1820 — *24 de Agosto* — Sublevação no Porto e instauração do regime constitucional-liberal.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

1821 — 26 de Fevereiro — Motim popular no Rio de Janeiro.
» — *26 de Abril* — Saída da Família Real do Brasil.
1822 — 7 de Setembro — Dom Pedro de Alcântara proclama nas margens do Ipiranga a independência brasileira.
» — *1 de Outubro* — O Rei jura em Lisboa a nova Constituição.
» — *12 de Outubro* — Dom Pedro aclamado Imperador do Brasil.
1823 — 27 de Maio — Golpe de Estado tradicionalista do Infante Dom Miguel *(Vilafrancada)*.
1824 — 30 de Abril — Nova tentativa do Infante, malograda.
» — *13 de Maio* — Partida de Dom Miguel para o exílio.
1825 — 29 de Agosto — Reconhecimento oficial da independência do Brasil.
1826 — 10 de Março — Morte de Dom João VI.

Dom Miguel I
(1826-1834)

1826 — Abril — A Regência declara Rei de Portugal o Imperador do Brasil, que outorga a 29 de Abril a «Carta Constitucional».
» — *2 de Maio* — Dom Pedro abdica em sua filha Dona Maria da Glória.
» — — Pronunciamentos militares no Norte contra a «Carta» e a aclamar Dom Miguel.
1828 — 22 de Janeiro — Regresso de Dom Miguel.
» — *30 de Junho* — As Cortes de Lisboa proclamam Dom Miguel I Rei legítimo desde 1826.
1829 — — Concentração de elementos liberais na Ilha Terceira.
1831 — 7 de Abril — Dom Pedro renuncia à Coroa Imperial e sai do Brasil para a Europa.
1832 — 8 de Julho — Desembarque dos liberais no Mindelo e ocupação do Porto. Guerra civil.
1833 — 24 de Julho — Entrada em Lisboa do Duque da Terceira.
1834 — 18 de Fevereiro — Batalha de Almoster.
» — *22 de Abril* — Tratado da «Quádrupla Aliança» em Londres.

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

1834 — 16 de Maio — Batalha da Asseiceira.
» *— 26 de Maio* — Convenção de Évora Monte : Dom Miguel I definitivamente afastado de Portugal.

QUINTA DINASTIA
Dinastia de Bragança-Saxe-Coburgo

Dona Maria II
(1834-1853)

1834 — 28 de Maio — Decreto de extinção das Ordens Religiosas.
1834 — 31 de Agosto — Dom Pedro Regente em nome da Filha.
» *— 24 de Setembro* — Morte de Dom Pedro.
1835 — 26 de Janeiro — Casamento da Rainha com o Príncipe Dom Augusto de Leuchtemberg.
» *— 28 de Março* — Falecimento do Príncipe-consorte.
1836 — 1 de Janeiro — Segundo casamento da Rainha, com o Príncipe Dom Fernando de Saxe-Coburgo-Gota.
» *— 9 e 10 de Setembro* — « Revolução de Setembro ».
» *— 10 de Dezembro* — Um decreto do Marquês de Sá da Bandeira promulga a abolição da escravatura nas Províncias Ultramarinas.
1837 — — Revolta dos Marechais a favor da « Carta ».
» *—* — Fundação da Escola Politécnica e da Escola do Exército.
1840 — 21 de Maio — Publicação da Novíssima Reforma Judiciária.
1842 — 24 de Fevereiro — Costa Cabral ministro do Reino.
» *— 18 de Março* — Promulgação do Novo Código Administrativo.
1846 — — Revolução da « Maria da Fonte » e exílio dos Cabrais.
1847 — 24 de Julho — A Convenção de Gramido, após a intervenção estrangeira, põe fim à guerra civil.
1849 — 18 de Junho — O Conde de Tomar chefe do governo.
1851 — 7 de Julho — Entra no governo de Saldanha Fontes Pereira de Melo.
1852 — 5 de Julho — Acto Adicional à « Carta Constitucional ».
1853 — 15 de Novembro — Morte de Dona Maria II.

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Dom Pedro V
(1853-1861)

1853/5 —	— Regência de Dom Fernando.
1856 — 12 de Janeiro	— Abalo sísmico no Algarve.
1857 — 21 de Fevereiro	— Concordata com a Santa Sé sobre o Padroado do Oriente.
» —	— Criação do Observatório Astronómico de Lisboa.
1857 — 29 de Novembro	— Apresamento da barca francesa « Charles-et-George ».
1858 — 29 de Abril	— Casamento do Rei com Dona Estefânia de Hohenzollern-Sigmaringen.
» — *25 de Outubro*	— Ultimato da França e entrega da « Charles-et-George ».
1859 — 8 de Junho	— Fundação do Curso Superior de Letras.
» — *17 de Julho*	— Morte da Rainha.
1861 — 11 de Novembro	— Morte de Dom Pedro V.

Dom Luís I
(1861-1888)

1862 — 9 de Junho	— Saem de Lisboa as Irmãs de Caridade.
» — *17 de Setembro*	— Casamento do Rei com Dona Maria Pia de Sabóia.
1868 — 1 de Janeiro	— Insurreição da « Janeirinha » contra o imposto de consumo.
1871 — 26 de Junho	— Proibição das « Conferências do Casino ».
1876 — 7 de Setembro	— Pacto da Granja.
1877 —	— Explorações em África de Serpa Pinto, Capelo e Ivens.
1884 —	— Novas explorações africanas : Capelo, Ivens, Henrique de Carvalho.
1884/5 — 15 de Novembro a 26 de Fevereiro	— Conferência de Berlim. Criação do Estado Livre do Congo.
1886 — 12 de Maio e 30 de Dezembro	— Tratados de Limites com a França e a Alemanha : « Mapa Cor-de-Rosa ».
1887/8 —	— Explorações em África de Vítor Cordon, António Maria Cardoso e Paiva de Andrade.
1889 — 19 de Outubro	— Morte de Dom Luís I.

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Dom Carlos I
(1889-1908)

1889 — Novembro	— Revolta dos Macololos.
1890 — 11 de Janeiro	— Ultimato da Inglaterra.
1891 — 31 de Janeiro	— Revolta republicana no Porto.
1895 — 18 de Janeiro	— António Enes, Comissário Régio, inicia a campanha de pacificação em Moçambique.
» — *2 de Fevereiro*	— Combate de Marracuene.
» — *8 de Setembro*	— Combate de Magul.
» — *7 de Novembro*	— Batalha de Coolela.
» — *25 de Dezembro*	— Mouzinho de Albuquerque prende o *Gungunhana* em Chaimite.
1899 — 14 de Outubro	— Tratado de Windsor com a Inglaterra.
1902 —	— João de Azevedo Coutinho pacifica o Barué.
1903 — 11 a 17 de Dezembro	— Visita a Lisboa do Rei Afonso XIII de Espanha.
1905 — 22 a 25 de Março	— Visita da Rainha Alexandra de Inglaterra.
» — *27 a 30 de Março*	— Visita do Imperador Guilherme II da Alemanha.
» — *27 a 29 de Outubro*	— Visita do Presidente francês Emílio Loubet.
1905/7 —	— Novas campanhas de pacificação em Angola.
1906 — 17 de Maio	— João Franco Chefe do Governo.
1907 — 1 de Julho a 28 de Setembro	— Viagem ao Ultramar do Príncipe Real Dom Luís Filipe.
1908 — 1 de Fevereiro	— Assassínio do Rei e do Príncipe Real no Terreiro do Paço.

Dom Manuel II
(1908-1910)

1910 — 4 de Outubro	— Revolução republicana em Lisboa.
» — *5 de Outubro*	— Partida da Família Real para o exílio e proclamação da República.

República Democrática

1911 — 21 de Agosto	— Promulga-se nova Constituição e a Lei de Separação do Estado e das Igrejas.
» —	— Primeira incursão monárquica, sob o comando de Henrique de Paiva Couceiro.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

1912 —	— Segunda incursão de Couceiro.
1913 — *Abril*	— Revolta de Machado Santos, fundador da República, contra o Governo de Afonso Costa.
1915 — *22-23 de Janeiro*	— « Movimento das espadas » e governo do General Pimenta de Castro.
» — *14 de Maio*	— Revolução democrática : volta-se à Constituição de 1911.
1916 —	— Portugal na Conflagração Europeia.
1917 — *5 de Dezembro*	— Revolução militar de Sidónio Pais : República presidencialista.
1918 — *9 de Abril*	— Batalha de La Lys.
» — *14 de Dezembro*	— Assassínio, no Rossio, do Presidente Sidónio Pais.
1919 — *19 de Janeiro*	— Paiva Couceiro restaura a Monarquia no Porto. Adesão das cidades e guarnições militares do Norte.
» — *22 de Janeiro*	— Tentativa malograda de restauração em Lisboa.
» — *13 de Fevereiro*	— Fim da Monarquia do Norte.
1921 — *19 de Outubro*	— Assassínio do Presidente do Ministério António Granjo, de Machado Santos e de outros políticos.
1922 — *30 de Março a 17 de Julho*	— Travessia aérea do Atlântico por Gago Coutinho e Sacadura Cabral.
1925 — *18 de Abril*	— Revolta militar chefiada por Filomeno da Câmara, Sinel de Cordes e Raul Esteves.
1926 — *28 de Maio*	— Revolução Nacional do Exército, à voz do General Gomes da Costa.

Estado Novo

1926 — *17 de Junho*	— Gomes da Costa investido de todos os poderes.
» — *9 de Julho*	— Deposição de Gomes da Costa.
1927 — *2 de Fevereiro*	— Revolução democrática no Porto, malograda.
» — *7 de Fevereiro*	— Malograda igual tentativa em Lisboa.
1928 — *15 de Março*	— O General Carmona eleito Chefe do Estado.
» — *27 de Abril*	— O Professor Oliveira Salazar no Governo, como Ministro das Finanças.

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

1930 — 30 de Julho	— Grande discurso doutrinário de Salazar na Sala do Conselho de Estado. Criação da UNIÃO NACIONAL.
1931 — 4 de Abril a 2 de Maio	— Revolta na Madeira, dominada.
» *— 17 de Abril a 7 de Maio*	— Sedição militar na Guiné.
1932 — 5 de Julho	— Salazar na chefia do governo.
1933 — 11 de Abril	— Nova Constituição Política e Acto Colonial.
» *— 23 de Setembro*	— Estatuto do Trabalho Nacional.
» *— 25 de Setembro*	— Criação do Secretariado da Propaganda Nacional.
1936 — 1 de Julho	— Criação da Organização Nacional da MOCIDADE PORTUGUESA.
» *— 18 de Julho*	— Início da Revolução Nacional Espanhola.
» *— 30 de Setembro*	— Constituição da LEGIÃO PORTUGUESA.
1939 — 28 de Março	— Conquista de Madrid pelo General Franco : vitória da Revolução Nacional Espanhola.
» *— 1 de Setembro*	— Ante a nova guerra europeia, define-se a neutralidade de Portugal.
1940 — 2 de Junho	— Inauguram-se as Comemorações Centenárias da Fundação e da Restauração de Portugal.
1941 — 4 de Setembro	— Acordo Cultural entre Portugal e Brasil.
1942 — 21 de Dezembro	— Constituição do Bloco Peninsular.
1943 — 13 de Outubro	— Concessão de facilidades nos Açores à Inglaterra.
1945 — 7 de Maio	— Rendição da Alemanha e fim da guerra na Europa.

Digitized by Google Original from INDIANA UNIVERSITY

Índice dos capítulos

PREFÁCIO VII

introdução: *MISTÉRIO DAS NASCENTES.*

O Extremo do Mundo 3
Troféus de Viriato 8
Das « citânias » às « vilas » 15
O Verbo de Cristo 20
Gesta da Reconquista 27
À sombra de Cluny 34
Nacionalidade « em potência » 44

livro I: *PORTUGAL TALHADO À ESPADA.*

O Fundador abre o sulco 57
(Dom Afonso I : 1128-1185).
Presença da Realeza 67
(Dom Sancho I : 1185-1211 ;
Dom Afonso II : 1211-1223).
O hábito sobre a armadura 75
(Ordens Militares)
Al-gharb — Ocidente 81
(Dom Sancho II : 1223-1248 ;
Dom Afonso III : 1248-1267).
Primeiro esboço da Nação orgânica 93
(Dom Afonso III : 1250-1279).

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Livro II: *CONSOLIDA-SE UM REINO.*

Sementeiras na Terra e no Espírito 105
(Dom Dinis : 1279-1325).
Contra o Inimigo Comum 117
(Dom Afonso IV : 1325-1357).
O Justiceiro e o Povo 125
(Dom Pedro I : 1357-1367).
Constância do « Inconstante » 131
(Dom Fernando : 1367-1383).
O novo Justiceiro 143
(Crise nacional de 1383).
Tarde de Aljubarrota 153
(O Mestre de Avis, Defensor do Reino : 1383-1385 ;
Dom João I, Rei : 1385).

Livro III: *A IDADE DE OIRO.*

Serviço de Deus 173
(Dom João I : 1385-1415).
« Sacrum promontorium » 189
(Navegações do Infante Dom Henrique : 1418-1460).
Quinas em África 201
(Dom Duarte I : 1433-1438 ;
Dom Afonso V : 1438-1471).
« Polla ley e polla grey » 217
(Dom Afonso V : 1471-1481 ;
Dom João II : 1481-1484).
Tordesilhas 229
(Dom João II : 1484-1495).
Novos mundos ao Mundo 245
(Dom Manuel I : 1495-1521).

Livro IV: *FOGOS DE CREPÚSCULO.*

O Império e a Fé 271
(Dom João III : 1521-1557).
Holocausto africano 297
(Regência de Dona Catarina : 1557-1568 ;
Dom Sebastião : 1568-1578).

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

Sob o poder dos Áustrias 331
(Cardeal Dom Henrique : 1578-1580 ;
Dom António I : 1580 ;
Dom Filipe II de Espanha : 1580-1598 ;
Dom Filipe III de Espanha : 1598-1621).

Fantasmas do «Desejado» 355
(Fidelidade popular à memória do Rei Dom Sebastião).

Livro V: *PORTUGAL NASCE DE NOVO.*

Manhã de Restauração 369
(Dom Filipe IV de Espanha : 1621-1640 ;
Jornada de 1 de Dezembro de 1640 :
reconquista da Independência).

A Família e o Chefe 397
(Dom João IV : 1640-1656).

Dualidade Peninsular 425
(Regência de Dona Luísa de Gusmão : 1656-1662 ;
Dom Afonso VI : 1662-1667 ;
Regência do Infante Dom Pedro : 1667 ;
Fim das campanhas da Independência : 1668).

Livro VI: *O FIM DE UM MUNDO.*

Esplendor português 445
(Dom Pedro II : 1683-1706 ;
Dom João V : 1706-1750).

Monarquia da tábua rasa 473
(Dom José I : 1750-1777).

Maus ventos sopram de França 505
(Dona Maria I : 1777-1799 ;
Regência do Príncipe Dom João : 1799-1807).

O Rei do Brasil 527
(Dom João IV : 1807-1818).

Livro VII: *SOB O SIGNO DE CAIM.*

O Diabo à solta 555
(Revolução de 1820 ;
Dom João VI : 1821-1826).

Calvário da Legitimidade 583
(Dom Miguel I : 1828-1834).

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY

A Pátria e os partidos 617
(Dona Maria II : 1834-1853 ;
Regência de Dom Fernando : 1853-1855 ;
Dom Pedro V : 1855-1861 ;
Dom Luís I : 1861-1889).
Heróis da Ocupação 649
(Campanhas militares em África).
Realeza e Demagogia 669
(Dom Carlos I : 1889-1908 ;
Dom Manuel II : 1908-1910).

Livro VIII: *HOJE E AMANHÃ.*

« Balbúrdia sanguinolenta » 689
(República : 1910-1926).
Reconquista da Ordem 709
(Movimento Nacional de 28 de Maio de 1926 ;
Estado Novo Corporativo : 1926-1940).
Para além da hora que passa 729

NOTA BREVE À QUINTA EDIÇÃO 735

CRONOLOGIA 739

ALGUMAS OBRAS CONSULTADAS 761

ÍNDICE DOS NOMES CITADOS 799

Digitized by Google
Original from INDIANA UNIVERSITY